



TESIS DOCTORAL

**RUTAS PARA LA INCLUSIÓN SOCIAL EN PORTUGAL
– DOS ESTUDIOS DE CASOS CENTRADOS
EN LAS POLITICAS LOCALES
PARA LAS PERSONAS CON DISCAPACIDAD**

DOMINGOS MANUEL DA SILVA RASTEIRO

Departamento de Ciencias de la Educación

2017



TESIS DOCTORAL

**RUTAS PARA LA INCLUSIÓN SOCIAL EN PORTUGAL
– DOS ESTUDIOS DE CASOS CENTRADOS
EN LAS POLITICAS LOCALES
PARA LAS PERSONAS CON DISCAPACIDAD**

DOMINGOS MANUEL DA SILVA RASTEIRO

Departamento de Ciencias de la Educación

Conformidad de los Directores:

Fdo: Maria Rosa Oria Segura

João José Tavares Curado Ruivo

2017



TESIS DOCTORAL

**PERCursos PARA A INCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL
– DOIS ESTUDOS DE CASO CENTRADOS
NAS POLÍTICAS LOCAIS
PARA AS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

DOMINGOS MANUEL DA SILVA RASTEIRO

Departamento de Ciencias de la Educación

2017

DEDICATÓRIA

Aos meus pais pelo seu esforço para que me tornasse um homem
íntegro.

À minha mulher, Maria Antonieta, por tudo o que construímos juntos...
num percurso vivido com muito afeto, muita cumplicidade... onde fui
sempre encontrando o fôlego para as novas etapas.

Ao meu filho, Daniel, pelo grande orgulho no homem que é e pela
obrigação que tenho em mostrar-lhe que sem trabalho, sem rigor, sem
persistência pouco acrescentamos ao que já existe.

AGRADECIMENTOS

Fazer os agradecimentos relativos a uma Tese que reflete um percurso de vida não é uma tarefa fácil pois, desde muito jovem, que me interessei e me dediquei ao trabalho com as pessoas com necessidades especiais. Foi, inicialmente, uma experiência de trabalho direto numa escola especial e mais de vinte anos na formação de professores de educação especial, bem como no exercício de funções públicas na gestão, social, educativa e cultural de uma cidade de média dimensão.

Traduziu-se numa longa aprendizagem prática, social, académica, de reflexão e de investigação, procurando sempre mobilizar mais conhecimento para influenciar a qualidade de vida e das aprendizagens destas pessoas que nas sociedades contemporâneas ainda estão longe de usufruir dos mais elementares direitos humanos. Tratou-se de um percurso em que me fui cruzando com muita gente, com muitos mestres, com muitos colegas, com muitos amigos, com muitas situações, muitas instituições e diversas circunstâncias. Tudo isso, em conjunto, foi criando os alicerces, a argamassa que ajudaram a chegar até aqui e a construir um projeto que se integra numa vida que, olhando para trás, faz algum sentido.

Os primeiros agradecimentos vão para duas pessoas que desde tempos muito recuados muito influenciaram a minha visão do mundo e o meu modo de me preocupar com os outros. É muito justo agradecer ao meu professor de pedagogia, na minha formação inicial, o Professor e amigo de uma vida Francisco Silva Freitas, agradecendo muito do que aprendi ao “meu mestre”, a oportunidade que me deu ao convidar-me para trabalharmos juntos na formação de professores, as nossas discussões, os livros de que sempre me falava, os autores que fomos estudando juntos, a amizade forte que nos liga, isso foi

determinante para ver o mundo de forma mais crítica e de consciencializar que o conhecimento é determinante para a mudança. Outra pessoa a quem não posso deixar de agradecer, pela riqueza da experiência que vivemos e partilhámos, foi a Presidente da Câmara Municipal de Almada, até final de 2013, Maria Emília Neto de Sousa. Não esqueço nunca os desafios que lançava, os objetivos e as tarefas que proponha pareciam ser impossíveis de alcançar, mas a sua capacidade de mobilização, a sua preocupação com a construção de uma cidade de todos e para todos marcaram a diferença no panorama do poder local em Portugal. Essa foi uma experiência que me marcou por ter oportunidade de verificar que é a política, e o seu exercício ético e sério, que faz mudar a vida das pessoas e das comunidades humanas.

Não quero esquecer aqui as instituições onde trabalhei nas várias fases de uma vida profissional de 35 anos e onde me formei ao longo da vida. Em primeiro lugar a Cercisa (Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas do Seixal e Almada), escola de educação especial onde no início da minha carreira trabalhei com crianças e jovens com deficiência. Aí foi o lugar onde nos confrontávamos com as muitas dificuldades de um país que estava a dar os primeiros passos na educação das pessoas com necessidades especiais. Quem dá os primeiros passos faz muitos erros, mas avança com muito entusiasmo e vontade de vencer. Em segundo lugar, o Instituto Piaget, onde me diplomei e onde exerci e exerço funções docentes há mais de 25 anos de forma ininterrupta, onde ensinei muitas disciplinas da área das Ciências da Educação em geral e mais especificamente na área da Educação Especial e das Necessidades Educativas Especiais. Foram centenas de estudantes, de colegas, com quem tive oportunidade de partilhar um percurso de conhecimento, de promoção da qualidade da educação, através de uma formação que permitisse a reflexão e a avaliação criteriosa sobre as práticas na constante procura de influenciar a educação inclusiva. Finalmente, o Município de Almada, onde exerci durante 20 anos funções de dirigente. Aí foi a oportunidade de participar na concretização de uma política “sustentável e solidária”, que visava melhorar a qualidade de vida de uma comunidade de mais de 170 mil habitantes. Os domínios da educação, da cultura, do desporto, da solidariedade foram uma aposta muito forte para impulsionar o progresso e o desenvolvimento. Ver

concretizar, contribuir, colaborar, influenciar, um conjunto de políticas que se traduzem na construção de um território de oportunidades para todos é uma experiência inolvidável que nos faz acreditar que a mudança está ao nosso alcance.

Fica expressa, ainda, uma palavra de muito reconhecimento a alguém que teve um forte empenho no meu percurso académico, como um dos orientadores da minha tese de mestrado em educação especial, como meu Professor na Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa e mais tarde como colega e amigo, que muito me estimulou para embarcar nesta tarefa tão desafiadora, trata-se do Professor Doutor David Rodrigues, um brilhante académico, um amigo muito estimado, mas, sobretudo, alguém que tem feito em Portugal tudo o que está ao seu alcance para chamar a atenção para a problemática dos direitos das pessoas com necessidades especiais. Muito obrigado pelo exemplo de académico e de cidadão e pelo incentivo, quase diria pela pressão, que contribuíram para que durante, quase, quatro anos fossem aprofundados e alargados os meus conhecimentos através deste estudo.

Não esqueço, nunca, os ensinamentos e toda a produção teórica de muitos que em Portugal têm tido um papel determinantante para o avanço do conhecimento na educação especial, nas necessidades especiais, na educação inclusiva e no desenvolvimento humano que marcaram a minha formação, muitos deles meus Professores e também alguns que me honram com a sua amizade. Refiro-me aos Professores(as) Doutores(as) Vitor da Fonseca, Luis de Miranda Correia, Armindo Rodrigues, Francisco Ramos Leitão, Jorge Serrano, José Morgado, Emílio Salgueiro, Ana Maria Benard da Costa, Isabel Cotinelli Telmo e Luzia Lima Rodrigues.

Aos vários especialistas que colaboraram na validação dos instrumentos de recolha da informação, é devido um justo agradecimento, neste caso aos Professores Doutores Joan Manuel Del Pozo (Universidade de Girona), Cubo Delgado e Enrique Iglesias (Universidade de Extremadura), Augusto Deodato Guerreiro (Universidade Lusófona), Paulo Afonso e José Rafael (Instituto Politécnico de Castelo Branco), que pela sua colaboração garantiram uma competente validação científica e académica no trabalho de levantamento de informação levado a efeito.

À Universidade de Extremadura, aos seus serviços académicos, Faculdade de Educação e Departamento de Ciências da Educação pelo acolhimento, pelos recursos disponibilizados e pela oportunidade que tive de partilhar e tomar conhecimento com o progresso que em Espanha se tem feito em termos sociais, científicos e académicos nesta área do conhecimento.

Um agradecimento muito reconhecido a todos os municípios portugueses que colaboraram no estudo, aos Vereadores, aos Técnicos e Dirigentes municipais que viabilizaram as várias fases do trabalho de campo. Aqui fica inscrito um grande reconhecimento pela sua abertura e sentido de responsabilidade social na viabilização da informação que serviu de base à investigação. O mesmo agradecimento é extensível ao gabinete das cidades educadoras da Câmara de Lisboa, na pessoa da Dr.^a Manuela Raimundo, pelo entusiasmo e colaboração, facilitando e colaborando nos contactos com os diferentes municípios que constituem a Rede Portuguesa das Cidades Educadoras. À Eng.^a Paula Teles e ao Dr. Jorge Gorito pela ajuda na indicação dos municípios a envolver no pré-teste ao inquérito por questionário, não esquecendo o trabalho, muito significativo, de transformação de muitas cidades portuguesas em termos da sua acessibilidade que esta equipa tem vindo a desenvolver.

Uma referência a outros colegas e amigos que colaboraram em várias fases do trabalho, aqui fica registada uma palavra de reconhecimento e de muita gratidão, pois sem o seu empenho não teria sido possível levar a bom porto esta jornada. De referir com um agradecimento especial a Dr.^a Rosa Silva que colaborou na revisão do texto e o Mestre Fernando Santos que ajudou na formatação eletrónica do inquérito por questionário e no seu tratamento, ao Dr. Carlos Lima que participou em várias tarefas relacionadas com o arranjo gráfico e à Dr.^a Licínia Alfaiate que foi uma ajuda preciosa para a fase final de formatação do trabalho. Às Dras. Paula Sousa, Teresa Pereira, Emília Prudêncio, Dr. Vitor Oliveira e ao Arquitecto Veríssimo Paulo, pela colaboração prestada em várias fases do trabalho, nomeadamente no teste piloto do inquérito por questionário.

Finalmente, porque são os primeiros, uma particular referência aos professores orientadores desta tese que pelo seu trabalho, pelo seu empenho e

dedicação tornaram possível a realização deste estudo. Deixo uma palavra de grande reconhecimento e um grande e eterno obrigado à Professora Doutora Maria Rosa Oria que desde a primeira hora acarinhou esta proposta de trabalho. A sua preocupação com os detalhes, a sua disponibilidade pessoal e profissional, a sua competência científica e académica foram contributos determinantes para a concretização desta pesquisa. Quando na vida temos oportunidade de trabalhar com pessoas como a Professora Maria Rosa ficamos, sem dúvida, pessoas melhores. Ao Professor Doutor João Ruivo, o grande mentor deste trabalho académico e da motivação que me levou à sua realização, queria deixar uma nota vincada pelo seu companheirismo, pela sua amizade, pela pertinência das suas sugestões e pelo alcance da sua vasta experiência científica e académica que foram determinantes para alcançar os resultados que aqui se apresentam. O Professor João Ruivo é um daqueles amigos e colegas a quem ficarei eternamente devedor. A ambos um agradecimento pelo percurso de conhecimento, de exigência e de rigor que fizemos juntos. Foram o testemunho, o exemplo de que a aprendizagem é algo de que não podemos prescindir nunca. Obrigado por tudo o que aprendi convosco.

Lembrar aqui uma frase célebre de Helen Keller: “A ciência poderá ter encontrado a cura para a maioria dos males, mas não achou ainda remédio para o pior de todos: a apatia dos seres humanos.” Com esta inspiração, deixo um agradecimento a todos, e foram muitos, que criaram condições para que este trabalho académico possa ser um contributo para continuar a luta pelos direitos humanos das pessoas com necessidades especiais e em especial o seu direito a usufruir e a viver em cidades mais inclusivas. A preocupação, primeira e última, deste trabalho é a melhoria da qualidade de vida desses nossos concidadãos.

ÍNDICE GERAL

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	XII
ÍNDICE DE QUADROS, FIGURAS E GRÁFICOS.....	XIV
RESUMEN	1
RESUMO.....	3
ABSTRACT.....	4
RESUMEN AMPLIO EN ESPAÑOL	7
INTRODUÇÃO.....	37
1. JUSTIFICAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DAS QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO	55
1.1. Objeto e Problemática do Estudo	55
1.2. Um enfoque educativo.....	66
1.3. A cidade e o seu potencial inclusivo	72
2. OBJETIVOS DO ESTUDO	79

3.	ENQUADRAMENTO TEÓRICO	85
3.1.	As pessoas com necessidades especiais na sociedade, perspectiva diacrónica e sincrónica.....	85
3.1.1.	Perspetiva histórica sobre as necessidades especiais, um tempo de exclusão.	90
3.1.2.	As pessoas com necessidades especiais nas sociedades de hoje, o tempo dos direitos a uma plena participação.	126
3.1.3.	Principais desafios do futuro	160
3.2.	A inclusão social das pessoas com necessidades especiais	166
3.2.1.	Estudos e trabalhos de investigação	202
3.2.2.	A inclusão social das pessoas com necessidades especiais nas políticas locais.....	210
3.2.3.	As potencialidades da pedagogia social na vida das comunidades	226
3.3.	Processos educativos inclusivos nas cidades.....	236
3.3.1.	O movimento das cidades educadoras.....	236
3.3.2.	As cidades inclusivas.....	257
3.3.3.	As políticas dos Governos Locais na promoção das cidades educadoras e inclusivas em Portugal	285
4	METODOLOGIA UTILIZADA.....	297
4.1	Enquadramento do estudo, uma abordagem comparada	297
4.2.	Desenho da investigação.....	314
4.3	Instrumentos a Utilizar.....	326
4.3.1.	Inquérito por questionário	326
4.3.2	Entrevistas	335
4.3.3	Análise Documental	346
5	DESCRIÇÃO DA REALIDADE PORTUGUESA.....	353
5.1	Caracterização das cidades estudadas.....	353
5.2	Apresentação e descrição das unidades de estudo	378
5.2.1.	Unidade - Cidade X.....	381
5.2.2.	Unidade - Cidade B.....	384

6. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS DA RECOLHA DE DADOS 387

6.1. Apresentação dos resultados obtidos através de inquérito por questionário.....	387
6.1.1. As cidades a educação e a inclusão	390
6.1.2. A construção da cidade inclusiva	402
6.1.3. Os recursos e os meios das cidades	410
6.1.3.1. Serviços e recursos	411
6.1.3.2. Transportes	414
6.1.3.3. Convivência social.....	415
6.1.3.4. Acesso à Informação.....	416
6.1.3.5. Educação Formação	417
6.1.3.6. Tempos livres / Lazer / Cultura / Desporto	418
6.1.3.7. Estudos e Investigação	419
6.1.3.8. Trabalho.....	420
6.1.3.9. Participação e cidadania	421
6.1.3.10. Saúde	422
6.1.3.11. Serviços sociais.....	423
6.1.3.12. Habitação	423
6.1.4. As políticas inclusivas das cidades	426
6.1.5. O potencial Inclusivo das cidades	434
6.1.6. Comparação das cidades mais inclusivas e menos inclusivas.....	439
6.1.7. Síntese final dos dados recolhidos através do inquérito por questionário	457
6.1.7.1 As cidades a educação e a inclusão	457
6.1.7.2. A construção da cidade inclusiva	459
6.1.7.3. Síntese sobre as políticas inclusivas das cidades	461
6.1.7.4. Síntese sobre o potencial inclusivo das cidades.....	462
6.2. Apresentação do trabalho de campo nas unidades de estudo	464
6.2.1. Apresentação dos dados recolhidos através das entrevistas	464
6.2.1.1. Cidade B	465
6.2.1.1.1 Cidade B entrevista à Vereadora com os pelouros da educação e da ação social.	465
6.2.1.1.2 Cidade B entrevista à técnica municipal que acompanha estas áreas de trabalho.....	477
6.2.1.1.3 Cidade B, entrevista à Senhora Presidente da Associação EM.....	486
6.2.1.1.4 Cidade B entrevista a cidadão com necessidades especiais.....	494
6.2.1.2 Cidade X.....	500

6.2.1.2.1 Cidade X entrevista à Vereadora com o pelouro da ação social.	500
6.2.1.2.2 Cidade X entrevista à técnica municipal que acompanha estas áreas de trabalho.	511
6.2.1.2.3 Cidade X entrevista ao Presidente da Associação AP	521
6.2.1.2.4 Cidade X entrevista a cidadão com necessidades especiais	531
6.2.2. Síntese final dos dados recolhidos através das entrevistas	537
6.2.2.1 Cidade B	538
6.2.2.2. Cidade X	541
 7. SÍNTESE COMPARATIVA E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	 549
7.1. Síntese comparativa	549
7.1.1. Meios e oportunidades que favorecem a inclusão	549
7.1.2. Acesso aos bens coletivos	553
7.1.3 Participação nas decisões	558
7.1.4. Principais dificuldades e obstáculos existentes	559
7.1.5. Expetativas de mudança	560
7.1.6. Políticas públicas das cidades estudadas	561
7.2. Discussão das linhas de força para a promoção da inclusão social das pessoas com necessidades especiais nas cidades	572
7.2.1.A exclusão/inclusão como um processo dinâmico na construção da cidade.....	572
7.2.2. Potencial e limitações das cidades inclusivas	577
7.2.3. As políticas públicas e as necessidades especiais.....	582
7.2.4 Governança e a participação: fatores-chave para a inclusão	591
7.2.5 Processos educativos nas cidades como estratégias inclusivas	595
 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	 603
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 621
 ANEXOS (APRESENTAM-SE EM CD ANEXO).....	 6
 ANEXO 1- INSTRUMENTO DE VALIDAÇÃO DOS INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIO	 663

ANEXO 2- INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO	680
ANEXO 3- GUIÕES DE ENTREVISTAS	709
ANEXO 4 – PROTOCOLOS / TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS	721
Anexo 4.1 Entrevista à Vereadora da cidade B.....	723
Anexo 4.2. Entrevista á técnica da cidade B	731
Anexo 4.3 Entrevista à Presidente da Associação Ema, cidade B	737
Anexo 4.4 Entrevista ao Sr. B. cidade B.....	743
Anexo 4.5. Vereadora – Cidade x.....	748
Anexo 4.6. Entrevista à técnica da cidade X	757
Anexo 4.7. Entrevista ao Presidente da Associação AP, cidade X.....	764
Anexo 4.8 Entrevista ao Sr. L, cidade X.....	770
ANEXO 5- ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS	775

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAPO- Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal

AICE- Associação Internacional das Cidades Educadoras

APD- Associação Portuguesa de Deficientes

BIDCE- Banco Internacional de Documentos das Cidades Educadoras

CERMI- Comité Especial de Representantes de Pessoas com Deficiência

CGLU- Cidades e Governos Locais Unidos

FOESSA- Fomento de Estudos Sociais e Sociologia Aplicada

IDH- Índices de Desenvolvimento Humano

IOE- Equipa de Investigação Empírica

IPSS- Instituições Privadas de Solidariedade Social

OCDE- Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OIT- Organização Internacional do Trabalho

ONU- Organização das Nações Unidas

ONU-HABITAT- Programa Habitat da Organização das Nações Unidas

PDS- Plano de Desenvolvimento Social

PISA- Programme for International Assessment

PORDATA- Base de dados de Portugal Contemporâneo

RAMPA- Regime de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade

SNR- Secretariado Nacional de Reabilitação

TIC- Tecnologias de Informação e Comunicação

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e
a Cultura

ÍNDICE DE QUADROS, FIGURAS E GRÁFICOS

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro dos Objetivos do Estudo	80
Quadro 2 - Padrões das atitudes sociais face às necessidades especiais	125
Quadro 3 - Comparação entre os princípios fundamentais da Convenção das Nações Unidas e os Planos	219
Quadro 4 - Comparação da Estratégia Da Comissão Europeia 2010-2020 e os Planos Municipais	220
Quadro 5 - Datas dos congressos da AICE	245
Quadro 6 – Exemplos de boas práticas de inclusão social nas cidades educadoras .	251
Quadro 7 – Experiências de inclusão das pessoas com necessidades especiais nas cidades	279
Quadro 8 – Experiências de intervenção nas cidades para as pessoas com necessidades especiais consideradas boas práticas inclusivas	283
Quadro 9 – Características das cidades inclusivas para pessoas com necessidades especiais	284
Quadro 10 - A legislação que enquadra as competências dos municípios na educação	289
Quadro 11 - Síntese da Metodologia a utilizar	352
Quadro 12- Cidades Portuguesas da AICE – Região Norte	355
Quadro 13 - Cidades Portuguesas da AICE – Região de Lisboa	358
Quadro 14 - Cidades Portuguesas da AICE – Região Centro	360
Quadro 15 - Cidades Portuguesas da AICE – Região Alentejo	362
Quadro 16 - Cidades Portuguesas da AICE – Região Algarve	363
Quadro 17 - Cidades Portuguesas da AICE – Região Autónoma da Madeira	364
Quadro 18 - Cidades Portuguesas da AICE – Região Autónoma dos Açores	365
Quadro 19 - Cidades Educadoras e Inclusivas	374
Quadro 20 - Indicadores das quatro cidades com maior potencial inclusivo	379
Quadro 21 - Síntese cidade educadora e inclusiva	401
Quadro 22 - Síntese construção da cidade inclusiva	410
Quadro 23 - Oferta ao nível dos transportes	415
Quadro 24 - Oferta ao nível da convivência social	416
Quadro 25- Acesso à informação	417
Quadro 26 - Ofertas ao nível da educação e da formação	418
Quadro 27- Ofertas ao nível dos tempos livres, lazer, desporto e cultura	419
Quadro 28- Estudos e investigação	419
Quadro 29- Ofertas ao nível laboral	421
Quadro 30- Nível de participação e exercício da cidadania	422
Quadro 31- Ofertas ao nível da saúde	422
Quadro 32- Ofertas de serviços sociais	423
Quadro 33 - Ofertas ao nível da habitação	424
Quadro 34- Síntese serviços e recursos	424
Quadro 35 - Pontuação das respostas para aferir potencial inclusivo das cidades	434
Quadro 36- Análise das áreas fortes e fracas	439
Quadro 37- Análise síntese das cidades mais e menos inclusivas	443
Quadro 38- Síntese sobre as cidades a educação e a inclusão	458
Quadro 39 - Síntese sobre a construção da cidade inclusiva	459
Quadro 40 - Síntese sobre as políticas inclusivas das cidades	461
Quadro 41- Síntese sobre o potencial inclusivo das cidades	463

Quadro 42 - Projetos desenvolvidos nas cidades B e X	554
Quadro 43 - Comparação dos projetos e serviços existentes nas cidades	557
Quadro 44- Comparação do nível de participação	559
Quadro 45 - Comparação das dificuldades e obstáculos	560
Quadro 46- Comparação das expectativas de mudança.....	561
Quadro 47- Comparação das Unidades de Estudo	566

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Taxonomia dos fatores de exclusão	169
Figura 2 - Componentes do conceito de Inclusão Social.....	194
Figura 3 - Áreas prioritárias para a inclusão nas políticas locais	221
Figura 4 - Dimensões da Cidade Educadora	243
Figura 5 – Características dos projetos educativos considerados “Boas Práticas”	253
Figura 6 - Metodologias qualitativas.....	317
Figura 7- Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras	354
Figura 8- Diagrama projetos inclusivo na cidade B.....	465
Figura 9- Diagrama políticas e práticas na cidade B	468
Figura 10 - Diagrama dificuldades obstáculos na cidade B	472
Figura 11 - Diagrama participação nas decisões na cidade B.....	473
Figura 12 - Diagrama expectativas face à mudança na cidade B	474
Figura 13 - Diagrama problemas de exclusão na cidade B	477
Figura 14 - Diagrama concretização das políticas na cidade B.....	479
Figura 15 - Diagrama organização e coordenação na cidade B.....	480
Figura 16 - Diagrama recursos para a inclusão na cidade B.....	481
Figura 17 - Diagrama avaliação e expectativas na cidade B.....	483
Figura 18 - Diagrama processos de participação na cidade B	485
Figura 19 - Diagrama qualidade de vida na cidade B	486
Figura 20 - Diagrama políticas locais na cidade B.....	487
Figura 21 - Diagrama exercício dos direitos na cidade B	490
Figura 22- Diagrama participação nas decisões na cidade B.....	490
Figura 23 - Diagrama expectativas face à mudança na cidade B	491
Figura 24- Diagrama qualidade de vida na cidade B	494
Figura 25 - Diagrama preocupações do município na cidade B	496
Figura 26 - Diagrama participação nas decisões na cidade B.....	497
Figura 27 - Diagrama expectativas face à mudança na cidade B	498
Figura 28 - Diagrama projetos inclusivos na cidade X.....	500
Figura 29 - Diagrama políticas e práticas na cidade X	504
Figura 30 - Diagrama dificuldades e obstáculos na cidade X.....	505
Figura 31 - Diagrama participação nas decisões na cidade X.....	506
Figura 32- Diagrama expectativas face à mudança na cidade X.....	507
Figura 33 - Diagrama problemas de exclusão na cidade X	511
Figura 34 - Diagrama concretização de políticas na cidade X.....	513
Figura 35 - Diagrama organização e coordenação na cidade X.....	514
Figura 36 - Diagrama recursos para a inclusão na cidade X.....	516
Figura 37 - Diagrama avaliação e expectativas na cidade X.....	517
Figura 38 - Diagrama processos de participação na cidade X	518
Figura 39 – Diagrama qualidade de vida na cidade X	522
Figura 40 - Diagrama políticas locais na cidade X.....	524
Figura 41 - Diagrama exercício dos direitos na cidade X	526
Figura 42 - Diagrama participação nas decisões na cidade X.....	527
Figura 43 - Diagrama expectativa face à mudança na cidade X	529
Figura 44 - Diagrama qualidade de vida na cidade X.....	531

Figura 45 - Diagrama preocupações do município na cidade.....	532
Figura 46 - Diagrama participação nas decisões na cidade X.....	534
Figura 47 - Diagrama expectativas face à mudança na cidade X	535
Figura 48 - Diagrama cidades inclusivas “Boas Práticas”.....	571
Figura 49 - Roteiro para a inclusão social das pessoas com necessidades especiais	614

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População das cidades AICE	366
Gráfico 2- População com Necessidades Especiais.....	367
Gráfico 3- População das Cidades Educadoras por Regiões	368
Gráfico 4- População com Necessidades Especiais por Regiões	369
Gráfico 5- Distribuição Populacional das Cidades Educadoras (censos 2011).....	371
Gráfico 6 - Distribuição da população com necessidades especiais das cidades educadoras (censos 2001).....	372
Gráfico 7 - Percentagem dos respondentes.....	388
Gráfico 8 - Distribuição por regiões	389
Gráfico 9 - Atenção à exclusão	390
Gráfico 10 - Áreas de preocupação dos municípios	391
Gráfico 11 - Projetos socioeducativos e coesão social	392
Gráfico 12- Projetos e necessidades especiais	395
Gráfico 13 - Principais parceiros	395
Gráfico 14 - Serviços municipais envolvidos.....	398
Gráfico 15- As políticas das cidades e a carta da AICE	399
Gráfico 16 - Fatores que geram exclusão	402
Gráfico 17 - Promoção do desenvolvimento e inclusão.....	404
Gráfico 18 - Adaptação dos edifícios municipais critérios.....	405
Gráfico 19 - Adaptações aos edifícios municipais.....	406
Gráfico 20 - Programa de supressão de barreiras	407
Gráfico 21 - Planos de promoção da acessibilidade	408
Gráfico 22 - Áreas de intervenção.....	408
Gráfico 23- Serviços e recursos existentes	411
Gráfico 24- Integração nos quadros do município	420
Gráfico 25 - Medidas de política municipal	427
Gráfico 26 - Fundamentos e génese das decisões.....	429
Gráfico 27 - Razões que impedem mais medidas e ações.....	430
Gráfico 28 - Avaliação das medidas e ações	432
Gráfico 29 - Perceção do nível de inclusão.....	433
Gráfico 30 - Lista ordenada das cidades face ao potencial inclusivo	436
Gráfico 31- Análise por categoria dos resultados obtidos.....	438
Gráfico 32 - Quatro cidades mais inclusivas, acessos básicos	440
Gráfico 33 - Quatro cidades menos inclusivas, acessos básicos	440
Gráfico 34 - Quatro cidades mais inclusivas, serviços de apoio.....	441
Gráfico 35 - Quatro cidades menos inclusivas, serviços de apoio.....	441
Gráfico 36 - Quatro cidades mais inclusivas, opções, redes, participação.....	442
Gráfico 37 - Quatro cidades menos inclusivas, opções, redes, participação	442
Gráfico 38- Comparação sobre a atenção à exclusão.....	446
Gráfico 39 - Comparação sobre as áreas de preocupação do município.....	447
Gráfico 40 - Comparação dos projetos socioeducativos e medidas de fomento da coesão social.....	448

Gráfico 41 - Comparação dos projetos dirigidos às pessoas com necessidades especiais.....	449
Gráfico 42 - Comparação das políticas das cidades e a Carta da AICE	450
Gráfico 43 - Comparação dos fatores que geram exclusão.....	451
Gráfico 44 - Comparação sobre a promoção do desenvolvimento e inclusão	452
Gráfico 45 - Comparação das medidas de política municipal	453
Gráfico 46 - Comparação dos fundamentos e gênese das decisões	454
Gráfico 47- Comparação das razões que impedem mais medidas e ações	455
Gráfico 48 - Comparação da avaliação das medidas e ações.....	456
Gráfico 49 -Comparação da percepção do nível de inclusão	457

RESUMEN

En diferentes documentos internacionales se reconocen variadas formas de exclusión que sufren las personas con necesidades especiales en las ciudades en las que viven: bajo nivel de participación cívica, bajos niveles de integración social, falta de acceso a los medios de información, bajos niveles de convivencia social, dificultades de acceso a los bienes comunes y a los servicios de apoyo, problemas de accesibilidad en los espacios públicos y los edificios, problemas de movilidad y de transporte, mayores dificultades de subsistencia económica y vivienda, entre otras limitaciones.

La investigación que se presenta procura identificar las políticas y los proyectos socioeducativos que fomentan la inclusión social de las personas con necesidades especiales en las ciudades. El estudio se centró en las ciudades portuguesas que forman parte de la Red Internacional de las Ciudades Educadoras, cuya “carta de Principios” apunta a una intervención de las autoridades locales, en el sentido de combatir la exclusión social, promoviendo a través de la educación formal, no formal e informal los proyectos centrados en las comunidades y que contribuyan a la participación de los ciudadanos, las instituciones sociales y las educativas para que las ciudades sean más inclusivas.

A través de un conjunto de instrumentos de recogida de datos y de un trabajo de naturaleza cualitativa se hace una observación de las diferentes realidades, utilizando las técnicas de recogida documental, de entrevista a informantes privilegiados, especialmente políticos, técnico y dirigentes municipales de las organizaciones representativas de las personas con necesidades especiales y las instituciones educativas y sociales que llevan a cabo los proyectos.

El objetivo final es caracterizar los fundamentos, las buenas prácticas socioeducativas y las realidades que hacen a las ciudades de estudio más inclusivas. Comprando y cruzando los datos se procura responder a la pregunta

sobre cómo se promueven en las ciudades políticas inclusivas que fomenten la equidad de acceso a los recursos y las oportunidades educativas, culturales y sociales a los ciudadanos con necesidades especiales.

Palabras Clave: Inclusión Social / Ciudades Educadoras e Inclusivas / Educación Comparada / Necesidades especiales / Políticas Locales /

RESUMO

Em vários documentos internacionais, são reconhecidas as diferentes formas de exclusão que as pessoas com necessidades especiais sofrem nas cidades em que vivem: baixo nível de participação cívica, baixos níveis de integração social, falta de acesso aos meios de informação, baixos níveis de convivência social, dificuldades de acesso aos bens comuns e aos serviços de apoio, problemas de acessibilidade nos espaços públicos e nos edifícios, problemas de mobilidade e de transportes, maiores dificuldades de subsistência.

O trabalho de investigação que se apresenta procura identificar as políticas e os projectos socioeducativos que fomentam a inclusão social nas cidades, das pessoas com necessidades especiais. O estudo centrou-se nas cidade portuguesas que fazem parte da Rede Internacional das Cidades Educadoras, cuja Carta de Princípios aponta para uma intervenção das autoridades locais, no sentido do combate à exclusão social, promovendo, através da educação formal, não formal e informal, projectos centrados nas comunidades e que contribuam, pela participação dos cidadãos, das instituições sociais e educativas para que a cidade seja mais inclusiva.

Através de um conjunto de instrumentos de recolha de dados e do trabalho de campo de natureza qualitativa far-se-á uma observação das diferentes realidades, utilizando as técnicas da recolha documental, da entrevista a informantes privilegiados, nomeadamente, políticos, técnicos e dirigentes municipais e das organizações representativas das pessoas com necessidades especiais e das instituições educativas e sociais que levam a cabo os projectos.

O objectivo final é caracterizar os fundamentos, as práticas socioeducativas e as realidades que fazem das cidades estudo cidades mais inclusivas. Comparando e cruzando os dados procurar-se-á responder à pergunta: Como se promovem nas cidades políticas inclusivas que fomentem a equidade de acesso aos recursos e às oportunidades educativas, culturais e sociais para os cidadãos com necessidades especiais?

Palavras-chave: Inclusão Social, Cidades Educadoras e Inclusivas, Necessidades Especiais e Políticas Locais

ABSTRACT

It's acknowledged in several international documents the many forms of exclusion that people with special needs suffer in the cities they live in: low level of civic participation, low levels of social integration, lack of access to information sources, low levels of social interaction, limited access to common goods and to helping services, mobility and transportation problems, increased economic and habitation problems, amongst other problems.

The investigation work that presents looks to identify the politics and social educative projects that promote social inclusion of people with special needs in the cities. The study focused on the Portuguese cities that are a part of the International Association of Educating Cities, which the Letter of Principles aims for an interventions of the local authorities, in a way of fighting social exclusion, promoting, trough formal, non-formal and informal education, projects centered on the communities and that contribute, through the participation of the citizens, social institutions and educational institutions, to a more inclusive city.

Through a set of data gathering instruments and field work of qualifying nature it will be made an observation of different realities, using the techniques of document collection, interview to privileged informants, such as, politicians, technicians and municipal directors as well as the representative organizations of people with special needs and the social and educational institutional that carry through the projects.

The final goal is to characterize the foundations, the social and educational practices and the realities that make the studied cities more inclusive. Comparing and crossing the data we'll try to answer the following question: how can we promote inclusive politics in cities, allowing equal access to resources and educational, cultural and social opportunities to citizens with special needs?

Key Words: Social Inclusion, Educating and Inclusive Cities, Special Needs and Local Policies

RESUMEN AMPLIO EN ESPAÑOL

Introducción

En las últimas décadas se ha asistido, aunque lentamente, a un enfoque sobre las personas con necesidades especiales en el que el foco deja de centrarse en el individuo y sus dificultades para dirigirse a poner en valor las respuestas a las necesidades, el medio, las estructuras y los recursos que se constituyen en el apoyo de los cambios necesarios, que deben emprenderse, de modo que estas personas puedan tener una vida lo más independiente posible. Skilar (2006) llama la atención sobre el hecho de que las sociedades, las estructuras, la escuela, tienen dificultades en lidiar con las diferencias, partiendo, muchas veces, de una connotación peyorativa que condiciona fuertemente el proceso de socialización. En este sentido, los procesos de inclusión social son de difícil implementación y exigen, por eso, un desarrollo amplio de los agentes sociales. Rodrigues (2003) argumenta sobre la unión y la continuidad entre la educación inclusiva y las sociedades inclusivas, refiriendo que la inclusión educativa no se puede desligar de la inclusión social.

La Asamblea General de las Naciones Unidas, en diciembre de 2006, vino a reconocer, a través de la Convención de los Derechos de las Personas con Discapacidad, que atañe a todas las sociedades el generar las mejores condiciones para que se garanticen los derechos fundamentales en varios de las áreas consideradas como necesarias: que, para que se logren, se necesitan políticas inclusivas en diferentes áreas –salud, educación, empleo, vivienda, transportes, apoyos sociales, de servicios propios de un sistema de Estado del Bienestar. En este contexto cobra particular pertinencia el preguntarse qué se puede hacer para promover los cambios necesarios en las comunidades locales, más próximas a las vidas de las personas, emergiendo así el interés por las políticas inclusivas en las ciudades. En este marco, el presente trabajo de investigación resulta de un cruce entre el interés personal que surge por el hecho de trabajar desde hace muchos años en la atención a personas con necesidades

especiales y, al mismo tiempo, haber tenido una participación activa en la gestión de esta cuestión en una de las mayores ciudades portuguesas. En este cruce de experiencias se creó el espacio de reflexión e investigación sobre la inclusión social de las personas con necesidades especiales en las ciudades portuguesas.

Para llevar a cabo esta investigación se partió de una investigación centrada en las ciudades portuguesas adheridas a la Asociación Internacional de Ciudades Educadoras (AICE), lo que implica que cumplen los veinte principios de la Carta de Ciudades Educadoras, donde tanto los aspectos de lucha contra las variadas formas de exclusión y discriminación como las políticas de cohesión social son fundamentales en la construcción de las comunidades, por lo que, de acuerdo con esto, los modelos de gobernanza y las políticas desarrolladas por estas ciudades están más alineadas con objetivos de inclusión social.

En varios documentos internacionales se reconocen las diferentes formas de exclusión que sufren las personas con necesidades especiales en las ciudades en las que viven: un bajo nivel de participación cívica, bajos niveles de integración social, falta de acceso a los medios de información, bajos niveles de convivencia social, dificultades de acceso a los bienes comunes y a los servicios de apoyo, problemas de accesibilidad a los espacios públicos y los edificios, problemas de movilidad y de transporte, más dificultades económicas y en las viviendas, entre otras limitaciones.

Por todo ello se reveló importante observar las principales preocupaciones en las políticas desarrolladas y en las medidas y acciones concretas que le dan forma, en el sentido de tomar contacto con la promoción que se desarrolla en las ciudades portuguesas asociadas a AICE. A este efecto se utilizó un cuestionario en el que se exploraron las percepciones para, posteriormente, hacer una lista de las ciudades que tienen una percepción más positiva de su potencial de inclusión y, después, seleccionar las dos unidades de estudio que se constituyen en los dos casos estudiados.

El informe académico se ha organizado en siete puntos, iniciándose con la justificación y fundamentación de las cuestiones de partida, donde se incluyen el objeto y la problemática de estudio, el marco que explica el foco educativo de esta investigación y el potencial inclusivo de las ciudades. En un segundo punto

se definen los objetivos generales y específicos del estudio, y la pregunta de partida. En el tercer apartado se desarrolla el marco teórico que tiene como subapartados: las personas con necesidades especiales en la sociedad (perspectiva diacrónica y sincrónica): la inclusión social de las personas con necesidades especiales y los procesos educativos inclusivos en las ciudades. El cuarto punto se dedica a la metodología utilizada, incluyendo cuestiones como el marco comparatista en que se encuadra, el diseño de la investigación y los instrumentos utilizados. En el quinto apartado se hace la descripción de la realidad portuguesa, caracterizando las ciudades estudiadas y presentando las unidades de estudio. El sexto punto se dedica a la presentación de los resultados de la recogida de datos, incluyendo la presentación de los resultados del cuestionario y del trabajo de campo relativo a los dos estudios de caso. En el séptimo, se hace la síntesis comparativa así como la discusión de resultados. Finalmente, en el octavo apartado, se presentan las conclusiones y recomendaciones, donde se propone un guión para la inclusión social en las ciudades.

1. Justificación y fundamentación del problema de investigación

Como ya se ha dicho, la presente investigación se centra en el problema de la inclusión social de las personas con necesidades especiales en las ciudades. Desde los años noventa la problemática de la inclusión ha sido fundamental cuando se trata de la dignificación social de las personas con necesidades especiales.

Conforme ha habido la oportunidad de constatar en la aproximación histórica, se ha desarrollado un proceso gradual en el sentido de la alteración del paradigma, dejándose de ver a este grupo de personas como pacientes, para pasar a verlos como ciudadanos con derechos. Esta evolución ha generado condiciones para que emerja un concepto muy amplio que se ha denominado “sociedad inclusiva”. En esta acepción, esta es una sociedad para todos, donde todos tienen su lugar, independientemente de su sexo, religión, edad, origen étnico, su orientación sexual o de sus capacidades versus incapacidades. A este respecto, ya Saint-Martin (1997), en un informe elaborado para la UNESCO, reconocía que la humanidad ha evolucionado en este tener en cuenta a las personas con necesidades especiales, yendo de un enfoque filantrópico de la

problemática al reconocimiento de que se trata de un problema de derechos humanos, de igualdad de oportunidades y de derecho a la inclusión, en el sentido de que la sociedad se organice para acoger a todas las personas, valorando la diversidad humana.

Este es el marco de referencia en el que se sitúa esta investigación, que procura indagar sobre el potencial inclusivo de las ciudades estudiadas, analizando el derecho a la salud, el trabajo, la participación en la vida política y pública, la participación en la vida cultural, recreativa, de ocio y de deportes, o sea, la cuestión que se puede plantear es si en Portugal las ciudades desarrollan políticas locales que concreten los derechos de la ciudadanía.

El interés del presente estudio es el de cruzar la cuestión de la inclusión de las personas con necesidades especiales con la vida en las ciudades, teniendo en cuenta que en el espacio público, en los barrios, las oportunidades existentes, los recursos y servicios ofrecen mejores o peores condiciones para las distintas facetas del desarrollo humano. Refiere Teixeira (2015), citando al *National Intelligence Council* de los Estados Unidos, que todos los años se aglomeran más de sesenta y cinco millones de personas de población urbana mundial, o sea, las personas buscan, cada vez más, las ciudades como espacio donde están los recursos que satisfacen sus necesidades. En este plano cobra sentido hablar de ciudades inclusivas, porque no basta con que la ciudad exista físicamente y que desempeñe sus funciones más tradicionales; también es necesario que ayude a promover el desarrollo y la equidad.

En este supuesto la educación en las ciudades es un fuerte instrumento estratégico para trabajar la dimensión de inclusión, dado que la educación va mucho más allá de la escuela y la familia, puesto que, cuanto más rico sea un territorio en experiencias, en oportunidades de aprendizaje, en redes de conocimiento y en recursos educativos, mejor consigue promover el crecimiento de las potencialidades humanas. Esta forma de entender las ciudades educadoras puede favorecer procesos educativos y sociales que torne los territorios las dinámicas sociales y las interacción entre los actores sociales más favorables hacia la inclusión social.

En la revisión de la literatura ha sido posible compilar un conjunto de experiencias en diferentes países –Polonia, España, Portugal, Uruguay, Brasil, Colombia y Argentina- que pueden considerarse como “buenas prácticas” de inclusión de personas con necesidades especiales en sus respectivas ciudades. En esos casos se verifica cuál es el peso que los modelos de gobernanza y las políticas públicas pueden tener, especialmente, en la movilización de los agentes sociales y de la población en general para impulsar los cambios, habiendo ciudades que llevan a cabo Planes para la Inclusión que incorporan medidas de políticas que promueven la accesibilidad, el acceso a la información, a los transportes, a la participación de la ciudadanía, la educación y formación, a la inclusión laboral, a la salud, a los deportes, actividades de ocio, a la cultura, a la vivienda, la autonomía y la independencia personal.

2. Objetivos de la investigación

Al reflexionar sobre estas cuestiones surgieron un conjunto de interrogantes: ¿Cuáles son los factores que, en las ciudades, impulsan políticas y medidas que las vuelvan más inclusivas? ¿Cuál es el papel de los gobiernos locales en la dinamización y el desarrollo de esas políticas? ¿Cuál es la participación de la sociedad y sus organizaciones en ese proceso, especialmente de las organizaciones que representan a las personas con necesidades especiales? ¿Quiénes son los principales dinamizadores de los proyectos socioeducativos llevados a cabo en las diferentes ciudades? ¿Qué resultados concretos se obtienen con la implementación de esas medidas en cuando al aumento del nivel de participación de la ciudadanía en la vida de las comunidades? ¿Se trata de medidas de carácter duradero o meramente temporales? ¿Cómo se expresan en la realidad las políticas inclusivas concretas, especialmente teniendo en cuenta la vida cotidiana de las personas con necesidades especiales?

Este conjunto de interrogantes subyace en la pregunta aglutinadora que pudiera ser motor del trabajo de investigación y de los objetivos que tratan de hacerla operativa. En esta perspectiva, la pregunta de este estudio es: ¿Cómo se promueven las políticas en las ciudades para que fomenten la equidad de acceso a los recursos, a las oportunidades educativas, culturales y sociales a los ciudadanos con necesidades especiales?

Para la ejecución del presente estudio se trazaron tres objetivos generales: 1) Identificar en términos de igualdad y de derechos, cuáles son los medios y oportunidades de formación, entretenimiento y desarrollo personal que las ciudades ofrecen a los grupos con necesidades especiales. 2) Identificar cómo fomentan las ciudades, en términos de planificación y ordenación del espacio físico, respuestas que favorezcan el acceso de los ciudadanos con necesidades especiales a los espacios de convivencia, ocio, de equipamientos y servicios comunitarios; 3) identificar cómo se desarrollan las políticas locales de fomento de la cohesión social, de modo que puedan incluir socialmente a todos, en particular a los ciudadanos con necesidades especiales.

De ellos se desprenden los siguientes objetivos específicos:

- 1.1. Caracterizar la oferta de los municipios en la promoción de la igualdad y equidad dirigida a las poblaciones con necesidades especiales,
- 1.2. Elaborar un marco de referencias teóricas que den soporte al tema de las ciudades inclusivas centradas en las personas con necesidades especiales.
- 1.3. Trazar, para cada ciudad, un “mapa” de inclusión, haciendo emerger las categorías que puedan caracterizar las “buenas prácticas” con que las ciudades estudiadas favorecen la inclusión social.
- 2.1. Describir las acciones que se desarrollan en las ciudades centradas en la promoción de las ciudades centradas en la promoción de la inclusión de las personas con necesidades especiales.
- 2.2. Analizar los proyectos socioeducativos de cada ciudad, centrados en la población con necesidades especiales, de modo que se pueda caracterizar su potencial inclusivo en las áreas que priman.
- 2.3. Clasificar los esfuerzos que las ciudades realizan en el ámbito de la accesibilidad a los recursos y los espacios urbanos.
- 3.1. Indagar, junto a los dirigentes políticos de las ciudades, las principales razones que fundamentan la promoción de una política de equidad hacia las poblaciones con necesidades especiales.

- 3.2. Indagar, junto a los técnicos y cuadros dirigentes de los municipios de qué forma se concretan esas políticas y cuáles son las acciones que las sustentan.
- 3.3. Verificar en qué medida esas políticas se concretan en las Grandes Opciones y en los Planes de Actividades Municipales.
- 3.4. Verificar hasta qué punto las autoridades locales utilizan los documentos orientadores internacionales como referencias de acción.
- 3.5. Auscultar las organizaciones representativas de las personas con necesidades especiales, para comprender sus expectativas y sus niveles de participación y desarrollo.

3. Marco Teórico

3.1. Las personas con necesidades especiales en la sociedad en perspectiva diacrónica y sincrónica

Aguado Díaz (1995) llama la atención sobre las dificultades que se encuentran cuando se quiere realizar el doble abordaje de la línea cronológica de la temática, refiriendo que no es un recorrido histórico lineal, sino que se presenta bajo múltiples formas, caracterizadas por polémicas y conflictos, que las ideas y acontecimientos no progresan de modo rectilíneo, sino que se trata más bien de una superposición de prácticas y conceptos que acaban, frecuentemente, por suplantarse a las previas, resultando una gran heterogeneidad en los modelos que han caracterizado las décadas más recientes.

A pesar de eso, en una síntesis general presentada por el mismo autor, es posible trazar un cuadro general de las oscilaciones, progresos y de las fragilidades que se pueden resumir de la siguiente forma: la marginalización como una constante histórica y con múltiples variaciones; la constante oscilación entre la concepción de la “deficiencia” y los tratamientos que se le han dispensado. Las aproximaciones históricas prueban que la integración social de las personas con deficiencias no depende de sus capacidades, sino de las necesidades de la sociedad y del contexto social, conforme quedó demostrado en el periodo de posguerra, tanto en Europa como en los Estados Unidos. Lo

mismo sucede, en términos opuestos, con la industrialización y la escolaridad obligatoria que se le asocia; por ejemplo, con la deficiencia intelectual. En la actualidad, con la crisis económica, las dificultades para destinar recursos para la educación especial; la rehabilitación o el empleo revelan el peso de los contextos sociales en su evolución y en la conciliación de los principios con la realidad objetiva. A lo largo de la historia hay, también, evidencia de personas con necesidades especiales que quedaron en el anonimato o marginalizadas, mas otras resultaron famosas por sus hechos; o sea, a pesar de un tiempo histórico marcado por la indiferencia, a veces por la crueldad, les fue posible, por sus atributos particulares, destacar en las artes, la política, la ciencia u otras áreas.

Cabe señalar que, según señala el mismo autor, los mayores progresos históricos se debieron a tres factores principales: a) el avance de la ciencia y de las condiciones de salud: destacan los avances en medicina y en ciencias biomédicas, en psiquiatría, psicopatología, en cirugía, ortopedia, desarrollo de la psicología y de las ciencias de la educación, con efectos en los tratamientos y prevención de enfermedades que pueden generar deficiencias; b) las aportaciones y los trabajos de algunos grandes pioneros por el conjunto de innovaciones que generaron: especialmente en áreas técnicas y en las formas de abordar el tratamiento y la intervención, contándose aquí las ayudas técnicas introducidas, las nuevas metodologías de enseñanza-aprendizaje, la atención comunitaria, la desinstitucionalización, la integración y la inclusión en la escuela, entre otros ejemplos; c) los avances sociales, esencialmente en términos de derechos y acceso a los bienes comunes de las personas con necesidades especiales, y lo que eso representa en nuevas actitudes públicas y colectivas, de cara a las personas diferentes, posibilitando el acceso a nuevas oportunidades de participación en las sociedades.

3.2. Perspectiva histórica de las necesidades especiales, un tiempo de exclusión

Gugel (2008) realizó una investigación en la que analizaba las civilizaciones más antiguas, intentando describir las relaciones de esas

civilizaciones con las personas con necesidades especiales. Desde Egipto, la Grecia clásica, Roma o Constantinopla hasta las civilizaciones cristianas, en las que, de una actitud de negación o idolatría, se pasaba a una actitud de compasión, evolucionándose hacia una concepción de protección del deficiente, que destaca con la institucionalización en las religiones monoteístas.

Asimismo, en la Edad Media se pensaba que las sociedades debían ser aligeradas de personas con deficiencias varias, pues se consideraban “almas diabólicas” o que representaban el pecado. Con el Renacimiento se producen algunos avances, destacando el embrión de nuevos métodos educativos, algunos avances en medicina que tuvieron influencia en los tratamientos y reforma de los primeros asilos. Aprovechando los cambios de la Revolución Francesa se procuró humanizar, según las descripciones de la época, la forma en que vivían estas personas, en condiciones inhumanas y muy próximas al trato que se daba a los animales.

En el Siglo XX los avances técnicos y científicos continuaron marcando algunos cambios, especialmente a aparición de nuevas disciplinas de conocimiento, como la Psicología, el Psicoanálisis y en la Pedagogía, pudiendo hacerse también aquí referencia a los pioneros que quedaron ligados a la historia contemporánea de las ciencias sociales y humanas: Freud, Piaget, Binet, Watson y Skinner, Montessori e Costa Ferreira entre otros, que tuvieron gran importancia, porque ayudaron a comprender mejor los sistemas de comportamiento humano, de aprendizaje de las emociones, contribuyendo de este modo a la mejora de los procesos psicopedagógicos y sociales al abordar la problemática de las personas con necesidades especiales.

El siglo XX fue el teatro donde sucesos históricos tuvieron un gran impacto en la vida civilizada, especialmente las dos Guerras Mundiales, el exterminio de millones de personas, con millones de mutilados de guerra, con la destrucción de ciudades enteras, la inversión de abultados presupuestos en la industria militar, con la expansión de ideas de exterminio y eugenesia. Aguilera Jiménez y Castillo Segurado (2011) lo sistematizan de este modo: la eliminación física, en estos periodos de eugenesia, o en momentos más anteriores, como en la Antigüedad o la Edad Media, donde estaban legitimados el infanticidio y el homicidio, llegando al punto de sacrificar a la madre por ser responsable de

tal nacimiento; la utilización para la diversión (los casos más conocidos son el bufón de corte para regocijo del Rey y los cortesanos, o la exhibición de malformaciones, en los circos o las calles, a fin de recoger limosnas; exclusión y ocultación, incluyéndose aquí todos los procesos de segregación y separación a los que estos grupos fueron sujetos socialmente, igual que en tiempos más pretéritos, en que se les confundía con locos o marginales; negación de sus derechos por la dificultad de participar socialmente, no tuvieron acceso, muchas veces, a derechos elementales, como educación, salud, trabajo o conocimiento.

A pesar de todo, la posguerra y el subsiguiente periodo de reconstrucción impulsaron nuevos movimientos en diferentes áreas como la psicología de rehabilitación, rehabilitación física, ortopedia, o el aumento de ayudas técnicas, el avance de la medicina genética, de la lucha contra las infecciones, de la farmacología y de la cirugía cerebral. Al mismo tiempo, en este periodo se observaron grandes procesos a nivel de derechos humanos y de los derechos de las minorías, aunque se recurriera a los tribunales para hacer valer esos derechos, tanto en Europa como en Estados Unidos.

Esos movimientos tuvieron gran influencia en el ámbito social, especialmente en la educación, dándose, en la segunda mitad del siglo XX, importantes cambios en el sentido del “Derechos a la educación para todos”, en la reivindicación de compensar las necesidades con nuevos medios de intervención, con recurso a profesores especializados, a programas educativos adaptados y recursos técnicos adecuados. Todo esto acompañado de una legislación reguladora de esos cambios, siendo la más paradigmática y al mismo tiempo un hito histórico la publicación, en Estados Unidos, de la Ley Pública 94-142, aprobada en 1975, que consagra el derecho a la educación de todos los niños en los “ambientes menos restrictivos” abriendo, de este modo, la escuela pública a toda la infancia, lo que hasta ese momento no sucedía al existir la opción de una educación segregada. También fue muy relevante la aprobación, en el Reino Unido, del Informe Warnock (1978) que consagra, entre otros aspectos, el cambio del paradigma clínico al paradigma educativo, o sea, independientemente de sus deficiencias los niños y jóvenes tienen derecho a la educación, e introdujo, además, el concepto de “necesidades educativas especiales”, de donde se tomó prestada la denominación que se utiliza, a lo largo

de este trabajo, para aludir de otro modo a las personas con deficiencia, evitando el estigma que acarrea esta segunda denominación, prefiriendo referirse a ellas como necesidades especiales. Las necesidades educativas especiales, en la acepción del Informe Warnock, no significa que los niños sean especiales por sus características, sino por los medios que hay que movilizar para responder a sus necesidades, que son menos comunes. Por esta razón, se procura, en este trabajo, marcar la ruptura con el término “deficiencia”, y se utiliza, como alternativa, el término de necesidades especiales. Serrano (2005, p. 57)), Necesidades Educativas Especiales (nee) es “lo que toda persona necesita para acceder a los conocimientos, habilidades, aptitudes socialmente consideradas básica para su integración activa en el medio al que pertenece, como persona adulta e autónoma”.

2.3.1. Las personas con necesidades especiales en la sociedad de hoy, tiempo y derechos a una plena participación

Se estima, por los estudios internacionales referidos por la Naciones Unidas (2015), que existe una prevalencia de entre el 10% y el 12% de personas con algún tipo de necesidades especiales, constituyendo casi un billón de personas en todo el mundo. El 80% de esa población vive en países en vías de desarrollo. El Banco Mundial estima que el 20% de las personas más pobres tienen necesidades especiales, y que las mujeres sufren desventajas múltiples a causa de su sexo y sus necesidades específicas.

De acuerdo con Informe Mundial sobre Deficiencia, (2011) aproximadamente 758 millones de personas en mundo (15,6%) con 15 años o más viven con alguna forma de deficiencia, que el *Global Burden of Disease* estima en torno a los 957 millones de personas (19,4%). De ellas, la *World Health Survey* estima que 110 millones (2,2%) poseen dificultades funcionales muy significativas, mientras que el *Global Burden of Disease* estima que 190 millones (3,8%) posee una “deficiencia grave” –equivalente a deficiencias debidas a condiciones tales como tetraplejia, depresión grave o ceguera). Solamente el *Global Burden of Disease* mide la infancia con deficiencia (de 0 a 14 años), que estima en 95 millones de niños (5,1%), de las cuales 13 millones (0,7%) poseen “deficiencias graves”.

Los datos de la OMS (en Maio e Gugel, 2009) revelan que, en ciertos países, un cuarto de la población con necesidades especiales sufre malos tratos y abusos violentos, siendo los valores más elevados cuando se refieren a niños y enfermos. La negligencia, la falta de alimentación y de cuidados básicos son los motivos más frecuentes de los malos tratos. Los malos tratos pueden ser de naturaleza física o psicológica, con el respectivo empleo de la fuerza, exceso de medicamentos o intimidación, coacción, aislamiento social, privación sensorial y el no poder participar en las decisiones que le afectan.

El camino recorrido ha sido largo para poder encarar a este grupo de ciudadanos no desde una posición de caridad e indulgencia, sino como ciudadanos de pleno derecho en la vida social y en el ejercicio de la ciudadanía. Desde la década de los setenta y ochenta del siglo XXX varios movimientos cívicos y sociales han contribuido a esos cambios de mentalidades y prácticas. Muchos de esos movimientos contribuyeron al resultado de los trabajos de varias Asambleas Generales de Naciones Unidas que, en 1981, declararon el Año Internacional de las Personas con Deficiencia y que aprobaron, en 1982, un Programa Mundial de Acción para las Personas con Deficiencia que constituyó una etapa histórica: la amplitud de las áreas implicadas da cuenta de la complejidad y amplitud del abordaje de la problemática de que las necesidades especiales implica, como el combatir la discriminación y las diferentes formas de exclusión, así como las barreras físicas y sociales que impiden su participación en la sociedad. En 1992 la Asamblea General instituyó el 3 de diciembre como el Día Internacional de la Persona con Deficiencia, y definió la década de 1993 a 2002 para Asia y Pacífico como la década de las personas con necesidades especiales, llamando de este modo la atención a los Gobiernos y las sociedades sobre lo mucho que aún está por hacer a nivel de derechos y de calidad de vida de este grupo de personas. También las instituciones europeas, a nivel del Consejo de Europa y del Parlamento Europeo, tomaron conjuntamente iniciativas en este mismo sentido, conmemorándose por primera vez en 1993 el Día Internacional de la Deficiencia. Con este propósito se realizó una sesión en el Parlamento Europeo donde participaron más de cuatrocientas personas con deficiencias, provenientes de varios países de Europa, con el objetivo de discutir sus derechos humanos, expresando sus experiencias de marginación, de

segregación y de aislamiento social. EN 2006 el mismo Consejo de Europa aprobaba el Plan de Acción del Consejo de Europa que estuvo en vigor entre 2006 y 2015 y que intentó movilizar a los estados miembros y sus respectivas estructuras nacionales, regionales y locales.

Barnes y Mercer (2004) presentaron el modelo social de la deficiencia como un abordaje que permite el análisis de la situación de la persona con necesidades especiales en una perspectiva donde la necesidad se produce en la relación de la persona con el medio que la rodea, incluyendo las actitudes, creencias, arquitectura, sistemas y servicios. El modelo social es un instrumento esencial para concretar los derechos de esta población, pues permite determinar, exactamente, lo que debe cambiarse para garantizar los derechos y la dignidad de las personas en los diferentes niveles de su calidad de vida. Este modelo defiende que la incapacidad y la deficiencia son una construcción social, por lo que se impone la necesidad de afrontar la cuestión de un modo más político que científico, en el sentido de promover cambios sociales adecuados a un nuevo entendimiento de los problemas abordados.

Este conjunto de cambios generó las condiciones para que, el 13 de diciembre de 2006, la Asamblea General de Naciones Unidas aprobase la Convención Internacional de los Derechos de las Personas con Discapacidad, que tiene una enorme relevancia por ser el primer tratado de derecho internacional que reconoce un conjunto de derechos a las personas con necesidades especiales y que rompe con una visión del pasado, asumiendo la dimensión social y política de la problemática. A pesar de los múltiples avances, un Informe de la OMS (2011) todavía identifica un vasto conjunto de barreras que se revela necesario superar, a nivel de salud, de sistema escolar, de actividad económica, de elevadas tasas de pobreza, fuertes restricciones de participación en la vida comunitaria y, aún, fuertes barreras de accesibilidad a los edificios, a la vía pública, a las tecnologías y la comunicación.

2.3.2. Principales desafíos de futuro

Todavía son muchas las barreras sociales, los estigmas, los obstáculos y la imposibilidad de estas personas para llevar una vida en conjunto como la de los restantes conciudadanos. Como refiere Herrero (2008), las sociedades

tienden a tratar a estas personas como “no personas”, alejándolas del bienestar, del afecto, del trabajo, de la libertad de decidir sobre sus propias vidas, alejando así a las personas con necesidades especiales y a las minorías en general, de los más elementales derechos humanos. Así pues, son varios los desafíos a enfrentar, una nueva forma de encarar las diferencias. Al decir de Store y Magalhães (2011) la “rebelión de las diferencias”, o sea, deconstruir el pensamiento dominante sobre la normalidad encontrando nuevos espacios sociales para que se exprese la heterogeneidad de diferencias étnicas, religiosas, etc., con la ganancia que eso puede traer en cuanto al enriquecimiento de sociedades más tolerantes y más abiertas.

Otro desafío consiste en el cambio de actitudes ante las personas que sufren procesos de discriminación, especialmente las personas con necesidades especiales. Pérez Bueno (2013) destaca que se deben diseñar políticas públicas más transversales, que puedan contribuir a una mayor visibilidad social, una imagen social más positiva, una participación activa en la sociedad, mayor autonomía y desarrollo de sus capacidades potenciales, para lo cual una de las áreas prioritarias a la hora de alcanzar estos objetivos es optar por políticas de educación inclusiva, determinadas por el efecto multiplicador que implican para los propios afectados, sus familias y para la sociedad en general.

2.4. La Inclusión social de personas con necesidades especiales

En las sociedades contemporáneas los excluidos no son un grupo homogéneo, aunque tengan una gran importancia numérica. Las propias formas en que evolucionan las sociedades generan fenómenos de exclusión que, por esa vía, desestabilizan los grupos sociales, siendo, por eso, un fenómeno multidimensional, atravesando varias áreas en las que se manifiestan sus síntomas, desde el empleo a la vivienda, las cuestiones de los jóvenes, etc.

Subirats (2004) desarrolla una taxonomía de categorización de los principales factores de exclusión, definiendo varios ámbitos de exclusión: económica –pobreza, dificultades financieras, dependencia de subsidios-; ámbito laboral –desempleo y precariedad laboral; ámbito formativo-; acceso a la educación –fracaso y abandono escolares-; ámbito sociosanitario –acceso a los recursos sanitarios; necesidades especiales; problemas y dolencias mentales y

otras deficiencias que provocan dependencia-; ámbito de la vivienda –falta de una; acceso precario; espacio urbano y barrios degradados-; ámbito relacional deterioro de las relaciones familiares y sociales, debilidad de las redes sociales y estigma social-; ámbito de la ciudadanía –privación de derechos, acceso a la ciudadanía y a la participación política-.

En lo tocante a las personas con necesidades especiales existe una fuerte relación entre sus dificultades y la discriminación, la pobreza y la exclusión social, siendo este grupo social de los que figuran entre los más desfavorecidos socialmente, Priestley (2001) llama la atención sobre las diferentes formas de exclusión, más o menos desarrolladas, que niños, adultos y enfermos sufren en función de las zonas del mundo donde viven, con mayor o menor capacidad de reivindicación y de espacio para la ciudadanía de estos grupos.

Gutiérrez (2005) destaca que se deberían encontrar nuevas vías de lucha contra la exclusión y la discriminación social, esencialmente abandonando el enfoque de que la causa es un problema médico, de naturaleza individual, que se aborda de modo médico y caritativo para, por el contrario, entender que se trata de una cuestión de derechos humanos y de igualdad de oportunidades. Según Clavel (2004), es necesaria una profunda evolución cultural que debe acompañar a las transformaciones económicas, sociales, institucionales, siendo esto una de las primeras condiciones para poder pasar de una sociedad de la exclusión a una sociedad inclusiva y de la solidaridad. Existen algunas condiciones que contribuyen a esta evolución y que han sido definidas por el mismo autor. La primera se refiere al cuestionamiento de los factores y valores que subyacen en el crecimiento económico e industrial, que frecuentemente tiene objetivos de mera producción, olvidando los factores humanos y sociales asociados. La segunda supone colocar a los excluidos en el centro de las políticas y las prácticas. Reflexionar sobre el impacto que las medidas políticas tiene sobre la integración, en el sentido de evaluar los efectos que pueden tener en la vida de estos grupos, socialmente en dificultades, por lo que las mismas medidas deberían tomarse de acuerdo con las asociaciones de estos grupos, que están más cerca a sus realidades. La tercera se refiere a que los excluidos deberían ser reconocidos como actores de estos procesos y no como meros objetos destinatarios pasivos. Esto significa reconocerlos como interlocutores

válidos en un proceso de ciudadanía activa. La cuarta y última, es que las políticas a implementar pasen de un registro sectorial a uno más amplio y global, a una política de empleo, con una política social de vivienda en las ciudades, una política social de trabajo y de rendimiento; una política profesionalizante en la educación.

De ahí que el concepto de inclusión social constituya una aproximación que implica el respeto por la diversidad, cooperación e innovación social, una participación de los propios interesados y de las comunidades en la implementación de los cambios en, según la propia Comunidad Europea (2005), el acceso a nuevas oportunidades y a los recursos necesarios para que las personas excluidas puedan participar plenamente en las esferas económica, social y cultural, de modo que se beneficien de un nivel de bienestar normalizado para la sociedad de pertenencia.

2.4.1. Estudios y trabajos de investigación

Se hace referencia en este punto del informe a los siguientes estudios que ilustran diferentes dimensiones de la inclusión:

1. Silva (2010), una investigación centrada en la compañía de danza “Danzando con la diferencia”, radicada en la isla de Madeira. Trabajo que desarrolla las percepciones de los bailarines con y sin deficiencias. Se trata de una iniciativa sin implicación del Estado en términos políticos y financieros, donde se puede destacar la importancia que ha tenido la experiencia de los bailarines con incapacidades que aprenden a sacar partido del arte para cambiar su imagen corporal y el fuerte potencial de la interacción con bailarines sin esas limitaciones.
2. Freire (2010), estudio centrado en jugadores de baloncesto en sillas de ruedas. Se verifica por los resultados el efecto muy positivo de la actividad deportiva en la autoimagen y autoestima de los respectivos jugadores.
3. Almeida (2008), trabajo de investigación centrado en la educación inclusiva y la inclusión social, utiliza el método autobiográfico para revelar la experiencia de personas, contando sus historias de vida. Queda patente en este estudio la complejidad de los procesos de

inclusión, especialmente a nivel de vivienda, precariedad financiera, acceso a actividades comunitarias, en los bajos niveles de independencia, barreras arquitectónicas y la dificultad de acceso a los transportes públicos entre otros aspectos que dificultan los procesos de inclusión social.

4. Badía, Gorgaz y Verdugo (2012) desarrollan un estudio sobre la participación de las personas con necesidades especiales en las actividades de ocio. La población de estudio fueron jóvenes adultos, verificándose que la participación en actividades de ocio está más determinada por factores ambientales que por las características de las personas, o sea, los autores concluían que existen grandes discrepancias entre los gustos y voluntades de los sujetos en cuanto al modo de ocupar su tiempo libre y las actividades que efectivamente desarrollaban al efecto. Por ejemplo, un significativo porcentaje de personas preguntadas prefería actividades al aire libre y de deportes, pero frecuentemente permanecen en casa en actividades clasificadas como pasivas, como ver la televisión. Faltan, pues, condiciones prácticas y adecuadas para que pudiesen desarrollar y practicar las actividades que más les gustan, por el detrimento de las condiciones reales que se les ofrecen.
5. Martinelli (2008), utilizó la entrevista para estudiar la participación social como elemento fundamental de inclusión. Para esta investigadora resulta patente que no basta, para que se concrete la inclusión social, con que las personas participen en actividades, sino que esa participación pueda emerger de comportamientos de autonomía y de una vida lo más independiente posible. Esto implica no que las personas con necesidades especiales participen apenas en esta o aquella actividad, sino que esa participación implique la expresión de sus propios intereses y motivaciones.

2.4.2. La inclusión social de las personas con necesidades especiales en las políticas locales.

En este subtema del marco teórico se abordan las diferentes medidas y áreas de trabajo que los municipios pueden desarrollar, en el sentido de

promover Planes de Inclusión. Este trabajo, presentado por el CERMI, cruza los documentos internacionales más relevantes con varios planes desarrollados por algunos municipios españoles. En resumen, se puede indicar, a partir de aquí, cuáles son las áreas prioritarias que deben considerarse en las políticas sociales, y que enumeran: servicios sociales, información y sensibilización, accesibilidad, participación social, educación y formación, salud, inclusión laboral, vivienda, ocio, cultura y deportes.

2.4.3. Las potencialidades de la pedagogía social en las comunidades

Dado que el foco del presente trabajo de investigación es la educación como estrategia y herramienta para promover cambios sociales, pareció necesario estudiar el aporte de la pedagogía social, por la importancia que tiene en la lucha contra las exclusiones y las nuevas prácticas de ciudadanía que implican. Una pedagogía que influya en el respeto a la diversidad, en la diversificación de sistemas de respuesta a los problemas, que implique a diferentes actores, es un elemento necesario para fundamentar los modelos de educación no formales y menos tradicionales.

Ortega (1999, citado por Gomez, Freitas y Calleja, 2007) da un gran énfasis a la educación social como forma de ayudar a los individuos y grupos a participar en la vida comunitaria. El cruce de la Pedagogía Social (enfoque teórico) con la Educación Social (praxis) puede ayudar a construir un determinado modelo de conciencia cultural en las sociedades más contemporáneas. Se han dado varios ejemplos de este modelo de intervención que utiliza la ciudad y el barrio, el conjunto de actores sociales, la movilización de recursos del medio para emprender acciones como la apertura de la escuela al medio, el trabajo de alumnado con necesidades educativas especiales, los proyectos de animación sociocultural y la ayuda a personas o grupos con dificultades.

Sirvent (1984) se refería a esta dimensión como “educación comunitaria”, en una perspectiva en la que la educación favorece la transformación del medio social, siendo considerada la educación como una necesidad a lo largo de la vida y la comunidad como un ente con capacidad de enseñar y aprender; reconociendo que, más allá de la escuela, existen otros recursos educativos;

potenciando los recursos existentes en las comunidades para concretar acciones integradas; procurando soluciones para los problemas, los medios y las condiciones endógenas y promoviendo la participación de las comunidades en los procesos llevados a cabo.

3.3. Procesos educativos inclusivos en las ciudades.

3.3.1. El movimiento de las ciudades educadoras

Según Cabloy Villar (2001) existe una fuerte relación entre la educación y un territorio, que es visible en la integración de proyectos sociales, culturales e institucionales que están presentes en las escuelas y las comunidades. La ciudad, en su función educadora, asume el medio como un contexto favorable para la formación, procurando propuestas integradoras, y entiende la educación como un dominio que adquiere en el espacio territorial una dimensión integrada y permanente. En verdad, el proceso educativo depende mucho de la interacción con el individuo y el medio que le rodea; de ahí que las acciones más desarrolladas, cuanto más rico sea el medio en experiencias y cuanto más significativas se vuelvan estas, mejor será para el proceso educativo.

El grado de educabilidad de una ciudad va a depender mucho, según Trilla (1999) y Castells (2006), de las estructuras educativas formales, de los espacios de educación permanente, de la animación sociocultural, de los múltiples equipamientos colectivos y de sus funciones educativas: bibliotecas, museos y centros cívicos, teatros, centros de exposiciones, eventos de interés educativo, espectáculos y también de las instituciones y la red que se constituye para generar formación.

Con estos presupuestos tuvo su inicio este movimiento en 1990 en Barcelona, donde transcurrió el I Congreso Internacional de Ciudades Educadoras con el tema “Ciudades Educadoras de la Infancia y la Juventud”, donde estuvieron presentes 70 ciudades, representadas por sus Gobiernos Locales, donde se asumieron las responsabilidades de mejorar las vidas de sus conciudadanos, asumiendo que la educación debería considerarse como un aspecto primordial del bienestar de la comunidad, que debería privilegiar la ciudad como espacio donde concretarlo. Actualmente están asociadas 482 ciudades de 36 países de todo el mundo: de Europa (387 ciudades, 13 países),

de Asia-Pacífico (28 ciudades de 6 países); de América (58 ciudades de 12 países) y de África (9 ciudades de 5 países). En Portugal la AICE, en febrero de 2016, tenía 60 ciudades asociadas, que constituyen la red portuguesa de ciudades educadoras.

La AICE posee un banco de documentos donde se puede verificar el estado del arte de los proyectos socioeducativos más relevantes, estando ya inscritas más de mil experiencias socioeducativas que se pueden constituir en buenos ejemplos de trabajo en la temática de educación en la ciudad. No obstante, el sentido de la revisión bibliográfica fue cruzar temáticas de inclusión social y de personas con necesidades especiales, siendo posible caracterizar 49 experiencias que, en diferentes ciudades de varios países (Polonia, España, Portugal, Uruguay, Francia, Italia, Brasil, Colombia y Argentina) trabajan estas temáticas bordando variadas dimensiones del problema, como son el deporte, empleo, barreras física y arquitectónicas, educación y formación.

3.3.2. Las ciudades inclusivas

Según la División de Población de Naciones Unidas, cerca del 54% de la población mundial vive hoy en medios urbanos, previéndose que ese número aumente, pues la revolución industrial y la movilidad de las poblaciones hacia los ambientes urbanos trajo consigo una escalada de la urbanización que implicó una mayor concentración de recursos y oportunidades, pero generó, al mismo tiempo, lo que Naciones Unidas denominan el planeta de las favelas. El abandono de las actividades tradicionales, la pobreza creciente, la generación de minorías o el crecimiento acelerado acarrearán problemas de planificación y crecimiento desordenado, las transformaciones urbanas implican, a menudo, desempleo; las alteraciones en los procesos de producción tuvieron como consecuencia transformaciones económicas y sociales que llevan implícitas diferentes tipos de marginalización. En este contexto emergió un conjunto de movimientos urbanos en torno a la inclusión social y la democracia participativa. Según Naciones Unidas (2000) la ciudad inclusiva es el lugar donde las personas, independientemente de su situación económica, del sexo, edad, raza o religión tienen posibilidades de participar, de forma productiva y positivamente, en las oportunidades que las ciudades les ofrecen.

Respecto a las personas con necesidades especiales, la ciudad, en cuanto que espacio de diversidad, no se vive por todos del mismo modo. Existen grupos sociales que están excluidos del disfrute de la ciudad o que lo hacen de forma precaria. Muchas personas, a causa de la especificidad de sus necesidades, no pueden salir de casa, no pueden circular por el espacio público, y no participan en la vida cívica. Están impedidas para vivir las mismas experiencias y compartir los mismos recursos que el resto de la población. Esta reconfiguración de las ciudades implica decisión política y cambio en las prácticas, desarrollando formas de devolver a las personas con necesidades especiales su derecho a la ciudadanía. En el presente trabajo se recopilieron diez casos, diez ciudades en ocho países, que emprendieron experiencias de inclusión de estos ciudadanos en el espacio urbano, siendo posible realizar un elenco de las áreas prioritarias para la inclusión social: accesibilidad, sensibilización de la comunidad, participación de los propios interesados en la implementación de las soluciones, acceso a la vida comunitaria en términos de cultura, deporte, ocio, educación recreativa, la existencia de servicios de apoyo y acceso a la información y las tecnologías.

3.3.3. Políticas de los Gobiernos Locales en la promoción de las ciudades educadoras

La actividad de los municipios conoció, desde el 25 de abril de 1974, una gradual autonomía respecto al poder central. Hasta esa fecha, los municipios eran una administración centralista y jerarquizada, que miraba por el control del territorio y las comunidades partiendo de lo dictado por la Administración Central. Al decir de Pereira (1988), refiriéndose a la reforma administrativo liberal de Mouzinho da Silveira como un modelo que trajo una “ponderación excesiva del poder central, reduciendo la participación de las poblaciones” (p, 101).

En este periodo de grandes transformaciones sociales en Portugal se puede destacar, como una de las más importantes y representativas para el refuerzo del desarrollo del país y del ejercicio de la democracia, la afirmación de poder local democrático. Esta afirmación tuvo varias consecuencias, tanto a nivel administrativo y económico como a nivel político y de desarrollo local. Son ejemplos de eso la publicación de la *Lei das Autarquias Locais* en 1977, la aprobación de la *Lei das Finanças Locais* en 1979, la participación de los

municipios en los órganos de gestión de las escuelas, las primeras transferencias de competencias a los municipios en el área educativa en 1984, y la publicación de la *Lei de Bases do Sistema Educativo* en 1986, consagrando el papel de los municipios en el sistema educativo. Desde el despuntar del poder local democrático la intervención de los municipios portugueses ha sido muy rica en términos de educación no formal e informal, creando, de ese modo, una verdadera territorialización de la educación donde tienen relevancia las políticas educativas y sociales que se llevan a efecto a título compensador de en la tentativa de resolver dificultades o superar problemas. Como llama la atención Del Pozo (2003, citado por Coppini, 2006), los municipios, por la fuerte relación con la red social de la comunidad, no pueden tener solamente una acción de mera gestión y administración de sus poderes y competencias, sino que deben desempeñarse activamente en los procesos políticos, legislativos y sociales que tengan influencia en la calidad de vida de las poblaciones.

4. Metodología utilizada

La organización de este estudio implicó un conjunto de métodos que posibilitan conocer, conforme a los objetivos establecidos, las políticas inclusivas de las ciudades, y reflexionar sobre sus implicaciones en la calidad de vida de las personas con necesidades especiales, procurando caracterizar las buenas prácticas de inclusión social.

En este marco, se ha procurado ir más allá de elegir, simplemente, que las técnicas de investigación fuesen más adecuadas, por lo que se empezó por procurar un marco de referencia para el estudio. Se pretende estudiar las políticas socioeducativas, teniendo como referencia diferentes lugares y municipios. Interesa comparar esas realidades para poder comprenderlas mejor en sus diferencias sus semejanzas. En este marco la metodología de investigación comparada se revela como la más pertinente, pues en el caso presente, se tienen realidades que merecen ser confrontadas, habiendo interés y significado educativo en estudiar las semejanzas y diferencias de los casos investigados.

En esta perspectiva, el abordaje propio de la metodología comparatista es muy útil, pues permite comprender los sistemas educativos o aspectos

relacionados con ellos por medio de la comparación de casos y de unidades de estudio. Como refiere García Garrido (1991), no existe una ciencia comparativa en educación, pero sí una metodología comparada aplicada a la educación. Esta metodología sirve para estudiar diferentes problemas educativos, sobre todo, cuando eso implica estudiar dos o más fenómenos del mismo tipo, procurando interpretar los fundamentos o las razones de las discrepancias o semejanzas detectadas. La comparación en educación se utiliza cada vez más en las ciencias sociales, por el papel que desempeña la educación, entendida como un factor de las sociedades y una condición de perfeccionamiento y discusión de los sistemas educativos.

De acuerdo con Bray, Adamson y Mason (2010), el modelo comparatista enfoca no solo estudios internacionales, comparando países o regiones, sino también unidades de análisis como barrios, ciudades o escuelas, lo que permite desarrollar estudios de caso de ciudades y sus políticas educativas y de inclusión. En el presente estudio estas unidades se abordan como estudios de caso, método cualitativo adecuado cuando se quiere comprender, explorar o describir acontecimientos y contextos complejos y específicos, contrastando efectos y relaciones entre sí. Como refiere Fidel (1992) esta es una metodología muy utilizada cuando no existe un conocimiento previo de los fenómenos, por lo que a través del estudio de caso se puede llegar a construir teorías.

La presente investigación se caracteriza por pretender realizar un estudio descriptivo, de naturaleza cualitativa, encuadrado en una metodología comparatista y que adopta la forma de lo que en la literatura se acuerda designar como estudio de caso.

Se han utilizado instrumentos y técnicas al uso en este marco metodológico, como son la recogida de datos a través de cuestionario, las entrevistas y el análisis documental. Se ha utilizado el cuestionario como recurso para recoger información de un grupo grande de informantes, 60 ciudades que pertenecen a la AICE.

Con la aplicación del cuestionario fue posible seleccionar las ciudades y municipios con mayor potencial inclusivo, aplicándose a esas la técnica de entrevista individual para profundizar en la recogida de información, según los

objetivos establecidos. Se hicieron entrevistas a los informantes clave de los municipios seleccionados que permitieron obtener informaciones más detalladas para identificar las políticas, las medidas y acciones de inclusión social en cada una de las unidades de estudio.

5. Descripción de la realidad portuguesa

5.1. Caracterización de las ciudades estudiadas

En esta parte del trabajo se efectúa una presentación genérica de las 57 ciudades portuguesas que, a fecha de noviembre de 2015, pertenecen al movimiento de Ciudades Educadoras, y que ha experimentado un gran incremento y una fuerte adhesión en Portugal: más allá del número significativo de ciudades que forman parte de AICE, se puede decir que abarcan los municipios más poblados del país, que cubre casi la mitad de la población portuguesa (el 45,4%), siendo un total de 4.832.099 personas las que habitan en ciudades asociadas a AICE. Si se considera a los grupos con necesidades especiales los números son también muy significativos por su representatividad: en términos nacionales se puede verificar una prevalencia del 6% de media de población en las 57 ciudades, en consonancia con la media nacional, representando en cifras absolutas, un total de 288.714 personas con necesidades especiales que, en 2015, habitaban en ciudades asociadas a AICE.

Por lo que se refiere a la distribución de las ciudades en territorio nacional, se verifica que hay una gran concentración en la región de Lisboa, con un 39% de la población, y en la Región Norte con un 35%, dado que en ambas regiones metropolitanas se sitúan las ciudades más pobladas. Se realizó, todavía, un ejercicio para verificar la distribución, teniendo en cuenta la población de las Ciudades Educadoras portuguesas, a fin de encontrar la media de población y los mayores y menores desvíos de esa media, que se sitúa en los 84.774 habitantes, siendo la más poblada Lisboa, con 542.917 habitantes, seguida de Sever do Vouga con 12.322 habitantes. Se verifica también que la ciudad más próxima a la media es Paredes, con 87.004 habitantes.

5.2. Presentación y descripción de las unidades de estudio

La ciudad designada como “ciudad B” se integra en un municipio muy marcado por la exclusión, sobre todo debida a la crisis económica y al desempleo, con unos valores medios por encima del área metropolitana donde se ubica. Se han registrado, en los últimos años, un número creciente de empresas que cesaron su actividad laboral por insolvencia, sobre todo en el sector inmobiliario. Es una comunidad muy marcada por los problemas sociales: bajas cualificaciones, abandono escolar temprano, exclusión familiar y disfunciones familiares, elevados índices de pobreza y carencia de estructuras sociales de apoyo. Los problemas económicos y laborales tienen un fuerte peso en el perfil socioeconómico del *Concelho*, así como los problemas de cualificación de la población y del fracaso y abandono escolar. La población con necesidades especiales es el 4,6% del cómputo general de la población, según el censo de 2011, y la mayor prevalencia se sitúa en los grupos de edad de 20 a 50 años y de 50 a 74 años.

La ciudad designada como “ciudad X” se integra en un municipio que en las últimas décadas ha tenido un crecimiento de población bastante relevante, por el nivel de centralidad del territorio, por la proximidad al a capital y por la atracción que eso ha generado en términos de estabilidad de la población. Al contrario que en la Ciudad B, el nivel de desempleo registrado es inferior a la tasa nacional y el grupo de edad más afectado es la franja situada entre los 20 y 29 años, entendiendo que este grupo que intenta iniciar una vida familiar enfrenta problemas de sobreendeudamiento que incrementan los riesgos de pobreza y exclusión social. En el diagnóstico social del *Concelho* aparecen como factores de exclusión más relevantes el desempleo de la población joven, las dificultades para mantener funciones básicas relacionadas con la vida familiar y el envejecimiento de la población. De ahí la gran importancia dada a los problemas de salud y a los que tienen que ver con las necesidades de ese grupo, que presenta carencias muy específicas y elevados niveles de dependencia. El porcentaje de personas con necesidades especiales es del 3,9%, un grupo próximo a las 4.600 personas.

6. Presentación de los resultados de la recogida de datos

6.1. Cuestionarios

Una parte muy desafiante del trabajo fue la concreción, organización, validación, recogida y tratamiento del cuestionario que sirvió de base a esta auscultación más extensiva de las ciudades. La producción de este instrumento puede convertirse en una importante herramienta de observación y de contraste del potencial inclusivo de las ciudades.

Entre otros aspectos significativos fue posible, tras analizar los 31 cuestionarios devueltos, obtener información sobre la ciudad, la educación y la inclusión, la construcción de la ciudad inclusiva, los recursos y medios de las ciudades que favorecen la inclusión, las políticas inclusivas llevadas a cabo en las ciudades y su potencial inclusivo, organizándose un *ranking* de ciudades de más a menos inclusivas.

De ahí partió un estudio más detallado de las cuatro ciudades más y menos inclusivas, siendo posible caracterizar lo que le da ese carácter. Las más inclusivas son aquellas que prestan más atención a los grupos con problemas físicos y mentales, se preocupan más por la inclusión social y la inclusión educativa, apuestan más por la creación de servicios sociales, ponen en valor el trabajo en red y la formación a lo largo de la vida, dirigen proyectos de educación inclusiva, de deportes y de integración comunitaria, desarrollan políticas amplias que cubren más áreas con potencial inclusivo, los ejecutivos municipales tienen mayor sensibilidad y ponen más empeño, en los procesos de toma de decisiones se valora mucho la sustentabilidad técnica de las propuestas y se realiza una evaluación más positiva del trabajo que se desarrolla en todos estos dominios.

6.2. Entrevistas

Siguiendo el diseño metodológico, fue entonces posible seleccionar las dos ciudades cuyos resultados en el cuestionario indicaban su mayor potencial inclusivo, y se desarrolló el estudio de los dos casos, utilizando la metodología comparatista, para poder llegar a establecer lo que se denominan buenas prácticas inclusivas.

A partir de ocho entrevistas (a políticos, técnicos municipales, personas con necesidades especiales, responsables de asociaciones locales directamente relacionadas con la problemática), cuatro por ciudad, fue posible desarrollar la

información sobre: proyectos inclusivos; políticas y prácticas llevadas a cabo; el modo en que se concretan las medidas políticas; cómo se coordinan y organizan los servicios municipales en relación a las políticas definidas; la participación de los ciudadanos con necesidades especiales en las decisiones; las principales dificultades y obstáculos que enfrentan las ciudades en estas cuestiones; y sobre las perspectivas y expectativas de futuro.

Este análisis más detallado permitió caracterizar bien aspectos relacionados con las políticas seguidas, los medios desarrollados, las dificultades y obstáculos en la construcción de la ciudad inclusiva y las expectativas de cambio, así como indagar en los niveles de participación de las personas con necesidades especiales y, a partir de ahí, aislar lo que puede influir en las buenas prácticas de gestión de una ciudad que favorezca la inclusión social.

7. Síntesis comparativa. Discusión de resultados

Respecto a los objetivos que se lograron con el cuestionario, se pueden dividir los procesos de inclusión en tres tipos de patrones. Las ciudades que están aún en un estado muy embrionario, que están despertando a la cuestión, pero que aún no tienen una experiencia relevante sobre ella; las ciudades que se encuentran en un estado de arranque de acciones y medidas inclusivas, pero que todavía necesitan recorrer todo un camino de concreción más consistente y, finalmente, las ciudades que se encuentran en un estadio de desarrollo, que ya arrancaron y tienen un trabajo en el terreno, que lo han asumido en su proyecto político y de desarrollo, que tiene dispositivos y medios que ya se distinguen en los estadios anteriores y que consiguieron montar un proceso de desarrollo a nivel local, de las instituciones, entidades, escuelas, asociaciones de y para las personas con necesidades especiales y que entienden el trabajo hecho como un proceso de desarrollo que necesita de continuidad y de medios para progresar.

Este análisis resultante del estudio de las dos ciudades viene a confirmar la tendencia en los resultados obtenidos con el cuestionario, concluyéndose que las ciudades más inclusivas son aquellas en que, por ejemplo, se verifica que se preocupan por los procesos de exclusión e inclusión en general y en particular de las personas con necesidades especiales. En ellas se apuesta por crear las

condiciones de acceso a los medios y recursos de la ciudad, de modo que todos los ciudadanos los puedan utilizar; existe una fuerte apuesta por la convivencia social, creando oportunidades de socialización en la comunidad y en la educación/formación como áreas centrales de los procesos inclusivos; las políticas desarrolladas se refieren a un conjunto extenso de áreas de intervención, desde el acceso a los bienes sociales, culturales, deportivos o de ocio hasta las infraestructuras básicas como espacio público de transportes, vivienda, empleo, etc. Asimismo, se verifica la sensibilidad de los ejecutivos y la fuerte opción política continuada en la promoción de las transformaciones necesarias en las ciudades; existe una opción por parte de quienes toman las decisiones políticas de ejercer sus funciones en un entendimiento propio y autónomo de las competencias que se les atribuye legalmente, al mismo tiempo que, en los procesos de toma de decisiones, se valoran los estudios existentes y la sustentabilidad técnica de las soluciones. También existen espacios de participación en las decisiones políticas adoptadas para los destinatarios o sus representantes; los proyectos llevados a cabo deben tener las condiciones para generar procesos de asociación y cooperación, para rentabilizar los recursos, favorecer la innovación, promover la participación social y deben estar intrínsecamente ligados a los problemas del territorio.

Conclusiones y recomendaciones

Tras la realización de la presente investigación se ha relevado muy interesante el cruzar el tema de la inclusión con el de las ciudades, y constatar el potencial inclusivo de las Ciudades Educadoras, tema que es mucho más político que técnico. Se vive en un momento histórico y social de entendimiento de las condiciones para una calidad de vida de las personas con necesidades especiales, como oportunidad para primar políticas que movilicen la sociedad, pues es ahí, en el fértil terreno de los cambios, donde se pueden alcanzar ganancias destacables.

En ese sentido, se han generado algunas recomendaciones que pueden ser de alguna utilidad para influir en la vida de las ciudades y de sus habitantes en la senda de los derechos, la solidaridad, la equidad y la inclusión, especialmente en las áreas de: promoción del desarrollo local, accesibilidad, convivencia social, campañas de información y sensibilización, educación y formación, tiempo libre y de ocio, cultura y deportes, estudios e investigaciones, trabajo, participación y ciudadanía, salud, servicios sociales y vivienda.

Además de este programa se ha elaborado también un conjunto de recomendaciones a nivel del modelo de gobernanza, en orden a lograr una mayor participación de las personas con necesidades especiales, la transversalidad de las políticas inclusivas a nivel de municipios, la importancia de los Planes Educativos de las Ciudades como forma de favorecer la inclusión social y la contribución de los Consejos Locales de Acción en la construcción de planes de inclusión para las Ciudades.

INTRODUÇÃO

1. Ponto de Partida e Motivações

Podemos afirmar que a motivação para este trabalho de investigação parte de três pontos distintos, mas complementares. O primeiro, prende-se com a prática docente exercida ao longo dos anos, primeiro diretamente com pessoas portadoras de deficiência, com quem trabalhei dez anos numa escola especial, lidando com as várias problemáticas complexas que estão presentes no percurso de desenvolvimento e de aprendizagem destas populações. As expectativas das famílias eram muito baixas, os meios técnicos eram, nesse tempo, muito escassos e a guetização social destas populações era uma verdadeira privação de estímulos e de experiências sociais significativas. Estávamos, então, nos anos 80 - princípios de 90, quando, em Portugal, se começou a falar de “normalização” por influência das teorias dos países nórdicos e da “integração” com o desenvolvimento, das primeiras experiências de colocação destes alunos nas escolas regulares.

O segundo, relaciona-se com o meu trabalho como formador de professores de educação especial, que se inicia em 1991 e, por via disso, com a necessidade de me preparar teoricamente para falar das várias matérias que fui ensinando, num primeiro momento, muito centradas em técnicas que visavam intervir junto do aluno com dificuldades, naquilo que chamávamos o modelo médico e categorial, em que a criança e o jovem eram a origem e o fim da intervenção. Só muito mais tarde, por influência das teorias da Sociologia da Educação e das correntes ecológicas, muito divulgadas por Urie Bronfenbrenner, que propôs uma conceção muito diferente e que punha em destaque que o desenvolvimento humano era muito marcado pelo contexto ecológico. Esta conceção, que chama a nossa atenção para a qualidade do envolvimento, foi muito reforçada, nesta área de estudo e de intervenção, com a generalização, desde 1994, do conceito de Inclusão e de Educação Inclusiva, no sentido de

forçar a escola a adaptar-se para todos, conforme um conjunto de documentos internacionais, como sejam o exposto na Convention on the Rights of the Child (1989), ou a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem (1990), ou, ainda, o documento das Nações Unidas, intitulado Normas sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência (1990). Todos estes documentos serão reforçados com a Declaração de Salamanca (1994), onde se refere com clareza:

“As escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respetivas comunidades” (p.21).

Como foi referido, gradualmente foram-se alterando as concepções de um modelo mais centrado nos problemas do indivíduo, para a necessidade de mudar o meio e as estruturas, para responder às suas necessidades.

Esta tem sido uma mudança lenta, primeiro conceptual e só depois operacionalizada no terreno, não sem dificuldades e obstáculos. Como refere Rodrigues (2001), muitas vezes a integração e a inclusão tornam-se figuras meramente retóricas, dado que as interdependências e a dinâmica relacional dos diferentes constituintes da comunidade é negligenciada.

Também Skilar (2006), chama a atenção para o facto das sociedades e da escola terem dificuldade em lidar com as diferenças, trabalhando sempre com “os diferentes” em termos de serem melhores ou piores, desenvolvendo processos de diferenciação quanto ao corpo, quanto à língua, quanto às capacidades, às classes sociais que acabam por se constituir, partindo sempre de uma conotação pejorativa, por fortes condicionantes ao processo de socialização destas pessoas.

Este processo da inclusão é, por isso, um processo difícil e que exige o envolvimento de todos os agentes sociais e educativos, reconhecendo-se que a sociedade também pode ser formadora, valorizando e potencializando as

experiências de inclusão que estão para além da escola, que não deve ter essa exclusividade. Este domínio da inclusão é tratado na obra organizada por Rodrigues (2003), que problematiza a ligação e os prolongamentos entre a educação inclusiva e a sociedade inclusiva e onde se aborda a polissemia do conceito de inclusão, referindo o autor:

“A inclusão é um conceito multifacetado que pode ser abordado a partir de variados pontos de partida e que não tem, necessariamente, pontos de chegada semelhantes. Assume, ainda, que a inclusão ao nível da educação não pode ser dissociada da inclusão social ao nível mais lato” (p.9).

Ganha aqui particular acuidade esta dimensão do problema da inclusão pois, em 13 de Dezembro de 2006, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, em Nova Iorque, depois de cinco anos de intensa negociação, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que se constitui como um marco histórico nos direitos humanos, na medida em que proíbe a discriminação contra estas pessoas em todas as áreas da vida, responsabilizando toda a sociedade na criação de condições que garantam os direitos fundamentais.

O terceiro ponto de partida, e que cruza com os dois anteriores, relaciona-se com o facto de, neste momento, desempenhar funções na administração local, num dos maiores municípios da península de Setúbal, onde tive funções de grande nível de responsabilidade até maio de 2015, autarquia onde se tem vindo a dar corpo a uma política integrada que visa potencializar a inclusão social das populações mais excluídas, em especial, as pessoas portadoras de deficiências. Um trabalho social que se tem desenvolvido, desde a primeira metade dos anos 90, e que procura aumentar o acesso aos bens sociais, aos bens culturais, ao lazer, à recreação, ao desporto, numa política local que procura a igualdade de oportunidades, diferenciando as respostas conforme as especificidades das populações.

2. Atualidade e pertinência

Quando se observa o desenvolvimento do país nas últimas três ou quatro décadas verifica-se que o desenvolvimento local é responsável por grande parte do progresso que se alcançou. A proximidade às pessoas, a possibilidade de se procurarem respostas para as necessidades de uma forma continuada. O exercício do poder político representativo que é muitas vezes complementado com formas de participação e de cidadania com alguns resultados ao nível de tomadas de decisão que envolvem as comunidades. A constituição de redes locais e de parcerias que fomentam a utilização com mais rentabilidade dos recursos, a mobilização para a procura de novas soluções que derivam dos contributos de todos. As múltiplas competências dos municípios (que têm responsabilidades em vários domínios, desde o urbanismo, até aos serviços urbanos, passando pela educação e pela intervenção nas áreas sociais, culturais e desportivas) criam condições para o desenvolvimento de programas e projetos integrados que podem ser muito adequados para levar por diante mudanças mais complexas em que ao mesmo tempo se tem de intervir em vários domínios. A integração dos vários níveis da administração local e central, numa lógica de uma administração pública multinível, que tem em alguns casos articulado melhor as respostas e canalizado os meios de uma forma mais concertada. Tudo isto são exemplos de que os municípios, e as cidades, são unidades territoriais e humanas com uma plasticidade que lhes confere um grau maior de inovação social e de agilidade para levar por diante políticas inovadoras em áreas em que não existem modelos muito padronizados.

Com este estudo, centrado nas pessoas com necessidades especiais, existe a expectativa de encontrar vários percursos, várias formas de promover a melhoria da qualidade de vida nas cidades, pois cada realidade reflete as preocupações, as dinâmicas, as parcerias, as oportunidades de cada uma das comunidades.

No contexto geral, como se poderá observar, ainda está muito por fazer, o quadro legislativo é insipiente, o quadro regulatório e de aplicação das políticas que estão definidas é também muito insuficiente, as pessoas com necessidades especiais sofrem ainda de muitas formas de exclusão. No entanto, não deixa de ser verdade que se encontra ao nível das cidades propostas, projetos, ações

concretas que visam favorecer a inclusão. Interessa, pois, estudar essas realidades, observar os seus processos de construção, a estruturação das políticas que lhe estão subjacentes, de modo a socializar a experiência, a identificar boas práticas, e incentivar a generalização dessas experiências, partindo da diversidade e dos diferentes níveis e estádios de desenvolvimento a este nível a leitura do todo pode ajudar na procura de um modelo de ação.

O que aqui está em causa é não desligar a cidade das oportunidades socioeducativas para todos, procurando o exercício de uma cidadania de direitos e de participação na vida das comunidades. Todos são convidados a mobilizar-se: as escolas, as associações, as entidades públicas, assumindo que este processo diz respeito não aos excluídos, mas, sobretudo, à sociedade no seu todo. Como escreve Clave (2004), “Com efeito, os excluídos não estão fora da sociedade mas estão antes integrados numa relação social e histórica onde ocupam uma posição específica e que coloca a questão da coesão social do conjunto” (p.158).

São reconhecidos em vários documentos internacionais as várias formas de exclusão que as pessoas com necessidades especiais sofrem nas cidades em que vivem: baixo nível de participação cívica, baixos níveis de integração social, falta de acesso aos meios de informação, baixos níveis de convivência social, dificuldades de acesso aos bens comuns e aos serviços de apoio, problemas de acessibilidade nos espaços públicos e nos edifícios, problemas de mobilidade e de transportes, maiores dificuldades de subsistência económica e de habitação entre outras limitações.

O Relatório Mundial de Deficiência (2011), que avalia o estado de implementação da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, chama a atenção para a necessidade de se trabalharem as áreas da saúde, da segurança social, da educação, do trabalho, dos transportes da habitação, a investigação, a acessibilidade, fazendo um desafio a todas as organizações internacionais, regionais, locais, associações representativas, entidades académicas a continuar o trabalho na procura de uma sociedade mais inclusiva.

Daqui a curiosidade e interrogação sobre o que se pode fazer e o que se está a fazer para promover esta mudança nas nossas comunidades e a consciência de que, se aumentarmos o âmbito da inclusão da escola para a

comunidade, os resultados sociais e de desenvolvimento pessoal serão verdadeiramente diferentes, pois a vida das pessoas é um todo, o seu processo de desenvolvimento e de participação na sociedade é global.

Este estudo, ao centrar-se nas cidades portuguesas associadas na Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), procurou, por um lado, valorizar as aporções das políticas das cidades que têm por base uma filosofia educativa e, por outro, conhecer os diferentes percursos desenvolvidos pelos municípios, que tanto têm feito pelo desenvolvimento das comunidades, no sentido de criarem melhores condições de vida para todos independentemente das suas necessidades e características. As cidades educadoras que se regem pela Carta das Cidades Educadoras, visam conforme o preâmbulo do referido documento, para além das suas funções tradicionais, económica, social, política e de serviços, tendo em vista o desenvolvimento de todos os seus habitantes, criando condições de plena igualdade para que todos se possam sentir respeitados e serem respeitadores. A educação é a estratégia que permite que cada pessoa na sua singularidade possa exprimir, afirmar e desenvolver ao máximo do seu potencial humano. Este é um compromisso de todos, do município e de todos que possam ser envolvidos no processo de desenvolvimento que tem como objetivo construir cidade sem exclusões, sendo esta a base do projeto político que subjaz às cidades educadoras.

É, por isso, interessante observar quais as principais preocupações das políticas e das medidas concretas que as operacionalizam, quais os meios que existem para a promoção da inclusão nos diferentes territórios, que dinâmicas de parceria tornam possível a implementação das ações e dos projetos de mudança, bem como, avaliar os processos em curso e as principais dificuldades e obstáculos que possam existir.

3. Estrutura e organização do trabalho

O trabalho que se apresenta está organizado em quatro grandes blocos. O primeiro, onde se faz a introdução a justificação, a fundamentação da problemática e os objetivos; o segundo, que se refere ao enquadramento teórico, subdividido em três grandes temas: as pessoas com necessidades especiais na sociedade, perspetiva diacrónica e sincrónica, a inclusão social das pessoas com necessidades especiais e os processos educativos inclusivos nas cidades. Apresenta-se, depois, um terceiro bloco onde se desenvolve todo o processo metodológico de recolha de informação, utilizando as técnicas do inquérito por questionário e da entrevista, bem como os estudos de caso das duas cidades que serviram de unidades de estudo. Num quarto e último bloco, far-se-á a apresentação dos resultados e a síntese comparativa das políticas inclusivas das cidades estudadas, bem como se apresentarão as respetivas conclusões e recomendações.

Para enquadrar teoricamente o estudo e conferir-lhe uma base de sustentação, foi importante fazer alguma análise do que constituiu, ao longo dos tempos, a relação das sociedades com as pessoas com necessidades especiais, não apenas numa análise diacrónica, mas procurando estabelecer uma linha de continuidade de traços que são constantes, independentemente dos tempos e contextos históricos, e que revelam a falta de respeito pelos mais elementares direitos e a grande lentidão na mudança de valores e de novos princípios na sociedade, mesmo quando o avanço da ciência, da tecnologia, dos conhecimentos, da investigação são inexoráveis, enquanto contributos para a dignificação da pessoa humana. É muito significativo, na análise diacrónica, o papel dos movimentos sociais enquanto meios para colocar no domínio público os problemas e as dificuldades de um grupo populacional muitas vezes sem voz e sem condições de reivindicação. Talvez se possa mesmo arriscar, afirmando que esses movimentos (das associações, do movimento pela vida independente, dos pais que reivindicavam melhores condições para a integração na escola) tiveram uma importância determinante na mudança que se foi observando no sentido deste grupo social ganhar maior espaço social, maiores níveis de direitos e de participação cívica.

Vários trabalhos, que vão ser aludidos, referem as questões muito presentes relacionadas com a violência, os maus tratos, o abuso sexual, a exploração laboral, como exemplos dessa discriminação, a vulnerabilidade e o risco a que as populações com necessidades especiais estão expostas em vários graus, conforme as regiões do mundo e os contextos sociais, políticos e culturais em que estão inseridos.

Não se poderá negar, no entanto, algumas mudanças que se observam, sobretudo no pós-guerra, e que impulsionaram movimentos diversos que foram criando condições para algumas alterações: a reabilitação, o incremento das ajudas técnicas, os avanços nos conhecimentos médicos e científicos, a investigação e o tratamento destas matérias ao nível das Universidades, com o que isso significou de avanços em vários domínios, os avanços legislativos nos países que foram exemplos e motores da mudança, nomeadamente, nos Estados Unidos e em Inglaterra.

Também serão abordados os reflexos que estas alterações foram trazendo ao nível conceptual, com o despontar de um conjunto de novos conceitos que significam mudanças de entendimentos e formas de abordagem que enformam as práticas socioeducativas junto destas populações. O conceito de normalização, o conceito de necessidades educativas especiais, a educação inclusiva, a valorização da função social, o conceito de habilitação, entre outros.

Verifica-se, nesse intervalo estreito, o despontar, nas últimas décadas, de um posicionamento político das sociedades, face às problemáticas da igualdade de direitos e da equidade de tratamento das pessoas com necessidades especiais, que está refletida em múltiplos documentos de direito internacional com consistência suficiente para mobilizar as sociedades e os seu vários níveis de decisão e de gestão para novos posicionamentos que exigem mudanças a vários níveis. As organizações internacionais têm tido aqui um papel muito significativo, como veremos à frente, nos temas que se vão abordar com mais detalhe, mas que colocam uma interrogação primordial que está subjacente a este trabalho, ou seja, quais as diferenças entre aquilo que está acordado e consensualizado ao nível político e a realidade concreta da vida das pessoas nos seus contextos, nas suas comunidades. Parece, mais uma vez, que para se operarem as mudanças e os horizontes desejáveis se concretizarem, se revela

necessário decompor e operacionalizar tudo isso em ações concretas, em medidas e em legislação ordinária. Assim sendo, as cidades, os municípios, parecem ser unidades de estudo interessantes, numa perspetiva sincrónica desta análise.

Em síntese, poder-se-á afirmar, conforme o conteúdo do ponto do trabalho em que se faz a história social das pessoas com necessidades especiais, que esse percurso se fez sempre no intervalo muito estreito entre as atitudes de exclusão e a luta pelos direitos, sem deixar de referir que também o movimento da escola para todos e da escola inclusiva tem sido um forte fator da mudança. Não só por aquilo que significa a alteração de atitudes e de perspetivas das novas gerações, como também sobre a pressão que cria sobre as fases de desenvolvimento que vêm a seguir à escola e que para se concretizarem implicam que esse movimento da inclusão se alargue a outros domínios das sociedades contemporâneas. Termina este capítulo com um conjunto de desafios que se colocam, no futuro próximo, a saber: as sociedades da informação, a investigação científica e os cuidados médicos, o acesso à cultura ao lazer e aos bens coletivos e a participação na vida política.

O segundo tema do enquadramento teórico, a inclusão social das pessoas com necessidades especiais, versa sobre os fenómenos de exclusão e o conjunto de privações que daí resultam, fazendo-se uma apresentação do conceito e da sua evolução, verificando-se a heterogeneidade de grupos que são afetados pelos processos de marginalização que os fatores associados a este fenómeno implicam. Verifica-se, teoricamente, que este conceito é de grande complexidade pela sua transversalidade e multidimensionalidade e que tem efeitos devastadores nas sociedades, nas comunidades humanas e nas pessoas afetadas. É um fenómeno que está em crescimento e que se alarga a cada vez mais a diferentes grupos sociais.

Pela investigação torna-se evidente que é um fenómeno que afeta de forma cumulativa as pessoas com necessidades especiais, pois são afetadas em vários domínios em simultâneo o que faz aumentar, muito, a vulnerabilidade deste grupo social, afetando o exercício da cidadania e os direitos sociais básicos.

Aos fenómenos da exclusão as sociedades têm procurado responder com o movimento da inclusão social que visa contrariar uma visão mais clássica de que a exclusão é um estado, centrada na própria pessoa que é vítima. Pelo contrário, a inclusão, que tem uma dimensão claramente sociopolítica, e que visa interferir nos fatores relacionados com os modelos sociais vigentes como a definição de políticas globais (que em vez de se dirigirem para um grupo específico, tenha em consideração a generalidade das pessoas, evitando gerar novas formas de marginalização) e, finalmente, visando que as pessoas interessadas na melhoria das condições de vida sejam agentes e atores dos processos de transformação, fomentando a sua participação cidadã, não como meros destinatários passivos, mas antes enquanto interlocutores válidos na construção das soluções.

Assunto emergente pela amplitude e intensidade do problema é reconhecida na exortação apostólica Alegria do Evangelho da autoria do Papa Francisco:

“Assim teve início a cultura do «descartável», que aliás chega a ser promovida. Já não se trata simplesmente do fenómeno de exploração e opressão, mas duma realidade nova: com a exclusão, fere-se, na própria raiz, a pertença à sociedade onde se vive, pois quem vive nas favelas, na periferia ou sem poder já não está nela, mas fora. Os excluídos não são explorados», mas resíduos, «sobras»” (p.46).

Ao incluir a temática da inclusão social, entendeu-se que é uma forma de se tomar consciência de que esta é uma forma de abordar as práticas sociais e políticas que visam mobilizar as pessoas, os grupos sociais, os governos, as sociedades na procura de solução para os problemas, através da valorização das diferenças, da democracia participativa, do suporte aos movimentos sociais e reivindicativos dos grupos sociais mais vulneráveis, como é o caso das pessoas com necessidades especiais.

A este propósito e referindo-se às mudanças que se observaram, por exemplo, na área da educação, Oria Segura (2008), utiliza uma imagem forte quando se refere a uma transformação copernicana, no momento em que se

deixou apenas de dar atenção à pessoa que sofre de um determinado problema para se centrarem os esforços naquilo que a rodeia.

A inclusão social implica, pela totalidade e abrangência do conceito, um grande envolvimento de áreas a considerar, pois o indivíduo para estar incluído tem de ver satisfeitos um conjunto de condições em simultâneo: o trabalho, a segurança e o bem-estar, o respeito pela diferença, a educação, as redes de apoio e a participação.

De modo a dar maior consistência à abordagem do tema, neste ponto fazem-se referências a um conjunto de trabalhos de investigação que demonstram a possibilidade de desenvolver propostas de inclusão social em vários domínios, como sejam, a arte, a cultura, o desporto, o lazer e os recursos comunitários.

Faz-se, ainda, uma abordagem às potencialidades da pedagogia social na vida das comunidades, procurando demonstrar o valor da educação como estratégia de fomento das práticas de cidadania, salientando os seus princípios e fundamentos que podem ter grande aplicação quando o trabalho de inclusão se desenvolve nos territórios, muitas vezes, através de abordagens educativas não-formais.

O último tema do enquadramento teórico que se designou por “processos educativos inclusivos nas cidades”, desenvolve, num primeiro subtema, a contextualização do movimento das cidades educadoras. Como refere Fernandes (s.d.) este movimento vem chamar a atenção para o papel educativo das cidades e implica que os municípios se coloquem numa posição de liderança das comunidades na dinamização de políticas educativas que tenham por base as realidades territoriais e urbanas. Mais uma vez, este autor reconhece que os municípios dispõem de instrumentos e meios que favorecem uma visão integrada e global do valor da educação no contexto da vida das diferentes comunidades. Nesta abordagem fica patente que foi por esta postura dos municípios, mesmo alguns que não fazem parte da rede formal das cidades educadoras, que se levaram por diante muitas formas de investir os territórios de conteúdos educativos e formativos: a música, as artes, a história e o património,

as atividades motoras e o desporto, o lazer e os tempos livres, a ligação da educação formal à não formal.

Como se refere no trabalho, a educação extravasou os muros da escola, ligou melhor a escola ao meio, mobilizou os recursos e os agentes locais de desenvolvimento em alguns lugares constitui-se como um instrumento estratégico de mudança de investimento na qualificação dos territórios, constituindo-se como processo facilitador da coesão social, do exercício da cidadania, fazendo com que o território seja, para além de um território físico, um contexto investido de representações políticas, sociais, culturais e educacionais. No dizer de Castells (2006), “o saber está na rede” que se gera nos diferentes territórios pelas interações, pelas trocas, pela partilha, pelos movimentos sociais que ajudam a conformar soluções para os problemas que se bem sistematizados e avaliados podem estar na base das políticas locais. A própria Carta das Cidades Educadoras é um repositório que visa ajudar a adaptar as cidades às alterações sociais, às preocupações com uma cidade para todos, à evolução das tecnologias, a um desenvolvimento humano sustentável, a uma gestão democrática e participada. Encontram-se alguns princípios na carta que reportam diretamente às pessoas com necessidades especiais, nomeadamente, ao nível das acessibilidades, do ordenamento do espaço físico, dos direitos de uma cidade para todos mesmo os grupos com necessidades particulares e da marginalização e da coesão social. Neste caso foi mesmo possível fazer um levantamento no banco de experiências da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), das experiências e projetos que se têm levados a cabo nos diferentes países com esse objetivo.

Ainda neste tema, foi desenvolvido o subtema, “as cidades inclusivas”, onde se aprofunda o conceito e a génese deste conceito, as características das cidades inclusivas, a importância que os contextos urbanos têm na vida das pessoas, os movimentos e as organizações internacionais que tem pugnado, pelas cidades para todos em que todos possam ter acesso aos meios e recursos disponíveis para apoiar o desenvolvimento e a vida humana. São múltiplas as organizações internacionais que se têm interessado por esta temática, tendo aprovado um conjunto de documentos internacionais onde estão consagrados os vários direitos à cidade. São eles direitos civis, políticos, de cidadania,

económicos, sociais, culturais, ambientais, que devem garantir a todos a sua inclusão e participação na vida das cidades tirando partido dos seus recursos e oportunidades. Este é um tema da maior relevância quando se quer estudar e aprofundar a questão das cidades inclusivas, pensando nas pessoas com necessidades especiais.

É de referir que cerca de dois terços da população mundial vive em cidades e que, por essa grande concentração, são ao mesmo tempo espaços de grande atração, de concentração de recursos e oportunidade, e lugares da pobreza, da exploração e da marginalização social tão bem caracterizada pela designação de “Planeta das Favelas”.

Como reconhece Francisco (2013):

“Nas grandes cidades, pode observar-se uma trama em que grupos de pessoas compartilham as mesmas formas de sonhar a vida e ilusões semelhantes, constituindo-se em novos sectores humanos, em territórios culturais, em cidades invisíveis. Na realidade, convivem variadas formas culturais, mas exercem muitas vezes práticas de segregação e violência. (...) As casas e os bairros constroem-se mais para isolar e proteger do que para unir e integrar” (pp. 61-62).

A emergência do conceito de cidade inclusiva é o reconhecimento das dificuldades, das ameaças, das disparidades das cidades onde para além de uma cidade organizada, planeada, funcional, vive uma cidade da pobreza, da disparidade, da precaridade, das desigualdades sociais, da falta de condições condignadas de vida para muitas famílias, muitas pessoas.

Como haverá oportunidade de abordar, as cidades inclusivas são um desafio a novas formas de gestão, são as novas formas de mobilização dos que muitas vezes ficam nas margens para a discussão dos problemas e da procura das soluções. O papel dos governos locais é determinante, daí a necessidade de se experienciarem novas formas de governança e de descentralização político-administrativa que ajudem a concretizar as políticas de inclusão. Martins (2007), sistematizou o posicionamento dos municípios face ao exercício das suas competências e refere-se a um espectro de posicionamentos que vão da

acomodação, até à dissociação e resistência, passando por posicionamentos, de grande autonomia dos governos locais, no sentido de superarem falhas dos sistemas reinterpretando a legislação, ainda muito centralista, e procurando soluções face aos problemas das comunidades.

Comprovando que esse é caminho que em Portugal se poderá trilhar, foi possível fazer um levantamento que demonstra que em vários países se estão a desenvolver experiências de inclusão que privilegiam vários domínios fundamentais para promover uma maior inclusão social das pessoas com necessidades especiais. Foi ainda possível sistematizar um conjunto de categorias constantes que fazem a diferença para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com necessidades especiais, a saber: a acessibilidade, a sensibilização da comunidade, a participação cívica, o usufruto dos recursos e dos bens coletivos da comunidade, a existência de serviços de apoio para uma vida o mais independente possível e o recurso às tecnologias da informação e da comunicação como meios de inclusão.

Como foi referido, o terceiro bloco do trabalho trata do processo metodológico que esteve subjacente ao desenvolvimento empírico de estudo dos municípios, quer numa abordagem mais extensiva, quer numa abordagem mais intensiva.

O que se pretendeu, não foi apenas aplicar um conjunto de técnicas de pesquisa, mas antes que numa lógica metodológica de aplicação de vários métodos, estudar as políticas socioeducativas, primeiro numa abordagem extensiva, através da aplicação de um inquérito por questionário e, em segundo lugar, comparar os dois municípios que revelaram maior número de indicadores de inclusão social das pessoas com necessidades especiais.

Com estes pressupostos, a metodologia utilizada pela educação comparada pareceu ser de grande utilidade, pois permite compreender os sistemas educativos, neste caso não formais e informais, confrontando as unidades de estudo, explorando as suas semelhanças e diferenças, extraíndo daí linhas de trabalho que possam ser exemplos de como definir políticas inclusivas e implementar medidas que as concretizem no território.

Segundo Ruiz (2010), a educação comparada tem como objeto de estudo a interpretação dos fenómenos educativos e visa contribuir para a solução dos problemas educativos que estão presentes nas sociedades contemporâneas, desenvolvendo, para o efeito, uma metodologia denominada de comparada. Segundo os autores que fundamentam esta metodologia, como é o caso de Bray, Adamson e Mason (2010), a comparação das diferentes realidades, ou fenómenos, deve ter alguma homogeneidade, pelo que não deve versar sobre realidades excessivamente heterogêneas, pelo que foi necessário estabelecer um conjunto de critérios para selecionar as unidades de estudo, como sejam: o nível de serviços que oferecem, o número de habitantes, o número de habitantes com necessidades especiais, entre outros critérios que se aplicaram.

A educação comparada tem vindo a dar atenção a um conjunto de temas, como sejam: as políticas educativas, o rendimento escolar, mulheres e educação, cultura e educação, etc. Como referem Bray, Adamson e Mason (2010), os estudos de educação comparada têm evoluído, a nível geográfico e territorial, de estudos centrados em regiões do mundo, continentes, países, províncias para níveis como os municípios, as escolas, as classes. De uma abordagem do macro sistema tem vindo a interessar-se por estudos dos micros ou meso sistemas.

Emergem, por isso, num tempo da globalização e da complexidade estudos mais focados nas dimensões locais que têm funcionado em contraponto com aquilo que Canário (2006), designou por “sociedade mundo” em que a importância dos contextos ganha expressão numa perspetiva do desenvolvimento humano. Assim, este estudo enquadra-se nessa lógica de analisar as políticas educativas seguidas pelas cidades, nesse sentido existem todos os fundamentos para mobilizar o enquadramento conceptual e metodológico da educação comparada de modo a estudar as políticas educativas em ordem à inclusão social.

Conforme Bowe, Ball e Gold (1992), faz sentido estudar o modelo de tomada de decisões políticas que são muito marcados pelo contexto em que ocorrem, pois o método comparativo revela-se muito adequado quando se pretende indagar como podem as autoridades locais compensar a ausências de

políticas centrais ou nacionais quando são confrontadas com situações que Pinhal (2004), define com “não competências”.

Quanto ao desenho da investigação podemos inscrevê-la como sendo um estudo descritivo de natureza qualitativa enquadrado por uma metodologia comparativista que se costuma designar, segundo a literatura, como estudo de caso.

A metodologia do trabalho implicou a utilização de várias técnicas, que pela sua utilização simultânea possibilitassem uma triangulação de dados, resultando numa análise mais rica e mais complexa da realidade estudada. Nesse sentido, foi organizado um inquérito por questionário com setenta itens para administrar às cidades portuguesas que à data faziam parte da Associação Internacional das Cidades Educadoras, na medida em que estas cidades subscvem os princípios consagrados na Carta das Cidades Educadoras em que alguns deles estimulam à construção de uma cidade inclusiva. Pareceu, por isso, um universo interessante e interessado tendo em conta a temática do trabalho. Da administração do questionário resultaram um conjunto de 31 cidades respondentes, sendo possível a partir daí construir uma lista ordenada das cidades, tendo em conta o seu potencial inclusivo. Compararam-se os resultados das quatro cidades mais e menos inclusivas, procurando destacar os fatores que contribuem para que as cidades possam ser mais inclusivas e das quatro cidades mais inclusivas selecionaram-se duas como unidades de análise para um estudo mais intensivo, numa abordagem de estudo de caso.

Para esses estudos de caso utilizou-se a técnica da entrevista semi-diretiva, entrevistando-se, em cada uma das cidades, um cidadão com necessidades especiais, um responsável político, um técnico municipal e uma associação que trabalha com os cidadãos com necessidades especiais, num total de oito entrevistas. Partindo desse trabalho de campo e da análise comparada de cada uma das cidades, foi possível construir uma lista de características que se podem associar a boas práticas para a construção das cidades inclusivas.

Uma última nota, nos quadros e figuras que decorrem do trabalho empírico não se fazem referências às fontes, pois depreende-se que são sempre

fontes próprias, pois trata-se de tornar os dados mais inteligíveis e compreensíveis.

O trabalho termina com uma síntese comparativa e a discussão das linhas de força para a promoção da inclusão social (das pessoas com necessidades especiais) nas cidades, bem como as conclusões onde se faz uma síntese do trabalho e um conjunto de recomendações que podem ser úteis para os municípios.

1. JUSTIFICAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DAS QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

1.1. Objeto e Problemática do Estudo

O presente trabalho de investigação centra-se no problema da inclusão social das pessoas com necessidades especiais nas cidades. Desde os anos noventa que a problemática da inclusão tem sido um tema fundamental nos processos de dignificação social deste grupo específico. A abordagem histórica do tema demonstra que a marginalização tem sido uma constante histórica, revelando, ainda, que se tem verificado uma evolução de uma perspectiva terapêutica do problema para uma perspectiva educativa e social e que a integração social não depende das capacidades dos indivíduos, mas depende mais do envolvimento e do contexto social.

Nas últimas décadas emergiram um conjunto de fatores que têm contribuído para um progresso na conquista dos direitos da cidadania e da inclusão social, nomeadamente, o avanço das ciências e da saúde, os movimentos de renovação e de inovação, como sejam a desinstitucionalização e a educação inclusiva, bem como os avanços sociais, no que se refere ao reconhecimento dos direitos e às novas oportunidades de participação na sociedade.

Essa evolução foi criando condições para a emergência do conceito mais amplo de sociedade inclusiva, reconhecendo-se que não basta haver uma boa inclusão na escola, ou na família, sendo necessário que toda a sociedade se possa ajustar às necessidades das pessoas que a compõe. Numa conferência realizada em Lisboa, de 26 a 29 de Julho de 2015, sobre o tema “Equidade e Inclusão na Educação”, Mel Ainscow chamava a atenção para o facto de que a inclusão na escola ser muito importante, pela simples razão de que se tem de começar por algum lado no sentido de um maior respeito pelos direitos das pessoas com necessidades especiais e no desenvolvimento de um processo,

em que se alcance um lugar social de maior equidade nas sociedades contemporâneas para as pessoas com necessidades especiais. No reforço desta posição, a própria Declaração final do congresso refere, mesmo, ao enumerar as razões que justificam as escolas inclusivas, que existe uma justificação social que se prende com o facto de as escolas inclusivas serem capazes de mudar atitudes face à diferença, ao educarem todas as crianças conjuntamente, sendo que, dessa forma, ajudam a construir uma sociedade acolhedora, participativa, justa e não discriminatória.

Neste quadro interessa, por todos os meios, procurar os caminhos para uma sociedade inclusiva, uma sociedade para todos, independentemente do sexo, da religião, da idade, da origem étnica, da orientação sexual, das capacidades ou incapacidades, uma sociedade que estimula a participação de todos, uma sociedade que acolhe, e valoriza a diversidade da experiência humana, uma sociedade que responde às necessidades de realização do ser humano conforme o seu potencial. O foco, neste trabalho, são as pessoas com necessidades especiais. No entanto, é bom recordar que as estratégias para a construção de uma sociedade mais inclusiva serão semelhantes para os grupos considerados marginalizados e que qualquer política inclusiva, podendo ter um enfoque mais global ou mais específico, pode ter vantagens para o conjunto das pessoas excluídas.

Por via das mudanças históricas e sociais, que serão abordadas de forma mais detalhada em capítulo próprio, constata-se que se foi evoluindo, na análise desta problemática, de modelos que culpabilizavam os indivíduos pelos seus próprios problemas, dizendo-se que não seriam “normais”, logo não poderiam ter os mesmos acessos sociais, necessitando de condições especiais. Foram décadas de luta pelos direitos sociais que estão hoje consagrados nas principais Cartas Constitucionais e na legislação e que reconhecem que, independente das características específicas das pessoas, que não devem ser escamoteadas, é às sociedades que cabe promover as mudanças, os ajustamentos e as adaptações que permitam a igualdade de oportunidades e a participação de todos na vida coletiva aos mais diversos níveis.

Saint-Martin (1977), num relatório para a Unesco, reconhece que a humanidade tem vindo a evoluir gradualmente face às pessoas com

necessidades especiais, afirmando que, de uma abordagem filantrópica e de assistência, se têm vindo a atingir patamares mais elevados de entendimento social da problemática, quando se reconhece que é um problema de direitos humanos, de igualdade de oportunidades e, finalmente, referindo, mesmo, o direito à inclusão, no sentido da sociedade inclusiva se organizar para acolher todas as pessoas, independentemente das suas particularidades, valorizando, como uma mais-valia, a diversidade humana.

Em 2003, a propósito da proclamação do ano Europeu das Pessoas com Deficiência, organiza-se, em Madrid, o Congresso Europeu sobre Deficiência, com a participação de 600 congressistas dos vários países da União Europeia, representantes ao nível nacional, regional e local. Na Declaração Final assumia-se que havia uma visão antiga e uma visão nova desta problemática. A visão mais antiga associava a deficiência à caridade, à falta de autonomia das pessoas, à sua dependência e à segregação. A nova visão implica olhar para as pessoas com deficiência como pessoas de plenos direitos, com necessidade de maior autonomia e maior cidadania, a promoção de ambientes acessíveis, a sua inserção na sociedade e o desenvolvimento de políticas, aos vários níveis da governação, que viabilizem esta nova visão.

O presente trabalho de investigação insere-se, com toda a clareza, nesta nova corrente, como um contributo para o aprofundamento dos direitos humanos, como uma forma de se explorarem oportunidades de favorecer a igualdade de oportunidade e a equidade, dando maior visibilidade a um problema que exige uma abordagem ao nível da inclusão social, nas suas diversas dimensões, por forma a contrariar a ideia de que a diferença implica a marginalização.

Esta nova abordagem ficou bem patente aquando da aprovação, pela Assembleia das Nações Unidas, em 13 de Dezembro de 2006, da Convenção Sobre Os Direitos Das Pessoas Com Deficiência. Este documento foi subscrito por 164 países que se comprometeram com a sua implementação. Vários aspetos deste documento ajudam a clarificar o problema deste estudo, na medida em que definem metas e objetivos que devem estar subjacentes às políticas seguidas, às medidas adotadas e às ações que as concretizem. Logo, no artigo 3º, são definidos um conjunto de Princípios Gerais, como sejam: o

respeito pela dignidade inerente à autonomia individual, a não discriminação, a participação e inclusão plena e efetiva na sociedade, o respeito pela diferença, a igualdade de oportunidades e a acessibilidade. Os Estados obrigam-se, conforme o artigo 4º, a promover o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, a revogar leis, normas, costumes e práticas que constituam discriminação, além de tomar todas as medidas e políticas necessárias à aplicação da Convenção, envolvendo ativamente as pessoas com necessidades especiais e as suas organizações representativas.

São temas tratados na Convenção, ao nível de artigos específicos para o efeito, com assuntos, como: a acessibilidade aos espaços físicos, aos edifícios, à informação e às tecnologias; o direito a viver de forma independente e a ser incluída na comunidade, evitando a segregação e disponibilizados os recursos e meios adequados; a mobilidade pessoal, no sentido de favorecer a independência pessoal e a autonomia na vida quotidiana; a liberdade de expressão e de opinião e o acesso à informação, incluindo a utilização de meios aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo o fornecimento de serviços acessíveis; a educação e o reconhecimento do direito ao pleno desenvolvimento do potencial humano, do desenvolvimento dos talentos e da criatividade no máximo do seu potencial, a inclusão nos sistemas de ensino, através da promoção das adaptações que se considerem necessárias, bem como, desenvolvendo as diferentes formas de apoio individualizado, reconhecendo-se o papel chave que a educação tem na promoção da participação plena dos indivíduos na comunidade.

O acesso à saúde, ao trabalho e ao emprego são outros temas desenvolvidos e considerados essenciais, que exigem políticas e medidas apropriadas, assim como a participação na vida política e pública, garantindo condições de igualdade nos direitos cívicos e políticos, garantido o direito de expressão da vontade e dos interesses, encorajando, por todos os meios, a participação nos assuntos públicos. A participação na vida cultural, de recreação, lazer e desporto, devem ser garantidas por todos os meios adequados aos adultos e às crianças, pelo que representam para o desenvolvimento do potencial criativo, artístico e intelectual das pessoas e pelo benefício que essa participação trará para a sociedade.

Um dos pontos centrais do problema a investigar, relaciona-se com a real concretização destes direitos nas sociedades contemporâneas, ou com o modo como se concretizam localmente o desenvolvimento de formas de implementação destes direitos consagrados na convenção, mais especificamente, quando se quer observar as políticas locais ao nível das cidades.

Será que se está a construir esse caminho? Quais são as formas possíveis de o concretizar, ao nível das cidades e das suas políticas? Sem se tratar de um estudo extensivo, procurar-se-á, com o trabalho ora presente, definir as categorias e as temáticas que, posteriormente, poderão ser observadas em trabalhos mais quantitativos.

Interessa, passada que foi uma década da aprovação da Convenção, e de avanços significativos, ao nível da educação inclusiva, nos últimos anos, com variados exemplos de boas práticas nas escolas, que se possa abrir caminho, ao nível de outros sistemas, como são as comunidades locais, no sentido de se entender que o exercício pleno dos direitos e dos deveres não podem ficar circunscritos às famílias e às escolas, mas têm de ganhar dimensões mais globais, no sentido de uma sociedade inclusiva. Só deste modo, através do respeito pelos direitos humanos, da participação na sociedade e do acesso às diferentes oportunidades sociais, se poderá falar de igualdade de direitos e oportunidades.

Hunter (2000), define a exclusão social como sendo o resultado de um conjunto de múltiplas privações. Proença (2005) e Subirats (2006), acrescentam que essa situação afeta as pessoas a diferentes níveis, de várias formas e com intensidades diversas, que conduzem à sua marginalização face aos grupos sociais. Quando se trata de pessoas com necessidades especiais, que na Europa serão perto de 80 milhões de pessoas e que, segundo vários estudos (Foessa, 2008 e Consulting, Antares 2006), os problemas mais candentes que enfrentam são a pobreza, a precariedade social, as dificuldades de acesso à educação, à habitação, à saúde e aos bens comuns, o que faz deste grupo um dos que sofre de um alto nível de exclusão. Este é um quadro que define uma grande fragilidade social e um isolamento na sociedade, gerando um cenário de

menores direitos, de menor igualdade de oportunidades e de marginalização pela diferença.

Os problemas que se colocam na atualidade não são, como em tempos anteriores, o de carecerem de uma ação terapêutica, reabilitativa, assistencial centrada nos indivíduos. Vai muito para lá disso. O que está em causa é uma abordagem mais global que olhe para as pessoas no seu todo e no seu contexto social, familiar e económico. Sassaki (2003), chama a atenção, quando refere que a inclusão social implica um caminho de respeito pelos direitos humanos, de solidariedade, de melhoria da qualidade de vida, de equidade e de igualdade de oportunidades. É sabido que no continente europeu, como já foi referido, cerca de 80 milhões de pessoas são discriminadas pelas suas necessidades especiais, pelas suas características específicas, sendo que dois terços não têm acesso a uma oportunidade laboral, a taxa de desemprego é três vezes superior à população em geral, estão afastados dos bens que a comunidade disponibiliza por questões económicas e de acessibilidade, o seu nível de participação social e de exercício da cidadania é muito restrito.

Para que se possa alterar este estado de coisas, Lorenzo (2005), faz apelo às referências e às potencialidades da inclusão social que poderão contribuir para um maior protagonismo das pessoas nas decisões sobre a sua própria vida, a necessidade de, por essa via, terem uma maior visibilidade social, as vantagens da coresponsabilização da sociedade e das suas instituições nesse processo, na possibilidade dos processos de inclusão poderem gerar, na mobilização de novos recursos públicos, privados e associativos, processos de mudança e nas condições que possam vir a criar-se para a acessibilidade global aos bens comunitários comuns e a uma vida com mais dignidade.

O interesse do presente estudo é cruzar a problemática da inclusão social das pessoas com necessidades especiais com a vida nas cidades, tendo em conta que é no espaço da cidade, dos bairros, do espaço público, dos serviços disponíveis e das oportunidades que, atualmente, se oferecem mais condições para o desenvolvimento humano. Muito se poderá fazer, ainda, para favorecer maiores níveis de inclusão, facilitando as trocas sociais, a socialização, as experiências culturais, laborais de lazer e de cidadania. Segundo Bohigas (2013), as cidades desempenham um conjunto de funções civilizacionais:

“La ciudad es un artefacto de ladrillos, cemento, pavimento, árboles, etc. construida para que la gente pueda vivir en ella, para dar facilidades a la convivencia y a la creación, de interrelaciones entre la colectividad. Es un artefacto absolutamente

O nosso mundo é cada vez mais urbano. Prevê-se que, nas próximas três décadas, o número de pessoas a viver nas cidades duplique, aproximando-se dos cinco mil milhões de indivíduos, ou seja, cerca de 3/5 da população mundial. A qualidade de vida das pessoas, o desenvolvimento socioeconómico, o conhecimento e de aprendizagem, o exercício dos valores, o exercício da cidadania e da democracia jogam-se muito nas dinâmicas sociais das cidades. Cidades que, por natureza, são espaços da diferença, da complexidade, da contradição de interesses e do exercício de poderes. Desafios que se colocam à cidade como espaço coletivo de cidadania.

Segundo Teixeira (2015), citando o National Intelligence Council dos Estados Unidos, todos os anos 65 milhões de pessoas juntam-se à população urbana mundial, o que significa uma quantidade de população que equivale a sete cidades do tamanho de Chicago, ou a cinco do tamanho de Londres. Refere, também, que 54% da população mundial vive em áreas urbanas e a média na Europa é de 70%. Assistimos, de facto, a que as pessoas procuram nas cidades a prosperidade, a melhoria de vida, as oportunidades de formação e de emprego, os recursos para o bem-estar na saúde, na assistência social, o lazer, a cultura e a educação.

É neste plano que faz sentido falar de cidades inclusivas. O que é uma cidade inclusiva? Uma cidade inclusiva é a que promove o crescimento com equidade. É um lugar onde todos, independentemente dos seus meios económicos, do género, raça, etnia ou religião, está habilitado e capacitado para participar plenamente nas oportunidades sociais, económicas e políticas que as cidades têm para oferecer. O planeamento participativo da tomada de decisões é o centro da cidade inclusiva.

Autores como Glaeser (2011) e Kobrin (1997) referem, mesmo, numa visão muito otimista, os seguintes conceitos: o primeiro autor, que as cidades para além de serem os espaços ideais para a circulação das ideias e para o exercício da liberdade, podem tornar as pessoas mais ricas, mais inteligentes, mais saudáveis, mais ecológicas e mais felizes; o segundo, numa perspetiva de uma nova organização social e política, refere que as cidades, pela autonomia face aos governos centrais, estão a fazer um caminho que as aproximará de um modelo de governo local forte em que se decidirá muito da globalização.

No entanto, apesar dessas visões mais otimistas, outros autores contrapõem entendimentos, porventura, mais realistas e circunstanciais, como é o caso de Wacquant (2013), que fala, numa das suas publicações, “Nos Condenados da Cidade”, onde alude à cidade como o lugar dos conflitos éticos, da pobreza, do desemprego em massa, dos problemas habitacionais, da violência, da marginalização e da guetização, problemas que, segundo o autor, se têm agravado na medida em que o Estado Social está em crise.

De acordo com Corrêa (1995), “a cidade representa o lugar onde os investimentos de capital são maiores, seja em atividades localizadas na cidade, seja no próprio tecido urbano e na produção da cidade. E mais, de ser o principal lugar dos conflitos sociais” (p.5).

No que se refere às pessoas marginalizadas, neste caso pelas suas necessidades especiais, foram reconhecidos os diferentes problemas que enfrentam nas cidades quando, em 1995, na cidade de Barcelona, foi aprovada a Declaração de Barcelona “La Ciudad y las Personas con Disminución”, como culminar do Congresso Europeu que teve a mesma temática. As cidades signatárias, 367 (números de Outubro de 2012) de 14 países da Europa, comprometeram-se a: promover a cidadania das pessoas com necessidades especiais, a respeitar as suas diferenças, a organizar campanhas que favoreçam a integração social, o acesso à informação e à convivência social, o acesso aos serviços considerados imprescindíveis, criar serviços de apoio à vida diária, adaptar os edifícios e os espaços públicos, favorecer a mobilidade e o transporte, promover estudos e trabalhos de investigação que ajudem no diagnóstico e nas respostas às necessidades e promover planos de ação que concretizem as várias medidas necessárias para adaptar as cidades e as respetivas populações

com necessidades específicas. Esta declaração faz apelo ao *slogan* “Cidades para Todos”.

No mesmo sentido, situa-se o mandato estabelecido, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, para a ONU-HABITAT, de promover cidades social e ambientalmente sustentáveis, com o objetivo de proporcionar condições adequadas para todos e tendo em desenvolvimento um conjunto de programas: Programa de Melhores Práticas e Liderança Local, Aliança das Cidades, Observatório Urbano Global, Rede Global de Ferramentas do Solo, Cidades Mais Seguras, Iniciativas em Cidades e Mudanças Climáticas, Água e Saneamento para as Cidades e Melhoramento das Habitações Precárias.

No relatório do programa HABITAT das Nações Unidas, intitulado “Estado das Cidades do Mundo 2010/2011”, publicado em 2012, definem-se um conjunto de ações que se devem implementar, no sentido de diminuir as desigualdades nas cidades, defendendo os autores que as autoridades municipais devem desenvolver políticas de inclusão se querem reduzir as grandes desigualdades sociais, económicas, políticas e culturais, fazendo-se esta recomendação, sobretudo, para os países em vias de desenvolvimento.

Caracteriza as cidades inclusivas como sendo lugares em que se proporcionam oportunidades de apoio e se possibilita o desenvolvimento pleno dos seus residentes, através do acesso aos transportes, à educação, à recreação, à comunicação e ao emprego, no respeito pelas opções culturais e religiosas de cada grupo da comunidade.

As cidades são lugares que, pela sua função e natureza histórica, e também pelo desenvolvimento económico, cultural e social que promovem, detêm elevada capacidade de adaptação às necessidades das pessoas. Veja-se, por exemplo, as cidades que, por via de várias transformações económicas e sociais, se conseguiram adaptar e modernizar, alterando a sua base económica, atraindo novas atividades e fixando populações. A própria classificação das cidades, segundo Sobreira e Chaves (2012), que classificam as cidades de acordo com a sua atividade económica principal: a Cidade Industrial, pelo grande número de indústrias; a Cidade Comercial, pelas transações e pela prestação de serviços; a Cidade Portuária, pelas exportações

e pelas atividades dos seus portos; a Cidade Turística, pelo desenvolvimento da indústria do Turismo; a Cidade Religiosa, pelas peregrinações dos fiéis; ou a Cidade Histórica, pela concentração da monumentalidade dos seus edifícios e dos acervos históricos, são bem o testemunho de como o crescimento e o desenvolvimento das cidades se faz de acordo com um conjunto de modos de produção que, por sua vez, se relacionam com as suas características físicas, arquitetónicas, geográficas, mas também humanas e sociais. Em síntese, poder-se-á dizer que o desenvolvimento das cidades se define conforme as condições que o espaço físico e social apresenta para responder às várias necessidades humanas, alicerçando-se aí o maior ou menor sucesso da cidade enquanto espaço de desenvolvimento.

Ora, o desafio que se coloca é o de investigar até que ponto algumas cidades em Portugal, as que subscreveram a Carta das Cidades Educadoras, estão a fazer esse percurso de desenvolvimento, considerando as necessidades dos cidadãos com necessidades especiais. Como se verá no trabalho, em quadros inseridos adiante, existem já muitas cidades que procuram atingir esse objetivo.

Chama-se, também, a atenção para o facto de, numa cidade inclusiva, os residentes serem parte interessada e interveniente nos processos de decisão. Essa participação política na vida das comunidades gera um sentimento de pertença e de identidade com os lugares, sendo uma garantia de participação nos benefícios do desenvolvimento urbano. O desafio que é colocado pelas cidades inclusivas é o de desenvolverem uma política global de captação e distribuição dos recursos em que sejam respeitados os direitos políticos, sociais, e culturais dos cidadãos. Alcançar os desígnios de uma cidade inclusiva pode fazer-se por duas vias: por um lado, pela condição do desenvolvimento global que se almeja alcançar. Podemos, aqui, utilizar as recomendações de Borja (2003), quando estabelece um conjunto de requisitos, partindo da análise de vários autores, para definir um bom espaço urbano:

a) A cidade deve ser um lugar de fácil acessibilidade ao nível dos transportes, comunicações, serviços básicos e com diferentes centralidades;

b) Recursos humanos qualificados em grande diversidade de sectores, forte articulação e formação nas empresas, nomeadamente, com universidades e centros de investigação e desenvolvimento;

c) Densidade da atividade económica que possa gerar um envolvimento favorável à instalação de novas atividades;

d) Boa imagem da cidade, boas ofertas culturais e lúdicas, boas condições de segurança e ambientais;

e) Instituições políticas representativas que funcionem de forma transparente;

f) Coesão social, redução progressiva das desigualdades sociais;

g) Qualificação do capital social, desenvolvimento de redes sociais e fortalecimento da rede de associações e organismos não-governamentais que fomentem a coesão e a participação coletiva;

h) Políticas públicas de projeção da cidade direcionadas, quer para o exterior, quer para o interior, desenvolvimento de ações que combinem o local com o global;

i) Sustentabilidade do desenvolvimento, em termos do ordenamento, da gestão territorial, do impacto ambiental dos diversos tipos de consumos e hábitos do quotidiano que ameaçam a vida urbana.

A outra via será, primordialmente, no sentido da remediação dos problemas e da intervenção mais centrada nos grupos, que são objeto de exclusão por via do género, da origem étnica, da religião, de pertencerem a grupos mais vulneráveis, como é o caso das crianças, das pessoas idosas, das pessoas com necessidades especiais e das pessoas com desvantagens socioeconómicas.

1.2. Um enfoque educativo

Neste quadro é muito perceptível o cruzamento, a sobreposição de propósitos entre a cidade educadora e a cidade inclusiva. A educação nas cidades é, sem dúvida, uma forma de as tornar mais inclusivas, sendo uma forma de responder aos desafios da vida em comum, de que são lugar privilegiado, pois as cidades são laboratórios vivos de aprendizagem da vida coletiva, lugares de educação permanente, em que múltiplos agentes e entidades põem em prática os seus ideais de educação e de vida económica, cultural, artística e espiritual. Fazer de uma cidade, cidade educadora e cidade inclusiva é procurar um lugar melhor para o desenvolvimento humano, nas suas dimensões de vida material e imaterial.

Carneiro (2001) propõe cinco dimensões essenciais para uma nova cidadania: uma cidadania democrática, uma cidadania social, uma cidadania paritária, uma cidadania intercultural e uma cidadania ambiental. Uma cidade em que o exercício da democracia e da participação permita a construção de uma comunidade mais solidária, um espaço de igualdade de oportunidades e de equidade e um lugar para todos, independentemente das suas capacidades, religiões, etnia, ou rendimento económico.

Os processos educacionais que se geram nas cidades são determinantes para a construção de um espaço territorial propício à inclusão. Se tivermos em conta que os processos educacionais dependem sempre da interação dos indivíduos com o meio envolvente, então, compreenderemos, facilmente, que isso não só é verdade na escola ou na família, mas que também se aplica à comunidade em que vivemos e ao espaço territorial e urbano.

Assim sendo, enquadra-se o presente estudo no que poderia ser designado como educação não escolar, no dizer de Trilla (1999), no pressuposto de que as influências da educação estão para além da escola e da família, pois as influências que se recebem do meio são, tão ou mais marcantes, do que os que se recebem das instituições que mais tradicionalmente se associavam aos processos educativos.

O autor, para defender a pertinência desta abordagem, que acentua a extensão crescente do conceito de educação, refere que a educação se liga por via da educação social, aqueles que, frequentemente, são excluídos dos sistemas educativos tradicionais. Nesta abordagem emergem as ações educativas de natureza comunitária, como a animação sociocultural, ou a aplicação das novas tecnologias que hoje possibilitam novas formas de aprendizagem, à margem dos modelos mais formais. São, pois formas de desenvolver práticas educativas junto de sectores da população em conflito social ou que se estão marginalizados dos modelos habituais, criando-se oportunidades em novos espaços educativos que estão muito para além da escola formal.

Neste quadro de referência dá-se gradual importância ao facto de se estudarem fenómenos que, emergindo de novas linhas da investigação em educação, se centram em campos como o da educação informal e não formal ou social. A educação não formal e informal na definição de Trilla (2006), devem ser entendidas como:

“el conjunto de procesos, medios e instituciones y diferencialmente diseñados en función de explícitos objetivos de formación o de instrucción, que no están directamente dirigidos a la provisión de los grados propios del sistema educativo reglado”. (p.206)

“referir-se a aqueles processos educativos que se produzem sem e indiferenciados doutros processos sociais, que non foron institucionalizados nin sistematizados, que se dan no curso ordinário da vida” (p.206).

Os processos de sociabilidade, os valores que transmitem, as oportunidades que se geram, os modos de comunicação e os recursos disponíveis fazem dos territórios aquilo que, desde a década de noventa, Faure (1972), designou por cidades educativas. Ideia corporizada por Marta Mata, em 1989, na cidade de Barcelona.

O que se pretende é que na gestão das cidades se promova o melhor crescimento possível, se potencializem as capacidades das pessoas e dos

grupos humanos, se fomentem as interações entre as pessoas e as organizações sociais, gerando, a partir desses processos, um valor educativo que favoreça o progresso individual e social. Esta é a definição que Del Pozo (2013), nos propõe de cidade educadora e que coloca em destaque a capacidade de interagir com os cidadãos, através de processos que gerem a mudança dos indivíduos e das comunidades.

Em síntese, pretende-se com este trabalho de investigação levantar as variáveis que concorrem para construção de uma comunidade aberta, participativa e interveniente, em que os direitos individuais dos cidadãos se compatibilizem com o desenvolvimento global da comunidade, respeitando as suas diferenças, mas numa lógica universalista, valorizando mais o que temos em comum do que aquilo que os torna diferentes. Esse é o caminho da construção de uma cidade inclusiva, em que se revela como fundamental a construção de um espaço de todos e para todos, incorporando as respostas às diferenças que dão identidade a qualquer comunidade. Entende-se a comunidade e o território como recursos que podem compensar as dificuldades, as diferenças e as carências, num processo de enriquecimento que parte da mobilização de todos os atores, de todas as instituições e dos cidadãos, num exercício vital da cidadania ativa.

Em Novembro de 2014, realizou-se em Barcelona o Congresso Internacional das Cidades Educadoras 2014 que teve como tema “Uma cidade Educadora é uma Cidade que Inclui”. Como se refere na declaração final, ao fim de 20 anos da fundação desta associação internacional, em que as cidades se afirmam com fortes polos de aprendizagem e de participação dos cidadãos, mobilizando-se para os problemas que os afetam, mais ainda quando as sociedades atravessam um conjunto de novas e mais complexas questões que interferem com a vida das populações.

E nas conclusões do referido Congresso implicam-se os países e os governos locais no compromisso: de favorecer a inclusão nas cidades através de propostas concretas, potencializando as políticas de inclusão social que abranjam as diferentes áreas de intervenção comunitária, criando diferentes serviços sociais necessários para os grupos mais vulneráveis; de promover e fomentar projetos educativos com utilidade social, que associem a aprendizagem

com o serviço à comunidade, estimulando a cidadania e promovendo a transformação e melhoria de vida.

Propõe-se a potencialização do trabalho em rede e a participação dos cidadãos. A criação de condições de acessibilidade, através de transportes públicos adaptados às diferentes necessidades. A construção de uma cidade sem barreiras físicas e de segregação social. A estimulação de sinergias com as empresas e as universidades, os centros de investigação e os centros de formação, por forma a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Propõe-se, ainda, a oferta a todos os cidadãos de oportunidades educativas, culturais, desportivas e de lazer que estejam ao alcance de todos e que transmitam os valores da inclusão, da solidariedade e da coesão social. A promoção da saúde e o bem-estar de toda a população, através de políticas de prevenção que assegurem um estilo de vida saudável, assim como assegurando o acesso à saúde a toda a população. O desenvolvimento de uma política de comunicação que assegure a acessibilidade à informação que, através das tecnologias da comunicação e da informação, possa quebrar o estigma das populações em situação de exclusão social.

Este conjunto de compromissos relacionam-se com a problemática da inclusão social das pessoas que, nas cidades, sofrem situações de marginalização, especificamente as pessoas com necessidades especiais, ficando bem patente que a educação e os projetos educativos desenvolvidos nas comunidades e com as comunidades têm um grande potencial na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

No objeto de investigação deste trabalho, a educação assume uma nova linguagem, conforme refere Biesta (2005), que permite pensar e agir de forma mais abrangente em educação, não reduzindo esse domínio do saber aos resultados da aprendizagem, aos métodos de ensino ou aos aspetos tradicionalmente tratados nesta área. As situações complexas que se nos apresentam, nas realidades humanas e sociais contemporâneas, exigem uma abordagem que, no dizer de Jörg (2006):

"The new science should become a science of being through becoming (...). The subject of study should be the new reality of being, as an emergent phenomenon, as emerging reality through becoming" (p.4).

Estudar fenómenos novos implica, frequentemente, trabalharmos com quadros teóricos que não estão ainda estabilizados e de onde não emergem categorias de análise estáveis e objetivas, facto que, muitas vezes, se verifica nas ciências sociais e humanas, o que exige do investigador a condição de encontrar processos metodológicos que não se detenham, apenas, nos resultados, previamente esperados, mas, antes, estar atento e valorizar a emergência de fatores que eles próprios se constituem como novas evidências e novos conhecimentos.

Convergem, neste estudo, dimensões diversas como sejam: a exclusão social, as necessidades especiais, as cidades e os processos educativos que nelas possam ter lugar, para fomentar a inclusão social de populações específicas, sendo que, para abarcar estas várias dimensões do estudo, no âmbito da investigação em educação, implica que, conforme nos esclarece Gonçalves (2010), utilizar um conceito amplo de racionalidade o que, segundo a autora inclui a intuição (a intuição resulta da formação teórica e dos exercícios práticos do investigador) e a imaginação. Deve-se partir da complexidade do mundo humano e dos fenómenos que lhe estão associados e da capacidade de questionar pressupostos, conceitos e propostas sendo que, neste quadro, a investigação se assume como problematizadora e, nessa medida, se distingue de uma mera lógica ou descrição das realidades observadas. Nos termos definidos por Gibbons, Limoges, Nowotny, Schwartzman e Scott (1999), este modo de abordar a investigação implica que a produção do conhecimento seja baseada na transdisciplinaridade e caracterizada por um constante vaivém entre a teoria e a prática e entre a investigação fundamental e aplicada.

Neste pressuposto, é muito pertinente referir que o objeto de estudo do presente trabalho se enquadra na investigação educativa de múltiplas referências que se alarga para fenómenos e processos que ocorrem fora do sistema educativo e se situam no âmbito da vida das comunidades. No sentido utilizado por Berger (1992), podem-se distinguir dois tipos de investigação:

“investigação sobre a educação” e “investigação em educação”, consistindo a primeira num tipo de investigação que se estrutura à volta de um quadro disciplinar muito específico e a segunda, onde se inscreve este estudo, por seguir um referente disciplinar múltiplo. O trabalho desenvolvido implicou esse posicionamento e procura, por todos os meios, abrir espaços do campo das ciências da educação que acomodem fenómenos mais recentes das comunidades e que possam contribuir para construir e alargar o conhecimento em educação. Conforme chama a atenção Alves e Azevedo (2010):

“Importa entender a Educação numa perspetiva mais holística e abrangente, segundo a qual a mesma extravasa as fronteiras dos espaços formalizados de ensino-aprendizagem para se confundir numa perspetiva antropocêntrica com a própria construção da pessoa que protagoniza ativamente um processo educativo que se desenrola ao longo e ao largo da vida e que é inerente à própria existência humana” (p.5).

Também Nóvoa (2002), vem reforçar este novo sentido da educação quando considera que estamos perante duas tendências que especifica do seguinte modo: “duas grandes tendências que em certos momentos se sobrepõe, mas que encerram narrativas distintas do projeto educativo: a reconstrução da educação como espaço privado e a renovação da educação como espaço público” (p.247).

Nessa segunda dimensão, a educação como espaço público, implica, ainda, conforme o mesmo autor, “aos desejos e anseios de cada um sem que, ao mesmo tempo, renuncie à educação de todos numa cultura partilhada” (Nóvoa, 2002, p. 251). Se olharmos para as várias dimensões da vida nas cidades e nas comunidades encontramos evidências desta descrição na diversidade dos contextos de educação que aí podem ter lugar.

1.3. A cidade e o seu potencial inclusivo

Esta dimensão está presente em muitas das práticas educativas que algumas cidades têm vindo a implementar e que são classificadas de “boas práticas”. A Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) reflete esta visão da educação, como se pode verificar na consulta ao seu Banco Internacional de Documentos, onde são referenciadas um conjunto de experiências (49) em que se cruzam os projetos socioeducativos das cidades, como a inclusão social das pessoas com necessidades especiais.

Num conjunto de experiências avaliadas por uma comissão científica da AICE são recenseadas experiências de diferentes países - Polónia, Espanha, Portugal, Uruguai, Brasil, Colômbia e Argentina, que são apresentadas como “boas práticas” de inclusão das pessoas com necessidades especiais em diferentes cidades, destacando-se como áreas de trabalho a privilegiar a integração laboral, o acesso à cultura, ao desporto e ao lazer, a inclusão na comunidade, a educação inclusiva e as acessibilidades. Este conjunto de experiências denotam a atualidade do tema, a pertinência do assunto e o potencial que a abordagem sócio educativa pode aportar para as mudanças nas cidades.

Do trabalho de revisão da literatura, do estudo das experiências das diferentes cidades nos diferentes países, é possível constituir um conjunto de referências que nos ajudam a distinguir quais as condições que as cidades devem oferecer para que as possamos classificar de cidades inclusivas para as populações com necessidades especiais. Sabe-se, também, o peso que as políticas públicas podem ter no alcançar deste objetivo e desta mudança física e imaterial, pois as questões que estão em causa não são de natureza técnica ou instrumental, são antes causas que, pela sua importância, devem deixar de ser tratadas de forma marginal, ou como sendo apenas questões que interessam a um grupo muito específico, para passarem a ser entendidas na relevância que requerem consciência e mobilização política de todos os agentes e das populações em geral.

A legislação, as políticas e as estratégias de ação pública, ao nível das populações com necessidades especiais, para terem efeitos de mudança devem incorporar um enfoque inclusivo, abandonando-se, gradualmente, as abordagens mais sectoriais e de segregação que separam as pessoas com limitações físicas, mentais sensoriais, motoras ou comportamentais do comum que é a vida da comunidade e da cidade.

As organizações de defesa dos direitos das pessoas com necessidades especiais chamam à atenção, sistematicamente, para o facto de que a proteção face à discriminação e à exclusão só se pode fazer pelo reconhecimento dos direitos e pela disponibilização de recursos e serviços, incluindo os recursos comunitários, e que permitam às pessoas disfrutar o mais possível de uma vida independente.

Neste quadro, parece ser pertinente conhecer a realidade em Portugal e desenvolver instrumentos de diagnóstico e de intervenção nesta matéria, contribuindo, através de um conjunto de dispositivos, para ajudar ao desenvolvimento, por parte das autoridades locais, de políticas públicas que foquem mais a sua atenção neste grupo da população. A este propósito, o CERMI fez um estudo em Espanha, coordenado por García e Bautista (2011), que cruza a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência com um conjunto de planos de ação de municípios que visavam a inclusão destas populações, sendo possível extrair desse cruzamento grandes áreas que devem estar subjacentes às políticas e medidas a desenvolver e que serão observadas e estudadas neste trabalho, como sejam: a acessibilidade ao espaço e à informação, os transportes, a participação cidadã, a educação e a formação, a inclusão laboral, a saúde, os desportos, o lazer, os tempos livres e a cultura, o alojamento, a autonomia e independência pessoal que são temas centrais para se poder compreender até que ponto os recursos e as oportunidades oferecidas pela comunidade podem contribuir para as políticas públicas de inclusão.

Interessa, pois, observar qual o desenvolvimento das cidades estudadas a estes vários níveis, quais os projetos sócio educativos que dão corpo às suas políticas e, em que medida, as cidades têm capacidade de se adaptar às necessidades deste grupo da população, sabendo, como já foi referido, que a cidade é tanto mais educadora quanto maior a sua capacidade para se adaptar

às necessidades das populações. As cidades ganham forte potencial de atratividade e de bem-estar quanto maior a rapidez e a eficácia com que detetam novas necessidades e derem resposta às novas realidades sociais, culturais e educacionais. Podemos dar o exemplo das migrações, da multiculturalidade, dos problemas sociais, das populações com necessidades especiais, das crianças, dos idosos, etc.

Os desafios que se colocam às cidades num mundo global aproximam-se daquilo a que a União Europeia (2011), designa como educação ao longo da vida e que visa: “Cities and towns in a globalized world cannot afford not to become learning cities and towns. It is matter of prosperity, stability and the personal development of all citizens. Lifelong Learning covers all aspects of city life” (p.183).

Isso exige uma gestão da cidade muito participada e próxima das pessoas, que recorra aquilo que Castells (2005), chama “sociedade em rede”, pois os municípios podem ter bastante a ganhar com as dinâmicas intermunicipais, na implementação de práticas e de desenvolvimento de novos projetos, sendo essa uma das grandes estratégias do trabalho desenvolvido ao nível das Redes Internacionais.

Gomes (2010), citando Borja (1995), e Caballo Villar (2001), referem-se a uma dupla dimensão do poder urbano, local e nacional, manifestando-se a primeira na descentralização e na assunção de novas competências e de recursos e na cooperação entre as cidades, enquanto a segunda na cooperação internacional que a autora sintetiza pela expressão “municipalismo internacional”, que tem sido utilizado para dar sustentabilidade às abordagens de inovação educacional e social, mas também como forma de pressão em instâncias transnacionais, para legitimar os poderes locais e regionais na definição de políticas e na legitimação de práticas.

No quadro do edifício político-administrativo português, a emergência das políticas de natureza local é bastante recente, tendo em conta uma herança antiga de uma visão centralista do Estado, que se enraizava numa necessidade do regime do Estado Novo, com um pleno controlo da administração pública,

pelo que o processo de autonomia do poder local só viria a ter lugar em 1974, após a implementação do regime democrático.

Esta mudança, que foi consagrada na Constituição da República, tornou-se possível pela forte mobilização das comunidades locais e dos seus agentes sociais, pelos partidos políticos, os sindicatos, as associações de índole popular, as associações profissionais, as instituições públicas e privadas e, claro, as próprias autarquias locais, sendo que, nesses primeiros anos de forte e rápida transformação social, conseguiu-se mudar o rumo da vida das comunidades locais, lançar os alicerces para uma nova visão do planeamento, para assumir novas áreas de responsabilidade e para envolver as populações na resolução dos problemas mais candentes.

Segundo Oliveira (1996), os processos de edificação do poder local democrático e da sua autonomia, face ao estado central, foram substancialmente reforçados pela assunção de novas responsabilidades em áreas como a cultura, a educação, a intervenção social, a gestão e o ordenamento do território, criando condições, deste modo, para que as autarquias pudessem intervir em domínios muito importantes da vida coletiva, caminhando, gradualmente, para se constituírem como uma instância de governação indispensável ao desenvolvimento das comunidades.

Como se verá em secção própria, os municípios foram desenvolvendo um percurso, que se inicia em 1984, com a primeira descentralização de competências do Estado central para o poder local, que se tem vindo a desenvolver nas últimas décadas, como uma marca política que tem distinguido o papel dos municípios no quadro do sistema educativo, não apenas, nem sobretudo, na educação formal, mas antes, nos processos de educação comunitária informal e não formal que se constituem, hoje, como um património muito importante nas políticas educativas locais específicas e que não se esgotam no sistema escolar formal, evitando, mesmo, uma municipalização do ensino, matéria sensível e fraturante, fazendo-se uma clara opção por políticas de territorialização do projeto educativo, dirigidas às população das diferentes comunidades.

É, atualmente, muito evidente, em Portugal, a emergência de medidas de política educativa que envolvem os municípios, dando ênfase política e administrativa, ao território como elemento crucial nos processos educativos, quer formais, quer informais. Sem uma medida exata, cientificamente válida, mas por observação da situação portuguesa, a este nível, poder-se-á afirmar, apesar de tudo com alguma segurança, que o envolvimento das autoridades locais, ao nível dos processos do sistema formal têm assumido, mais cautelosamente, novas atribuições, privilegiando, de forma mais determinada, competências no sistema não formal, desenvolvendo múltiplos projetos em diferentes áreas que tornam os territórios muito significativos, em termos de oportunidades de aprendizagem e de novos recursos educativos, transformando, mesmo, algumas cidades em agentes educativos.

Como demonstrou Jacobs (1973), a cidade e as dinâmicas que pode gerar são um fortíssimo meio de educação informal e não formal que, precisamente, por não ser formal pode dirigir-se para vários campos de ação e para populações muito variadas. Os processos educativos apresentam-se como um currículo implícito com valores, como: a democracia, a cidadania, a tolerância, a justiça e a solidariedade; com objetivos, atividades, recursos e consubstanciando resultados em diferentes áreas, como sejam: nas áreas sociais, da cultura, do acesso à informação, da arte, das tecnologias, do ambiente da cidadania, devolvendo, desse modo, a componente civilizadora que a vida nas cidades implica.

Trilla (1999) chama, no entanto, à atenção para o facto de que a educação informal e não formal apresenta, apesar de tudo, as suas insuficiências. Desde logo, por uma certa superficialidade, na medida em que os processos podem não ser suficientemente continuados, de modo a permitirem uma certa consistência. Outra das limitações apontadas é a sua parcialidade pois, muitas vezes, as oportunidades não estão ao alcance de todos, tendo em conta a zona onde vivem, a classe social, a acessibilidade aos recursos, sabendo-se dos fenómenos da seletividade e da discriminação que coexistem nas cidades. Estas limitações podem implicar, com frequência, que, os que mais ganhariam com as experiências sócio educativas que a cidade oferece, são os que menos podem usufruir delas.

Numa lógica de que as políticas desenvolvidas resultam da análise das necessidades, dos contextos sociais, económicos e culturais com a participação das populações das instituições é pertinente verificar as particularidades das políticas inclusivas implementadas que, embora tenham uma matriz comum, devem exprimir as particularidades das dinâmicas locais e do funcionamento das redes sociais que as suportam. Daí o interesse em desenvolver estudos de caso que melhor permitam, apesar das semelhanças, avaliar das diferenças nos métodos de implementação das medidas, da dinamização dos processos sociais, procurando estabelecer semelhanças e diferenças que permitam aquilatar das políticas e ações públicas, levadas a cabo na procura de um “roteiro” para as políticas e medidas que possam transformar as cidades em lugares de aprendizagem mais participados e vivenciados pelas pessoas com necessidades especiais.

2. OBJETIVOS DO ESTUDO

Da análise desta problemática levantam-se algumas questões, que se entende ser necessário clarificar, com vista a ser alcançada uma maior compreensão das cidades inclusivas, como por exemplo:

- Quais são os fatores que impulsionam, nas cidades, a implementação de políticas e medidas que as tornem mais inclusivas?

- Qual o papel dos governos locais na dinamização e no desenvolvimento dessas políticas?

- Qual a participação da sociedade e das suas organizações nesse processo, nomeadamente das organizações representativas das pessoas com necessidades especiais?

- Quem são os principais dinamizadores dos projetos sócio educativos levados a cabo nas diferentes cidades?

- Que resultados concretos são obtidos com a implementação dessas medidas, para o aumento do nível de participação dos cidadãos na vida das comunidades?

- Serão essas medidas de carácter duradouro ou meramente temporário?

- Como se expressam, no terreno e na realidade, a concretização das políticas inclusivas, nomeadamente, tendo em conta a vida quotidiana das pessoas com necessidades especiais?

Foi este conjunto de interrogações que esteve subjacente à procura de uma pergunta aglutinadora que pudesse ser o motor do trabalho de investigação e dos objetivos que procuram dar substância operacional ao trabalho e que se enunciam de seguida.

Nessa perspectiva, a pergunta de partida do nosso estudo será: **Como se promovem nas cidades políticas inclusivas que fomentem a equidade de acesso aos recursos e às oportunidades educativas, culturais e sociais aos cidadãos com necessidades especiais?**

Para a concretização do estudo foram, então, definidos um conjunto de objetivos que se passam a enunciar.

Quadro 1 - Quadro dos Objetivos do Estudo

Objetivos gerais	Objetivos específicos
Identificar, em termos de igualdade e direitos, quais os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que as cidades oferecem aos grupos com necessidades especiais.	Caracterizar a oferta dos municípios na promoção da igualdade e da equidade dirigida às populações com necessidades especiais.
	Elaborar o levantamento dos referenciais teóricos que dão suporte ao tema das cidades inclusivas, centradas nas pessoas com necessidades especiais.
	Traçar, para cada cidade, um “mapa” da inclusão, fazendo emergir as categorias que podem caracterizar as “boas práticas” que nas comunidades estudadas favorecem a inclusão social.
Identificar como fomentam as cidades, em termos de planeamento e de ordenamento do espaço físico, respostas que favoreçam o acesso dos cidadãos com necessidades especiais aos espaços de convívio, de lazer, de equipamentos e serviços comunitários.	Descrever todas as ações que se estão a desenvolver na cidade, centradas na promoção da inclusão das pessoas com necessidades especiais.
	Analisar os projetos socioeducativos de cada cidade, centrados na população com necessidades, de modo a caracterizar o seu potencial inclusivo e as áreas que privilegiam.
	Proceder ao levantamento dos esforços que as cidades estão a empreender, no sentido da acessibilidade aos recursos e espaços urbanos.
Identificar como são desenvolvidas as políticas locais de fomento da coesão social, por forma a incluir socialmente todos, em particular, os cidadãos com necessidades especiais.	Indagar, junto dos dirigentes políticos das cidades, as principais razões que fundamentam a promoção de uma política de equidade face às populações com necessidades especiais.
	Indagar junto dos técnicos e quadros dirigentes do município de que forma se concretizam essas políticas e quais as ações que lhe dão sustentabilidade.
	Verificar em que medida essas políticas se concretizam nas Grandes Opções e nos Planos de Atividades Municipais.
	Verificar em que medida os documentos orientadores internacionais estão a ser utilizados como referências de ação para as autoridades locais.
	Inquirir as organizações representativas das pessoas com necessidades especiais, de modo a compreender as suas expectativas, os seus níveis de participação e envolvimento.

Fonte: Produção própria

Na operacionalização dos objetivos do estudo dar-se-á uma particular atenção a uma recolha de informação que ajude a definir uma “fotografia” de grande plano do que se está a fazer nas cidades que subscreveram a adesão da AICE, e à Carta das Cidades Educadoras.

Esse quadro de análise enfocar-se-á nos seguintes aspetos: quais os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que as cidades oferecem aos grupos com necessidades especiais; como se faz o planeamento e de ordenamento do espaço físico, estruturando respostas que favoreçam o acesso dos cidadãos com necessidades especiais aos espaços de convívio, de lazer, de equipamentos e serviços comunitários; como são desenvolvidas as políticas locais de fomento da coesão social, por forma a incluir socialmente todos, em particular, os cidadãos com necessidades especiais.

Para isso, vão utilizar-se metodologias e técnicas de investigação de tipo quantitativo, administrando um inquérito por questionário às 57 cidades que fazem parte do universo do estudo. No entanto, interessa uma visão mais micro-sistémica, pelo que, a partir desse universo, selecionaremos, partindo dos *scores* mais elevados atingidos no questionário, duas cidades que serão as nossas unidades de análise e que, numa lógica comparativista, nos poderão fornecer informação mais detalhada sobre o modo de operacionalizar em cada cidade, os projetos, a sua consistência e continuidade, como se envolvem os atores, qual o nível de participação das pessoas com necessidades especiais, da interação entre eles com os restantes agentes, qual a leitura dos resultados.

Através das entrevistas e da análise documental, procurar-se-á perceber as diferentes perceções dos gestores da cidade e que definem as suas políticas e os seus destinatários, conforme refere Gomes (2010), a emergência das diferenças entre os políticos e as políticas.

Partindo de uma visão mais global para os estudos de caso, será possível ter desta problemática uma interpretação de maior complexidade e complementaridade, que melhor poderá ajudar a definir os contornos de um problema, que se considera de enorme atualidade para a vida das comunidades, para a equidade dos cidadãos nas suas vivências e, finalmente, para o progresso

de uma sociedade que esteja alicerçada em valores e no cumprimento dos direitos humanos.

3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

3.1. As pessoas com necessidades especiais na sociedade, perspectiva diacrónica e sincrónica

Em todas as culturas e em todas as sociedades sempre têm existido indivíduos que, pelas mais diversas razões, foram considerados diferentes, tendo assumido a sua designação, ao longo do tempo, várias denominações, e sendo, ao mesmo tempo, objeto das mais variadas conceções e formas de trato, existindo sempre uma cultura dominante com as suas instituições e os respetivos especialistas, que definem quem é diferente, qual o seu lugar social e que tipos de tratamento devem ter.

No decurso da história, muitos e variados têm sido os grupos de indivíduos que, em função das necessidades e dos valores vigentes, são considerados adaptados ou inadaptados, ajustados socialmente ou considerados como inadequados, associando-se as categorias, pelas quais passam a ser designados, e qual o encaminhamento mais adequado.

Como Munyi (2012) observa, um exame de atitudes em relação às pessoas com deficiência, em toda a cultura, sugere que perceções e tratamento de pessoas com deficiências sociais não são homogéneos nem estáticos.

Neste estudo revelou-se necessário fazer um enquadramento histórico quando se quer salientar um certo tipo de percurso das sociedades no caminho da melhoria das condições de vida das populações que tipicamente são marginalizadas, salientando os momentos mais determinantes, as grandes ruturas e movimentos que fizeram avançar e transformar a realidade. No entanto, fazer uma abordagem desta natureza não é um trabalho simples pois, como referia Scheerenberg (1984), este grupo social muito raramente foi alvo de atenção dos historiadores, pelo que os documentos produzidos não são muito abundantes e, os existentes, muito raramente chegaram até aos nossos dias.

Sobre esta materia, também Aguado Diaz (1995), refere: “En función de la información a nuestro alcance, no existe una historia de las deficiencias. Si hay, obviamente, historias de una deficiencia particular ” (p.19).

É habitual nas abordagens históricas seguirmos a linha cronológica organizada por grandes períodos ou idades, ou pela aglutinação dos acontecimentos, caracterizando as várias etapas históricas, definindo-as por analogia com as principais mudanças verificadas. Aguado Diaz (1995), chama a atenção para as dificuldades que ambas as abordagens, por vezes, encerram, como explica:

“la historia de las , como trataremos de ver a continuación, lejos de ser lineal y acumulativa, aparece en una progresión multiforme caracterizada por la polémica y el de forma que la irrupción de ideas, concepciones, planteamientos y prácticas nuevos no conlleva la liquidación de los anteriores, sino que coexiste con ellos, las más das veces en clara confrontación y enfrentamiento. E, incluso, hay épocas en que se superponen produciéndose el pluralismo conceptual y técnico y la heterogeneidad de modelos que caracterizan a las décadas recientes” (p.25).

Apesar das variações históricas ao longo do tempo, e conforme os contextos sociais, existe um conjunto de traços e de linhas de base, que se revela persistente, desde logo na marginalização, na segregação e na desigualdade, conforme refere Burgdorf (1980). Apesar disso, existem progressos e uma permanente tensão entre o avanço das conceções e o tratamento concreto às pessoas com necessidades especiais, numa contradição entre o que se diz, o que se pensa e o que se faz.

Numa síntese geral à história da deficiência, Aguado Diaz (1995), depois de proceder a uma exaustiva análise histórica dos vários períodos e fases pela qual passou a história da saúde mental, chega aos traços gerais das oscilações, dos progressos e das fragilidades, os quais se podem resumir-se da seguinte forma:

- A marginalização como uma constante histórica e com múltiplas variações;

- A constante oscilação entre as concepções da deficiência e os tratamentos que lhe são dispensados. Neste caso, uma visão da deficiência como um estado permanente imutável e passivo que conduz à personalização do problema e à marginalização e segregação das pessoas, numa concepção mais dinâmica de que o problema deve ter uma abordagem mais aberta, através de uma ação terapêutica, educativa e com mais ganhos na integração e aceitação social;

- As abordagens históricas provam que a integração social das pessoas com deficiência não depende da sua capacidade, mas antes das necessidades da sociedade e do contexto social, conforme ficou demonstrado no período do pós-guerra, quer na Europa, quer nos Estados Unidos;

- O mesmo acontece, em termos opostos, com a industrialização e a escolaridade obrigatória que lhe está associada, por exemplo com os deficientes intelectuais;

- Na atualidade, com as crises económicas, as dificuldades de alocar recursos à educação especial, à reabilitação e ao emprego revelam o peso dos contextos sociais na evolução e na conciliação dos princípios com a realidade objetiva;

- Ao longo da história há, também, a evidência de pessoas com necessidades especiais que ficaram anónimas ou votadas à marginalização, mas outras houveram que ficaram famosas pelos seus feitos, ou seja, apesar de um tempo histórico marcado pela indiferença e, por vezes, crueldade, foi possível, pelos seus atributos particulares, terem destaque nas artes, na política e na ciência, entre outras áreas;

- E, finalmente, revela o autor que os maiores progressos históricos se deram devido a três fatores principais:

a) O avanço da ciência e da saúde: de salientar os avanços na medicina e ciências biomédicas, na psiquiatria, na psicopatologia, na cirurgia, na ortopedia, no desenvolvimento da psicologia e das ciências

da educação, com efeitos no tratamento e na prevenção das doenças que podem gerar deficiências;

b) As aportações e trabalhos de alguns dos grandes pioneiros pelo conjunto de inovações que geraram: especialmente nas áreas das técnicas e nas formas de abordagem ao tratamento e à intervenção, lembrando, aqui, as ajudas técnicas introduzidas, as novas técnicas de ensino-aprendizagem, a atenção comunitária, a desinstitucionalização, a integração e a inclusão na escola, entre outros exemplos;

c) Os avanços sociais: essencialmente, em termos dos direitos e do acesso aos bens comuns das pessoas com necessidades especiais e o que isso representa em novas atitudes públicas e coletivas face às pessoas diferentes possibilitando o acesso a novas oportunidades de participação nas sociedades.

Saint-Martin (1977) redige um relatório da Unesco onde se definia a evolução da humanidade na relação com as pessoas com necessidades especiais, organizando essa evolução em cinco estádios distintos. Nesse documento referia-se que, depois de milénios de história, existe uma representação coletiva dos enfermos e das enfermidades, que é muito influenciada por fatores muito diversos: económicos, demográficos, científicos e técnicos, mas também, políticos, culturais, filosóficos, religiosos e éticos. Daí que a evolução recente da sociedade, em termos culturais e materiais, tenha produzido algumas mudanças ao nível dessas representações e que o autor caracteriza em cinco estádios.

Um primeiro estádio, designado de filantrópico, que tem por dominância a doença, as incapacidades, as enfermidades, a anormalidade que gera compaixão e, ao mesmo tempo, um distanciamento da comunidade e uma segregação face às outras pessoas.

Num segundo estádio, designado por assistência pública, dá-se a institucionalização do apoio de tipo assistencial com o aparecimento das primeiras instituições que acolhem estas pessoas e que, prestando alguma ajuda nos cuidados básicos, contribuem, ao mesmo tempo, para o seu afastamento da

convivência social funcionando como uma medida de “livrar” e proteger as sociedades das pessoas inválidas.

O terceiro estágio, referido pela Unesco, é o dos direitos fundamentais, que encerra os direitos universais, como sejam, o direito à educação e à cidadania. A afirmação dos direitos reconhecidos pelas entidades internacionais e pelas constituições dos diferentes países.

O quarto estágio, é o da igualdade de oportunidades que põe em causa as normas padrão, a noção de normalidade e privilegia as relações entre o indivíduo e o seu meio envolvente.

O quinto e último estágio, é designado por direito à integração e à inclusão, em que as pessoas com necessidades especiais deixam de ser considerados exceções, na medida em que a sociedade inclusiva se organiza para acolher todas as pessoas, independentemente das suas particularidades, tendo todos o seu lugar e onde se valoriza a diversidade humana.

A preocupação de citar este documento, temporalmente situado, surge pela necessidade de demonstrar que, apesar dos esforços, a evolução das mentalidades é um processo lento e nem sempre linear ou constante. Já nesse tempo as preocupações dos peritos eram de procurar influenciar formas de vida mais integradas e mais próximas das comunidades, referindo-se a necessidade de mais informação e mais envolvimento das entidades públicas, privadas e associativas.

Numa passagem do documento refere-se:

“la sensibilisation du grand public aux problèmes des personnes handicapées. Il s’agissait de montrer à l’aide de brèves séquences de télévision ou de de programmes radiophoniques, de slogans, comment dans pays le public est sensibilisé aux problèmes des ‘handicapés’” (p.6).

O sentido desta abordagem histórica é o de dar visibilidade a uma mudança que, nos tempos que correm, é extraordinariamente emergente, na

medida em que as privações e a marginalização a que estas pessoas foram sujeitas, tornam óbvio que é o tempo, como referem Vieira e Pereira (1996), de à uniformidade opor a diversidade, de à exclusão opor a participação, ao antagonismo opor a complementaridade, à segregação a inclusão, à lógica do lucro a da realização do homem, à xenofobia o respeito pela diferença, à lógica do eu e o outro a lógica do eu com o outro.

3.1.1. Perspetiva histórica sobre as necessidades especiais, um tempo de exclusão.

Neste tópico do trabalho iremos proceder ao levantamento de alguns autores que se debruçaram sobre a história das pessoas com necessidades especiais, quer numa perspetiva temporal, quer procurando estruturar as categorias que dão consistência às atitudes que as sociedade foram tendo para com a problemática, numa abordagem sócio histórica.

Gugel (2008) realizou um trabalho de pesquisa histórica desde as civilizações antigas acerca das pessoas com necessidades especiais e a sua relação com a história da humanidade, descrevendo as relações que as várias civilizações foram mantendo com este grupo específico, ao longo dos vários períodos da história.

No Egipto Antigo (há mais de cinco mil anos) existem evidências de que as pessoas com necessidades especiais se integravam nas diferentes classes sociais existentes, desenvolvendo atividades artísticas e outras profissões. Estes dados são possíveis de comprovar pelas escavações arqueológicas e pelo levantamento e estudo dos papiros antigos, dos túmulos e de restos biológicos: há peças esculpidas onde são representadas pessoas com deficiências físicas com um papel de destaque na sociedade egípcia; nos papiros antigos foram identificadas fórmulas para tratar a cegueira, patologia que é referida como muito frequente neste povo.

Na Antiga Grécia, em filósofos como Platão e Aristóteles, encontram-se descrições de pessoas com defeitos físicos ou deficiências serem eliminados por

abandono, por despenhamento nas montanhas ou ocultadas em lugares interditos. Na Política, Livro VII, de Aristóteles diz-se que deverá haver uma lei, segundo a qual, nenhuma criança disforme será criada.

Situação análoga acontecia em Roma, pois era permitido aos pais matar as crianças com deformidades físicas, pela prática do afogamento, existindo relatos de que os pais abandonavam as crianças no rio Tibre ou noutros lugares sagrados. Os que sobreviviam eram utilizados nas cidades, sendo explorados para pedir esmola, ou, então, faziam parte dos circos para divertimento das classes mais abastadas.

No direito romano estava, ainda consagrada a pena de vazar os olhos ou amputar as mãos daqueles que tinham cometido alguma infração face ao Império, penas estas que ainda hoje se aplicam em alguns países do Médio Oriente.

Quer na Grécia, quer em Roma, a forma física era muito valorizada, num tipo de sociedade muito estratificada socialmente, onde a força militar tinha muita importância no exercício do poder, pelo que as pessoas com incapacidades ocupavam um lugar social muito limitado ou mesmo inexistente e, em que a utilização da deficiência como uma forma de castigo era prática corrente como, aliás, ficou eternizada pela história do Rei Édipo que, por castigo de incesto, provoca a própria cegueira.

O período que medeia entre a queda do Império Romano do Ocidente (século V - 476) e até à queda de Constantinopla (século XV - 1453), conquistada pelos turcos-otomanos, marca, tradicionalmente, o início da Idade Média. Por vezes, alguns autores designam este período por tempo das trevas, influenciados pelas precárias condições de vida das pessoas, pela diferença cultural em relação ao período anterior da antiguidade clássica, pelo modo de funcionamento das estruturas de denominação social, pelas precárias condições de saúde agravadas pelos surtos frequentes de peste, em especial, a peste negra que provocou uma das maiores devastações da história da humanidade.

Neste período histórico ganha terreno a superstição e a atribuição das deficiências humanas à bruxaria e ao demónio, havendo a crença de que o

nascimento de uma criança com deficiências seria um castigo de Deus. Ao mesmo tempo, coexistia, pela expansão do cristianismo, um sentimento de caridade, como refere Leitão (1980), “o exorcismo dá lugar ao franciscanismo”.

Neste contexto, a religião ganha força social e cultural como refere Silva (2009):

“Os tempos medievais viram surgir, contudo, as primeiras atitudes de caridade para com a – a piedade de alguns nobres e algumas ordens religiosas estiveram na base da fundação de hospícios e de albergues que acolheram e marginalizados. No entanto, perdurou ao longo dos tempos e, em simultâneo com esta atitude piedosa, a ideia de que os representavam uma ameaça para pessoas e bens. A sua reclusão, que se processou em condições de profunda degradação, abandono e miséria, foi vista, por conseguinte, como necessária à segurança da sociedade” (p.132).

Uma certa conceção de proteção da deficiência aparece com as religiões monoteístas de raiz judaico-cristã, que consideravam as crianças órfãs, os velhos e os deficientes como sendo protegidos especiais da igreja, havendo a crença de que essa proteção poderia ser uma forma de alcançar o céu. Fundam-se, em vários países, os primeiros asilos para pessoas desvalidas e deficientes que tinham, no entanto, características meramente assistenciais, onde as pessoas eram alimentadas e mantidos os cuidados básicos.

A doutrina judaica, por exemplo, proibia o infanticídio e havia o costume de cuidar dos doentes e dos menos afortunados, havendo mesmo descrições dos cuidados diretos das famílias mais abastadas às pessoas mais desfavorecidas (Davis, 1989 citado por Barnes, 1996).

Durante o século XVI, no entanto, os cristãos, como Lutero e Calvino proclamaram que as pessoas com deficiência mental ou física estavam possuídos por espíritos malignos, necessitando submeter-se à dor mental e ou física como um meio de exorcizar aqueles espíritos (Munyi, 2012).

Apesar de tudo, concomitantemente com o aparecimento do sentimento de “compaixão” e de proteção, encontram-se descrições que testemunham que o abandono e a opressão continuaram, havendo casos em que a aristocracia utilizava as pessoas com deficiência para situações de gaudio e divertimento. Ainda na Idade Média, com a Inquisição, declarava-se que a sociedade deveria ser aliviada das pessoas com deficiências físicas, intelectuais e mentais, consideradas como filhas do pecado e do demónio.

Como indica Ledesma (2008), pensava-se que o que separava os seres humanos dos animais consistia na capacidade de falar, pelo que as pessoas surdas e com problemas mentais eram consideradas mais animais do que pessoas humanas. Também quando ocorria uma doença, uma epidemia, uma praga ou uma catástrofe, eram as pessoas com deficiência que pagavam por isso, por vezes com a própria vida.

Segundo Aguado Diaz (1995) a Idade Moderna (1453, século XV até 1789, século XVIII) tem o seu período mais marcante com o Renascimento, muito caracterizado por fortes transformações sociais, políticas e económicas, com a enorme importância atribuída às artes e à ciência e com o aparecimento das primeiras preocupações educacionais das pessoas com necessidades especiais. Gerolamo Cardano (1501-1576), médico e matemático, desenvolve um código para ensinar pessoas surdas a ler e a escrever, influenciado pelo monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1520-1584) que tinha procurado, anteriormente, alcançar o mesmo objetivo a partir de sinais, o que para a sociedade do tempo foi um enorme avanço, na medida em que se entendia que, por via dessa deficiência, as pessoas jamais aprenderiam a ler e a escrever.

Segundo o mesmo autor são vários os avanços devido a um conjunto de pioneiros que introduziram novas técnicas e novos métodos. Em Inglaterra, John Bulwer (1600 -1650) acrescentou, ainda, um método complementar de leitura labial e, em 1620, em Espanha, Juan Pablo Bonet (1579 – 1633) desenvolveu um trabalho teórico sobre os melhores métodos para ensinar os alunos surdos, publicando um trabalho intitulado: *Reducción de las letras y arte de enseñar a hablar a los mudos*.

Ao nível da medicina, Ambroise Paré (1501 – 1590) aperfeiçoou os métodos cirúrgicos para as feridas de guerra, sobretudo para as amputações e próteses. Ao nível das ajudas técnicas, em 1655, Stephen Farfler construiu uma das primeiras cadeiras de rodas que se conhecem, feita em madeira e com locomoção acionada através de um sistema de manivelas giratórias.

Valentin Haüy (1745-1822) cria, em Paris, em 1784, um instituto para alunos cegos, local onde estudou Louis Braille (1806-1852) que, como é do conhecimento geral, desenvolveu um sistema de leitura e escrita para as pessoas invisuais.

Jacob Rodrigues Pereira, em 1749, demonstra, na Academia das Ciências de Paris, como se poderia ensinar a falar e a ler, método que mais tarde seria melhorado por Abée de L'Épée.

Jean Itard, em 1801, faz uma primeira tentativa científica para educar Vitor, conhecido como o selvagem de Avignon. Como refere Pereira (1993), este é muitas vezes considerado um marco histórico, iniciando-se aqui o que designámos por Educação Especial.

E regressando a Leitão (1980) para enfatizar que “ de um sentimento de caridade [passa-se] para uma atitude científica” (p.60).

Voltando a citar Aguado Diaz (1995), durante os séculos XVII e XVIII ocorreram grandes avanços no que diz respeito ao atendimento das pessoas com deficiências, havendo uma assistência especializada em ortopedia para os mutilados de guerra e para os portadores de cegueira e surdez. Quanto à deficiência mental, o atraso nos processos de tratamento e atendimento era maior, havendo registos dos doentes estarem acorrentados e sujeitos a grandes níveis de violência e de discriminação, sendo que a doença mental era confundida com a criminalidade e outras formas de insanidade da sociedade. No entanto, com a introdução da medicina nos asilos e hospícios, as situações foram sofrendo alterações, sendo de registar nomes como Philippe Pinel e (1745-1826) e Samuel Tuke (1784-1857) que lutaram para reformar a saúde mental de modo a que as pessoas com perturbações mentais passassem a ser tratadas como doentes.

Sobre esta questão refere Foucault (1978):

“Acredita-se que Tuke e Pinel abriram o asilo ao conhecimento médico. Não introduziram uma ciência, mas uma personagem, cujos poderes atribuíam a esse saber apenas um disfarce ou, no máximo, sua Esses poderes, por natureza, são de ordem moral e social; estão enraizados na menoridade do louco, na alienação de sua pessoa, e não de seu espírito. Se a personagem do médico pode delimitar a loucura, não é porque a conhece, é porque a domina; e aquilo que para o positivismo assumirá a da objetividade é apenas o outro lado, o nascimento desse domínio” (p.548).

São relatadas, na mesma obra, as transformações que Pinel, influenciado pelas mudanças sociais e culturais da Revolução Francesa, levou a cabo no asilo de Bicêtre, onde foi diretor, referindo-se vários casos de pessoas acorrentadas há décadas e a viver em condições infra-humanas, muito próximo de um tratamento que, na época, se dava aos animais. Este pioneirismo viria a ter os seus continuadores, como foi o caso de Jean- Étienne Esquirol (1772-1840), discípulo de Pinel que, através dos seus estudos nosográficos, separa e diferencia o atraso mental da loucura, abrindo, assim, o campo para toda uma abordagem terapêutica e pedagógica, como novas formas de intervenção.

A este propósito Serrano (2005), ilustra bem as mudanças dessa época:

“A evolução cultural e humanística ia prosseguindo e, para a sua disseminação – como, de resto aconteceu, noutras áreas da atividade humana – muito contribuíram as de Rousseau e de Diderot cujas ideias chegam, também, ao campo da educação especial. Como consequência, emergem novos ângulos de análise desta problemática. Assim – e na sequência dos contributos daqueles pensadores – a partir do século XVIII, o embrião da ideia de um ensino para todos, tendo por base o princípio do reconhecimento e da aceitação das diferenças entre os indivíduos e, por inerência, entre as crianças” (p.21).

Eduard Seguin (1812-1880) foi um discípulo de Jean Itard que complementou a sua formação médica com a educativa e desenvolveu um

método, para a educação das crianças designadas como “idiotas”, baseado na atividade sensorial. O seu papel foi também o de pioneiro, pois demonstrou que os deficientes mentais poderiam ter uma educação adequada. Por volta de 1840 estabeleceu a primeira escola particular em Paris dedicada à educação de pessoas com deficiência intelectual e, em 1846, publicou “*Traitement Moral, Hygiene, et des Education des Idiots*”. Este trabalho é considerado o mais antigo livro sistemático para lidar com as necessidades especiais das crianças com deficiência intelectual.

É relevante neste contexto, na transição do século XIX para o XX, referir alguns pedagogos que são referidos na história da educação, mas que tiveram um papel de precursores como educadores de crianças com deficiência, como são o caso de Henri Pestalozzi (1746-1827), Ovide Decroly (1871-1932) e Maria Montessori (1870-1952).

Com o apoio da obra clássica de Chateau (1956), caracterizam-se os contributos de cada um dos referidos pedagogos, seguindo a sua ordem cronológica.

Johann Pestalozzi nasce na Suíça e é considerado, na história da pedagogia, o fundador da educação popular, uma educação que, no contexto, procurava alargar-se a todas as crianças e jovens, mesmo os menos favorecidos da sociedade. Teve também preocupações com o papel que a família poderia ter na educação e na sua importante função em fornecer uma educação básica que antecedia a da escola. Concebia a educação, quer na família, quer na escola, como uma forma de preparação para a vida.

Teve grande preocupação com as crianças abandonadas, órfãs, as que mendigavam nas ruas e as que roubavam, recolhendo-os numa sua casa com quinta, onde ensaiou uma forma de educação pelo trabalho. Como o número de crianças foi aumentando, foi necessário reunir apoios de amigos que pudessem auxiliar a sua obra educativa e social, permitindo que o trabalho progredisse, observando-se que as crianças com muitas carências, com muitos riscos de desenvolvimento e, mesmo, com debilidades e deficiências, se foram modificando, em termos de comportamentos, competências e equilíbrio

emocional. Dirigiu duas grandes instituições educativas e assistenciais de crianças e jovens, onde ensaiou o seu método, as escolas de Burgdorf e de Yverdon.

Esta experiência é referida, muitas vezes, como uma forma de reeducação e precursora daquilo, que haveria de designar-se por Educação Nova, que se afirmou pela perseverança e sentido de solidariedade de Pestalozzi e ficou vertida em algumas obras publicadas, como foi o caso da obra *Como Gertrudes Educa Seus Filhos*.

O belga Ovide Decroly formou-se em medicina, especializando-se em Paris em doenças nervosas. Funda, com a sua mulher, em 1901, um instituto para a educação de crianças com deficiência, o que lhe permitiu, ao longo da vida, observar diretamente os seus comportamentos e necessidades, ensaiando métodos de trabalho educativo com esses grupos de crianças. Mais tarde funda, também, uma escola para crianças normais “Escola do Ermitério”, o que lhe permite, ao longo da vida, ir publicando um conjunto de obras de pedagogia, onde procura responder aos diferentes problemas que a educação destas crianças e jovens lhe iam suscitando.

Este autor é, com frequência, apresentado como um exemplo dos que, vindo da área da medicina, fazem experiências na educação, afirmando a corrente da pedagogia experimental, sendo precursor do que poderíamos designar, hoje, como estudos da criança. Traz para este campo os estudos e os conhecimentos da época, ensaia métodos de observação e publica os primeiros estudos sobre as crianças “anormais,” como eram, então, designadas. É dos primeiros investigadores a utilizar o filme para observar os comportamentos das crianças com o objetivo de demonstrar as diferentes fases do desenvolvimento e as reações sociais na criança. Aplica, também, os testes de inteligência de Binet e Simon, fazendo, quer a sua crítica, quer referências às principais lacunas encontradas, chegando, mesmo, a apresentar os seus próprios testes de inteligência, em que valoriza, não só as componentes verbais das provas, como as componentes motoras.

Para compreendermos melhor o efeito destes autores, na evolução da história das necessidades especiais, não nos poderemos esquecer que foi nesta data (1900) que surgiu o livro “O século da Criança” de Ellen Key, ficando, assim, o século XX designado como o século da criança, pela forte evolução no conhecimento e na valorização da infância no processo de desenvolvimento.

No campo da pedagogia e da educação Decroly desenvolveu o método dos “Centros de Interesse”, à volta dos quais se devem organizar as temáticas do ano escolar, procurando organizar o processo educativo à volta das necessidades e das experiências que estejam próximas da vida e que ajudem a concretizar e a integrar aquilo que se aprende pela sua utilidade.

Maria Montessori nasceu em Itália, formou-se em medicina e cedo se interessou pelo trabalho com crianças, dirigindo a instituição Escola Normal Ortofrénica que acolhia crianças com deficiências. A sua formação foi muito influenciada pelos especialistas do seu tempo, como foi o caso de Seguin, que foi seu professor, Jean Itard, com cuja obra contactou aquando dos seus estudos em Paris e, também, Ovide Decroly, reforçando-se o grupo que ficaria designado, na história da educação e da educação especial, como da pedagogia científica.

Desenvolveu e estruturou um curso sobre crianças “anormais” em Roma, onde divulgou os novos conhecimentos sobre a educação das crianças e jovens com necessidades especiais, nomeadamente, deficientes mentais, e onde procurou, também, extrapolar esses conhecimentos para a educação em geral. Ao mesmo tempo que estas evoluções se iam verificando, as sociedades procuravam evoluir no sentido das melhores condições de vida das pessoas, sendo, nesse contexto, que se iniciaram melhorias significativas nos bairros operários de Roma, por iniciativa do Instituto dos Bens Imóveis que desenvolveu um conjunto de obras de reforma nas habitações dos operários, procurando introduzir melhores condições de higiene e de salubridade nas casas. Foi, assim e nesse contexto, que se inaugura em Roma, a 6 de Janeiro de 1907, a primeira *Casa dei Bambini*, nome inventado por uma grande amiga de Montessori, onde foi possível colocar em prática as suas inovadoras ideias pedagógicas e, em simultâneo, dar-se início a novas formas de olhar a educação e o papel das

famílias e das instituições que, agora, coadjuvam as famílias no processo de assistência e educação da criança.

Maria Montessori desenvolve nestas casas, que entretanto se foram instituindo noutros locais, um método próprio que se haveria de designar como “O método da Pedagogia Científica e a Casa dos Pequeninos”. Método muito inovador por permitir que a criança possa ter um ambiente mais adequado à sua idade e possa agir, experimentar, trabalhar e satisfazer outras necessidades mais psicológicas e de desenvolvimento integral nas diferentes áreas sensoriais, motoras e manuais. Existe, também, nesta personalidade da história da educação, uma atitude precursora quando percebe a importância que a manipulação de objetos tem no processo de aprendizagem, criando um conjunto de materiais diversificados para educar os vários sentidos o que revolucionou o meio e deu início aquilo que ainda hoje se observa enquanto recurso aos materiais didáticos e educativos. Ainda hoje existe uma fundação Montessori com atividade internacional, que dá apoio no conhecimento do pensamento e da prática pedagógica e que acompanha os vários centros infantis que, entretanto, se espalharam por Itália e por outros países.

Se a institucionalização teve uma primeira fase assistencial, como refere Jiménez (1997), as transformações sociais pós-renascentistas e o avanço dos conhecimentos científicos vieram impor ideias novas, muito impulsionadas por médicos e pedagogos, que estiveram na origem do impulso educacional que se verificou no século XIX e que foi deixando para trás as concepções mágicas-religiosas e assistencialistas. Deste modo foram tendo lugar concepções mais esclarecidas pelo avanço de áreas do conhecimento como a biologia, a psicologia, a pedagogia e a medicina, abrindo campo para novas modalidades de intervenção, como sejam: a pedagogia terapêutica, a pedagogia assistencialista, a pedagogia curativa, que se aprofundaram até finais do século XIX, conforme salienta Mazzotta (1986).

Assim, foi sendo introduzida a educação especializada, dirigida a cada uma das deficiências, impondo a ideia de um diagnóstico, da prescrição e de uma intervenção. Pouco a pouco, a sociedade vai tomando consciência da necessidade das pessoas com deficiência, embora ainda muito numa lógica de

segregação, ou seja, proteger as pessoas com problemas de desenvolvimento mas, ao mesmo tempo, proteger a sociedade dessas mesmas pessoas, por serem consideradas anormais.

Jiménez (1997) considera que é nesta fase que se situam os primórdios da educação especial, ou seja, pelas experiências positivas que se relataram anteriormente, foi-se chegando à conclusão que era possível trilhar o caminho da educação mesmo que, para tal, se tivessem de instalar escolas especiais, classes especiais e, também, métodos especiais num modelo de atendimento ainda muito marcado pelos médicos e pelos tratamentos. Então, encarava-se a deficiência como uma doença com carácter permanente e irreversível, acentuando-se uma vertente reabilitativa e médico-terapêutica, que vivia da categorização dos problemas e de uma resposta especializada face ao diagnóstico. Isto significou a afirmação do direito à educação das pessoas com necessidades especiais mas, em simultâneo, o seu afastamento da sociedade e o desenvolvimento de respostas segregadas.

No início do século XX foi desenvolvido o conceito de “idade mental” bem como os testes de inteligência de Binet e Simon, que serviram para classificar as crianças com deficiência mental e que estiveram na origem da criação das classes especiais e das escolas especiais em França, procurando, desta forma, responder à generalização da educação e, conseqüentemente, aos que chegavam à escola e não conseguiam aprender e que, por essa via, não beneficiaram de um atendimento educativo normal.

Em Portugal, neste período, foram criados um conjunto de recursos neste contexto, conforme refere Correia (1997):

“A política global consiste agora em separar e isolar estas crianças do grupo principal e maioritário da sociedade. Há a necessidade, óbvia e compreensível de evidenciar empenho na resolução do problema: começam a surgir instituições especiais, asilos, em que são colocadas muitas crianças rotuladas e segregadas em função da sua

Daí a criação de um conjunto de Institutos para pessoas com problemas sensoriais (mudos e surdos). Em 1916, surge o Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa que funcionou com cobertura para todo o país para dar apoio aos problemas de saúde mental e infantil. Em 1941 foi criado o Instituto António Aurélio da Costa Ferreira onde se vão formar os professores que irão trabalhar nas classes especiais e nas escolas especiais. Em 1965 inicia-se o movimento de associação das famílias com filhos com deficiência, por forma a organizarem, elas próprias, respostas de atendimento às crianças e jovens com deficiência mental.

Estes factos são detalhados por Costa (1981): em 1863, foi fundado o Asilo de Cegos de Nossa Senhora da Esperança, em Castelo de Vide, em 1877; em Lisboa, foi criado o Instituto de Surdos-Mudos, mais tarde integrado na Casa Pia de Lisboa; em 1888, Madame Sigaud funda o Asilo-Escola António Feliciano de Castilho, que vai atender crianças de ambos os sexos; em 1893, é criado, no Porto, um novo Instituto para Surdos, por doação à Misericórdia de José Rodrigues Araújo que, por via disso, manteve o nome do benemérito; em 1900 e em 1913, respetivamente, são criados mais dois Institutos, um em Lisboa e outro no Porto, para cegos.

Com foi referido outro nome importante, em Portugal, no atendimento às pessoas com necessidades especiais, foi o de António Aurélio da Costa Ferreira, grande pedagogo e que ocupou o cargo de Provedor da Casa Pia de Lisboa (1913). Irá dar um significativo incremento ao atendimento a este grupo, até aí muito confinado a uma assistência ainda muito pouco qualificada para os conhecimentos que já se tinham para a época. Nesse contexto, funda, em 1916, o Instituto, que passou a ter o seu nome, com o objetivo de ser um centro de observação dos alunos da Casa Pia de Lisboa que apresentassem deficiências aos vários níveis, num sistema de consultas externas. Mais tarde (1926), passou para a tutela do Ministério da Instrução com funções de centro orientador e coordenador dos serviços de apoio às crianças com perturbações do desenvolvimento físico e mental, centro de estudos e preparação do pessoal docente e auxiliar, funcionando, ainda, com a valência de escola para as crianças com deficiências graves da fala e, como se dizia na época, “anormais educáveis”.

De 1935 a 1942, o edifício esteve encerrado para obras e, sob a direção do Professor Victor Fontes, ganha novas funções em 1945, com enfoque nas áreas médicas, pedagógicas e psicossociais, nos campos da observação e orientação de crianças com “anomalias mentais” e na formação de docentes e técnicos. Em 1946 fica com a obrigação de acompanhar as classes especiais que se criaram junto das escolas primárias, como eram designadas, à data, as escolas do 1º ciclo.

Os avanços técnicos e científicos continuaram pela primeira metade do século XX, nomeadamente, nos campos da psicologia, da pedagogia e da psicanálise, de que foram protagonistas personalidades marcantes da nossa história, nas ciências sociais e humanas, como Freud, Piaget, Binet, Watson, Skinner, entre muitos outros, e que nos ajudaram a compreender melhor o funcionamento dos vários sistemas relacionados com o comportamento, com a aprendizagem e com as emoções, contribuindo para afirmar um modelo mais psicopedagógico que, gradualmente, foi tomando o espaço ocupado pelo modelo médico, como forma de abordagem aos problemas comportamentais e do desenvolvimento.

A Europa sofre dois períodos de guerra o que arrasta problemas relacionados com os recursos económicos disponíveis, impedindo que muitos deles fossem empregues em prole do desenvolvimento das pessoas com necessidades especiais que, como lembram Vieira e Pereira (1996), estiveram, desde sempre, afastados das preocupações dos governantes, pelo que, algum do entusiasmo daquela fase histórica do final do século XIX e início do século XX sofreu alguma estagnação.

Um dos períodos mais negros da história contemporânea da Europa e que consistiu, também, num grande retrocesso para esta temática, foi o do predomínio nacional-socialista, com a ocupação nazi, o expansionismo das ideias de extermínio e as campanhas do eugenismo, onde as câmaras de gás provocaram a morte de milhões de pessoas, muitas portadoras de deficiências várias.

Reabilitaram-se as ideias de Sir Francis Galton que, em 1865, se apropriou dos trabalhos do seu primo Charles Darwin sobre “A Origem das Espécies”, onde é exposta a sua teoria da seleção natural das espécies que, aplicada à espécie humana, legitimou muitos estudos que consideravam que muitos males sociais teriam a sua causa na transmissão genética. As correntes eugénicas consideravam as pessoas com deficiência um mal para a sociedade, defendendo o seu afastamento e recomendando a sua esterilização. Logo nos anos 30 do século passado, o movimento eugénico fundamentou as políticas raciais da Alemanha nazi e em 27 estados dos Estados Unidos foram propostas leis que forçavam a esterilização das pessoas com deficiência. Aguilera Jiménez e Castillo Seguro (2011) referem que mais de 70.000 cidadãos americanos passaram por esse processo, entre 1905 e 1972, por não serem considerados aptos para a reprodução.

Os especialistas da ética e da bioética chamam a atenção para formas renovadas e atuais destes princípios, pela criação dos bancos de esperma de génios ou de outras tecnologias da engenharia genética aplicadas à reprodução, que possibilitam aos pais o “desenhar” dos filhos que querem. Estes perigos continuam a pairar sobre as nossas sociedades e dever-se-á refletir sobre frases como a de James Watson, primeiro responsável pelo projeto do genoma humano, que afirmou que, havendo uma forma de melhorar os nossos filhos nada poderá detê-la¹.

A este propósito, uma referência muito oportuna de Fiala-Butora (2013), chama à atenção para uma história que avança no tempo, mas que não deixa de manter traços e atitudes que apesar de tudo persistem:

“People with disabilities have historically never been immune from horrendous forms of ill-treatment. Although the killing of disabled babies at Mount Taygetos in ancient Sparta, or the medieval practice of locking away “crazy” people in “madmen’s towers” would be unacceptable today, at closer look it seems that these practices have simply been transformed rather than abandoned. The twentieth century witnessed the rise of the

¹ [http://www. Projeto Ghente _genoma humano.](http://www.ProjetoGhente_genoma humano.)

eugenics movement, Nazi Germany's plan of complete extermination of people with disabilities during World War II, and the political abuse of psychiatry in the Soviet block" " (p.3).

A este propósito, ainda, será oportuno referir que se encontram nos vários períodos históricos traços de violência que são constantes, quando estudamos a história das pessoas com necessidades especiais e que se encontram sistematizadas em Aguilera Jiménez e Castillo Segurado (2011):

- Eliminação física: nestes períodos do eugenismo, ou em momentos mais recuados, como a antiguidade e a idade média, onde eram legitimados os comportamentos de infanticídio e de homicídio, chegando-se ao ponto de sacrificar a mãe por ser responsável pelo nascimento. Outro exemplo foram os tempos da inquisição, em que esta instituição se encarregava de eliminar os deficientes físicos ou mentais, considerados filhos do pecado ou do demónio;
- Utilização para a diversão: os casos mais conhecidos são o do bobo da corte que servia para gáudio do Rei e dos cortesãos, ou a exibição das malformações, quer no circo quer nas ruas, para fins de recolha de “esmolas”;
- Exclusão e ocultamento: incluindo-se, aqui, todos os processos de segregação e de separação a que estes grupos foram sujeitos socialmente, mesmo em momentos históricos mais recuados, em que foram confundidos com os loucos ou os marginais;
- Negação dos direitos: pela dificuldade em participarem socialmente, não tiveram acesso, muitas vezes, a direitos elementares, como sejam a educação, a saúde, o trabalho e ao conhecimento.

O desejo de evitar tudo o que está relacionado com o mal, afetou as atitudes das pessoas em relação às pessoas com deficiência, simplesmente porque a deficiência era considerada associada ao mal. A maioria dessas

atitudes negativas são meros equívocos que resultam da falta de compreensão adequada da deficiência e pode ser observada na forma como afeta o funcionamento da sociedade em geral e, mesmo, dos núcleos mais próximos dessas pessoas com necessidades especiais. "Esses equívocos decorrem diretamente dos sistemas tradicionais de pensamento, que refletem filosofias mágico-religiosas que podem ser chamados, de forma segura, superstição" (Abosi, 2002).

Uma pesquisa de Verdugo, Bermejo e Fuertes (1993), vem reafirmar este traço de continuidade histórica, num estudo desenvolvido em Castilla y León que envolveu um conjunto de 445 crianças e jovens com necessidades especiais, com idades entre os 0 e os 19 anos, que foram distribuídos por três grupos: grupo de pessoas identificadas como vítimas de maus tratos; grupo de controlo com necessidades especiais, mas que não foram sujeitos a maus tratos; e, grupo de sujeitos que não foram objeto de maus tratos, mas também não têm necessidades especiais.

O trabalho de investigação mostrou que a maior prevalência de maus tratos se situava no primeiro grupo, onde as pessoas com necessidades especiais, com um peso de 11,5%. Comparando com o grupo de controlo sem necessidades especiais, com um valor de 1,5% e, cujos maus tratos mais significativos, eram: abandono físico 92%, abandono emocional 82%, abuso emocional 65%, abuso físico 31%, exploração laboral 4% e abuso sexual 4%. Verificou-se, ainda, que os maus tratos infligidos eram distribuídos igualmente por todos os intervalos etários, estando expostos a um risco constante.

Quanto menos visível é a disfunção mais riscos têm de sofrer maus tratos. Quanto maiores os problemas de linguagem maiores os riscos de sofrerem maus tratos, pela incapacidade de expressarem os seus problemas. Os maus tratos aparecem associados a um conjunto de comportamentos que as crianças e jovens exibiam, como sejam: temperamento difícil, comportamentos estereotipados, autoagressões, agressividade para com as pessoas e os objetos, dificuldades na motricidade fina, dificuldades em encetar relações de cooperação com os pares e muita dificuldade de se centrarem nas tarefas, mesmo quando acompanhado pelos adultos.

Ainda, neste trabalho de investigação, verificaram-se as seguintes prevalências: a negligência física aparece em primeiro lugar com 92%, seguida da negligência emocional com 82%, abuso emocional com 65%, abuso físico com 31%, exploração laboral 6% e abuso sexual 4%.

Para efeitos comparativos citar-se-á um estudo publicado por Hamby e Grych (2012), sobre a prevalência e risco de violência contra crianças com necessidades especiais: uma revisão sistemática e meta-análise de estudos observacionais. Este trabalho foi desenvolvido a partir de uma revisão sistemática, cuidadosa e completa que envolveu a exibição de mais de 10 000 referências encontradas a partir de várias pesquisas de artigos, incluindo termos relacionados com a deficiência e vitimização. Mais de 800 artigos de texto completo foram revistos, mas apenas 17 estudos tinham dados úteis sobre a prevalência ou risco relativo de violência contra crianças com deficiência. Foram 16 que forneceram estatísticas de prevalência e 11 que tinham dados sobre o risco, em comparação com as crianças sem deficiência relatados. Todos os estudos foram conduzidos nos EUA ou na Europa, omitindo outras partes do mundo.

A prevalência da violência era perturbadoramente alta, com mais de 1 em 4 (27%) dos jovens com deficiência vítimas de violência física e mais de 1 em 6 (15%) experimentando vitimização sexual. Ainda mais surpreendente, as crianças com necessidades especiais foram três a quatro vezes mais propensas a experimentar vários tipos de violência se comparados com outras crianças, incluindo a violência física, violência sexual, abuso emocional e negligência. Uma constatação particularmente preocupante é que o risco de violência sexual foi significativamente maior para as crianças com deficiências intelectuais ou psicológicas em comparação com crianças com deficiências físicas.

Os autores sugerem que a dimensão da violência contra crianças com deficiência se pode ampliar ainda mais do que tem sido avaliada. É fundamental ir além da avaliação da prevalência de tipos de violência específicos e considerar as interconexões entre as formas de violência, por forma a compreendermos melhor a verdadeira amplitude de vitimização. Como os investigadores observam, no momento da sua revisão, apenas uma pesquisa foi encontrada

sobre *bullying* e nenhuma sobre importantes formas de violência, como a exposição à violência doméstica. Quase todos os estudos disponíveis se focavam nos maus-tratos dos pais, mas os maus-tratos dos pais estão fortemente associados a muitas outras formas de vitimização. Na verdade, mais de um terço das vítimas de maus-tratos são também "*polyvictims*", os jovens que foram vítimas de várias formas, muitas vezes, por vários autores em várias configurações. Recomendam os autores que estes estudos se ampliem, centrados na escola, nas famílias e nos bairros.

Numa pesquisa de Verdugo, (2004), sobre os maus tratos e a violência de género em pessoas com necessidades especiais, ao nível intelectual, o autor refere ser este um tema de estudo recente:

“La violencia sobre las personas con discapacidad intelectual es un tema estudiado recientemente. Solo en las últimas décadas, a partir de los años 90, ha existido esta preocupación explícita que se ha visto en publicaciones y difusión del problema. Ha sido la preocupación general sobre el maltrato, las situaciones de abuso y abandono, la que ha permitido iniciar el análisis del problema y generar las primeras estrategias de prevención” (p.1).

O autor chama a atenção para o facto dos maus tratos sobre as pessoas com necessidades especiais estarem relacionados com as necessidades excessivas de cuidados físicos, das reações de cólera, da negação por parte dos pais e pelas expectativas pouco realistas secundadas pelos profissionais e, ainda, pela lenta melhoria dos comportamentos ao longo do tempo.

O autor tenta sistematizar as principais hipóteses das razões que podem conduzir aos maus tratos, como sejam: as necessidades especiais podem ser entendidas como um castigo representativo de um fracasso das aspirações dos pais, refletindo, por vezes, um duro golpe nas expectativas iniciais e que muitas vezes não são superadas, o que conduz à rejeição e a dificuldades de relação que podem evoluir para as diferentes formas de maus tratos. O crescimento e o desenvolvimento da criança, pelas suas especificidades, vão exigir múltiplos contratempos, rotinas particularmente difíceis que excedem, em muitos casos,

as possibilidades dos cuidadores e criar, desse modo, condições para respostas mais abusivas. Ou, ainda, causas relacionadas com os recursos familiares, em termos financeiros, socioeconómicos e sociais que são mobilizados em face das necessidades especiais, ao nível dos cuidados médicos, terapêuticos e de atenção constante, gerando, em certas famílias, desequilíbrios que se refletem no bem-estar e que geram *stress* no microssistema familiar.

Podem acrescenta-se ainda a estes aspetos outros que podem ser predisponentes, como o isolamento familiar face à comunidade, as frequentes hospitalizações que podem afetar o clima das relações, os modos diferentes de estabelecer condutas de comunicação e de interação que podem dificultar os canais de troca com os outros, os traços de personalidade das crianças e jovens e dos cuidadores.

Se se tiver atenção sobre este conjunto de razões, verifica-se que a grande vulnerabilidade e risco desta população aumenta na proporção direta de quanto menores forem os recursos que as sociedades disponibilizam para ajudar aqueles que estão mais próximo e lidam com estes problemas e estas dificuldades.

De um ponto de vista cultural, há, portanto, muitas circunstâncias específicas que influenciaram as condições de vida das pessoas com deficiência, já para não mencionar as atitudes das pessoas em relação a eles. A história mostra que a ignorância, negligência, superstição e medo são fatores sociais que têm agravado o isolamento das pessoas com deficiência.

Não se pode deixar de assinalar alguns acontecimentos que tiveram repercussões diretas e indiretas na forma como as sociedades encaram este problema, desde logo, nos posicionamentos das organizações governamentais e internacionais, sendo muito significativo, como um momento de viragem, no pós guerra, a proclamação, pelas Nações Unidas (1948), da Declaração Universal dos Direitos Humanos que, entre os seus vários artigos, tem alguns que se referem, muito diretamente, às pessoas com necessidades especiais, nomeadamente o seu artigo 5º, onde se estabelece que nenhuma pessoa pode ser objeto de tratamentos cruéis, degradantes ou desumanos; no artigo 7º, que

refere que nenhum cidadão deve ser discriminado e que todos são iguais perante a lei; no artigo 22º, refere-se que toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos económicos, sociais e culturais indispensáveis; no artigo 25º, onde se garantem as condições de vida básicas, através do direito a um nível de vida que assegure a si e à sua família a saúde e o bem – estar; e, os artigos 26º e 27º, onde se proclama, respetivamente, o acesso à cultura e o direito à educação para todos.

No mesmo sentido, a resolução da Comissão Social das Nações Unidas, em 1949, onde, pela primeira vez, se faz referência à necessidade de reabilitação das pessoas incapacitadas por problemas físicos e por cegueira e, em 1950, o Conselho Económico e Social dá instruções à Secretária-geral para levar a cabo um programa internacional de reabilitação das pessoas com deficiências físicas.

Estas decisões, no contexto do pós II Guerra Mundial, arrastaram um conjunto de mudanças que, pelas consequências da guerra e dos estropiados que gerou, impulsionaram um movimento de reabilitação e de psicologia da reabilitação. Este movimento foi centrado nas deficiências físicas com avanços que se constituíram como um progresso na recuperação física, somática e funcional, verificando-se um incremento das ajudas técnicas e dos recursos médicos e hospitalares com efeitos positivos ao nível de: estruturação de serviços de reabilitação para ex-combatentes e mutilados de guerra. Para além do início da reabilitação, em termos profissionais e da maior implicação das famílias e das comunidades na integração das pessoas com deficiências, ganhando-se consciência de que a reabilitação não é meramente física, mas tem também componentes psicológicas e sociais. Como reconhece Barnes (1991):

“The data show that there was substantial discrimination against disabled people in Britain prior to industrialisation, but it was relatively fragmented and took many forms. The economic and social upheavals which accompanied industrial development, however, precipitated discrimination becoming institutionalised throughout society. Indeed, the growing importance of economic rationality, individualism and medical

science during this period contributed to and compounded ancient fears and prejudices, and provided intellectual justification for relatively more extreme discriminatory practices, notably the systematic removal of disabled people from the mainstream of economic and social life. Since the 1939-45 war, however, there has been a general 'softening' of attitudes and a definite attempt to reverse this policy and integrate people with impairments into the community. To facilitate this goal there has been a rapid expansion of community-based services in both the state and private sectors, and a subsequent proliferation of professional helpers. While the positive effects of these developments are not in doubt, it is clear that they rest upon basically traditional perceptions of impairment and disability. Discrimination has not disappeared; it has simply been transformed into more subtle and less obvious forms" (p.17).

Aguado Diaz (1995 citando Neff, 1971), a propósito da reabilitação para o trabalho, refere que o período entre o final da II Guerra Mundial e os finais dos anos cinquenta são muito marcantes para o movimento de reabilitação física e funcional, com repercussão na ampliação do seu conceito e das consequências colaterais nas outras deficiências, nomeadamente, ao nível da deficiência mental, alargando o interesse pelo tema, a mobilização de muitos especialistas, os movimentos reivindicativos que começaram a despontar. A complexidade dos problemas que se colocavam, então, leva a que surja a necessidade de alargar a abordagem médica para um novo enfoque multidisciplinar e aos fortes avanços no conhecimento nosográfico e na etologia das várias deficiências.

Os avanços no conhecimento sobre as infeções viricas, na genética molecular, na bioquímica e na medicina em geral permitiram o conhecimento mais aprofundado de várias problemáticas relacionadas com a deficiência, como sejam: avanços na etiologia da síndrome de Down e de outras trissomias; conhecimento do fator Rh; perturbações metabólicas dos lípidos, problemas relacionados com os aminoácidos; avanços na cirurgia cerebral, na farmacologia e na prevenção e tratamento.

Em 1952, a Associação Americana para a Deficiência Mental (AAMD) constitui um comité para definir novas nomenclaturas e define o que é o atraso mental, como um funcionamento intelectual geral inferior à média que tem origem

no período de desenvolvimento e que está associado a um baixo nível do comportamento adaptativo.

Avançam, sobretudo nas Universidades dos Estados Unidos, um conjunto de trabalhos de investigação sobre as crianças com necessidades especiais, salientando-se os estudos desenvolvidos na Universidade de Illinois por Samuel Kirk, James Gallagher, Bernard Faber, entre outros. Tendo editado os seus trabalhos nas diferentes revistas científicas, como é o caso do *American Journal of Mental Deficiency*, publica-se, em 1955, uma revista de prestígio, a *Exceptional Children*, da responsabilidade do Council for Exceptional Children mas, como referem Safford e Safford (1995), num estudo desenvolvido na procura de referências a trabalhos de investigação em 1948, só se identificaram catorze estudos sobre os indivíduos com atrasos.

Também, em Portugal surgem trabalhos sobre esta problemática, como refere Mesquita (2001, citando Rodrigues, 1988):

“Os estudos efetuados em Portugal assentam, fundamentalmente, em aspetos de caracterização e desenvolvimento da Educação Especial, em que são conhecidos trabalhos de “análise de contextos” (Rodrigues, 1988) com carácter histórico descritivo, como foram os de: Anicet Fusillier com *A Educação de Crianças Atrasadas, Fracas de Espírito, Débeis, etc* (1895) o *Esboço Histórico do Ensino dos Surdos Mudos em Portugal* (1895), o *Instituto Municipal de Surdos Mudos* (1895), entre outros, publicados na «*Revista de Educação em Ensino*»; Ary dos Santos (1918) com uma comunicação apresentada à Sociedade de Estudos Pedagógicos sobre o Ensino de Surdos Mudos em Portugal; Palyart Pinto Ferreira com diversos trabalhos sobre assuntos relacionados com a educação especial, como sejam: *A Educação das Crianças Fisicamente Anormais* (1921) ou *Sobre a Educação das Crianças Anormais* (1927) entre outros, publicados em diversos periódicos como «*Anuário da Casa Pia*», no «*Boletim do Instituto Médico Pedagógico da Casa Pia de Lisboa*», «*A Criança Anormal*» e ainda na «*Revista de Educação Geral e Técnica*»; Vitor Fontes com o estudo *Crianças Anormais, Notas Médico-Pedagógicas* (1932) inserido no «*Arquivo da Universidade de Lisboa, vol. XIII*» ou ainda *Ensino da Crianças Anormais* (1935) publicado em «*Escola Portuguesa*», entre outros; Merícia Nunes com um estudo sobre *A Assistência às Crianças Anormais em Portugal* (1946) publicado pela revista «*A Criança Portuguesa*» ” (p.12).

É, ainda, no período do pós guerra que se verifica uma maior afirmação dos direitos dos grupos minoritários que começaram a utilizar o recurso aos tribunais para uma grande variedade de situações, nomeadamente, relativos às pessoas com necessidades especiais, tendo sido tomadas decisões judiciais, mesmo que, muitas vezes, não tenham sido eficazes, serviram para implicar mais o Estado na implementação de certas medidas e para que os vários agentes envolvidos se consciencializassem da necessidade das mudanças a implementar.

A caminhar para a segunda metade do século XX, na Europa, em países como a Holanda, a Alemanha e a Bélgica, continua, em larga escala, a multiplicação de grandes internatos que convivem com estruturas mais pequenas, escolas, colégios especiais que, em regime de semi-internato, asseguram as respostas às pessoas com necessidades especiais, como referimos anteriormente, especializando o atendimento conforme a deficiência em respostas bastante segregadas que começaram a ser questionadas pela comunidade científica e pelas associações que, entretanto, se foram estruturando.

Neste contexto, quer na Europa, quer nos Estados Unidos, as respostas à educação das pessoas com necessidades especiais foi-se alargando, havendo nota da instalação nas escolas públicas de classes especiais, primeiro, para crianças com deficiências sensoriais e físicas e, só mais tarde, início do século XX, para as crianças com deficiência mental.

Este movimento vai-se alargando, na medida em que os conhecimentos avançam, alargando-se, também, o conjunto de investigadores que fazem avançar o caminho no sentido da abordagem educacional. Anna Freud (1895-1952) ensaia a aplicação das técnicas da psicanálise às crianças, Lewis Terman (1877-1956) demonstra como os testes de inteligência podem ser utilizados para identificar crianças sobredotadas, Alfred Strauss (1897-1957) faz a primeira relação entre as perturbações da aprendizagem e as lesões cerebrais.

Em 1959, na Dinamarca, surge um movimento muito forte de pais que rejeita que os filhos continuem a ser segregados em escolas especiais e o

governo inclui na legislação o conceito de “normalização” que, segundo Bank-Mikkelsen (1959), que na época era diretor do serviço dinamarquês Retardo Mental, lança um novo princípio a que chamou normalização, formulada como sendo a possibilidade que os deficientes mentais tinham para uma vida o mais próxima possível do normal.

Da Escandinávia, esse princípio estende-se por toda a Europa e atinge os Estados Unidos e Canadá, onde W. Wolfensberger (1975) ajustou a definição deste princípio de normalização, dando-lhe uma formulação mais didática: "The normalization principle means making available to all people with disabilities patterns of life and conditions of everyday living which are as close as possible to the regular circumstances and ways of life or society".

No campo da educação, as perceções em relação às crianças e adultos com deficiência têm mudado significativamente. O maior desafio na educação atualmente, é garantir que todas as escolas são tão fácil e totalmente acessíveis a pessoas com necessidades especiais como para todos os outros. Se tivermos em conta os direitos humanos, a eficiência económica, ou desenvolvimento social, o interesse deve ser para atender crianças com deficiência em igualdade com todos os outros.

Este conceito foi-se generalizando e ajudou a pôr em causa o modelo segregado de atendimento às necessidades especiais o que, conjugado com os movimentos de desinstitucionalização, que não acontece em simultâneo em todos os países, concluindo-se que as instituições, até aí criadas e em funcionamento, colocavam condições muito restritivas e um ambiente muito pobre em termos de trocas sociais e de sociabilização, significando, essa nova atitude, um corte com toda uma tradição de separação e de marginalização destes grupos sociais, havendo necessidade de encontrar novas soluções, quer em termos sociais, quer em termos educacionais.

Na década de 70 começa a afirmar-se, cada vez mais, o papel do ambiente na abordagem às necessidades especiais, criando condições de mudança do modelo médico, que pressupunha uma condição ou doença do paciente, para o modelo ecológico que valoriza o contexto e as interações

complexas com o ambiente. Em 1970, o Comité Presidencial de Deficiência Mental, nos Estados Unidos, que teve um título que, por si só, coloca o problema, *The Six-Hour Retarded Child* (citado por Kirk e Gallagher, 2012), que demonstrou que muitas crianças sem lesão neurológica pareciam retardadas no período de seis horas em que estavam na escola especial. No enfoque ecológico, o que está em causa não é mudar a criança ou a pessoa apenas mas, levar em conta o ambiente social como meio de aumentar as suas possibilidades de participação.

As autoridades governamentais começam a ter consciência da mudança que é necessário empreender, quer nos Estados Unidos, quer na Europa. Esses sinais são evidentes com a publicação, nos Estados Unidos, da PL 94-142 (*The Education for All Handicapped Children Act*”, Lei Pública aprovada em 1975 e aplicada em 1977 e que visava que todas as crianças com deficiência tivessem uma educação adequada. Definiu:

1. Todos os estados devem garantir processos de identificação e avaliação das crianças com deficiência;
2. Os pais têm o direito à informação e ser informados das principais decisões educacionais;
3. Para além dos testes de QI é necessário envolver nos processos de avaliação uma equipa multidisciplinar;
4. Deve ser elaborado um Plano Educativo Individual onde fiquem consagrados os objetivos e os serviços a envolver e a serem oferecidos à criança;
5. As crianças devem ser colocadas em *ambientes menos restritivos*, ou seja, se puderem receber apoio na classe regular não devem ser colocados em classes especiais.

Estas mudanças criaram alguma tensão entre os vários interesses em presença, das famílias, das crianças, dos professores e das escolas que, inicialmente, tiveram dificuldade em ajustar-se à mudança. Verificou-se que muitas crianças tinham sido erradamente classificadas, que os resultados das classes especiais eram pouco benéficos, que essas classes em vez de locais de recuperação se transformaram em classes para colocar crianças problemáticas. Dunn (1968), fez uma campanha para convencer os professores e técnicos de

que, em muitos casos, a melhor ajuda não é a colocação nas classes ou nos centros de educação especial, sendo antes, muitas vezes, uma opção que prejudica as crianças, afirmando, a este propósito, Gallagher (1972): " The special education was often a masked deletion process recovery" (p.5).

Neste relatório, o autor analisa criticamente o sistema educacional americano, com ênfase nas necessidades educativas das crianças portadoras de deficiência. Ele encontra educadores especiais que, muitas vezes, não estão cientes da linguagem diferente necessária para comunicar com o público em geral e que, desse modo, influenciam tomadas de decisão, profissionais e académicos. Gallagher acredita que as pessoas têm sérias dúvidas sobre a capacidade do sistema melhorar e levanta a hipótese de que o sistema não consegue resolver os problemas educacionais e sociais, porque a própria sociedade não está organizada para resolver estes problemas.

No Reino Unido é muito significativo e marcante esta mudança do enfoque no "caso" para o enfoque no ambiente, como refere Silva (2009):

"Em Inglaterra, com o Warnok Report Special Education Needs, publicado em 1978 e legislado em 1981 pelo "Education Act", deu-se mais um passo de enorme relevo relativamente à integração escolar. De acordo com este documento, as dificuldades de aprendizagem que se verificavam em uma de cada cinco crianças dependiam de vários fatores e não significavam necessariamente uma deficiência, podendo, no entanto, agravar-se, se não houvesse uma intervenção educativa adequada. Nesse sentido, propunha-se que fosse feita uma reavaliação dos alunos que estavam em escolas do ensino especial, que os professores do ensino regular fossem consciencializados relativamente à integração escolar e que se tivesse em conta a importância da articulação entre os diversos atores que interferiam no processo educativo destas crianças" (p.3).

Foram grandes as mudanças introduzidas pelo comité de investigação constituído para este estudo coordenado por Helen Mary Warnock, desenvolvendo um trabalho de estudo e pesquisa, entre Setembro de 1974 e Março de 1978, onde a propostas apresentadas são muito avançadas para a época, a saber (Warnock, 1978:36):

1- Substituir o paradigma médico e adotar o paradigma educativo, através da identificação e avaliação das necessidades especiais;

2- Substituir a designação de deficiência pelo conceito de necessidades educativas especiais onde se incluem todas as crianças com ou sem deficiências que apresentem dificuldades ao longo do seu percurso escolar²;

3- Mobilizar meios, técnicas especiais e métodos de ensino especializados para que os alunos possam aceder ao currículo normal;

4- Dar apoio a todas as crianças independentemente do carácter temporário ou permanente das suas dificuldades;

5- Promover, quando necessário, modificações do currículo de modo a adaptá-lo às necessidades, apoio educativo e materiais específicos necessários face à problemática apresentada;

6- Promover modificações arquitetónicas, reduzir o número de alunos nas classes, de modo a facilitar a frequência das escolas regulares;

7- Prever mudanças na formação dos professores;

8- Tomar em devida nota a importância da prevenção e da intervenção precoce;

9- Prever, a seguir, ao período de escolaridade, o desenvolvimento de competências necessárias à autonomia e à integração social, de modo a consolidar as aprendizagens, desenvolvendo processos de transição para a vida ativa.

Colocar em prática estes conceitos, significa afastar do modelo de segregação tradicional as pessoas com necessidades especiais. Muitas mudanças que foram descritas põem em evidência a importância da alteração

² Necessidades educativas especiais na aceção do Relatório Wornock não significa as crianças serem especiais, pelas suas características, dado que são os meios que temos que mobilizar para responder às necessidades que são especiais. Por esta razão, procurou-se, neste trabalho, marcar a rutura com o que o termo "deficiência" implica, a utilização, em alternativa, do termo necessidades especiais. Conforme Serrano (2005), Necessidades Educativas Especiais (NEE) é "o que toda a pessoa necessita para aceder aos conhecimentos, habilidades, aptidões e atitudes socialmente consideradas básicas para a sua integração ativa no meio a que pertence, como pessoa adulta e autónoma" (p.57).

de atitudes, comportamentos e estruturas socioeducativas. Tudo isso tem implicado os esforços de integração e a necessidade de mudança, não só por parte do indivíduo, mas também no ambiente social e cultural que promove o bem-estar das pessoas com necessidades especiais. Os que eram rotulados como "deficientes" são tratados de forma diferente pela nossa sociedade que, aparentemente, enfatiza a incapacidade do indivíduo em vez da sua capacidade, que trabalha contra o indivíduo (Birch e Johnstone, 1975).

Legislação internacional e nacional recente lançou crescente luz sobre a filosofia da inclusão e da escola inclusiva. Fundamentada na política de educação da UNESCO, aprovada na Conferência de Salamanca de 1994 (UNESCO, 1994), a educação inclusiva está a ser progressivamente aceite como um meio eficaz pelo qual as atitudes preconceituosas, em relação aluno com deficiência, pode ser reduzida conforme Subban e Sharma (2006).

A Declaração de Salamanca e o quadro de ação promulga a educação para cada indivíduo como um direito humano básico para todos, independentemente das diferenças individuais (UNESCO, 1994). Além disso, não esquecer o foco internacional, através da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (UNICEF, 1989); Declaração de Jomtien onde se consagra a Educação para Todos (UNESCO 1990); e, da Cimeira Mundial sobre as Crianças, organizada pela (UNICEF, 1990), produzindo a Declaração Sobre a Sobrevivência, Proteção e Desenvolvimento da Criança, em que os países se obrigam e comprometem a uma oferta de educação para todas as crianças, incluindo as marginalizadas. Estes desenvolvimentos internacionais tiveram impacto sobre a política e as práticas nacionais.

Em Portugal, conforme as indicações do Woarnock Report, também foi introduzido o conceito de Necessidades Educativas Especiais (N.E.E), publicando, em Agosto de 1991, o Decreto-lei 319/91 que introduz o referido conceito, bem como descremina as N.E.E. de tipo temporário e permanente. Esta mudança legislativa acabou com a categorização de âmbito médico, até aí muito utilizada. A educação das crianças com N.E.E. foi gradualmente assumida pela escola regular e atribui um papel mais interventivo às famílias, definindo, ainda, um conjunto de medidas que se destinavam a aplicar no Plano Educativo

Individual, instrumento de seguimento e organização dos recursos a mobilizar para fazer face às necessidades especiais.

Este processo de rutura com a categorização foi um passo muito importante para os direitos à educação das crianças e jovens com necessidades especiais, pois já, desde os anos 90, Rodrigues (1991), fundamentando-se em Smith e Neiswort, (1975), fazia uma crítica muito contundente à categorização e à segregação que a mesma arrastava. Dizia, então: a) que as categorias são educacionalmente irrelevantes, pois fornecem um número muito restrito de informação que ajudem ao programa educativo; b) os agrupamentos de categorias sobrepõem-se, pois as crianças não se enquadram em categorias únicas pela multifactorialidade dos seus problemas; c) as categorias rotulam as crianças como “deficientes”, concluindo que o problema se encontra unicamente na criança; d) as estratégias educacionais a utilizar não são exclusivas de uma determinada categoria; e) a formação de professores baseada em categorias implicava uma híper especialização que cria barreiras dentro da profissão; f) os padrões de financiamento, baseado nas categorias, conduzem à perpetuação do enfoque médico centrado na categorização.

Estas mudanças abriram caminho à integração das crianças nas escolas regulares, a um ensino mais individualizado, a uma conceção de que a escola é um espaço de heterogeneidade e de que será necessário encontrar processos para que todos possam ter condições de aprendizagem ajustadas às suas necessidades e potencialidades. As adaptações curriculares, as ajudas técnicas, a acessibilidade à escola, o contacto das crianças e jovens uns com os outros, o ajustamento dos professores à nova realidade transformou a escola num espaço mais democrático, mais aberto e de maior respeito pelos direitos. Diz ainda Rodrigues (2001):

“A mudança conceptual de uma visão categorial para uma visão não categorial tem uma importância decisiva, dado que permite a passagem da conceção médicopedagógica (centrada na categoria de deficiência) para uma conceção educacional (centrada nas necessidades educativas especiais) e permite concetualizar o sistema de apoio em bases muito diferentes” (p.17).

Apesar desta evolução, a Declaração de Salamanca (1994) veio colocar novos desafios à escola integrativa³ pois, a partir daí, ficou desfasada dos principais valores que desde o final do século se afirmaram nos países da Comunidade Europeia: a educação para todos, em que todos os cidadãos tenham direitos e possibilidades de acesso e sucesso à escolaridade básica; a educação como um processo que se desenvolve ao longo da vida e que ultrapassa as dimensões e os agentes formais, para ganhar espaço em toda a sociedade, influenciando a qualidade de vida das comunidades; a formação é uma responsabilidade de toda a sociedade não estando exclusivamente a cargo da escola, mas que deve contar com todas as experiências e conhecimentos adquiridos noutros contextos. Como refere Silva (2009):

“A educação inclusiva parte do pressuposto de que todos os alunos estão na escola para aprender e, por isso, participam e interagem uns com os outros, independentemente das dificuldades mais ou menos complexas que alguns possam evidenciar e às quais cabe à escola adaptar-se, nomeadamente porque esta atitude constitui um desafio que cria novas situações de aprendizagem. Nesse sentido, a diferença é um valor e a escola é um lugar que proporciona interação de aprendizagens significativas a todos os seus alunos, baseadas na cooperação e na diferenciação inclusiva” (p.7).

Os modelos ecológicos e sistémicos vieram colocar a tónica do desenvolvimento humano na qualidade do contexto em que este se processa, pois todos os processos de desenvolvimento dependem da interação que o indivíduo estabelece com o meio que o rodeia. Quanto mais rico em experiências, quanto mais qualidade tiverem as interações com os pares, quanto mais organizador e estimulante for o meio, melhor a qualidade dos processos de desenvolvimento e de aprendizagem. Daí que o papel da sociedade e das

³ Designação de Rodrigues (2001) que significa que são as escolas onde se integram alunos com necessidades educativas especiais.

instituições se coloque, cada vez mais, numa lógica de inclusão, quer numa educação inclusiva,⁴ quer numa sociedade inclusiva⁵.

A este propósito, faz sentido desenvolver, um pouco mais, o conceito de educação inclusiva apresentado por Ainscow (2003), que liga a educação inclusiva ao debate que se iniciou a propósito da “Educação para Todos”, debate esse que se inicia com a conferência mundial realizada em 1990 na Tailândia e que está em ligação com o conceito de educação inclusiva pela necessidade que se coloca de reestruturar a escola em função das necessidades de todos. Nesse caso, os alunos que denominamos como tendo necessidades educativas especiais serão um estímulo para se criarem ambientes e processos de aprendizagem mais ricos e mais amplos.

O autor refere que as escolas que melhores condições têm para desenvolver esses processos inclusivos, são aquelas que mais condições têm de autonomia e independência para poderem levar por diante as melhores estratégias de ação, que respondam às necessidades da sua população escolar tão diversificada, estabelecendo com a comunidade uma relação de interdependência, no sentido de que a escola funciona num modelo aberto de gestão dos meios, dos recursos e das oportunidades. Ainscow (2003), fala de escolas que funcionam em ‘colegialidade’ quando conseguem encontrar os fundamentos do seu trabalho nas necessidades da comunidade, desenvolvendo aspirações comuns com o que a rodeia, sabendo valorizar os fins sociais da sua intervenção.

Uma escola inclusiva é aquela, segundo estes princípios, que tem condições de promover e liderar as mudanças, de identificar e contornar as barreiras da inclusão, que tem uma política bem definida e um planeamento consentâneo com os objetivos, que sabe captar e gerir os recursos em ordem aos problemas, que sabe responder à diversidade, mesmo quando isso implica trabalhar com grupos excluídos e marginalizados, que pode dispor de

4 Educação inclusiva, segundo Hegarty, (1994) é o desenvolvimento de uma educação apropriada e de alta qualidade para os alunos com necessidades especiais nas escolas regulares

5 A sociedade inclusiva segundo Godoy (2008) tem como objetivo principal oferecer oportunidades iguais para que cada pessoa seja autónoma e autodeterminada. Dessa forma, a sociedade inclusiva é democrática, reconhece todos os seres humanos como livres e iguais e com direito a exercer sua cidadania.

especialistas que apoiem os processos de transformação no sentido da qualidade e saibam cooperar com os vários organismos, entidades e instituições.

Interessa, pois, neste enquadramento, clarificar e precisar o conceito de inclusão, neste caso de ‘inclusão educativa’⁶. Pode-se dizer, tendo por referência o autor: a inclusão é um processo, é um trabalho que nunca está acabado, pois é uma procura constante das formas mais adequadas para responder à diversidade; deve estar centrada na identificação e na eliminação das barreiras, na procura de soluções criativas e adequadas aos problemas que a inclusão sempre coloca; é uma forma de fazer com que todos participem e tirem partido das experiências de aprendizagem, independentemente das suas características específicas; é uma forma de prestar mais atenção aos grupos que, tendencialmente, ficam mais à margem, para que possam tirar o máximo partido do sistema educativo. Neste seguimento, Booth e Ainscow (2011) referem:

“A inclusão é vista principalmente como a colocação em prática de valores inclusivos. É um compromisso com determinados valores que explicam o desejo de superar a exclusão e promover a participação. Se não estiver vinculada a valores profundamente enraizados, então a tentativa de inclusão pode representar a simples adesão a uma moda qualquer ou atendimento a instruções de cima para baixo” (p.21).

Nesta base, os mesmos autores, realizam uma abordagem crítica ao conceito de ‘necessidades educativas especiais’, pois consideram que esta designação apresenta limitações consideráveis que implica um rótulo, um abaixamento das expectativas e desvia as atenções dos outros alunos que, não tendo esse rótulo, podem ter necessidades muito próprias. Foi neste quadro que propuseram, em alternativa, o conceito de “barreiras à aprendizagem e à participação”, pois esta dimensão implica que se possa dirigir a atenção não para o caso mas, antes, para aquilo que pode e deve ser melhorado, de modo a que todos e cada um possam aprender melhor e participar em pleno. Os autores

⁶ Termo introduzido pela agência de inspeção Ofsted para especificar as escolas que tinham sucesso nos processos de inclusão, citado por Ainscow (2003).

referem, com clareza, que este conceito não deve ter apenas uma aplicação ao universo da escola, mas deve, mesmo, ser aplicado no contexto mais vasto da comunidade e das políticas nacionais ou locais.

Já na década de 90 tornou-se emergente um outro conceito, inovador, o conceito de “valorização da função social”, introduzido pelos trabalhos desenvolvidos por Wolfensberg (2004), que tiveram um grande impacto no Canadá e nos Estados Unidos e que visavam, especialmente, duas classes de pessoas na sociedade: os que já estão socialmente desvalorizados e aqueles que estão em risco elevado de se tornarem desvalorizados. Assim, a valorização da função social é primariamente uma resposta ao fenómeno historicamente universal de desvalorização social. Em qualquer sociedade existem grupos e classes que estão em situação de risco ou são já desvalorizados pela sociedade ou por alguns dos seus subsistemas. Existem indivíduos, grupos e classes muito mais propensos a serem mal tratados e para serem submetidos a uma sistemática experiência negativa, tais como, segundo Amstrong (2015):

1. Ser visto e interpretado como "desviante", devido à sua diferença negativamente valorizada. Diferenças como sejam as deficiências, a cor da pele entre outras;
2. Ser rejeitado pela comunidade e até mesmo pela família e pelos serviços;
3. Ser associado a papéis sociais negativos, alguns dos quais poderem ser severamente negativos, como "sub-humanos", "ameaça" e "peso para a sociedade;"
4. Ser colocado e mantido a uma distância social ou física, este último mais comumente pela segregação;
5. Ter uma imagem negativa que lhes é inerente.
6. Ser o objeto de abuso, violência e brutalidade, ou outras formas de violência.

A realidade é que nem todas as pessoas são avaliadas positivamente pela sociedade o que torna este conceito de valorização da função social tão

importante. Ele pode ajudar, não só, a evitar situações de afastamento e de marginalização das pessoas socialmente vulneráveis ou desvalorizadas, mas, também, pode aumentar a probabilidade de elas poderem experimentar as coisas boas da vida. Infelizmente, as coisas boas da vida não são geralmente concedidas a pessoas que estão desvalorizadas na sociedade. Para eles, a maioria das boas coisas está para além do seu alcance ou, pelo menos, mais difíceis de atingir.

A este propósito será interessante referir, também, o conceito de “habilitação”, que Rodrigues (2001), propõe em contraponto ao conceito de “reabilitação” que visa:

“Aumentar a adaptabilidade e a autonomia do indivíduo em relação ao seu envolvimento, mesmo nos casos em que a função ou capacidade adaptativa que se pretende recuperar nunca tenha constado do reportório do indivíduo” (p.25).

O que está em causa com a operacionalização deste conceito é que a intervenção de habilitação não se faz apenas exclusivamente centrando esforços no indivíduo, mas na adaptabilidade do meio às condições e aos fatores intraindividuais, pois o que interessa na procura de uma ação habilitante é melhorar a interação do sujeito com o meio que o envolve e em que vive.

Assim, é muito importante desenvolver processos habilitantes centrados em simultâneo nos indivíduos, nas famílias, na escola, nas comunidades e nas sociedades em que vivem, desenvolvendo, ao máximo, as capacidades e as formas de participação das pessoas com necessidades especiais, criando condições para que se sintam parte integrante dos grupos e das comunidades em que vivem.

É por isso que, ter, pelo menos, alguns papéis sociais valorizados é tão importante. Na verdade, uma pessoa que é socialmente valorizada é suscetível de ser tratada muito melhor do que as pessoas que têm as mesmas características desvalorizadas, mas que não têm papéis sociais igualmente valorizados.

Reforçar o valor percebido dos papéis sociais de uma pessoa ou de uma classe é chamada a função da valorização social. Existem duas grandes estratégias amplas para perseguir esse objetivo para pessoas desvalorizadas: a) um alargamento dos contatos sociais para que a sua imagem, aos olhos dos outros, possa ser diferente, b) reforço das suas competências, no sentido mais amplo do termo. O aperfeiçoamento de imagem e valorização de competências formam um ciclo de feedback que pode ser negativo ou positivo. Ou seja, uma pessoa que está com problemas de competência está altamente em risco de sofrer insuficiência-imagem; uma pessoa que está prejudicada na imagem está apto a ser respondido por outros de maneiras que delimitam ou reduzem a competência da pessoa, mas os dois processos funcionam igualmente no sentido inverso.

Neste caso, a integração e a inclusão na vida das comunidades é a única forma que as pessoas com necessidades especiais têm para que possam desempenhar funções e participar, para que se sintam válidas e possam ser valorizadas. É esse o desafio histórico que se coloca às sociedades dos nossos dias. Em síntese, poder-se-á condensar no seguinte quadro os principais padrões que as sociedades têm desenvolvido acerca e para com as pessoas com necessidades especiais. Provavelmente, ter-se-á de viver sempre com esse tipo de “invariantes históricos”, sem que isso impeça a civilização de evoluir para padrões mais democráticos, solidários e de maior respeito pelas diferenças humanas.

Quadro 2 - Padrões das atitudes sociais face às necessidades especiais

Padrões das atitudes da sociedade face às pessoas com necessidades especiais.	
Alheamento / Recusa	Eliminação, infanticídio, maus tratos, mutilações, mendicância, abandono dos filhos. Associação das pessoas com deficiência a possessões demoníacas. Condenações da Inquisição, tratamento duro e cruel.
Assistencial / Proteção	Caridade cristã, aparecimento dos primeiros asilos, uma atitude de caridade perante os grupos mais desprotegidos. Os deficientes são recolhidos e tratados como outros grupos marginais da sociedade. A medicina entra nos asilos e as pessoas passam a ser vistos como enfermos.
Reabilitativa / Científica	A medicina tem preponderância no avanço da compreensão dos problemas, as técnicas cirúrgicas e médicas têm um franco avanço. Desenvolvem-se experiências reabilitativas e educacionais na procura de ajudas mais especializadas. Destacam-se nomes de personalidades que ficaram ligadas ao aumento de novas práticas terapêuticas e educacionais. O aumento do conhecimento exige formação de professores e técnicos muito especializados.
Integração/ Emancipação	Entendimento de que as pessoas com necessidades especiais têm vantagens em ter uma vida próxima da realidade normal, em termos de vivências e de trocas sociais. Movimentos sociais que exigem essas condições e movimentos de pais que vão nesse sentido. Reconhecimento que cada uma das deficiências tem as suas particularidades e características. Explicação das deficiências a partir da sua categorização. Reivindicação de integração social e de desinstitucionalização.
Social/ Participação	Entendimento de que as necessidades especiais não tem relação apenas com as características dos indivíduos mas, também, com as condições do meio envolvente. Reconhecimento dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência. Movimentos sociais que exigem maiores níveis de autonomia e de independência. Novos quadros conceptuais e novos conceitos que fundamentam a ideia de que as mudanças no meio podem contribuir para minorar as desvantagens.

Fonte: Produção própria

3.1.2. As pessoas com necessidades especiais nas sociedades de hoje, o tempo dos direitos a uma plena participação.

No ponto anterior foi possível estruturar uma abordagem mais centrada nos períodos históricos e nos traços gerais acerca da atitude face às pessoas com necessidades especiais mas, como alertam vários dos autores que são referidos a esse propósito, nem sempre a história é um contínuo evolutivo em que basta deixar correr a linha do tempo para se observarem mudanças e transformações sociais, pelo que, provavelmente, no presente, ainda encontramos algumas sobreposições entre o presente e o passado, como refere Aguilera-Jiménez e Castillo Segurado (2011):

“Afortunadamente, las actitudes ante las personas con discapacidad han ido modificándose a lo largo de la historia, aunque a veces uno tiene la duda, creo que razonable, acerca de si las corrientes normalizadoras e integradoras que se iniciaron a mediados del siglo XX han supuesto un progreso irreversible o si en la actualidad siguen siendo predominantes las actitudes segregadoras y ocultistas que abordamos (...) Lo más probable es que convivan ambos conjuntos de actitudes segregadoras e inclusoras, de respeto a la diversidad o de un tipo de promoción de un tipo de personas (...) como prototipo de la persona de éxito en la sociedad actual” (p.34).

Estima-se pelos estudos internacionais referidos pelas Nações Unidas (2015), que existe uma prevalência entre 10% a 12% de pessoas com algum tipo de necessidades especiais constituindo perto de 1 bilião em todo o mundo. 80% dessa população vive nos países em vias de desenvolvimento. O Banco Mundial estima que 20% das pessoas mais pobres têm necessidades especiais e que as mulheres sofram desvantagens múltiplas por via do sexo e das necessidades específicas. Segundo a UNICEF, 30% das crianças de rua são portadoras de necessidades especiais.

O número de pessoas com deficiências está a aumentar acontecendo isto, pois a população está a envelhecer, apresentando, por essa razão, maior risco de deficiência e por via do aumento global das condições crónicas de saúde

associadas à deficiência, tais como a diabetes, doenças cardiovasculares e doenças mentais. As tendências do aumento das prevalências são influenciadas pelas condições de vida, de saúde, do ambiente, dos desastres naturais, dos acidentes e do abuso de droga.

Segundo as mesmas fontes, nos países em vias de desenvolvimento, 90% das crianças com necessidades especiais não são escolarizadas e a taxa de analfabetismo mundial em adultos é de 93%.

Ao nível do emprego, citando a mesma fonte, 386 milhões de pessoas em idade ativa são portadoras de alguma incapacidade e cerca de 80% não conseguem emprego em alguns países. De acordo com um estudo realizado em 2003 pela Universidade de Rutgers, deficientes físicos ou mentais continuam a ser muito sub-representados no mercado de trabalho dos EUA. Um terço dos empregadores interrogados referiu que pessoas com deficiência não poderiam desempenhar adequadamente as tarefas necessárias. A segunda razão mais comum para a não contratação de pessoas com necessidades especiais foi o medo de ter que fazer modificações caras. Apesar disso, as empresas que empregam pessoas com necessidades especiais dizem que as pessoas com deficiência têm uma maior taxa de retenção de trabalho, reduzindo o alto custo da rotatividade de pessoal, de acordo com um estudo realizado nos EUA, em 2002. Outros levantamentos americanos revelam que, no final de um ano de trabalho, a taxa de retenção de pessoas com deficiência é de 85%.

Quanto à violência, seguindo a tabela de números sobre as pessoas com necessidades especiais, já referida e publicada pelas Nações Unidas, em áreas de guerra, três crianças ficam feridas e permanentemente inválidas para cada criança morta. Em alguns países, um quarto de deficiência é devido a lesão ou a violência, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS). Pessoas com necessidades especiais são mais propensas a ser vítimas de estupro ou violência, de acordo com um estudo britânico de 2004 e eram menos propensas a obter a intervenção da polícia, a proteção jurídica ou cuidados preventivos. A pesquisa indica que a taxa de violência contra crianças com deficiência foi 1,7 vezes maior do que para os seus pares sem necessidades especiais.

De acordo com a World Health Survey, aproximadamente 785 milhões de pessoas (15,6%) com 15 anos ou mais vivem com alguma forma de deficiência, enquanto a Global Burden of Disease estima algo em torno de 975 milhões de pessoas (19,4%). Dessas, a World Health Survey estima que 110 milhões (2,2%) possuem dificuldades funcionais muito significativas, enquanto a Global Burden of Disease estima que 190 milhões (3,8) possuem uma “deficiência grave” – o equivalente às deficiências inferidas por condições tais como a tetraplegia, a depressão grave ou a cegueira. Somente a Global Burden of Disease mensura a infância com deficiência (0-14 anos), a qual está estimada em 95 milhões de crianças (5,1%), das quais 13 milhões (0,7%) possuem “deficiências graves”. (Relatório Mundial sobre a Deficiência, 2011)

Dados da OMS citados por Maio e Gugel (2009), revelam que, em alguns países em vias de desenvolvimentos, um quarto da população com necessidades especiais sofre de maus tratos e abusos violentos, sendo valores mais elevados quando se referem a crianças e a idosos. A negligência, a falta de alimentação e de cuidados básicos são os motivos mais frequentes. Os maus tratos podem ser de natureza física ou psicológica, respetivamente, emprego da força, excesso de medicamentos ou intimação, coação, isolamento social, privação sensorial e não participação nas decisões próprias.

Ao nível dos abusos pode apresentar-se de vários modos; a exploração sexual, recusa de informação ou educação sexual, sexo não desejado, agressões, esterilização forçada, exploração financeira e outros que podem e devem ser reconhecidos como um grave problema dos nossos dias.

A violência reveste-se, segundo as autoras, de uma enorme gravidade e pode consumar-se a vários níveis: prática de atos de discriminação de vários tipos, a falta de acessibilidade aos diferentes ambientes, na via pública, nos transportes, na vida comunitária e cultural, na falta de capacitação profissional, na falta de cuidados de saúde, na ausência de serviços públicos de apoio, na ignorância dos direitos e deveres, na falta de informação e na falta de reconhecimento dos direitos.

Existe a consciência que, apesar da legislação específica, muitas vezes pouco eficaz, existem uma série de fatores que impedem a sua aplicação, podendo-se identificar algumas barreiras que, segundo Melo (2005), podem ser barreiras estruturais quando se trata de barreiras físicas ou de acessibilidade, barreiras educacionais quando se trata das baixas competências sociais dos indivíduos, para poderem exercer a sua autonomia e independência, ou de barreiras sociais quando se prendem com as perceções, as atitudes e os preconceitos da sociedade.

Tem sido longo o caminho percorrido para que se possa encarar este grupo de cidadãos, não numa perspetiva de caridade e de indulgência, mas como cidadãos de pleno direito de participação na vida social e no exercício da cidadania. Desde a década de 70/80 do século XX que muitos movimentos cívicos e sociais têm vindo a contribuir para essa mudança de mentalidades e práticas.

Ao longo dos tempos têm sido vários os entendimentos sociológicos das necessidades especiais, ao longo dos tempos. Oliver (1998), caracteriza três modelos distintos: o primeiro designa o modelo da doença em que qualquer incapacidade ou doença implica que o enfermo se comporte de acordo com a enfermidade, ou seja, as doenças obstaculizam as capacidades fisiológicas e psicológicas, pelo que as pessoas “doentes” ficam automaticamente privadas de qualquer responsabilidade e expectativa e responsabilidade normal. As pessoas “doentes” ficam responsáveis pela sua própria situação e relegadas para uma espécie de cidadania de segunda e a abordagem feita é sempre do tipo médico e são os especialistas que determinam o diagnóstico e o tratamento.

O segundo é o modelo integracionista em que as incapacidades são remetidas para um desvio social onde as pessoas com incapacidades aparecem como sendo incapazes de se integrar e de ser úteis à sociedade. O que estava em causa, nesta abordagem era uma conduta inadaptada às regras e às expectativas dos grupos dominantes. Foi neste quadro que Goffman (1988) desenvolveu uma abordagem sobre o “estigma” e os processos sociais de estigmatização a que os sujeitos com estas características de incapacidade são sujeitos. Para Goffman, o processo de estigmatização era um processo social,

que se gerava na interação e que fazia com que as pessoas com incapacidades fossem vistas como incapazes e desvalorizadas socialmente. O indivíduo estigmatizado é aquele cuja identidade social real inclui um qualquer atributo que frustra as expectativas de normalidade. Goffman distingue três tipos de estigma: as deformações físicas (deficiências motoras, auditivas, visuais, desfigurações do rosto, etc.), os desvios de carácter (distúrbios mentais, vícios, toxicodependências, doenças associadas ao comportamento sexual, reclusão prisional, etc.) e estigmas tribais (relacionados com a pertença a uma raça, nação ou religião).

O terceiro modelo sociopolítico está relacionado com os movimentos da vida independente, da luta pelos direitos e da inclusão social. Este modelo significou avanços sociais importantes, como foi a publicação, em Inglaterra, da obra de Barnes (1991), *Disabled People in Britain and Discrimination*, que fazia apelo a uma legislação contra a discriminação, ou a publicação de uma edição especial de *Disability Handicap and Society* no início dos anos noventa, que desenvolve novas áreas de investigação sobre a incapacidade, nomeadamente no domínio dos direitos.

De acordo com Martins, Fontes Hespanha e Berg (2012), “A emergência dos *Disability Studies* deve muito aos contextos em que o ativismo das pessoas com deficiência fez revelar as condições estruturais que oprimem e negligenciam as experiências da deficiência” (p.1). Emerge aqui aquilo a que, mais tarde Olivier (1992), haveria de designar “Investigação Emancipatória da Deficiência” que se configura como uma visão crítica da investigação nesta área e que procura chamar a atenção para o papel que os processos de investigação podem ter na transformação das realidades sociais.

Na década de 70 surgiram em vários países (Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Finlândia, Itália, Noruega e Japão) as primeiras organizações de pessoas com deficiência que procuravam maior independência e maior resposta das comunidades às suas necessidades, pois, mesmo quando esses serviços de apoio existiam, eram considerados como serviços de assistência social e não derivavam dos direitos das pessoas com necessidades especiais. Já nesta década, partindo de uma experiência na Universidade da Califórnia, tem lugar a

criação do primeiro centro de vida independente, em que as pessoas com deficiência vivem autonomamente integradas nas comunidades, usufruindo, para além da habitação, de treino de competências da vida diária e de emprego.

Nessa década ganha expressão o «modelo de vida independente», pois as próprias pessoas sentem-se oprimidas pelas estruturas sociais, económicas e culturais, reivindicando o exercício de uma vida ativa, sendo que a principal expressão deste movimento é a institucionalização da Disabled People's International, criada em 1981.

Nos anos 80, o conceito de Vida Independente ganha uma força de reivindicação, alargando-se a vários países, na sequência da realização, em Estrasburgo, de uma reunião, com a participação de delegados e pessoas portadoras de deficiência, que produz um documento em que se faz alusão ao direito a uma vida independente, constituindo-se, mesmo, um comité para dar continuidade a essa reivindicação que dará, mais tarde, lugar a uma rede internacional de Vida Independente. Esta rede consegue um financiamento, em Outubro de 1992, para desenvolver projetos de formação, desenvolvimento e voluntariado.

Este movimento da Vida Independente nasce nos Estados Unidos em 1972 e ganha uma gradual expressão na Europa, a partir do início dos anos 2000, sendo que, na atualidade, se constitui como um Foro da Vida Independente e, Divertad ⁷ (2001), ou seja, prefixo que significa da dignidade e da liberdade, sendo uma comunidade constituída por pessoas de Espanha e de outros países europeus que se constituem como um fórum de reflexão filosófica e de luta pelos direitos das pessoas com diversidade funcional. A sua sede é virtual, funcionando com base na internet, gerindo vários *blogs*, desenvolvendo vários contactos com os governos nacionais e regionais, organizando congressos, jornadas de reflexão e trabalhos de investigação.

Este Foro publicou um *Manifesto Del foro De La Vida Independente* (2005), que pretende mudar o ponto de vista que as sociedades têm das pessoas

⁷ Divertad é uma palavra inventada que significa dignidade e liberdade. http://www.forovidaIndependiente.org/que_es_el_FVID

com necessidades especiais, sobretudo dos que dependem dos outros para terem uma normal vida diária. O lema deste manifesto é “nada sobre nós outros sem nós outros”.

O Manifesto está dividido em três partes: a primeira, de princípios, uma segunda de repúdio e uma terceira de reivindicações. Na primeira parte, refere-se que a vida tem um grande valor para todos os seres humanos, pelo que todos devem ter oportunidades e alternativas que afetam as suas vidas. Afirma-se que as necessidades especiais são uma característica própria do ser humano, devendo, por isso, ser entendidas como uma manifestação mais dessa mesma diversidade. Os direitos básicos para uma vida independente devem ser entendidos como direitos humanos e civis à autodeterminação, à autoajuda, à possibilidade para exercer o poder e as responsabilidades sobre a própria vida, incluindo os riscos que isso comporta. Os serviços de assistência pessoal são essenciais para as pessoas com problemas mais severos. A sociedade e os responsáveis políticos, sociais e económicos devem procurar um meio mais favorável e os serviços necessários, de modo a que possam criar condições de igualdade ao resto dos cidadãos.

Na segunda parte, quanto aos repúdios, a ideia de que ter uma necessidade específica implica sofrimento, opressão, marginalização e deixar sempre que outros decidam. Manter a impunidade quando não se aplica, nem respeita a legislação e as normas que procuram garantir os direitos. A falta de acesso ao espaço público, aos edifícios, aos transportes, às comunicações e o acesso às tecnologias em geral. A insuficiência na aplicação da legislação e dos princípios que garantem o acesso à educação em igualdade de oportunidades e, finalmente, a especial marginalização das mulheres que a sofrem de múltiplas formas.

Quanto às reivindicações, refere-se no manifesto que sejam ouvidas as vozes dos que sentem os problemas, especialmente, as pessoas que, pelos problemas cognitivos e mentais, não podem fazer valer os seus direitos; que sejam dadas oportunidades aos próprios que sentem as dificuldades e os problemas a gerir os recursos e os serviços; que seja garantida a acessibilidade e um conjunto de ajudas técnicas quase inexistentes; que se desenvolvam

serviços de assistência pessoal, de modo a que mesmo aqueles que não tenham recursos económicos possam usufruir; que a educação como ferramenta básica de vida se possa aceder em igualdade de oportunidades; e, o direito à sexualidade e a uma família.

Neste quadro, promovido pela comunidade virtual, é desenvolvido, em 2005, o conceito de diversidade funcional que visa suportar uma outra forma de encarar as pessoas com necessidades especiais e a sua participação nas comunidades. Como referem Diaz e Ferreira (2010):

“La de la diversidad funcional es una propuesta de contenido ideológico: el concepto pretende ser la síntesis de un conjunto de ideas sistemáticamente organizado para la comprensión de una realidad social comúnmente denominada “dis-capacidad”; y lo hace con clara pretensión emancipadora. Pues tras esa transición conceptual, lo que hay en juego es la experiencia de unas personas condenadas a la marginación y a la exclusión social; lo que hay en juego es la transformación de su forma de existir en el mundo, su experiencia cotidiana como seres humanos” (p.153).

Este conceito significa que as pessoas, pelas suas características diferentes e, tendo em conta o meio envolvente, são obrigadas a realizar as mesmas tarefas de formas diferentes e por vezes com a ajuda de terceiras pessoas. O conceito implica uma forma de desenvolvimento da vida quotidiana diferente do que é considerada a participação habitual. Não obstante isso, não deverá implicar a discriminação do meio social que geralmente se produz, pelo que este conceito de diversidade funcional reclama o respeito pela dignidade integral da pessoa humana.

Esta abordagem vem pôr em causa, ainda, os modelos médicos que já foram referidas e incorpora um discurso conceptual alternativo ao que é, ainda vigente, com enraizamento nas categorizações antigas e que procura desmelicazar as regras em uso, ou seja, esta rutura visa integrar a diversidade própria das pessoas com necessidades especiais e a sua diversidade funcional, redefinindo-as face a novos critérios sociológicos, políticos e culturais, separando as capacidades de saúde, interpretando a saúde como uma

experiência humana do próprio corpo e afastando a ordem normativa vigente, segundo a qual, a patologia e a doença definem-se por uma norma médica.

Concluem os autores citados que as sociedades ocidentais avançadas foram instaladas na "lógica da diversidade ": temos vindo a viver e a conviver com o que é diverso; diversidade de etnias, culturas, crenças religiosas, ideologias políticas, condições sociais e de trabalho coexistem nos mesmos lugares, onde a "diferença" é a norma e o heterogéneo é o quotidiano.

Existe um mundo que se ajusta, cada vez mais, à diversidade de gostos, de interesses e de necessidades, pelo que, o que está em causa é esse reconhecimento se fazer, também, ao nível das capacidades, ou seja, trata-se de integrar mais uma forma distinta de funcionamento, juntando-a a tantas outras com que já se convive.

Interessa aqui referir o aparecimento de um outro conceito. O próprio conceito de incapacidade que se define na Classificação Internacional do Funcionamento (CIF, 2001), como as limitações nas atividades e nas restrições na participação, derivadas de uma deficiência em ordem à saúde que afeta o indivíduo e o seu desenvolvimento na vida diária no seu meio físico e social, reconhecendo-se, nesta Classificação Internacional da OMS que, o que está em causa, é a participação na vida normal.

Estão, aqui, em causa, também, as noções sobre a “normalidade”, tema sempre tão discutido a propósito destas problemáticas, generalizando-se a norma face ao corpo, aos comportamentos e à escola, passando para o vocabulário comum o que, no entendimento de Foucault (1992), é uma forma de regulação e controlo social. Este autor afirma que é possível falarmos de uma sociedade da normalização que se apropria dos conceitos próprios das grandes instituições, como sejam: os hospitais, as escolas, as prisões, onde no século XIX, como já referimos anteriormente, tinham, como função, proteger as sociedades dos que de algum modo fugiam aos padrões biológicos, comportamentais, psicológicos, etc, como uma certa forma de controlo da multiplicidade da pessoa humana para mais facilmente vigiar, castigar adestrar, fazendo da diversidade humana uma massa global.

A norma visa, em última análise, unificar o que é uma diversidade, atirando para as margens tudo o que não se consegue integrar dentro dos seus intervalos. A própria CIF, embora seja um avanço sobre classificações anteriores, como haverá ocasião de ver mais adiante neste texto, é uma abordagem que, para além das condições biológicas e psicológicas, introduz os fatores do meio social e da participação na vida da comunidade. Mas, como refere García e Sánchez (2001), acaba por não ter em conta as especificidades de cada ser humano, pondo as pessoas com incapacidade em confronto com os padrões dados pela saúde, comparando-as com os outros, fazendo disso um processo de classificação que nos transmite resultados face a uma norma.

“Puesto que la experiencia de la discapacidad es única para cada individuo, no sólo porque la manifestación concreta de la enfermedad, desorden o lesión es única, sino porque esa condición de salud estará influida por una compleja combinación de factores (desde las diferencias personales de experiencias, antecedentes y bases emocionales, construcciones psicológicas e intelectuales, hasta el contexto físico, social y cultural en el que la persona vive), ello da pie para sugerir la imposibilidad de crear un lenguaje transcultural común para las tres dimensiones de la discapacidad” (p.15).

Retomando os movimentos sociais que foram surgindo no sentido da defesa dos direitos e da inclusão social, que se foram politizando, é de referir que esses movimentos não mais param, com o gradual envolvimento das várias instituições internacionais.

Em Dezembro de 1976, a Assembleia das Nações Unidas declara o ano de 1981 como o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência. Nesse ano tiveram lugar, em vários países do mundo, simpósios e congressos, num investimento global de 510.000 dólares e, entre eles, organizado em Singapura em Dezembro, o Congresso Fundacional da Organização Mundial das Pessoas com Deficiência. Nesse contexto foi aprovado o Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência (1982) na Assembleia Geral das Nações Unidas no seu trigésimo sétimo período de sessões, pela Resolução 37/52, de 3 de Dezembro, com a abrangência para uma década.

Esse programa constitui-se como uma etapa histórica na medida em que a abordagem que se se faz ao problema das necessidades especiais abrange um conjunto muito vasto de áreas, como sejam: a prevenção a reabilitação, a igualdade de oportunidades, o ensino, o trabalho, as áreas sociais, a participação, o lazer, a cultura, o desporto, a religião, a formação pessoal, a informação e a sensibilização o que, pela abrangência dos temas, pressupõe uma visão em alargamento dos vários aspetos, múltiplos e diversos, que se deveriam equacionar quando se pretende abordar a temática.

Na introdução deste documento já se fazia uma referência às diversas formas de discriminação e de exclusão a que estas pessoas eram sujeitas e as diferentes barreiras físicas e sociais existentes na sociedade que impedem a participação. Fazem-se, também, referências à importância da prevenção e às condições de saúde e sanitárias que podem ser criadas e que são recomendadas, que se relacionam com a qualidade de vida geral das comunidades, como sejam fatores como a nutrição, a higiene, o fornecimento de água, entre outros, considerados determinantes para a prevenção da exclusão.

Ainda tendo em conta o Plano de Ação Mundial, a Organização Internacional do Trabalho aprova a Convenção sobre Reabilitação Profissional e Emprego das Pessoas com Deficiência (Organização Internacional do Trabalho, 1983), que refere no seu artigo 7:

“As autoridades competentes deverão adotar medidas para proporcionar e avaliar os serviços de orientação e formação profissional, colocação, emprego e outros semelhantes, a fim de que as pessoas deficientes possam obter e conservar um emprego e progredir no mesmo; sempre que for possível e adequado, serão utilizados os serviços existentes para os trabalhadores em geral, com as adaptações necessárias.”

Esta Convenção veio reconhecer o direito ao trabalho e à igualdade de oportunidades de acesso ao emprego e à formação, definindo as medidas que os Estados poderiam tomar para tornar essas dimensões fossem viáveis, nomeadamente, envolvendo os empregadores, ajustando a legislação nacional,

defendendo-se que sempre que possível se deveriam utilizar os serviços para os trabalhadores em geral, quando necessário, adaptados às particularidades específicas.

Ainda na década de 80 as Nações Unidas nomeiam, no âmbito do Plano, o perito, Leonardo Despouy, professor Argentino muito ligado à defesa dos direitos humanos, como relator especial para estudar a relação existente entre a violação dos direitos humanos e as liberdades fundamentais das pessoas com necessidades especiais, trabalho esse que foi desenvolvido até à década de 90, e que termina propondo que as pessoas com necessidades especiais deveriam ter um provedor de justiça.

Este trabalho influenciou as decisões que se vieram a tomar de seguida. Em 1987 foi levada a cabo uma reunião de peritos, em Estocolmo, insistindo-se na importância do reconhecimento dos direitos das pessoas com necessidades especiais. Depois dessa década, foi, ainda, decidido que essas questões deveriam ser aprofundadas com maiores contributos interdisciplinares, ao mesmo tempo que se considerou necessário desenvolver uma campanha de informação e sensibilização, bem como a criação de programas de cooperação técnica.

Dois anos depois, em 1989, são definidas as diretrizes de Tallin, enfatizando a diretriz de que as pessoas com necessidades especiais pudessem ser reconhecidas como agentes e sujeitos ativos do seu próprio destino. Desse modo, as diretrizes apontavam para uma maior independência e plena integração, fomentar as competências que favoreçam as condições necessárias para dotar as pessoas de meios, que lhes possam ajudar economicamente a gerir a sua própria vida, incluir na formação as componentes da socialização e da autonomia, num esforço de reforço da formação de competências a que os governos se vincularam.

Em 1991, a Assembleia Geral aprovou os princípios para a proteção dos doentes mentais e para o melhoramento do atendimento à saúde mental. Os 25 princípios aprovados remetem para o direito à vida em comunidade, para as determinações que definem a doença mental, a necessidade da estruturação

dos centros de saúde mental e, ainda, volta a enfatizar a necessidade de se investir e aprofundar a investigação, centrada nos problemas relacionados com o respeito pelos direitos humanos.

Em Dezembro de 1992, a Assembleia Geral desafia os governos para que instituíssem o dia 3 de Dezembro como o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência e define, ainda, o decénio de 1993 a 2002, como o decénio para as pessoas com necessidades especiais da Ásia e do Pacífico, por forma a estimular a aplicação do Programa Mundial de Ação nessa zona do mundo.

Em 1995, celebra-se, em Copenhaga, na Dinamarca, uma cimeira mundial sobre o desenvolvimento social em que é aprovada a declaração de Copenhaga sobre desenvolvimento social, defendendo as necessidades que se relacionam com os bens materiais, as necessidades materiais e espirituais, tanto da família como das pessoas em geral. Estabelece como áreas prioritárias o meio ambiente, o desenvolvimento socioeconómico, o desenvolvimento sustentável e pede-se uma atenção em especial para as pessoas com necessidades especiais.

Também ao nível do Conselho Europeu foram sendo aprovados programas e financiamentos, tendo-se conseguido alterar os tratados Europeus, como foi o caso de Maastricht, em 1993, que procura incentivar o diálogo social e uma Europa em que as políticas sociais sejam uma realidade mais visível. Foi por via destas transformações e influência internacional que, com verbas da Comissão Europeia, se comemorou, pela primeira vez na Europa, em 3 de Dezembro de 1993, o Dia Internacional da Deficiência, data definida, em 1992, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, para chamar a atenção dos países e das comunidades para os direitos das pessoas com necessidades especiais, fazendo-se, a este propósito, uma grande e vasta campanha de sensibilização, encerrando uma década dedicada à deficiência

Em 1993, realiza-se uma sessão no Parlamento Europeu onde participaram, pela primeira vez, 440 pessoas portadoras de deficiências, cidadãos dos vários países da União Europeia, para discutirem os seus direitos humanos. Esta reunião foi presidida pelo Comissário para o Desenvolvimento

Social, Padraingn Flynn, onde alguns dos presentes tiveram ocasião de expressar, em curtas intervenções, as suas experiências de marginalização, de negligência, de abuso, de segregação e de isolamento.

Este encontro é considerado como um marco histórico e um ponto de viragem do entendimento do Parlamento Europeu e da União Europeia para a problemática dos direitos das pessoas com necessidades especiais, elevando os meios a disponibilizar e a atenção dada a esta problemática pelos vários estados membros, introduzindo-se princípios como o da igualdade de oportunidades e não discriminação.

No ano 2000, em Novembro, o Conselho Europeu adotou um conjunto de diretivas centradas na não discriminação no emprego, na ocupação e num programa de ação comunitário de combate à discriminação. Aprova, também, em Maio desse mesmo ano, o Programa “Uma Europa Livre de Barreiras para as Pessoas com Deficiência”, onde se compromete a desenvolver ações integradas de eliminação de barreiras arquitetónicas e *design*.

A partir dessa data, as acessibilidades nas cidades ganharam particular relevância como base para a participação e a inclusão das pessoas com necessidades especiais. Consciencializou-se que o meio envolvente, quer físico, quer material, social e cultural sem barreiras é uma forma de assegurar os direitos e a igualdade de oportunidades. Passa-se a falar também do *design* inclusivo e do desenho Universal. As preocupações da coesão social lançadas na Cimeira de Lisboa trouxeram grandes avanços, nomeadamente com a consagração da Carta Social Europeia (1996), que refere no seu artigo 15º, nº3:

“Direito das pessoas com deficiência à autonomia, à integração social, e à participação na vida da comunidade, nomeadamente através de medidas visando ultrapassar obstáculos de comunicação e de mobilidade, permitindo-lhe aceder aos transportes, à habitação, às atividades culturais e de lazer”

Esta Carta só passa a ser aplicada em Portugal a partir de 2002, dando origem a algumas normas neste domínio, com a publicação do Decreto- Lei nº

163/2006 que veio substituir o Decreto-Lei 123/1997, por forma a promover a acessibilidade para todos, estabelecendo as regras, as normas e as penalizações e, ainda, atribuindo aos Municípios, à Direção Geral do Património e à Inspeção Geral da Administração Interna a responsabilidade de fiscalizar e fazer cumprir as diretivas.

Em 2007, o Governo Português desenvolveu o Plano Nacional da Acessibilidade como forma de sensibilizar, informar a sociedade sobre o tema, assegurar a acessibilidade no espaço público, habitação e locais de trabalho, acesso à informação e aos serviços eletrónicos; promover a acessibilidade ao transporte público, incluindo os táxis, os comboios e autocarros e transporte aéreo. Faz, ainda, a edição do guia da acessibilidade, que se constitui como um instrumento de apoio técnico para as adaptações a promover. Sobre esta matéria poder-se-á fazer uma avaliação, mas muito pouco se tem avançado, estando a expirar o prazo de dez anos, atribuído na referida legislação para as referidas transformações.

O conceito de acessibilidade reveste-se, na atualidade, de uma grande importância, pois fruto do crescimento das cidades e dos núcleos urbanos, os centros e as periferias estão por vezes muito afastados, implicando fortes movimentos pendulares. Assim, para uma mobilidade com boas condições, as estruturas viárias, a motorização das deslocações e a rede de transportes têm, hoje, uma grande importância na vida quotidiana das grandes cidades.

Este crescimento esqueceu, por vezes, as pessoas, as zonas de estadia, o espaço do peão, as pessoas com mobilidade reduzida, as crianças, etc. Deste modo, na maior parte dos lugares, essa é, também, uma forma de exclusão, pois as cidades não foram desenhadas para todos. Aqui, entra o conceito de acessibilidade, como refere Teles (2014, citando Teles 2009):

“É urgente e obrigatório que a acessibilidade e mobilidade para todos seja um fator a ter em conta no planeamento, desenvolvimento e gestão corrente da mobilidade nas diferentes escalas nacional, regional e local assim como sentida e fiscalizada pelos diferentes agentes que participam na sociedade sob pena de que, para alguns, apenas serão cidades de desejo” (p.19).

Em Portugal estão a decorrer um conjunto muito vasto de Planos de Promoção de Acessibilidade, num programa cofinanciado, designado Regime de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade (RAMPA) e que possibilitou que mais de uma centena de municípios portugueses possam levar por diante esses Planos. Pretende-se detetar os problemas e as barreiras nos espaços públicos, nos edifícios com utilização pública, nos transportes públicos e na infoacessibilidade. Estes processos desenvolvem-se, em simultâneo, com campanhas de sensibilização e envolvimento dos atores locais, escolas, associações de e para pessoas com necessidades especiais, entidades públicas, visando fazer um diagnóstico das dificuldades que os próprios cidadãos sentem, apresentando soluções arquitetónicas e de desenho urbano que favoreçam a inclusão e o acesso aos bens comunitários, sendo esta mais uma forma de dar direito à participação e à mobilidade a este grupo tão vasto de cidadãos que, em Portugal, se estima representarem 3,5 milhões de pessoas, incluindo idosos e pessoas com necessidades especiais, conforme refere Teles (2014).

O Conselho da Europa (2006) aprova o Plano de Ação do Conselho da Europa para promover os direitos das pessoas com deficiência/incapacidade e a sua total participação na sociedade, melhorando a sua qualidade de vida na Europa de 2006- 2015 e recomendando que os Governos dos Estados Membros, tenham, devidamente, em conta a especificidade das suas estruturas nacionais, regionais e locais e respetivas responsabilidades:

- a. Integrem, de forma adequada, nas respetivas políticas, a legislação e a prática dos princípios, implementando as ações consignadas no Plano de Ação do Conselho da Europa, por forma a promover os direitos e a total participação das pessoas com deficiência/incapacidade na sociedade e melhorando, assim, a qualidade de vida dessas mesmas pessoas na Europa de 2006-2015;
- b. Promovam a implementação e a aplicação do Plano de Ação sobre Deficiência/Incapacidade do Conselho da Europa para 2006-

2015 nas áreas que não estejam diretamente sob a responsabilidade das autoridades públicas, mas que, não obstante, estas detenham algum poder ou possam desempenhar um dado papel;

c. Assegurem com esta finalidade a maior divulgação possível desta recomendação, através de todas as partes envolvidas, por exemplo, por meio de campanhas de sensibilização e de cooperação com o sector privado e com a sociedade civil, englobando, em especial, as organizações não-governamentais de pessoas com deficiência/incapacidade.

Definiu como principais áreas de atuação: a participação na vida pública e na vida cultural; o acesso à comunicação, à informação e à educação; ao emprego; aos cuidados de saúde e à reabilitação; à vida comunitária; à proteção social; à proteção legal e à proteção contra a violência.

Como é referido por Ebersold (2008), numa revisão de literatura, também nos países da OCDE a temática das pessoas com necessidades especiais ganhou uma grande importância nas últimas duas décadas, aos níveis das agendas políticas e do emprego, no que se refere aos direitos à educação das crianças e jovens com necessidades especiais. Refere o autor que as questões têm sido abordadas, com diferentes graus de ênfase, de país para país, havendo alguns que garantem já um processo de transição entre os diferentes níveis de ensino, incluindo o ensino superior e a transição para o emprego, existindo serviços próprios que acompanham estes processos.

Estes processos são mais consistentes nos países que alocam mais recursos ao apoio às necessidades especiais, que têm processos mais integrados entre os vários níveis de ensino e o mercado de trabalho, os que mais têm promovido a igualdade de oportunidades, garantindo, por exemplo, equipas de apoio na orientação escolar e profissional, centrando as suas políticas na satisfação das necessidades educacionais e sociais dos indivíduos. Têm sido desenvolvidos estudos longitudinais, promovidos pela OCDE, que procuram verificar as oportunidades de inclusão e de participação oferecidas às pessoas

com necessidades especiais e o seu impacto na continuidade e na coerência dos percursos educativos e das práticas específicas.

Através dos movimentos associativos e de pressão, tem sido possível influenciar as políticas públicas europeias, no sentido da transição de uma abordagem caritativa e assistencialista para uma nova abordagem de direitos e de inclusão. Não quer dizer que tudo tenha corrido bem. Nos relatórios e nos documentos consultados verifica-se que é necessário dar mais voz aos cidadãos com necessidades especiais. Será também necessário retomar maiores financiamentos, influenciar mais os Estados para políticas ativas de inclusão, aos mais diferentes níveis, levando por diante aquilo que é designado por modelo social.

Este conjunto de decisões e de acontecimentos podem dar a ideia de que o problema começou a ser colocado, em definitivo, não apenas na pessoa mas no meio que a rodeia, nas atitudes que se geram à sua volta, nas oportunidades e nas condições que se criam para a participação social, ou seja, a ênfase passa da pessoa para o ambiente social que a rodeia, na afirmação do que anteriormente foi designado por modelo ecológico.

Barnes e Mercer (2004), apresentam o modelo social da deficiência como sendo a abordagem que permite a análise da situação da pessoa com necessidades especiais, numa perspetiva de que a necessidade decorre da relação da pessoa com o meio que a rodeia, incluindo as atitudes, crenças, arquitetura, sistemas e serviços. O modelo social é um instrumento essencial para a concretização dos direitos desta população pois permite determinar, exatamente, o que tem de ser alterado para garantir os direitos e a dignidade das pessoas aos mais diferentes níveis da sua qualidade de vida.

O modelo social defende que a incapacidade e a deficiência são uma construção social, pelo que se impõe a necessidade de uma abordagem mais política do que científica, no sentido de se promoverem as mudanças sociais adequadas a um novo entendimento dos problemas que se colocam.

É importante compreender que, num passado recente, na sociedade ocidental, a deficiência era vista como um problema médico e individual e como

uma “tragedia pessoal”. Contudo, a resposta social à deficiência é variável conforme o tempo, o lugar e o espaço cultural.

A resposta negativa e discriminatória aos indivíduos portadores de deficiência (bem como ao próprio conceito) encontra-se fortemente ligada à sociedade ocidental. Embora a maior parte dos indivíduos com necessidades especiais tenham sido integrados na comunidade, existem provas substanciais que a opressão e o preconceito são ainda comportamentos muito comuns. Ao mesmo tempo, o crescimento económico e social que acompanhou, naturalmente, o capitalismo industrial despoletou práticas e políticas discriminatórias face aos indivíduos portadores de deficiência. A industrialização, a urbanização, o utilitarismo e o Darwinismo social foram ideais que contribuíram para acentuadas práticas ainda mais discriminatórias, nomeadamente, a sistemática remoção de portadores de deficiência das esferas mais importantes da economia e da vida social.

Como foi já referido anteriormente, houve uma progressiva reforma nas políticas governamentais em relação a esta questão e, mais importante, uma mudança de mentalidades. Estados como os Estados Unidos da América e os países europeus mais desenvolvidos começaram a providenciar cada vez mais serviços comunitários organizados, quer pelo Estado, quer por agências e organizações da comunidade. Além disso, também, começa a surgir um número cada vez maior de pessoas especificamente profissionalizadas para lidar com pessoas com necessidades especiais.

Até ao fim dos anos 60 do séc. XX, o acompanhamento de pessoas deficientes era restrito às instituições com essa finalidade e não existia uma preocupação do Estado em suportar financeiramente os cidadãos deficientes e as suas famílias. Como consequência, a maioria dos cidadãos com deficiência ou se viam encarcerados em casas de acolhimento, ou levavam a sua vida de forma muito pobre e negligenciados pela sociedade. Contudo, o crescente movimento de grupos ativistas dos direitos dos cidadãos com deficiência levou à criação de organizações e de fundos para a resolução dos problemas enunciados (Independent Living Movement nos Estados Unidos e a Union of the Physically Impaired Against Segregation no Reino Unido).

Grupos como estes foram cruciais não só para revolucionar o papel da sociedade na relação com pessoas deficientes mas, também, para transformar a própria ideia de “deficiência”, que passou a ser vista, não como uma doença irreversível que condenava o “doente” e toda a comunidade que o rodeava mas, antes, como um desafio imposto aos valores sociais, apelando à descoberta de maneiras que permitam integrar pessoas com limitações físicas, cognitivas e psíquicas no meio social.

Antes dos anos 70, o interesse académico sobre a deficiência era exclusivo da medicina, já que era vista apenas como uma doença que, tal como todas as doenças, deveria ser controlada e eliminada. Contudo, quando começou a ser feita a ligação entre a deficiência e a responsabilidade social, a perspectiva académica sobre o assunto transformou-se.

Também como já se aflorou, em termos académicos, fruto desta influência do modelo social, foram-se questionando as opções da investigação mais tradicional, muito marcada pelo modelo médico, em que os estudos se centravam nos campos da psicologia, da medicina, das ciências da educação, deixando de fora disciplinas como a antropologia e a sociologia área de pesquisa mais talhadas para abordarem as questões relacionadas com as condições históricas, sociais, culturais, políticas e económicas que colocam desafios singulares ao que já antes referido modelo da Investigação Emancipatória da Deficiência.

Como referem Martins, Fontes, Hespanha e Berg (2012), os movimentos pela via independente e a disseminação do modelo social foram processos centrais, para que em países como o Reino Unido e os Estados Unidos, a investigação tenha contribuído para denunciar a opressão e a discriminação das pessoas com necessidades especiais, contribuindo nesses países para a mobilização política e para a politização do problema quer nos meios académicos quer nas comunidades, contrariando desse modo um quadro epistemológico em que o modelo médico dominava a investigação neste domínio.

E os mesmos autores, refletindo sobre a realidade portuguesa, deixam um desafio que deve interpelar a academia, os investigadores e a sociedade:

“Acreditamos, todavia, que existem abordagens da deficiência com maior e menor potencial emancipatório e que o modelo social de deficiência perfila a primeira opção, sobretudo ao assinalar as limitações do modelo médico enquanto matriz da opressão social a que as pessoas com deficiência têm sido sujeitas. cremos pois que a adoção do modelo social, enquanto instrumento heurístico, poderá revelar as barreiras sociais e atitudinais responsáveis pela opressão e exclusão das pessoas com deficiência. Por outro lado, os usos do modelo social deverão ser capazes de aprofundar as reais implicações do conceito de direitos humanos, bem para além do aparente consenso criado à volta da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência” (p.11).

A perspetiva de um modelo social aplicável a este fenómeno permite contornar as tendências negativas exercidas na sociedade moderna, além de permitir a criação de políticas e práticas que erradiquem a posição tradicional sobre este assunto. Por outras palavras, permite uma reeducação social no que toca às relações com indivíduos deficientes e o seu papel na comunidade, deixando cair a perspetiva de que são um fardo mas, pelo contrário, pessoas com capacidade para contribuir válida e eficazmente para o desenvolvimento.

Por permitir tudo isto, a emergência do modelo social tornou-se a chave principal para a mobilização do ativismo social pró-inclusivo, que surge no decorrer dos anos 80 e 90. Os governos dos países ocidentais iniciaram a criação de uma série de leis que atendiam os seus cidadãos com deficiência. A própria ONU cria, em 1993, as “Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência”, que revela a dimensão internacional da “reforma” levada a cabo, relativa não só à relação das comunidades e dos países com os seus cidadãos deficientes, mas também à instauração de um conjunto de direitos específicos para indivíduos nesta situação.

Em resumo, a combinação entre ativismo político e desenvolvimentos académicos gerou uma nova perceção da deficiência, quer a nível nacional, quer

internacional. Hoje em dia a deficiência de todos os tipos é vista por todos, não só como um fenómeno de importância médica, mas também como um fenómeno de relevância para os direitos humanos. O modelo social catalisou estas mudanças, resultando em várias medidas legislativas e medidas para extinguir as inúmeras insuficiências económicas e sociais encontradas pelas pessoas com necessidades especiais todos os dias. Contudo, tudo isto ainda não é suficiente. As pessoas deficientes ainda são os membros mais pobres em todas as sociedades, não necessariamente num sentido monetário, mas no sentido da inserção e do afeto. Atendendo aos tempos difíceis de crises económicas (e ainda pior, de valores) que se seguem, a situação só tende a ficar pior. Portanto hoje mais do que nunca, é importante fortalecer o modelo social que suporta estas pessoas, e tentar perceber porque é que as medidas legislativas tomadas têm sido insuficientes até este momento.

Também no campo do conhecimento, o modelo social teve influência decisiva, como chama a atenção Verdugo (2001). Os seguidores do modelo social recusam uma investigação objetiva e falam de uma investigação emancipadora, recusando a falsa separação entre a ciência e a política, defendendo-se hoje o envolvimento das pessoas com necessidades especiais na investigação que se faz, de modo a introduzir as variáveis ambientais, atitudinais e sociais, necessárias à análise.

Ou seja, o conjunto de mudanças de que se tem vindo a descrever, foram influenciadas e influenciaram o próprio quadro teórico e conceptual, conforme refere Oliver (1990):

“A social theory of disability must be located within the experience of the disabled people themselves and their attempts not only to redefine disability but also to build a political movement among themselves and develop services suited to their own self defined needs” (p.11).

Este modelo teórico vem na continuidade dos movimentos da vida independente, da cidadania e dos direitos civis para as pessoas com

necessidades especiais, defendendo-se que as restrições não são decorrentes diretamente das suas incapacidades, mas sim resultado do ambiente social que não tem em conta o ambiente, em frontalidade direta, com anteriores modelos que procuravam explicar as limitações, partindo do indivíduo e das suas características próprias. O que se coloca aqui em causa, e é um tema da máxima atualidade, é que a dependência não decorre das incapacidades mas do modo, dos meios e das condições existentes para satisfazer as necessidades específicas. A tónica da atualidade deve, pois, ser colocada nos serviços, na mobilização dos especialistas, na adequação das tecnologias e de todos os meios possíveis que possam garantir maior justiça social e equidade social.

Neste quadro de referências, as pessoas com incapacidades são um grupo minoritário, como os negros, as minorias étnicas, os velhos, os pobres que são discriminados nos seus direitos. Numa derivação do modelo social este grupo é, por vezes, designado por “grupo minoritário desfavorecido”, havendo investigadores e estudiosos que os definem como uma cultura diferente, nomeadamente, aplicando esse enquadramento às pessoas surdas.

Ganha particular equidade esta dimensão do problema da inclusão, pois, em 13 de Dezembro de 2006, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, em Nova Iorque, depois de cinco anos de intensa negociação, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que se constitui como um marco histórico nos direitos humanos, na medida em que proíbe a discriminação contra estas pessoas em todas as áreas da vida, responsabilizando toda a sociedade na criação de condições que garantam os direitos fundamentais.

Fundamentando a análise em Palacios e Bariffi (2007), far-se-á uma aproximação mais detalhada deste documento, pela importância de que se reveste na mudança de paradigma na história social das necessidades especiais, pois é um marco de viragem para um definitivo reconhecimento dos direitos de igualdade, de proteção, de liberdade e autonomia pessoal, de participação e dos direitos sociais básicos.

No dia 13 de Dezembro de 2006, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprova a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com

Deficiência que vai ter uma enorme importância para milhões de pessoas que, nos vários continentes, sofrem de múltiplas e várias formas de exclusão. Trata-se do primeiro tratado, cujo processo negocial foi o mais rápido da história do direito internacional que, no séc. XXI, resultou de um trabalho conjunto dos governos e da sociedade civil, com o envolvimento de múltiplas organizações e de um vasto grupo de peritos.

É o culminar de um conjunto de mudanças internacionais que se vinham verificando já desde os anos 80 do séc. XX e que traduzem a aplicação dos mais elementares direitos humanos e que terá determinante influência nas políticas desenvolvidas e focadas nas pessoas com necessidades especiais. É, também, o culminar de uma luta sem tréguas das organizações sociais, das famílias e das próprias pessoas com necessidades especiais e que rompe com as atitudes paternalistas e assistenciais, assumindo-se a verdadeira dimensão social e política da problemática, que está subjacente a esta nova visão das necessidades especiais.

As Nações Unidas já vinham, desde os anos 70, a deliberar sobre as matérias relacionadas com as necessidades especiais: em 1971, a Declaração dos Direitos do Atraso Mental, afirmando-se logo no artigo 1º, que as pessoas devem usufruir dos mesmos direitos. Em 1975, a Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência, enumerando, já nessa altura, um conjunto de direitos civis e políticos. Depois, em 1981, como já referimos, o Programa de Ação Mundial que procura desenvolver propostas para um decénio, visando eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas com necessidades especiais. Existeb mesmo um documento intitulado Normas Uniformes sobre a Igualdade de Oportunidades das Pessoas com Deficiência (SNR, 1995), indexando estas normas aos princípios consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e aprovado pelas Nações Unidas em 1993 tal como referem Palacios e Bariffi (2007):

“Las normas fueron elaboradas en gran medida basándose en las aportaciones y la filosofía elaborada por las propias personas con discapacidad, quienes han tenido en ese sentido un papel muy destacado. Como puede vislumbrarse de su análisis ,

muchos principios receptados por las normas son la consecuencia de los reclamos que las propias personas con discapacidad y sus organizaciones venían presentando desde años anteriores” (p.53).

Neste contexto, o movimento dos direitos para as pessoas com necessidades especiais ganha uma dimensão indiscutível e começam a desenhar-se e a definir-se um conjunto de princípios e valores que fazem o seu caminho de afirmação nas organizações internacionais, com forte impulso das organizações da sociedade civil, havendo uma forte cooperação entre as organizações governamentais e as organizações de e para as pessoas com necessidades especiais. As referidas normas já definiam áreas prioritárias a considerar no processo de reconhecimento da igualdade de oportunidades, como sejam: requisitos para a igualdade e a participação, medidas a levar a cabo e mecanismos necessários à supervisão. Aqui já se identificavam princípios orientadores, reconhecimento dos principais obstáculos sociais e o levantamento dos sistemas que as sociedades devem disponibilizar para operacionalizar esses princípios. Estes documentos foram determinantes, pelo trabalho feito, pelas organizações que juntaram, pela mobilização das próprias pessoas com necessidades especiais, para se chegar, anos depois, à Convenção.

Nos trabalhos preparatórios da Convenção destacam-se três trabalhos muito relevantes. O primeiro, elaborado por Erica-Irena, sobre os princípios e orientações para a proteção das pessoas com doenças mentais. O segundo, elaborado por Leandro Despouy que aborda o tema dos direitos humanos e as pessoas com necessidades especiais, relevando as suas múltiplas formas de discriminação e exclusão. O terceiro, elaborado por Gerard Degener que aborda a aplicação da doutrina dos direitos humanos às questões das necessidades especiais.

Depois de um processo de quatro anos que envolveu um conjunto muito vasto de atores, como sejam os Estados membros da ONU, os observadores da ONU, os relatores, as instituições da sociedade civil, as organizações governamentais e as organizações que representavam as pessoas com necessidades especiais, a Convenção é o resultado de um processo que culmina

uma tendência mundial, no sentido de dar mais visibilidade às pessoas com necessidades especiais e que se constitui como uma ferramenta jurídica que faz valer os seus direitos e que passa a ser fonte do direito dos diferentes Estados.

A Convenção Internacional tem como objeto central promover, proteger e assegurar, em pleno e em condições de igualdade, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais a todas as pessoas com necessidades especiais. A convenção faz um levantamento dos vários aspetos onde se verificam formas de discriminação e, ao mesmo tempo, faz uma abordagem que permite compreender como se podem alcançar esses direitos. O que se procurou, não foi criar novos direitos mas, antes, assegurar o princípio da não discriminação em direitos substantivos como o emprego, a saúde e a educação, entre outros.

Interessa ver quais foram as grandes mudanças introduzidas pela convenção e das quais se refere:

1. Desde logo, reconhece, no preâmbulo, que o conceito de deficiência evolui e que se relaciona com a interação entre as pessoas com deficiência e as diferentes barreiras que decorrem das atitudes e do ambiente e que impedem a participação plena na sociedade em igualdade de condições das demais pessoas. Coloca a tónica nas barreiras e nos obstáculos e não na pessoa.

2. Reconhece a importância da acessibilidade ao meio físico, social, económico e cultural, à saúde, à educação, à informação e à comunicação, para possibilitar, às pessoas com deficiência, o pleno gozo de todos os seus direitos humanos e liberdades fundamentais.

3. Reconhece que a convenção internacional pode ser uma forte contribuição para corrigir profundas desvantagens sociais, promovendo a participação na vida económica, social e cultural em igualdade de oportunidades, quer nos países em vias de desenvolvimento, quer nos países desenvolvidos.

4. Propõe-se promover, proteger e assegurar o exercício equitativo de todos os direitos e liberdades fundamentais, de modo a promover o respeito pela dignidade inerente. Desde logo, o direito à vida, à justiça, a proteção contra a exploração a violência e o abuso, contra a tortura e os maus tratos.

5. Defende um conjunto de princípios base, como sejam: a não discriminação, a participação e a inclusão na sociedade, o respeito pela diferença e pela diversidade humana, a igualdade de oportunidades, a acessibilidade, a igualdade entre o homem e a mulher e os direitos das crianças ao desenvolvimento das suas capacidades e da preservação da sua identidade.

6. Os estados subscritores ficam com obrigações a diferentes níveis: adaptar a legislação nacional, incluir os princípios em todos os programas e políticas a empreender, eliminar todas as formas de discriminação, promover a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, serviços e equipamentos respeitando o desenho universal, promover o emprego e o acesso às novas tecnologias da informação e comunicação, disponibilizar informação acessível e ajudas técnicas necessárias ao acesso à informação, melhorar os serviços disponibilizados e promover a formação neste domínio, estimular a cooperação internacional entre os Estados a fim de melhor concretizarem as medidas.

7. Promover as mudanças de atitude face às pessoas com deficiência, ao nível de programas de sensibilização, esclarecimento, combate aos estereótipos e preconceitos, promover atitudes e receptividade, além de maior consciência social acerca das questões levantadas.

8. Reconhece a vida independente e o direito à vida em comunidade, defendendo o exercício dos direitos e a plena inclusão e

participação na comunidade, referindo-se ao acesso à habitação, ao acesso ao conjunto de serviços, nomeadamente, de apoio pessoal e o acesso aos recursos da comunidade.

9. Defende o direito à liberdade de expressão e do acesso à informação, especificando a necessidade de criar condições para os meios que tornem acessível a informação a todo o tipo de necessidades especiais.

10. Reconhece e defende o direito à educação, referindo-se à necessidade de se implementar um sistema educacional inclusivo, bem como a aprendizagem ao longo da vida. O sistema de educação tem como principal objetivo assegurar a aquisição das competências necessárias para a plena igualdade de oportunidades na vida da comunidade.

11. Ao nível da saúde, reconhece a necessidade de se assegurar o acesso, em igualdade, ao sistema de saúde garantindo uma intervenção precoce e preventiva.

12. Quanto ao emprego, é reconhecido o direito ao trabalho, referindo-se a livre escolha e a aceitação no mercado laboral em ambiente aberto, inclusivo e acessível, referindo, mesmo, que devem ser proibidas todas as formas de discriminação; estimular o empreendedorismo e as cooperativas como formas de emprego próprias. São, também, proibidas todas as formas de trabalho forçado ou compulsório, devendo-se desenvolver todas as formas de proteção consideradas desnecessárias.

13. Participação na vida cultural, recreativa, de desporto e lazer, desenvolvendo formas de acesso aos bens culturais e desportivos em formatos acessíveis, assegurar o acesso aos locais onde se organizam os eventos, às bibliotecas, aos museus, ao cinema, aos

serviços de turismo. Devem promover-se formas de participação nas atividades desportivas e recreativas, incluindo no sistema escolar, de modo a favorecer a inclusão. Deve ser reconhecida a identidade cultural e linguística específica, incluindo a língua de sinais e a cultura surda.

14. Cria um comité sobre os direitos das pessoas com deficiência que fará a monitorização da aplicação do Tratado. Este comité de acompanhamento foi constituído por 12 peritos independentes que, periodicamente, deverá produzir informação sobre a aplicação da Convenção.

Sabe-se que muitos artigos dessa convenção implicaram debates, no sentido de se alcançar o consenso, sendo que muitas das propostas não conseguiram, mesmo assim, ser incluídas no texto final e outras houve que apareceram como medidas inovadoras. Foi o caso da saúde sexual e reprodutiva que não ficou consignada explicitamente no texto, ou o combate à discriminação das mulheres com deficiência que viu consagrado um artigo específico sobre a matéria, para além de aparecer referido em outras áreas como a da família, do trabalho e da educação.

Outra inovação muito significativa dá-se ao nível do artigo 24 onde, definitivamente, se põe em causa a dicotomia escola especial - escola normal, referindo-se a uma nova visão da educação inclusiva. Nas discussões das comissões o próprio conceito de necessidades educativas especiais é criticado por estar muito ligado às ideologias segregacionistas. Foi um tema de difícil abordagem, na medida em que se queria fazer valer os princípios da educação inclusiva sem se deixar perder em simultâneo, as particularidades específicas de certos tipos de deficiências.

Apesar de todos os esforços desenvolvidos ainda se encontram muitas dificuldades que não foram, de todo ou em parte, ultrapassadas, verificando-se que o movimento da mudança é um movimento contínuo e que não poderá abrandar pois, todos os dias, pela evolução social se desenvolvem novas formas

de discriminação. A comprovar essa realidade citar-se-á o Relatório Mundial Sobre a Deficiência (OMS, 2011), que discrimina as barreiras incapacitantes:

1. Políticas e padrões inadequados, referindo que nem sempre os Estados levam em consideração as necessidades das pessoas com necessidades especiais, dando o exemplo das políticas de educação inclusiva, citando uma investigação em 28 países que constatou que, 18 deles, pouca informação prestavam sobre as suas estratégias para a inclusão.

2. Atitudes negativas, referindo que muitas vezes as atitudes dos professores, dos administradores de escolas, das outras crianças e até das famílias afetam a inclusão nas escolas. O mesmo acontece com os empregadores que mantêm ideias preconcebidas acerca das condições para o trabalho.

3. Falha na oferta de serviços, em que o relatório refere um estudo em quatro países da África Meridional que indicam que apenas 26 a 55% das pessoas receberam reabilitação médica, só 17 a 37% receberam as ajudas técnicas de que careciam, apenas 5 a 23% receberam treino vocacional para o emprego e só 5 a 24% receberam serviços de apoio e bem-estar.

4. Problemas na prestação de serviços, onde dados recolhidos em 54 países revelam que este grupo populacional relatara circunstâncias de atendimento que revelam que são quatro vezes mais propensas a serem mal atendidas face às suas necessidades. Num estudo de McFarnale e Mc Lean (2003), verifica-se que 80% dos assistentes sociais que estavam no atendimento, nos Estados Unidos, não possuíam qualquer formação adequada aos problemas desta população.

5. Financiamento inadequado, uma vez os financiamentos do Estado são insuficientes para as necessidades. Mesmo em países desenvolvidos e com bons rendimentos, 20 a 40% das pessoas não têm as suas atividades diárias atendidas.

6. Falta de acessibilidade, pois muitos dos ambientes construídos, incluindo instalações de serviços públicos não estão adaptados às necessidades de mobilidade, o mesmo acontecendo com os transportes, o que impede frequentemente o acesso ao trabalho e aos bens comuns. Mesmo nos países, com mais de 20 ou 40 anos de legislação, existe um baixo nível de adesão a este tipo de transformações.

7. Falta de consultas e de envolvimento, em que muitas pessoas com necessidades especiais continuam excluídas do processo de tomada de decisões dos assuntos que diretamente lhes dizem respeito.

8. Falta de dados e de evidências, na medida em que a ausência de dados rigorosos e que se possam comparar não permite avaliar a evolução global do estado das coisas. A necessidade de se conhecer melhor o número de pessoas e as suas circunstâncias era muito importante para se promoverem as melhorias necessárias a diferentes níveis.

Este conjunto de situações continua a interferir na qualidade de vida destas pessoas, dificultando uma vida que se quer de igualdade de oportunidades, de dignificação da pessoa humana e de participação na vida em sociedade. Quando se fala de qualidade de vida está-se, também, a tratar um conceito que, nesta abordagem, ganha pertinência, na medida em que, embora seja um conceito muito geral, se aplica, com prioridade, à nossa população de

estudo, uma vez que viver com qualidade de vida é um direito de todos os cidadãos.

Por ser um conceito de difícil operacionalização foi necessário que a Organização das Nações Unidas, através da OMS, reunisse um conjunto de peritos, por forma a determinar melhor as fronteiras deste conceito. Assim, no final da década de oitenta, reuniu-se um conjunto de especialistas com o objetivo de definir melhor o conceito e de encontrar formas de o avaliar. No entanto, pela multiplicidade e subjetividade destes conceitos, as controvérsias ainda são muito presentes. Segundo alguns autores, Melo (2005), Schaloch e Verdugo (2003), o conceito de qualidade de vida muda muito de país para país, de realidade cultural para realidade cultural, pois as noções de bem-estar e os padrões de conforto são muito próprias de cada comunidade humana. Este conceito está a alargar o seu campo de influência a áreas, como sejam: a educação, a saúde, os serviços sociais e familiares, resultando sempre da qualidade da interação dos indivíduos com o ambiente que nos rodeia.

Daí a sua importância para as pessoas com necessidades especiais. Conforme referem Matos e Gaspar (2008), o crescente aumento pela Qualidade de Vida decorre da importância e necessidade de igualdade e equidade entre todas as pessoas, citando, também, o conceito da OMS (1995), sobre a qualidade de vida como sendo, a perceção do indivíduo sobre a sua inserção na vida, no contexto da cultura e nos sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações.

Verdugo (2009), propõe oito dimensões para avaliar a qualidade de vida: a) bem-estar emocional – satisfação, autoconceito, ausência de *stress*; b) relações interpessoais – relações pessoais, ter amigos, relações familiares, contactos sociais positivos e gratificantes e sexualidade; c) bem-estar material – casa, lugar de trabalho, salário, bens materiais e poupanças; d) desenvolvimento pessoal – limitações/capacidades, acesso a novas tecnologias, oportunidades de aprendizagem, capacidades para o trabalho e competências funcionais; e) bem-estar físico – cuidados de saúde, sono, atividades da vida diária, acesso a ajudas técnicas e alimentação; f) autodeterminação – metas e preferências pessoais, decisões, autonomia e eleições; g) inclusão social – integração,

participação, acessibilidade e apoios, i) deslocar-se a lugares da cidade ou do bairro, participar em atividades, sentir-se membro da sociedade, sentir-se integrado, contar com o apoio de outras pessoas); j) direitos – intimidade, respeito, conhecimento e exercício dos direitos.

Estes vários domínios são avaliados no Relatório Mundial (OMS, 2011), que identifica as barreiras que ainda existem e que interferem com as vidas das pessoas com necessidades especiais, sendo de salientar:

1. Os níveis de saúde destas pessoas são mais precários, com maiores níveis de vulnerabilidade, maiores comportamentos de risco, alimentação mais pobre, falta de atividade física, insuficiências dos serviços de reabilitação e de ajudas técnicas, aspetos que condicionam muito a qualidade de vida.

2. Rendimento educacional inferior, início do percurso escolar mais tardio, baixas taxas de permanência nos sistemas educativos, pior situação nos países mais pobres, em que essa situação é verificada em todas as faixas etárias. Por exemplo, em países como a Índia, as taxas de frequência de crianças sem necessidades especiais é de 80% contra 10% para as crianças com necessidades especiais, padrão que se verifica, também, na Europa Oriental.

3. Menos participação económica, sendo citado um estudo nos países da OCDE que envolveu 27 países, ficando demonstrado que as pessoas com necessidades especiais em idade de desempenharem um trabalho apresentam desvantagens muito significativas no mercado de trabalho, verificando-se que a taxa de inatividade era 2,5 vezes superior às pessoas sem necessidades especiais. Mesmo os que estão empregados ganham, geralmente menos face à restante população.

4. Maior taxa de pobreza, em que as pessoas com necessidades especiais sofrem de taxas de pobreza muito mais

elevadas, com frequentes privações aos níveis alimentar, de habitação, falta de acesso à água, ao saneamento e acesso a outros serviços básicos. Uma parte deste quadro resulta das necessidades acrescidas que estas pessoas têm ao nível das despesas com os cuidados básicos e em apoio e dispositivos médicos.

5. Maior dependência e fortes restrições à participação, continuando a verificar-se a falta de vivências comunitárias, fortes níveis de isolamento social e grande nível de dependência de outrem. Os cuidados estão muito centrados em membros da família e existem poucos meios públicos ou institucionais para assegurar uma vida mais ativa e mais autónoma, o que implica situações muito precárias quando as famílias envelhecem. Verifica-se, também, que as famílias destas pessoas trabalham menos horas e são mais propensas a deixar o emprego o que acarreta, por vezes, problemas socioeconómicos e de *stress* familiar.

6. Fortes barreiras à acessibilidade, com necessidades de melhores acessos aos meios económicos, à saúde, aos serviços de reabilitação, às tecnologias da informação e da comunicação que têm forte potencial inclusivo. Remoção das barreiras em edifícios, na via pública, nos transportes, introdução do desenho universal no planeamento urbanístico, acesso aos meios de comunicação adaptados para pessoas surdas e cegas, aumentariam, consideravelmente, a qualidade de vida das pessoas com necessidades especiais.

O Relatório Mundial recomenda uma forte cooperação em diferentes áreas: saúde, segurança social, educação, trabalho, transportes e habitação, envolvendo os vários sectores da sociedade, aos níveis públicos, privados, associativos, os próprios indivíduos interessados e as suas famílias, comunicação social e população em geral, para que se estabeleçam planos prioritários que permitam responder a necessidades que, na atualidade,

continuam a ser muito necessários para se alcançarem melhores níveis de qualidade de vida, como sejam: favorecer o acesso aos serviços regulares de apoio; investir em programas e serviços específicos para pessoas com necessidades especiais; desenvolver planos nacionais, regionais e locais, devidamente monitorizados, que favoreçam o bem-estar deste grupo populacional; envolver os próprios interessados na resolução dos problemas que lhes dizem respeito; melhorar as capacidades e o acesso à educação e a formação numa lógica inclusiva; aumentar a acessibilidade económica, nomeadamente, através da melhoria de acesso ao mercado de trabalho e aumentar e fortalecer os trabalhos de investigação sobre estas problemáticas; aumentar o conhecimento e a massa crítica das disciplinas que estudam e intervêm neste campo. Este é um desafio para as organizações internacionais, para os governos centrais, regionais e locais, para as associações representativas desta população, para as instituições académicas, para as comunidades, para as pessoas com necessidades especiais e suas famílias, para o setor privado e cooperativo, de modo a continuar-se um trabalho global que procure construir uma sociedade mais inclusiva.

3.1.3. Principais desafios do futuro

Foram passados em revista um vasto conjunto de acontecimentos, um extenso grupo de autores, um significativo número de decisões, alguns conceitos que ajudam a conceptualizar o enquadramento histórico e social da complexa problemática das pessoas com necessidades nas sociedades, verificando-se com facilidade as oscilações, os avanços e recuos, as conquistas alcançadas e os impasses que, ainda, persistem quando queremos concretizar, de forma plena, a igualdade de oportunidades, a justiça social e o respeito pelos direitos do homem.

Como foi referido, são ainda muitas as barreiras sociais, os estigmas, os obstáculos e a impossibilidade destas pessoas terem uma vida idêntica ao comum dos cidadãos. Talvez se possa, mesmo, afirmar que essa realidade que, por vezes, se apresenta de forma descomunal seja provável que nunca se

consiga mudar por completo, apesar de tudo o que se tem feito e será necessário continuar a fazer para aumentar a sensibilização, a pressão e a visibilidade do problema.

Herrero (2008), explica que a exclusão é um processo social universal que se pode encontrar, ao longo da história, em todos os lugares e em todas as culturas, quase sempre exercido sobre os socialmente mais fracos, as mulheres, as crianças, os velhos, os mais pobres e as pessoas com necessidades especiais. Diz o mesmo autor que as sociedades tendem a tratar estas pessoas como “não-pessoas”, afastando-as de atividades muito diversas e, ao mesmo tempo, muito necessárias ao bem-estar, como seja: o afeto, o trabalho, a liberdade de decidir sobre as suas vidas. Deixam de ser cidadãos com direitos políticos e jurídicos, económicos e sociais. As sociedades amputam socialmente as pessoas com necessidades especiais e as minorias, em geral, de uma parte da sua identidade como seres humanos. Produz-se uma correlação entre uma qualquer limitação física, mental ou comportamental e a realização normal das atividades que tornam realizada qualquer pessoa humana, ou seja, se é uma limitação em certos atributos ou capacidades generaliza-se ao todo que é a vida da pessoa.

Assim, um dos primeiros desafios com que se confrontam as sociedades é o modo como pensam a diferença, quais os quadros culturais que estão presentes quando se pensa na diversidade. Como refere Stoer e Magalhães (2001), quando fala da “rebelião das diferenças”, quer dizer, as diferenças foram formatadas pelo pensamento ocidental, modelado por uma matriz sociocultural da modernidade que relegava para uma condição silenciosa ou para a “anormalidade” o que fugia ao padrão conhecido, pelo que, quando o autor se refere à rebelião das diferenças, quer significar a autocrítica e a desconstrução desse pensamento que se começa a verificar a partir do final do século XX.

Quando se começa a pôr em causa o normal que estava legitimado, inicia-se um alargamento epistemológico e cultural que facilita uma discussão e um discurso que foi ganhando espaço científico, social e cultural e que se exprime na atualidade como o reconhecimento da heterogeneidade dessas diferenças a diferentes níveis étnicos, culturais, religiosos, da sexualidade e onde as

necessidades especiais ganham também com isso. Haverá grandes ganhos se, de facto, caminharmos para sociedades que substituem a homogeneidade pela heterogeneidade, a uniformidade pela diversidade.

O respeito pela diversidade torna-se imprescindível para que se possa alcançar uma verdadeira igualdade de oportunidades. O direito à diferença e a valorização da diversidade só é possível se as desigualdades forem diminuindo num processo que se influencia mutuamente e que vai favorecendo uma nova forma de organização social, mais tolerante e mais aberta.

Ligado com este desafio, é necessário promover a mudança de atitudes face às pessoas que sofrem processos de discriminação, como já foi referido anteriormente, direitos que estão consagrados nas cartas magnas internacionais, nos tratados internacionais e nas legislações dos países. No entanto, a questão central é como traduzir essas intenções para a vida das pessoas. Para ser possível aquilatar das áreas, que vão requerer mais atenção, foi feita uma análise de dois documentos que se debruçam sobre esta matéria e que têm uma década de intervalo, da autoria de Garcia (2003) e Pérez Bueno (2013), respetivamente, verificando-se que são coincidentes um conjunto de dificuldades que persistem e que são determinantes para se alcançar o desígnio para uma vida mais digna, mais justa e uma maior participação na sociedade.

Como refere Pérez Bueno (2013):

“El desarrollo de la Convención en términos de políticas públicas supone, entre otras cosas, potenciar como paradigma de referencia la accesibilidad universal en todo tipo de servicios y bienes colectivos. Así, la discapacidad se convierte en un elemento que se debe tener en cuenta de forma transversal en el diseño de políticas públicas. Además, la accesibilidad universal supone un cambio profundo en la visión social y política de la discapacidad, que plantea nuevos objetivos y criterios: visibilidad social, imagen social positiva, no discriminación, participación activa de las personas y objetivo de logro de la plena autonomía y desarrollo de las capacidades de las personas” (p. 20).

Uma das formas mais eficazes de combater as diferenças e as desigualdades são as políticas de acesso à educação para todos, implicando

uma forte e determinada opção pelas políticas de educação inclusiva, pelo efeito multiplicador que podem ter nas famílias, nas comunidades e na sociedade em geral. Refere o autor que existem muito bons exemplos de boas práticas mas, será necessário implicar maiores esforços e mais sistematizados, para se obterem resultados mais generalizados, desde as idades mais precoces até à universidade. As próprias escolas devem ter um papel mais ativo na difusão, na divulgação e nas práticas do respeito pelos direitos das pessoas com necessidades especiais. Refere-se, também, que se deve iniciar na escola todo o processo de preparação e de transição para a vida ativa, para o trabalho e para o emprego, pelo potencial que o trabalho também tem na integração e participação na vida social.

Deve aproveitar-se melhor os recursos da sociedade da informação, com toda a evolução que existiu nas tecnologias e nas comunicações para gerar processos que ajudem a integrar os indivíduos no mundo das interações que estes meios possibilitam. Refere o autor que este é um mundo de possibilidades crescentes, pelo que urge ultrapassar as barreiras que se colocam nas acessibilidades, de modo a que este possa ser um potencial recurso de aprendizagem, de participação, de teletrabalho para as pessoas com necessidades especiais. É, por isso, uma nova área a explorar, a das oportunidades digitais como forma de possibilitar melhores condições de vida

Explorar novas formas de participação no mercado de trabalho, pois o número de pessoas com necessidades especiais, que tem potencial para integrar o mercado de trabalho, estava avaliado, pela OIT, há cerca de dez anos atrás, em cerca de 386 milhões de pessoas. É preciso dar a conhecer este potencial, explorar todas as possibilidades do teletrabalho, aumentar os estímulos aos empresários, explorar mais as formas de emprego protegido, emprego autónomo, entre outros meios a explorar, pois o emprego, assim como a educação, têm uma enorme influência em vários aspetos transversais na vida das pessoas, nomeadamente, evitando a pobreza e o isolamento social.

A investigação científica e os cuidados médicos são, também, áreas consideradas determinantes. Como refere Brundtland (2003, citado por Garcia, 2003), a saúde e o bem-estar das pessoas depende, de forma crítica, dos

sistemas de saúde que as acompanham, pelo que é muito importante que os Estados tomem esta área como crucial, criando condições para o atendimento às especificidades da pessoa humana, ao desenvolvimento da investigação médica e científica que permita avanços no conhecimento, possibilitando uma melhor prevenção primária, secundária e terciária dos problemas inerentes. Dever-se-á dar a máxima atenção às questões éticas que se colocam com o avanço da biomedicina, por forma a evitar efeitos adversos que possam afetar as pessoas com necessidades especiais, pelas novas formas de discriminação que possam gerar. São muitas as preocupações a este nível na comunidade de pessoas e famílias a que as sociedades e os Estados têm de dar atenção, pois não se deverá reduzir o valor da vida humana às características genéticas, em conformidade com a Convenção para a Proteção dos Direitos do Homem e da Dignidade do Ser Humano face às Aplicações da Biologia e da Medicina (1997).

O acesso à cultura, ao lazer e aos bens coletivos é outra das áreas consideradas determinantes, como reforçam Corbello e Melo (2009), pois a pesquisa mostrou que a participação em atividades de lazer para as pessoas com deficiência de desenvolvimento favorece a inclusão na comunidade e melhora a qualidade de vida percebida. O lazer é um domínio distinto e importante da vida, similar ao domínio da família, educação, trabalho e envolvimento da comunidade. Atualmente, apesar de haver um maior interesse no lazer das pessoas com deficiência, ainda são poucos os estudos que analisam o envolvimento de jovens e adultos com deficiência de desenvolvimento em atividades de lazer. No entanto, o lazer, a cultura e a participação em atividades coletivas apresentam benefícios que se verificam, tanto no plano individual, como no plano social, pelo que representam de sentido de pertença à comunidade, como pelos recursos em termos de novas competências que podem ser desenvolvidas, bem como, ainda, pelas interações sociais que geram. Esta é, por isso, uma área natural de participação, pelo que se exige que, a todos os níveis, se faça o máximo esforço que viabilize a acessibilidade a todo este conjunto de experiências, de espaços, de vivências, como sejam: o turismo, os jogos desportivos, os restaurantes, os cinemas, os espetáculos culturais, etc.

A participação na vida política e na cidadania é determinante, pelo que se torna necessário, segundo os autores, que as próprias pessoas com necessidades especiais possam ganhar consciência política e se organizem em modelos associativos, que possam reivindicar, com a força que advém do seu nível de representatividade, e invertam a lógica que vem de trás, de outros se apropriarem dos destinos sociais deste grupo que, embora seja muito altruísta, não deixa de ser um modo de considerar que os próprios são capazes de se representar a si mesmos. Esta será das melhores formas de melhorar as condições de vida, das pessoas com necessidades especiais, reforçando a sua voz social, ganhando assento nos fóruns de discussão dos problemas, fazendo a promoção dos direitos, reivindicando um tratamento em igualdade de oportunidade e em equidade.

Este papel ativo assume um conjunto de novas funções que podem ter impacto na mudança de atitudes, no cumprimento do quadro jurídico e nas práticas sociais, através da divulgação de propostas junto dos diferentes agentes sociais e dos legisladores, na organização de ações em torno dos problemas que causam mais preocupações, através do desenvolvimento de estudos e diagnósticos que possam fundamentar as propostas e demonstrar a magnitude dos problemas. Enfim, criar condições para que as pessoas com necessidades especiais, possam exercer pressão junto das autoridades, defendendo os seus interesses e exerçam funções de negociação, como participação em plataformas representativas dos interesses em presença. Podem, também, ter funções de consulta ativa, participando nos processos de consultadoria e de auscultação, em aspetos que lhes digam diretamente respeito. Trata-se de um conjunto muito vasto de formas de intervenção social que pode galvanizar a sociedade, envolver os órgãos de comunicação social, para que transmita a todos os cidadãos, a realidade objetiva, aproximando as populações com necessidades especiais e a opinião pública em geral.

Os problemas que este grupo social enfrenta não podem ser resolvidos nem enfrentados se os valores e os objetivos da civilização não forem questionados. Este não é um problema de um grupo específico é, pelo contrário, uma dificuldade de uma sociedade globalizada que estimula um mundo dual. De

um lado está um grupo de pessoas privilegiadas que concentram grandes níveis de riqueza e de bem-estar, em níveis como ainda não se tinham verificado anteriormente e, do outro, uma enorme massa de carenciados, de pobres, de marginalizados, com carências aos níveis mais básicos da vida. Esta é uma encruzilhada civilizacional onde, como refere o presidente da ONCE (citado por Garcia, 2003), a globalização deve ser entendida numa nova reformulação, de um mundo único, livre, igual e de solidariedade cidadã para todos.

Falar do futuro destas questões é referir um tema da maior importância política para a Europa e para o mundo, para as regiões e para as políticas locais, na medida em que se exige e se deseja, a realização dos direitos do homem, a liberdade, o bem-estar e a dignidade em todos os cantos do mundo e em todos os lugares em que existem pessoas. Isto obriga a que se repense os nossos modelos de desenvolvimento, no sentido de maior sustentabilidade dos recursos, de proteção das pessoas, face a interesses materiais e financeiros, uma maior regulação dos sistemas macro económicos, dando maior espaço para as pessoas decidirem sobre o rumo das sociedades, melhorando os sistemas democráticos. No fundo, exige-se um humanismo transformador e orientado para o desenvolvimento humano, onde a solidariedade não seja apenas uma forma de compaixão ou de misericórdia, mas uma determinação forte de um compromisso de todos em ordem ao bem comum.

3.2. A inclusão social das pessoas com necessidades especiais

O posicionamento das sociedades face às pessoas com necessidades especiais foi-se alterando ao longo dos tempos. Esse posicionamento foi-se alterando com a evolução das sociedades, a proclamação dos Direitos Humanos, o aparecimento dos movimentos em defesa dos direitos das pessoas com deficiência, os esforços das organizações internacionais e o trabalho dos peritos no avanço da investigação e do conhecimento nesta área. No entanto, na atualidade mantem-se, o que era referido por Xiberras em 1996, como várias formas de exclusão,

“ (...) que não se veem, mas que se sentem, outras que se veem mas de que ninguém fala e, por fim, formas de exclusão completamente invisibilizadas, dado que nós nem sonhamos com a sua existência, nem possuímos, a ‘fortiori’, nenhum vocábulo para designá-las” (p.20).

Os fenómenos de exclusão têm merecido muita atenção por parte dos estudiosos e investigadores, sendo que alguns se referem à exclusão social como um conceito recente, como é o caso de Hunter (2000), Kowarick (2003) e Proença (2005). Numa breve revisão do conceito de exclusão poder-se-á recorrer aos autores referidos e a alguns outros para melhor entender as suas múltiplas dimensões.

Para Hunter (2000), a exclusão social pode ser definida como sendo um conjunto de múltiplas privações resultantes da falta de oportunidades pessoais, sociais, políticas ou financeiras, o que acarreta uma participação social inadequada e uma falta de integração social.

Para Kowarick (2003), a exclusão social foi, inicialmente, uma ideia associada ao facto de não se ser admitido, de ser repellido ou mandado embora; atualmente designa alguém que se encontra desprovido de direitos.

Para Proença (2005), significa a marginalização do indivíduo ou dos grupos sociais em relação àqueles que convivem, que produzem ou que são competentes.

E, ainda, pela particular abordagem ao conceito, a definição de Lesbaupin (2000), que refere que a exclusão social não é um conceito, é uma nova questão social, questionando o processo produtivo, as políticas neoliberais e a globalização.

Conforme refere Sen (2000), o conceito foi introduzido por René Lenoir, em 1974, e abarca um conjunto vasto de problemas socioeconómicos. Lenoir, como Secretário de Estado da Ação Social do Governo francês, referiu-se aos “excluídos” como sendo um décimo da população francesa: mental e fisicamente deficientes, pessoas suicidas, idosos, inválidos, crianças abusadas,

toxicodependentes, delinquentes, famílias monoparentais, famílias multi-problemáticas, marginais, pessoas antissociais e outros.

O mesmo autor faz, ainda, a diferenciação entre exclusão ativa e passiva, chamando a atenção para fenómenos de exclusão que não derivam diretamente de decisões ou de políticas que, na sua base, visam a exclusão social, como sejam, por exemplo, a expulsão de imigrantes de um determinado país, (sendo, aí, um ato deliberado, será uma forma de exclusão ativa); o da pobreza e do desemprego, derivado da crise económica, (nesse caso, será uma forma de exclusão passiva, pois não deriva de um ato deliberado). Esta distinção poderá ser muito útil quando temos de estudar ou refletir sobre as causas inerentes a determinados fenómenos de exclusão.

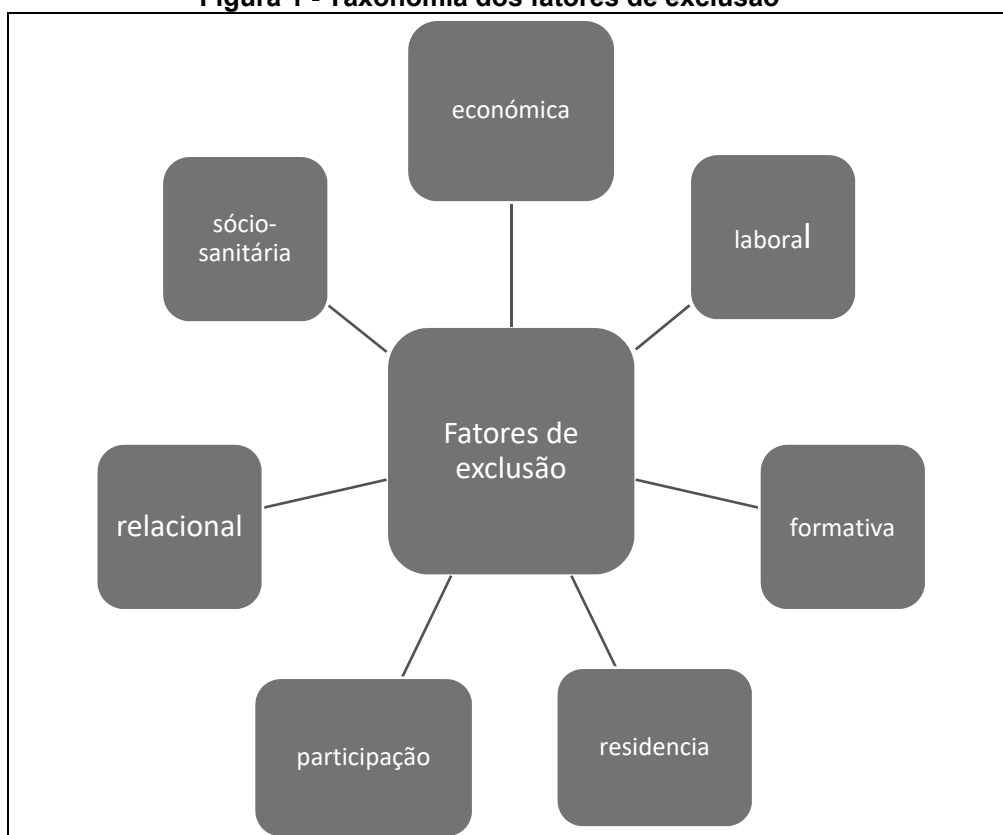
Nas sociedades contemporâneas, os excluídos não são um grupo homogêneo embora tenham uma importância numérica muito expressiva. As próprias formas de evolução das sociedades geram fenómenos de exclusão que, por essa via, desestabilizam os grupos sociais sendo, por isso, um fenómeno multidimensional, atravessando muitas áreas em que se manifestam os seus sintomas, desde o emprego à habitação, à juventude, etc. Citando Clave (2004):

“A luta contra a exclusão requer simultaneamente a iniciativa do Estado e das coletividades locais bem como a participação ativa das populações desfavorecidas, a mobilização dos atores locais, a descompartimentação dos serviços, a concertação mais próxima do terreno (conselhos municipais de prevenção da delinquência...) e a experimentação de que é exemplo a atitude «modernizar sem excluir» impulsionada por Bernard Schwartz” (p.26).

Subirats (2004) desenvolve uma taxonomia de categorização dos principais fatores de exclusão, definindo vários âmbitos de exclusão: económica – a pobreza, dificuldades financeiras, dependência de subsídios; âmbito laboral - o desemprego e a precaridade laboral; âmbito formativo - o acesso à educação, o fracasso escolar e o abandono escolar; âmbito sócio sanitário - o acesso aos recursos sanitários, as necessidades especiais, os problemas e doenças mentais e outras deficiências que provocam dependência; âmbito residência -

falta de habitação, acesso precário à habitação, espaço urbano degradado e bairros degradados; âmbito relacional - deterioração das relações familiares e sociais, debilidade das redes sociais e estigma social; âmbito da cidadania e da participação - privação dos direitos, acesso à cidadania e à participação política. Taxonomia que se resume na figura seguinte.

Figura 1 - Taxonomia dos fatores de exclusão



Fonte: Produção própria a partir de Subirats, 2004

Nesta descrição do fenómeno de exclusão social pode-se, com facilidade, verificar a complexidade deste mesmo fenómeno e a transversalidade do mesmo, pois uma categoria conduz a outras, numa lógica de interdependência, num fenómeno que é multidimensional, requerendo, por isso, abordagens complexas que evitem juízos simplistas de causa e efeito. A minimização dos seus efeitos implica uma ação que deve ser direcionada para todos os fatores envolvidos, sendo necessário, como referem Bulla, Mendes e Prates (2004), uma abordagem holística, procurando responder ao princípio “novos problemas

exigem soluções novas”. Sobre o fenómeno da exclusão, Rodrigues, Samagaio, Ferreira, Mendes e Januário (1998) referem:

“A configuração da exclusão está estritamente ligada à desintegração social (quebra de laços de solidariedade e risco de marginalização), à desintegração do sistema de catividade (associada às mutuações económicas) e à desintegração das relações sociais e familiares (aparecimento de novos tipos de estruturas familiares mais vulneráveis à exclusão – famílias monoparentais – e enfraquecimento das redes de entreajuda familiares, de vizinhança e comunitárias)” (p.66).

Este é um fenómeno que se observa em todos os países e que afeta cada vez mais indivíduos e que são provenientes de um leque cada vez mais amplo de grupos sociais. Na atualidade, a abordagem à exclusão já não se situa ao nível das desigualdades e da falta de recursos. Isso não quer dizer que as desigualdades desapareceram, mas, antes, porque a complexidade da exclusão ultrapassa, em muito, essas dimensões nas sociedades contemporâneas.

Segundo Merino e De la Flente (2007), o processo de exclusão social é um fenómeno: “estrutural” porque é uma realidade inerente a todas as sociedades, resultado do sistema económico e social que vigora; “multidimensional” dado que as variáveis que intervêm são múltiplas e combinam-se de formas diversas e com diferentes intensidades, de pessoa para pessoa, e de contexto para contexto; “cumulativo”, pois as circunstâncias que estão na origem do processo combinam-se e agravam-se entre si; “global” e “variável”, na medida em que afeta as pessoas no seu conjunto, em diferentes formas e intensidades e as causas das vulnerabilidades e das desigualdades são similares.

Segundo Pagam (2006), a noção de exclusão ultrapassa a noção de desigualdade, conferindo-lhe uma dimensão mais ampla que está para além da oposição entre grupos sociais, enfatizando a fragilidade dos excluídos pela ausência de reivindicações organizadas e de movimentos que, de algum modo, se possam constituir como uma forma de coesão identitária das populações

menos favorecidas. Na sua análise sobre a exclusão social aborda a questão, através do conceito de desqualificação social, que caracteriza como:

“ (...) uma experiência humilhante, altera as relações com os outros e incita à concentração sobre si. Mesmo as relações no seio da comunidade familiar podem ser afetadas de tal maneira que é difícil, para alguns, admitir que não estão ao nível daquilo que eles mesmos queriam ser” (p.17).

O mesmo autor desenvolveu um trabalho de investigação em Saint-Brieu, (França) para procurar compreender melhor a relação dos indivíduos que têm uma relação de dependência com os serviços públicos, especificamente, a vinculação com a sociedade em que vivem. Neste trabalho de investigação, tipo estudo de caso, o autor levou a cabo um conjunto de 70 entrevistas, onde foi possível caracterizar três tipos de população, segundo a relação que as pessoas mantinham com os serviços sociais: os fragilizados, os assistidos e os marginalizados. O grupo dos fragilizados é aquele em que os seus membros experimentam um sentimento de perda de uma situação social que anteriormente lhes era favorável, como por exemplo, o emprego. Os assistidos são o grupo que intensifica a situação de fragilizado, no sentido em que, cada vez mais, necessita de apoios dos serviços sociais, mas em que, muitas vezes, já desistiram de procurar soluções autonomamente, começando a instalar-se um sentimento de fracasso e de inferioridade. O último grupo são as pessoas que experimentam um sentimento de desqualificação social, que fazem uma rutura com as redes de apoio, que experimentam já uma situação de marginalizados, que perderam, mesmo, os apoios sociais e a esperança de sair desse ciclo de estigmatização.

Paugam (2009), em trabalhos posteriores, faz avançar estas categorias, numa lógica de processo, para fragilidade para o primeiro grupo, dependência para o segundo e rutura para o terceiro. A fragilidade é o início do processo de aprendizagem da desqualificação social. Face a uma perda de emprego, de rendimento, de habitação, as pessoas começam a ganhar consciência do que as separa da maioria dos seus concidadãos. As pessoas têm consciência do que

significa cair na inatividade, perder o seu estatuto de trabalhador, experimentando uma sensação de desalento, de medo e de culpabilidade. A dependência, onde este sociólogo integra as pessoas com necessidades especiais de carácter permanente, por via da sua incapacidade quando a mesma não implica perdas significativas das capacidades intelectuais. É a fase onde as pessoas percebem que, para satisfazer as necessidades básicas do quotidiano da sua subsistência, passam a necessitar dos meios públicos, de forma a enfrentarem a sua situação de desqualificação. O contacto com os serviços sociais dá início a uma aprendizagem de um estatuto de desvalorizado socialmente.

A rutura é a última fase do processo de desqualificação social, pois esta fase significa o acumular de vários tipos de fracasso em vários domínios e que criam condições para uma certa marginalização social. Por vezes, quando se entra neste processo não existe grande esperança de retomar os laços sociais e a vida em sociedade. Os sistemas de assistência com o seu alargamento, a sua dignificação e os esforços para a reinserção, procuram, de certo modo apesar de todas as suas insuficiências, garantir que não se chega a esta última fase.

Ao referir este estudo e esta categorização, quer-se chamar a atenção, quanto às populações com necessidades especiais, dever-se-á fazer tudo o que está ao alcance para que os seus níveis de dessociabilização possam ser compensados por ações, iniciativas, projetos e propostas que evitem, ao máximo, o estatuto de desigualdade social, evitando que possam chegar a fases muito avançadas de marginalização social. Daí que, mais à frente, se possa tomar contacto com experiências de inclusão social que visam precisamente esse objetivo.

Por outro lado, a acumulação de dificuldades aumenta o nível de vulnerabilidades de determinados grupos sociais que, pelo conjunto de dificuldades que apresentam, tornam-se grupos com mais visibilidade, pelo que o desfavorecimento social se agrava, na medida em que as pessoas perdem o seu grau de autonomia, de capacidade de negociação e de ser capaz de recusar o estatuto e a estigmatização que está inerente ao processo de exclusão.

Na obra de Rodrigues (1998), é possível identificar, para além das categorias clássicas dos que sofrem, processos de exclusão com novas categorias, como sejam: os desempregados de longa duração; os grupos étnicos e culturais minoritários; as famílias monoparentais; os jovens em risco, por consumo de aditivos ou em processo de exclusão das instituições sociais, como a escola ou a família; os sem-abrigo; os indivíduos com doenças crónicas; e as pessoas com necessidades especiais com acentuada dependência social.

A este propósito, Capucha (1998), salienta a heterogeneidade destas categorias que, pelas diferentes vulnerabilidades que condicionam as vidas destas pessoas, aliás que encerram modos de vida distintos, evidenciam uma realidade muito complexa. Diz o autor:

“Cruza-se com a diversidade de referências culturais, sistemas valorativos de representações sociais que os indivíduos e as suas famílias constroem e reproduzem, configurando-se, assim, um conjunto de modos de vida cuja apreensão é indispensável para a compreensão da pobreza e da exclusão social em Portugal” (p. 229).

Gaulejac e Taboada (1994) referem que o comportamento dos indivíduos face à exclusão se pode definir em três fases: a primeira, de resistência e de recusa, contrariando a imagem negativa refletida pela sociedade; a segunda, a de adaptação, libertando-se do olhar da sociedade e assumindo um papel mais reivindicativo; e, a terceira, assumindo mecanismos de defesa, interiorizando a imagem que a sociedade reflete, aceitando o lugar de exclusão que a mesma lhe reserva.

Para Castel (1997), o processo de exclusão social pode designar a situação de todos os que se encontram “fora dos circuitos vivos das trocas sociais”, expressão que embora datada parece ainda muito ajustada para ilustrar a amplitude dos processos de exclusão. Daí que os fenómenos da exclusão social não se restrinjam apenas à desintegração do mercado de trabalho, da habitação, da escola, mas chegam, mesmo, a atingir uma rutura de laços familiares e sociais, a que o autor chama de “desfiliação”. Muito frequentemente,

a fragilidade e os processos de desvinculação dos laços sociais limitam, de tal modo, o sujeito que o afastam do quotidiano, da família, do emprego, da cultura e da cidadania, anulando, mesmo, a sua singularidade como indivíduo.

No que diz respeito às pessoas com necessidades especiais existe uma forte relação entre as suas dificuldades e a discriminação, a pobreza e a exclusão social, sendo que este grupo social figura entre aqueles que são mais desfavorecidos socialmente. Priestley (2001) chama a atenção para as diferentes formas de exclusão, mais ou menos desenvolvidas, que as crianças, os adultos e os idosos sofrem, conforme as zonas do mundo onde vivem, com mais ou menos capacidade de reivindicação, com maior ou menor espaço para a cidadania destas populações. Neste trabalho das Nações Unidas, esses problemas são apresentados como sendo tão sérios como a esterilização, o abandono, as baixas expectativas, em termos de esperança de vida, as políticas eugénicas, a morte assistida. Situações que, em várias partes do mundo, desenvolvido ou subdesenvolvido, marcam negativamente os mais básicos direitos humanos das pessoas com necessidades especiais.

Segundo Platt (2004), a anormalização dos seres humanos pelas suas características específicas é um processo que justifica a não pertença ao grupo social, gerando um padrão normalidade/anormalidade que, até certo ponto, justificam a marginalização e a exclusão social, havendo mecanismos técnicos e terapêuticos que, até certo ponto, procuraram justificar essa segregação social. Pode fazer-se aqui alusão a toda a escola da Pedagogia Terapêutica, as Classes Especiais, as Escolas Especiais e as Instituições Especializadas, num processo muito duradouro que foi afastando, da sociedade, as pessoas com necessidades especiais.

A exclusão e a discriminação, por razões das várias incapacidades específicas violam diversos direitos do homem. Muitas vezes, e em muitas circunstâncias, são postos em causa o direito à vida, à liberdade, o direito à igualdade perante a lei, os direitos económicos, culturais e sociais, o direito ao trabalho, a uma remuneração equitativa, o direito ao lazer, o direito à educação, o direito ao bem-estar e aos meios básicos de vida. Direitos consagrados na Convenção dos Direitos da Pessoas com Deficiência (2006). O que se coloca

hoje às sociedades é a procura das formas que possam garantir a autodeterminação, a igualdade de tratamento perante a lei, valorizando a diversidade humana como um ponto forte da vida em sociedade.

As opções tomadas pelas sociedades everedaram no sentido de separar as pessoas com necessidades especiais do seu meio social e da comunidade. Na atualidade, o que está em causa é a sua participação na vida comunitária, deixando de ficar à margem das oportunidades, de uma vida digna e de um reconhecimento social digno da sua condição de pessoa humana com potencialidades e com direitos de cidadania.

Na aceção de Marshall (1967, citado por Ferreira 2005) a cidadania implica: uma cidadania legal, a igualdade dos cidadãos perante a lei; a cidadania política, que significa a participação na vida democrática e a cidadania social que diz respeito ao acesso às oportunidades e aos recursos da sociedade. Sobre o exercício da cidadania, refere Igreja (2004), na sua tese sobre a cidadania diz:

“A cidadania exprime-se e concretiza-se, sobretudo, através do seu exercício, enquanto prática consciente, orientada para a ação. Embora essencialmente política, a prática da cidadania manifesta-se sob outras formas – económica e social. Convém reter, por outro lado, que estas três formas de exercício da cidadania se imbricam entre si, conferindo à prática da cidadania uma matriz global e multidimensional [...] Colocase depois a questão dos ‘espaços’ em que a cidadania se exerce: se bem que o espaço local possa ser aquele que mais diretamente compromete o cidadão com a comunidade em que se insere, o coloca num plano de maior proximidade com os seus concidadãos e o vincula mais estreitamente a uma ética da responsabilidade, não deixa de ser evidente que uma prática ampla da cidadania implica a existência de uma esfera pública” (p.30).

O que se quer salientar é a necessidade para contrariar a exclusão social das pessoas com necessidades especiais, para que tenham plenos direitos em termos políticos, económicos e sociais, recebendo o mesmo tratamento perante a lei e tendo as mesmas oportunidades na sociedade, aos vários níveis, local, nacional e internacional. Como refere Gutiérrez (2005): El panorama actual

mundial y europeo recrea nuevas situaciones de exclusión social que repercuten en el pretendido Estado del Bienestar y que constituyen un agravio a la dignidad, una vulneración de los Derechos Humanos básicos” (p.15).

Refere Gutiérrez que se deverão encontrar novas vias para lutar contra a exclusão e a discriminação social, essencialmente, abandonando a abordagem de que, o que está em causa é um problema médico de natureza individual, ao qual se faz uma abordagem médica e caritativa para, pelo contrário, olhar para o problema como sendo uma questão de direitos humanos e de igualdade de oportunidades. Este modelo não nega a reabilitação nem os tratamentos médicos, mas dá ênfase à ideia de que devem ser os sistemas a adaptar-se às particularidades dos cidadãos.

Ora, os movimentos e as dinâmicas de inclusão visam alterar essa lógica, no sentido das sociedades se adaptarem, de modo a poderem incluir as pessoas que, no caso, por via das suas limitações físicas, mentais, sensoriais ou outras, são marginalizadas.

Clavel (2004), chama atenção para as duas principais abordagens sociopolíticas às questões da exclusão. Uma abordagem mais conservadora, que faz um certo paralelismo entre a exclusão e a inadaptação, no sentido de que a mesma resulta das mudanças muito bruscas da sociedade a que as pessoas não se ajustam. Desenha-se uma categoria médico-jurídica dos inadaptados, os pobres, os deficientes físicos e mentais, as pessoas idosas, os delinquentes, etc. São os excluídos que devem mudar, o problema está centrado neles e, no dizer do autor, o Estado “é o terapeuta”. Esta abordagem procura fazer aceitar a ideia de que a exclusão é uma fatalidade e legitima o progresso económico, capitalista e liberal de que a exclusão seria um dos custos que lhe estaria associado.

Outra conceção mais crítica a essa linha conservadora envara o fenómeno da exclusão como um processo que resulta de uma dupla causa: por um lado, nas estruturas sociais - nas desigualdades sociais, nas privações dos bens básicos da sociedade; na educação, na diminuição das ofertas de trabalho, nas condições precárias de habitação, no funcionamento das instituições e da

sociedade em geral. Por outro, nas atitudes e nos comportamentos dos atores sociais que, em conjunto, geram processos de exclusão, pelo que o enfrentamento dos fenómenos de exclusão pressupõem uma transformação das condições que geram a exclusão e, portanto, de toda a sociedade, bem como uma visão complexa e multidimensional do fenómeno.

O combate aos processos de exclusão deve evoluir nos dois sentidos: por um lado, na melhoria das condições económicas, sociais, políticas organizacionais e institucionais e, ao mesmo tempo, numa evolução cultural que reflita sobre os modelos de sociedade e as práticas sociais inerentes. Em jeito de síntese, voltando a Clave (2004), uma profunda evolução cultural deve acompanhar as transformações económicas, sociais e institucionais, sendo isso uma das primeiras condições para podermos passar de uma sociedade da exclusão para uma sociedade inclusiva e da solidariedade. Existem algumas condições que contribuem para esta evolução e que foram definidas pelo mesmo autor. A primeira diz respeito ao questionamento dos fatores e aos valores que estão subjacentes ao crescimento económico e industrial que, frequentemente, tem objetivos de mera produção, esquecendo os fatores humanos e sociais associados. A segunda condição pressupõe a colocação dos excluídos no centro das políticas e das práticas. Refletir sobre o impacto que as medidas de política têm sobre a integração, no sentido de avaliar sobre os efeitos que poderão ocorrer na vida deste grupo, socialmente em dificuldades, pelo que as mesmas medidas deverão ser concertadas com as associações em que os grupos estão próximos da realidade. A terceira condição estabelecida é a de que os excluídos devem ser reconhecidos como atores destes processos e não como meros objetos e destinatários passivos. Isso significa, por si só, reconhecê-los como interlocutores válidos num processo de cidadania ativa, mobilizando-os para a participação em movimentos sociais, contribuindo, desse modo, para a procura ativa de soluções para os seus próprios problemas. Em quarto e último lugar, que as políticas a serem implementadas passem de um registo sectorial, como por exemplo: para os desempregados, para os que não têm habitação, para um registo, mais amplo e mais global, uma política do emprego, uma política social de alojamento nas cidades, uma política social do trabalho e do rendimento, uma

política profissionalizante da educação. Ou seja, em vez de políticas dirigidas aos excluídos, sejam implementadas políticas mais inclusivas que possam responder à gradual reintegração nas políticas gerais pois, desse modo, melhorariam, a prazo, as relações sociais e as condições para o seu sucesso. A promoção destas políticas, de base inclusiva, pressupõe a modificação das práticas, das conceções, dos modelos administrativos e dos modelos técnicos de abordagem, mas são uma forma de concretizar as mudanças necessárias na abordagem à exclusão e aos excluídos.

Amaral e Burity (2005), realizam uma resenha histórica da Inclusão Social, referindo que esse movimento teve lugar na segunda metade dos anos 90 do séc. XX, tomando espaço público, quer em termos académicos, quer em termos políticos e sociais, procurando, deste modo, contrabalançar o discurso e o entendimento neoliberal dos anos 80, que enfatizaram as práticas do mercado como soluções para os problemas sociais.

A inclusão social, ao invés, enquanto prática social e política, procura mobilizar as pessoas, os grupos sociais e os governos, numa lógica de colaboração entre a sociedade civil e os Estados locais e nacionais, para enfrentarem os problemas decorrentes do desemprego, da pobreza e da exclusão, mobilizando a sociedade para o exercício da cidadania, da promoção da pluralidade cultural e social.

Esta abertura de um novo espaço público e de participação criou oportunidades para temas muito relevantes, que se associam à inclusão social, como sejam: a valorização das diferenças, a democracia e a participação social, as redes e os novos movimentos sociais, os movimentos reivindicativos dos grupos sociais mais vulneráveis, os jovens, as mulheres, as pessoas com deficiência, os desempregados, as pessoas de diferentes orientações sexuais, etc.

O mesmo aconteceu ao nível da educação das pessoas com necessidades especiais, sendo a década de noventa um marco de viragem na perspetiva de uma educação para todos e para cada um, conforme refere Tedesco (1995):

“En 1990, se observaron los primeros indicios de que los dirigentes mundiales comenzaban a enfrentar el desafío de la exclusión de la enseñanza, cuando, en la Conferencia Mundial sobre Educación para Todos: Satisfacción de las Necesidades Básicas de Aprendizaje (Jomtien, Tailandia), se aprobó el objetivo de la “educación para todos en el año 2000. En 1994, se presentó una de las mejores oportunidades internacionales para apoyar la iniciativa de Jomtien y examinar con atención los requisitos concretos que es preciso reunir para que se materialice la integración universal en la educación. Ése fue el objetivo de la Conferencia Mundial sobre Necesidades Educativas Especiales: Acceso y Calidad, organizada en Salamanca por el Gobierno español en cooperación con la UNESCO” (p.157).

Neste quadro a própria Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) reconhece que um dos principais direitos que garantem a igualdade de oportunidades é o direito à educação. Conforme salienta Parra-Dussan (2010), a educação inclusiva é um compromisso dos países de adaptarem os seus sistemas educativos, a todos os níveis, e ao longo da vida por forma a desenvolverem plenamente o potencial humano, a dignidade, a criatividade e os talentos das pessoas com necessidades especiais, tornando possível a sua efetiva participação numa sociedade inclusiva.

O que está, aqui, em causa é uma perspetiva de solidariedade social com o envolvimento dos vários segmentos da sociedade, que se mobilizam para o desenvolvimento de políticas sociais, de que o Estado deve ser responsabilizado. Segundo Sassaki (2003), a inclusão social é:

“Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efectivar a equiparação de oportunidades para todos” (p.41).

Para Laclau (2006), é uma forma de abertura para identificar e recolher as manifestações de insatisfação e dissensos sociais, para reconhecer a diversidade social cultural; para Wixey (2005), é o processo, pelo qual, a exclusão social é amenizada, procurando a redução das desigualdades, através de objetivos estabelecidos que contribuam para o aumento do rendimento e do emprego; e, Sheppard (2012), defende que a inclusão social está relacionada com a procura da estabilidade social, através da cidadania social, ou seja, que todos os cidadãos devem ter os mesmos direitos sociais.

Heumann (2003), assessora do Banco Mundial para a incapacidade e desenvolvimento, chama a atenção para o papel que os movimentos das próprias pessoas com necessidades especiais tiveram, sendo a sua intervenção determinante no derrubar de barreiras à inclusão que pareciam intransponíveis uma luta que se travou durante o século XX e que, segundo a autora, é necessário manter no século XXI, havendo necessidades de todos estarem mobilizados para assegurar aos mais pobres, entre os pobres, de todo o mundo para que possam ter as mesmas oportunidades de definir o seu futuro e contribuírem para a vida das suas comunidades.

Num estudo de reflexão e discussão sobre a discapacidade, a exclusão social e a cidadania, Lorenzo (2005), faz um conjunto de destaques para a importância que esta abordagem tem na atualidade. Desde logo, chamando a atenção para a crescente importância que as necessidades especiais têm no mundo atual; pelo impacto quantitativo que o problema apresenta, nomeadamente, pelas razões ligadas ao envelhecimento das populações; pela necessidade de se aproveitarem os trabalhos de investigação e o avanço do conhecimento nesta área; como forma de reforçar o paradigma da diversidade e como forma de promover soluções inovadoras e inclusivas.

Nesse conjunto de pressupostos, o autor define três eixos que se podem constituir como indicadores de novas formas de intervenção e de novas abordagens ao problema da exclusão/inclusão deste grupo social. A saber, a importância da ética, da inclusão e da cidadania.

A ética, na medida em que se deve evitar, por todos os meios, a exclusão, pelo que isso significa nos direitos e na dignidade da pessoa humana, pois o direito de fazer parte, de participar solidariamente na construção das sociedades é um direito inalienável da condição humana. A inclusão, por ser a melhor forma de defender a diversidade do ser humano e por ser um caminho que as sociedades mais avançadas estão percorrendo, no sentido de mudar “o estado de coisas”, de construir uma sociedade com níveis mais elevados de civilização. Finalmente, a cidadania implica, sem rodeios, a participação na vida social, coletiva e política, por vontade própria, independentemente das suas particularidades ou necessidades específicas, nesse processo de ser reconhecido como cidadão de pleno direito, que é a forma mais adequada para que possam alcançar níveis mais elevados de participação e de coresponsabilização social e política.

Na continuação desse estudo de análise, o autor desenvolve um conjunto de propostas e estratégias que, segundo ele, poderão ser novas formas para enfrentar velhos problemas. São nove os princípios que se devem seguir na procura dessa nova abordagem que conduza a uma maior inclusão social das pessoas com necessidades especiais:

- Primeiro- serem as pessoas com necessidades especiais protagonistas da sua própria vida, num processo coprotagonizado pelas redes familiares e de solidariedade, envolvendo as associações e as organizações de e para as pessoas com essas condições;
- Segundo- terem uma presença e uma visibilidade maior na sociedade, pois isso permite a construção de uma imagem coletiva, no sentido da normalização e do enriquecimento do sistema de valores;
- Terceiro- desenvolver uma ação positiva em que colaboram todos os agentes, sendo necessário uma cooperação e uma coresponsabilidade das instituições, dos agentes sociais, das empresas e dos movimentos dos cidadãos, na implementação de

políticas coordenadas, envolvendo as entidades públicas e privadas;

- Quarto- dar prioridade aos problemas relacionados com as pessoas com necessidades especiais, que devem ser uma prioridade na agenda social, relevando a necessidade de afetar mais recursos públicos e privados, por forma a ajudar a enfrentar as mais diversas adversidades;
- Quinto- ensaiar novas estratégias de intervenção, tendo em conta os novos envolvimento e as novas circunstâncias, dando grande prioridade à educação, ao emprego, densificando a rede social de apoio, implementando mecanismos territoriais de proximidade, por forma a responder às necessidades especiais numa lógica do direito à diferença;
- Sexto- assumir a educação e o emprego como fatores determinantes da inclusão, assumindo estas áreas como determinantes do processo de integração social e libertar os meios imprescindíveis para a igualdade de oportunidades, de dignificação da pessoa humana e de exercício real de liberdade;
- Sétimo- garantir, no quotidiano, a acessibilidade global: o acesso aos bens comuns e aos níveis de participação na vida social, através da mobilidade, da comunicação e do acesso aos bens sociais incluindo, aqui, as novas tecnologias da comunicação e da informação;
- Oitavo- disponibilizar os meios essenciais de proteção aos níveis da saúde, da segurança social e dos serviços sociais, de modo a possibilitar o pleno desenvolvimento dos direitos sociais e económicos, tendo em atenção as especificidades próprias e as necessidades específicas;

- Nono- colocar este tipo de problemas deste grupo social nas agendas internacionais, mobilizando a comunidade internacional para a partilha dos novos conhecimentos científicos e técnicos.

Pelas alterações que este processo envolve, alguns autores têm-se referido a ele como o da construção de uma “sociedade inclusiva”, implicando transformações aos níveis do espaço público, dos transportes, do acesso à educação, ao emprego, à cultura, ao desporto, ao lazer, e da alteração das formas de pensar de todas as pessoas, incluindo as próprias com necessidades especiais.

Existe, pois uma nova postura a qual procura encontrar soluções para oferecer novas respostas que não discriminem as pessoas pela sua funcionalidade, ou pelo modo como se relacionam com o meio envolvente. Como refere Jiménez Lara (2007, citado por Bueno, 2010): “La discapacidad por tanto (...) no es un atributo de la persona, sino el resultado de un complejo conjunto de condiciones, muchas de las cuales están originadas o agravadas por el entorno social” (p.14).

Oria Segura (2008) refere as grandes mudanças verificadas sobre a atenção à diversidade das necessidades educativas especiais e a outras necessidades:

“El gran cambio que supuso, no siempre entendido por todos los sectores de la comunidad educativa, fue el de mudar la denominación de “déficit” y “deficiente” por la de “necesidad educativa especial” y persona condicha “necesidad”. Se trató de un giro copernicano pues, sin abandonarla, se dejó de considerar únicamente la necesidad inherente a una discapacidad (o sea, a un problema localizado en la persona) para abrir el concepto a otras necesidades asociadas a situaciones de desventajas culturales y sociales, es decir, a un problema cuya solución requiere algo más que la exclusiva intervención directa “sobre” el sujeto, reclamando acciones de adaptación del entorno a las necesidades individuales” (p.40).

O Conselho Europeu, reunido em Nice, em Dezembro de 2000, reconheceu que este grupo social apresentava uma elevada vulnerabilidade pelos múltiplos fatores de exclusão que enfrentavam. Essa condição conduz a que as suas oportunidades para aceder aos recursos e aos sistemas disponíveis se reduzam de forma muito drástica. As suas desvantagens são múltiplas aos níveis do contexto cultural, familiar, social e económico.

É necessário clarificar que se tratar de um grupo que se apresenta como um grupo social, pelos múltiplos formas de exclusão a que está sujeito, mas que deve ser visto como um grupo fortemente heterogéneo pelas características particulares e específicas que cada tipo de necessidades especiais apresentam. Quer dizer que as necessidades de um indivíduo com deficiência intelectual, ou com deficiência motora, auditiva ou visual, colocam problemas muito diversos quando queremos proporcionar meios de acesso e de participação aos recursos e aos bens sociais. O que complexifica e torna muito exigente o desenvolvimento de uma abordagem suficientemente global, em termos de inclusão social, pois é necessário atender às particularidades de cada um dos subgrupos específicos de modo a que a inclusão de uns não possa significar a exclusão de outros. Nesta medida quando se levam a cabo medidas inclusivas é necessário considerá-las a várias dimensões, uma dimensão face ao grupo da população em geral e outra que contemple as diferenças e necessidades inerentes às especificidades intragrupo.

Como reconhece o Comité Espanhol de Representantes de Pessoas Descapacitadas (CERMI, 2003), as pessoas com necessidades especiais são particularmente vulneráveis à exclusão social, quando pertencentes a famílias em que os meios económicos são menores, existindo uma correlação estreita entre as necessidades especiais e a pobreza, entre outros indicadores.

Num estudo desenvolvido pela Fundação FOESSA (2008), através de questionário, levanta um conjunto de áreas onde se podem verificar fatores de exclusão, como sejam, o emprego, a participação política, a educação, a habitação, a saúde e a participação económica, indicando que a probabilidade das pessoas com necessidades especiais sofrerem destes tipos de exclusão é mais alta que na restante população.

Antares Consulting (2006) fez uma pesquisa para o município de Barcelona sobre os custos económicos desta população, demonstrando que as prestações recebidas pelas pessoas e pelas famílias cobrem apenas uma quarta parte dos custos reais assumidos, ficando, também, patente que, quanto mais grave é o problema apresentado, maiores as diferenças entre o que recebem e o que têm de gastar.

Como revelam estes estudos, as pessoas com necessidades especiais apresentam fatores muito críticos que impedem o seu acesso aos recursos sociais, apresentando, por isso, dificuldades acrescidas de desenvolverem uma vida o mais autónoma possível nas atividades básicas da sua vida diária, em suma, na sua qualidade de vida. Fica, também, muito patente, que o fortalecimento das redes de apoio e os recursos disponibilizados podem contribuir, decisivamente, para potencializar a participação social, a autonomia e a qualidade de vida, tendo em conta o grupo tão heterogéneo, como já referimos anteriormente, de que tratamos.

Dever-se-á, ainda, ter em atenção, como alerta Subirats (2006), que a exclusão social é um fenómeno complexo, multifatorial, que deve mobilizar a ação coletiva, as práticas institucionais e as políticas públicas, mas que não pode alcançar êxito se os esforços a empreender incidirem, apenas, numa causa, mas, antes, deverá incidir em todas as causas simultaneamente. Daí o grande desafio para a melhoria das políticas e das ações a empreender, no sentido de poderem abordar a globalidade dos problemas que lhe estão associados, o que implica, também, uma forte articulação dos intervenientes e uma cooperação que ultrapassa, em muito, a tradição das políticas sectoriais, aliás, muitas vezes espartilhadas por vários níveis das administrações públicas.

Têm sido empreendidos alguns esforços na sociedade portuguesa para alterar este estado de coisas, através da implementação da educação inclusiva e da estruturação de escolas mais inclusivas; ao nível do emprego; criando melhores condições de acesso, ao nível dos transportes, com alternativas pontuais; ao nível da adaptação dos espaços públicos, criando melhores condições de mobilidade e acessibilidade aos bens sociais. Rodrigues (2003),

em obra já citada, faz uma pergunta, que é muito pertinente: “Poderá existir escola inclusiva numa sociedade que não o é?”

Verdugo (2001), chama a atenção para a evolução positiva que se verificou nas últimas décadas no sentido de se aproximarem as pessoas com necessidades especiais do restante grupo de pessoas a segregação deu lugar à normalização e à integração à educação em ambientes menos restritivos, evoluindo para a inclusão educativa, laboral e social dos indivíduos através das modificações necessárias nos ambientes que os rodeiam. Refere o mesmo autor que as pessoas com necessidades especiais têm feito um percurso no sentido de conquistarem um espaço de intervenção social quando se trata de definir aspetos que têm a ver com os seus destinos, citando Verdugo (2001):

“A pesar de que se avanza en el camino de la autodeterminación de las personas con discapacidad, todavía es escasa la participación de las personas con discapacidad, todavía es escasa en los organismos en los que se toman decisiones sobre sus vidas, sobre todo cuando hablamos de aquellos que presentan discapacidad intelectual” (p.3).

O autor reflete para além do paradigma dos apoios, introduzindo o conceito da autodeterminação, isto é na aceção de Wehmeyer, Kelchner e Richards (1996) ser o próprio a tomar as decisões face às necessidades da própria vida. Para que isso aconteça são necessárias quatro condições: autonomia, autorregulação, *empowerment* e a autorrealização. A autonomia implica que a pessoa possa gerir as ações a partir das suas próprias preferências, interesses e capacidades, independentemente de influências externas. A autorregulação é a possibilidade dos indivíduos tomarem decisões sobre a conduta mais correta para agir num determinado ambiente. O *empowerment* é a possibilidade das pessoas controlarem as situações da sua vida e tomarem decisões mais adequadas por si próprias. A autorrealização é a capacidade de saber avaliar as capacidades próprias e tomar isso em conta na definição dos seus comportamentos.

Esta abordagem, da melhoria da qualidade de vida, implica que se vá para além das atividades de reabilitação tradicionais centradas nas questões físicas, sensoriais, cognitivas dos indivíduos, mas antes uma abordagem mais global em que se leve em conta a vida familiar, profissional e social da pessoa com necessidades especiais de modo a aumentar a qualidade de vida nos seus múltiplos aspetos. Nessa medida é necessário uma ação que coordene os esforços que se fazem com o sujeito, valorizando a sua própria perspetiva, mas também na melhoria da interação do indivíduo com o seu contexto.

Apesar de tudo, sabe-se que existe um grande caminho a percorrer e muitos obstáculos a desbravar. Se a inclusão na escola tem sido um caminho, um percurso cheio de obstáculos, também ao nível do território e das comunidades não se deverá esperar grandes diferenças.

A questão colocada é tão pertinente quanto se podem identificar múltiplos obstáculos a uma vida digna para este grupo social específico. Então, a própria expressão educação inclusiva, uma forma de educação que ultrapassa os muros da escola, implica uma atenção particular nos processos de inclusão nas comunidades, nas famílias, etc.

A abordagem deste trabalho vai centrar-se, claramente, na dimensão da inclusão social, que se pode definir como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, nos seus sistemas sociais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir papéis na sociedade (Sassaki, 2003).

Estes processos implicam a aceitação das diferenças individuais, o respeito pela diversidade humana, a aprendizagem pela cooperação e pela convivência. Implicam alterações físicas e imateriais, nomeadamente, favorecendo a autonomia e a alteração das mentalidades. Estas alterações são necessárias em vários domínios: da educação, do lazer, nos transportes e na acessibilidade, entre outros.

Segundo os autores que estudam esta problemática, está-se, ainda, num processo de transição entre a integração e a inclusão plena, o que implica que se possam eliminar todas as barreiras físicas, programáticas e atitudinais, para

que as pessoas com necessidades especiais possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. Na evolução de entendimentos sobre este assunto é necessário ter em conta que existem correntes que defendem que em certos casos, como por exemplo, o das comunidades surdas, não se trata de uma incapacidade, mas antes de uma cultura própria, com uma língua própria, com uma identidade específica. Embora em Portugal não seja muito evidente este posicionamento em certos países, como por exemplo os Estados Unidos, esses grupos procuram mesmo viver nas suas própria comunidade. Conforme refere Pereira (2012):

“A língua e as teias de relações humanas que unem os membros de uma dada comunidade são, assim sendo, produtores de cultura. As comunidades Surdas em todo o mundo, e a comunidade Surda Portuguesa, preenchem os requisitos desta definição e, para além disto, os seus membros advogam que detêm, de facto, um modo de vida do qual se orgulham, rico em história e significado” (p. 6).

Este exemplo serve para sublinhar que os processos de inclusão social devem contar com o forte envolvimento das comunidades e das pessoas com necessidades especiais pois devem possibilitar que os próprios sujeitos possam envolver-se nos processos sociais, numa perspetiva de que são os próprios sujeitos que devem ser agentes ativos no processo de satisfação das suas necessidades, influenciando com a sua intervenção as mudanças a empreender o que passa também, muitas vezes, por desempenharem novos papéis sociais.

Sassaki (2003), refere que a inclusão social é o resultado de um conjunto de fatores, como sejam: a solidariedade humanitária para com as pessoas com deficiência; a gradual consciência de cidadania e da emergência dos direitos destes cidadãos; a necessidade da melhoria da qualidade de vida e do acesso aos bens comuns; a maior pressão internacional a respeito de medidas de equidade e de igualdade de oportunidades; o crescimento do exercício do *empowerment*, como forma do exercício da autonomia na vida pessoal e social.

Os processos de marginalização e de discriminação têm lugar quando uma determinada diferença, por exemplo, não andar, não ouvir, ser portador de trissomia 21, é estigmatizada e transformada em processos de inferiorização que se revestem das mais diversas formas. Não são os problemas das pessoas que geram os processos de exclusão, mas antes, os mecanismos sociais associados à estigmatização. Esses fatores limitam o pleno exercício da cidadania a vários níveis, como sejam: a integração socioprofissional, o acesso à educação e à participação social, condicionando o exercício pleno da cidadania.

Num levantamento levado a cabo em Espanha foi possível contactar com o estudo de tratamento estatístico incluído na obra *Discapacidades e Inclusión Social* de Pereda, Prada e Actis (2012).

Em termos de grandes conclusões, extraídas deste relatório e que seguramente podermos generalizar a Portugal e a outros países salienta-se, na educação, os seguintes dados:

- Na última década, os estudos apontam para uma melhoria do nível dos estudos das populações com necessidades especiais, acompanhando, proporcionalmente, os valores da população em geral;
- O acesso aos estudos superiores duplicou, passando de 5% para 12%.

No que se refere à inserção na vida adulta:

- As formas de ocupação e atividade económica das pessoas com necessidades especiais diferem, substancialmente, da população em geral, pois cerca de 48% dos homens e 35% das mulheres vivem de pensões;
- Quase dois terços das pessoas com necessidades especiais em idade laboral teve de abandonar a vida ativa ou nunca tiveram acesso a um emprego remunerado.

No que se refere ao emprego:

- A taxa de emprego das pessoas com necessidades especiais é três vezes menor do que a população em geral;
- A concentração da atividade é, maioritariamente, em atividades indiferenciadas;
- Só um quinto conseguiu alguma forma de emprego protegido.

No que se refere às relações sociais:

- A falta de amigos afeta 10% das pessoas antes dos 65 anos e 15% depois dessa idade. No entanto, estes números duplicam quando as pessoas são portadoras de problemas do foro mental ou de comunicação;
- As experiências associativas são mais frequentes em grupos etários durante a infância e a juventude, reduzindo-se na medida em que se avança na idade.

Face a estas diferenças existem várias formas de intervenção. As posições mais tradicionais tendem a responsabilizar os indivíduos pelos seus próprios problemas, que procuram recursos especializados para responder às dificuldades, criando, frequentemente, um afastamento com o resto da sociedade. O modelo mais social, muito impulsionado pelos movimentos internacionais das pessoas com Necessidades Especiais e que, em alternativa ao enfoque individual, envereda pela abordagem coletiva, política, perspetivando uma alternativa à exclusão social, através de processos de mudança coletiva de emancipação destes cidadãos.

Esta é a abordagem que conduz à inclusão social e à importância das políticas locais como forma de melhorar a qualidade de vida das pessoas, em geral, e dos cidadãos com necessidades especiais, em particular. A este propósito, é de referir que estes temas têm vindo a ser objeto de investigação por forma a aprofundar o conhecimento teórico e aplicado, designadamente o estudo orientado por Canal (2010), promovido pela Comissão de Inclusão Social e Democracia Participativa das Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), que

encarregou o Instituto do Governo e Políticas Públicas da Universidade Autónoma de Barcelona de realizar uma investigação exploratória do tema.

Este trabalho de investigação vem no seguimento da proclamação das Cidades e Governos Locais Unidos que aprovou, em 20 de Novembro de 2008, no Conselho Mundial, realizado em Istambul, um documento político, que se viria a denominar “Construamos as cidades inclusivas do século XXI” CGLU (2009).

Dois conceitos aparecem muito próximos nessa investigação: a inclusão social e a democracia participativa. São dois paradigmas que, segundo os autores, procuram explicar os tempos contemporâneos e que podem constituir-se como pilares conceptuais que ajudam a compreender e a transformar as sociedades do nosso tempo. São abordagens a novas formas de melhorar as democracias representativas que, por vezes, não respondem às expectativas, aos problemas e às inquietações das pessoas no exercício de uma cidadania de proximidade e que, no campo das políticas públicas, têm estimulado a participação dos cidadãos e influenciado a qualidade da própria democracia.

A inclusão social, mais especificamente, é um conceito que consegue despertar o interesse das academias e do mundo político, pois permite explicar com mais clareza as realidades sociais dos nossos tempos, nomeadamente, os problemas que decorrem da separação de determinadas pessoas ou grupos sociais da sociedade, da existência de conflitos de interesses que um determinado modelo neoliberal coloca às sociedades humanas, sendo, hoje, um conceito muito plástico que ganhou objetivos políticos, sociais e ideológicos, no sentido de analisar e alterar o estado das coisas.

O conceito de inclusão social é um conceito complexo e multidimensional que encerra uma ideia de transformação e de mudança das realidades sociais com a participação e o envolvimento dos próprias pessoas e das comunidades.

A inclusão ilustra uma nova etapa assente na aceitação e valorização da diversidade, na cooperação entre diferentes e na aprendizagem da multiplicidade; um processo, através do qual, a sociedade, nas suas mais diversas dimensões, se adapta de forma a poder incluir todos os indivíduos que, por sua vez, se preparam para desempenhar um papel nessa sociedade.

A inclusão social é:

“Um processo que garante que as pessoas em situação de pobreza e de exclusão social acessem às oportunidades e aos recursos necessários para participarem plenamente nas esferas económica, social e cultural e para beneficiarem de um nível de vida e bem-estar considerado normal na sociedade em que vivem” (Comunidade Europeia, 2005, p. 9).

Segundo Canal (2010), podemos definir seis grandes dimensões que dão conteúdo a este conceito e que se relacionam com as principais necessidades humanas: o trabalho, a proteção, o reconhecimento, a educação, o vínculo e a participação.

A inclusão como trabalho, é o reconhecimento que o trabalho remunerado desempenha nos processos de vida individual e social das pessoas, refletindo-se a sua importância como forma de enquadramento social, do equilíbrio da autoestima e da possibilidade para uma vida com dignidade e reconhecimento social.

A inclusão como proteção encerra um processo que diz respeito à segurança e ao bem-estar das pessoas. Essa segurança e esse bem-estar são próprios da vida em sociedade, pois a segurança funciona melhor se nos sentirmos integrados socialmente e se pudermos usufruir dos meios que existem para assegurar a proteção social. Quanto melhor funcionarem esses meios, quanto mais acessíveis forem os mecanismos de proteção social, menores serão as desigualdades e os fatores de marginalização.

A inclusão como reconhecimento implica, assim, o reconhecimento da diferença entre as pessoas e os grupos sociais, num entendimento de que as sociedades contemporâneas se caracterizam pelas diversidades de etnias, de culturas, de nacionalidades, de religiões, de opções políticas, de diferenças de classe, de capacidades físicas e mentais. A diversidade deve ser reconhecida como uma potencialidade das sociedades contemporâneas e esse facto não

pode ser fator de desigualdade ou de estigma. Esse é um processo evolutivo das civilizações que se consolida com os processos de inclusão social.

A inclusão como educação integra as formas de vinculação que as pessoas e os grupos sociais vão estabelecendo com as comunidades, com as sociedades e que implicam o exercício da socialização, da troca de informação e de conhecimentos de geração para geração, através de processos formativos cada vez mais complexos e mais longos, que implicam processos de educação permanente e ao longo da vida. A inclusão pressupõe um entendimento da educação como um processo amplo, que está para além da escola e da aprendizagem académica e que abrange uma base consistente de valores, de princípios de exercício da cidadania que ajude os indivíduos a situarem-se e a participarem de forma autónoma na vida social.

A inclusão como vínculo é o entendimento de que os seres humanos, como seres sociais, vão necessitar de cuidados prolongados o que implica o estabelecimento de um conjunto de vínculos e redes de apoio de qualidade que asseguram os apoios de que os indivíduos carecem para encontrar os níveis de bem-estar em diferentes domínios da vida em sociedade. São muito importantes as relações com a família, os vizinhos e entre os grupos sociais, sendo esses vínculos sociais elementos de confiança para o funcionamento dos vários níveis da sociedade.

A inclusão como participação é uma dimensão que dá consistência qualitativa aos processos de inclusão, pelo facto das pessoas se integrarem nos processos sociais de transformação das realidades com que se defrontam e com que lutam, na procura de novos modelos de sociedade. Isso obriga a uma forte componente política dos processos de inclusão, na medida em que introduz novas formas de democracia participativa, que vai para além da democracia deliberativa, e que procuram integrar os cidadãos no diagnóstico e na procura de soluções para os problemas. Esse é um exercício de cidadania com carácter permanente e de coresponsabilização pelos problemas que são comuns.

Na figura 2 faz-se uma síntese das várias dimensões da Inclusão social.

Figura 2 - Componentes do conceito de Inclusão Social



Fonte: Produção própria a partir de Canal, 2010

Sobre este conceito existem várias aportações críticas que chamam a atenção para várias contradições e incongruências, nomeadamente a corrente denominada de *classsociology*, fundamentada em autores como Atkinson (2007) e Beck (2007). Referem que a inclusão social é uma forma de esbater e de desvalorizar as diferenças entre classes, contribuindo, deste modo, para uma desvalorização de uma leitura política das circunstâncias que estão na origem dos processos de exclusão.

Também se critica esta abordagem pela sua excessiva tendência holística que insere no mesmo conceito questões muito distintas, como sejam: o racismo, a exploração económica, a intolerância cultural. Autores como, Young (2000) e

Dahl (2000), referem que a inclusão social não pode camuflar os problemas sociais de extrema gravidade, típicos das sociedades atuais, como sejam, as desigualdades, os conflitos de classe, a pobreza e o desemprego, mas, pelo contrário, reforçam a necessidade de uma democracia aberta e inclusiva, onde os critérios de participação possam incluir todos.

Não se pode deixar de refletir nos fenómenos e nas causas sociais que geram a exclusão e as desigualdades nem remeter essas situações para a natureza dos indivíduos, pois sem uma política redistributiva consistente, um elevado número de pessoas fica muito exposta à discriminação. Nesse caso, a inclusão social não é um processo individual, mas antes, um ideal universal que abre as oportunidades das pessoas para poderem exercer as suas capacidades na concretização dos seus objetivos de vida.

O conceito de inclusão é, por isso, um conceito multidimensional e interdisciplinar, pois para se conseguir a inclusão social é necessário avançar em todas as áreas de uma só vez, uma vez que todos os fenómenos estão relacionados entre si, sendo necessário que, em simultâneo, todos os cidadãos possam tomar parte deste processo, através da participação e do exercício da cidadania. A inclusão requer uma ação global e o exercício da participação, por sua vez, favorece o exercício da democracia.

Anduzia, Catijoch e Gallego (2008), apresentam um modelo de participação direta dos cidadãos, possível através da articulação de decisões políticas com base no respeito de alguns princípios, por parte dos governos, traduzidas por: controlo que os cidadãos devem ter sobre os seus representantes; prestação de serviços públicos de grande qualidade; exercício da cidadania; direitos e liberdades; criação de estruturas políticas que favoreçam a participação; uma cultura política que promova a confiança na democracia; estímulo e apoio à vida e às organizações associativas; e, funcionamento plural e independente dos órgãos de comunicação social.

Neste modelo defende-se que o funcionamento da democracia e da participação está muito relacionado com o facto dos poderes públicos terem a capacidade para desenvolver políticas centradas nas necessidades das pessoas

e, desse processo, poder influenciar os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) dos diferentes países, elaborado pela Organização das Nações Unidas.

A ausência desses processos pode acarretar dificuldades ao próprio exercício da democracia: por um lado, as tensões verticais e, por outro, as tensões horizontais. As primeiras dizem respeito ao acesso à vida social e política por parte de algumas elites bem posicionadas, do ponto de vista de classe e de acesso aos meios de decisão; as segundas relacionam-se com a territorialização da participação, isto é, muitos grupos sociais como os estrangeiros, certos grupos étnicos e religiosos, certas minorias estão fora do espaço do exercício da cidadania. Pelo que, o aprofundamento da democracia exige a criação de condições efetivas de inclusão política, que garantam as bases para a participação e o reforço de uma sociedade civil assente em organizações associativas e cooperativas, fortes e autónomas, que representem outros interesses que não os interesses de grupos socialmente dominantes.

Fotopoulos (2008) e Pateman (1992) referem-se a diversos tipos de democracia, como sejam: a democracia inclusiva ou a democracia participativa. Estes conceitos remetem para novas formas do exercício da cidadania que vão para além da democracia representativa e que, através da participação direta, tem assumido quatro grandes aceções, de acordo com o defendido por Barnes, Newman e Sullivan (2007), a saber: responsabilidade pública, que põe em evidência a relação dos indivíduos e das comunidades com as administrações públicas; o consumidor público, que defende um novo posicionamento dos cidadãos face ao serviço público, através de um posicionamento menos passivo e mais reivindicativo dos seus direitos enquanto contribuinte; a cidadania implicada, que destaca as várias formas dos cidadãos se integrarem, individual e coletivamente, nos assuntos do domínio público; cidadania de emancipação, centrada nos grupos e nas comunidades mais desfavorecidos, por forma a gerarem processos de capacitação coletiva dos grupos excluídos. São as várias formas de posicionamento que se vão encontrando nas relações dos indivíduos com os vários níveis das administrações públicas nacionais e locais.

Esta expressão da participação teve um forte incremento, a partir dos anos 90 do séc. XX, na Europa e na América Latina, procurando impulsionar um

projeto político que fomentasse a participação cidadã. Nasceram, assim, novas políticas e novas formas de gerir as comunidades e as cidades. Exemplos disso são as da agenda 21, os fóruns de participação nas comunidades, os conselhos territoriais, os planos integrados, os projetos educativos locais, os orçamentos participativos que foram, e são, novos impulsos para a inclusão.

Nas dinâmicas locais são vários os exemplos de políticas locais participativas, através da criação de espaços de participação, criação de conselhos municipais, conselhos dos utilizadores dos serviços públicos, redes de ajuda social que emanam das comunidades, projetos e programas comunitários de impacto para vários grupos sociais, organização de campanhas contra a discriminação, programas de discriminação positiva, etc.

Como trata o documento do Conselho Mundial de Cidades e Governos Locais Unidos, “Los Gobiernos Locales son actores fundamentales de un mundo globalizado en el que gran parte de la población se concentra en las ciudades y en sus áreas metropolitanas” (CGLU, 2008, p. 1).

Nesta passagem defende-se uma posição acerca das políticas locais e da inclusão social, defendendo esse posicionamento no pressuposto que a exclusão social tem expressão nos territórios com manifestações muito visíveis nas áreas metropolitanas, nas periferias das grandes cidades e nos centros históricos degradados. Defende-se, ainda, que as políticas inclusivas são de natureza integrada, impulsionando uma gestão urbana e territorial que fomente a coesão do território, através de políticas de reabilitação urbana, investimento nas zonas mais degradadas, em espaços públicos e equipamentos de qualidade.

Sobre esta dimensão das políticas locais e da inclusão Roig (2014), refere que as políticas sociais constituem uma política global e que devem ser uma prioridade para os governos locais, que se devem desenvolver numa lógica de afirmação dos direitos e não numa perspetiva assistencialista, que devem ajudar a promover a diversidade e que contribuam para impulsionar a democracia local e a cidadania ativa.

Como menciona Canal (2010), os governos locais têm um papel de primeira linha:

“En pocas palabras: democracia, participación e inclusión no se deben pensar únicamente en abstracto, sino también aplicadas a espacios concretos. Es por todo ello que, aunque los temas aquí tratados tienen una validez universal, hemos querido tener presente a lo largo del trabajo la perspectiva local, y específicamente la urbana” (p.11).

A inclusão social ganhou, também, o seu espaço na comunidade académica, além de ser utilizada no discurso político, na medida em que parece ter força como novo paradigma da abordagem aos problemas sociais, pelo sentido que pode dar à equidade e a uma maior justiça social para grupos sociais que são sistematicamente sujeitos a processos de exclusão, de marginalização e de estigmatização.

O que está em causa é a procura da expansão, por várias formas, destas ideias de promoção da inclusão social das pessoas com necessidades especiais, caminho esse, que se tem vindo a trilhar de forma lenta, por vezes pouco linear e consequente, mas que já se tornou premente, como é uso afirmar-se, passar das palavras aos atos. No caso, a implementação de políticas nacionais, locais e europeias de concretização dos princípios da inclusão social.

Nesta matéria, é de destacar o caminho da construção das políticas europeias de inclusão social, que tiveram o seu início com a implementação dos programas de combate à pobreza, na segunda metade dos anos 70 e até à segunda metade dos anos 90 do séc. XX, e assistiram ao seu desenvolvimento com o Tratado de Lisboa, em 2000, o qual introduziu o princípio da “inclusão ativa”. Numa primeira fase com uma forte ênfase em programas centrados no crescimento do emprego e, numa segunda fase, no período entre 2005-2010, em que procura responder aos problemas da crise económica e financeira. Esta inclusão ativa requer o desenvolvimento de serviços de qualidade, universais e acessíveis, que garantam a todas as pessoas os serviços de saúde, segurança social, educação e habitação que o Estado deve procurar garantir por todos os meios.

Podemos, neste quadro, entender a inclusão ativa como sendo, segundo Galleno e Cabrero (2014):

“el conjunto de procesos sociales e institucionales, que desarrollan el derecho de todas las personas a la plena integración en la sociedad, al ejercicio de sus derechos sociales y de manera particular a la inserción laboral y social. (...) los agentes sociales e institucionales deben promover acciones y programas que combinen con un adecuado equilibrio, la protección social en un sentido amplio con el diseño de estrategias que promuevan la participación y protagonismo de las personas en su propio proceso de integración social” (p.33).

Haverá que lembrar que, segundo Castel (2010), que reflete a partir dos eixos integração/não integração do mundo do trabalho e do mundo das relações sociais, a precariedade e instabilidade dos vínculos do mundo de trabalho formal produzem contingentes populacionais desnecessários à vida laboral. No mundo das relações sociais a fragilização dos vínculos (família, vizinhança, comunidade, instituições) pode produzir ruturas que conduzem ao isolamento social e à solidão.

Um estudo muito recente, desenvolvido em Espanha, cruza as populações com necessidades especiais, a pobreza e o emprego. Levado a cabo pelos investigadores Eraso, Andreu e Fonayet (2014), foi desenvolvido através de um questionário, administrado em dois períodos, 2006 e 2011, às condições de vida deste grupo específico e, partiu da hipótese sistemática que refere, citando Barnes (2000), que a pobreza é uma característica persistente da vida das pessoas com necessidades especiais em todo o mundo. Referem os autores que a evolução das condições de vida das pessoas com necessidades especiais resulta de uma combinação de dois fatores que atuam em sentidos opostos. Por um lado, o mercado de trabalho não é favorável para as pessoas em geral, havendo mesmo pessoas que antes trabalhavam e que perderam os seus empregos o que acentuou a precaridade e as condições de pobreza e por outro lado, verifica-se um conjunto de prestações públicas que favorecem a mudança social e económica deste grupo quando se observa a evolução neste intervalo de tempo. Neste caso, o que faz reduzir as condições de pobreza, deste grupo social, são os apoios que recebem do estado, nomeadamente as subvenções de reforma.

Nesse enquadramento, dever-se-á refletir sobre algumas das grandes conclusões do referido estudo: a) no intervalo de tempo estudado, a taxa de pobreza diminuiu entre a população com necessidades especiais, ao contrário do que aconteceu com a população em geral, muito por influência dos apoios públicos; b) uma parte substancial dessa diminuição deveu-se ao facto do nível de escolaridade e de formação ter aumentado no grupo de estudo, ou seja o mercado de trabalho reagiu melhor à população com mais formação; c) o bem-estar social deste grupo deve-se em grande medida às políticas públicas levadas a efeito.

Como referem os autores, citando o Coletivo IOE (2013):

“el enfoque social de las discapacidades resalta la necesidad de mantener la universalidad de acceso a los recursos públicos de salud y servicios sociales, con medidas que faciliten una atención de calidad y con los apoyos necesarios a todas las personas con limitaciones funcionales” (p.62).

As políticas de apoio às pessoas com necessidades especiais, em Portugal, podem ser analisadas pelas categorias definidas por Drake (2001), que define quatro grandes tendências: confinamento, compensação, cuidado e cidadania. A tendência de confinamento foi no sentido da segregação destas pessoas e do seu afastamento da sociedade. A tendência da compensação emergiu das campanhas efetuadas pelas associações representativas destes cidadãos que conseguiram alguns benefícios, como sejam: alguns subsídios específicos, benefícios fiscais, legislação de proteção, entre outros aspetos. A tendência para o cuidado e cidadania é a que menos se observa, mas que teve forte expressão nos países escandinavos e que tem a sua marca principal no desenvolvimento de um sistema, com diferentes serviços de apoio por parte do Estado a este grupo de cidadãos.

Verdugo (2001), acrescenta a estas dimensões, referindo-se a uma evolução positiva nas últimas décadas, de que se está a avançar para um caminho de autodeterminação das pessoas com necessidades especiais,

embora reconheça que existe ainda uma escassa participação ao nível local, regional e estatal ao nível dos organismos onde se tomam decisões que vão ter influência na vida das pessoas interessadas. Neste sentido a autodeterminação é um conceito, que nesta perspetiva, tem uma componente política pois as pessoas com necessidades especiais reclamam esse direito.

Em síntese, é de referir que as políticas definidas para esta área de intervenção têm sido fortemente sectorializadas, centrando-se em aspetos muito particulares, espalhando-se para uma enorme quantidade de decretos-lei, despachos normativos, despachos conjuntos, resoluções do conselho de ministros. Eles impendem sobre os mais variados temas, dificultando a obtenção de uma leitura global dos objetivos e das medidas e, mesmo, das próprias políticas que se querem implementar. Só muito recentemente se procurou evoluir numa perspetiva mais inclusiva e integrada que se consubstanciou numa visão estratégica e num Plano de Ação.

Drake, já citado, designa este modo de abordar o problema como sendo “uma abordagem política a conta-gotas”, ou seja, uma abordagem pouco coerente, mal planeada e em que dificilmente se consegue alcançar o sucesso e promover as mudanças.

Como refere Krieger (2003), apesar de ter havido uma produção legislativa abundante na área das pessoas com necessidades especiais, a maior parte dessas leis revelou-se, segundo o autor, capturada. Quer dizer que não conseguiram ultrapassar e mudar as normas sociais dominantes e promover uma verdadeira mudança na qualidade de vida destes cidadãos. Significa isto que, apesar de se procurarem políticas mais inclusivas ainda se está, de acordo com o dizer de Barnes (2000), muito centrado no tal modelo individual da deficiência, que transforma as pessoas em inválidas e dependentes. Essa vertente acentua-se com a medicalização da deficiência que regula uma lógica assistencialista, que deixa, ainda, muito longe os direitos e o exercício da cidadania.

As políticas inclusivas, para além da sua expressão nacional, que garante a igualdade de oportunidades e a universalização dos princípios e das medidas

previstas, têm também uma concretização ao nível das políticas dos governos locais que, aos mais diversos níveis, procuram promover melhores condições de vida para as pessoas com necessidades especiais. A complexidade destas políticas, como foi visto anteriormente, exige uma concertação de esforços e um conhecimento das necessidades concretas das populações que, pela proximidade, os municípios estão em melhor condição para o efetuar, para além, ainda, de poderem mobilizar melhor as entidades associativas, as organizações não-governamentais para este processo.

Sobre o papel que podem desempenhar os governos locais nos processos de inclusão das pessoas com necessidades especiais, Vardakastanis (2014) destaca a importância das decisões relativas ao planeamento urbano, ao acesso aos serviços educativos, culturais, sociais, à habitação e ao emprego, nomeadamente nos serviços municipais. O autor recomenda uma atenção particular à participação das populações visadas através do envolvimento das associações representativas na solução dos problemas que lhes dizem respeito.

Se existem fragilidades ao nível das políticas, em termos de respostas sistemáticas e globais, poder-se-á, no entanto, falar de algumas experiências que nos mostram que é possível desencadear um conjunto de estratégias para a inclusão social, ao nível das atividades comunitárias, das artes, do desporto da cultura etc.

3.2.1. Estudos e trabalhos de investigação

Silva (2010), investiga os discursos do processo de exclusão e inclusão social da pessoa com deficiência, na ótica dos integrantes de uma companhia de Dança Inclusiva, o Grupo Dançando com a Diferença (GDD, Ilha da Madeira, Portugal). Este é um estudo de caso desenvolvido através da observação participante e de entrevistas aos bailarinos e grupo técnico. Este grupo, segundo a autora do estudo, é muito representativo pela sua exemplaridade inclusiva, dado que o grupo é composto por sete bailarinos com deficiências e seis sem deficiências, que se organizam para um trabalho artístico de dança inclusiva. Um

dos grandes objetivos é o de alterar a imagem social das pessoas com deficiência e o outro é o da sustentabilidade financeira da companhia e dos seus profissionais.

Como grandes conclusões deste trabalho é de destacar: a) propostas de trabalho em ordem à inclusão social que surgem por iniciativas individuais e pontuais sem enquadramento político e financeiro do governo; b) consciência dos bailarinos com necessidades especiais que reconhecem que o seu trabalho e a sua arte alteram a imagem do corpo e, sobretudo, a imagem de um corpo que é incapaz; c) o potencial de convivência entre os bailarinos com e sem deficiências:

“Observamos que a convivência entre os bailarinos com deficiência trazem novas referências de superação aos integrantes sem deficiência pois admitem nos discursos apresentados se as pessoas com deficiência são potencialmente capazes de fazer tudo [com as devidas adaptações físicas e instrumentais] quem não tem deficiência tem a obrigação de se esforçar para superar limitações físicas e psicológicas” (p.146).

d) revela este trabalho de investigação que deverá haver, sempre, uma gestão dos processos inclusivos, pois, nem sempre, as perceções dos bailarinos com e sem problemas concorrem para uma consciencialização, em simultâneo, dos processos de exclusão e de inclusão; e) necessidade e expectativa de que os bailarinos com problemas físicos e mentais possam ser aceites no mundo artístico da dança; f) a importância no processo de inclusão social do trabalho com o público, com o significado que essa visibilidade social tem para o estímulo do trabalho do artista e, ao mesmo tempo, para a sua inclusão na sociedade.

Freire (2010), analisa a verificação da inclusão social dos praticantes de Basquetebol em cadeira de rodas, através do desporto adaptado, avaliando a relação entre o desporto e o reconhecimento social, interação-social, autoestima, condição física, imagem corporal e qualidade de vida das pessoas com deficiência motora.

Este estudo envolveu um total de 77 pessoas, com idades compreendidas entre os 14 e os 63 anos, utilizando a técnica do inquérito por questionário. Foi possível concluir, pelos resultados obtidos, que os praticantes desta modalidade apresentam uma autoestima elevada, a maioria considera não existirem atitudes negativas, obstáculos ou barreiras à inclusão social, apresentando uma boa perceção da sua inclusão social e do valor do Basquetebol adaptado para a sua sociabilidade. Gostariam, no entanto, de que o seu trabalho desportivo fosse mais reconhecido pelas entidades competentes e, daí, pudesse advir maior apoio financeiro para a atividade.

Como refere o autor do estudo, em jeito de grande conclusão:

“A prática desportiva do Basquetebol em cadeira de rodas se apresenta para os atletas, como um meio de afirmação e inclusão social, de melhoria da sua qualidade de vida, e de aquisição de um conjunto de valências recorrentes no quotidiano, ainda que estes encontrem obstáculos à sua acessibilidade” (p.229).

Almeida (2008), a partir de preocupações teóricas e sociais, com a persistência de fenómenos de exclusão de grupos minoritários, mesmo em contextos favorecidos como Aveiro e Águeda, desenvolveu uma investigação integrada na REDE inclusão, que foi institucionalizada através da Associação Cidadãos do Mundo e que assume a educação inclusiva como ferramenta indispensável para melhorar o nível de aceitação e valorização da diferença e para promover a justiça social e a qualidade de vida dos grupos sociais minoritários. Este trabalho de investigação envolveu a construção de histórias de vida de cinco pessoas com idades entre os 31 e os 44 anos de idade.

O objetivo deste projeto foi o de contribuir para a compreensão dos fatores que promovem e/ou dificultam o processo de inclusão social das pessoas com deficiência, ao longo das suas vidas, a partir das próprias pessoas, das suas vivências e do modo como se posicionam perante a realidade em que se encontram. Para concretizar esse objetivo utilizou o método autobiográfico por forma a trazer a voz das pessoas e as suas experiências para o espaço da

investigação e do conhecimento, dando, desta maneira, condições de cidadania e de ocupação do espaço público a estas pessoas. Explica a autora:

“Foram dezanove encontros face a face, quatro longas chamadas telefónicas e vinte e cinco conversas mediadas pelas novas tecnologias da comunicação. Foi assim que procurámos construir a possibilidade de um diálogo que nos permitisse ouvir para fazer ouvir a voz de sujeitos que poderiam permanecer “invisíveis”, numa sociedade organizada em torno da economia e da concorrência, por segurança e reconhecimento social” (p.32).

O interesse da investigadora prendeu-se como ponto em que os recursos sociais, de uma dada comunidade, estiveram presentes ou ausentes como apoio à inclusão social destas pessoas, ao longo das suas vidas e, especificamente, da vida adulta, percebendo, desse modo, as dificuldades, as barreiras e os direitos que se ofereceram.

Nas conclusões deste estudo, a investigadora chama à atenção para a complexidade dos processos de inclusão social e, independentemente, do maior ou menor sucesso dos estudos de caso que empreendeu, algumas constantes, segundo diz, devem estar presentes nestes processos, por poderem determinar os maiores ou menores níveis de inclusão social e por estarem para além das componentes individuais, a saber: a) a qualidade da habitação, as circunstâncias financeiras; b) o acesso das pessoas com desvantagem física em relação aos outros na participação em determinadas atividades; c) o nível de independência da própria pessoa diante das opções e decisões sobre assuntos que lhe dizem respeito; d) a autoestima e autovalorização pessoal, que está associada à consciência que a própria pessoa tem sobre a sua realização pessoal; e) as barreiras arquitetónicas - escadas, entradas em edifícios, casas de banho - que dificultam a mobilidade destas pessoas; f) adaptação dos transportes públicos, sinalização das estradas (semáforos sonoros, sinais tácteis) e outras condições facilitadoras da participação deste grupo na sociedade.

Ainda pela sua importância, neste contexto, é de referir uma pesquisa de Badia, Gorgaz e Verdugo (2012), que mostrou que a participação em atividades

de lazer das pessoas com necessidades especiais de desenvolvimento favorece a inclusão na comunidade e melhora a qualidade de vida percebida. Esta pesquisa foi desenvolvida através da aplicação de um inventário de avaliação do ócio com o objetivo de medir a conduta de ócio dos jovens e adultos com problemas de desenvolvimento intelectual, avaliando a participação em atividades de ócio, o interesse nas mesmas atividades, as preferências pelas diferentes atividades e as barreiras à participação

Para abordar essas dimensões o estudo teve os seguintes objetivos: (1) analisar a participação em atividades de lazer de jovens e adultos com deficiência de desenvolvimento (atividades, de preferência e interesses), (2) analisar as características do tipo de atividades que realizam (sociais, casa e físicas) e (3) identificar os fatores que estão relacionados com a participação em lazer.

Os resultados mostraram que as atividades em que os jovens e adultos com necessidades mais participam são atividades sociais, seguidas da recreação em casa e um menor percentual de atividades físicas. Estes resultados são semelhantes aos obtidos em estudos anteriores que sugerem que atividades de lazer mais realizadas em casa são a natureza passiva e solitária (Buttimer e Tierney, 2005).

As atividades em que os jovens mais participam com mais frequências são as atividades sociais e atividades recreativas em casa e menos as atividades físicas de grupo e na comunidade, verificando-se um baixo nível de participação e algum isolamento face aos pares.

Especificamente, com percentagem acima de 70 %, atividades sociais: ir a concertos, viagens, voluntário, ir a um restaurante, andar de barco e ir para uma caminhada; e entre as atividades físicas: passeios a cavalo, boccia e jogos. Em contraste, nenhum dos índices de lazer a realizar em casa atinge a preferência 70 %; apenas fazer *bricolage*, cozinhar e tocar um instrumento, de preferência índices que se aproximam dos 60%. Os resultados das preferências de atividades recreativas em casa mostram que os participantes realizam em casa, basicamente, atividades passivas de lazer embora preferissem atividades

mais ativas. Além disso, o tipo de atividade física para que os participantes apresentaram mais preferência são as que apelam mais à recreação e à socialização, confirmando que a preferência e satisfação está associada com a participação em atividades físicas. Concretamente mais de 40% mostra interesse por jogar golfe, pescar, jogar a petanca, praticar esqui aquático e esqui. Verifica-se um elevado interesse dos jovens e dos adultos em participarem em certas atividades físicas, nas quais não participam ou para as quais estão impedidos de participar por diferentes obstáculos, pessoais ou ambientais. Barreiras que se prendem com o facto de se sentirem cansados ou não terem apoio de alguém para determinada atividade por exemplo.

São valores interessantes, que fazem refletir sobre a participação social deste grupo junto com os seus pares da comunidade, como sejam: atividades em casa 98% dizem ver televisão mas só 39% referem isso ser a sua preferência, ou nas atividades de participação social 24% diz que fazem campismo mas 66% gostariam de fazer, ou ainda nas atividades físicas 28% referem jogar futebol mas 67% referem que gostariam de jogar, ou seja este estudo dá informação de que estes jovens e adultos têm desejo de uma maior participação e contacto com as ofertas sociais disponíveis.

Em resumo, esta pesquisa contribuiu para o progresso no estudo da participação em atividades de lazer a partir da perceção de jovens e adultos com necessidades especiais com problemas de desenvolvimento intelectual a partir de uma perspetiva multidimensional levantando alguns fatores que estão relacionados com a participação. Forneceu informações sobre as relações entre certos fatores pessoais e fatores ambientais sobre a participação nas diversas atividades de lazer (social, casa e físicos). Os resultados do estudo apresentados mostram que a participação em atividades de lazer é mais determinada por fatores ambientais do que pelas características pessoais das pessoas com necessidades especiais. Em suma, esta abordagem do estudo sobre a participação dos jovens e dos adultos pode ser útil para a implementação de programas eficazes que sirvam para promover e desenvolver estratégias de intervenção para melhorar a participação social e promover uma melhor qualidade de vida.

Finalmente, para terminar esta referência a trabalhos de investigação, que têm como objeto a inclusão social, apresentar-se-á um estudo levado a efeito por Martinelli (2008), cujo objeto se situa no lazer, na participação social das pessoas com deficiência intelectual e desenvolvimental e nas suas famílias.

Neste trabalho de investigação, a autora utilizou o método da entrevista semiestruturada a 13 pessoas com deficiência intelectual. Nas inferências e conclusões, o estudo Martinelli refere alguns aspetos que considera relevantes para reflexão. Alguns dos adultos inquiridos não fazem distinção entre atividades de lazer e atividades profissionalizantes, o que, na interpretação da autora, poderá significar uma experiência social muito restritiva e muito circunscrita às instituições que frequentam. Uma das recomendações é a de que esses tempos sejam distintos e que as atividades de lazer possam ter componentes criativas e com significado que as distingam das restantes atividades; para que esse objetivo seja alcançado, é necessário um espaço de participação ativa das próprias pessoas com necessidades especiais, evitando atividades de rotina e mecânicas; salienta-se, neste estudo, a importância das vivências de tempo livre, de tempo de ócio, situações que, com estes grupos, devem ser aprendidas e experienciadas; interessante verificar que as próprias famílias reconhecem esta importância, mas com a particularidade de as considerarem mais importantes para si próprias e não tanto para os filhos; as atividades de lazer que o grupo de inquiridos desenvolvia era muito semelhante aos restantes cidadãos, colocando-se, no entanto, a questão se tinham ou não sido escolhidas por si.

A autora deste trabalho chama, ainda, à atenção para a necessidade das pessoas com deficiência poderem expressar os seus desejos, sendo isso uma condição necessária para a sua qualidade de vida e para o exercício da sua autonomia. Ou seja, o que este estudo traz, como nota fundamental, é que não basta participar nesta ou naquela atividade para dizer que isso é inclusão social, pois o que interessa é que a própria pessoa possa exercer as suas escolhas, exercer a sua independência, vivenciar com dignidade o controle das próprias vidas.

Verificou-se, também, que a permanência, durante longos períodos de tempo, das pessoas nas instituições de suporte, lhes dificulta o contacto com o

meio social envolvente e, logo, acentua as componentes de exclusão face às oportunidades de inclusão. Neste quadro, a autora do estudo faz um apelo em relação às mudanças sociais que são necessárias, para que, a nível institucional e em parceria com as famílias, se repensem muito dos currículos que se oferecem aos jovens e aos adultos com apoio institucional, no sentido de que se abram mais essas experiências, aproveitando outros recursos existentes na comunidade.

Este conjunto de estudos realça a tónica de que a inclusão social se ganha no equilíbrio entre as oportunidades que se oferecem às pessoas em processo de exclusão e o usufruto que podem tirar dessas mesmas oportunidades, bem como os esforços que a sociedade desenvolve para que todos, independentemente das suas dificuldades, problemas ou limitações, possam tirar partido das experiências de socialização e de participação plena na vida social.

Essa será a perspetiva que se observa neste trabalho, procurando desvendar os itinerários que as cidades estudadas têm feito, no sentido da inclusão social das pessoas com necessidades especiais, tendo a consciência que, mesmo que os casos estudados não possam ser replicáveis de local para local, podem constituir-se como indicadores de “boas práticas” a divulgar e a socializar no âmbito das autoridades locais com responsabilidades na governação local. Como diz Rodrigues (2007), “fazer um julgamento de ‘bondade’ das práticas exclusivamente através dos produtos, esquecendo os processos que lhes deram origem é omitir ou desvalorizar a importância que as inúmeras variáveis desempenham nos resultados” (p.36).

Segundo Rodrigues (2007), na investigação sobre boas práticas, o que interessa é perceber e compreender cada uma das situações e a sua conjuntura, de modo a divulgar as boas experiências, motivar outros profissionais, ou outras comunidades a tomarem iniciativas inovadoras, promover as trocas de saberes, influenciando, dessa forma, a melhoria da qualidade dos serviços e das respostas de inclusão social.

3.2.2. A inclusão social das pessoas com necessidades especiais nas políticas locais.

No ponto 3.1., as pessoas com necessidades especiais na sociedade, já foi efetuada uma análise, quer sincrónica quer diacrónica, que permitiu compreender o peso dos fatores culturais, sociais e ideológicos na história das pessoas com necessidades especiais e da sociedade em que estão inseridas.

Segundo Abrams (1982), existe uma influência muito significativa do processo histórico na formação da identidade em geral, havendo mesmo um entrelaçamento entre as histórias pessoais e coletivas. Neste sentido, as culturas estabelecem os critérios sobre o que, em dado momento, deve ou não ser considerado normal e, apesar dos valores e das normas poderem ser abstratos, constituem-se como regras e parâmetros utilizados nas interações sociais que veiculam uma determinada representação social da incapacidade e da deficiência. Para reforçar esta perspetiva poder-se-á recorrer a vários autores que a corroboram, como Sheer e Groce (1988), que referem que existem provas substanciais de que as respostas sociais ou as reações sociais às incapacidades e às necessidades especiais variam ao longo do tempo e do lugar e que as diferentes culturas respondem à incapacidade dos indivíduos de diferentes e variadas formas. Também, ainda, Gleeson (1999), acentua que o capitalismo industrial na Europa Ocidental veio criar fatores de exclusão da vida comunitária.

Como já foi referido no respetivo item do trabalho, a imagem dominante das pessoas com necessidades especiais, ao longo dos tempos, favoreceu as perceções negativas ou discriminatórias face ao resto da população, sendo que, atualmente, essa imagem esteja a ser questionada embora ainda se esteja longe de tratar do tema com objetividade e realismo.

Estas influências, segundo Oliver e Barnes (2012), definem de forma muito determinante as políticas públicas que se têm desenvolvido face às pessoas com necessidades especiais. Neste sentido, as políticas públicas têm refletido a imagem e a perceção que as sociedades e, ao mesmo tempo, as necessidades especiais e a incapacidade são aquilo que as políticas públicas

definem. Os autores, em palavras mais simples, sintetizam dizendo que as necessidades especiais são aquilo que as políticas dizem que elas são.

Num primeiro momento entendeu-se as necessidades especiais como sendo um problema dos indivíduos, muito marcado pelas componentes biológica e médica sendo que, neste caso, as políticas públicas eram muito dominadas pela ideia de que as pessoas eram sujeitos passivos, muito dependentes de cuidados e que, pelas suas desvantagens, requeriam apoios compensatórios ou reabilitativos e assistenciais.

Num outro contexto, a evolução deste entendimento das necessidades especiais implicou, com a emergência do Estado Social, o entendimento de que as desvantagens individuais poderiam ser remediadas através do desenvolvimento de políticas sociais apropriadas. Se na primeira metade do século XX as pessoas com necessidades especiais eram muito segregadas e rotuladas pelas suas deficiências, sendo que muitas das políticas dos Estados eram no sentido de as separar e excluir. Nos pós II Guerra, muitos países ocidentais, nos anos 60 e 70, foram introduzindo políticas sociais de apoio às pessoas com necessidades especiais na procura de diminuir os fatores de exclusão e discriminação.

A partir dos anos 90 do séc. XX, muito pela influência dos novos movimentos sociais de e para as pessoas com necessidades especiais, os Estados e as organizações internacionais começaram a tomar consciência das várias formas de discriminação, que punham em causa os Direitos Humanos, e foram surgindo as primeiras políticas de discriminação positiva em vários domínios da sociedade sem que, no entanto, se deixasse de desenvolver políticas muito voltadas para responder às necessidades individuais e não tratando estas pessoas como um grupo em desvantagem.

O modelo social das necessidades especiais veio implicar um outro entendimento das políticas públicas, pois demonstrou-se que os problemas não se podiam resolver agindo apenas sobre a pessoa, mas que era muito necessário intervir nas estruturas sociais, nos ambientes e do seu acesso aos bens comuns.

Gibbs (2004), é categórico quando afirma que todas as medidas de política que favoreçam a capacitação das pessoas com necessidades especiais são determinantes para uma renovada leitura da sua condição social, impondo-se contra a desqualificação e contra a exclusão da vida social.

Esta corrente das políticas públicas implica as próprias pessoas nas soluções para uma vida em sociedade mais ativa, onde a lógica do Estado Social possa ser organizada de modo a gerar e a encorajar uma cultura mais empreendedora, que contribua para uma maior justiça e equidade social, através de uma maior participação das pessoas com necessidades sociais na vida em sociedade, que não se fique pelos apoios financeiros e que abra possibilidades de acesso à educação, ao emprego, aos bens e oportunidades comunitárias, desenvolvendo políticas de emancipação. Retomando o raciocínio, estas políticas têm vindo a ser ameaçadas pelas sucessivas crises económico-financeiras que têm implicado fortes cortes nos gastos públicos, com a agravante de que o discurso público tem procurado colocar a responsabilidade nas políticas do Estado Social como sendo a causa e a razão dessas mesmas crises. Naturalmente que para se desenvolverem políticas de tipo mais emancipatório não se podem acabar com as de tipo social, pois a conjugação dos vários suportes é que poderá gerar situações que ajudem os indivíduos a passar da dependência para soluções em que o sucesso pessoal e a independência de vida sejam alcançados.

Em síntese, Olivier e Barnes (2012), definem três grandes fases dessas políticas públicas. A primeira, que designam de individualismo e tragédia pessoal, a segunda, de apoio do Estado Social e, a terceira, do empreendedorismo que resultam dos diferentes contextos sociais e culturais que, por si só, são também o reflexo das representações sociais que, ao longo do tempo, se foi tendo das pessoas com necessidades especiais. As alterações das políticas públicas implicam a visão de que o problema é uma tragédia pessoal, ou de que os Estados não estão em condições de arcar com as responsabilidades de apoio às pessoas que desse apoio necessitam. As políticas mais empreendedoras da emancipação das pessoas com necessidades especiais implicam que os próprios fiquem entregues a si mesmos.

O que está de novo em discussão na definição das políticas públicas é de que as mesmas não se centrem, apenas, numa perspetiva de remediação de um problema que é individual, mas que por uma nova compreensão do problema as mesmas possam ser soluções, sendo que os destinatários são agentes ativos no processo de desenvolvimento das sociedades. Isso tem implicações na sociedade em geral que, na sua construção, pois implica um olhar para a realidade humana valorizando as diferenças, a diversidade e um outro entendimento das fragilidades próprias do desenvolvimento humano.

Essa perspetiva tem estado muito ausente das políticas das cidades. Conforme Michael (2008), a cidade está muito pouco teorizada no que se refere a estudos sobre as pessoas com necessidades especiais, havendo poucos trabalhos de investigação que cruzem a problemática da incapacidade com a vida urbana nos seus diferentes domínios, referindo-se, mais especificamente, à realidade do Canadá. Analisa quatro pontos fundamentais: perspetiva sobre a vida urbana, as necessidades especiais e a vida urbana, a diversidade na vida pública e política da diferença e da inclusão na cidade.

Perspetivas sobre a vida urbana: as pessoas com necessidades especiais são, na maior parte das vezes, ignoradas nas abordagens aos vários domínios da vida urbana, a que o autor chama a perspetiva das “multidões solitárias”. A segunda dimensão é designada das “comunidades vibrantes” e que se relaciona com a diversidade que é própria das cidades, nos seus bairros, nas diferentes vilas que se encontram dentro das grandes cidades, mas onde, mesmo assim, as pessoas com necessidades especiais são também em grande parte ignoradas. Finalmente, a perspetiva dos “outros excluídos” que encerra uma crítica às cidades pós-modernas que enfatiza como muitos grupos, incluindo o das pessoas com necessidades especiais, são tratados como sendo “outros”.

Quanto às “multidões solitárias”, remete para o modelo de construção urbana, quer na dimensão social quer na dimensão urbanística, que facilmente favorece a segregação das pessoas, a ausência de redes de suporte comunitárias, conduzindo, frequentemente, para um atendimento que remete para o modelo assistencialista e para o que o autor denomina como “cidades incapacitantes”. Esta é a interpretação mais clássica do desenvolvimento urbano

e que provoca, pela sua organização, uma certa desagregação das pessoas e das comunidades, pela concentração das pessoas, pela sua separação conforme classes sociais e atividades, provocando, por isso, o anonimato e o isolamento e enfraquecendo os laços comunitários.

A perspetiva das “comunidades vibrantes” levou a que se incorporasse na construção das cidades a ideia de diversidade, de multifuncionalidade, de democracia, de criação de espaços e lugares de encontro e coesão social e vibrante, porque promove, de forma ativa, o papel dos cidadãos nos processos de decisão e de planeamento. Daí que pode encerrar uma ideia positiva da cidade da sua construção e da sua gestão. No entanto, muito deste modelo de cidade vive dos espaços públicos e dos equipamentos coletivos, onde, mesmo assim, as pessoas com incapacidades não têm acesso e, como refere o autor, são “estranhos”, não usufruindo dos serviços, da comunicação, da interação.

“Outros excluídos” é a perspetiva que acentua a ideia de que a cidade não permite uma experiência universal a todas as pessoas, pois continuam a ser lugares de exploração e de exclusão para muitos grupos populacionais. As mulheres, as minorias, os pobres e as pessoas com necessidades especiais, continuam a ser excluídos como se a questão fosse apenas um problema do indivíduo e não do grupo social.

Quanto às pessoas com necessidades especiais nas cidades: Barnes, Mercer e Shakespeare (2000), explicam que a lógica do capitalismo e a concentração das pessoas nas cidades, por via da industrialização e da massificação do trabalho, implicou alterações profundas que nem sempre foram benéficas para as pessoas com necessidades especiais. A própria mobilidade das populações e o seu desenraizamento conduziu à alteração das identidades das comunidades e a soluções de forte institucionalização e estigmatização das pessoas com necessidades especiais.

O próprio modelo social da deficiência vem pôr a nu que o espaço das cidades não são espaços socialmente adequados, pelas múltiplas barreiras que geram desigualdades e exclusões à plena participação, inibindo as pessoas com necessidades especiais de tirarem todo o partido do envolvimento do seu bairro,

dos sistemas instalados, a que nem sempre podem aceder. Para que a cidade possa fazer sentido para todos é necessário criar condições, a vários níveis, para contrariar a ideia de que é um espaço impessoal e pouco humanizado, papel em que as instituições públicas poderão ajudar, através do estudo e da implementação das mudanças necessárias.

A diversidade na vida pública é, para Michael (2008), necessário na vida das cidades, introduzindo uma política que leve em conta as diferenças. A cidade é um espaço dos jovens, dos idosos, dos homens, das mulheres, das crianças, das pessoas com mais ou menos capacidade, desenvolvendo políticas em que estes grupos não fiquem à margem dos processos de construção e de gestão da cidade. Para que essas políticas tenham lugar é necessário que todos possam ter possibilidades de participar, que possa haver condições para que as pessoas possam estar juntas, gerar condições e oportunidades para que o sentido de pertença se constitua como a base do exercício de cidadania, onde todos têm de ter espaço para ouvir, para falar, para participar, não descurando nunca o facto de que não se podem diluir, no meio dos grupos, as singularidades próprias de cada um.

Política da diferença e da inclusão na cidade: para promover a justiça social na cidade. Esta política da diferença tem de estabelecer meios institucionais e ideológicos que reconheçam e valorizem os diferentes grupos sociais, dando-lhes condições para a sua representação política. A inclusão faz-se pela aceitação das diferenças, com as consequências que isso possa ter nos diferentes domínios da vida urbana. A cidade inclusiva é aquela em que a diferença encontra uma “casa”, o que para acontecer é vital que exista acessibilidade, multifuncionalidade, equidade, e universalidade. Caso contrário, teremos antes uma cidade inacessível: falta de elevadores, falta de escadas rolantes e rampas, falta de acesso aos meios urbanos, etc. Tudo isso vai aumentar o sentimento de incapacidade, de não participação, de não pertença, de exclusão. Para contrariar essa situação é decisivo que as políticas possam incluir as necessidades das pessoas que fogem ao padrão geral, situação que ainda está pouco presente na literatura sobre cidades e que também está muito pouco presente nos trabalhos de investigação acerca das cidades.

Muitas cidades estão hoje a procurar um caminho de inclusão social, apostando num ambiente construído mais adequado, na mudança de atitudes dos moradores, nas políticas de formação e sensibilização, na criação de condições de vida mais aceitáveis para brincar para trabalhar, para estudar e na mobilidade o que tem implicado uma aposta dos decisores como se passará a descrever acerca de um conjunto de cidades Espanholas.

García e Bautista (2011), desenvolveram para o Comité Espanhol de Representantes de Pessoas com Incapacidade (CERMI) um trabalho de estudo e recolha de elementos que possibilitassem a disponibilização às administrações locais de um modelo de Plano de Ação para a Inclusão deste grupo da população. Este documento pretende orientar e definir os objetivos gerais de intervenção, quais as estratégias e as ações mais adequadas no sentido de favorecer a inclusão nas comunidades.

O Plano fundamenta-se nos principais documentos internacionais de referência onde procura alicerçar os seus princípios e critérios de base, bem como, de um conjunto de planos municipais de vários municípios onde se definem as atuações face às pessoas com necessidades especiais e que se organizam como Planos de Ação. A saber:

- I Plano Municipal para as Necessidades Especiais 2010-2015, Município de Santander;
- Atuação Municipal de Atenção às Necessidades Especiais 2010, Município de Madrid;
- III Plano Municipal de Integração das Necessidades Especiais 2009 - 2012, Município de Logroño;
- Atuação Municipal de Atenção às Necessidades Especiais 2007, Município de Barcelona;
- Plano Municipal Setorial de Atenção às Necessidades Especiais 2006, Município de Miranda de Ebro;
- Plano Municipal de Atuação Integral para pessoas com Necessidades Especiais, Município de Córdoba;

- I Plano Integral de Atenção às Necessidades Especiais 2004 – 2007, Município de Pozuelo de Alarcón.

Neste contexto o documento vai, então, fundamentar-se, em primeiro lugar, na convenção dos direitos das pessoas com incapacidades das Nações Unidas (2006), no que se refere ao direito pela dignidade, pela autonomia individual, incluindo a liberdade de tomar as suas próprias decisões e pela independência das pessoas. Tendo ainda por base esse documento o princípio da participação e da inclusão plena e efetiva na sociedade, o respeito pela diferença e a aceitação das pessoas com necessidades especiais como expressão da diversidade da condição humana e ainda, a igualdade de oportunidades, a acessibilidade, a igualdade entre homens e mulheres e o respeito pelo desenvolvimento das crianças com necessidades especiais e o seu direito a preservarem a sua identidade.

Desenvolveu-se o mesmo trabalho a partir da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2010) onde se defende: a dignidade do ser humano, direito à vida, direito à liberdade e à segurança, respeito pela vida privada e familiar, proteção de dados pessoais, direito de contrair casamento e de constituir família, liberdade de pensamento, de consciência e de religião, liberdade de expressão e de informação, liberdade de reunião e de associação, liberdade das artes e das ciências, direito à educação, liberdade profissional e direito de trabalhar, liberdade de empresa, direito de propriedade, igualdade perante a lei, não discriminação, diversidade cultural, religiosa e linguística, igualdade entre homens e mulheres, direitos das crianças, direitos das pessoas idosas, integração das pessoas com deficiência.

No mesmo documento refere-se a solidariedade, o direito de acesso aos serviços de emprego, a proteção em caso de despedimento sem justa causa, condições de trabalho justas e equitativas, proibição do trabalho infantil e proteção dos jovens no trabalho, vida familiar e vida profissional, segurança social e assistência social, proteção da saúde, acesso a serviços de interesse económico geral. Defende-se também a cidadania direito de eleger e de ser eleito, direito a uma boa administração e acesso a uma justiça proporcional e imparcial.

Os autores do estudo fundamentam ainda a sua análise na Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020: Compromisso renovado a favor de uma Europa sem barreiras documento da Comissão Europeia (2010) onde se definem os principais objetivos e áreas prioritárias de intervenção até 2020. Reforçando-se a necessidade de uma especial atenção das autoridades aos aspetos relacionados com a igualdade, a educação, a formação, a participação o emprego, a saúde, a proteção social e a acessibilidade.

Com esta base foi feita uma análise a cada um dos Planos dos Municípios de modo a verificar da observância desses desígnios conforme grelhas seguintes:

Quadro 3 - Comparação entre os princípios fundamentais da Convenção das Nações Unidas e os Planos Municipais

Plano Municipal de Santander	Atuação Municipal de Madrid	Atuação Municipal de Barcelona	Plano Municipal de Logroño	Plano Municipal de Córdoba	Plano Integral de Pozuelo de Alarcón	Plano Municipal de Miranda de Ebro
Participação Transversalidade Inclusão Coordenação	Direito a prestações sem discriminação. Serviços prestados pela administração pública e pelas entidades privadas. Permanência nas zonas de residência e junto às famílias. Participação social.	Prestação de serviços. Colaboração entre serviços municipais. Participação cidadã e associativismo. Planificação prospetiva e com visão de futuro.	Colocar as pessoas com necessidades especiais no centro das políticas.	Acessibilidade universal. Igualdade de oportunidades Transversalidade das políticas. Disponibilização de bens e serviços. Informação e comunicação. Urbanismo arquitetura e transportes. Integração laboral e social. Relações com a administração.	Reconhecimento dos direitos nas políticas desenvolvidas. Desenvolvimento de uma rede de serviços e de recursos. Organização e coordenação da participação	Igualdade de oportunidades. Promoção dos direitos. Vida independente. Solidariedade. Qualidade de vida. Integração e normalização.

Fonte: Produção própria a partir de Garcia e Bautista (2011)

Quadro 4 - Comparação da Estratégia Da Comissão Europeia 2010-2020 e os Planos Municipais

Plano Municipal de Santander	Atuação Municipal de Madrid	Atuação Municipal de Barcelona	Plano Municipal de Logroño	Plano Municipal de Córdoba	Plano Integral de Pozuelo de Alarcón	Plano Municipal de Miranda de Ebro
Humanização da cidade. Promoção da vida ativa. Mobilidade inclusiva. Acesso a recursos de lazer e cultura. Fomento da formação. Vida independente. Integração socio laboral. Informação Participação	Serviços sociais. Acesso aos transportes. Eliminação de barreiras arquitetónicas. Atuações na cultura, no desporto, na juventude e na educação.	Acessibilidade física e comunicativa. Ação social. Associativismo. Cultura. Desporto. Habitação. Informação. Emprego. Lazer. Participação. Saúde. Transportes.	Serviços sociais. Urbanismo. Emprego. Lazer. Cultura. Desporto. Habitação	Acessibilidade. Âmbito laboral e social. Participação e Dinamização	Informação, orientação e deteção de necessidades e planificação. Prestação de ajudas económicas. Educação. Saúde. Inserção laboral. Acessibilidade, transporte e ajudas técnicas. Cultura. Desporto. Lazer. Participação e cooperação.	Informação e socialização. Prevenção e atenção precoce. Saúde. Educação. Inserção laboral. Alojamento. Apoio às famílias.

Fonte: Produção própria a partir de García e Bautista (2011)

Em consonância com essa revisão de documentos e da bibliografia foi possível indicar os princípios que devem ser considerados referências para as autoridades locais, nomeadamente municípios e regiões, para favorecerem a inclusão das pessoas com necessidades locais. Especificando: participação social, Inclusão plena em todos os aspetos da sociedade, igualdade de oportunidades, coordenação das intervenções, prestação de bens e serviços, respeito pela dignidade e pela diferença, não discriminação, reconhecimento e promoção dos direitos, perspectiva de género.

Em termos de áreas prioritárias de intervenção a considerar na intervenção das autoridades locais, são referidas dez áreas principais: informação e sensibilização; acessibilidade universal; participação social; educação e formação; saúde; inclusão laboral; habitação; lazer, cultura e desporto; serviços sociais; autonomia pessoal e social. Áreas que iremos esquematizar na figura seguinte.

Figura 3 - Áreas prioritárias para a inclusão nas políticas locais



Fonte: Produção própria a partir de García e Bautista (2011)

Caracterizando melhor cada uma das áreas pode referir-se quais são as principais áreas de intervenção e algumas ações que são sugeridas:

1- Informação e sensibilização, que deve ter como objetivo que as pessoas com necessidades especiais tenham pleno acesso à informação e o apoio necessário para a plena igualdade de oportunidades.

Devem promover-se ações de sensibilização e consciencialização da cidadania e dos direitos, procurar incorporar a perspectiva das pessoas com necessidades especiais nas ações municipais, desenvolver programas e campanhas de sensibilização entre outras actividades.

Deve promover-se uma informação adaptada as suas necessidades, como seja: a criação de serviços acessíveis, difusão de material acessível sobre as actividades municipais, os recursos locais, etc. Desenvolver iniciativas que promovam a prevenção as possibilidades de eficiência, como por exemplo, sessões informativas envolvendo as próprias pessoas com necessidades especiais, distribuição de material informativo com preocupações educativas e de saúde. Fomentar um trabalho integrado e em rede com as entidades que trabalham com esta população e desenvolver a coordenação dos organismos públicos e associativos municipais e outros. Propõe-se a criação de um Conselho Municipal das pessoas com necessidades especiais, como forma de fomentar a sua participação e das suas organizações.

2- Acessibilidade universal, que deve ter como objetivo promover a acessibilidade universal, aos espaços, à informação, à comunicação, tendo em conta os vários tipos de necessidades especiais.

Deve garantir-se a acessibilidade aos espaços públicos e privados da cidade, suprimindo as barreiras arquitetónicas através de um programa específico.

Deve aplicar-se o princípio da acessibilidade nas transportes, nas telecomunicações, no material informativo, nos edifícios e nos espaços públicos.

Deve aplicar-se critérios de acessibilidade globais à sinalização, aos documentos impressos, às páginas web. Apoio com o intérpretes de língua gestual nas comunicações orais.

O município deve estar dotado de um planeamento que garanta a acessibilidade integral, através da elaboração, implementação e monitorização de um Plano Municipal de Acessibilidade Integral.

Disponibilização de meios para a mobilidade autónoma, com a adoção de medidas como sejam: parqueamentos automóveis para pessoas com necessidades especiais, existência de táxis adaptados, transportes públicos acessíveis.

3- Participação social, que deve ter como principal objetivo promover e facilitar a participação social ativa das pessoas com necessidades especiais.

Formação aos técnicos municipais sobre matérias de participação ativa das pessoas com necessidades especiais, promoção de programas de consciencialização e sensibilização a várias entidades da cidade que trabalham nas áreas sociais, criação de formas físicas e virtuais para que as pessoas possam fazer chegar ao município as suas sugestões e recomendações.

Promover o voluntariado, incorporando as pessoas com necessidades especiais em grupos de voluntários e criar apoio de voluntariado a este grupo específico.

Fomentar e colaborar com o movimento associativo, apoiando as associações locais onde esteja presente a participação das pessoas com necessidades especiais, desenvolver projetos conjuntos com as associações que envolvem os vários tipos de necessidades especiais, difundir a informação útil a este grupo de concidadãos através das suas associações.

Facilitar a coordenação e a cooperação entre as diferentes entidades associativas e o município, organizando apresentação e intercâmbio de projetos, divulgando as experiências inclusivas, estabelecendo protocolos que fomentem a participação ativa deste grupo social.

4- Educação e formação, que deve ter como objetivo principal promover a participação das pessoas com necessidades especiais em programas educativos de âmbito municipal.

Facilitar o acesso aos recursos e oportunidades educativas e formativas, através da eliminação de barreiras, físicas, de comunicação e de informação às actividades escolares.

Dar o máximo impulso a uma educação inclusiva em todas as etapas da educação, através de recursos de apoio, de formação do pessoal educativo.

Criação de centros de apoio, em conjunto com outras entidades da administração pública, para pessoas com necessidades especiais e suas famílias.

Fomentar o acesso aos programas de formação promovidos pelo município, por exemplo formação nas áreas das novas tecnologias, implementação de programas de transição para a vida activa para pessoas maiores de 21 anos, entre outras propostas.

5- Saúde, que deve ter como principal objetivo facilitar o acesso efetivo às pessoas com necessidades especiais aos recursos e serviços de prevenção e atenção à saúde.

Dever-se-á ter atenção aos seguintes aspectos: facilitar o acesso às instalações das instituições de saúde, oferecer serviços de assistência e reabilitação, promover uma atenção particular à saúde mental, desenvolver modalidades de apoio integradas, procurando ao máximo não desenraizar as pessoas do seu meio natural, desenvolver um guia de serviços acessível com todos os recursos disponíveis no território.

6- Emprego, que deve ter como principal objetivo favorecer a plena participação e integração no mundo laboral.

Promoção de ações de integração laboral contratando empresas externas ao município para o desempenho de certas funções como por exemplo, jardineiros, limpeza, trabalho indiferenciados, etc. Cumprir as cotas públicas de integração de pessoas com necessidades especiais nos quadros das administrações públicas, nomeadamente nas locais.

Facilitar o acesso à formação com vista à integração laboral, favorecendo em igualdade de oportunidades o acesso às ofertas municipais de emprego nos termos da legislação em vigor.

7- Habitação, que deve ter como principal objetivo facilitar o acesso das pessoas com necessidades especiais a um alojamento de qualidade.

No parque habitacional do município criar residências em condições de acessibilidade adequada. Dar particular atenção nos programas de realojamento às pessoas com necessidades especiais. Criar modalidades e programas

alternativos de apoio ao alojamento que possam incluir apoios ao aluguer, intercâmbios geracionais ou outros que fomentem a inclusão das pessoas com necessidades especiais.

8- Lazer, cultura e desporto, que deve ter como principal objetivo garantir e facilitar a participação em atividades recreativas, culturais, desportivas e de lazer.

Deve promover-se atividades culturais, desportivas e de lazer que não discriminem as pessoas com necessidades especiais e as suas famílias, pelo que se recomenda o desporto adaptado, a instalação em espaços públicos de jogos e exercícios a que possam aceder.

Promoção de descontos nos diferentes espetáculos, nos teatros, nos museus e nas exposições e criar condições de acessibilidades adequadas a estes locais.

Fomentar atividades realizadas por pessoas com necessidades especiais e pelas suas organizações, adaptação de material que torne mais acessíveis os bens culturais, organização de guias e manuais de apoio ao pessoal municipal com sugestões de atividades e da sua adaptação a este grupo populacional.

Elaborar um Programa Integral de Desporto e de Lazer que leve em conta as particularidades, necessidades e potencialidades deste grupo específico que deve fomentar a participação inclusiva.

9- Serviços Sociais, que deve ter como principal objetivo garantir o acesso aos recursos e prestações dos serviços sociais comunitários.

Garantir a qualidade e sustentabilidade do sistema de proteção social, através do desenvolvimento de programas sociais que cobram as necessidades das pessoas e das suas famílias através do atendimento e seguimento dos casos. Promover o acesso às prestações sociais existentes pelas pessoas e pelas associações.

10- Autonomia pessoal e social, que deve ter como objetivo central garantir os direitos das pessoas com necessidades especiais e suas famílias aos apoios adequados para uma vida autónoma e independente.

Disponibilização de serviços de apoio domiciliário que fomentem uma vida autónoma. Cooperar na coordenação dos recursos locais existentes. Elaboração de Programas Individuais de Atenção que fomentam a autonomia individual.

3.2.3. As potencialidades da pedagogia social na vida das comunidades

A Conferência Geral da Unesco, em Novembro de 1991, convidou o Diretor Geral a convocar uma comissão de sábios para refletir sobre a educação no século XXI, presidida por Jacques Delors que, em conjunto com mais 14 personalidades de todas as regiões do mundo, levou esse trabalho referência por diante, numa metodologia muito aberta de recolha de contributos de intelectuais, especialistas, peritos e da mobilização de um conjunto significativo de conselheiros e instituições. Um trabalho aturado de três anos, de onde resultou um relatório que coloca a Educação no centro do desenvolvimento das comunidades humanas. Como refere Carneiro, na obra coordenada por Delors (1996), na Nota de Introdução à edição portuguesa, “O projeto educativo do século XXI é um apelo irrenunciável à esperança e ao firme compromisso da comunidade dos homens na edificação de uma sociedade educativa aberta e sem fronteiras”. (p.10).

Neste documento fica patente a amplitude cada vez maior do conceito de educação nas sociedades contemporâneas, nomeadamente, o papel da educação no desenvolvimento social e no combate às mais variadas formas de exclusão, ligando a educação à procura de novas formas de coesão social e de solidariedade.

A educação, a luta contra as exclusões e as novas práticas de cidadania que tal implica, são temas a desenvolver, no sentido de uma educação para a tolerância e o respeito pelo outro. Desde logo, no respeito pela diversidade e pela especificidade dos indivíduos, diversificando as respostas dos sistemas, através do envolvimento das famílias e dos vários atores sociais das comunidades.

E aqui se ligaria, também, o movimento das cidades educadoras que, acompanhando as transformações sociais das sociedades contemporâneas, entende o território como espaço educativo primordial onde se podem oferecer recursos educativos alternativos e inovadores, que têm a sua génese na Administração Local e nas sinergias que se geram pelas dinâmicas sociais e educativas numa dada comunidade.

Como refere Gomez, Freitas e Callejas (2007), “A educação (...) não é um privilégio de uma classe, de uma sociedade, de uma cultura mas o atributo próprio da natureza do homem que se faz real nas ações, nos cenários da vida quotidiana de todas as comunidades humanas”. (p.159).

Entra-se aqui, claramente, no campo da Pedagogia Social, no sentido de que neste estudo vão confluir o educativo e o social. Como refere Diaz (2006):

“A Pedagogia Social é uma ciência pedagógica de carácter teórico-prático que se refere à socialização do sujeito, tanto a partir de uma perspetiva normalizada, como de situações especiais (inadaptação social), assim como aos aspetos educativos do trabalho social. Implica o conhecimento e a ação sobre os seres humanos, em situação normalizada como em situação de conflito ou necessidade” (p.92).

Esta disciplina usa a investigação como estratégia metodológica, no sentido de refletir sobre a observação dos factos socioeducativos para transformar a realidade. Para Ortega (1999), em Gomez, Freitas e Callejas, (2007), a educação social deve ajudar os indivíduos e os grupos a participar na vida da comunidade, sendo uma educação ao longo da vida, uma forma de educação que ultrapassa o espaço escolar, um processo que se desenvolve na família, na escola e na comunidade, devendo promover a dinamização activa das condições educativas da cultura, da vida social e que deve ajudar na integração social dos indivíduos. Segundo Pérez Serrano (2004): “Pedagogia Social [es] como una ciencia de la acción educadora de la sociedad y los medios de comunicación social” (p.79).

Os termos Pedagogia Social e Educação Social não são sinónimos. Pedagogia Social é uma disciplina científica; uma teoria que irá fornecer as ferramentas para a Educação Social, que é uma práxis. Entretanto, uma está intrinsecamente ligada à outra, mesmo que se diferenciem na produção teórica (Pedagogia Social) para sustentar uma práxis (Educação Social).

De assinalar que Pérez Serrano faz um enquadramento à Pedagogia Social que ajuda a contextualizar os grandes desígnios desta disciplina das Ciências da Educação, a saber:

1. O desenvolvimento individual e a melhoria social não são dois polos opostos, mas antes, “a frente e verso” de um mesmo processo. Não se pode pensar o desenvolvimento individual à margem do meio social, nem podemos pensar no progresso social sem ter em conta as aportações inovadoras da sociedade. A educação aos seus vários níveis deve orientar-se por estes valores e princípios;
2. A pessoa humana é uma realidade aberta que só se desenvolve em contacto com o meio que a rodeia, com o outro e com os outros, implicando, esse processo, a convivência e a relação;
3. A educação é um processo. Deve estar-se atento aos resultados, mas a componente social da educação é um processo que não se deve desligar dos valores, das atitudes morais e cívicas que requerem um certo clima social, um tempo próprio e o desenvolvimento de situações adequadas;
4. Alguns princípios são muito importantes na abordagem da Pedagogia Social e da Educação Social: a socialização, a aprendizagem cooperativa, a atenção às diferenças individuais e à diversidade. A educação pode desempenhar um papel muito importante na construção de um determinado modelo de convivência cultural.

Conforme Quintana (1984), poder-se-á entender a Pedagogia Social como ciência da educação social em cinco formulações diferentes: a) como doutrina da formação social do indivíduo, que está muito presente nas instituições da sociedade, incluindo a escola, b) como doutrina da educação política e nacionalista, muito presente nos regimes que fazem da educação uma

forma de condicionamento do pensamento e da liberdade, c) como teoria da ação educadora da sociedade, muito presente quando a educação vai muito para além da escola e está presente nos clubes, nas associações, nas cidades, etc. d) como doutrina que enfoca nas crianças e jovens, sobretudo quando as preocupações se centram muito nas crianças e nos jovens e d) como doutrina do sociologismo da educação, quando a partir da educação se procuram interferir em várias dimensões sociais, como seja a educação compensatória e preventiva.

Algumas definições podem ajudar a situar melhor o conceito: “Pedagogía Social como ciencia de la educación social a individuos y grupos, y la atención a los problemas humanos-sociales que pueden ser tratados desde instâncias educativas”. (Quintana, 1984, citado por Pérez Serrano, 2010, p.75)

“Pedagogía Social es la ciencia práctica social y educativa no formal, que fundamenta, justifica y comprende la normatividad más adecuada para la prevención, ayuda y reinserción de quienes pueden padecer o padecen, a lo largo de toda su vida, deficiencias en la socialización o en la satisfacción de necesidades básicas amparadas por los derechos humanos” (Fermoso, 1994, citado por Pérez Serrano, 2010, p.75).

Zucchetti (2008, citado por Pinel, Colodete e Paiva, 2012) diz, em relação à Pedagogia Social:

“Existem poucos estudos nessa area, já na Europa (especialmente Espanha) esse saber fazer é entendido como ciência da Educação. Mas o seu enfoque se deu no século XIX na Alemanha, mas é ao longo do século XX que a pedagogia social se consolida e se transforma em formação acadêmica” (p.1).

Caliman (2011), conceptualiza a Pedagogia Social como uma ciência prática, social e educativa, não-formal, que justifica e compreende em termos mais amplos a tarefa da socialização e, em modo particular, a prevenção e a recuperação no âmbito das deficiências da socialização e da falta de satisfação das necessidades fundamentais.

Em resumo, o conceito de Pedagogia Social enquadra-se como ciência da educação social dos indivíduos e grupos, por um lado; por outro, como forma de ajuda numa vertente educativa que responde às necessidades humanas e que faz apelo ao trabalho social, em geral e, em particular, para certos grupos sociais mais vulneráveis. E como podemos verificar pelas definições evoluiu no sentido de ser reconhecida como uma disciplina que faz parte da formação académica dos profissionais das áreas das ciências sociais e humanas.

Regressando a Quintana (1984) a Pedagogia Social dá uma atenção particular à infância (ludotecas, ambientes familiares, famílias de substituição), à adolescência e juventude (associativismo, voluntariado, emprego, tempos livres), à família (famílias desestruturadas, adoção), à terceira idade, às pessoas com necessidades especiais com problemas físicos e mentais, ao hospitalismo, à prevenção dos consumos, à prevenção da delinquência juvenil, aos grupos marginalizados (imigrantes, minorias étnicas) e à promoção das mulheres e educação de adultos.

Na abordagem que se desenvolve neste trabalho de investigação, as aportações que melhor podem ajudar a compreender os fenómenos e as dinâmicas são aquelas em que a Pedagogia Social se preocupa com o papel que a sociedade pode desempenhar nos processos educativos que estão para além da escola e que envolvem a comunidade, as associações, os municípios, a educação, através da metodologia de projetos que visam a inclusão social das pessoas com necessidades especiais, através do desporto, do trabalho, do lazer e da cultura das expressões artísticas entre outros meios.

O que vai estar sobre o enfoque do presente trabalho é a dimensão da educação social que não ocorre nas instituições clássicas de educação, aprofundando uma área de conhecimento, que entre nós está pouco explorada, em termos de trabalhos académicos, procurando fazer a ponte entre o social e o educativo. Como refere Caliman (2011):

“Em muitos casos a população socialmente excluída, em particular crianças, adolescentes e jovens, encontra em organizações sociais e outros ambientes não formais o apoio indispensável para superar as suas condições de exclusão” (p.345).

Esta abordagem da educação e da Pedagogia Social visa promover uma intervenção sociocomunitária que, utilizando os recursos mais adequados, procura dar soluções a vários problemas e a várias necessidades de pessoas e grupos que se encontram, por razões diversas, em situação de risco ou de necessidade social, explicitamente, podendo intervir nos casos da marginalização social, desenvolvendo processos socioeducativos que promovam a qualidade de vida dos cidadãos.

A educação social está ligada à evolução da história da educação, que procura intervir no quadro da “educação nova” com as populações ditas inadaptadas, com as populações infantis e juvenis e, numa aceção mais abrangente, incluindo os sem-abrigo, os pobres, os desempregados e todos aqueles que, de algum modo, estão em risco de exclusão social.

Vários foram os contributos, especialmente a partir dos anos 60, para que a educação fosse vista como uma estratégia de abordagem para intervir individual ou socialmente. Podemos referir os contributos da psicanálise, da psicoterapia institucional, da antipsiquiatria e do movimento da desinstitucionalização, num tempo em que as sociedades contemporâneas enfrentam novos problemas, novos constrangimentos sociais, económicos e de organização social.

Os próprios movimentos de inclusão, e a que já se fez referência, vão contribuir, significativamente, para que as linhas de força da educação social se reforcem como estratégia de integração, de inserção e de prevenção das exclusões, no quadro do desenvolvimento local. Como refere Capul e Lemay (2003):

“Trata-se de empreender ações globais à escala de um território preciso: cidade, subúrbios bairro; mobiliza-se então um conjunto de atores sociais, ou seja, utilizam-se à partida todos os recursos do meio imediato” (p.80).

Os mesmos autores referem um conjunto de exemplos deste modelo de intervenção, como sejam: as operações “escola aberta” que, em zonas de intervenção prioritária, as escolas estão ao serviço dos alunos que não saem para férias, através da organização de atividades de cariz cultural e recreativo; mobilização dos clubes de bairro, na cidade de Marselha, para o apoio aos trabalhos de casa e para o apoio à leitura, de modo a evitar os fracassos na escola; organização de *ateliers* de rua, em que os conteúdos a trabalhar são as artes plásticas, a poesia e a leitura, chegando, mesmo, a juntar-se grupos entre trinta a oitenta crianças. A estes grupos juntam-se, por vezes, as mães e, em que cada um mostra e discute os seus trabalhos; ou, ainda, os *ateliers* de escrita para crianças e jovens com deficiência motora – paralisia cerebral – mas onde todos os participantes têm espaço e condições para a escrita e, desse modo, para expressarem as suas expectativas e pensamentos. Em Toulouse, os grupos de jovens que se juntam para participarem no projeto *cit  -rock*, em que, independentemente, dos problemas sociais ou do estrato social, todos procuram pela música ser estrelas; também a utiliza  o do desporto como forma de interven  o social, como    o caso da associa  o *Rugbycit  s*, que utiliza o rugby para difundir os valores do desporto e, desse modo, estimular o cumprimento de regras, os comportamentos de camaradagem e de responsabilidade do grupo. As atividades de escalada, como forma de intervir junto de jovens em dificuldade e de jovens com deficência física e visual; os passeios equestres, as estafetas, entre muitas outras atividades.

Este conjunto de exemplos do campo de interven  o da pedagogia e da educa  o social tem vindo a evoluir no sentido de procurar as melhores formas de ajuda para as pessoas em dificuldades, procurando melhorar o seu estatuto social, responder a um cada vez maior numero de situa  es problemáticas, encontrar solu  es o mais integradas possíveis nos contextos vivenciais das pessoas, territorializando as interven  es e integrando-as numa lógica de desenvolvimento comunitário.

A interven  o, neste quadro de referências, visa aquilo a que alguns autores designaram de “terapia do meio”, ou seja, aproveitar ao máximo os estímulos vindos da envolvente para reforçar uma mudança das identidades e

as condições de vida, por vezes muito marcadas por experiências socialmente pobres e estigmatizantes.

O trabalho social realizado no âmbito da educação social baseia-se em perspetivas educativas e não apenas em atividades assistenciais. Deve ser considerado como uma atividade pedagógica e interdisciplinar a exercer dentro e/ou fora da escola, em diversos contextos, que incluem: a educação de infância; a educação não formal de adultos; a animação sociocultural e a pedagogia social e ocupacional; a ajuda e assistência à família de crianças e adolescentes em risco; os centros e residenciais e a ação junto de grupos vulneráveis à exclusão - crianças e adolescentes em conflito com a lei, pessoas com doenças mentais, minorias étnicas, entre outros.

É neste sentido que a educação social constitui uma ferramenta a utilizar contra a exclusão social, que continua a afetar algumas pessoas e grupos sociais.

Daqui decorre que, atualmente, é consensual que a educação é um processo amplo, que vai muito para além do âmbito escolar, sendo mesmo necessário encarar a necessidade de promovermos uma ação educadora que tenha influência na sociedade, convertendo-se num recurso de inclusão social que possa contribuir para melhorar as sociedades e as comunidades humanas.

Podemos apresentar o conceito de educação que, nesta aceção, é avançado por Gomez, Freitas e Callejas (2007):

“a educação, numa perspetiva geral (natural, da vida, permanente, comunitária, contínua) define-se como um processo de socialização durante o qual, e através de diversas técnicas e instituições, os seres humanos vão aprendendo ensinando e partilhando os diferentes conhecimentos que dão lugar à construção de representações sociais, valores, comportamentos, e capacidades que facilitam a compreensão, a interpretação e a transformação da realidade” (p.166).

Estamos perante uma perspetiva, na designação de Sirvent (1984), de educação comunitária. Esta forma de abordar os problemas das comunidades

tem origem nos países da América Latina e procura, como campo teórico e de princípios, enfrentar as realidades sociais mais difíceis, como sejam a pobreza e a exclusão social. É um mecanismo facilitador e catalisador da transformação social, na medida em que está dirigida para o reconhecimento das necessidades, ajuda a desmistificar as representações sociais inibidoras do reconhecimento social e procura gerar processos comunitários de superação dos problemas da vida quotidiana. Conforme escreve o autor:

“Parte-se do princípio que a educação comunitária deve enfrentar, com ações educativas, os desequilíbrios ou a distância detetada entre o modelo desejável do desenvolvimento e a realidade observada” (p.39).

Nesta aceção da educação, enquanto meio de transformação social, conforme o mesmo autor, deveremos seguir alguns critérios: a) entender a educação como uma necessidade vital e contínua ao longo da vida dos indivíduos e dos grupos; b) considerar a comunidade e os seus membros como possuindo uma capacidade de aprendizagem e de transformação ao longo da vida; c) reconhecer que, para além da escola, existem outros recursos educativos nas comunidades; d) estimular que os recursos disponíveis nas comunidades possam ser potencializados através de ações integradas; e) mobilizar as experiências da comunidade para modificar a realidade sem esperar soluções vindas do exterior; f) promover a participação da comunidade no diagnóstico, planeamento e avaliação dos planos de educação levados por diante.

Diz Gómez, Freitas e Callejas (2007), que sem educação não há desenvolvimento:

“Se por um lado a educação é indispensável para melhorar as pessoas, capacitando-as para uma maior identificação com a sua comunidade e melhorar a sua qualidade de vida, por outro, os processos de desenvolvimento comunitário não são espontâneos e necessitam da sua promoção e da indução de outras dinâmicas formativas, informativas e de animação. A educação “da” comunidade, “para a”

comunidade e “na” comunidade, portanto comunitária, trata de dar resposta às situações específicas da comunidade” (p.269).

Esta conceção de educação emerge de uma vontade de abrir a sociedade a novas estratégias formativas, que alguns autores têm classificado como educação não formal ou educação informal, que abrem perspetivas para novas formas de acesso à aprendizagem e à aquisição de competências de cidadania.

É, neste quadro, que se pode entender a importância do papel que o local, os municípios, têm na potencialização das possibilidades educativas do seu território que, investidos de intencionalidade educativa, se constituem como cidades, como redes de pessoas, de serviços e de organizações, que partilham objetivos, projetos e oportunidades educativas.

Moll (2008), definia, nesta aceção, a cidade como uma rede de caminhos educativos em diferentes espaços; as escolas, as universidades, os teatros, as praças, os museus, os jardins, as bibliotecas, os espaços públicos, a rua, que são palco da interação e da aprendizagem, convertendo a cidade num território educativo e pedagógico, onde têm lugar os projetos que impliquem os cidadãos e os serviços públicos, os projetos de animação sociocultural, de sensibilização e de informação, os projetos de formação e as parcerias em rede.

Ganha, então, sentido, face às diferentes realidades que cada comunidade humana gera, estudar os vários casos das cidades como espaços educadores, emergindo, aqui, como nota Nóvoa (1994), uma nova conotação de educação comparada, que se desloca da referência interpaíses para uma dimensão intranacional, isto é, centrando-se nas comunidades de referência e nos atores locais.

3.3. Processos educativos inclusivos nas cidades

3.3.1. O movimento das cidades educadoras

Pela primeira vez no relatório da Unesco *Aprender a Ser*, de Faure (1972), fala-se da cidade educativa, especificamente, o capítulo IV intitulado “Instituição Escolar e Cidade Educativa”, no sentido em que os especialistas, envolvidos na redação do relatório, referiam a necessidade de aproximar a escola da vida. Nesse contexto, a educação extra-escolar ⁸ era uma forma de ter acesso a um amplo conjunto de recursos a que a escola e os professores deveriam deitar mão para preparar as pessoas para a vida em sociedade.

As grandes mudanças tecnológicas e sociais dos anos 70 e o avanço vertiginoso do conhecimento científico eram fortes desafios para uma escola mais aberta e mais atenta aquilo que se passa ao seu redor. É, neste contexto, que se afirma no referido relatório:

“Esta es la razón de que la Comisión haya puesto todo el acento en dos nociones fundamentales: la educación permanente y la ciudad educativa. (...) Si aprender es el asunto de toda una vida, en su duración y en su diversidad, y de toda una sociedad, tanto en lo concierne a sus recursos educativos como a sus recursos sociales e económicos, entonces es preciso ir más allá de la necesaria revisión de los sistemas educativos y pensar en el plan de una ciudad educativa” (p.40).

Este relatório redigido entre 1971 e 1972, data da sua publicação, dá ênfase a duas ideias fortes para as políticas educativas futuras, a da educação permanente e das cidades educativas, não deixando de exprimir preocupações com o crescimento económico, a modernização dos países e a formação de mão-de-obra mais competente, com vista a uma produção de maior qualidade.

⁸ A educação extra-escolar aqui definida na perspectiva de Morissete e Gingras (1993), como forma de consolidar e acrescentar aquelas experiências que são próprias do currículo formal.

Como chama a atenção Lima (2004), neste texto da Unesco, a educação assume um conceito mais político e passível de ser objeto de uma ação política, responsabilizando os poderes públicos pela sua orientação.

“Si lo que se pretende es promover un compromiso fuerte de la administración con el gran reto social de la educación, no podemos limitarnos –los Ayuntamientos- a perspectivas gestionarlas o administradoras del hecho educativo, sino que hemos de incorporarnos activamente al debate político y legislativo sobre cuestiones pedagógicas y sociales” (p.3).

A educação é vista, nesta perspetiva, como uma política social de generalização da igualdade de oportunidades, reforçando o papel dos Estados nas suas diferentes componentes, governos centrais, locais e regionais de garantir a educação como sendo um direito social e humano básico.

As mudanças que se operaram na sociedade portuguesa nos anos 70 e 80 vieram contribuir para que a educação fosse entendida, ao mesmo tempo, como um desígnio do Estado-Nação e como desenvolvimento de uma política de proximidade de reforço das comunidades.

É neste quadro que poderemos definir o movimento das cidades educadoras, que procura ser uma referência para os municípios que estão empenhados neste processo permanente de olharem para o sistema educativo⁹, partindo de uma leitura das necessidades locais e das expectativas das suas comunidades. Como é referido por Fernandes (s.d.):

“Ao chamar-se a atenção para o papel educativo da cidade, há uma instituição que é convocada para assumir um papel de liderança na coordenação e dinamização de uma política educativa com base neste espaço urbano: essa instituição é o município” (p.2).

⁹ O sistema educativo definido na Lei de Bases, Lei 44/86, de 14 de Outubro, conforme artigo 1º nº2, é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade.

Segundo o mesmo autor, os municípios dispõem de instrumentos e recursos que favorecem uma visão integrada e global do valor da educação no contexto da comunidade e do meio, para além da legitimidade própria que lhe assiste na definição das políticas de educação. Se numa perspetiva do Estado, o Município teria um papel complementar ou instrumental, na educação pública nacional, a nível da cidade educadora, o município tem o papel de promotor, de dinamizador das potencialidades educativas locais que, pela rede de recursos, possa melhorar a qualidade de vida da cidade e do território.

A Administração Local é aquela que está mais próxima das pessoas, permitindo uma relação de forma direta entre os governos locais e as populações, o que favorece que a visão que se estabelece das políticas educativas incorpore as dinâmicas locais, os recursos endógenos numa aceção ampla da formação e da promoção do desenvolvimento de todos os habitantes de um dado território. Conforme refere Ferreira (2012), as autarquias locais são pessoas coletivas públicas de população e território e que asseguram os interesses comuns resultantes da vizinhança, através do funcionamento de órgãos representativos dos seus habitantes.

É por essa proximidade com os problemas e com as potencialidades que os municípios têm desenvolvido as suas políticas numa certa tensão, entre o que lhes é exigido pelo exercício das suas competências específicas, que derivam da lei, e o sentido de responsabilidade que advém do exercício da cidadania que coloca problemas novos e necessidades prementes a que urge dar resposta.

Assim, têm despontado muitas das políticas de bem-estar, da educação, da saúde e dos serviços sociais que, estando para além da dimensão universal das respostas, procuram soluções heterogéneas a situações que emergem do quotidiano da vida das comunidades. Foi desse modo que muitos municípios portugueses, nas últimas quatro décadas, foram o veículo de acesso a uma vasta gama de recursos formativos, como sejam: a música, as artes, o conhecimento da história e do património local, o fomento dos projetos educativos, o apoio às associações de pais e o reforço do seu papel na vida das escolas,

contrabalançando as competências legais com as competências reais. Sobre esta matéria pode-se atentar no que diz Del Pozo (2003):

“Si lo que se pretende es promover un compromiso fuerte de la administración con el gran reto social de la educación, no podemos limitarnos –los Ayuntamientos- a perspectivas gestionarlas o administradoras del hecho educativo, sino que hemos de incorporarnos activamente al debate político y legislativo sobre cuestiones pedagógicas y sociales” (p.3).

No mesmo sentido Subirats (2003), questiona: o que impede que se passem para os municípios maiores responsabilidades na gestão do sistema educativo? O que impede que os currícula possam ter uma contextualização local? Porque não se aproveitam as instâncias que estão mais perto para resolver os problemas; porque não se aumentam as competências residuais dos municípios na educação¹⁰.

O que está em causa é que a responsabilidade pela educação deve ser um desígnio de toda a sociedade, de todas as comunidades, havendo necessidade de regular melhor os poderes públicos, no sentido de diminuir a centralização e a homogeneização, abrindo um domínio, tão sensível para o futuro coletivo, ao compromisso de todos. Cada vez fica mais evidente a dificuldade de agir de forma centralizada para abordar questões de proximidade tão intimamente ligadas às vivências comunitárias e sociais das comunidades humanas. Voltando a referir Subirats (2003), quando diz:

“El mundo local (...) en su conjunto mantiene la escala humana necesaria para vehicular sentimientos de pertenencia, esenciales en la vida de las personas y que aunque parezca paradójico, aumentan a medida que la globalización y la mundialización van tomando más fuerza” (p.223).

¹⁰ As competências dos Municípios em Espanha à data na área da educação implicavam a possibilidade de outros níveis da administração delegarem a criação, a manutenção e a gestão das escolas públicas infantis e do 1º ciclo, bem como a organização de atividades complementares nos centros escolares.

Como é referido por Caballo y Villar (2001) existe, um binómio educação e território que é muito visível na integração dos projetos sociais, culturais e institucionais que estão presentes nas escolas e nas comunidades locais. Citando vários autores, Caride (1994), designa essa dimensão relacional do território como sendo: sociedade pedagógica para Beillerot, sociedade educativa para Husen, sociedade educadora para Agazzi ou cidade educativa para Faure.

A cidade, na sua função educadora, assume o meio como contexto favorável à formação, procura propostas integradoras e entende a educação como um domínio que ganha, num espaço territorial, uma dimensão integrada e permanente. Na verdade, o processo educativo depende muito de tudo aquilo que rodeia a pessoa humana e sabemos que, nas aceções desenvolvimentistas, esse processo está muito dependente da interação do sujeito com esse meio envolvente. Daí que, quanto mais significativo for o meio, quantos mais estímulos e experiências ele proporcionar, melhor serão os processos educativos que nele ocorre. Como refere um especialista da obra de Jean Piaget, Philips Jr. (1977), o cérebro humano não é um recetáculo passivo mas é um sistema dinâmico que constrói os próprios mecanismos de captação do meio ambiente, sendo capaz de adquirir o conhecimento através das experiências físicas e da transmissão social, pelo que o meio é uma forma de encorajar à experimentação e ao pensamento.

Nesta abordagem, o território é algo mais do que um espaço físico, ele é investido de representações políticas, culturais, sociais e educacionais que se tornam a base material, o espaço das relações sociais que nele ocorre.

“O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o facto e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi” (Santos, 2008, p. 96).

Para que esse conceito de território, como espaço educativo, possa emergir, se possa consolidar, é necessário que exista um sentimento de vínculo e pertença das populações, ou seja, que as ações se destinem e se desenvolvam em ordem às características específicas do território e que respondam, nessa medida, às necessidades e expectativas intrínsecas dessa comunidade. Esta construção social só é possível com políticas educativas de proximidade, de relação com os atores locais, que visam a construção de uma territorialidade socioeducativa, distinguindo-se, por isso mesmo, das políticas nacionais que visam atingir objetivos de universalidade. Daí a importância das políticas locais de educação que, em última análise, se podem sintetizar nos desígnios das cidades educadoras que contribuem para a adaptação das políticas nacionais às realidades locais nas suas diferenças e heterogeneidades sociais e culturais.

Se entendermos o território como espaço amplo de experiências que resulta, também, de uma construção social de todos os agentes que nele interagem, poder-se-á entender melhor o conceito de cidade educadora.

Nas últimas décadas o grande desafio das cidades é o de criar essas condições, através do desenvolvimento de múltiplos projetos com valor educativo. Como nos diz Trilla (1993, citado por Caballo Vilar, 2001):

“Se fosse possível medir o grau de educabilidade de uma cidade - isto é, a sua capacidade ou potência educativa – deveriam tomar como indicadores não só a quantidade e a qualidade das escolas que contém mas também o resto das instituições que geram formação e, sobretudo, deveriam analisar-se como interatuam e são capazes de harmonizar-se todos os agentes” (p.20).

O que está em causa nesta construção social da cidade educadora é aquilo que, parafraseando Castells (2006), quis dizer com a expressão “o saber está na rede”.

Numa sociedade cada vez mais complexa e mais global, as mudanças vertiginosas exigem um entendimento novo dos processos educativos, também eles mais globais, mobilizando várias fontes de conhecimento e de informação. As mudanças que ocorrem na família, passando do modelo mais extenso para o

modelo nuclear, perdendo condições para a sociabilização; a emergência de territórios multiculturais, multiétnicos pela mobilidade dos cidadãos e a procura de melhores condições de vida nos países mais desenvolvidos; a própria resposta dos meios formais de educação – as escolas – que, pelas mudanças referidas, ficaram desajustadas das reais necessidades das sociedades contemporâneas; pode-se concluir que é necessário mobilizar novos agentes sociais para este processo que possam impulsionar a educação como um processo permanente ao longo da vida.

Neste contexto, a comunidade local pode desempenhar um importante papel na definição de um projeto educativo integral em que se devem incluir as escolas, as famílias, as instituições locais, as associações, as estruturas produtivas, processo onde a administração local deve desempenhar uma função de liderança e de catalisador das sinergias, numa lógica de cooperação e de participação. Conforme afirma Castells (2001):

“No es pensar solo en la escuela cómo elemento de educación, sino que es el conjunto de la sociedad local, a través de una serie de interacciones, actividades culturales, relaciones con los medios de comunicación, elementos de animación ciudadana. Es el conjunto del sistema de relaciones sociales locales que produce un sistema de información interactiva, que desarrolla la capacidad educativa en un sentido amplio y no simplemente de adquisición de conocimientos” (p. 215).

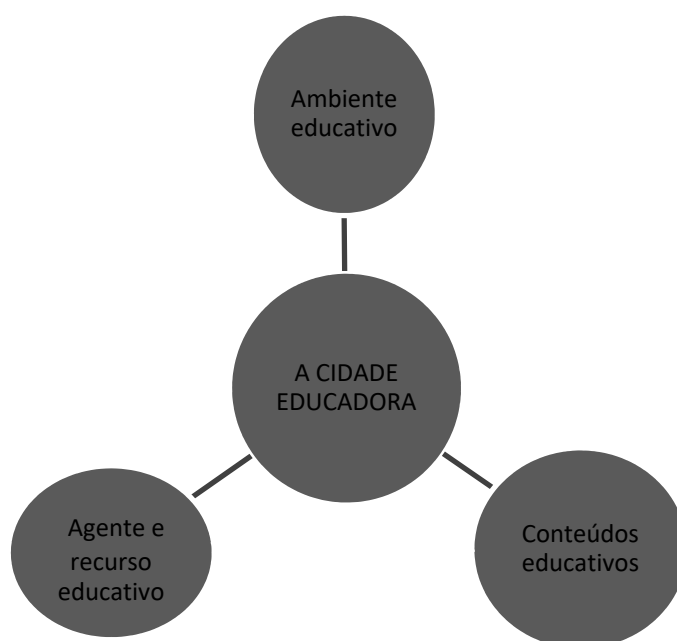
O meio urbano é um espaço muito denso de informação, gerador de conhecimento de cultura e muito rico de relações humanas, podendo, por isso, desempenhar uma função socializadora, através de inúmeras estratégias de formação e de educação que são, por vezes, denominadas por currículo oculto mas que são processos essenciais de cidadania.

A propósito das cidades e da educação, Trilla (1999), apresenta três dimensões essenciais: a cidade como ambiente educativo, a cidade como agente e recurso educativo e a cidade como conteúdo educativo.

Neste sentido da cidade, como lugar de educação, podemos enumerar múltiplos exemplos: as estruturas educativas formais, os espaços de educação

permanente, a animação sociocultural, os múltiplos equipamentos com funções educativas, as bibliotecas, os museus, os centros cívicos, os teatros, os centros de exposições, os eventos com interesse formativo, os espetáculos, as relações sociais e de vizinhança que ocorrem nas cidades. É no pressuposto de que as cidades e os territórios têm uma potencialidade educativa, que faz emergir o conceito de “cidade educadora”, como forma de olhar de modo inovador para a força da educação como motor da socialização, da coesão social, das novas práticas de aprendizagem e da mobilização de novos atores (municípios, associações, entidades empresariais e todo o tecido social), numa abordagem que está para além da visão tradicional de que esse é um processo reservado à família, à escola e ao Estado, conforme se sintetiza na figura seguinte:

Figura 4 - Dimensões da Cidade Educadora



Fonte: Elaboração própria a partir de Trilla (1999).

O conceito de cidade educadora que nos é apresentado por Trilla (1999), implica que aos tradicionais ambientes educativos, a família e a escola se acrescente a cidade, como espaço de trocas e de aprendizagem. Neste sentido,

a cidade assume-se como um agente e um recurso educativo a juntar a tantos outros que hoje desempenham essa função, um meio tanto mais rico quanto mais oportunidades, quanto mais recursos disponibilizar, quer em termos de quantidade quer em termos de qualidade e finalmente, pelos conteúdos educativos que pode gerar, muito vocacionados para as temáticas da atualidade da vida nas cidades e muito importantes como conteúdos para o desenvolvimento da cidadania: a história, os valores, o ambiente, a solidariedade entre muitos outros que se podem desenvolver.

Foi nestes pressupostos que teve início este movimento, em 1990, na cidade de Barcelona, onde decorre o I Congresso Internacional das Cidades Educadoras com o tema de “Cidades Educadoras na Infância e na Juventude” onde estiveram presentes 70 cidades, representadas pelos seus Governos Locais, onde assumiram a responsabilidade de melhorar a vida dos seus concidadãos, assumindo que a educação deveria ser considerada como um aspeto primordial do bem-estar da comunidade e que deveria privilegiar a cidade como um espaço para a sua concretização.

Neste I Congresso é também aprovada a Carta das Cidades Educadoras que, como diz Figueras (2013), “a redação da carta pusera claramente a tónica nestas faixas etárias (infância e juventude) limitou de maneira importante o alcance do conceito e, por consequência, a sua tradução na prática” (p.19).

Este aspeto viria a ser corrigido na Assembleia Geral da Associação, em 1999, na cidade de Jerusalém, onde foi aprovada a necessidade de que a cidade educadora transcendesse as primeiras idades e a escola, para passar a dizer respeito a toda a população e a todos os campos, como sejam: o urbanismo, o planeamento, a cultura, os serviços sociais, o meio ambiente, o desporto, a economia, a saúde, entre outras áreas.

Em 1994, aquando da realização do III Congresso, na cidade de Bolonha, este movimento tomou a forma de Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE).

Outra data, que se constitui como marco deste movimento, foi a realização do Congresso de Génova, em 2004, (VIII Congresso) onde se procurou

responder às mudanças que ocorreram, entretanto, nas sociedades e nas cidades, de forma a incorporar novos aspetos, como sejam: a interculturalidade, a formação ao longo da vida, as pessoas com dependências, as tecnologias da informação, o desenvolvimento sustentável, etc.

Seguidamente, inclui-se um quadro organizado cronologicamente, com a realização de todos os Congressos Internacionais, onde incorporamos as respetivas temáticas e identificamos as cidades onde se desenrolaram.

Quadro 5 - Datas dos congressos da AICE

Nº	ANO	CIDADE	TEMÁTICA
I	1990	Barcelona	A cidade educadora para crianças e jovens
II	1992	Gotemburgo	A educação permanente
III	1994	Bolonha	Multiculturalismo. " Para reconhecer: para uma nova geografia da identidade "
IV	1996	Chicago	Artes e Humanidades, como agentes de mudança social
V	1999	Jerusalém	Carregando a herança e história para o futuro
VI	2000	Lisboa	A cidade, espaço educativo no novo milénio
VII	2002	Tampere	O futuro da educação. O papel da cidade em um mundo globalizado
VIII	2004	Génova	Outra cidade é possível. O futuro da cidade como um projeto coletivo
IX	2006	Lyon	O lugar das pessoas na cidade
X	2008	São Paulo	Construção de Cidadania em Cidades Multiculturais
XI	2010	Guadalajara (México)	Desporto, Política Pública e Cidadania. Desafios da Cidade Educadora
XII	2012	Chang won (República da Coreia do Sul)	Meio Ambiente Verde, Educação Criativa
XIV	2014	Barcelona	Uma cidade educadora, Uma cidade que inclui

Fonte: Elaboração própria a partir do sítio web da AICE.

Conforme concretiza Del Pozo (2013), a reforma da Carta em Génova, visou desenvolver algumas ideias que permitem ampliar e aprofundar o conceito, procurando agregar os seus 20 artigos à volta de três princípios: “o direito à cidade educadora”, com seis artigos; “o compromisso de cidade”, com seis artigos; e, “ao serviço integral das pessoas”, com oito artigos (ver Carta em Anexo I).

Nestes eixos ficam patentes algumas ideias chave que, conforme o mesmo autor, procuram dar força ao conteúdo daquilo que será uma cidade educadora:

1. Que as cidades concretizem, por diversos meios, o direito de todos os cidadãos à educação, como direito fundamental consagrado nos Direitos Humanos e nas Constituições;
2. O reconhecimento da importância da educação escolar mas, ao mesmo tempo, que só a educação formal não é suficiente para a formação integral dos cidadãos;
3. Um compromisso ético e político das administrações e das governações das cidades de assumirem a obrigação de criarem condições para o exercício desses direitos de cidadania mas, ao mesmo tempo, que esse compromisso ultrapassa os eleitos democraticamente e é uma responsabilidade de toda a cidade;
4. A educação como sendo, simultaneamente, um direito e um dever de todos os cidadãos, de todas as organizações, que fazem parte das forças vivas da comunidade;
5. A procura da resposta integral das pessoas, no sentido de que cada pessoa que vive na cidade se sinta integrada e reconhecida, para que possa desenvolver, em pleno, as suas capacidades;
6. Alcançar, pelos efeitos deste processo, a melhor qualidade de vida para todos os cidadãos.

Segundo o mesmo autor, muito envolvido no processo de reforma da Carta, as alterações introduzidas visaram acompanhar a evolução das cidades

dando particular atenção: a) às rápidas alterações sociais das sociedades contemporâneas que têm efeitos comunicacionais, laborais, familiares e sociais, b) à necessidade de dar uma atenção particular às pessoas com incapacidades ou com necessidades especiais, nomeadamente em termos de acesso aos recursos comunitários, c) às preocupações com o diálogo inter-geracional para que todos, independentemente da idade, se sintam integrados e encontrem respostas para as suas necessidades vitais, d) à evolução das tecnologias da informação, no sentido de criar condições de acesso através da formação e da discriminação da informação disponível, e) ao desenvolvimento sustentável, no sentido de um equilíbrio adequado entre a cidade e o meio ambiente; finalmente, f) à gestão democrática e participada das cidades, fomentado a cultura democrática, os valores da tolerância, da solidariedade e do bem comum.

A Carta das Cidades Educadoras, revista em Génova em 2004 e ainda em vigor, procura desenvolver os princípios atrás referidos, procurando agregar as cidades e as suas políticas, mobilizando os atores sociais do território para que as cidades ofereçam oportunidades a todos em termos de igualdade de oportunidades e de acesso à formação, articulem o crescimento e a construção da cidade física com a cidade social, de modo a que o espaço urbano responda às necessidades do desenvolvimento pessoal, social e cultural das pessoas e promovam, a coesão social, através da inclusão social de todos os cidadãos.

Atualmente (Novembro 2015) estão associadas 482 cidades de 36 países de todo o mundo: da Europa, 387 cidades de 13 países; da Ásia Pacífico, 28 cidades de 6 países; da América, 58 cidades de 12 países; e de África, 9 cidades de 5 países. Em Portugal a AICE, em 2016, tem 57 cidades associadas, que constituem a rede portuguesa das cidades educadoras. Dados recolhidos em Fevereiro de 2016.

Todos os Governos Locais que se associaram à AICE reconhecem, como se afirma no Preâmbulo da Carta:

“A cidade educadora deve exercer e desenvolver esta função paralelamente às suas funções tradicionais (económica, social, política de prestação de serviços), tendo em vista a formação, promoção e o desenvolvimento de todos os seus habitantes. Deve

ocupar-se prioritariamente com as crianças e jovens, mas com a vontade decidida de incorporar pessoas de todas as idades, numa formação ao longo da vida.

As razões que justificam esta função são de ordem social, económica e política, sobretudo orientadas por um projeto cultural e formativo eficaz e coexistencial. Estes são os grandes desafios do século XXI: Primeiro “investir” na educação de cada pessoa, de maneira a que esta seja cada vez mais capaz de exprimir, afirmar e desenvolver o seu potencial humano, assim como a sua singularidade, a sua criatividade e a sua responsabilidade. Segundo, promover as condições de plena igualdade para que todos possam sentir-se respeitados e serem respeitadores, capazes de diálogo. Terceiro, conjugar todos os fatores possíveis para que se possa construir, cidade a cidade, uma verdadeira sociedade do conhecimento sem exclusões, para a qual é preciso providenciar, entre outros, o acesso fácil de toda a população às tecnologias da informação e das comunicações que permitam o seu desenvolvimento” (p.1).

O que se pretende é que, na gestão das cidades, se promova o melhor crescimento possível, se potencializem as capacidades das pessoas e dos grupos humanos, se fomentem as interações entre as pessoas e as organizações sociais, gerando, a partir desses processos, um valor educativo que favoreça o progresso individual e social. Esta é a definição que Del Pozo (2013), nos propõe de Cidade Educadora e que coloca em destaque a capacidade de interagir com os cidadãos, através de processos que gerem a mudança dos indivíduos e das comunidades.

Interessa verificar como as cidades que vamos estudar, operacionalizam os princípios da Carta das Cidades Educadoras. Os princípios da carta que dão maior atenção à inclusão das pessoas com necessidades especiais são os seguintes:

Do primeiro princípio, o direito a uma cidade educadora

Nº.1, “Todos os habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece. O direito a uma cidade educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todos os indivíduos à educação. A cidade educadora renova permanentemente o seu compromisso em formar, nos aspetos mais diversos, os seus habitantes ao longo da vida. E para que isto

seja possível, deverá ter em conta todos os grupos, com suas necessidades particulares.”

Do segundo princípio, o compromisso da cidade

N.º 8, “O ordenamento do espaço físico urbano deverá estar atento às necessidades de acessibilidade, encontro, relação, jogo e lazer e duma maior aproximação à natureza. A cidade educadora deverá conceder um cuidado especial às necessidades das pessoas com dependência no planeamento urbanístico de equipamentos e serviços, a fim de lhes garantir um enquadramento amável e respeitador das limitações que podem apresentar sem que tenham que renunciar à maior autonomia possível.”

N.º 9, “A cidade educadora deverá fomentar a participação cidadã com uma perspetiva crítica e corresponsável. Para este efeito, o governo local deverá oferecer a informação necessária e promover, na transversalidade, as orientações e as catividades de formação em valores éticos e cívicos.

Do terceiro princípio, ao serviço integral das pessoas

N.º 16, “As cidades deverão estar conscientes dos mecanismos de exclusão e marginalização que as afetam e as modalidades que eles apresentam, assim como desenvolver as políticas de ação afirmativa necessárias. Deverão, em particular, ocupar-se dos recém-chegados, imigrantes ou refugiados, que têm o direito de sentir com toda a liberdade, que a cidade lhes pertence. Deverão consagrar todos os seus esforços no encorajar a coesão social entre os bairros e os seus habitantes, de todas as condições.”

Como refere Merino (2007), acerca das principais características das cidades educadoras, as mesmas estão relacionadas com a mobilização das pessoas, dos habitantes para os processos de educação:

“la característica más significativa de las ciudades educadoras: la voluntad de transformación social desde la educación y de apostar por la voz de las personas como los verdaderos actores sociales de la transformación. En las ciudades que forman parte de la red de ciudades educadoras se ha debatido, se ha propuesto, se ha discutido, rebatido y se han definido estrategias consensuadas para la educación que marcan un cierto camino a seguir” (p.10).

A AICE tem tido preocupação de inclusão com as populações com necessidades especiais. Entre outros recursos, esta rede internacional de cidades dispõe de um Banco Internacional de Documentos de Cidades Educadoras (BIDCE), onde são recenseadas as melhores experiências sobre determinada temática. Estes documentos podem constituir-se como um banco de “boas práticas”, onde se pode encontrar um repositório dos projetos socioeducativos mais relevantes e aprovados pela Comissão Científica que os elege para o referido repositório.

Neste caso, realizando uma pesquisa a esse banco de documentos pode verificar-se “o estado da arte” quanto aos projetos socioeducativos mais relevantes, onde estão já inscritas mais de mil experiências socioeducativas que se podem constituir como bons exemplos de como trabalhar a temática da educação na cidade. No entanto, o enfoque no levantamento foi o cruzamento das temáticas da inclusão social e das pessoas com necessidades especiais, sendo possível caracterizar 49 experiências que, em diferentes cidades de vários países (Polónia, Espanha, Portugal, Uruguai, França, Itália, Brasil, Colômbia, Argentina), trabalharam estas temáticas, abordando várias dimensões do problema como sejam: os desportos, o emprego, as barreiras físicas e arquitetónicas, a educação e a formação.

Quadro 6 – Exemplos de boas práticas de inclusão social nas cidades educadoras

Tema	Objetivos das Experiências	Cidades	Países
Integração Laboral	Inserção laboral e comunitária de pessoas com necessidades especiais	Barcelona (2) Mataró Malargue São Paulo Esposende Montevideu	Espanha Argentina Brasil Portugal Uruguai
Acesso à cultura	Facilitar o acesso a exposições, à arte nas suas diferentes formas e às bibliotecas públicas	Katowice Cieza Barcelona Sabadell Génova	Polónia Espanha Itália
Desporto e Lazer	Favorecer a prática desportiva para todos e acesso ao lazer e aos tempos livres	Medelin Almada (2) Belo Horizonte São Paulo Barcelona Madrid Gavà Bilbau Sevilha Gran Canaria Conovelles Icod de los Vinos Estrasburgo Rosário	Colômbia Portugal Brasil Espanha França Argentina
Inclusão na comunidade	Proporcionar o contacto das pessoas com necessidades especiais com as comunidades	Génova Montevideo Barcelona Madrid Tomelloso Lyon	Itália Uruguai Espanha França
Acessibilidades	Promover as transformações físicas necessárias ao acesso aos espaços públicos	Castelforentino Almada Lisboa	Itália Portugal
Educação Inclusiva	Promover processos de educação inclusiva nos vários níveis de ensino e em vários centros escolares	Manizales Besançon Sabaneta Lisboa (2) Santos Jequié São Paulo São Carlos Santo André Turim Barcelona Helsínquia	Colômbia França Columbia Portugal Brasil Itália Espanha Finlândia

Fonte: Produção própria a partir do Banco de Experiências sitio web da AICE

Verifica-se, pela análise do quadro 6, que as experiências socioeducativas, consideradas como boas práticas de inclusão social na maioria das cidades, desenvolvem-se ao nível do acesso da prática do desporto e do lazer, seguidas das experiências de educação inclusiva e depois com o mesmo número de projetos, sensivelmente, a integração laboral, a acessibilidade e o acesso à cultura.

Num trabalho de investigação realizado por Marques e Moreira (2009), faz-se uma análise de 12 projetos educativos que foram selecionados por serem considerados boas práticas no quadro das cidades educadoras. Este trabalho de investigação tinha como objetivo elaborar uma estratégia de propostas integradas, em matéria de políticas socioeducativas municipais, que pudesse ser desenvolvida na Euro-região da Galiza e Norte de Portugal.

Interessa, aqui, salientar o conjunto de critérios e indicadores que as investigadoras estabeleceram para identificar no BIDCE essas boas práticas. Projetos com uma boa dimensão organizativa, isto é, considerar aspetos como a coordenação, a interdepartamentalidade, a parceria, a cooperação pública e privada.

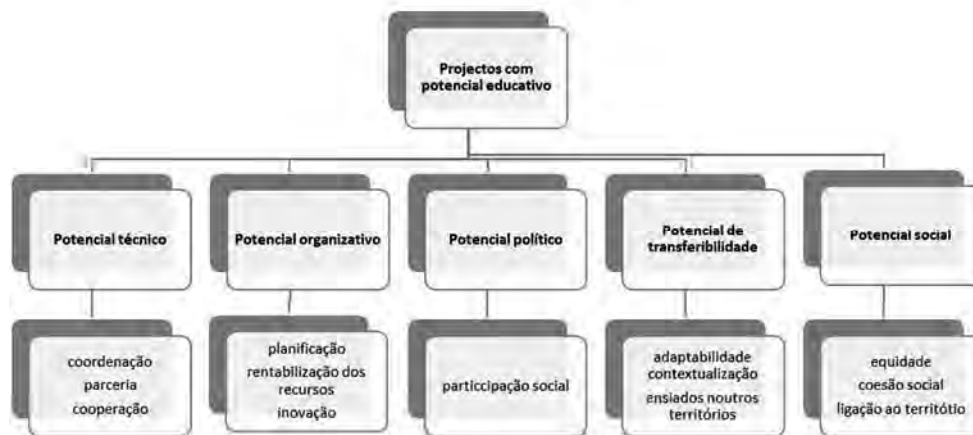
Projetos com dimensão projetiva que, pela sua contextualização, adaptabilidade e potenciação de transferibilidade pudessem ser ensaiados noutros territórios.

Projeto em que a dimensão política estivesse presente pelos processos de participação social que implicaram.

Projetos com dimensão técnica, ou seja, projetos socioeducativos que tenham em conta a planificação estratégica, a rentabilização dos recursos, o êxito das iniciativas e a inovação que implicam.

Finalmente, a dimensão social dos projetos, a sua relação com o território, a equidade que geram, a diversidade sociocultural e a coesão social que provocam.

Figura 5 – Características dos projetos educativos considerados “Boas Práticas”



Fonte: Produção própria a partir de Marques e Moreira (2009)

No âmbito desta pesquisa é também relevante o enfoque da perspectiva da Pedagogia Social, dando-se maior destaque aos projetos formativos que pusessem em evidência uma ação municipal mais ativa e empreendedora que reunisse, simultaneamente, uma abordagem educativa e social, pelo que se estabeleceram “boas práticas”, ou seja, aquelas que reunissem as seguintes condições: a) serem inclusivas, ou seja, oferecerem condições e oportunidades de aprendizagem de igualdade e de equidade, b) valorizarem a educação integral, quer dizer, que abrangem os campos de formação e desenvolvimento humano e social no seu conjunto, c) possibilitem uma educação plural e alternativa, entendida pela ampla oferta de experiências que mobilizem os equipamentos socioeducativos, os serviços públicos e o desenvolvimento de programas educativos que favoreçam o direito à educação e as respostas às necessidades específicas.

Em termos de projetos socioeducativos, é de salientar, como exemplificativo da atualidade da matéria em estudo, o destaque que é dado pela Associação Internacional das Cidades Educadoras, na sua página da web ao projeto “Promotores da Inclusão” (2013, Experiências Destacadas). Trata-se de um projeto de voluntariado que promove a inclusão social de pessoas com necessidades especiais na cidade de Montevideo, cidade com mais de um milhão de habitantes.

O referido projeto tem como objetivos difundir e sensibilizar a comunidade para o tema das necessidades especiais, formar grupos de jovens da comunidade, fomentar a inclusão de pessoas com necessidades especiais na comunidade. As principais ações envolvem a formação de grupos de jovens com e sem deficiências, que possam ser mediadores na comunidade, da sensibilização para esta problemática, através de dinâmicas de grupo, atividades lúdicas e desportivas que envolvem pessoas das comunidades e pessoas com necessidades especiais, experimentação das dificuldades que as pessoas com limitações de mobilidade ou de comunicação sentem no seu quotidiano. Os grupos de voluntariado têm-se vindo a duplicar, cobrindo cada vez mais bairros da cidade, numa ação planeada e continuada, que visa dar visibilidade às questões da inclusão, promovendo festivais, eventos lúdicos, atividades nas escolas e nos bairros, ajustando as propostas às crianças, aos jovens e aos adultos.

A avaliação ao projeto descrita vai no sentido de se reconhecer que, em Montevideo, gradualmente, a problemática das necessidades especiais vai deixando a esfera dos técnicos especializados para ser um problema que todos conhecem, aumentando as competências de todos os envolvidos na problemática, alterando, mesmo, as atitudes com se tinham iniciado no processo, valorizando a participação de amplos sectores da comunidade.

Amaro Agudo, Lorenzo Delgado e Sola Marinez (2003), avaliam o nível de actividades e o nível de concretização da Carta das 125 Cidades Espanholas, entre 1990 e 2002. Nas suas conclusões, verificam, como aspectos relevantes: os municípios preferem actividades de carácter constante em vez de acções de tipo pontual, em que as temáticas mais trabalhadas são de tipo cultural; os

municípios com mais população conseguiam maior coordenação com os recursos locais; maior consistência dos projectos, quanto maior a implicação das instituições da cidade; quanto mais acessíveis e disponíveis são os meios, mais as propostas educativas são abertas e construídas em diálogo, pois mais disponível está a cidade para o intercâmbio e o mútuo apoio; a existência de um projecto educativo de cidade conduz à universalização dos programas existentes.

Este estudo é bem representativo da dimensão global dos projectos socioeducativos da Cidade Educadora, ou seja, embora se possam trabalhar dimensões mais específicas, o facto de se mobilizarem os actores da cidade, isso favorece uma mudança a diferentes níveis. Como refere Trilla (1999), um projecto de educação que conta com a participação é a busca da cumplicidade com os diferentes agentes sociais e institucionais, pelo que a gestão destes projectos não é um acto tecnocrático ou de critérios unilaterais, mas antes, a procura de consensos. O mesmo autor considera que os projectos da cidade educadora devem caracterizar-se: pela sua globalidade, pela integração, pela contextualização, pela transversalidade, permeabilidade institucional, formação cívica, participação e pela promoção da igualdade de oportunidades.

Da análise criteriosa deste conjunto de projectos, considerados boas práticas, foram retiradas algumas linhas de actuação para as políticas educativas locais que incluem:

1. A importância da cidade como espaço de aprendizagem, destacando os desafios aos gestores públicos de transformarem as actividades dos municípios, desde o urbanismo até ao património, para que elas possam ter uma intencionalidade educativa;
2. A promoção da cidadania, da identidade e da diversidade no contexto urbano, salientando-se que a cidade é um espaço das diferenças e da convivência do que é diferente, num exercício constante de combate aos vários tipos de discriminação;
3. O exercício da governança e da cooperação, fomentando-se o partenariado, as redes e as acções integradas no espaço urbano;

4. A cidade como espaço sustentável, pondo em destaque o aumento da consciência ambiental e o aumento da informação e do conhecimento desta problemática;

5. A cidade como espaço de inclusão, de equidade de direitos sociais, englobando, aqui, todos os esforços de combate à exclusão e à marginalização de grupos sociais mais vulneráveis;

6. As cidades como promotoras da sociedade da informação e do conhecimento, promovendo as TIC, o acesso às novas tecnologias, no sentido da formação e da prevenção contra a infoexclusão;

7. As cidades como espaços promotores de diversos tipos de conhecimento e de saberes, quer das universidades de natureza científica, quer das associações locais de natureza informal e da experiência.

Como refere Martin (2007), deve ter-se em conta que a cidade é uma unidade muito adequada para promover a inclusão. Esse processo implica que se crie um espaço, um produto e um conjunto de serviços que sejam acessíveis a todos os cidadãos, pelo que os autores propõem:

“El movimiento de escuelas inclusivas elaboró hace ya casi diez años un instrumento para evaluar las barreras de los centros escolares y los avances que se iban produciendo en su eliminación. Se trata del Index for Inclusion propuesto por Booth y Ainscow (2000). Este instrumento permite a la comunidad escolar tomar conciencia de aspectos de la realidad que de otra forma podrían pasar desapercibidos. Desde nuestro punto de vista, tendría mucho interés elaborar un instrumento semejante para valorar los avances en la inclusión de las ciudades, un Index de ciudades inclusivas” (p.63).

Foi pela importância de conhecer melhor a realidade em Portugal, que se viu do interesse de se poder dar algum sentido teórico a esses processos em curso nas cidades, dando maior visibilidade ao itinerário que seguiram, às influências que receberam, aos níveis de participação que geraram e à mudança que produzem na qualidade de vida das comunidades.

3.3.2. As cidades inclusivas

Desde o século XIX, especialmente desde a industrialização, que as cidades se têm constituído como principais polos do desenvolvimento humano. Com o movimento das populações rurais para os centros urbanos, as cidades foram crescendo através dos fluxos populacionais e foram-se desenvolvendo, pela sua atratividade, como espaços de forte concentração de recursos económicos, sociais e culturais.

Muito do processo de desenvolvimento das comunidades humanas passa pelas oportunidades de vida que se geram nas cidades. O seu funcionamento, os seus recursos, as oportunidades que geram, estão diretamente relacionados com os níveis de qualidade de vida das pessoas. Podemos ver pelos relatórios Programme for International Student Assessment (PISA), OCDE (2009) que, por exemplo, os níveis de leitura das populações, um dos indicadores mais fortes nos processos de aprendizagem, são muito mais elevados nas cidades do que no meio rural e, mesmo, que os recursos disponíveis nas cidades podem compensar as diferenças socioeconómicas neste parâmetro de avaliação da literacia. A mesma tendência se observa no relatório PISA, OCDE (2014), verificando-se que os países com mais núcleos urbanos são aqueles que obtêm maiores scores quer na leitura, quer na matemática quer nas ciências.

O nosso mundo é cada vez mais urbano. Prevê-se que, nas próximas três décadas, o número de pessoas a viver nas cidades duplique, aproximando-se dos cinco mil milhões de indivíduos, ou seja, cerca de 3/5 da população mundial viverá nas cidades. A qualidade de vida das pessoas, o desenvolvimento socioeconómico, o conhecimento e de aprendizagem, o exercício dos valores, o

exercício da cidadania e da democracia jogam-se muito nas dinâmicas sociais das cidades. Cidades que, por natureza, são espaços da diferença, da complexidade, da contradição de interesses, do exercício de poderes, muitas vezes, contraditórios. Desafios que se colocam à cidade como espaço coletivo de cidadania.

Atualmente a população que vive em áreas urbanas atingiu a proporção de 54% do total mundial, segundo dados da Divisão de População das Nações Unidas, ou seja, cerca de 3,5 bilhões de pessoas residem atualmente em cidades.

Pela primeira vez na história da humanidade, metade da população mundial vivia em zonas urbanas no final de 2011. Um relatório das Nações Unidas (2012) refere que entre 2011 e 2050, a população mundial deverá aumentar em 2,3 bilhões, passando de 7,0 bilhões para 9,3 bilhões. Ao mesmo tempo, a população que vive em áreas urbanas é projetada para ganhar 2,6 bilhões, passando de 3,6 bilhões em 2011 para 6,3 bilhões em 2050. Assim, é esperado que as áreas urbanas do mundo absorvam todo o crescimento populacional esperado para as próximas quatro décadas, sendo um fenómeno muito concentrado nos países em desenvolvimento.

Numa pesquisa na PORDATA, da Fundação Francisco Manuel dos Santos (2014), pode verificar-se que em Portugal, em 2011, havia 10 milhões e 557 mil habitantes, sendo que 4.506.906 viviam em aglomerados urbanos com mais de 10 mil habitantes, seguindo as tendências europeias. Este valor subiu segundo o Instituto Nacional de Estatística (2012), para 6.566.925 habitantes (62,2%) a viver em cidades ou em áreas urbanas para um total de 10.562.178 habitantes do território nacional.

A propósito do crescimento da população urbana em Portugal, Barreto (2013), realiza uma interessante análise sobre os movimentos que se verificaram:

“Está aparentemente por fazer uma história da população no seu território nas últimas décadas. Estas foram importantes no país que temos hoje. Em meio século, num

país que tem atualmente pouco mais de dez milhões de habitantes, cerca de 2,5 milhões de pessoas foram-se embora, enquanto de 1,5 milhões para cá vieram ou regressaram. Além desses, talvez perto de dois milhões mudaram de residência internamente. (...) Ao longo de todo esse período, a migração interna para as cidades e para o litoral, sobretudo para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto manteve-se” (pp.64-65).

Não é só em Portugal que este fenómeno acontece. Castells e Borja (1996), já nessa altura chamavam à atenção para o protagonismo que as cidades têm vindo a adquirir em vários domínios: político, económico, social e nos meios de comunicação de massas. Segundo os autores, este protagonismo deve-se ao facto da articulação que se desenvolve entre as administrações públicas e os agentes económicos, as organizações sociais, e cívicas os sectores intelectuais e profissionais e os meios de comunicação.

Esta articulação entre as instituições políticas e a sociedade civil resulta na resposta a um conjunto de objetivos muito importantes para a vida das cidades: a mediação dos conflitos entre vários níveis da administração e os agendes do desenvolvimento; a definição em conjunto com os vários agentes dos produtos e eventos âncora da cidade; a definição, envolvendo a participação das populações e dos agentes de desenvolvimento, de grandes projetos estratégicos e a mobilização sociopolítica para a afirmação de uma identidade e de uma autonomia que define os contornos e as metas do desenvolvimento.

Segundo os mesmos autores a cidade deve ser entendida, não apenas, como um território que concentra grandes grupos humanos e uma gama muito diversificada de atividades, mas, também, como um espaço simbólico que integra culturalmente, que dá identidade coletiva aos seus habitantes e que tem um valor de marca face ao exterior¹¹. As cidades procuram responder a propósitos económicos, políticos e culturais do nosso tempo, como sejam: a) a

¹¹ De referir que esse fenómeno não é apenas circunscrito às cidades, sendo até mais próprio dos espaços rurais, onde as relações de vizinhança, a cultura, as práticas sociais mais arreigadas contribuem para uma maior identidade. Covas (2013), descreve uma primeira ruralidade muito ligada à agricultura à natureza, às tradições, em que o mundo rural era uma alternativa ao mundo urbano, mas na atualidade emerge uma segunda ruralidade, marcada pela desertificação, pelos novos usos do espaço rural, os novos fluxos dos que vivem na cidade e vão viver e trabalhar para o campo o que nos faz refletir acerca da preservação desse simbólico dessa identidade que queremos para as cidades e que se poderá estar a perder no espaço rural como lugar mais humanizado.

necessidade de dar respostas integradas aos problemas do emprego, da educação, da cultura da habitação, dos transportes; b) a concertação de esforços entre entidades públicas e privadas para o desenvolvimento e a sustentabilidade e, c) o desenvolvimento de novos mecanismos que estimulem a participação política e a relação entre o governo e a população, bem como, a promoção da organização de grupos sociais.

Verifica-se que as cidades com maiores níveis de desenvolvimento, no mundo da economia global, são aquelas que respondem, em tempo, às mutações dos mercados, que revelam flexibilidade das estruturas produtivas e comerciais e capacidade de se inserirem em redes internacionais. A importância da inovação do tecido empresarial, nomeadamente das pequenas e médias empresas e da qualificação dos recursos humanos parecem fatores determinantes para a atratividade das cidades.

Como refere o relatório da União Europeia (2011):

“Cities play a crucial role as engines of the economy, as places of connectivity, creativity and innovation, and as service centers for their surrounding areas. Cities are also places where problems such as unemployment, segregation and poverty are concentrated. The development of our cities will determine the future economic, social and territorial development of the European Union” (p.12).

Refere o mesmo documento que é necessária uma política europeia para as cidades se queremos manter o modelo de desenvolvimento urbano europeu vivo, sendo vital que cidades em crise saibam gerir a transição para uma mais sustentável trajetória de desenvolvimento. Precisamos de políticas quer para as cidades em crise, quer políticas para as cidades de sucesso; caso contrário, corremos o risco de ver uma Europa a duas velocidades, com as consequências negativas em termos sociais económicos e ambientais.

Neste documento da União Europeia, onde se reflete sobre o futuro das cidades, faz-se uma abordagem às potencialidades das cidades e as suas políticas de desenvolvimento:

- Dois terços das populações europeias vivem em cidades, o seu futuro determinará o desenvolvimento económico, social e territorial da União;

- As cidades desempenham um papel fundamental como motores da economia, como espaços de conectividade, de criatividade, de inovação e de centros de serviços;

- As fronteiras administrativas das cidades físicas não refletem a realidade física, social, económica, cultural ou ambiental, o que vai exigir novas formas de governança;

- As cidades são entendidas como lugares avançados de progresso social com serviços de habitação, de educação, de saúde de serviços sociais;

- Defende-se para as cidades uma estrutura policêntrica, reforçar as regiões metropolitanas, um povoamento compacto, o aumento da proteção ambiental.

Ao mesmo tempo, reconhecem-se algumas dificuldades ou ameaças que pairam sobre as cidades contemporâneas:

- Os problemas demográficos, especialmente o envelhecimento e o despovoamento;

- A estagnação económica de algumas cidades, sobretudo as que não são capitais ou que perderam as suas indústrias produtivas;

- O problema do desemprego ou do emprego pouco qualificado que afeta as populações, pois as economias não conseguem gerar emprego para todos;

- O problema da pobreza e da disparidade de rendimentos que afeta muitas famílias e agregados familiares que geram, por isso, fortes disparidades e desigualdades sociais com reflexos em múltiplas áreas da vida: a habitação, a saúde, a educação, os transportes, o acesso aos serviços, etc.;

- A polarização social, por via da disparidade dos rendimentos, que tem reflexos no território e na sua espacialização e na segregação social que isso gera.

Para enfrentar estas dificuldades e estes problemas a União Europeia na Carta de Leipzig (2007), já tinha adaptado e recomendado um conjunto de medidas que ficaram consignadas nesse documento e que reflete o acordo entre os estados membros acerca das políticas a seguir para as cidades.

Pela sua importância salientamos as suas principais recomendações:

1. Desenvolvimento urbano integrado: promoção de estratégias globais e de ação concertada envolvendo todas as pessoas e instituições, concentrando e integrando os recursos.
2. Apostar em espaços públicos de muita qualidade: qualificação dos espaços públicos, a paisagem cultural urbana, a arquitetura, o urbanismo, pelas condições e qualidade de vida que podem gerar. A criação de espaços, equipamentos e serviços urbanos de qualidade deve ser um objetivo de todos os atores que constroem as cidades.
3. Modernização da rede de infraestruturas: ordenamento dos transportes, da mobilidade, da acessibilidade, o fornecimento de água, o tratamento das águas residuais, a gestão dos resíduos, as redes de aprovisionamento, a eficiência energética, a utilização dos recursos naturais, a qualidade do parque habitacional, a utilização das tecnologias da informação e da comunicação são aspetos determinantes para a preservação da qualidade de vida e da atratividade.
4. Inovação e educação: reconhecer que as cidades são por natureza locais de criação e difusão do conhecimento, aproveitar em pleno esse potencial através da qualidade dos seus sistemas educativos, formativos sociais, culturais, de formação ao longo da vida, das suas universidades, dos seus centros de investigação e da relação da comunidade universitária com a comunidade empresarial.

5. Atenção particular à exclusão social: dedicar particular atenção às desigualdades e às disparidades do desenvolvimento económico que têm emergência em certas zonas do território e que podem gerar situações de desequilíbrio e de destabilização; desenvolver, entre outras medidas, de qualificação.
6. Melhorar o ambiente físico: existe uma forte correlação entre o investimento e a atividade económica e a qualidade das estruturas e equipamentos urbanos, pelo que se recomenda muita atenção aos aspetos da conservação e da manutenção das cidades.
7. Reforçar a economia local e o mercado de trabalho: as cidades devem conseguir fixar novas empresas, explorar novos mercados locais de trabalho, ajustar a formação à procura e desenvolver ofertas de serviços de proximidade.
8. Adotar políticas ativas de educação e formação: apostar fortemente na melhoria do ensino e da formação orientada para os jovens e as crianças, tendo em conta o meio social em redor, sobretudo em zonas críticas e deprimidas.

A este propósito, a Declaração de Toledo (2010), que contribuiu para a estratégia da Europa 2020, e que introduziu o conceito de regeneração urbana integrada, veio reforçar alguns destes aspetos, nomeadamente, reforçando a necessidade de um desenvolvimento urbano mais sustentável e mais inclusivo, respondendo aos novos desafios colocados pela recessão e pela crise social, daí derivada, reconhecendo que muitas das cidades europeias enfrentam, hoje, problemas que requerem uma atenção muito particular, como sejam: os problemas da população idosa, dos jovens desocupados, das crianças sem famílias extensas de acolhimento, os novos modelos de família, as questões da multiculturalidade, os problemas dos elevados níveis de desemprego. Daí, que se possa falar das “cidades em crise”.

O sociólogo urbano Park (1967) salientou que a cidade é:

“Man’s most consistent and most successful attempt as a whole to remake the world he lives the closest to his heart’s desire. But if the city is the world which man has created, is the world in which it is hence forth condemned to live. Thus, indirectly, and without any clarity on the nature of their task, making the city man has remade himself” (p.3).

Se esta referência pode parecer um pouco datada, ela é muito atual, pois nesta abordagem de Park, a cidade é apresentada como a tentativa mais consistente do homem e a mais bem-sucedida, como um todo, para refazer o mundo em que vive o mais próximo de seu desejo íntimo. Mas, se a cidade é o mundo que o homem criou, é o mundo no qual ele está, doravante, condenado a viver.

Pode dizer-se que o homem que criou a cidade também se reorganizou em função dela. Nesta perspetiva, a vida nas cidades determina também a vida das pessoas. Quando se discute que cidades existem hoje está, ao mesmo tempo, a discutir que tipo de pessoas se quer ser e em que sociedade se quer viver.

A evolução depois da revolução industrial, de uma mobilidade das populações para os ambientes urbanos, trouxe consigo uma escalada de urbanização que implicou mais concentração de recursos e oportunidades mas gerou, ao mesmo tempo, aquilo que as Nações Unidas referem como sendo o planeta das favelas¹². Este processo de urbanização global que gera grandes metrópoles, com muitos milhões de habitantes, tem consequências nem sempre positivas para os grupos humanos.

Isso implicou a perda das atividades tradicionais, a perda de muitos postos de trabalho, a pobreza crescente, a geração de minorias marginalizadas, as

¹² Apesar destas referências de contextualização que ajudam a caracterizar os problemas que hoje se vivem nas cidades, o presente trabalho não se vai desenvolver numa metrópole com essas características mas antes em cidades portuguesas onde a população andarà na casa das centenas de milhares de habitantes

crises do imobiliário, numa visão da cidade de Balbo (2003, citada por Harvey, 2009):

“A cidade está em todo o lugar: dividindo-se em diferentes partes separadas, com a aparência de formação de muitos ‘microestados’. Os bairros ricos equipados com todos os tipos de serviços, tais como escolas exclusivas, campos de golfe, quadras de ténis e polícia privada patrulhando a área 24 horas, [os bairros pobres] permeados por ocupações ilegais onde a água é disponível apenas nas fontes públicas, sem serviço de saneamento existente, a eletricidade é pirateada por uns poucos privilegiados, as ruas se tornam correntes de lama quando chove e onde o compartilhamento da casa é a norma. Cada fragmento parece viver e funcionar autonomamente, segurando firme aquilo que se conseguiu agarrar na luta diária pela sobrevivência” (p.379). vv

Segundo os autores citados, estas cidades desiguais resultam das políticas neoliberais, próprias de uma sociedade capitalista que utilizou as cidades como forma de absorver os seus excedentes, pondo em causa a cidade como espaço de liberdade, de democracia e de bem-estar social.

A este propósito Domingues (2015), descreve a “cidade esponja” que quer significar o impreciso, o caótico, a condição polissémica da cidade, contrariando uma certa representação unidirecional e que face às transformações económicas e sociais faz com que na cidade se opunham os arranha-céus, que representam o potentado económico e de progresso capitalista, e ao lado as construções precárias, que representam a pobreza e a exploração. As cidades são, como sempre, o expoente das civilizações humanas o que no nosso tempo quer significar o lugar de trabalho, do conhecimento, da tecnologia, da informação mas são ao mesmo tempo a pobreza, a exploração e da marginalização social tão bem caracterizada por Mike Davis¹³.

É neste contexto que emergiram um conjunto de movimentos urbanos em torno da inclusão social e da democracia participativa. A inclusão pressupõe, conforme Canal (2010), o exercício da autonomia e da cooperação que estão assentes em três pilares fundamentais: a liberdade de cada indivíduo, de cada

¹³ Davis, M. (2006). Planet of Slums. London:Verso

grupo se integrar de maneira diferente na vida da comunidade; a igualdade de oportunidades de todas as pessoas, independentemente das classes sociais, sendo que, os mais desfavorecidos têm direito ao seu lugar na sociedade e a fraternidade, que expressa a necessidade de cooperação e de ser solidário, princípio muito importante quando vivemos numa sociedade urbana de alta densidade e muito complexa, em que os projetos de vida só se podem desenvolver num ambiente de cooperação e de solidariedade.

As comunidades locais desempenham, por isso, um papel determinante, na atualidade da vida das cidades, na medida em que a resolução dos problemas e os novos desafios não podem ser afrontados sem a participação democrática dos cidadãos e dos seus grupos organizados.

As cidades inclusivas exigem o exercício da inclusão e da autonomia local pois os problemas e as dificuldades existem em lugares concretos, no bairro, na cidade, e porque as situações de exclusão existem e são observáveis, numa abordagem de proximidade, com manifestações visíveis. Exige-se, pois, que os governos locais possam ter cada vez maior autonomia e possam beneficiar de uma descentralização político-administrativa para que possam exercer e desenvolver as suas próprias políticas de inclusão.

Também se verifica, na literatura sobre a matéria, que a inclusão e o exercício da democracia participativa estão muito associados, pois são fenómenos que se condicionam e reforçam mutuamente. É necessário mobilizar as pessoas para a resolução dos seus próprios problemas, envolver todas as organizações sociais nesse processo, e que as decisões a tomar, no sentido de uma maior inclusão nas cidades, envolvam todos os atores sociais implicados no processo.

Canal (2010) refere que os processos de inclusão sem o exercício da democracia participativa podem conduzir a formas de inclusão enviesadas, como sejam: a inclusão precária, a inclusão subordinada, que resultam de políticas de tipo assistencialista, ou reativas, com baixo envolvimento dos próprios interessados.

Conforme refere Brugué (2014), a qualidade das decisões públicas depende da participação, referindo que existem razões básicas para incorporar as deliberações coletivas nos processos de tomada de decisão. A primeira é o facto do diálogo e do debate gerar sabedoria e inovação das soluções, enriquecendo as políticas que se pretendem levar a efeito, e evitando simplificações tecnocráticas. A segunda é que a participação se converte numa ferramenta fundamental para governar uma sociedade cada vez mais complexa e poliédrica. Terceiro a participação gera espaços de aprendizagem coletiva que contribuem para a formação da cidadania e para a coesão da comunidade.

Hoje, para a gestão das cidades, devem ser mobilizadas as aportações da inovação social conforme Freitas e Stevens (2014). Um conceito amplo que pode assumir muitas formas diferentes: base de projetos como novos percursos educativos para crianças ou jovens de grupos desfavorecidos; projetos destinados a tornar a vida melhor para os grupos-alvo que estejam em risco de exclusão.

Esta é uma ferramenta essencial quando falamos de inclusão nas cidades, numa perspetiva de desenvolvimento local, incentivando parcerias entre organizações públicas e privadas fornecendo uma ferramenta poderosa para mobilizar comunidades e organizações, bem como os cidadãos. Esta pode ser uma forma de abordagem mais integrada e inclusiva para enfrentar os desafios locais, e com o enfoque em áreas que afetam populações atingidas por múltiplas desvantagens.

Para responder a essas dificuldades será necessário criar nas cidades espaços para a inovação social, mobilizando a “massa crítica” das instituições das organizações da sociedade civil e dos serviços públicos que, em conjunto, possam desenvolver novas soluções para os novos problemas.

É neste plano que faz sentido falar de cidades inclusivas. O que é uma cidade inclusiva? Uma cidade inclusiva é a que promove o crescimento com equidade. Conforme refere Sorkin (2014) quando fala da equidade nas cidades:

“(…) La solución tiene bastante que ver con la equidad. Cuando hablamos de sostenibilidad hablamos de la distribución equitativa de los recursos. Y la extrema desigualdad que caracteriza a las ciudades americanas, latinoamericanas y muchas ciudades del mundo es algo que debe ser abordado” (p.1).

A cidade inclusiva é um lugar onde todos, independentemente dos seus meios económicos, de género, raça, etnia ou religião, está habilitado e capacitado para participar plenamente nas oportunidades sociais, económicas e políticas que as cidades têm para oferecer. O planeamento participativo da tomada de decisões é o centro da cidade inclusiva. Balbo (2003), para a definir, fundamenta-se na definição das Nações Unidas (2000) identifica cidade inclusiva como:

“O lugar onde qualquer pessoa, independentemente de situação económica, sexo, idade, raça ou religião, tem possibilidades de participar de forma produtiva e positivamente nas oportunidades que a cidade tem para oferecer” (Balbo, p.310).

A cidade inclusiva apresenta-se em várias dimensões, segundo Samphth (2010):

Inclusão social: fornece a todos os residentes, independentemente de raça, etnia, *status*, sexo ou nível socioeconómico, habitação adequada, os serviços básicos adequados e igualdade de acesso aos serviços sociais, oportunidades e outros bens essenciais para o bem-estar geral de todos;

Inclusão económica: oferece aos seus moradores oportunidades de negócios iguais e acesso ao emprego e as políticas económicas para promover a favor dos pobres;

Inclusão política: manter os direitos e liberdades dos seus cidadãos e promove a participação social e política para que os líderes da cidade possam tomar melhores decisões com conhecimento de causa e democraticamente;

Inclusão cultural: promover a inclusão social e a diversidade cultural.

A análise política da ONU-HABITAT (Nações Unidas: 2012) identifica cinco grandes passos para uma cidade inclusiva:

1. Avaliar o passado e medir o progresso;
2. Estabelecimento de instituições novas e mais eficazes, ou fortalecer as já existentes, conforme necessário;
3. Construção de novos vínculos e alianças em diferentes níveis de governo local e nacional;
4. Desenvolvimento de uma visão abrangente sustentada para promover inclusão;
5. Garantir uma redistribuição equitativa de oportunidades

O mandato estabelecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas para ONU-HABITAT, conforme Nações Unidas - Guia Online (s.d) é o de promover cidades social e ambientalmente sustentáveis, com o objetivo de proporcionar condições adequadas para todos e tendo em desenvolvimento um conjunto de programas: Programa de Melhores Práticas e Liderança Local, Aliança das Cidades, Observatório Urbano Global, Rede Global de Ferramentas do Solo, Cidades Mais Seguras, Iniciativas em Cidades e Mudanças Climáticas, Água e Saneamento para as Cidades e Melhoramento das Habitações Precárias.

No último relatório deste programa Estado das Cidades do Mundo, Nações Unidas (2012), definem-se um conjunto de ações que se devem implementar no sentido de diminuir as desigualdades nas cidades, defendendo os autores que as autoridades municipais devem desenvolver políticas de inclusão, se querem reduzir as grandes desigualdades sociais, económicas, políticas e culturais, fazendo esta recomendação sobretudo para os países em desenvolvimento.

Volta a caracterizar as cidades inclusivas como sendo lugares em que se proporcionam oportunidades de apoio e se possibilita o desenvolvimento pleno dos seus residentes, através do acesso aos transportes, à educação, à

recreação, à comunicação, ao emprego no respeito pelas opções culturais e religiosas de cada grupo da comunidade.

Chama, também, a atenção para o facto de, numa cidade inclusiva, os residentes serem parte interessada e interveniente nos processos de decisão. Essa participação política, na vida das comunidades, gera um sentimento de pertença e de identidade com os lugares e é uma garantia de participação nos benefícios do desenvolvimento urbano. Colin (2009), apresenta a cidade inclusiva como sendo:

“el cual fomenta – mediante la transferencia de poderes – el desarrollo y la igualdad de todos os habitantes, sin distinciones de clase, sexo, raza, etnia, religión, para que participen lo más plenamente posible de las oportunidades que las ciudades ofrecen” (p.55).

Refere a mesma autora o empenho da própria Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) no desenvolvimento do programa ONU-Habitat e UNESCO na mobilização dos governos locais para a promoção de políticas públicas que fomentem o desenvolvimento urbano respeitando os princípios da igualdade e da justiça social. Diz a autora que se a cidade educadora é uma construção do espaço urbano com base no exercício da cidadania, então as instituições, os serviços públicos, os equipamentos coletivos, são recursos fundamentais para que se possa conseguir uma vida urbana de maior qualidade, pensando nos cidadãos mais desfavorecidos, pelo que a cidade inclusiva combina a educação o urbanismo como elementos diversos mas complementares na construção de uma cidade para todos.

O desafio que é colocado pelas cidades inclusivas é o de desenvolverem uma política global de captação e distribuição dos recursos em que sejam respeitados os direitos políticos, sociais, e culturais, sendo necessário repensar os sistemas e as estruturas existentes para se alcançar esse objetivo.

Promover a inclusão não é apenas socialmente justo, mas é necessário para o crescimento e fundamental para o desenvolvimento urbano sustentável.

A governança urbana reduz desigualdade e tensão social, incorpora o conhecimento, a produtividade social e o capital dos pobres e desfavorecidos no desenvolvimento da cidade.

A iniciativa *Cidades Inclusivas* é uma rede emergente das cidades e seus parceiros de desenvolvimento, comprometidas com a prática e defesa da governança urbana inclusiva. Inclui cidades que demonstraram "melhores práticas" em uma ou mais das normas de boa governança urbana. Como parte da iniciativa, as cidades participantes comprometem-se a: documentar as suas experiências na promoção da governação urbana inclusiva; desenvolver e testar indicadores para um índice de Boa Governação Urbana; testar abordagens e ferramentas inovadoras para melhorar ainda mais a qualidade da governança urbana na sua cidade; compartilhar as suas experiências com outras cidades, através de intercâmbios cidade-cidade, estágios e cooperação técnica.

Essa rede tem vindo a ser desenvolvida no âmbito das Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) que é uma plataforma que representa e defende os interesses dos governos locais perante a comunidade internacional e que visa dotar as cidades de maior peso político na governança mundial. No seu Conselho Mundial, que se realizou em Novembro de 2008 em Istambul, (onde estiveram presentes 12 cidades dos vários continentes, com realidades muito distintas, esta organização aprovou um documento (CGLU: 2013) promovido pela Comissão para a Inclusão Social, Democracia Participativa e Direitos Humanos que visa estabelecer princípios que as cidades e os governos deverão seguir. Estes princípios organizam-se em quatro eixos principais, a saber:

- As políticas de inclusão como política social global, onde se defende que os governos locais são atores fundamentais no mundo globalizado, a exclusão social é um processo que bloqueia, sistematicamente, o acesso aos direitos básicos de cidadania. A política de inclusão social deve estar no centro das agendas políticas dos governos locais neste século.

- As políticas de inclusão, como garantia da afirmação dos direitos, onde se afirma que a exclusão social tem manifestações nos

territórios de grande extensão. As políticas de inclusão devem garantir o acesso universal aos serviços básicos e à salvaguarda dos direitos de cidadania; visam satisfazer, tanto as necessidades materiais para levar uma vida digna, como aquelas que estão relacionadas com os vínculos sociais às comunidades. Dentro do possível, os governos locais devem antecipar os problemas sociais, pelo que será necessário uma articulação entre as políticas locais, regionais e nacionais, sendo, por isso, necessário reivindicar mais descentralização de competências e de recursos dos níveis nacionais para os níveis de proximidade.

- As políticas de inclusão como promotoras da diversidade, ressaltando que todas as políticas de inclusão devem conduzir à superação das desigualdades de género e de grupos étnicos. A imigração é um fenómeno que muito tem contribuído para o crescimento dos aglomerados urbanos, exigindo, esse fenómeno, também, da parte dos governos locais, um conjunto de respostas inovadoras que ajudem a acomodar a diversidade sociocultural, pelo que as comunidades são convidadas a desenvolver estratégias que, ao mesmo tempo, reconheçam as diferenças e desenvolvam valores cívicos comuns. Os governos locais são, também, estimulados a cooperarem mais na troca de experiências através da participação em redes internacionais.

- As políticas de inclusão, como impulsionadoras da democracia, incentivando os governos locais a implementarem processos de democracia participativa, desenvolvendo uma forma de governança que consiga gerar ações integradas, a partir de uma visão holística dos problemas e criando planos de participação cidadã que possibilitem o envolvimento dos interessados no desenho, na implementação e na avaliação das medidas, envolvendo as instituições sociais e associativas das comunidades.

A mesma organização (CGLU) aprovou, no ano 2000, publicada em 2012, a Carta Europeia de Salvaguarda dos Direitos Humanos na Cidade, aprovada em Saint Denis, França, e que evoluiu, em 2011, para um documento de alcance

mundial, designado, Carta-Agenda Mundial de Direitos Humanos na Cidade, que foi adotado, formalmente, no Conselho Mundial de Florença, em que participaram mais de 400 Presidentes de Câmara de todo o mundo. Se o primeiro documento tinha uma dimensão europeia a Carta-Mundial é acompanhada de um plano de ação que serve de referência aos governos locais.

No seu preâmbulo, esse documento com carácter mundial, reconhece que a cidade é o lugar de todos os encontros, de todos que a procuram na busca da liberdade, do trabalho, do conhecimento e de um futuro para os seres humanos. A cidade que se apresenta hoje como um espaço de todos os encontros, de todas as possibilidades, mas, simultaneamente, terreno de todas as contradições e de todos os perigos, de discriminações, da pobreza, da falta de emprego. É essa a cidade onde se multiplicam as práticas cívicas e sociais de solidariedade que procuram defender novos direitos.

Direitos que são enunciados em grandes capítulos, a saber:

- I- Princípios e Disposição Gerais onde estão consagrados os direitos à cidade, que visa o respeito e a dignidade de todos e a qualidade de vida. A igualdade de direitos e não discriminação, de raça de sexo, de opção sexual, de língua, de religião, de opinião política. O direito à liberdade cultural linguística e religiosa. A proteção dos cidadãos mais vulneráveis, nomeadamente, as pessoas com necessidades especiais. A solidariedade, através do fomento de redes de associações de solidariedade na comunidade. A colaboração entre os vários níveis da administração pública, de modo a que nível da administração exerça as suas competências e que, através da proximidade com as populações, se consigam respostas mais eficazes.
- II- Direitos Cívicos e Políticos da Cidadania Local, que visa: o direito à participação política, através da realização de eleições livres que escolham os representantes da comunidade, o direito de associação, a proteção da vida privada e familiar, o respeito pelos vários modelos de família, a proteção às famílias através de serviços de apoio e de assistência, apoio às famílias disruptivas e uma atenção particular à infância, o direito à informação, sobre os mais variados temas da vida

social, económica e cultural, fomentando o acesso às tecnologias da informação e da comunicação.

III-Direitos Económicos, Sociais, Culturais e Ambientais de Proximidade, onde se integram preocupações com: o acesso aos serviços públicos, comprometendo-se as cidades a desenvolver políticas sociais destinadas aos grupos mais desfavorecidos. As preocupações com o direito à educação, facilitando o acesso a todos, crianças jovens e adultos e desenvolvendo processos de educação para a cidadania. A empregabilidade. O emprego e a formação, nomeadamente, o acesso das mulheres e das pessoas com necessidades especiais. O acesso à cultura, através do fomento e desenvolvimento da vida cultural urbana no respeito pela diversidade. A habitação, através de uma oferta adequada de habitações e condições de vida nos diferentes bairros. A sustentabilidade do meio ambiente, procurando por todos os meios equilibrar o desenvolvimento económico com a salvaguarda do meio ambiente, desenvolvendo políticas de prevenção e de educação ambiental.

IV- Um conjunto de preocupações a que os governos locais devem dar particular atenção incluindo-se ainda a mobilidade e o lazer.

V-Direitos Relativos à Administração Democrática Local. Recomendações para a eficácia dos serviços públicos e com transparência, fomentando uma gestão municipal aberta transparente e rigorosa dos recursos públicos.

VI- Mecanismos de Garantia dos Direitos Humanos de Proximidade, que visam a política de proximidade, que estimula as autoridades locais a desenvolverem ações no sentido da educação cívica. Indicações no estímulo às cidades para que desenvolvam modalidades de gestão do tipo “orçamentos participativos”.

A Carta dos Direitos Humanos na Cidade dá-nos uma dimensão muito abrangente dos domínios que devem estar presentes na gestão das nossas cidades, no sentido das mesmas poderem desempenhar o seu papel de apoio

ao desenvolvimento humano nas suas múltiplas dimensões e exigências, nomeadamente, nos domínios da educação e das pessoas com necessidades especiais.

Vai no mesmo sentido a Carta Mundial pelo Direito à Cidade aprovada sucessivamente nos Fóruns Sociais Mundiais de 2004 e 2005 que reforça a necessidade de se desenvolver um modelo sustentável de sociedade em vida urbana baseada nos princípios da solidariedade, da liberdade, da igualdade, da justiça social e no respeito pelas diferenças. Neste documento é de salientar as preocupações com a função social da cidade em termos da proteção especial de grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Se as cidades se definem como grandes polos de atratividade, pela concentração das atividades produtivas e pela aglomeração populacional, são, também, espaços de trocas e relações sociais entre grupos sociais e culturais e entre as várias classes sociais que marcam o desenvolvimento das civilizações dos vários continentes. Como refere Borja (2003):

“La ciudad es la realización humana más compleja, la producción cultural más significativa que hemos recibido de la historia. Si lo que nos distingue del resto de los seres vivos es la capacidad de tener proyectos, la ciudad es la prueba más evidente de esta facultad humana” (p.26).

As mudanças económicas e sociais têm contribuído para alterar a vida nas nossas cidades, para além da imagem da cidade como espaço de convivência e dos direitos de todas as pessoas, emergindo uma imagem da cidade como lugar de conflitos, de insegurança, de exclusão e de segregação. Conforme Subirats (2003):

“Las ciudades son sinónimo de libertad, de aceptación de las diferencias, de vivir en sociedad con muchas oportunidades y alternativas de trabajo y ocio. Pero son también símbolo de inseguridad, de anonimato, de despersonalización de las relaciones y de los intercambios” (p.222).

Borja (2003), estabelece um conjunto de requisitos, partindo da análise de vários autores, para definir um bom espaço urbano conforme foi referido no ponto 1 justificação e fundamentação das questões de investigação. A acessibilidade, a qualificação dos recursos, a atividade económica, a imagem da cidade, as instituições políticas, a coesão social, o ordenamento e a gestão do território e as políticas públicas entre outros requisitos.

Alguns destes tópicos reportam para a necessidade de colocar na ordem do dia as políticas inclusivas que, por sua vez, remetem para a transversalidade e multidimensionalidade desse conceito. Significa que a inclusão se promove pela qualidade de gestão das cidades e pelos níveis de desenvolvimento que se conseguem alcançar por uma política global e não apenas por políticas sectoriais de remediação social.

Conforme refere Borja, na obra já citada, as políticas inclusivas, nas cidades, podem ter várias dimensões: desde logo, o urbanismo, dando atenção às zonas mais deprimidas e guetizadas, promovendo a qualificação dos espaços públicos, instando equipamentos que qualifiquem esses lugares.

A cultura, favorecendo o exercício da cidadania e a organização de ações de integração e de sociabilização para que todos os grupos sociais obtenham adequados níveis de reconhecimento social.

Ações socioeconómicas e educativas, no sentido de atrair atividades geradoras de emprego e desenvolvimento de programas de apoio aos pequenos e médios empresários, ao mesmo tempo, dando uma atenção particular à formação continuada, combater o abandono e o absentismo escolar e desenvolver programas de formação dirigidos a grupos específicos que tendencialmente ficam à margem dos sistemas universais.

A inovação política e legal é, também, uma forma de promover a inclusão, na medida em que os modelos de governança consigam promover formas ágeis de regulação e de reconhecimento dos direitos de todos os residentes num determinado território.

Os serviços, os recursos, os programas a desenvolver requerem políticas e formas de gestão inovadoras e específicas que, para resolverem situações complexas e difíceis, devem mobilizar meios não habituais.

Como se sabe, a cidade como espaço de diversidade não é vivida por todos do mesmo modo. Existem, mesmo, grupos sociais que estão excluídos de disfrutar da cidade ou, então, fazem-no de forma precária. Muitas pessoas, por via da especificidade das suas necessidades, não podem sair de casa, não podem circular pelo espaço público, não participam na vida cívica. Entre esses grupos podemos incluir as pessoas com necessidades especiais que, não encaixando nos padrões ditos da normalidade, ficam impedidas de viver as mesmas experiências e de partilhar os mesmos recursos. Esta reconfiguração das cidades implica decisão política e mudança das práticas, desenvolvendo formas de devolver às pessoas com necessidades especiais o seu direito à cidadania.

Carneiro (2001), ao abordar este tema, propõe cinco dimensões essenciais para uma nova cidadania: uma cidadania democrática, uma cidadania social, uma cidadania paritária, uma cidadania intercultural e uma cidadania ambiental. Uma cidade em que o exercício da democracia e da participação permita a construção de uma comunidade mais solidária, um espaço de igualdade de oportunidades e de equidade e um lugar para todos, independentemente das suas capacidades, religiões, etnia, ou rendimento económico.

Segundo o autor, propõe-se em contraponto a um modelo cultural hegemónico e de cariz individualista uma nova cidadania: “que tem por ideal um neocomunitarismo integrador, capaz de vencer a persistente exclusão de muitos em nome do interesse de poucos” (p.264).

São cinco as dimensões fundamentais dessa nova cidadania. A cidadania democrática que pressupõe que as minorias e as maiorias possam participar no governo da cidade, através da educação cívica que assenta na regulação dos grupos humanos e nas competências sociais necessárias à vida democrática em comunidade.

A cidadania social que diz respeito à consciência e à apropriação dos direitos e deveres, por forma a ser possível nas cidades enfrentar os grandes problemas da marginalidade, da pobreza da exclusão. A cidadania que possa defender a justiça social, a defesa dos mais fracos, dos mais carenciados e que possa implementar, na comunidade, mecanismos de descriminação positiva, através dos movimentos cívicos e do associativismo que possam ajudar a responder às necessidades das populações.

A cidadania paritária é a defesa dos princípios e das práticas sociais que criem condições na cidade para que todos possam ter oportunidades adequadas às suas particularidades, pois a paridade resulta da aplicação de princípios gerais adaptados às especificidades de cada grupo, de modo a terem aos bens e aos serviços de que necessitam e a que têm direito.

A cidadania intercultural, reconhecendo-se que a cidade é por natureza um espaço plural e complexo, criando-se um espaço de sociabilização no respeito pelas diferentes culturas e pelo direito à sua livre expressão, o que implica o desenvolvimento de novas competências relacionais, por forma em que nas cidades possam coexistir as diferentes culturas e que o seu diálogo possa significar um enriquecimento da comunidade no seu todo.

A cidadania ambiental, o sucesso da estratégia de um desenvolvimento sustentável reside hoje na qualidade de vida que se conseguir gerar nas cidades. Desenvolver essa estratégia implica a defesa de novos modos de vida que defenda a qualidade de vida presente e das gerações futuras, pelo que só uma cidadania com maior consciência ecológica pode influenciar cidadãos mais sensíveis para as causas da defesa do planeta, que possa gerar novos comportamentos e uma nova ética na defesa dos valores ambientais.

Este é o quadro de uma cidade inclusiva. É um lugar onde todos, independentemente dos seus meios económicos, de género, de capacidades, raça, etnia ou religião, está habilitado e capacitado para participar plenamente nas oportunidades sociais, económicas e políticas que as cidades têm para oferecer. Os processos educacionais que se geram nas cidades são determinantes para a construção de um espaço territorial propício à inclusão.

Como já foi referido, temos vindo, desde os anos 90, a desenvolver muitos estudos à volta do conceito de inclusão, centrado nestas populações, mas muito focalizados na escola enquanto organização. O que se pretende, aqui, é centrar o estudo nos territórios e nas comunidades, verificando até que ponto as políticas públicas, os projetos educativos e sociais são fomentadores da equidade numa lógica de uma cidade inclusiva.

Neste contexto, é possível verificar o trabalho desenvolvido por algumas cidades na procura da inclusão das pessoas com necessidades especiais (ver quadro 7).

Quadro 7 – Experiências de inclusão das pessoas com necessidades especiais nas cidades

PAÍS	CIDADE	PROJECTOS INCLUSIVOS	DESCRIÇÃO
Espanha	Castilla - La Mancha	Centro de atenção às pessoas com Deficiências Intelectuais Graves	Conjunto de serviços que a cidade presta que visa melhorar a participação e a inclusão na comunidade. Oferece serviços de desenvolvimento pessoal e inclusão na comunidade, centrado no desenvolvimento da autonomia e da comunicação, implementação de planos de apoio individual, pra além de serviços de saúde, centro de dia e de apoio residencial.
	Barcelona	Plano para a Inclusão Social de Barcelona	Desenvolve ações que melhoram a autonomia e a independência das pessoas com necessidades especiais e fomenta os direitos de cidadania, através de ações de acessibilidade ao espaço público, edifícios municipais, transportes, ações de sensibilização à população, em geral, (Projeto Mente Aberta), estacionamento na via pública, programas desportivos inclusivos.
México	Cidade do México	Programa “Eu sou uma pessoa com necessidades especiais”	Conjunto de serviços de inclusão das pessoas com necessidades especiais, ao nível de uma rede integrada de transportes, acessibilidade, práticas desportivas, assistência social, recursos de apoio e novas tecnologias. Funcionamento de um conselho para prevenção das diferentes formas de discriminação e aconselhamento das autoridades locais.

PAÍS	CIDADE	PROJECTOS INCLUSIVOS	DESCRIÇÃO
Austrália	Sydney	Plano de inclusão para pessoas com necessidades especiais	Programas nas diferentes áreas: acessibilidade, planeamento urbano, participação económica, artes, habitação, transporte, media, comunicação e legislação.
Panamá	Miraflores	Miraflores inclusiva e acessível	Acesso ao espaço público, atendimento municipal, ações de formação para empresas e seus funcionários para aquisição de competências no atendimento desta população. Atividades lúdicas, culturais e desportivas. Acessibilidade virtual. Produção de documentos braille para os restaurantes da cidade. Funcionamento de uma comissão local para a inclusão e a acessibilidade.
Itália	Bolzano	Plano para a promoção da qualidade de vida das pessoas com necessidades especiais	Conselho de pessoas com necessidades especiais, programa de remoção das barreiras arquitetónicas, apoio às famílias e às pessoas isoladas, à comunicação, aos transportes e ao acesso às novas tecnologias.
França	Bordéus	Uma cidade acolhedora deve ser aberta e acessível a todos	Acesso total para a cidade, para todas as idades e em todas as áreas. Carta "Cidade Handicaps", em colaboração com o Conselho da Cidade e todas as associações, em todos os aspetos da cidade e da vida, direito, educação, saúde, habitação, transporte, vida profissional.
Canadá	Québec	Plano de Desenvolvimento centrado nas pessoas com necessidades especiais	Desenvolvimento de linhas de política municipal nas áreas da atividade física, acesso à cultura, apoio às famílias, políticas urbanas, segurança e transportes. Desenvolvimento de espaços de comunicação com os destinatários e as associações que representam as pessoas com necessidades especiais.

PAÍS	CIDADE	PROJECTOS INCLUSIVOS	DESCRIÇÃO
Austrália	Sydney	Plano de inclusão para pessoas com necessidades especiais	Programas nas diferentes áreas: acessibilidade, planeamento urbano, participação económica, artes, habitação, transporte, media, comunicação e legislação.
Panamá	Miraflores	Miraflores inclusiva e acessível	Acesso ao espaço público, atendimento municipal, ações de formação para empresas e seus funcionários para aquisição de competências no atendimento desta população. Atividades lúdicas, culturais e desportivas. Acessibilidade virtual. Produção de documentos braille para os restaurantes da cidade. Funcionamento de uma comissão local para a inclusão e a acessibilidade.
Itália	Bolzano	Plano para a promoção da qualidade de vida das pessoas com necessidades especiais	Conselho de pessoas com necessidades especiais, programa de remoção das barreiras arquitetónicas, apoio às famílias e às pessoas isoladas, à comunicação, aos transportes e ao acesso às novas tecnologias.
França	Bordéus	Uma cidade acolhedora deve ser aberta e acessível a todos	Acesso total para a cidade, para todas as idades e em todas as áreas. Carta "Cidade Handicaps", em colaboração com o Conselho da Cidade e todas as associações, em todos os aspetos da cidade e da vida, direito, educação, saúde, habitação, transporte, vida profissional.
Canadá	Québec	Plano de Desenvolvimento centrado nas pessoas com necessidades especiais	Desenvolvimento de linhas de política municipal nas áreas da atividade física, acesso à cultura, apoio às famílias, políticas urbanas, segurança e transportes. Desenvolvimento de espaços de comunicação com os destinatários e as associações que representam as pessoas com necessidades especiais.
	Gatineau	Gatineau uma cidade inclusiva	Promoção do acesso à comunicação, circulação no espaço público, edifícios municipais, cultura, recreação, turismo e transportes públicos.
Portugal	Almada	Almada cidade solidária sustentável e ecoeficiente	Plano de acessibilidades municipal centrado no espaço público, nos edifícios e nos domínios da comunicação, atividades desportivas e lúdicas para pessoas com necessidades especiais, sistema de transporte que assegura a ligação casa-escola para alunos com limitações de mobilidade, programa de dança e de artes plásticas e funcionamento de um grupo concelhio para a deficiência.

Fonte: Produção própria a partir das páginas web das cidades ou regiões.

Foram valorizados os casos que se caracterizam por ter uma ação mais global centrada em várias áreas de intervenção, pois a inclusão na cidade implica um nível de participação muito amplo na vida do quotidiano, aos níveis dos transportes, acessibilidade, emprego, vida social, formação, etc. Nas dez cidades que foram estudadas, essa preocupação existe, bem como, em alguns casos, a preocupação de criar espaços de participação e de auscultação dos próprios cidadãos portadores de necessidades especiais.

Nos anos noventa na cidade de Barcelona, foi aprovada a Declaração de Barcelona (1995) “La Ciudad y las Personas con Disminución”, como culminar do Congresso Europeu que teve a mesma temática. As cidades signatárias, 367 (números de Outubro de 2012) cidades de 14 países da Europa, comprometeram-se a: promover a cidadania das pessoas com necessidades especiais, a respeitar as suas diferenças, a organizar campanhas que favoreçam a integração social, o acesso à informação e à convivência social, o acesso aos serviços considerados imprescindíveis, criar serviços de apoio à vida diária, adaptar os edifícios e os espaços públicos, favorecer a mobilidade e o transporte, promover estudos e trabalhos de investigação que ajudem no diagnóstico e nas respostas às necessidades e promover planos de ação que concretizem as várias medidas necessárias para adaptar as cidades e as respetivas populações com necessidades específicas.

Constitui-se, também, um observatório internacional das experiências e boas práticas que visa facilitar a partilha e o intercâmbio das soluções encontradas pelas cidades.

O Observatório Europeu das Cidades para Todos, que funciona junto do Município de Barcelona e congrega perto de uma centena de cidades que sobrescreveram a Declaração, que divulgam as suas experiências de boas práticas no respetivo *síte*, e que testemunham como é possível dotar as cidades de meios e recursos necessários para a promoção da igualdade de oportunidades e bem-estar de todos os cidadãos, incluindo as pessoas com necessidades especiais, organiza a informação de boas práticas sobre as seguintes áreas de intervenção conforme quadro 8.

Quadro 8 – Experiências de intervenção nas cidades para as pessoas com necessidades especiais consideradas boas práticas inclusivas

Áreas de intervenção	Boas práticas
Acessibilidade física	47 Experiências
Acessibilidade comunicativa	31 Experiências
Mobilidade e transporte	21 Experiências
Participação e informação	42 Experiências
Trabalho e contratação pública	18 Experiências
Educação tempos livres e desporto	36 Experiências
Serviços sociais e de saúde	16 Experiências

Fonte: Produção própria a partir do sítio web do Observatório Europeu das Cidades para Todos

Pela pesquisa realizada acerca das experiências de cidades inclusivas que procuram, por vários meios, responder às necessidades de participação e de cidadania e do banco de experiências do Observatório Europeu das Cidades e Vilas para Todos, poder-se-á conceptualizar quais as principais áreas de trabalho a considerar, para poderem configurar um conjunto de medidas e políticas, para que as cidades possam ser inclusivas, tendo em conta a população alvo da preocupação deste estudo. Estas são as áreas que favorecem maiores níveis de participação, de cidadania, de acesso aos serviços e aos recursos da cidade. Relevante para este estudo é, também, o trabalho de recolha de informação desenvolvido pelo Observatório Europeu das Cidades e Vilas para Todos.

Do levantamento dessas experiências que foi efetuado, verifica-se que, quando se caracterizam as cidades inclusivas com políticas centradas nas pessoas com necessidades especiais, algumas áreas são referidas recorrentemente, conforme quadro 9.

Quadro 9 – Características das cidades inclusivas para pessoas com necessidades especiais

Categorias constantes	Temas
Acessibilidade	Espaço público, edifícios públicos, transportes
Sensibilização	Ações de sensibilização junto da comunidade
Participação	Comissões, espaços de concertação de políticas em que participam os interessados
Vida comunitária	Acesso à cultura, ao desporto, á educação, à recreação
Serviços de apoio	Serviços e recursos de apoio e de suporte de vida
Tecnologias	Acesso às tecnologias como forma de ajuda técnica

Fonte: Produção própria a partir de vários documentos citados

Estas cidades têm posto em prática aquilo a que Rubio-Carrecedo (2000, citado por Pacheco, 2006), chama de “cidadania complexa”, ou seja, exige que os direitos fundamentais para serem garantidos se concretizem através de direitos diferenciais que possam criar as condições mínimas de igualdade (que possibilitem igualar as condições de partida), naquilo a que chamou também de “cidadania diferenciada”, ou seja, que possibilite uma integração das minorias e dos mais desfavorecidos. A igualdade de oportunidades e a equidade, numa nova aceção, não se consegue nas cidades e, porventura, em todos os lugares, tratando todos da mesma maneira, dar a todos por igual, mas, antes, dar a todos o que precisam.

A educação nas cidades é sem dúvida uma forma de as tornar mais inclusivas, é uma forma de responder aos desafios da vida em comum, de que são lugar privilegiado, pois as cidades são laboratórios vivos de aprendizagem da vida coletiva, são lugares de educação permanente em que múltiplos agentes e entidades põem em prática os seus ideais de educação e de vida económica, cultural, artística e espiritual. Fazer de uma cidade, cidade educadora e cidade inclusiva é procurar nas cidades um lugar melhor para o desenvolvimento humano, nas suas dimensões de vida material e imaterial.

3.3.3. As políticas dos Governos Locais na promoção das cidades educadoras e inclusivas em Portugal

A atividade dos municípios conheceu, desde o 25 de Abril de 1974, uma gradual autonomia face ao poder central. Até essa data os municípios, desde as reformas do liberalismo, eram uma administração centralista e hierarquizada que visava o controlo do território e das comunidades a partir do Terreiro do Paço. No dizer de Pereira (1988), referindo-se a reforma administrativa do Mouzinho da Silveira, como um modelo que trouxe uma “ponderação excessiva do poder central, reduzida participação das populações” (p.101). Como refere o historiador Oliveira (1996):

“O Estado moderno construído pelo liberalismo e pela monarquia constitucional era, no essencial, não um estado de cidadãos livres com capacidade de participação e intervenção política mas um estado de elites (rurais ou urbanas) e das classes médias das vilas e das cidades” (p.218).

Com a implantação da República, em 1910, com a mudança de regime, era de supor que o papel dos municípios se alteraria. No entanto, apesar das intenções expressas por alguns republicanos que viam na descentralização uma melhor forma de gerir o estado administrativo, talvez as ideias mais destacadas fossem de Henriques Nogueira que defendia uma federação dos municípios que governariam o país numa imanência do poder legítimo do povo e das instituições locais, sendo que, para este visionário, os municípios constituiriam um Estado Federado onde o poder central teria reduzidos poderes.

Foi um ideal da República que não se veio a concretizar, vingando as correntes mais centralistas de influência francesa, sendo que a descentralização, o federalismo e o socialismo não conseguiram impor-se a uma administração muito centralizada e que de modo nenhum queria abrir mão do seu poder, como bem referiu Rego (1986), não poderia haver “a democracia de cúpula quando a base esteja oprimida pelo poder central” (p.128).

Embora durante este período se fizessem várias tentativas de modificar a natureza centralista do Estado, envolvendo republicanos eminentes como José Relvas e mesmo António Maria da Silva, o facto é que nunca vingou uma verdadeira reforma administrativa que valorizasse o poder local, mantendo, por exemplo, um Orçamento de Estado muito centralista e ficando muito aquém das promessas de autonomia feitas pela primeira República.

Com a instalação do Estado Novo, em Maio de 1928, manteve-se e reforçou-se a natureza centralista do estado, aliás como referem os estudiosos da época, dando-se uma tríplice centralização: a nomeação pelo Governo dos Presidentes da Câmara, a possibilidade da sua dissolução e a obrigação de certas deliberações municipais serem aprovadas pela administração central.

Os municípios mantiveram-se completamente dependentes financeiramente do Governo Central, mesmo para exercerem as competências que lhe estavam cometidas, como sejam: o abastecimento de água, as redes de esgotos, a higiene pública, e a reparação dos caminhos rurais e das vias urbanas.

A grande dependência das autarquias mantém-se ao longo de todo o período do regime, quer em termos políticos quer em termos financeiros, pela necessidade de se afirmar como um Estado forte e totalitário que não tinha condição de se reformar, pois a sua sobrevivência dependia do autoritarismo, do centralismo e da burocracia, limitando-se ao mínimo as reformas administrativas e mantendo uma estrutura corporativa municipal muito própria.

Retomando essa análise, é com a revolução de Abril de 1974 que se afirma o poder local como uma forma de promover o desenvolvimento das comunidades, através da autonomia das autarquias que passam a ter, no novo quadro constitucional, um papel determinante no desenvolvimento e na melhoria das condições de vida das populações.

Neste período de grandes transformações sociais em Portugal, pode destacar-se como uma das mais importantes e representativas para o reforço do desenvolvimento do país e do exercício da democracia, a afirmação do poder

local democrático. Esta afirmação teve várias consequências, quer ao nível administrativo e financeiro, quer ao nível político e do desenvolvimento local.

A publicação da Lei das Autarquias Locais, em 1977, definiu com clareza as atribuições e competências das autarquias, revogando o antigo código administrativo do Estado Novo. Mais tarde, o Decreto-Lei 100/84 veio alargar as competências já atribuídas e criar condições para a delegação de competências nos eleitos locais e reforçando, fortemente, o papel do Presidente da Câmara. Todas estas transformações políticas e administrativas vieram a ter um ponto alto na construção da autonomia do poder local democrático segundo refere Camões (s.d) com a aprovação da Lei das Finanças Locais, em 2 de Janeiro de 1979, é consagrada, de forma inequívoca, a autonomia financeira dos municípios, passando a existir a possibilidade de poderem cobrar e arrecadar receitas e a fazerem o seu uso de acordo com os seus Planos de Atividades em prole das populações e dos objetivos definidos para o desenvolvimento.

Segundo Oliveira (1996), o processo de construção da autonomia democrática dos municípios saiu também muito reforçado, pelas preocupações com matérias, até aí muito desprezadas, como sejam: a cultura, a educação, a intervenção social, a gestão e o ordenamento do território. Para além disso, com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (1986) e através da disponibilização dos respetivos fundos comunitários foi possível, aos municípios, aplicarem esses meios na criação de infraestruturas aos mais diversos níveis e no desenvolvimento da educação, da saúde, dos transportes, da formação, entre outras áreas, por forma a cumprir dois grandes objetivos; a convergência com o desenvolvimento comunitário e a correção das assimetrias regionais.

É neste novo quadro que a própria constituição de 1976 reconhecia o interesse próprio das populações locais e a obrigação das autarquias de prosseguirem com esses interesses intervindo nos vários domínios da vida coletiva, económica, social, cultural e ambiental.

Assim, as autarquias locais representam, hoje, o interesse das populações em torno de um projeto de desenvolvimento local que se consubstancia no enriquecimento das atividades sociais, dos recursos e da mobilização dos agentes de desenvolvimento de um determinado território. É

neste enquadramento que a educação ganha predominância nas políticas de desenvolvimento local. Como refere Pinhal (2013):

“A educação para além de garantir as repostas necessárias ao desenvolvimento pessoal e às necessidades imediatas do tecido social e económico, tem que preparar as pessoas para o exercício de uma cidadania capaz de orientar as sociedades humanas nos processos de mudança e desenvolvimento” (p.132).

Se num primeiro momento a educação não foi a primeira prioridade dos municípios, que se viram confrontados com problemas decorrentes de um crescimento rápido dos fluxos populacionais que se deslocam do interior para as cidades do litoral, de infraestruturas completamente desajustadas à qualidade de vida, carências básicas de equipamentos e muitos outros problemas de crescimento, num segundo momento, década de 80, foi definido novo quadro legislativo que enquadra a intervenção dos municípios nas áreas da educação, nomeadamente, com o Decreto-Lei 77/84 nos transportes escolares, na ação social escolar, na construção e manutenção das escolas do primeiro ciclo.

Em 1986, com a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei 46/86 de 14 de Outubro, e na sua revisão de 2005, foram consagradas algumas referências aos municípios e às autarquias nas áreas da educação especial, da formação profissional, da educação extraescolar e da administração escolar, no entanto referências algo vagas e sem tomarem os municípios como entidades públicas com peso determinante no sistema educativo, reservando-se-lhe ainda um tímido papel em áreas menos determinantes.

No seguimento da Lei de Bases, alguma da legislação posterior veio tentar concretizar esse desígnio como sejam: representantes dos municípios nos conselhos consultivos dos Conselhos Pedagógicos (Despacho nº 8/SERE/89), a participação dos municípios nos Conselhos de Escola (Decreto-Lei 172/91), a participação dos municípios nas Assembleia de Escola e a criação dos Conselhos Locais de Educação (Decreto-Lei 115-A/98), a componente de apoio à família nos Jardins de Infância da rede pública e o desenvolvimento das Atividades de Desenvolvimento Curricular no 1º ciclo (Decreto-Lei 144/2008),

construir e apetrechar os estabelecimentos pré-escolares e as escolas do ensino básico e assegurar a gestão dos refeitórios escolares do pré-escolar e do 1º ciclo e a ação social escolar (Lei 159/2009) mais tarde, a definição dos Conselhos Municipais de Educação e da elaboração das cartas educativas (Decreto-Lei 7/2003).

É, precisamente, com a legislação de 2008, já referida, que se tentou a maior transferência de competências para os municípios, incluindo-se o conceito de competências não universais, que seriam objeto da celebração de um contrato de execução, entre os municípios subscritores e o Estado, implicando as transferências financeiras correspondentes. Para melhor compreensão apresenta-se seguinte tabela.

Quadro 10 - A legislação que enquadra as competências dos municípios na educação

Datas	Legislação	Conteúdos	Mudanças introduzidas
1976	Constituição da República	Lei Fundamental	Regula o funcionamento do Regime Democrático e consagra as autarquias como órgãos do Estado
1977	Lei das autarquias locais, (Decreto-Lei 100/84)	Atribuições e competências das Autarquias Locais	Competências das Autarquias e dos eleitos locais
1979	Lei das Finanças Locais (Lei nº1 /29)	Autonomia financeira das Autarquias Locais	Define as bases financeiras entre a administração central e as autarquias locais
1984	Transferências para a Administração Local (Decreto-Lei 77/84)	Intervenção dos municípios na educação	Transfere para os municípios as competências antes asseguradas pelo Estado Central
1986	Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 46/86)	Estabelece o quadro geral do sistema educativo	Consagra as referências dos municípios e das autarquias nas áreas do sistema educativo
1989	Conselhos Pedagógicos (Despacho nº 8/SERE/89)	Estabelece a participação dos municípios nos conselhos consultivos	Participação dos municípios na vida interna das escolas num dos seus principais órgãos pedagógicos
1991	Gestão das Escolas (Decreto-Lei 172/91)	Participação dos municípios nos Conselhos de Escola	Consagra a presença de representante dos municípios nos Conselhos de Escola
1998	Gestão e autonomia das Escolas (Decreto – Lei 115A/98)	Participação dos municípios nas Assembleias de Escola	Novo regime de gestão e autonomia da escola, com representantes do município e cria os Conselhos Locais de Educação que podem ser instituídos por iniciativa dos municípios.
2008	Competências a transferir para os municípios (Decreto-Lei 144/08)	Atribui novas competências aos municípios na área da educação	Passagem para os municípios de competências na área do apetrechamento das escolas, refeitórios escolares e ação social escolar
2009	(Lei 159/2009)		

Fonte: Produção própria a partir da legislação.

São exemplos de que as matérias de competência dos municípios na educação se foram alargando, ao longo do tempo, em áreas como: a conceção e o planeamento do sistema educativo, a construção e manutenção do parque escolar e a ação social escolar. Conforme se poderá verificar, por quadro 10, depois da instituição do regime democrático em Portugal as Autarquias passaram a ter responsabilidades e competências específicas na educação quer nos aspetos relacionados com as estruturas físicas, a participação na gestão de várias componentes do sistema e mesmo na participação nos órgãos de gestão das escolas.

No entanto, a repartição de competências com os municípios ainda padece de uma forte tradição centralizadora do Estado, que torna difícil uma construção do sistema que deixe para o estado as competências de regulação e de universalização e deixe, para os níveis locais, uma verdadeira territorialização da educação. Como refere Pinhal (obra já citada):

“muitos serviços educativos municipais ficaram assoberbados com tarefas estritamente administrativas, que não lhes deixam grande margem para a conceção de projetos próprios ou mesmo para a continuação daqueles que já haviam lançado do antecedente” (p.139).

Acrescenta a este propósito da territorialização da educação Baixinho (2011):

“A tendência para a mudança no papel do Estado, ou seja, de um Estado-educador para um Estado-regulador, fundamenta-se no discurso da racionalização, o qual é contraditório visto ser conjuntamente o discurso da recentralização, originando dinâmicas próprias mas também tensões entre o local e o centro. A territorialização das políticas educativas marca uma rutura ideológica e cultural com a tradição centralista e universalista, e produz novas formas de articulação entre o nacional e o local. Ela associa-se a uma dupla vontade política do Estado, ao redistribuir o poder entre o centro e as periferias, e de lutar contra as desigualdades sociais. Assim, certos municípios desenvolvem (ou tentam desenvolver) sobre o seu território, numa lógica subsidiária, as políticas educativas que são as políticas sociais locais de tipo compensatório. Por sua

vez, outros municípios, através de uma lógica de liderança, assumem uma aproximação liberal, sem fazerem necessariamente bandeira dos princípios da competitividade, da concorrência ou da eficácia que a fundamentam, mas dos princípios mais consensuais como a diversificação, a abertura ou a modernização do sistema escolar” (p.1).

O que se observa é aquilo a que Pedró i Garcia (2007), designa pela emergência de um governo multinível, um novo modelo, que pressupõe que a autonomia gradual das escolas e a descentralização podem contribuir para uma maior eficácia e eficiência do sistema, ou seja, as responsabilidades de gestão são compartilhadas pelos vários níveis da administração pública (local e central) e pela própria escola que devem ter esferas de decisão próprias e complementares. Este modelo permite uma regulação central dos sistemas e ao mesmo tempo permite um maior envolvimento dos agentes locais e dos governos locais nos domínios da educação, criando-se, deste modo, melhores condições para responder as questões complexas e às singularidades das comunidades humanas.

O entendimento que os municípios fazem da educação, como instrumento fundamental para os processos de desenvolvimento, têm conduzido a uma ação educativa local que está muito para além daquilo a que estão legalmente obrigados. Como designa Pinhal (2004), “não competências” que caracteriza como ações desenvolvidas em áreas não previstas no elenco das competências ou, ainda, ações desenvolvidas nas áreas de competência, mas que estão para além dos limites que a legislação estabelece.

Podem-se referir alguns exemplos que se encontram nas autarquias portuguesas e que podem ilustrar esse exercício, como sejam: a) projetos socioeducativos locais que procuram de algum modo a territorialização dos currículos e a aproximação das escolas aos temas e problemas locais; b) construção e qualificação de instalações, nomeadamente disponibilizando terrenos para as escolas do 2º e 3º ciclo que não são responsabilidade municipal; c) colaboração com as escolas no reforço de pessoal de apoio aos docentes, nomeadamente para assegurarem o acompanhamento de refeições ou outras de vigilância; d) apoio a projetos locais com valor educativo e culturais

desenvolvidos por associações; e) criação de dinâmicas que conduzam com a participação dos atores locais ao desenvolvimento de um projeto educativo local que consubstancia as políticas de educação desenvolvidas por uma dada comunidade.

Martins (2007), que estudou o papel de vinte e quatro Municípios do norte de Portugal na construção de políticas educativas, chegou à conclusão, observando o modo como os municípios exerciam as competências nas áreas da ação social escolar, que existiam quatro grandes padrões do exercício dessas competências, que se caracterizavam do seguinte modo:

- a) Acomodação, situação em que os municípios se acomodavam passivamente ao atual quadro de descentralização de competências, organizando a sua relação com os agentes educativos por um certo distanciamento, não questionando o estado das coisas;
- b) Adesão, municípios que aderem e estão de acordo com o modo como estão regulados os diferentes sistemas, mas que procuram, na sua aproximação à realidade educativa, encontrar soluções estáveis, mesmo que, para isso, tenham de ir para além das regras estabelecidas;
- c) Autonomia, neste caso os municípios assumem um papel mais ativo na regulação e adaptação das regras nacionais à realidade local. Reinterpretam as competências e procuram superar as falhas do sistema nacional com novas soluções mais ajustadas à realidade, contribuindo, desse modo, para marcar o seu “território”;
- d) Dissociação ou resistência, os municípios que recusam o modelo vigente de descentralização e que contestam as competências legais atribuídas, dissociando-se, por isso, resistindo às políticas nacionais e promovendo estratégias de empresarialização de prestação de serviços, desenvolvendo políticas que, pelo forte potencial de inovação, fazem um corte com o centralismo administrativo.

Portugal progrediu muito em termos das políticas locais, através da superação de uma tensão constante entre aquilo que é legalmente exigido, com competências próprias e financiamento adequado, e o que são as necessidades dos cidadãos, que se procuram satisfazer, mesmo sem competências definidas, e que foram proporcionando novos serviços e novas respostas aos vários níveis. Assim, foi possível desenvolver redes de equipamentos culturais, desportivos e sociais. Perspetivaram-se processos de planeamento que fomentaram a atratividade de novas atividades económicas. Criaram-se redes territoriais que fomentaram políticas supramunicipais. Deu-se uma particular atenção aos problemas específicos das populações e dos respetivos territórios, procurando influenciar os órgãos de decisão centrais, a partir de uma leitura local das melhores decisões a implementar.

Del Pozo (2003, citado por Coppini, 2006), chama à atenção de que os municípios, pela forte relação com a rede social da comunidade, não podem ter apenas uma ação gestonária e administrativa dos seus poderes e das suas competências, mas devem envolver-se ativamente nos processos políticos, legislativos e sociais que tenham influência na qualidade de vida das populações. Especificamente, nos domínios das políticas educativas municipais, dever-se-ia, segundo o mesmo autor, triangular três conceitos chave:

Coesão social, os contributos que a educação pode dar para o bem-estar e a igualdade, procurando a qualidade de vida e de oportunidades entre pessoas e bairros da mesma cidade, como via para a participação social.

Corresponsabilidade, como forma de responder às mais variadas necessidades de cidadania. Os municípios estão, desde há muitos anos, a fazer muito mais, neste domínio, do que é exigido pela lei, pelo que se deveria tornar legal o que é real.

Transformação do entendimento das potencialidades da educação, não apenas como processo de aprendizagem, mas como promotora da mudança, geradora de iniciativas e promotora de novas situações e exigências sociais e técnicas.

Os municípios têm-se afirmado, pelas políticas de proximidade e de relação com as comunidades, como instâncias de desenvolvimento de políticas integradas que procuram responder a um conjunto de fenómenos sociais que requerem respostas mais transversais. Neste contexto, o próprio conceito de local e de território assumiram novos contornos, pela força das dinâmicas educativas e sociais que se geraram. O “local” não designa, apenas, o lugar ou a localidade geográfica, mas tem um significado de espaço de desenvolvimento, à escala mais humana, onde convergem políticas públicas, movimentos sociais que promovem mudanças e transformações que procuram responder às necessidades.

O mesmo acontece com o “território” que assume dimensões que estão para além das suas características físicas para se conformar ao espaço onde se misturam as condições físicas, mais ou menos favoráveis ao desenvolvimento humano, com as respostas sociais, educativas, económicas e outras que procuram responder a um conjunto de problemas e necessidades. Esta territorialização está bem presente nos processos educativos que, a partir dos anos 80 e 90, implicaram, mesmo, um outro entendimento da escola e da educação, ou seja, as políticas educativas territorializadas estão para além da intervenção da escola e investiu o território e os seus atores de funções educativas novas. A este propósito Canário esclarece (2004):

“As noções de “território” e de “territorialização” ocupam, hoje, um lugar central nos debates sobre política educativa, por três razões principais: a primeira é o reconhecimento da crescente “ingovernabilidade” dos sistemas escolares; a segunda está relacionada com a difusão das funções de educação e formação, questionando a hegemonia da forma escolar e o monopólio educativo da escola; a terceira razão prende-se com a tendencial globalização, ao nível local, da ação educativa, no quadro de estratégias integradas de desenvolvimento. Se a importância e a pertinência da “territorialização” aparece como quase inquestionável, o principal erro nesta matéria consiste em falar em “territórios educativos”, mas pensar e agir em termos de “territórios escolares”. Ou seja, a construção de políticas e práticas educativas por referência a um território singular (contextualizadas) supõe um questionamento crítico e uma superação da forma escolar e da sua tendencial extraterritorialidade, de modo a que a

aprendizagem não seja encarada, quase exclusivamente, num registo didático e técnico” (p.56).

Se considerarmos que o território educativo é uma construção coletiva de uma dada comunidade humana, então isso significa que tem de se desenvolver um contexto em que se corporize essa expressão da vontade e da responsabilidade dos cidadãos e das organizações de um dado território. Esse é o enfoque das cidades educadoras que, desse modo, procuram mobilizar os cidadãos, as organizações, os agentes políticos para a inclusão de todos na cidade. Como refere Martin (2007):

“Parafraseando la definición de Ainscow y otros (1994) de escuela inclusiva, podríamos entender que una ciudad inclusiva es aquella en la que cualquier persona puede llevar a cabo un proyecto de vida independiente y participar plenamente en la vida política, social y económica con igualdad de oportunidades en relación con el resto de los miembros del grupo social” (p.61).

Encontra-se, aqui, o ponto de cruzamento entre as cidades educadoras e as cidades inclusivas, no reforço dos poderes formais e informais do Municípios que, pelo facto de estarem muito próximos das populações, têm um forte potencial para desenhar as soluções, programar as ações, estruturar os serviços públicos adaptando-os às necessidades específicas de cada comunidade. Nesta base poder-se-ão desenvolver projetos de cidade que conjuguem as dinâmicas educativas locais com uma cidade para todos, com uma cidade inclusiva num processo de potenciar as fronteiras da educação com a cidade, num trabalho em rede corresponsável com os atores locais e os diferentes agentes de desenvolvimento.

4 METODOLOGIA UTILIZADA

4.1 Enquadramento do estudo, uma abordagem comparada

Como referem Quivy e Campenhoudt (1992), a pesquisa nesta área exige ao investigador o conhecimento na montagem de um método de trabalho complexo, que possa contribuir para, uma abordagem à realidade, não seja apenas, a soma de um conjunto de técnicas que, de per si, são incapazes de dar sentido global e explicativo à realidade, para a qual dirigimos a nossa curiosidade científica.

A organização deste estudo implicou um conjunto de métodos que possibilitam conhecer, conforme os objetivos estabelecidos. Neste enquadramento, procurar-se-á ir mais além do que eleger, apenas, as técnicas de pesquisa que são mais adequadas, pelo que se começou por procurar um quadro de referência para o estudo. Quer-se estudar as políticas socioeducativas dos vários municípios. Quere-se comparar essas realidades para as podermos compreender melhor nas suas semelhanças e diferenças. Quer-se, ainda, a partir dessa pesquisa estabelecer os percursos e as normas, que possam servir de exemplos de práticas inclusivas. Neste quadro, o enfoque da investigação comparada revela-se o mais pertinente pois, no caso presente, temos realidades que merecem ser confrontadas, havendo muito interesse e significado educativo em estudar as semelhanças e as diferenças dos casos que se investigam, procurando extrair daí linhas de trabalho que possam ajudar a estabelecer medidas de promoção da inclusão social das pessoas com necessidades especiais nas cidades.

Nesta perspetiva, a abordagem da metodologia utilizada em educação comparada é muito útil, pois a mesma permite compreender os sistemas educacionais, ou de aspetos com eles relacionados, por meio da comparação dos casos e das unidades de estudo. Como refere Garcia Garrido (1991), não

existe uma ciência comparativa na educação, mas uma metodologia comparada aplicada à educação. Este método serve para estudar vários problemas educativos, sobretudo, quando isso implica estudar dois ou mais fenómenos do mesmo tipo, procurando deduzir as discrepâncias ou as semelhanças entre si, interpretando os fundamentos ou as razões dessas diferenças.

Conforme refere Ruiz (2010), na procura de uma definição atual de educação comparada:

El primer elemento de este binomio clásico da cuenta de su finalidad interpretativa de los fenómenos educativos como objetos de estudio. El segundo supone la intención que posee la educación comparada de contribuir a la solución de los problemas educativos que se presentan en la sociedad. Para ello, la principal preocupación que se ha evidenciado en el campo de la disciplina en las últimas décadas ha sido la relativa a las definiciones sobre el desarrollo de un método (la denominada metodología comparada) aplicable para el estudio de los objetos específicos (sistemas, instituciones, problemas y procesos educativos)” (p.17).

Hilker (1967 citado por García Garrido, 1991) define as principais propriedades da comparação: deve ter um carácter fenomenológico, isto é, aplicar-se em situações da realidade observáveis; deve ter uma pluralidade, o que exige sempre a comparação de duas realidades ou fenómenos; ser homogénea, quer dizer, não deve versar sobre realidades excessivamente heterogéneas para serem comparáveis; a propriedade da globalização, procurar abarcar ao máximo o conjunto dos fatores que possam ajudar a fazer uma síntese daquilo que está em causa.

Bray, Adamson e Mason (2010), referem que o comparativismo teve grande implementação, desde o início do século XX, pelo enfoque que foi dado na explicação da grande variedade de fenómenos sociais e educacionais que marcaram essa fase histórica das nossas sociedades contemporâneas, utilizando, para o efeito, métodos empíricos e quantitativos da economia e da sociologia para ajudar a clarificar a relação entre a educação e as sociedades. Deste modo, o interesse pelos métodos comparados aumentou

substancialmente e levou ao reconhecimento, a níveis mais globais, da importância da educação nas sociedades globais.

Os estudos de educação comparada são relativamente recentes, sendo que as primeiras obras de carácter científico situam-se no final do século XIX. Este advento tardio está relacionado com o facto do seu enfoque inicial serem os sistemas educativos nacionais que começaram a ser desenvolvidos nessa época da industrialização sendo, por isso, a base de constituição desta nova ciência, os estudos comparados na educação. Inicialmente, pensava-se que seria possível estabelecer um conjunto de princípios universais para colmatar as insuficiências dos sistemas educativos nos diferentes países. Nessa data por via de troca de conhecimentos entre países foram produzidos muitos documentos, relatórios e estudos descritivos que serviam para determinar normas e estabelecer diretrizes que pudessem contribuir para a melhoria dos sistemas educativos e, ainda, que pudessem contribuir para a modernização da educação, por forma a responder aos novos desafios económicos e sociais.

A educação comparada, segundo Ferreira (2008), começou a ser enunciada no século XIX por Marc- Antoine Jullien, mas apenas no século XX começou a ser estudada nas universidades. Jullien publica, em Paris em 1817, o trabalho intitulado *Esquisse et Vues Préliminaire d'un Ouvrage sur L'Éducation Comparée* que é dado como um marco na fundação da educação comparada.

Após a Primeira Guerra Mundial entrou-se numa nova fase, sendo que os estudos comparativos passam a ter um pendor menos descritivo para serem de carácter mais explicativo e analítico, abrindo-se uma fase mais interpretativa. Num estudo, que ficou como marco desta etapa, Michael Sadler¹⁴ considerava que a educação se deveria estudar na sua relação com as condições socioculturais, ou seja, a partir daqui começa a valorizar-se o estudo da relação entre a sociedade e a educação, compreendendo a influência da história e da cultura na evolução da educação.

¹⁴ Conforme Ferreira (2008), Sadler (1900) publicou um texto intitulado "How far can we learn anything of practical value from the study of foreign systems of education? Onde apresenta a sua forma de encarar os estudos comparados e qual a sua utilidade.

A educação comparada começou a interessar-se pelos aspetos históricos e sociais, contribuindo para se compreender que um determinado sistema educativo não é alheio, de modo nenhum, às forças externas à escola (a economia, a religião, a geografia, etc.).

Segundo alguns autores como Bonitatibus (1989), referindo-se às contribuições da educação comparada, indica que um dos principais contributos assenta na ideia de que a educação e os sistemas que lhe dão suporte se têm desenvolvido na procura do equilíbrio entre os fatores exógenos (o espaço geográfico, a cultura, a ciência, a filosofia e a religião, a estrutura social e política, a economia, a história e as influências estrangeiras) e os fatores endógenos (a influência das ciências da educação e da pedagogia) sendo que, através dos estudos históricos, tem sido possível observar as interações entre esse conjunto de fatores e explicar, a partir daí, a estruturação dos sistemas educativos.

Depois da Segunda Guerra Mundial, segundo Carvalho (2014), tem-se mantido o empenho em definir novos objetivos para a investigação comparada, tornando-se as universidades os centros de reflexão e produção de novas abordagens sobre o tema, havendo cada vez mais encontros, conferências, trabalhos de investigação sobre a matéria com um peso substancial que, neste domínio, têm tido as organizações internacionais como a OCDE, a UNESCO, o Banco Mundial, a União Europeia, entre outras. Neste caso, foi ganhando relevo a utilização dos estudos comparativos em educação como uma ação política com objetivos de reduzir as desigualdades, combater a pobreza, promover o desenvolvimento económico em disciplinas como a sociologia e a economia que ganharam grande destaque na tal lógica de procura do equilíbrio entre a escola e a sociedade.

Nos anos sessenta os estudos comparados ganham novo impulso que enfocou nos estudos que procuraram estabelecer alguma relação entre a estrutura e a função, ou seja, estudam as variáveis puramente educativas e as suas relações com o contexto social. Voltando a Bonitatibus (1989), o enfoque visava detetar correlações entre a educação e a estrutura social de modo a suportar a decisão política. Neste domínio foram desenvolvidos vários estudos que relacionavam a educação como motor para o desenvolvimento

socioeconómico e para o enriquecimento do capital humano. Na crítica a esta abordagem funcionalista, que se vai desenvolver a partir dos anos setenta, defendia-se que eram frequentemente ignoradas as condicionantes históricas e os conflitos sociais no seio da educação, pelo que se revelava incapaz de oferecer referências para as políticas educativas.

Seguiu-se a este período uma fase em que, em contraponto, se desenvolveram estudos de tipo macrosociológicos, que procurava responder aos desafios de uma educação globalizada e a uma lógica do mercado que conduzia a uma uniformização dos sistemas educativos e estudos mais microsociológicos que em contrapartida se debruçavam, não sobre a relação entre países, mas antes, estudos da singularidade das culturas locais, dos aspetos da escola como organização, adotando procedimentos como os estudos de caso baseados nos métodos qualitativos. Deste modo, procura-se responder com informação qualificada a uma lógica de homogeneização dos sistemas educativos em que as especificidades nacionais e locais ficavam anuladas face ao que Canário (2006), designa de “educação-mundo”.

A este propósito, o mesmo autor alude a uma reflexão acerca da necessidade da educação comparada evoluir metodologicamente, por forma a posicionar-se num contexto da educação numa sociedade mundo, em que a coesão nacional cede lugar a subordinações de política educativa de carácter económico, inerente a um mercado global, em que a regulação dos sistemas passa progressivamente para mecanismos transnacionais de regulação por parte de organizações internacionais. Existe, por isso, uma tendência de unificação e universalização que, no dizer de Barroso (2005), têm um efeito de contaminação entre os países e que desprezam as soluções locais, construídas à medida das necessidades e das diferenças sociais, individuais e culturais.

Nóvoa (1998), apresenta as várias fases históricas da educação comparada definindo:

1. A perspetiva histórica, cuja abordagem se consubstanciava na descrição dos sistemas educativos internacionais, com o objetivo de os comparar com os nacionais, numa tentativa de explicar como se fundamentavam os sistemas nacionais de educação;

2. A perspetiva positivista, que procurava definir leis gerais, objetivas e científicas, que propunham explicar a evolução dos sistemas educativos, na tentativa de melhor compreensão das relações complexas entre a educação e a sociedade, no pressuposto de que isso poderia contribuir para o aperfeiçoamento e democratização da educação;
3. A perspetiva da modernização, que encarava a educação como uma forma de modernizar e desenvolver as sociedades influenciando um pensamento de eficácia, de eficiência e de necessidade de um forte planeamento educacional, muito em voga nos anos 50 e 60 do séc. XX;
4. A perspetiva da resolução de problemas, que conjugava a visão mais modernista e mais positivista, tendo como princípio, partir dos problemas educativos específicos, patentes nas diversas sociedades, e procurar encontrar as soluções mais convenientes;
5. A perspetiva crítica, desenvolvida a partir dos anos setenta do séc. XX, com o pressuposto de que a escola reproduzia o poder e a ideologia dominantes, gerando-se perspetivas contraditórias sobre o poder da escola, como aparelho ideológico e sobre o seu forte poder de influenciar as mudanças sociais, tendo através de um conjunto de estudos de caso, explicitado quais os modos e os processos que geravam desigualdades educacionais;
6. A perspetiva do sistema mundial, que pretendia mostrar o carácter transnacional que, habitualmente, tem só uma leitura nacional, implicando que, por via da globalização, se uniformizassem os modelos de ação e de pensamento, no âmbito da educação;
7. A perspetiva sócio histórica, que procurava reformular as abordagens mais tradicionais e descritivas, através de uma nova inteligibilidade que relacionava a história com a comparação, ou seja, a investigação comparativa para procurar compreender os factos no seu devido contexto e não limitar-se a descrevê-los.

A educação comparada, segundo Azevedo e Azevedo (2008), vem-se assumindo como componente multidisciplinar das ciências da educação que

procura uma abordagem às dinâmicas do processo educativo, considerando contextos diversos, definidos em função do tempo e do espaço, de modo a que, através de estudos de várias situações, possa obter conhecimentos impossíveis de alcançar, partindo de uma só situação. Assim, a educação comparada estrutura-se, hoje, como uma área do conhecimento que se alicerça no cruzamento de saberes provenientes de várias áreas científicas, com vista a contribuir para a resolução dos problemas educacionais que se apresentam, gradualmente, com mais complexidade e amplitude.

Neste quadro, Canário (2006), propõe novas abordagens da metodologia comparada, desde logo, com duas ideias básicas que têm muito que ver com este trabalho de investigação. O autor chama a atenção para a existência de “prisões mentais”, a saber:

“A primeira consiste em sobrepor educação e educação escolar, o que nos desarma para compreender o alcance das mutações em curso no campo educativo e que transcendem, largamente, as fronteiras dos sistemas escolares. A segunda a prisão mental (...) de permanecermos reféns do quadro de referência do estado-nação que continua a ser retido como a principal unidade de análise e como referente principal no trabalho de análise comparada. Os factos e os problemas com que nos confrontamos contrariam e interpelam de forma muito viva esta maneira de pensar” (p.29).

No mesmo sentido se tem pronunciado Nóvoa (2005), utilizando uma expressão mais contundente da necessidade de uma “revolução metodológica” expressa na citação:

“À imagem da história, a investigação comparada não deve centrar-se sobre os factos e as realidades mas sobre os problemas. Os factos – acontecimentos, países, sistemas, etc.. – são por definição, incompatíveis. É possível iluminar as especificidades e as semelhanças, mas não se pode ir mais longe. Somente os problemas podem ser erigidos em matéria-prima [o que permitirá produzir] novas zonas de olhar que se projetem num espaço que não é delimitado por fronteiras físicas, mas sim por fronteiras de sentido” (p.49).

A comparação em educação é cada vez mais utilizada nas ciências sociais e, pelo papel que desempenha a educação, é entendida como um fator de estudo das sociedades e uma condição de aperfeiçoamento e discussão dos sistemas educativos.

Neste quadro de reflexão é necessário fazer emergir a educação que está para além da escola e que encontra expressão noutros contextos, como seja, o espaço urbano, o espaço da cidade, fazendo como em tempos se fez para a escola, promovendo a descoberta do local, acrescentando o nível local aos estudos comparados. É neste contexto que se utilizou no presente estudo o contributo da educação comparada, procurando, através da comparação das políticas das cidades fazer emergir um enquadramento compreensivo do seu valor educativo e social na problemática das cidades inclusivas para as pessoas com necessidades especiais.

Palaudàrias (1998, citado por Ferrer Juliá (2002), procura sistematizar as áreas a que a educação comparada tem dado mais atenção, ao longo das últimas décadas, partindo de artigos da Comparative Education Review, fazendo um levantamento desde os finais dos anos 50 aos finais dos anos 90. Desse trabalho, foi possível obter os principais temas a que a educação comparada, enquanto área de estudo, tem dado atenção, a saber: política e educação, os diferentes níveis de educação, rendimento escolar, cultura e educação, mulheres e educação, teoria e metodologia da educação comparada, desenvolvimento educativo e modernização, currículo, educação rural, educação colonial, planificação da educação, estratificação social, educadores, igreja e Estado. Estes temas podem, por isso, dar uma ideia do que têm sido as tendências dos estudos desta disciplina, que se tem preocupado em produzir informação científica sobre as diferentes dimensões dos sistemas educativos.

Mais recentemente Egidio (2014), faz um balanço dos últimos 20 anos da educação comparada em Espanha, num período que medeia entre 1994 – 2014, fazendo um levantamento das principais publicações nesse período de livros e artigos de revistas, sendo possível organizar o interesse dos autores e investigadores em grandes temáticas, como sejam: fundamentação teórica da disciplina e seu desenvolvimento em Espanha, estudos comparados sobre os

sistemas educativos, os organismos internacionais e a política educativa supra nacional, a avaliação internacional do rendimento escolar, os direitos da infância e a cooperação para o desenvolvimento. A este propósito faz o autor algumas reflexões, referindo que a educação comparada tem tido uma produção de conhecimento em quantidade e em qualidade, tem tido uma boa integração nos planos de estudo das Universidades, a disciplina tem-se afirmado como chave para compreender as dificuldades e os avanços dos sistemas educativos, emergindo também novas áreas de estudo que se têm revelado determinantes para refletir e intervir nas realidades educativas da atualidade.

Numa abordagem que pretende abarcar uma visão mais complexa, Bray e Thomas (1995 em Bray, Adamson e Mason 2010) desenvolveram o modelo multiníveis, através de um modelo representado por um cubo, que pretende representar as múltiplas dimensões da educação comparada, cruzando os vários espaços geográficos, pelos quais a educação comparada se interessa hoje, os vários grupos humanos onde centram a sua atenção e os vários temas da educação e da sociedade que são focos do seu interesse.

Pode-se constatar que, ao nível geográfico e territorial, os estudos da educação comparada podem ir, desde as maiores regiões do mundo, aos continentes, passando pelos países, as províncias, os distritos/os municípios, as escolas, as classes e, mesmo, os indivíduos. Ao nível dos vários grupos, os interesses passam pelos vários grupos étnicos, etários, religiosos, de géneros, grupos diversos até à população em geral. No que se refere aos temas, a atenção da educação comparada tem-se focado em aspetos como os currícula, os processos de ensino e os métodos, os financiamentos da educação, as estruturas de gestão, as questões relacionadas com as mudanças das políticas educativas e do mercado laboral.

A riqueza e a amplitude desta abordagem é muito importante, num tempo em que a complexidade dos fenómenos é evidente, em que a globalização afeta as várias dimensões das políticas educativas, sendo, por vezes, necessário destacar exemplos mais locais, que podem servir de contraponto e de reforço à importância dos contextos nos processos de desenvolvimento humano e das

sociedades. Como refere Canário (2006), a educação cada vez emerge mais numa “sociedade mundo”:

“Esta mudança, que correspondeu a uma escolha política, consentida e conduzida pelas autoridades políticas nacionais, retirou aos Estados nacionais a capacidade de controlarem os fluxos no interior e com o exterior das suas fronteiras, reduzindo a sua ação a um estatuto marginal, o que não significa, necessariamente, a diminuição da sua importância. O seu papel fundamental passou a consistir em assegurar a melhor integração possível da sua sociedade no quadro mundial, contribuindo para a emergência de uma «sociedade mundo»” (p. 29).

Canário reflete sobre a gradual menor importância do Estado-Nação na definição das políticas educativas, citando estudos de comparativistas que o confirmam, que são basicamente definidas face a uma ordem dos mercados, reduzindo, muitas vezes, a educação a uma lógica de produção. Daí, a necessidade das políticas educativas terem uma influência do local, como espaço primordial de vivência das comunidades, dos seus interesses e das suas expectativas, no sentido, não apenas da descoberta do local, mas do seu valor intrinsecamente educativo, pelas dinâmicas que gera fora de uma lógica normativa e padronizada.

O lugar e a experiência da investigação comparada é muito adequado neste quadro, pois pela sua flexibilidade, tanto pode responder a questões muito abstratas, como favorecer o desenvolvimento de detalhados estudos de caso. Como propõe Potts (2003 citado por Bray, Adamson e Mason 2010) a definição de investigação em educação comparada é ampla, de modo a reconhecer a complexidade cultural interna e transversal dos diferentes países, salientando que os estudos dos contextos locais são tão comparativos como os que se realizam entre países.

É neste enquadramento que a mesma autora defende que a metodologia da investigação educativa comparada se insere num quadro mais vasto da investigação das ciências sociais e humanas, com muitas potencialidades para

estudar as realidades da vida, tendo, por base, o desenvolvimento de políticas sociais, como sejam as educativas.

Numa descrição sobre a educação comparada que, por ser muito objetiva, clarifica o conceito, segundo Groux (2002 citado por Vega Gil 2011):

“Se puede afirmar que la educación comparada es una disciplina o una especialidad que permite acercar realidades educativas de contextos variados (nacionales o internacionales) para comprender su coherencia e interés, así como inspirar éxitos diversos. Permite también, a través de la apertura hacia otros sistemas educativos, comprender los fines, los retos y su organización” (p.21).

Toda a educação comparada se tem desenvolvido no estudo dos sistemas educativos dos vários países ou das regiões. No entanto, Veja Gil (2011), quando caracteriza as unidades de comparação, refere-se a comparações intra-nacionais, descrevendo, dentro desta categoria, as unidades espaciais que estudam as particularidades dos territórios, zonas urbanas, zonas rurais e mesmo municípios.

Como é referido por Ferreira (2008), reportando-se à da Educação Comparada:

“Não se preocupa tando com o que deve ser imitado ou transplantado do estrangeiro, o que pretende é compreender e, se necessário, melhorar o sistema educativo do país, através do estudo dos fatores e das forças que determinam e condicionam os sistemas educativos em geral” (p.131).

Observa-se em muitos trabalhos internacionais que esta abordagem da metodologia comparada segue uma abordagem metodológica quantitativa, quando as suas amostras são muito extensivas e os métodos estatísticos são essenciais. No entanto, no caso do presente estudo, enveredar-se-á por uma abordagem essencialmente qualitativa, pois procurar-se-á as explicações pela

lógica interna das unidades estudadas, estabelecendo articulações com os respetivos sistemas sociais dessas comunidades.

Quando se está num campo de estudo social e educativo, em que não se torna fácil testar uma dada teoria, ou antecipar as variáveis em presença, a tarefa do investigador é, primordialmente, descrever e interpretar o modo como as organizações, os sistemas e o meio influenciam determinado fenómeno que se quer estudar. Como é referido por Poupart (1981, p.46), a metodologia qualitativa é “um processo fundamentalmente indutivo em que o projeto de investigação e as hipóteses específicas não são pré-definidas”, pelo que o esquema de análise se realiza, por conseguinte, no decurso e no final da investigação.

Fernandes (1991 citado por Ruivo 2001), refere que a investigação qualitativa se reporta

“À compreensão mais profunda dos problemas e investiga o que está «por trás» de certos comportamentos, atitudes ou convicções. Não há, em geral, qualquer preocupação com a dimensão das amostras nem com a generalização dos resultados. Também não se coloca o problema da validade e da fiabilidade dos instrumentos. (...) No paradigma qualitativo, o investigador é o «instrumento» de recolha de dados por excelência; a qualidade (validade e fiabilidade) dos dados depende muito da sua sensibilidade, da sua integridade e do seu conhecimento” (p.45).

No âmbito da educação comparada existem muitos sectores a favor da utilização dos estudos qualitativos, pois esse tipo de análise tem muita relevância nos estudos dos diferentes contextos culturais, políticos e sociais.

No caso concreto deste estudo, depois de fazer uma descrição geral do universo das cidades portuguesas que estão associadas à rede internacional das cidades educadoras, identificar-se-ão dois casos de estudo que melhor possam exemplificar, pela quantidade dos projetos socioeducativos inclusivos, as políticas de inclusão centradas nas pessoas com necessidades especiais.

A análise comparativa, como já foi referido a propósito do cubo desenhado por Bray e Thomas, centra-se tradicionalmente em entidades geográficas,

contribuindo para o estudo dos fenómenos educativos em diferentes lugares, sendo necessário, como é referido pelos comparativistas, que as unidades de comparação tenham suficientes elementos em comum para que as suas diferenças possam ser comparadas de forma significativa.

A comparação visa entender a relação entre os casos (unidades de análise) e deve ser orientada em três fases: identificar as similitudes entre os casos, procurar as relações causais com interesse para o estudo e formular uma explicação para os dados em presença.

Bray y Thomas (1995 em Bray, Adamson e Mason 2010)), citados anteriormente, organizam as unidades de análise em vários níveis:

1º nível - regiões do mundo e continente - estudos levados a cabo por organizações supranacionais, com vista a comparar as diferenças entre regiões, procurando minimizar as suas discrepâncias.

2º nível – países - nível de estudo que foi mais dominante desde o início dos estudos comparativos, procurando estudar as diferenças e complementaridades entre os sistemas dos vários países.

3º nível - Estados/províncias - estuda os sistemas descentralizados dos países que se organizam por regiões administrativas, podendo, por vezes, ajudar num melhor conhecimento das respostas e recursos educativos dentro dos próprios países.

4º nível – distritos - são estudos centrados em áreas administrativas de uma cidade ou de um país. Nesta categoria podemos incluir unidades urbanas como cidades. As cidades, apesar de não serem indicadas dentro do cubo, podem ser estudadas e comparadas dentro do mesmo país. Estes estudos são muito relevantes, pois ajudam a compreender uma ampla variedade e muitas diferenças de uns contextos educativos para outros. As soluções inovadoras encontradas por esta heterogeneidade podem ter muito interesse na procura de soluções de inovação social e educativa.

5º nível – escolas - o interesse da investigação centra-se na escola como unidade de análise, interessando-se pela comunidade específica que se encontra dentro da escola. O facto de serem unidades mais pequenas auxilia

uma compreensão mais profunda da realidade educativa, quando se analisam os centros escolares.

6º nível – aulas - o interesse gradual pelos estudos dos “processos” veio dar pertinência a este enfoque que, inicialmente, não era muito utilizado na abordagem comparada, sendo, pois, um novo domínio de estudo com interesse para a análise comparada.

7º nível – pessoas - são os estudos que se centram nos atores do sistema educativo, os professores, os diretores, as famílias e os alunos.

No presente estudo utilizar-se-á a modalidade descrita no nível 4º, onde estas unidades serão abordadas como estudos de caso, metodologia qualitativa adequada, quando se quer compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos e específicos, contrastando efeitos e relações entre si. Como refere Fidel (1992), esta é uma metodologia muito utilizada quando não existe um conhecimento prévio dos fenómenos, pelo que, através do estudo dos casos, podemos chegar à construção de teorias ou gerar hipóteses.

Os estudos de caso, pelos elementos recolhidos, ajudam na procura de novas respostas e de novas indagações, auxiliando na melhor compreensão de uma determinada problemática, através de uma pesquisa, o mais aprofundada e intensiva possível, procurando, desse modo, fazer o levantamento da multiplicidade dos fatores que concorrem para a compreensão de um dado problema.

Yin (2005) define o estudo de caso como sendo uma estratégia de pesquisa que visa esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões, o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e quais os resultados, aplicando-se a organizações, processos, programas, bairros, instituições, etc.

Os estudos de caso segundo o mesmo autor podem ser classificados em três tipos: exploratórios, descritivos e explanatórios que são várias formas de abordagem à realidade que se quer estudar, que apesar das suas características específicas têm grandes áreas de sobreposição entre si. De uma forma geral o estudo de caso descritivo utiliza-se quando se quer caracterizar uma situação no seu contexto que pela sua particularidade de originalidade e singularidade

encerram uma dimensão, por si só, reveladora ou ilustrativa do problema. Os casos múltiplos, quando envolvem mais que uma unidade de análise, são mais utilizados, pelo cruzamento da informação favorecer uma abordagem exploratória dos fenómenos a investigar e são muito utilizados quando se trata de problemas pouco conhecidos, objetivando proposições para futuras investigações. Os estudos de caso explanatórios tem mais o propósito de explicar relações de causa e efeito a partir de uma teoria.

Bray, Adamson e Mason (2010), a este propósito, falam, também, da comparação de políticas educativas, o que é relevante para o caso deste estudo que se propõe comparar políticas de cidades. Nesse caso, explicam que as políticas podem ter um largo espectro de áreas de intervenção, incluindo planos, propostas de ação e documentos programáticos. Bowe (1992), citado pelos mesmos autores, refere que, independentemente do modelo de tomada de decisão que se adota, as decisões políticas são muito marcadas pelos contextos em que ocorrem. Ganha sentido, por isso, estudar, através dos métodos comparativos, como são desenvolvidas as políticas educativas ao nível local, como são interpretadas e levadas à prática e como podem as autoridades locais compensar certas orientações nacionais, ou a falta delas, através de políticas que envolvam as instituições locais e desenvolvam certos processos num dado contexto.

Em certa medida, vai ser necessário comparar as políticas que, em dado caso, conduziram a este ou aquele resultado e, noutro caso, conduziram àquele outro desfecho; ir-se-á encontrar diferentes formas de governo, determinadas formas de participação das populações especiais e dos seus representantes e de determinadas formas de administrar e implementar as soluções para obter determinadas finalidades.

O estudo recairá sobre cidades portuguesas que estão a desenvolver políticas inclusivas, pelo que a seleção destas unidades de estudo, estes casos estudo, implicará um trabalho de campo de aproximação do investigador à realidade, havendo necessidade de garantir o melhor acesso às fontes de informação e aos informantes privilegiados, bem como a recolha de documentos relevantes para a investigação, ganhando, aqui, importância relevante, a

utilização das técnicas da entrevista e da análise documental. Ter-se-á sempre muito presente, como referem Bogdan e Biklen (2004), “os investigadores qualitativos frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto. Entendem que as ações podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente”. (p.48)

Conforme Fuentes-Romero e Rodriguez Fernández (2009), vão ser seguidas as etapas previstas nos estudos comparativistas. A primeira etapa será a descrição dos casos a comparar, recolhendo os dados necessários para a sua caracterização através da documentação necessária e dos diversos métodos que sejam necessários para esse objetivo, nomeadamente a entrevista aos informantes privilegiados. A seguir, segue-se a etapa de interpretação dos dados recolhidos, reduzindo sistematicamente os dados até que seja possível estruturar, com clareza, as diferentes relações entre os fatores que estão em análise, tendo em conta os objetivos do estudo.

Moreno e Cazales (2010), acerca dos modelos a utilizar na análise das unidades de estudo referem:

“El primero es la comparación simple o de nivel único, procedimiento consistente en relacionar objetos a comparar, considerando solamente sus aspectos observables; en este primer nivel sólo se realiza un análisis por campos de características homólogas, y alcanza un avance de descripción básico de la información. El segundo tipo es la comparación compleja o de niveles múltiples, procedimiento mediante el cual se abordan las relaciones que pueden existir entre los distintos fenómenos, variables o niveles de sistemas. Para ello se inicia con articulaciones hipotéticas entre variables identificadas a diferentes niveles de análisis” (p.43).

A justaposição dos casos vai possibilitar uma avaliação dos dois sistemas de políticas que se querem comparar, fazendo emergir as principais categorias que se vão utilizar na etapa da comparação. Essa última etapa implica a análise separada de cada um dos casos para depois se fazer uma comparação final dos

casos estudados. Sobre estes processos referem os autores, citando Raventós Santamaria (1990):

“Por otra parte, los cuatro pasos, grados, fases o etapas de la comparación son cuando menos polémicos, no tan sólo en su contenido, sino incluso en su propia denominación. En este sentido, es más que discutible el término descripción para significar la primera de estas etapas del análisis comparativo, por cuanto se trata más bien de una preparación, de una búsqueda de fuentes y documentos, y de una recopilación y organización de los mismos. También debe puntualizarse que la yuxtaposición es asimismo comparación, por cuanto al confrontar lo que hemos denominado conjuntos paralelos, se compara. El propio Bereday señalaba que el enfoque comparativo comienza con la yuxtaposición. Por lo menos, debemos indicar que resulta realmente difícil distinguir el umbral que separa la etapa de la yuxtaposición de la propiamente comparativa” (p.117).

O método comparativo pareceu ser da maior utilidade para se poder compreender as experiências de uma e de outra cidade, quando se trata de estudar as suas políticas inclusivas centradas nas populações com necessidades especiais, identificando cada um dos percursos feitos e definindo os contextos em que essas experiências se foram estruturando, tendo em conta os fatores sociais, políticos e culturais.

Em Bray, Adamson e Mason (2010), são dados um conjunto de exemplos de estudos comparativos em que várias cidades são comparadas dentro do mesmo país. Como relevam os autores, este tipo de estudos comparativos, desenvolvidos ao nível dos microssistemas, são muito úteis para obter elementos importantes que explicam e consubstanciam os fenómenos educativos nessas realidades específicas. Com a gradual globalização dos sistemas educativos, em ordem à preparação para o emprego e para uma lógica do mercado, ficam, frequentemente, em segundo plano, as realidades educativas heterogêneas mas que, estudadas devidamente, podem, pelas sua originalidade, ser inspiradoras de processos educativos geradores da inovação social e educativa. A este propósito afirma Potts (2010):

“Propongo una definición amplia de investigación en educación comparada que reconozca la complejidad cultural interna y transversal a las fronteras de diferentes países. La investigación llevada a cabo en contexto local puede ser tan comparativa como la realizada en el extranjero” (p.94).

Os exemplos referidos revelam e deixam claro a utilidade da análise ao nível das cidades, dos distritos e das comunidades, contribuindo para trazer ao de cima dimensões, que podem ser muito importantes, na definição de novas formas de relação entre a sociedade e a educação, assim como o potencial que a educação poderá ter na resolução de novos problemas sociais, que não são passíveis de serem trabalhados, ao nível de estudos de natureza mais abrangente e mais macro sistémicos. Bray, Adamson e Mason (2010) reforçam que os estudos, ao nível das cidades, proporcionam exemplos significativos que completam e complementam outros estudos sobre os sistemas educativos, reforçando a ideia de que o próprio domínio da educação se alargou a novos domínios que são decisivos para as sociedades dos nossos dias.

Pela complexidade das questões que envolve este objeto de estudo, a abordar pelos métodos da educação comparada, não poderá deixar de se incluir uma abordagem plurimetodológica, sendo que a sua credibilidade e abrangência vai exigir a utilização de diferentes metodologias e técnicas que adiante serão detalhadas.

4.2. Desenho da investigação

A presente investigação caracteriza-se por pretender realizar um estudo descritivo, de natureza qualitativa, enquadrado por uma metodologia comparativista e que enforma o que a literatura convencionou por designar por *estudo de caso*.

O desenho da metodologia comparativa segue o roteiro clássico, iniciando-se pela identificação e seleção do problema, a delimitação clara dos objetivos, o levantamento dos conceitos que teremos de enquadrar teoricamente

para o estudo e a definição ou delimitação da área do estudo, sendo no caso vertente, um estudo que se enquadra segundo o modelo sugerido por Ferrer Julià (2002), nas comparações intra-nacionais mediante unidades espaciais. Seguir-se-á uma metodologia qualitativa, embora introduzindo um inquérito que terá um tratamento quantitativo, utilizando os instrumentos próprios para esse tipo de estudos, as entrevistas e a análise documental. Chegar-se-á, depois, a uma fase descritiva, apresentando os dados compilados na recolha feita através de diferentes fontes, reduzindo e homogeneizando as informações recolhidas. Seguidamente, a fase de comparação, onde se procurará confrontar os dados descritos, procurando discutir os objetivos da investigação numa análise harmónica das realidades estudadas.

O trabalho de investigação vai seguir o processo que é habitual nos trabalhos de natureza qualitativa. Conforme refere Muchielli (2009), a investigação qualitativa envolve um conjunto de processos, como sejam:

- A investigação conduzida neste quadro compreende, na maior parte dos casos, um contacto pessoal com o meio e com as pessoas, exigindo uma particular sensibilidade para os pontos de vista, para as experiências, para as vivências, etc;
- A construção da problemática é de grande abrangência e bastante aberta a um conjunto de problemas que se entrecruzam;
- O desenho da investigação, embora possa ser feito previamente, vai evoluindo em relação com os resultados que se vão obtendo, de modo a que o grau de validação interna possa ser o mais consistente possível;
- As etapas de recolha de informação e de análise dos vários dados não são independentes e em grande medida são sobreponíveis e complementares, procurando-se aí a melhor compreensão da realidade e dos fenómenos que se querem estudar;
- O grande e principal instrumento de investigação, mesmo o primordial, é o próprio investigador que percorre todas as etapas da

investigação e consegue uma unidade de análise e interpretação dos dados, que é fundamental;

- A análise dos dados visa a descrição ou a teorização de processos, não pretendendo, de todo, ficar apenas focalizada nos resultados, pois valorizam-se muito os processos;

- Todo o processo desenvolve-se numa lógica de descoberta e de validação interna dos processos e não numa perspetiva de provar o que quer que seja, utilizando-se uma abordagem indutiva.

As estas características pode-se, ainda, acrescentar as que são definidas por Bogdan e Biklen (2004):

- A abordagem qualitativa implica que se olhe para os fenómenos com a perspetiva de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita esclarecer ou compreender o nosso objeto de estudo;

- É um tipo de investigação que é muito útil quando, inicialmente, se sabe pouco sobre um dado assunto, pois o processo vai fazendo emergir os aspetos importantes, constituindo um processo de aprendizagem em si mesmo;

- O processo de condução da investigação qualitativa é uma espécie de diálogo entre os investigadores e os respetivos sujeitos, pois a abordagem não é neutra e, muitas vezes, tem propósitos críticos e de influência na mudança social.

Sandin Estevan (2003), dá ênfase aos modelos qualitativos em educação, pelo que essa abordagem permite a compreensão dos diferentes fenómenos socioeducativos e de transformação da realidade, sendo que a investigação pode contribuir para as mudanças e as tomadas de decisão. A referida autora sistematiza, na figura 6, as várias metodologias de investigação qualitativa.

Figura 6 - Metodologias qualitativas



Fonte: Adaptação de Sandín Estevan, 2003 (p.128).

Shaw e Gould (2001) acentuam o princípio de que na pesquisa atual uma das preocupações fundamentais é a de dar espaço e visibilidade a uma pluralidade de vozes, colocando o investigador como um mediador entre essas realidades e a ciência social, o que implica um grande rigor nos procedimentos, uma recolha de dados e um cruzamento da informação que dê consistência à multiplicidade desses dados, sustentando a argumentação e dando credibilidade ao trabalho de investigação. Referem os mesmos autores que as metodologias qualitativas requerem: uma aproximação à realidade que se quer estudar, uma visão holística do contexto do estudo, uma análise que se desenvolve a partir de dentro e a partir do ponto de vista dos atores locais, que o investigador dê voz aos intervenientes, que se possam criar novos conceitos e categorias de acordo com as informações recolhidas e que se saiba fazer as conexões extraídas do material recolhido.

Por estas características, apesar do avanço dos conhecimentos, por vezes ainda persistem dúvidas sobre a cientificidade desta abordagem, sendo oportuno referir que o principal objetivo do investigador é o de construir conhecimento e não o de dar opiniões sobre determinado contexto, procurando que os seus estudos revelem uma capacidade de gerar teoria a partir da descrição ou compreensão dos fenómenos.

Sobre esta matéria Flick (2005), introduz algumas dimensões que a investigação qualitativa deve seguir para que possa ganhar a máxima credibilidade, apesar da sua especificidade enquanto método de investigação. Refere Flick, que se deverá ter muito presente os critérios de fiabilidade e de validade. Sugere o autor que quanto à fiabilidade se possa ter o máximo rigor, seguindo sempre os mesmos padrões de registo. Na interpretação dos dados poder-se-á aumentar a fiabilidade se houver atenção ao rigor nos métodos de tratamento e da qualidade da informação produzida. O que está em causa, quando se fala de fiabilidade, é a absoluta condição que o investigador necessita sobre a segurança dos dados recolhidos e dos procedimentos utilizados, conforme as especificidades próprias dos métodos qualitativos.

No que se refere à validade, debate esse que tem suscitado o envolvimento de vários autores (Kirk e Miller, 1986), é se o investigador percebe a realidade com objetividade a realidade que estuda, pois a questão que se debate é a relação que existe entre a realidade e a versão que o investigador apresenta dela. Esta questão coloca a dúvida na existência de uma realidade independentemente da construção social que se faz dela, pelo que, o que está em foco, é que a validade se faz notar quando o estudo empírico está enraizado no trabalho de campo e dos atores envolvidos. Daqui pode-se tirar alguns ensinamentos que devem presidir à condução do trabalho de campo: os fenómenos existem para além das posições acerca deles e a investigação tem como principal objetivo apresentar a realidade e não reproduzi-la, pelo que a validade é um parâmetro robusto quando a produção de dados, o seu tratamento e as inferências feitas a partir daí são consistentes.

Não deverão ser esquecidas outras dimensões, como sejam, a adequação, a objetividade e a viabilidade. A adequação tem uma grande

importância na medida em que o investigador tem de ter sempre presente que, para recolher informação fiável, é necessário que as formas para o fazer, em termos de instrumentos utilizados, devem ser compatíveis e adaptadas aos grupos de interlocutores a que se dirigem. A objetividade é um cuidado permanente que se deve ter ao longo do processo de investigação, implicando que os processos e as atitudes que o investigador utiliza não devem, de modo nenhum, interferir nos processos e nos resultados alcançados. Nem sempre é um objetivo alcançável, em pleno, pois existem fatores emocionais, de linguagem e de comportamentos que podem interferir, embora se deva ter sempre presente esse cuidado que é decisivo para o rigor dos processos e dos resultados do trabalho de investigação. Finalmente, a viabilidade, que implica conhecimento, custos e tempo, na medida em que um trabalho de investigação só é viável se houver um conjunto de conhecimentos teóricos muito sólidos sobre as matérias, um conjunto de meios, por vezes económicos, para suportar alguns custos e uma boa gestão do tempo para que os trabalhos se possam desenvolver no quadro da cronologia estabelecida. Todas estas dimensões são relevantes para conferir a um estudo qualitativo um estatuto de trabalho científico que suporta um conhecimento mais criterioso dos fenómenos sociais e humanos.

As garantias científicas da investigação qualitativa são acauteladas segundo Cubo Delgado, Martim Marín e Ramos Sánchez (2011), pela representatividade, que alcança através da máxima ampliação, o contexto de análise; pelo rigor da descrição do processo seguido para obter e analisar a informação, por forma a poder ser replicado o processo noutros contextos; pela configuração do desenho da investigação e pela pilotagem de todo o processo de pesquisa. Segundo os mesmos autores essas garantias conseguem-se, apostando numa fundamentação teórica da investigação que lhe dê robustez teórica para uma fundamentada análise e interpretação da informação. Finalmente, consegue-se essa condição de rigor científico pela dinâmica relacional que se estabelece com o campo de pesquisa, pelo envolvimento dos informantes, pelas garantias éticas e deontológicas que se possam transmitir aos indivíduos, às organizações e às comunidades com quem se vai interagir.

Num tempo em que se está confrontado com problemas novos, com problemáticas complexas, do ponto de vista social e educacional, as abordagens qualitativas ganham espaço para a produção da informação e para o avanço do conhecimento. Como refere Fabra e Domènech (2001), “Los métodos cualitativos (...) permiten cumplir con los significados intersubjetivos, sociales e históricamente situada que se desarrollan en la interacción humana”. (p.27)

Toda a ação de pesquisa exige o ato de fazer perguntas. Afirmção que é válida para todo o questionamento científico. Como sobre o assunto afirma Ferreira (2007):

“Tudo se resume a saber fazer perguntas e a identificar os elementos constituintes da resposta. E isto não é nada pouco, contrariamente ao que possa parecer à primeira vista. Em primeiro lugar, obriga ao controlo da inteligibilidade da pergunta em toda a sua extensão e multiplicidade de dimensões e, em segundo lugar, exige a fixação de critérios para distinguir o que é ruído e do que é sinal de resposta à pergunta formulada” (p.165).

Um modelo de estruturação operacional de uma investigação qualitativa implica um desenho que se articula num conjunto de capítulos que, na sua totalidade, devem dar conta, de modo coerente, sequencial e integrada de todo o processo de investigação levado por diante. Para tal, pode-se utilizar o processo descrito por Fick (2007), que indica que o trabalho de investigação deve iniciar-se pela definição da pergunta de partida e a identificação dos objetivos e, seguidamente, a pesquisa e a formulação dos conceitos que vão suportar teoricamente o trabalho. Será, também, necessário definir e selecionar os métodos de recolha da informação, tendo presente que o quadro está no âmbito da metodologia comparativa de tipo qualitativo. Fala o autor da triangulação de perspetivas e dos dados, no sentido de, quer teoricamente, quer na abordagem empírica à problemática, conseguir uma visão, o mais completa possível, dos aspetos que definem os contornos dos problemas que se querem estudar. Dar-se-á neste processo uma atenção particular à recolha de dados, inicialmente mais extensivos, para poder conhecer o universo e, depois numa lógica mais intensiva, recolher os dados que caracterizam as unidades de

estudo, que se designam por casos. Finalmente, far-se-á uma análise dos dados com a devida interpretação, que fornecerá alguns resultados que permitam responder à pergunta inicial.

Numa obra sobre metodologias de investigação em educação, Walford (1994) notava que em Ciências da Educação, existem dois grandes tipos de investigação que se podem definir, relacionados com os grupos alvo e da sua relação de poder com os investigadores. A um primeiro tipo designa *researching down*, onde se inclui toda a investigação centrada nas crianças, nos professores, na formação e cujos grupos teriam menos poder que os investigadores. O segundo tipo, que se designa por *researching up*, onde inclui os administradores da educação, os decisores políticos aos mais diferentes níveis, que são grupos que, em geral, têm mais poderes que os investigadores.

Quando se interrogam as políticas educativas não se podem dispensar as metodologias que ajudem a compreender o modo como se contruem essas políticas e o modo como os decisores e agentes sociais perspetivam os fundamentos, os processos e os resultados. Como refere Ball (1994) esta é uma maneira de “estar por dentro” dos processos que conduziram e orientaram uma determinada política educativa. Muitos desses processos não são do conhecimento público e só se conseguem recolher através de depoimentos e fontes primárias, sendo, por isso, necessário proceder a uma triangulação dos dados para validar os discursos e os factos. No caso da presente investigação esta foi uma questão central pois, frequentemente, se questionava a razão de um conjunto de cidades portuguesas se preocuparem em implementar medidas e políticas que contribuem para a inclusão das pessoas com necessidades especiais. Como se chegou a essas “boas práticas”, o que faz a diferença e o que faz com que se tornem visíveis esses esforços ao ponto de se reparar neles. Como referem Ruivo e Carrega (2011):

“Sabemos que as sociedades se constroem com lideranças. Das melhores às mais desastrosas, todas elas têm o condão de imprimir um cunho que a erosão do tempo demora a apagar e que determina o destino das pessoas e instituições. O pensamento e a palavra dos construtores de opinião, rapidamente transformam em desenho de futuros, sobretudo quando o emissor do discurso acumula o cobiçado poder da decisão.

Nem sempre se descortina o frágil percurso que alia o pensamento e a ação (...). Esta indagação é obra de investigadores que, para o efeito, necessitam da insubstituível achega do registo escrito da palavra, através da qual os governantes, ou os fazedores de opinião, se justificam quanto aos seus modos de agir, de pensar e, até, de sentir” (pp.7-8).

Este tipo de investigação exige que o investigador vá, ou esteja, no terreno, que procure os informantes privilegiados que, por terem papéis importantes nas unidades sociais que se quer estudar e possuírem uma visão própria das coisas que são importantes captar. É, também, necessário estar atento às clivagens de opinião que podem exigir a utilização de várias técnicas que, através do cruzamento da informação, possam dar mais robustez as dados recolhidos e possam, nas diferenças dos resultados, alargar o campo de interpretação e análise dos dados.

Como já se disse o universo deste estudo são as cidades portuguesas que fazem parte da rede internacional das cidades educadoras este critério prende-se com o facto de essas cidades terem subscrito a Carta das Cidades Educadoras, o que implica que se organizem formas de governança que, como diz Harvey (2013), garantam:

“Os direitos dos indivíduos ao respeito pela dignidade humana e à liberdade de expressão são demasiado preciosos para serem ignorados, mas há ainda que acrescentar a estes o direito de dar resposta às mudanças da vida que beneficie toda a gente, salvaguardando o mais elementar apoio material, a inclusão, o acesso e a diferença” (p.49).

Parte-se do pressuposto que as governações das cidades e dos territórios estão a dar passos seguros, no sentido do combate à exclusão, no respeito pela diferença e na procura, por todos os meios, de oferecer, a todos, o acesso aos recursos da comunidade. Nesse sentido, iniciar-se-á o estudo por administrar um questionário preliminar aos municípios que, em Portugal, fazem parte desta rede para recolher informação sobre:

- a) quais os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que as cidades oferecem aos grupos com necessidades especiais;
- b) como fomentam as cidades, em termos de planeamento, de ordenamento do espaço físico, respostas que favoreçam o acesso dos cidadãos com necessidades especiais aos espaços de convívio, de lazer, de equipamentos e serviços comunitários;
- c) como são desenvolvidas as políticas locais de fomento da coesão social, por forma a incluir socialmente todos, em particular os cidadãos com necessidades especiais.

O objetivo de selecionar as cidades a partir desta rede fundamenta-se no facto de, para dela fazer parte, as cidades terem de subscrever uma carta, Carta das Cidades Educadoras que, em várias alíneas, defende que as cidades deverão ser espaços de não discriminação, exclusão ou marginalização dos cidadãos. Utilizando esse universo, procurar-se-á aquelas que desenvolvem projetos inclusivos centrados nas populações com necessidades especiais, procurando, através desse critério, centrar o estudo num número mais restrito de cidades portuguesas (2 cidades) comparando as suas políticas, os seus projetos educativos locais e o impacto desses projetos na qualidade de vida das pessoas, seguindo o critério das cidades que melhores resultados tenham obtido nos seguintes indicadores:

- a) ações, que se estão a desenvolver na cidade, centradas na promoção da inclusão das pessoas com necessidades especiais, ao nível da educação, do emprego, do lazer, da participação na vida cultural e cívica;
- b) projetos socioeducativos, centrados na população com necessidades, de modo a caracterizar o seu potencial inclusivo, ao nível da educação formal, não formal e informal;
- c) esforços que as cidades estão a empreender no sentido da acessibilidade global aos recursos e espaços urbanos;
- d) definição de políticas e medidas de promoção de equidade face às populações com necessidades especiais;

- e) formas de participação das populações com necessidades especiais ou das organizações que as representam no desenho das políticas das medidas e das ações inclusivas.

Stake (2007), caracteriza os estudos de caso qualitativos como uma abordagem subjetiva, reforçando que aí reside uma das suas potencialidades, pois trabalha com a subjetividade e não contra a subjetividade dos sujeitos envolvidos no processo de investigação, quer seja o investigador, quer sejam os investigados. É um método que vai procurar compreender a originalidade e a singularidade dos acontecimentos e dos fenómenos das comunidades humanas. Diz o autor que o estudo de caso não procura explicações dos fenómenos ou dos acontecimentos observados, nem a previsão dos comportamentos dos sujeitos que estejam em situações análogas, pois não se trata de um método normativo que pretende formular leis ou princípios aplicáveis, pois o caso é uma situação única de vida que se verificou num determinado contexto específico que tem valor investigativo pelas suas particularidades intrínsecas. No mesmo sentido Yin (2005) refere que:

“Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não são claramente definidos (...) enfrenta uma situação tecnicamente única” (pp.32-33).

O mesmo autor salienta que existem seis fontes essenciais para a recolha de informação; documentação, registos em arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefactos físicos sendo que, num estudo de caso, se devem utilizar, pelo menos, duas destas fontes de informação. Por exemplo, Stake (2007) valoriza como técnicas centrais, para recolher informação numa pesquisa deste tipo, a entrevista e a observação, entendendo que são as mais adequadas para descrever as situações e caracterizar os contextos.

Um estudo de caso visa a recolha de um conjunto abrangente de dados, através da aplicação de métodos e técnicas aplicados aos sujeitos e ao

fenómeno que se quer estudar, por forma a conseguir-se um conhecimento aprofundado do caso de estudo, pelo que esse conjunto vasto de elementos implica uma triangulação dos dados recolhidos, para conseguir-se a máxima objetividade sem reduzir a complexidade da informação. Cisterna Cabrera (2005), caracteriza o processo de triangulação como uma ação de reunião e cruzamento dialético de toda a informação pertinente para o estudo do objeto de estudo, o que implica: a seleção da informação obtida no trabalho de campo; triangular a informação por cada objetivo; triangular a informação entre todos os objetivos; triangular a informação entre os vários instrumentos utilizados; e, triangular a informação com o quadro teórico. Estas operações conferem à investigação uma validade interna robusta, sendo que as várias operações de triangulação progressivas conferem ao trabalho uma análise e uma interpretação integrada e um sentido de totalidade significativo.

A triangulação designa a combinação de diferentes técnicas e diferentes perspetivas teóricas, no tratamento de um fenómeno. Denzin (1989), caracteriza quatro tipos de triangulação: a triangulação dos dados que se refere às várias fontes e aos vários métodos; a triangulação do investigador, quando se utilizam vários investigadores para a colheita de dados; a triangulação teórica, quando se colocam em análise os diversos pontos de vista teóricos para ampliar a produção do saber; finalmente, a triangulação metodológica, quando se combinam vários métodos para produzir informação, ou mesmo, quando em função do mesmo método, se diversificam os instrumentos aplicados. Segundo o mesmo autor esta é a forma mais sólida de produzir nova e criteriosa informação sobre a realidade que queremos estudar. Nesta base, no nosso estudo foram aplicados um conjunto de métodos e instrumentos de recolha de informação que, de seguida, se enumeram.

4.3 Instrumentos a utilizar

4.3.1. Inquérito por questionário

Utilizar-se-á o questionário como recurso para a recolha de informação a um grupo alargado de informantes, cinquenta e sete, pois não seria viável utilizar técnicas de interação mais diretas. Embora a natureza do estudo, como já se referiu antes, seja qualitativa, foi necessário introduzir esta forma de recolha de dados, utilizada mais em estudos extensivos, pois pareceu essencial fazer um levantamento junto de todos os municípios portugueses pertencentes à Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE). Enviar-se-ão questionários aos responsáveis políticos que, nessas cidades, são responsáveis pela promoção dos princípios da Carta das Cidades Educadoras, procurando indagar a sua opinião acerca do modo e dos processos como se promovem políticas de inclusão social para as pessoas com necessidades especiais, nas cidades de que são gestores públicos.

Como é referido por Azevedo e Azevedo (2008), os questionários permitem uma cobertura maior da população a ser inquirida, mas o mesmo carece de uma atenção particular na clareza e exatidão das perguntas, por forma a obter a máxima informação possível.

Como é próprio desta técnica, far-se-á, previamente, uma programação exhaustiva do questionário conforme os objetivos do estudo e tendo cuidados acrescidos na sua construção, por forma a não deixar de fora nenhum dos temas e subtemas considerados importantes. Nesta técnica, como chama a atenção Cubo Delgado, Marim Marin e Ramos Sanches (2011):

“La preparación del cuestionario es importante: no debe ser ambiguo y ha de estar formulado con un lenguaje entendible. Es esencial presentarlo a poblaciones similares para tener una muestra final aceptable. Conviene tener repuestas codificadas anteriormente (precodificadas), por ejemplo, en forma de elecciones múltiples” (p.187).

Para a sua elaboração é necessário converter em perguntas os vários temas que se deseja investigar, havendo necessidade de desenvolver várias fases para a sua construção:

- Definir os conteúdos que devem estar associados a cada um dos temas a abordar;
- Operacionalizar os objetivos e assegurar de que as perguntas que se vão formular ajudam a operacionalizar esses objetivos;
- Desenvolver as perguntas seguindo certas regras básicas, como sejam: linguagem fácil e acessível, perguntas que contenham uma só ideia, coerência global do conjunto de perguntas que se vão formular, perguntas concretas e o menos abstratas possível e organizá-las dos temas mais gerais para os mais específicos ou, em alternativa, por grandes blocos temáticos.

Tuckman (2002) chama à atenção para os critérios que devem ser seguidos na construção do questionário, como sejam: a condição de não formular questões que induzam ou influenciem a resposta (o problema das expectativas que o questionário pode gerar, levando o informante a dar a opinião que se espera e não aquela em que pensa efetivamente). Nos processos de validação deste instrumento, ter-se-á, maximamente, em linha de conta os aspetos referidos, sistematicamente, pela literatura especializada. O autor refere:

“Os investigadores usam os questionários e as entrevistas para transformar em dados a informação diretamente comunicada por uma pessoa (ou sujeito). Ao possibilitar o acesso ao que está ‘dentro da cabeça de uma pessoa’, estes processos tornam possível medir o que uma pessoa sabe (informação ou conhecimento), o que gosta e não gosta (valores e preferências) e o que pensa (atitudes e crenças)” (p.307).

Na construção dos questionários estarão presentes os vários tipos de respostas que podem ser preparadas. Utilizar-se-á, tendencialmente, a resposta estruturada, por oferecer menor enviesamento das respostas e maior

flexibilidade no preenchimento e a resposta classificada através de escalas ordinais, pela facilidade de registo que oferece e pelo nível de discriminação que possibilita.

As características das perguntas devem ter em atenção algumas regras a seguir na sua formulação: evitar questões muito longas, assegurar que as perguntas não são repetitivas, a formulação da pergunta deve ser clara e objetiva para obter uma resposta também clara e concisa, evitar questões que possam ter duplas mensagens ou significados pouco claros.

Quanto ao formato das perguntas, apresenta-se o modelo proposto por Tuckman (2002) para quem as questões podem ser:

- Diretas ou indiretas – as perguntas diretas são mais óbvias mas as de tipo indireto têm maior probabilidade de obter mais informação;
- Específicas ou não-específicas – as perguntas específicas centram-se num determinado objeto, pessoa, ou ideia enquanto as não-específicas procuram uma informação mais genérica. Por vezes, quando estamos a tratar temas mais difíceis e complexos, as questões mais genéricas são de melhor uso pois conseguem recolher a informação necessária com menos confrontação;
- Factos ou opiniões – conforme o objeto de estudo poder-se-á optar por perguntas mais focalizadas em factos concretos e, por isso, de resposta mais circunscrita ou, pelo contrário, perguntas mais opinativas as quais nem sempre os respondentes respondem de forma fácil, pois existem, por vezes, distorções, tendo em conta o ajustamento da resposta ao que é socialmente esperado e não em absoluto rigor com o que se pensa;
- Questões ou afirmações – nos questionários é mais comum fazerem-se perguntas de tipo afirmações, por forma a aferir se o respondente concorda ou discorda. Estas são formas de perguntas muito úteis quando se quer medir atitudes, sendo, no entanto, menos frequente utilizar questões mais abertas, embora, em certos casos se utilizem modelos mistos;
- Questões com respostas pré-determinadas ou questões de resposta chave – nestes casos as perguntas pré-determinadas servem para

identificar se a pessoa deve prosseguir para a pergunta seguinte, aparecendo muitas vezes encadeadas. Se se pergunta, por exemplo, a um respondente se tem curso superior pode perguntar-se, a seguir, em que área e caso não responda pode passar-se à pergunta seguinte.

Segundo o mesmo autor, não há apenas uma forma de elaborar as perguntas, assim como existem uma multiplicidade de formas de organizar as respostas de um questionário. Dessa multiplicidade poder-se-á dar um conjunto de exemplos de tipos de respostas possíveis:

- Respostas não estruturadas – são as respostas que é comum designar por respostas de final aberto, que são, por exemplo, quando em determinados questionários se exige que os respondentes justifiquem algo ou se as respostas são para completar. Sendo, por vezes, respostas úteis, pois ajustam-se melhor às diferenças dos sujeitos, são de maior dificuldade no tratamento;
- Respostas com espaços para preencher – são semelhantes às anteriores, mas são consideradas de transição entre as estruturadas e as não estruturadas, sendo que neste tipo os respondentes apenas podem dar uma resposta muito curta e muito factual;
- Respostas por tabela – é um tipo de resposta semelhante à anterior, mas ainda mais estruturada, pois segundo os cabeçalhos que determinam os campos, o respondente fica com pequenos espaços para prestar a informação ou, em alternativa, com escalas para assinalar. São respostas adequadas quando queremos, de uma só vez, saber várias coisas;
- Resposta por escala – é uma das formas mais utilizadas nos questionários, quando se dá ao respondente um conjunto de opções ordenadas, sendo muito úteis para exprimirem afirmações ou atitudes face aos temas. Estas repostas são apenas de natureza qualitativa e tentam medir a atitude ou opinião dominante face uma afirmação dada;
- Respostas ordenadas – são as respostas que se utilizam quando se pede ao respondente para ordenar um conjunto de afirmações prévias. Por exemplo, pede-se que classifique de 1 a 5 um conjunto de parâmetros, do

mais importante para o menos importante. São respostas que ajudam a medir as dominâncias de opinião face a determinado tema;

- Respostas por listagem – também são designadas de ‘checklist’ e são respostas onde se pede ao respondente que assinale, a partir de uma determinada lista, a sua escolha. Obriga a uma grande concentração e capacidade de decisão e não são formas de resposta muito ricas em informação;
- Respostas por categorias – é um tipo de resposta semelhante às listagens, mas mais simples, pois, muitas vezes, apenas se tem de assinalar, verdadeiro ou falso, sim ou não.

No caso do inquérito organizado para a recolha de informação, junto das cidades da AICE em Portugal, ir-se-ão utilizar mais as modalidades de resposta por escala, ordenadas, por categorias e por listagem por forma a obter informação o mais objetiva e sistemática possível.

A preparação de um questionário obedece a um conjunto de preceitos que se devem seguir com escrupulo e rigor metodológico que passam, frequentemente, pelo desenvolvimento de um anteprojecto, onde se definem os distintos aspetos da problemática que se quer estudar e para a qual necessitamos de informação. No anteprojecto deve ficar patente o “estado da arte”, ou seja, o que sobre a problemática em estudo já é um conhecimento consolidado, através da bibliografia, que deve fundamentar o quando teórico que serve de suporte ao estudo. É deste quadro de referências que devem emergir os grandes temas do questionário que são os eixos fundamentais para que, conforme os objetivos do estudo, se possam formular as questões que lhe vão dar conteúdo.

O investigador que procede à construção de um questionário tem de ter sempre presente que o sucesso desse instrumento decorre da qualidade das perguntas que vão ser formuladas e das possibilidades de respostas que se vão organizar, não podendo deixar de fora perguntas essenciais sobre o tema geral do estudo, perguntas decisivas que decorrem dos indicadores que foram levantados a partir das bibliografias. Apesar disso, terá de ter sempre presente um equilíbrio que é necessário alcançar, entre o número de perguntas que são

suficientes e necessárias, para cobrir toda a problemática do estudo e a previsão de tempo que é necessário para responder.

A esse propósito, Fox (1987), recomenda que se organizem os questionários de forma a evitar perguntas duplicadas ou perguntas com importância secundária, procurando todas as formas que possam reduzir a extensão do mesmo e que possam desmotivar, ou desinteressar os respondentes. Ao mesmo tempo, refere que as instruções que são fornecidas ao longo do questionário são também uma forma de o tornar um instrumento de recolha de informação mais compreensível e mais amigável, sendo, mesmo, muito importante, sublinha, que o investigador tenha presente que não poderá perguntar tudo o que porventura desejaria, pelo que deve, por isso, saber fazer as opções certas de organização e administração do questionário.

Quando uma primeira versão do questionário está pronta é necessário criar condições para que o mesmo seja aplicável com todos os níveis de garantia, de rigor e de qualidade. Daí que seja necessário desencadear um conjunto de operações de verificação e de validação que devem anteceder a sua distribuição e administração.

Segundo Ghiglione e Matalon (2001), nessa fase dever-se-á fazer um conjunto de perguntas que ajudem a uma última verificação dos conteúdos e da forma. Dão como exemplo:

- Todas as questões são compreendidas pelos respondentes?
- Algumas questões não serão muito difíceis?
- As listas de repostas previamente estabelecidas cobrem todas as hipóteses de resposta?
- As respostas serão bem aceites pelos respondentes? Haverá respostas que possam criar recusas?
- A ordem das perguntas é adequada? Não haverá ruturas entre os diferentes temas?
- Não haverá, ainda, perguntas inúteis ou que estarão repetidas?

- Todas as perguntas cobrem as várias dimensões da problemática que são objeto do estudo?

Deve haver uma avaliação de cada pergunta de per si e uma análise global à totalidade e coerência do conjunto de perguntas que são formuladas, o tipo de instruções que são dadas e até mesmo a apresentação gráfica do documento.

No caso deste estudo utilizar-se-á a modalidade de avaliação do questionário por um comité de especialistas. Segundo Potaka e Cochrane (2004), na construção de um questionário, o contributo de especialistas é um fator determinante para assegurar a qualidade desse instrumento. A validação do conteúdo é uma forma qualitativa de estabelecer um juízo de especialistas sobre o questionário e que serve para reconhecer os erros e a necessidade de configuração do instrumento. Este método de validação pode desenvolver-se recorrendo a um conjunto de especialistas, para que se pronunciem sobre a qualidade e adequação do questionário, havendo a possibilidade de o fazerem em grupo comparado e medindo a sua análise crítica ou individualmente.

Para desenvolver este processo procede-se do seguinte modo: selecionar o mínimo de três juízes para avaliarem, de forma independente, a relevância e a congruência dos conteúdos, a clareza das perguntas, bem como a pertinência das mesmas. Para cada um dos especialistas é construído um instrumento de validação onde registam as suas discordâncias e concordâncias face ao conjunto de perguntas. Para além disso, deve explicitar-se quais os objetivos do estudo, as definições dos principais conceitos e as bases teóricas em que se fundamentam as perguntas.

Depois da validação poderá haver lugar, conforme avaliação crítica dos especialistas, à retirada de perguntas ou à sua reformulação e, se necessário, haver um processo interativo entre o investigador e o comité de especialistas com vista à melhoria dos instrumentos de recolha da informação.

No convite aos especialistas deverá ter-se em consideração a sua experiência como peritos em métodos de recolha de dados e nas temáticas subjacentes ao objeto de estudo. Rubio, Berg-Weger, Tebb e Rauch (2003),

aconselham, ainda, que possam ser consultadas pessoas leigas, mas suficientemente próximas do assunto, que possam ajudar a ajustar a linguagem e a assegurar que as formulações são claras e adequadas à população alvo a inquirir. Nesta fase é muito importante entender como são as questões compreendidas, verificar erros de vocabulário e de formulação e fazer emergir eventuais equívocos que algumas formulações coloquem, para além de permitir aferir bem se, nas perguntas de escolha múltipla, as respostas cobrem todas as hipóteses que deveriam estar contempladas.

Neste caso, foram consultados cinco especialistas, três sobre aspetos mais gerais e organização do questionário e dois sobre as temáticas respetivamente, das cidades educadoras e da acessibilidade global. Após essa fase foi feito um teste piloto que envolveu consulta a responsáveis de seis municípios que não fazendo parte da Rede Portuguesa da AICE tem um trabalho relevante na área da inclusão social das pessoas com necessidades especiais.

Depois de todas as fases de construção e validação do questionário é necessário passar à sua administração que, no caso do presente estudo, foi feita através da via eletrónica, tendo, previamente, sido construída uma lista de informantes privilegiados, com quem se fizeram contactos pessoais prévios, no sentido de assegurar o máximo retorno dos questionários.

O questionário foi administrado junto dos cinquenta e sete municípios portugueses que fazem parte da AICE, à data, e foi utilizada a via digital para expedir e receber as respostas, utilizando o suporte Google Forms que serviu também de suporte a um primeiro tratamento quantitativo dos resultados, utilizando a folha de cálculo dos registos recolhidos de onde se partiu para um tratamento estatístico, aplicando um conjunto de técnicas que permitiram de forma sistemática, organizar, descrever, analisar e interpretar os dados recolhidos. O questionário foi lançado nos finais de janeiro 2016, junto dos Vereadores com o pelouro da educação, e os dados acabaram de ser recolhidos em finais do mês de fevereiro 2016, respondendo trinta e uma cidades do universo referido.

Os questionários foram acompanhados de uma carta de apresentação que acompanha o formulário com as perguntas. Segundo as recomendações de

Tuckman (2002), esta carta deve cumprir as seguintes formalidades: apresentar os objetivos da investigação e as intenções gerais do estudo, dar informação de como se vai garantir a confidencialidade dos dados recolhidos e deve assegurar a legitimidade do investigador, para além de ser um instrumento motivacional para quem vai responder e, ainda, definir a data de retorno da informação.

O principal inconveniente, com que se tem de lidar neste processo de administração do questionário, é o facto de ter um baixo nível de retorno em termos das respostas. Alguns autores (Ghiglione e Matalon, 2001) referem um retorno que pode andar na ordem dos 10% dos questionários distribuídos, havendo que desencadear mecanismos complementares de contacto que possam fazer subir esses números, pelo que se solicitou, no caso do presente estudo, o apoio da Rede Portuguesa das Cidades Educadoras que, pelos seus contactos privilegiados, constituiu um muito bom mediador entre o investigador as organização da administração local a contactar.

O tratamento dos resultados foi, sobretudo, quantitativo para as respostas de tipo fechado, achando as percentagens respetivas, dando-lhe a adequada apresentação gráfica. Se se tem vindo a defender que se está no campo de um estudo qualitativo, coloca-se a questão de como, relativamente a este instrumento, se utilizará a análise quantitativa. O que se passa é que, sendo um estudo qualitativo no seu quadro de referência, necessita de utilizar o questionário para definir as unidades de análise para o trabalho de campo, pelo que a utilização de métodos que exigem tratamento de tipos quantitativos, numa estratégia composta, em que no caso presente só vem criar condições para uma realização mais cuidada da pesquisa de tipo qualitativo.

Uma das questões mais relevantes para o presente estudo era a de encontrar um método para hierarquizar as várias cidades do ponto de vista do seu potencial inclusivo, tendo em conta as necessidades das pessoas com necessidades especiais. Respondendo a essa necessidade foi construída uma tabela de pontuação, centrada sobretudo nos recursos disponíveis e recenseados através do inquérito por questionário. A cada uma das cidades foi atribuída uma pontuação que convertida em percentagem permitiu criar uma

tabela ordenada das cidades com maior e menor condição de incluir conforme quadro 35 que se apresenta no ponto 6 do trabalho.

4.3.2 Entrevistas

Como referem Ketele e Rogiers (1999), para se poder levar a cabo uma entrevista têm de estar reunidas um conjunto de condições. Desde logo, tratando-se de uma forma de recolha de informações, deve apresentar um carácter multilateral. Deverá, por isso, constituir-se sempre um conjunto de entrevistas a um conjunto de pessoas. Deve, também, incidir sobre factos objetivos o que, no caso do presente estudo, se usou o modelo de entrevista designada por semi-dirigida, pois o que se fez foi preparar, previamente, o guião onde introduziremos as questões, por uma ordem precisa e sequencial, de acordo com os objetivos já traçados. Duarte (2004), assinala que:

“As entrevistas são instrumentos fundamentais para o investigador que necessita de mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de sistemas sociais específicos (...) nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade (...) como cada daqueles sujeitos percebe e significa a sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside às relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados” (p.215).

A mesma autora chama a atenção de que realizar entrevistas é bem diferente de “um bate-papo”, pelo que a sua preparação deve ser rigorosa e cuidadosa, de modo a que possam fornecer material empírico rico e com densidade suficiente para se tornarem numa fonte credível da investigação. Isso implica uma preparação teórica dos temas a abordar e uma mestria do investigador nos contactos com os informantes privilegiados, bem como um conjunto de preceitos que se devem seguir com rigor, a saber: a) definir bem e previamente os objetivos da entrevista; b) conhecer com detalhe os assuntos e

os temas a abordar na entrevista, através das leituras, da revisão da bibliografia e do domínio de estudos precedentes; c) preparação cuidada do guião da entrevista que sirva de roteiro à condução da mesma e que, ao mesmo tempo, haja o cuidado de validar esse guião, através de entrevistas pré-teste que ajudem a aperfeiçoar insuficiências ou, mesmo, a treinar o investigador na interação com os respondentes; d) utilização adequada das técnicas de administração da entrevista.

Segundo os principais autores as entrevistas podem ser de vários tipos: não-diretivas, semi-diretivas e diretivas. Lessard-Hébert, Goyette e Boutin (1994), reduzem o tipo de entrevistas a dois grandes tipos de categorias: a entrevista orientada para a resposta e a entrevista orientada para a informação. A entrevista orientada para a resposta caracteriza-se pelo investigador manter o controlo durante o processo, um controlo mais estruturado, será a entrevista diretiva; a entrevista semi-diretiva terá um controlo menos estruturado e implica um roteiro pré estabelecido para a condução da conversa. A entrevista orientada para a informação é aquela que, frequentemente, se designa por não-diretiva e implica que a mesma não seja estruturada pelo investigador, o que permite ao entrevistado exprimir os seus sentimentos e os seus interesses.

No caso de uma entrevista não-diretiva, coloca-se, apenas, o tema muito geral que serve para iniciar a conversa e que tem como função induzir o entrevistado a desenvolver o tema, a partir do seu próprio quadro de referência. Na entrevista semi-diretiva existe um esquema prévio (tipo de grelha com objetivos e perguntas) que segue uma certa ordem, dando um seguimento à entrevista, conduzindo o entrevistado pelos temas considerados necessários para a recolha da informação. No caso da entrevista mais estruturada, ou designada como diretiva, ela está muito próxima de um questionário, servindo para conduzir, sem ambiguidade, o entrevistador para respostas muito precisas.

Ghiglione e Matalon (2001) distinguem, ainda, as entrevistas quanto à sua utilização, definindo quatro tipos de aplicação: entrevistas de controlo, de verificação, de aprofundamento e de exploração. Aplicando estas categorias aos vários estudos ou trabalhos de investigação constata-se que, quando o investigador pretende fazer uma verificação ou controlo de hipótese já

estabelecidas, terá maior tendência para utilizar as abordagens semi-diretiva e diretiva. Quando o quadro de referência é mais amplo e o domínio sobre as matérias é menor utilizará o aprofundamento ou mesmo a exploração.

Neste quadro de referência uma entrevista de controlo ou de verificação pressupõe que o objeto de estudo esteja muito bem delimitado, que conheça previamente as dimensões que quer estudar e que conheça a população dos inquiridos, estando, neste caso, próximo do que se faz na estruturação de um questionário. Já quando se utiliza a entrevista como forma de aprofundamento ou de exploração, pretende-se compreender o contexto, as motivações, as necessidades, as atitudes ligadas ao problema de estudo e os processos de decisão que este desencadeia, permitindo, ainda, conduzir a investigação sem que se conheça previamente o nível de informação dos entrevistados.

No caso do presente estudo, pode-se conhecer, a partir da literatura, os principais temas abordar nas entrevistas sendo que, o mais interessante, é, precisamente, aferir e recolher nova informação junto de cada um dos informantes acerca de nova informação sobre os referidos temas que emergem da sua realidade, do seu contexto e da sua experiência singular. Nesse caso, utilizar-se-á um tipo de entrevista semi-diretiva, ou também designada como semi-estruturada, de tipo aprofundamento e exploração.

Os autores citados chamam a atenção para as técnicas a serem utilizadas durante as entrevistas, dependendo o sucesso da recolha da informação, da sua adequada utilização, pois esses são os meios que se podem utilizar para levar a bom termo uma qualquer entrevista. A este respeito, apresentam como importantes aspetos a ter em conta, a linguagem utilizada, a pergunta de abertura e as técnicas utilizadas ao longo da entrevista. Quanto a cada um destes aspetos, interessa definir melhor cada um deles:

- Quanto à linguagem, a mesma deve ser ajustada à realidade sociocultural dos entrevistados, para além de haver que cuidar outros aspetos de comunicação, como sejam a linguagem não-verbal, o tom de voz, o olhar, o reforço do entrevistado com o abanar da cabeça a espaços;

- Quanto à pergunta de abertura, dever-se-á iniciar as entrevistas por perguntas mais amplas e menos restritivas, de modo a motivar o interlocutor para a interação. Ajuda, por exemplo, falar de assuntos que temporalmente estejam mais próximas e que pelo seu conteúdo possam evitar constrangimentos ou embaraços. Ao longo da entrevista dever-se-á evitar ao máximo questões muito personalizadas que podem confrontar muito diretamente o interlocutor e também perguntas muito ambíguas que não ajudam a situar o posicionamento da resposta que é esperada.
- Quanto às várias técnicas, utilizar expressões breves que revelam interesse pelo que está a ser dito, sem que isso assuma uma forma artificial. Costuma ser frequente a utilização do “espelhamento” ou “eco” que consiste em repetir palavras ou frases, de modo a que o interlocutor desenvolva mais o tema ou a complemente com mais informação, quando se está a abordar uma temática que é considerada crucial para o estudo, podendo significar, também, uma forma de exprimir atenção e compreensão pelo que o entrevistado está a expressar. Formulação de pedidos neutros, pedindo ao entrevistado mais informação adicional. Formulação de pedidos particulares que podem ser formulados a partir de perguntas secundárias que visam obter explicitação de assuntos que, inicialmente, não tinham sido previstos. Repetição do tema, ou mesmo da pergunta, quando se verifica que, num tema central para a investigação, o interlocutor se desviou do assunto. Utilização dos silêncios, sobretudo silêncios curtos, de modo a dar espaço à reflexão e à resposta, especialmente em temas que exigem recursos à memória ou em temas que sejam mais complexos pelo seu conteúdo.

Podem ainda ser utilizadas um conjunto de técnicas a que os autores citados chamam de “particulares”, referindo que as mesmas foram frequentemente utilizadas por Piaget quando fazia entrevistas clínicas com crianças. O método do contra-exemplo, que visa estimular o interlocutor a discorrer de forma mais vasta sobre um dado facto ou um dado conceito, sobretudo se os entrevistados dominam bem os temas e podem, por isso, alargar a informação que possuem sobre os assuntos, produzindo um discurso mais rico e que consiste em dar um exemplo aparentemente contraditório e pedir ao

entrevistado para dar a sua posição. O método da incompreensão voluntária, com a introdução de frases tipo “não estou a ver muito bem o quer dizer como isso” ou “podia explicar isso melhor” e que visa convidar o interlocutor a fornecer mais informação. O método de audição de entrevistas anteriores que, depois de ouvidas de novo em parte ou na sua totalidade, se pede para se poder ir mais além do primeiro momento. É preciso ter atenção na utilização destas técnicas, de modo a evitar inconvenientes e mal entendidos, pelo que devem ser sempre bem explicadas e obter a disponibilidade dos interlocutores que são a fonte da informação privilegiada.

O recurso a estas técnicas não pode ser previsto num determinado momento da entrevista, mas são essencialmente formas de a conduzir, no sentido de garantir uma adequada e eficaz interação, de modo a não perder a oportunidade de recolher a informação necessária para a investigação.

Para além da preparação de entrevistador/investigador nos domínios técnicos e científicos, que estão no centro do trabalho de pesquisa, é muito importante prever a sua condição e as suas qualidades como entrevistador, sendo mesmo, por vezes, necessário prever alguma formação, quando não tem experiência anterior, com o objetivo de possibilitar o ensino das diferentes técnicas. Complementarmente, as qualidades de empatia, simpatia, sensibilidade para as relações humanas e simetria comunicacional são condições de base muito úteis para que se possa ter condição de fazer uma boa entrevista.

Ainda sobre a entrevista semi-estruturada, Flick (2005) faz notar a importância do equilíbrio e da orientação que a mesma deve ter. Neste caso, os problemas de equilíbrio que podem ocorrer entre as recomendações do guião pré-definido, os objetivos da investigação e os problemas quanto ao modo como o investigador se exprime na formulação das perguntas e o modo como conduz a interação. Daí que as decisões a tomar acerca de que perguntas fazer, quando e em que ordem são fundamentais neste tipo de entrevista. Tem de se saber decidir se se pede mais detalhes ou pormenores, procurando o aprofundamento dos temas essenciais, o que implica, por vezes, sair do guião e ser flexível na sua utilização face ao interesse e à dinâmica da interação com o entrevistado.

Tudo isto, segundo o autor, exige um alto grau de sensibilidade relativamente ao entrevistado e ao modo como a entrevista decorre. O equilíbrio, aqui, é alcançado quando, não perdendo o objeto de estudo, o investigador consegue administrar o guião de forma não burocrática, o que pode matar a abertura do entrevistado para o fornecimento da informação.

Uma fase determinante na validação das entrevistas semiestruturadas é o teste do guião pré-definido que serve para testar as perguntas, a sua adequação, a sua pertinência e a sua organização, bem como para podermos treinar as várias capacidades comunicacionais e técnicas de gestão da entrevista. O mesmo guião, no caso vertente, foi também validado por especialistas em metodologias e na matéria em estudo.

Em causa estão ainda as competências comunicacionais que vão ser mobilizadas aquando da administração da entrevista e que se podem sistematizar a partir das indicações dadas por Bériot (1997), referindo que a linguagem não-verbal:

“é uma linguagem analógica e como tal global e imprecisa. Traduzir a quantidade de informações contidas num fato não-verbal necessita de um número muito elevado de palavras. Não existe uma codificação universal deste modo de comunicação. Certos comportamentos não-verbais fazem parte das regras relacionais de uma cultura específica, mas no plano individual não é possível atribuir-lhes um significado preciso” (p.83).

Pode-se analisar o seu modo de funcionamento e conhecer os sinais de comunicação não-verbal que são emitidos a que o autor chama indicadores comunicantes, que são sinais que o corpo transmite a um interlocutor: modulação, ritmo e tonalidade da voz, coloração do rosto, ritmo respiratório, posturas, mobilidade do corpo e dos membros, movimentos dos olhos, etc. Se estes recursos forem bem utilizados poder-se-á comunicar melhor e, mesmo, orientar pequenas mudanças no nosso interlocutor.

Essa capacidade de comunicação implica utilizar processos de comunicação que facilitam as interações e o fluxo comunicacional, como indica

Bériot, como seja, por exemplo, a sincronia interacional que consiste em reduzir as distâncias entre os sinais não-verbais pelo interlocutor com os que o próprio entrevistado emite. É a capacidade global que é necessária para ajustar à postura do interlocutor, adotando uma certa semelhança entre a atitude física do entrevistador e a do interlocutor, no fundo, é uma forma de aproximação entre os dois. Deve-se nas entrevistas, por isso, não gesticular de mais, não aumentar o tom de voz, nem olhar sempre e fixamente para o outro, pois isso dessincroniza, na medida em que, tendencialmente, o interlocutor estará compenetrado, de certa forma, por vezes tenso, pelo que se deverá, antes, introduzir uma mensagem de descontração, de motivação e não de dispersão.

A calibragem é outro processo que permite modificações no estado interior do interlocutor, através dos indicadores não-verbais. É muito útil para reorientar a entrevista, caso as reações sejam desfavoráveis e conseguir reconhecer a relação entre os temas e a presença de certos indicadores. A calibragem são os sinais de alerta que se dão corporalmente: desvio do olhar, aumento da atividade motora, auto-contacto, entre outros, quando certas situações são abordadas, ou quando certas afirmações são feitas, sendo que, face a isso, o entrevistador tem de introduzir outros temas que possam facilitar a continuação de uma entrevista produtiva. Mas os sinais também podem ser positivos, como dar mais atenção ao assunto abrindo os olhos ou inclinando-se para a frente na cadeira, o que pode, também, indiciar ao aprofundamento dessa temática, por exemplo.

A meta-orientação é a capacidade de comunicação que um dado entrevistador tem de, através de sinais não-verbais, reorientar o comportamento de um dado interlocutor, ajudando a modificar o seu estado físico e psicológico. Parte-se sempre da sintonia e procura-se que, através dos sinais que são emitidos, que o interlocutor possa mudar de comportamento, sendo o exemplo mais conhecido quando o entrevistado está a falar muito alto, a gesticular muito, ou com uma atividade motora agitada, procurar baixar a voz, gesticular pouco, dar sinais de muita tranquilidade, de modo a que, por modelação, o interlocutor fique mais próximo do comportamento adequado. O que em entrevistas com interlocutores alterados, ou exaltados, por esta ou aquela razão, poderá ser uma forma de comunicação premente.

Finalmente, o silêncio ativo que, simplificando, é a capacidade de fazer pausas para estimular o interlocutor a utilizar as palavras, criando-se na comunicação um ritmo de pega e larga que dá sinais ao interlocutor de que a expectativa é a de que se possa exprimir, dar a sua opinião, sendo uma forma essencial para estruturar as interações e um modo de dar tempo à comunicação do outro. Por vezes, muitos entrevistadores têm grande dificuldade em controlar os seus fluxos, não criando as melhores condições de comunicação ao interlocutor, o que poderá ser fatal numa entrevista cujo objetivo máximo é recolher informação e opiniões. Diz o autor que esta utilização da linguagem não-verbal é mais uma arte que uma técnica. É mais uma arte de se relacionar, do que uma forma de dominação, pelo que se deverá encarar como uma forma de melhorar a comunicação com os outros e que pode encontrar a plena eficácia em conjugação com a comunicação verbal. Outro aspeto muito importante é o tratamento da entrevista com apoio tecnológico, hoje muito utilizado, mas seguindo as técnicas clássicas da análise de conteúdo, conforme os ensinamentos de Vala (2007) e Bardin (2009). Para Vala, a análise de conteúdo é uma das técnicas mais comuns na investigação empírica, utilizada pelas diferentes ciências sociais e humanas, e que serve para a descrição objetiva e sistemática do conteúdo manifesto da comunicação e tem, sobretudo, objetivos descritivos e classificatórios, possibilitando um conjunto de inferências válidas. Bardin lembra que é a inferência que permite a passagem da descrição à interpretação, dando sentido ao material que foi recolhido e tratado.

Segundo estes autores, a análise de conteúdo é uma técnica de tratamento da informação e não um método e, como tal, pode integrar-se em qualquer tipo de investigação empírica. Tem uma certa versatilidade, podendo mesmo ser utilizada com material pouco estruturado, como por exemplo, cartas, histórias de vida, entrevistas abertas, mensagens, documentos, fontes de informação que, deste modo, podem ser utilizadas de forma sistemática e objetiva nos trabalhos de investigação.

O que se pretende é um processo duplo: entender o sentido da comunicação, como se fosse um recetor normal e, ao mesmo tempo, procurar outra significação, outra mensagem que está, por vezes, oculta no discurso manifesto. Para Bardin (2009), o termo:

“Análise de conteúdo designa um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens” (p.42).

As práticas de análise de conteúdo implicam, assim, um conjunto de operações sucessivas e sistemáticas, como sejam, a constituição de um corpus, a definição de categorias e de unidades de análise.

O corpus são os documentos fontes que permitem, pela sua análise, o estudo do problema que foi definido e que orientará o investigador na seleção do corpus de informação com interesse para o estudo. A categorização ou a classificação visa reduzir os dados recolhidos de forma a organizá-los, ordená-los e dar-lhes sentido, sendo que a construção dos sistemas de categorias é uma operação complexa e que pressupõe a seleção dos temas e os enunciados com valor, agrupá-los e atribuir-lhes um nome que lhes dê sentido. Segundo Bardin (1977), esta operação implica a inventariação dos temas, a sua classificação procurando dar uma certa organização às mensagens, fazendo sucessivas operações de incorporação de categorias mais fracas em categorias mais fortes por serem aglutinadoras das ideias expressas. Recomenda Bardin que se faça, inicialmente, uma pré-análise que normalmente exige uma leitura ‘flutuante’, ou seja, um primeiro contato com os documentos que vão ser sujeitos à análise. Num segundo momento, dever-se-á adotar procedimentos de codificação, classificação e categorização, utilizando uma análise que parte das unidades de registo e das unidades de contexto, que vão das palavras às frases e, finalmente, num terceiro momento, far-se-á o tratamento dos resultados e a sua interpretação.

Para desenvolver estas operações, o investigador deve procurar, anteriormente, as unidades de registo, que são aquelas que têm algum significado, que comportam alguma ideia e que podem estar contidas numa frase, numa palavra ou num tema. As unidades de contexto servem para

contextualizar e ajudar na compreensão das unidades de registo e, neste caso, poder-se-á ter de utilizar segmentos da mensagem de dimensões superiores, como sejam, as frases para a palavra e os parágrafos para o tema. Daí que a análise possa ser centrada nas palavras, substantivos, verbos e adjetivos, podendo, depois, serem quantificadas, a fim de se estabelecerem quocientes. Também pode ser centrada nos temas que se formula, condensando uma frase, pelo que é necessário descobrir o núcleo de sentido dessa frase e, nesse caso, o que está a ser valorizado não é a forma mas o sentido. Esta análise de tipo temático é a mais frequentemente utilizada para estudar as opiniões, as motivações e as perceções que, muitas vezes, estão relacionadas com as entrevistas.

Segundo Bardin (1977), as boas categorias devem ter certas características que se deverão respeitar, como sejam: a exclusão mútua, o que significa que uma dada unidade não deve poder entrar em mais que uma categoria; homogeneidade, em que a categoria tem de ser tão consistente na sua definição que, pela homogeneidade, não pode aceitar outros temas que não aqueles para que foi criada; pertinência verifica-se quando a categoria está bem adaptada ao material que estamos a tratar; objetividade e fidelidade, que implica que, no tratamento da informação, deverá haver o máximo rigor e objetividade no tratamento e codificação do material, para que o sistema de categorias reflita uma análise coerente dos materiais; a produtividade, característica que se verifica caso o conjunto de categorias forneça resultados férteis que permitam as inferências e a interpretação dos resultados.

No presente estudo o tratamento das entrevistas far-se-á através da construção e análise de categorias, partindo das operações de desmembramento do texto em unidades reagrupadas, depois, em categorias analógicas, utilizando-se para o efeito uma análise temática.

No caso deste trabalho, far-se-ão entrevistas aos informantes privilegiados dos municípios que foram selecionados, através dos questionários, para se obterem informações mais detalhadas e mais aprofundadas que permitam identificar as políticas, as medidas e as ações de inclusão social numa dada unidade de estudo, havendo, para isso, necessidade de todo um conjunto

de contatos prévios que facilitem o acesso aos interlocutores considerados adequados, solicitando as devidas autorizações, garantindo o cumprimento dos princípios éticos e deontológicos próprios destes trabalhos que exigem reserva e confidencialidade.

Foram realizadas um total de oito entrevistas semi-diretivas, quatro por cada cidade, que tiveram como interlocutores um político, neste caso as Vereadoras com os pelouros da educação e ação social dos municípios, uma técnica superior de cada um dos municípios que acompanha a operacionalização dos processos, os Presidentes das Associações que em cada cidade está mais ligada á problemática das pessoas com necessidades especiais e dois cidadãos com necessidades especiais, um por cada cidade, que dão a sua opinião e o seu testemunho acerca da sua experiência, das vivências quotidianos em cada uma das cidades do estudo.

A transição e a organização do protocolo da entrevista é, também, uma operação muito importante para garantirmos o rigor dos dados recolhidos. Deve-se transcrever e dar a ler cada entrevista, para que o entrevistado a possa validar. Bogdan e Biklen (2004) fazem um conjunto de chamadas de atenção que não devem ser descuradas a esse respeito. Existem dois tipos de registo das entrevistas que são os mais utilizados, o modelo de notas e as gravações, existindo vantagens e desvantagens em cada um dos processos. Neste caso optou-se por fazer gravações, evitando o risco de se perder alguma informação primordial se as entrevistas forem longas.

Para o caso foi solicitado aos entrevistados a devida permissão, evitando ao máximo que o aparelho pudesse ser um inibidor da comunicação ou o que isso representa de perenidade da informação podendo ser ameaçador para os interlocutores, pelo foi necessário, no momento da introdução em que se explicaram os objetivos do estudo, se pede a colaboração dos entrevistados e se colocou com clareza o pedido para gravar.

Serão todos estes cuidados na preparação, na administração e no tratamento das entrevistas que foram seguidos no presente trabalho de investigação, atribuindo sentido e organizando os elementos, de forma inteligível e coerente, por forma a poder cruzar os dados e fazer emergir um novo texto

que, através das múltiplas relações estabelecidas pelos nossos interlocutores, ajude a compreender melhor a problemática em estudo.

4.3.3 Análise Documental

A análise documental é uma técnica muito utilizada nos trabalhos qualitativos, seja como forma de complemento às informações recolhidas através de outras técnicas, seja como forma de aportar novos aspetos necessários ao estudo dos temas em análise. Corsetti (2006), apresentou um trabalho académico de tipo etnográfico, em que a análise documental se constituía em triangulação com a entrevista e a observação, para estudar as práticas pedagógicas e a formação dos educadores. Neste estudo, a análise documental desempenha o papel de testemunha das práticas educativas.

Os documentos são registos escritos que proporcionam informações que ajudam na compreensão dos factos e das suas relações com a vida social de um determinado grupo. Para alguns autores (Souza, Kantorski e Luís, 2014) o conceito de análise documental pode ter duas aporções, ser visto como um método, uma modalidade de estudo e de investigação e ser entendido como um conjunto de procedimentos, uma técnica, configurando um processo de intervenção sobre o material recolhido.

Acerca das vantagens e desvantagens deste método de pesquisa, Godoy (1995) indica algumas vantagens:

- Permite o estudo de pessoas às quais não temos acesso físico, ou porque já não estão vivas, ou porque estão distantes;
- Os documentos constituem uma fonte não reativa, sendo que as informações neles contidas permanecem as mesmas após longos períodos de tempo;
- É um bom instrumento para analisar tendências de comportamentos ou de certos fenómenos, pois permite estudá-los ao longo do tempo;

- Existem também vantagens na análise documental quando se lidam com situações sigilosas que estão contidas nas autobiografias e nos diários pessoais.

Quanto às dificuldades e às desvantagens:

- Muitos dos documentos produzidos não o foram com o intuito de serem documentos de estudo ou de investigação;
- Os documentos apresentam, na maioria dos casos, as percepções das pessoas mais letradas e com maiores níveis de instrução;
- Os documentos refletem comportamentos verbais, não sendo adequados para registar atitudes que muitas vezes se detetam nos comportamentos não-verbais.

Oliveira (2007), procura fazer a distinção entre a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, argumentando que a pesquisa bibliográfica é o estúdio direto que se apoia em fontes científicas sem recorrer diretamente aos fatos, enquanto a pesquisa documental se caracteriza pela procura da informação em documentos que não foram sujeitos a nenhum tratamento científico, como sejam: relatórios, jornais, cartas, filmes, etc. Nesta perspetiva o elemento diferenciador está na natureza das fontes, pois no caso das fontes bibliográficas resultam de documentos que já receberam algum tratamento, no caso das fontes documentais, as fontes primárias, não receberam nenhum tratamento analítico, sendo por isso dados originais que nos relacionam diretamente com os fatos que queremos estudar.

Segundo Hodder (2002), os documentos são importantes recursos numa pesquisa qualitativa, em estudos que visam explorar as múltiplas e conflitantes vozes que se constituem nos vários campos de análise sobre um dado assunto. De acordo com o autor, um texto escrito tem um importante papel de legitimação do poder de determinados grupos sociais, sendo que o seu estudo pode proporcionar a compreensão sobre os princípios e normas que orientam as relações de troca, evidenciando os significados políticos que envolvem a sua produção. Neste sentido, os documentos podem ser percebidos como

construções sócio históricas que orientam e sustentam crenças, concepções e práticas sociais.

O conceito de documento não se restringe apenas aos documentos escritos ou impressos, também se podem considerar documentos não escritos tais como filmes, vídeos, slides, fotografia ou pôsteres. Esta amplitude de conceito diferencia e estabelece a diferença entre análise documental e análise bibliográfica. Oliveira (2007) faz uma distinção clara entre estas duas modalidades de estudo. Para a autora, a pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico, tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos, sendo um estudo direto das fontes científicas. Sobre a pesquisa documental a autora salienta que, nesse caso, os documentos que são fonte de informação não sofreram nenhum tratamento científico, pelo que o trabalho do investigador requer uma análise e um tratamento muito mais cuidadoso e criterioso.

Este conceito amplo é acolhido e corroborado por Appolinário (2009), quando define documento como:

“Qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir de consulta, estudo ou prova. Incluem-se nesse universo os impressos, os manuscritos, os registros audiovisuais e sonoros, as imagens entre outros” (p.67).

Na primeira perspetiva, a análise documental é a base para o desenvolvimento dos estudos, como é, por exemplo, o caso mais comum das pesquisas históricas que buscam uma reconstrução crítica dos dados, com o objetivo de defender um conjunto de leituras fundamentadas ou mesmo de projeções sobre um determinado tempo ou conjunto de acontecimentos. Na segunda aceção, a análise documental é entendida como um conjunto de procedimentos de recolha, de estudo e de transformação do material, tendo em vista facilitar a compreensão da informação e de estabelecer relações com outros dados entretanto coligidos. Na produção de conhecimento histórico e no seu método são aplicados dois procedimentos, a heurística e a hermenêutica

que são fundamentais na análise documental: a heurística que é a operação pela qual se procede à localização e à recolha das fontes de informação necessárias à análise histórica e a hermenêutica que é a operação pela qual se procede a interpretação dos documentos em termos de se saber em que medida as informações fornecidas por estes responde a questões inicialmente levantadas. A heurística visa localizar as fontes primárias através da criação de listas, repertórios, inventários, índices remissivos, etc. A hermenêutica que são as competências de interpretar e construir nova informação a partir das fontes primárias, a este propósito argumenta Magalhães (2007):

“Com efeito, ainda que a hermenêutica fundamental se centre na mediatização entre a(s) memória(s) e o(s) arquivo(s), os desafios de interpretação não se resolvem através da acumulação ou da justaposição de informação, mas antes pela interpelação do devir espaço-temporal e sociocultural, como principal produto da relação entre contextos, agentes, meios, atitudes, culturas, valores, interesses, motivações, racionalidades, expectativas, destinos de vida que caracterizam e substantivam o processo” (p.1).

Neste trabalho far-se-á o levantamento das práticas inclusivas, partindo de documentos que serão fontes primárias: como a legislação em vigor; os Planos de Atividades dos Municípios; os Projetos Estratégicos, nomeadamente Projetos Educativos Locais; os Projetos Socioeducativos, entre outros documentos, que nos sirvam de testemunho das políticas, medidas e ações de inclusão social dos casos-unidades em estudo. No caso vertente verificou-se que este material embora existindo não era suficientemente abundante e sistemático, mas de qualquer dos modos foram utilizados todos os materiais que estavam disponíveis, sobretudo, eletronicamente.

Appolinário (2009) procura precisar bem as várias modalidades que a colheita de dados pode configurar e como se podem entrecruzar os vários métodos, quando refere:

“Normalmente as pesquisas possuem duas categorias de estratégias de coleta de dados: a primeira refere-se ao local onde os dados são coletados (estratégia-local) e, neste item, há duas possibilidades: campo ou laboratório (...). A segunda estratégia refere-se à fonte dos dados: documental ou campo. Sempre que uma pesquisa se utiliza apenas de fontes documentais (livros, revistas, documentos legais, arquivos em media eletrônica, diz-se que a pesquisa possui estratégia documental. Quando a pesquisa não se restringe à utilização de documentos, mas também se utiliza de sujeitos, diz-se que a pesquisa possui estratégia de campo” (p.85).

Bell, Lopes e Moraes (2008), referem que a maioria dos estudos na área das Ciências da Educação necessitam da análise documental que servirá de complemento à informação obtida por aplicação de outros métodos. Sobre este método as autoras distinguem os documentos a recolher em dois grandes grupos que designam de fontes primárias e de fontes secundárias.

As fontes primárias são as fontes mais atuais, pois são as que surgem durante o trabalho de investigação, como por exemplo, as atas e outro tipo de registos. As fontes secundárias são documentos mais datados e que já encerram uma interpretação sobre determinado tipo de fenómenos, como sejam relatórios ou memorandos, numa linguagem mais corrente poderemos dizer que dados em ‘segunda mão’. Por sua vez, as fontes primárias, podem ser de dois tipos: fontes deliberadas ou fontes inadvertidas: as primeiras são os documentos que são produzidos para memória futura e que visam preservar determinados dados; as segundas são os documentos que são produzidos no quotidiano do trabalho das organizações, a partir do trabalho diário dos sistemas que se pretende estudar de escolas, governos locais, etc.

Nos trabalhos de investigação, a etapa de análise dos documentos serve para produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de entender os diferentes fenómenos, cabendo ao investigador interpretar e sintetizar as informações, determinar tendências e fazer as inferências, tendo em conta o objeto de estudo. Neste processo poder-se-á, tal como na entrevista, utilizar as técnicas de análise de conteúdo, de forma a sistematizar e esquematizar os dados mais relevantes, através da análise temática, categorizando a informação e dando-lhe um tratamento que a torne mais explícita e inteligível.

Em síntese, a pesquisa documental é um procedimento metodológico muito utilizado em estudos de ciências sociais e humanas, constituindo-se como um instrumento complementar a outros métodos de recolha de dados, com origem e principal utilização em trabalhos de natureza histórica, mas tendo, atualmente, uma utilização muito ampla em estudos de vários tipos, propondo-se ajudar a produzir novos conhecimentos e a criar condições para o desenvolvimento de trabalhos de investigação que façam uma abordagem das realidades em estudo, com a máxima objetividade, rigor e fundamentação nas evidências recolhidas ao longo do percurso da pesquisa. No caso do presente estudo utilizá-la-emos em conjunto com os métodos que, em resumo, se apresentam no quadro 11.

Quadro 11 - Síntese da Metodologia a utilizar

Método	Interesse p/ o estudo	População alvo	Procedimentos
1º Questionário	<p>Levantamento dos vários projetos e das políticas inclusivas das cidades portuguesas, tendo como destinatários as pessoas com necessidades especiais, associadas à Rede Internacional das Cidades Educadoras (AICE).</p> <p>Serve para identificar as duas cidades portuguesas com mais projetos e com políticas mais avançadas de promoção da inclusão para as pessoas com necessidades especiais.</p>	Vereadores com o pelouro da educação das cidades portuguesas associadas à AICE ou os substitutos que possam ser indicados.	<p>Construção do instrumento segundo indicadores recolhidos na literatura.</p> <p>Validação do questionário por comité de especialistas.</p> <p>Teste piloto junto de interlocutores válidos.</p> <p>Lançamento e administração via postal.</p> <p>Tratamento e interpretação dos dados.</p>
2º Entrevistas	<p>Mapear as experiências e práticas das duas cidades selecionadas através da administração dos questionários.</p> <p>Caracterizar o percurso desenvolvido em cada uma das cidades no sentido da promoção da inclusão social.</p> <p>Fazer o levantamento de forma mais detalhada das áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento de medidas de promoção da inclusão social.</p>	<p>Vereador com o pelouro da educação ou quem por ele for designado.</p> <p>Técnicos ou dirigentes das áreas que possam deter mais informação sobre o processo de inclusão social das pessoas com necessidades especiais.</p> <p>Associações locais de e para pessoas com necessidades especiais.</p> <p>Outros interlocutores que no decorrer do processo de pesquisa se venham a considerar relevantes pela informação que possuem.</p>	<p>Construção da entrevista semiestruturada, de tipo aprofundamento ou exploração, partindo da literatura e dos resultados obtidos nos questionários.</p> <p>Validação do guião com professores orientadores e especialistas.</p> <p>Aplicação do pré-teste.</p> <p>Administração das entrevistas nas duas cidades escolhidas como unidades de estudo.</p> <p>Tratamento e interpretação dos resultados.</p>
3º Análise documental	<p>Reunir elementos escritos sobre os projetos implementados.</p> <p>Reunir elementos escritos sobre as decisões políticas levadas a cabo.</p>	<p>Fontes: Sites dos municípios, documentos produzidos pelos órgãos autárquicos e pelos respetivos serviços técnicos de apoio.</p> <p>Elementos disponibilizados pela rede portuguesa das cidades educadoras.</p>	<p>Consulta às opções do plano de atividades dos municípios objeto do estudo de caso.</p> <p>Consulta das atas das reuniões de Câmara onde se tomaram decisões sobre a matéria em estudo.</p> <p>Consulta dos documentos técnicos que suportam as decisões tomadas pelos órgãos políticos.</p> <p>Redução, tratamento e interpretação dos dados recolhidos.</p>

Fonte: Produção própria

5 DESCRIÇÃO DA REALIDADE PORTUGUESA

5.1 Caracterização das cidades estudadas

A Rede Portuguesa das Cidades Educadoras inclui, atualmente, 57 municípios (adesões em Novembro de 2015), dispersos por todo o território nacional, incluindo a região autónoma da Madeira e é coordenada por uma Comissão de Coordenação de sete municípios que são eleitos para mandatos por períodos de dois anos. A referida comissão tem funções executivas e organiza os encontros anuais da rede sendo espaços de articulação, de debate e de reflexão acerca do modo como os diferentes municípios procuram promover, pelas políticas que implementam, os princípios consagrados na Carta das Cidades Educadoras que subescreveram. Os objetivos da rede portuguesa são: a incorporação dos princípios da Carta das Cidades Educadoras nas organizações e políticas municipais; o fomento e o desenvolvimento do trabalho em rede nacional e internacional, através de encontros anuais, debates, e divulgação de documentação; participação e divulgação das atividades da AICE; divulgação dos princípios da Carta e promoção de boas práticas locais, nacionais e internacionais.

Figura 7- Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras



Fonte: Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras ¹⁵

De seguida, através de quadros próprios organizados por regiões, far-se-á uma caracterização de todos os municípios portugueses que integram a Rede Territorial, a partir de elementos recolhidos nos sítios web de cada município e da base de dados Portugal Contemporâneo da PORDATA (Fundação Francisco Manuel dos Santos), utilizando os números disponíveis dos censos de 2001, relativo às populações com necessidades especiais, números esses que não foram levantados no último censo e os censos de 2011 para a população em geral.

¹⁵ Nota: por adesão recente faltam na figura os concelhos de: Gondomar, Lagoa (Açores), Ponta Delgada, Valongo e Póvoa do Lanhoso.

Quadro 12- Cidades Portuguesas da AICE – Região Norte

Município	Nº Habitantes	Nº Pessoas com NE (*)	REGIÃO NORTE Tópicos de Caracterização	Estrutura orgânica que coordena a área da educação				
				1	2	3	4	5
Barcelos	120.487	6.975	- Governação orientada por documento "Um novo Contrato de Governação Local" - Atenção particular às áreas sociais e da educação		*			
Braga	181.829	10.428	- Grande aglomerado urbano do país - Cidade universitária - Valorização do conhecimento e da inovação nos processos de desenvolvimento - Importância da inovação social e da educação		*			
Chaves	41.281	3.287	- Existem opções participativas - O Plano Estratégico refere um desenvolvimento sustentado como Território de Atividades Económicas					*
Esposende	34.330	2.181	- Zona banhada pelo Oceano Atlântico que proporciona atividades de veraneio e lazer - Potencialidades gastronómicas e de produção de vinhos - Forte presença de atividades da pesca e da agricultura					*
Fafe	50.630	2.542	- Existe orçamento participativo - Fafe situa-se num vale entre a Serra da Lameira, os Montes da Penha e outras montanhas, muito rico para o turismo de natureza - Situado no Vale do Ave onde existem várias pequenas e médias empresas capacidade de inovação e exportação		*			
Guarda	42.371	2.697	- Das mais antigas cidades portuguesas com uma história e um património cultural rico e único - Tem o título pela qualidade do ar e do ambiente como primeira cidade bioclimática Ibérica - Zona de tradições, aldeias históricas, artesanato e produção de produtos regionais de grande qualidade		*			
Oliveira de Azeméis	68.634	3.096	- Está situada na área metropolitana do Porto entre o rio Douro e o Rio Vouga - Tecido empresarial com projeção nacional e internacional nas áreas do calçado, da metalurgia e metalomecânica, plásticos, etc - Zona muito rica de património natural, é de salientar o parque temático dos moinhos de água			*		
Paços de Ferreira	56.560	2.263	- É conhecido pela concentração de empresas fabris na área do mobiliário sendo, por isso, um concelho exportador de bens e serviços - Tem sofrido uma transformação de lugar com traços de ruralidade para um centro urbano de modernidade - Apesar disso a agricultura foi sempre intensivamente praticada no concelho, com particular destaque para o cultivo de milho, batata, cenoura, alho, couve e da vinha em ramada					*

*(Necessidades Especiais); 1 Sector, 2 Divisão, 3 Departamento, 4 Direção Municipal, 5 Sem informação

Município	Nº Habitantes	Nº Pessoas com NE (*)	REGIÃO NORTE	Estrutura orgânica que coordena a área da educação				
				Tópicos de Caracterização				
				1	2	3	4	5
Paredes	87.004	3.999	<ul style="list-style-type: none"> - Paredes afirma-se como Rota dos Móveis, conceito que traduz a qualidade e o design do mobiliário produzido no território - A nível económico é o maior centro produtor de mobiliário do país, pois concentra cerca de 65% da produção nacional - Implementação de soluções inovadoras na edificação do parque escolar 					*
Porto	235.554	19.827	<ul style="list-style-type: none"> - Porto vive hoje tempos de recuperação económica, turística e reabilitação do Centro Histórico - A instalação de empresas da área tecnológica e a dinâmica da academia do Porto, em particular da Universidade do Porto, têm permitido que a cidade diversifique a sua economia - Significativa importância do turismo no desenvolvimento económico 			*		
Santa Maria da Feira	139.706	6.223	<ul style="list-style-type: none"> - Estrategicamente localizada a Sul do Rio Douro e situada na confluência de um conjunto de vias de comunicação, que lhe garantem proximidade aos grandes centros urbanos do Porto, Aveiro e Coimbra - Desenvolvimento do sector terciário, a nível do comércio, turismo e serviços. Traduzindo esta dinâmica económica, nasceu um dos maiores Centros Ibéricos de Congressos e de Atividades Culturais o Europarque ou a "Cidade dos Eventos" - Tem uma indústria diversificada, sediando o maior centro mundial de transformação de cortiça e a maior concentração de indústria do calçado 		*			
Santo Tirso	71.532	4.383	<ul style="list-style-type: none"> - Grande tradição na indústria têxtil portuguesa - Está integrado na zona demarcada dos vinhos verdes - Tradição de doces e licores conventuais sendo o mais conhecido o licor de Singeverga produzido pelos monges Beneditinos 			*		
São João da Madeira	21.736	1.109	<ul style="list-style-type: none"> - Existe orçamento participativo - Conhecida em particular pela sua indústria do calçado – sendo detentora da marca "Capital do Calçado" - Integrada na Área Metropolitana do Porto desde 2004 é a segunda maior cidade do Distrito de Aveiro - Tem um parque escolar considerado dos melhores do país 		*			

*(Necessidades Especiais); 1 Sector, 2 Divisão, 3 Departamento, 4 Direção Municipal, 5 Sem informação

Município	Nº Habitantes	Nº Pessoas com NE (*)	REGIÃO NORTE Tópicos de Caracterização	Estrutura orgânica que coordena a área da educação				
				1	2	3	4	5
Trofa		1.751	- Situado na região de Entre Douro-e-Minho, no extremo norte do distrito do Porto, o município da Trofa faz parte da área metropolitana do Porto - A indústria é diversificada, da metalúrgica de base, à de galvanização, produção alimentar, farmacêutica, indústria automóvel, precisão e tecnologia, e têxtil moda - Coexiste uma agricultura, profissional, desenvolvida com base tecnológica, fortemente ligada à pecuária e à produção de leite, além da cultura extensiva de milho - Para quem se desloca para norte, Famalicão é a porta de entrada do Minho - Localização privilegiada no cruzamento de caminhos, motivando, desde tempos ancestrais, a passagem e presença de povos e civilizações que, por aqui, deixaram marcas das suas riquezas e culturas - Concelho com uma forte atividade industrial exportadora devido à condição de inovação e qualificação dos produtos, especialmente os têxteis			*		
Vila Nova de Famalicão	134.054	6.917	- Para quem se desloca para norte, Famalicão é a porta de entrada do Minho - Localização privilegiada no cruzamento de caminhos, motivando, desde tempos ancestrais, a passagem e presença de povos e civilizações que, por aqui, deixaram marcas das suas riquezas e culturas - Concelho com uma forte atividade industrial exportadora devido à condição de inovação e qualificação dos produtos, especialmente os têxteis			*		
Vila Real	51.853	4.148	- A cidade de Vila Real está situada a cerca de 450 metros de altitude. Localiza-se num planalto rodeado de altas montanhas, em que avultam as serras do Marão e do Alvão - Concelho com núcleo urbano na sua sede mantêm características rurais bem marcadas. Dois tipos de paisagem dominam: a zona mais montanhosa das Serras, separadas pela terra verdejante e fértil do Vale da Campeã. A Sul, com a proximidade do Douro, os típicos vinhedos em socalco - O município conheceu um grande incremento com a criação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro		*			
Vila Verde	47.985	2.410	- Vila Verde é uma vila portuguesa pertencente ao distrito de Braga, região Norte e sub-região do rio Cávado - É dos maiores e mais pitorescos concelhos do Minho, com típicos aglomerados rurais, povoados por gente simples e acolhedora, magníficas casas solarengas, numerosos monumentos, assim como festas e romarias religiosas					*
(*) Gondomar	168.266	9.356	- Existe orçamento participativo - Faz parte da grande área metropolitana do Porto - Considerada a capital da filigrana, pela importância das indústrias locais do ouro e pelo significativo sentimento artístico		*			
(*) Valongo	94.239	5.140	- Tem relevo no concelho ramos da indústria como a Metalomecânica, a Metalúrgica, a Têxtil, a Construção Civil e Obras Públicas, a Alimentar, as Madeiras e o Mobiliário - Existem ainda traços de ruralidade. Domina o regime de minifúndio com produções tradicionais – a vinha, o milho e as forragens, a que está ligada a produção de leite - São ainda traços singulares a indústria da extração e transformação da ardósia, assim como todas as atividades a elas associadas e a construção dos brinquedos em madeira		*			

*(Necessidades Especiais); 1 Sector, 2 Divisão, 4 Direção Municipal, 5 Sem informação

Quadro 13 - Cidades Portuguesas da AICE – Região de Lisboa

Município	Nº Habitantes	Nº Pessoas com NE (*)	REGIÃO DE LISBOA		Estrutura orgânica que coordena a área da educação				
			Tópicos de Caracterização		1	2	3	4	5
Almada	173.606	10.584	<ul style="list-style-type: none"> - Pólo Universitário a sul de Lisboa de maior expressão - Importância das atividades económicas do terciário - Apostas no turismo e nas indústrias de base tecnológica. Localização privilegiada face a Lisboa 				*		
Amadora	175.440	10.584	<ul style="list-style-type: none"> - Existe orçamento participativo - Forte presença de pequenas e médias empresas - Funciona uma rede intermunicipal de cooperação para o desenvolvimento 				*		
Barreiro	5.144	5.144	<ul style="list-style-type: none"> - Existem opções participativas - Apostas em novas infraestruturas portuárias - Património relevante para o turismo industrial 			*			
Cascais	207.187	10.282	<ul style="list-style-type: none"> - Existem opções participativas - Forte potencial para o turismo - Apostas na atratividade, competitividade e sustentabilidade - Apostas na dinamização social inclusiva 				*		
Lisboa	542.917	43.453	<ul style="list-style-type: none"> - Primeiro município português a aderir à AIC- - Existe orçamento participativo - Situada no centro da área metropolitana de Lisboa, capital do país, zona com maiores níveis de desenvolvimento e atratividade - Em 2015 Capital Europeia do Voluntariado 				*		
Loures	206.025	12.170	<ul style="list-style-type: none"> - A proximidade do concelho de Loures a Lisboa, bem como a sua ligação a toda a zona Oeste de Portugal, colocam-no num lugar central da área metropolitana - Alia a tradição rural ainda existente na zona norte do concelho à modernidade, sendo sede de um conjunto de empresas muito diversificadas 				*		
Odivelas	145.707	8.080	<ul style="list-style-type: none"> - Existe orçamento participativo, tem como lema ser um concelho inclusivo - Um dos concelhos mais recentes do país - A localização geográfica do Concelho de Odivelas, na sua condição de território periférico da capital é considerado como zona "dormitório" - O investimento na construção de novos eixos de mobilidade ganhou nova projeção no desenvolvimento económico 				*		

*(Necessidades Especiais); 1 Sector, 2 Divisão, 3 Departamento, 4 Direção Municipal, 5 Sem informação

Município	Nº Habitantes	Nº Pessoas com NE (*)	REGIÃO DE LISBOA Tópicos de Caracterização	Estrutura orgânica que coordena a área da educação				
				1	2	3	4	5
Palmela	63.144	3.096	<ul style="list-style-type: none"> - Concilia o desenvolvimento industrial com a preservação de muitas das suas características rurais - Abrangendo uma vasta área das bacias do Tejo e do Sado, o concelho é um território de transição entre o tipicamente urbano e o meio rural - Existem grandes extensões de terreno onde são cultivadas várias espécies típicas da região, como o vinho em zona demarcada e a maçã riscadinha - Integrado numa zona designada de "Estremadura Ribatejana", o concelho de Rio Maior situa-se numa área de transição onde as influências do Ribatejo e do Litoral se juntam - Infraestruturas significativas para a prática desportiva - Tem um Plano de Desenvolvimento Estratégico para 2025/2030 - O concelho de Santarém situa-se na margem direita do Tejo - Insere-se na província ribatejana que é constituída, na sua maior parte, pelo distrito do qual a cidade de Santarém é a capital - A atividade económica mais relevante situa-se no terciário e na agropecuária - Atividade económica muito centrada no sector primário pois é um centro piscatório de relevo - Uso de uma das mais tradicionais artes de pesca que podem encontrar-se nas praias do concelho, a Arte Xávega - Destino para atividades de turismo e de lazer pela qualidade das suas praias, a linha de costa, com múltiplas paisagens, estende-se desde a Lagoa de Albufeira até à Serra da Arrábida - Cidade portuária possuindo o 4º porto mais importante de Portugal - Atividade económica muito ligada às atividades marítimas, nomeadamente à reparação naval - Em 2015, o mercado de peixe do Livramento, em Setúbal, foi considerado um dos mercados de peixe mais famosos do mundo pelo jornal <i>USA Today</i> - Existe orçamento participativo - Integra características urbanas e rurais, a sua localização permite-lhe usufruir de um património natural: da beleza do rio Tejo, à Reserva Natural do Estuário do Tejo e das Lezírias. Campinos, touros e cavalos compõem um quadro único na vivência da região - A chegada do comboio em 1856 marcou o início de um período de desenvolvimento da região, através da industrialização 	*				
Rio Maior	21.211	1.170			*			
Santarém	62.049	4.155			*			
Sesimbra	49.738	2.120			*			
Setúbal	121.061	6.255				*		
Vila Franca de Xira	137.509	6.891				*		

*(Necessidades Especiais); 1 Sector, 2 Divisão, 3 Departamento, 4 Direção Municipal, 5 Sem informação

Quadro 14 - Cidades Portuguesas da AICE – Região Centro

Município	Nº Habitantes	Nº Pessoas com NE (*)	REGIÃO CENTRO Tópicos de Caracterização	Estrutura orgânica que coordena a área da educação				
				1	2	3	4	5
Águeda	47.680	2.405	- Possui um canal de televisão de divulgação da vida local - Importância dada à indústria e à inovação - Ligação à Universidade de Aveiro referida como importante para o desenvolvimento		*			
Alenquer	43.294	1.905	- Importância do sector primário e secundário - Existência de uma atividade económica muito centrada nas explorações agrícolas					*
Coimbra	142.475	10.799	- Cidade do conhecimento pela importância da Universidade - Eixos de desenvolvimento centrados no conhecimento, na tecnologia, na área da saúde, no turismo e no património		*			
Condeixa a - Nova	17.172	1.478	- Relevante património arqueológico pois aqui fica situada a estação de Conimbriga - Bastante património edificado pois foi zona de residência da fidalguia - Relevante património e reservas naturais		*			
Fundão	110.990	5.406	- É um centro local importante de comércio, serviços e indústria - Muito conhecido pela grande produção de cerejas e ginja, pêssegos, azeite e vinho - Parceria com a Universidade da Beira Interior e o Instituto Politécnico de Castelo Branco para projetos de conhecimento e tecnologia		*			
Leiria	126.839	7.991	- Principal centro urbano do Pinhal Litoral e um importante centro de comércio, serviços e indústria - Durante a Idade Média foi uma vila historicamente relevante, sede de diversas Cortes e residência real - Com boas acessibilidades e situada entre Lisboa e Porto		*			
Pombal	55.179	3.551	- Tirando partido da sua localização, novas indústrias começaram a implantar-se em Pombal, tornando a cidade numa das mais prósperas do distrito de Leiria - O emprego é dominado pelos sectores secundários e terciário, seguindo-se o sector agrícola - Distinguido em 2015 com o prémio município do ano com o Programa de Incentivo ao Arrendamento Comercial a Jovens (Porta Aberta)		*			

*(Necessidades Especiais); 1 Sector, 2 Divisão, 3 Departamento, 4 Direção Municipal, 5 Sem informação

Município	Nº Habitantes	Nº Pessoas com NE (*)	REGIÃO CENTRO Tópicos de Caracterização	Estrutura orgânica que coordena a área da educação				
				1	2	3	4	5
Sever do Vouga	12.322	936	- Zona paisagística muito rica situada entre a serra e o vale do Rio Vouga - Principal atividade económica está ligada à agricultura e à atividade florestal - O concelho de Sever do Vouga beneficia de um vasto património arqueológico natural, industrial e de uma paisagem natural com valor para o turismo - Existe orçamento participativo - É sede de cerca de 4000 empresas e 850 sociedades, a estrutura empresarial local é marcada pelas sociedades dos diferentes ramos do comércio, indústria transformadora e construção - Destaque para o património natural a Reserva Natural do Paul do Boquilobo, o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, as Grutas do Almonda, ou o Monumento Natural das Pegadas dos Dinossauros		*			
Torres Novas	36.701	2.311	- A atividade agrícola (vinha e horticultura), a indústria agroalimentar e metalúrgica e o comércio a retalho assumem um papel preponderante - Concelho com maior produção de vinho ao nível nacional - 20 Km de praias que são um potencial para as atividades de turismo e lazer			*		
Torres Vedras	79.529	4.260	- Situado bem no centro do país, goza de uma localização privilegiada, e dista, por autoestrada, a uma hora do Porto, a duas de Lisboa - Tem um vasto património no que se refere à sua história, tradição, cultura e gastronomia, como em termos de recursos naturais - A sua paisagem é definida por extensos vinhedos, estando integrado na Região Demarcada do Vinho da Bairrada, e ainda pela mata da Serra do Bussaco	*				
Mealhada	20.425	1.441	- Integra a Agência para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego e a Rede das Aldeias do Xisto - O concelho de Miranda do Corvo tem uma área florestal de cerca de 9247,03 ha, ou seja, cerca de 73% da sua área total - Apresenta uma grande heterogeneidade orográfica e hidrográfica que, de certa forma, é acompanhada por uma acentuada diversidade faunística e de flora com espécies nativas de elevado interesse conservacionista		*			
Miranda do Corvo	13.113	836			*			

*(Necessidades Especiais); 1 Sector, 2 Divisão, 3 Departamento, 4 Direção Municipal, 5 Sem informação

Quadro 15 - Cidades Portuguesas da AICE – Região Alentejo

Município	Nº Habitantes	Nº Pessoas com NE (*)	REGIÃO ALENTEJO	Tópicos de Caracterização	Estrutura orgânica que coordena a área da educação				
					1	2	3	4	5
Azambuja	21.964	1.134		<ul style="list-style-type: none"> - Importância do sector do turismo, da natureza e do enoturismo - Documento estratégico para o concelho 2025 / 2030 		*			
Évora	56.436	3.332		<ul style="list-style-type: none"> - A paisagem caracteriza-se pela cultura de cereais em regime extensivo, com zonas de pastagens e manchas de montado de sobre e azinho, bem como zonas de olival, vinhas e culturas de regadio - Centro histórico da cidade é classificado pela Unesco como património mundial - É uma cidade Universitária 		*			
Grândola	14.896	959		<ul style="list-style-type: none"> - Terra que ficou famosa pela cantiga de José Afonso " Grândola Vila Morena" que é um símbolo das canções de resistência - Zona com fortes potencialidades turísticas pelas suas praias do litoral alentejano - Zona agrícola e florestal de pinhal e montado 		*			
Moura	15.091	980		<ul style="list-style-type: none"> - Moura integra a região do Alentejo e a sub-região do Baixo Alentejo. Faz fronteira com Espanha - O concelho de Moura acompanha a tendência regional de decréscimo da população - A barragem do Alqueva abre novas perspetivas para o desenvolvimento 		*			
Odemira	26.067	2.259		<ul style="list-style-type: none"> - Caracteriza-se pela imensa diversidade paisagística, estendendo-se entre a planície, a serra e o mar - O litoral conhece a maior expressão do turismo concelhio nos seus principais aglomerados urbanos de vocação turística - A faixa interior do concelho, marcada por uma orografia bastante acidentada, é palco para a maior mancha florestal do país 		*			

*(Necessidades Especiais): 1 Sector, 2 Divisão, 3 Departamento, 4 Direção Municipal, 5 Sem informação

Quadro 16 - Cidades Portuguesas da AICE – Região Algarve

Município	Nº Habitantes	Nº Pessoas com NE (*)	REGIÃO ALGARVE Tópicos de Caracterização	Estrutura orgânica que coordena a área da educação				
				1	2	3	4	5
Albufeira	40.574	1.687	<ul style="list-style-type: none"> - Existe orçamento participativo - Importante pólo de animação cultural - Turismo como atividade central do desenvolvimento 		*			
Loulé	70.324	3.300	<ul style="list-style-type: none"> - Existe orçamento participativo - Candidata a Cidade Europeia do Desporto 2015 - Turismo e lazer como atividade central do desenvolvimento 			*		
Silves	36.971	2.325	<ul style="list-style-type: none"> - É um dos maiores concelhos do Algarve e do país, apresentando uma riqueza natural e paisagística, que permite apreciar distintos ambientes e ecossistemas, tem três grandes zonas naturais, de características distintas entre si: a Serra, o Barrocal e o Litoral - A sua centralidade na região do Algarve e aproximação com o sul do Alentejo, associada às suas acessibilidades rodoviárias e ferroviárias, e oferta qualificada em diversas áreas, conferem-lhe valor de atratividade 		*			

*(Necessidades Especiais); 1 Sector, 2 Divisão, 3 Departamento, 4 Direção Municipal, 5 Sem informação

Quadro 17 - Cidades Portuguesas da AICE – Região Autónoma da Madeira

Município	Nº Habitantes	Nº Pessoas com NE (*)	REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA Tópicos de Caracterização	Estrutura orgânica que coordena a área da educação				
				1	2	3	4	5
Funchal	110.990	5.406	- Funchal foi a primeira cidade Atlântica construída fora do Velho Continente - Cidade fortemente vocacionada para o turismo pela sua beleza paisagística e pelo seu património - Forte densidade populacional o que implicou - Atividade económica muito ligada à pesca - Forte atratividade para o turismo pela proximidade com a cidade do Funchal - Bolsas de população com carências sociais significativa			*		
Câmara de Lobos	35.424	1.156			*			

*(Necessidades Especiais); 1 Sector, 2 Divisão, 3 Departamento, 4 Direção Municipal, 5 Sem informação

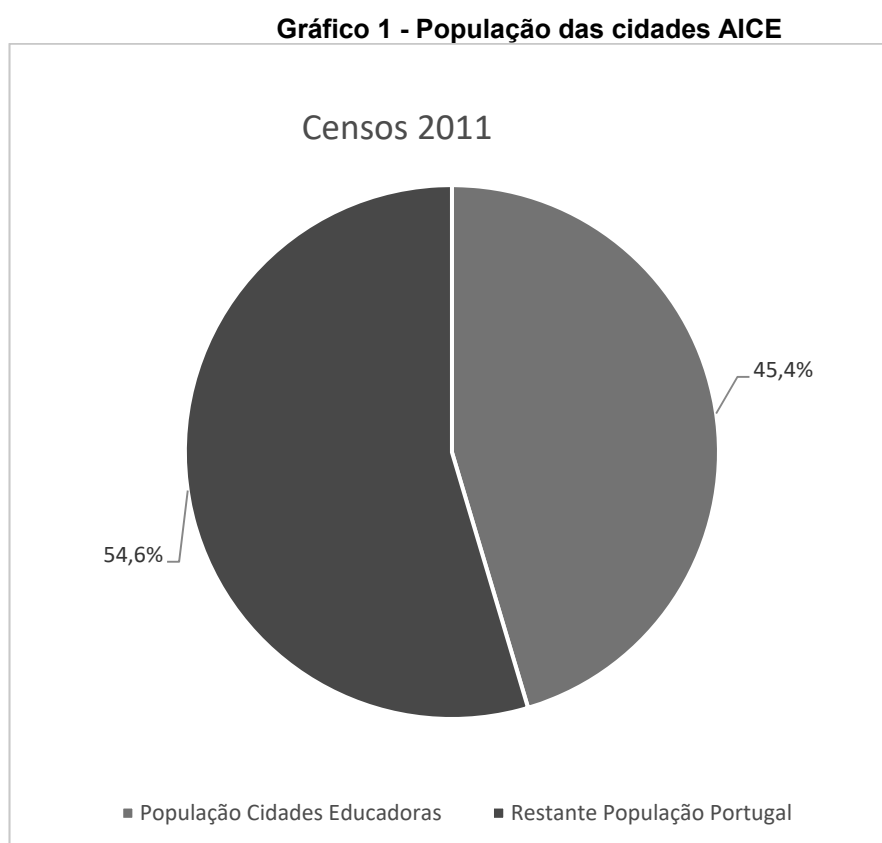
Quadro 18 - Cidades Portuguesas da AICE – Região Autónoma dos Açores

Município	Nº Habitantes	Nº Pessoas com NE (*)	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Tópicos de Caracterização	Estrutura orgânica que coordena a área da educação				
				1	2	3	4	5
(*) Lagoa	14.471	587	<ul style="list-style-type: none"> - A Lagoa é uma cidade situada na costa sul da ilha de São Miguel, Açores - O município é limitado a norte pelo município da Ribeira Grande, a leste por Vila Franca do Campo, a oeste por Ponta Delgada e a sul pelo Oceano Atlântico - Proporciona aos amantes da natureza uma oferta - Existe orçamento participativo 	3ª GRAU				
(*) Ponta Delgada	68.821	3.178	<ul style="list-style-type: none"> - Maior e mais populosa cidade da Região Autónoma dos Açores. A beleza natural da ilha, as suas paisagens, a sua cultura e património e a sua posição atlântica são propícias para as atividades do turismo - Com uma atividade económica centrada na área dos serviços, o Concelho não deixa de ter, mesmo assim, um papel importante na produção industrial e na produção primária, particularmente a que está associada à agropecuária 		*			

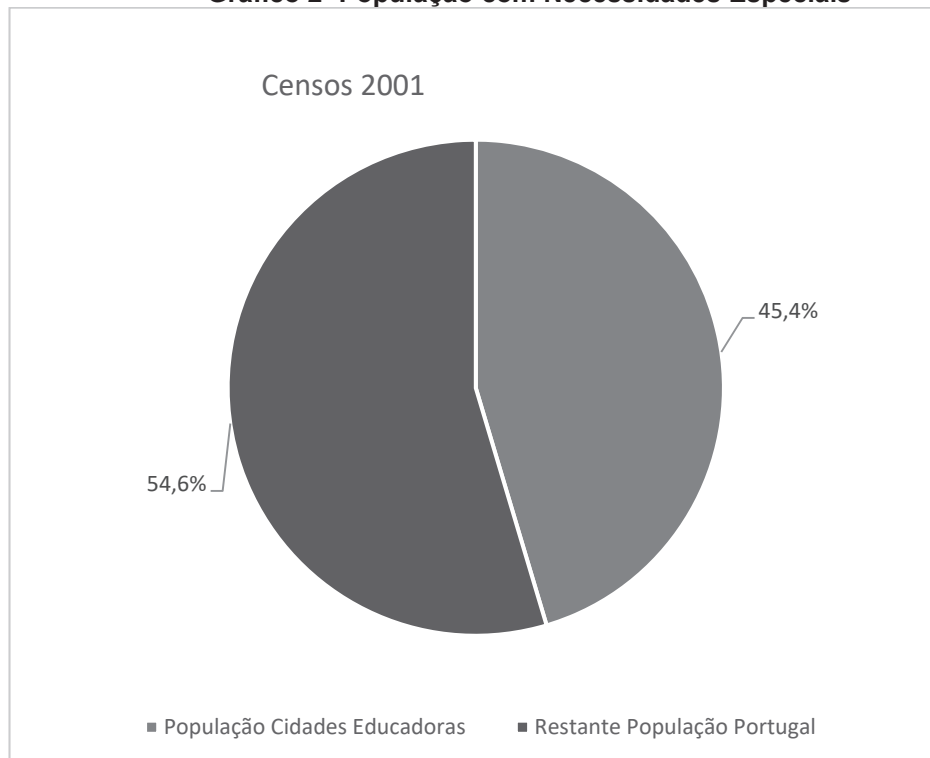
*(Necessidades Especiais); 1 Sector, 2 Divisão, 3 Departamento, 4 Direção Municipal, 5 Sem informação

Fonte: Quadros 12 a 18 produção própria.

O movimento das cidades Educadoras tem tido um grande incremento e uma forte adesão em Portugal pois, para além do número significativo de cidades que já fazem parte da AICE, abarca os municípios mais populosos do país, como se pode verificar pelo gráfico 1, cobrindo, em termos populacionais, quase metade da população portuguesa (45,4%), representando, assim, um total de 4.832.099 pessoas que habitam nas cidades associadas à AICE.



Se se considerar as populações com necessidades especiais, os números também são muito significativos, pela sua representatividade em termos nacionais, pois verifica-se uma prevalência de 6%, em média da população nas 57 cidades, em linha com a média nacional, representando, no seu todo, um total de 288.714 pessoas com necessidades especiais que, em 2001, habitavam nas cidades associadas à AICE. Como se pode observar no gráfico 1 e 2 estes valores em percentagem são justapostos.

Gráfico 2- População com Necessidades Especiais

No que se refere à distribuição das cidades pelo território nacional, verifica-se uma grande concentração na região de Lisboa com 39% da população e da Região Norte com 35%, dado que nessas regiões metropolitanas se situam as cidades mais populosas, distribuição em gráfico seguinte. O mesmo se fez para as populações com necessidades especiais com valores sensivelmente semelhantes à população em geral, Conforme gráfico 3 e 4.

Gráfico 3- População das Cidades Educadoras por Regiões

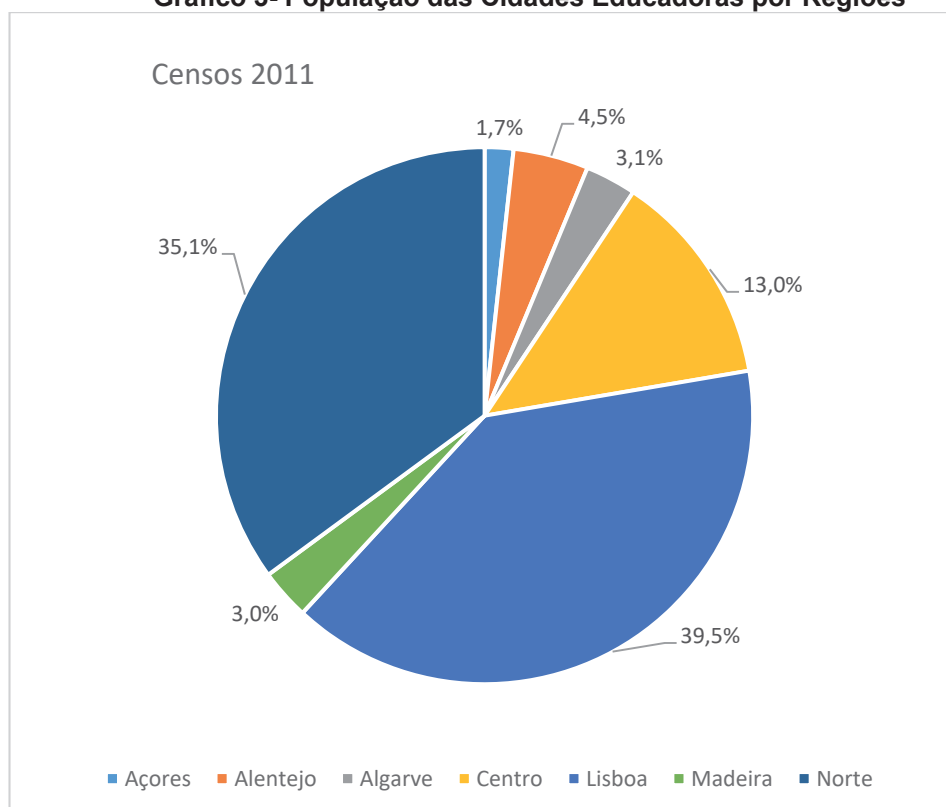
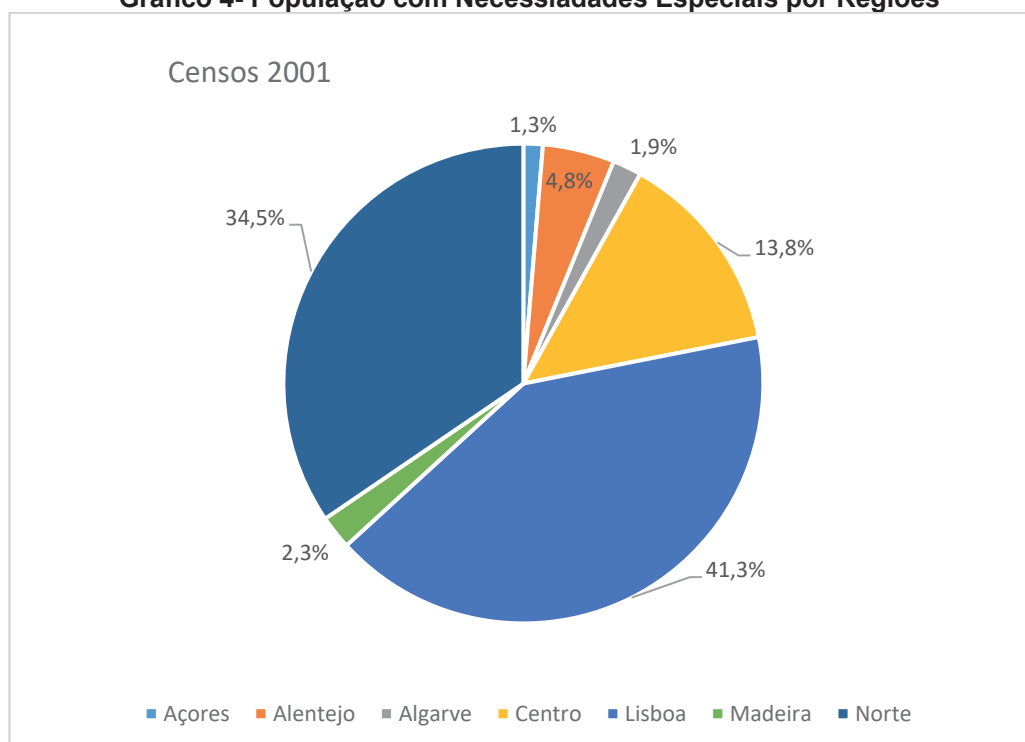


Gráfico 4- População com Necessidades Especiais por Regiões

Foi elaborado, ainda, um exercício para verificar qual a distribuição, tendo em conta a população das cidades educadoras portuguesas, por forma a encontrar a média populacional e os maiores e menores desvios dessa média populacional, que se situa nos 84.774 habitantes, sendo que a cidade mais populosa é Lisboa com 542.917 habitantes, seguindo-se Sever do Vouga com 12.322 habitantes. Verifica-se, também, que a cidade mais próxima da média é Paredes com 87.004 habitantes. Esta análise permite inferir da enorme diversidade, em termos de dimensão populacional das cidades associadas à AICE e, por essa via, a riqueza desta Rede Nacional, em termos de desafios que se colocam por via das dinâmicas das necessidades e até das localizações e níveis de desenvolvimento de cada uma das cidades e dos municípios. É fácil de observar na Rede Portuguesa, pela quantidade e diversidade das cidades associadas, o potencial de trabalho onde poderão crescer as sub-redes em termos temáticos e em termos territoriais, favorecendo a cooperação e a aprendizagem coletiva, o que no âmbito da Rede Internacional poderá ser uma

mais-valia. Este exercício é apresentado nas páginas seguintes através dos gráficos 5 e 6.

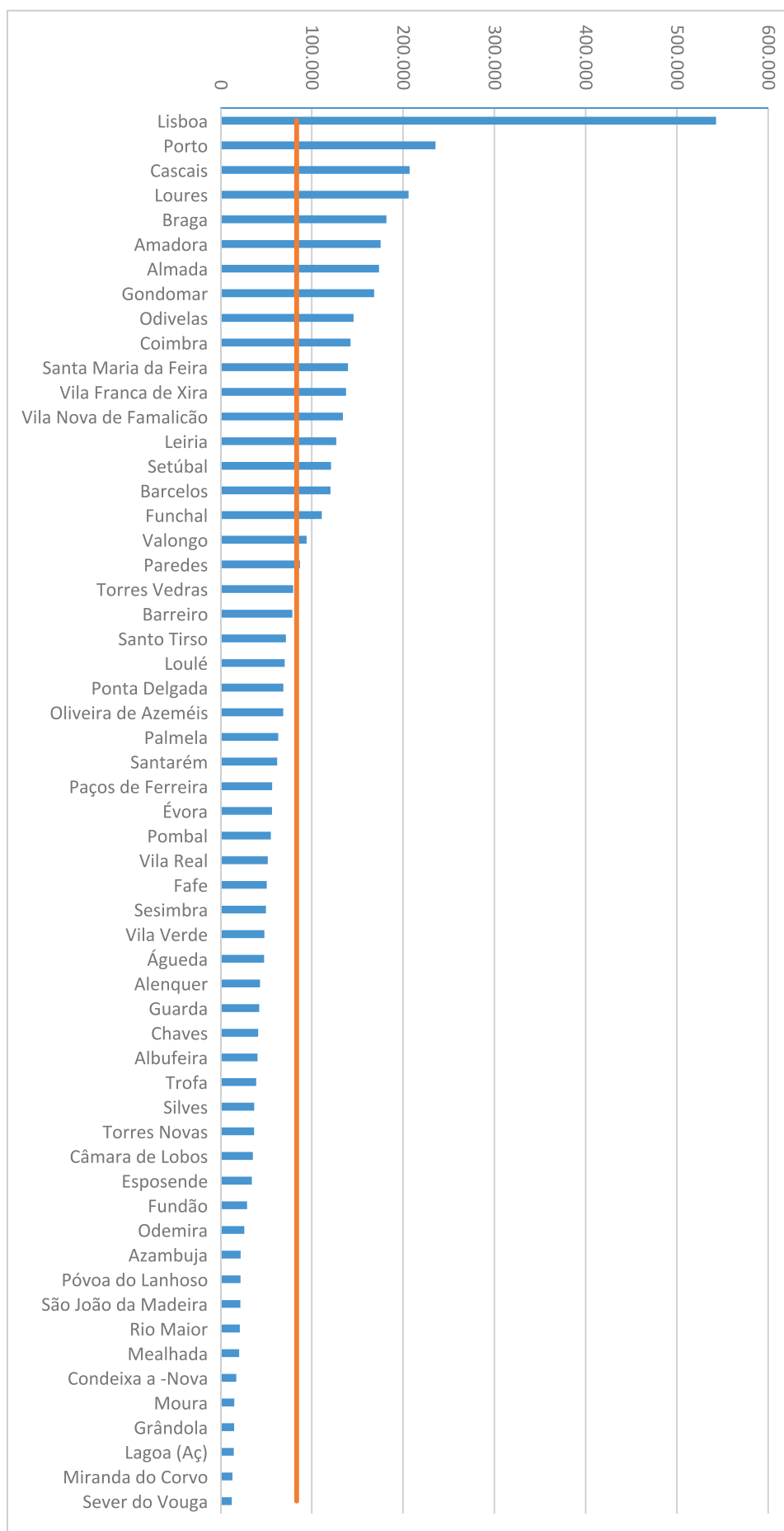
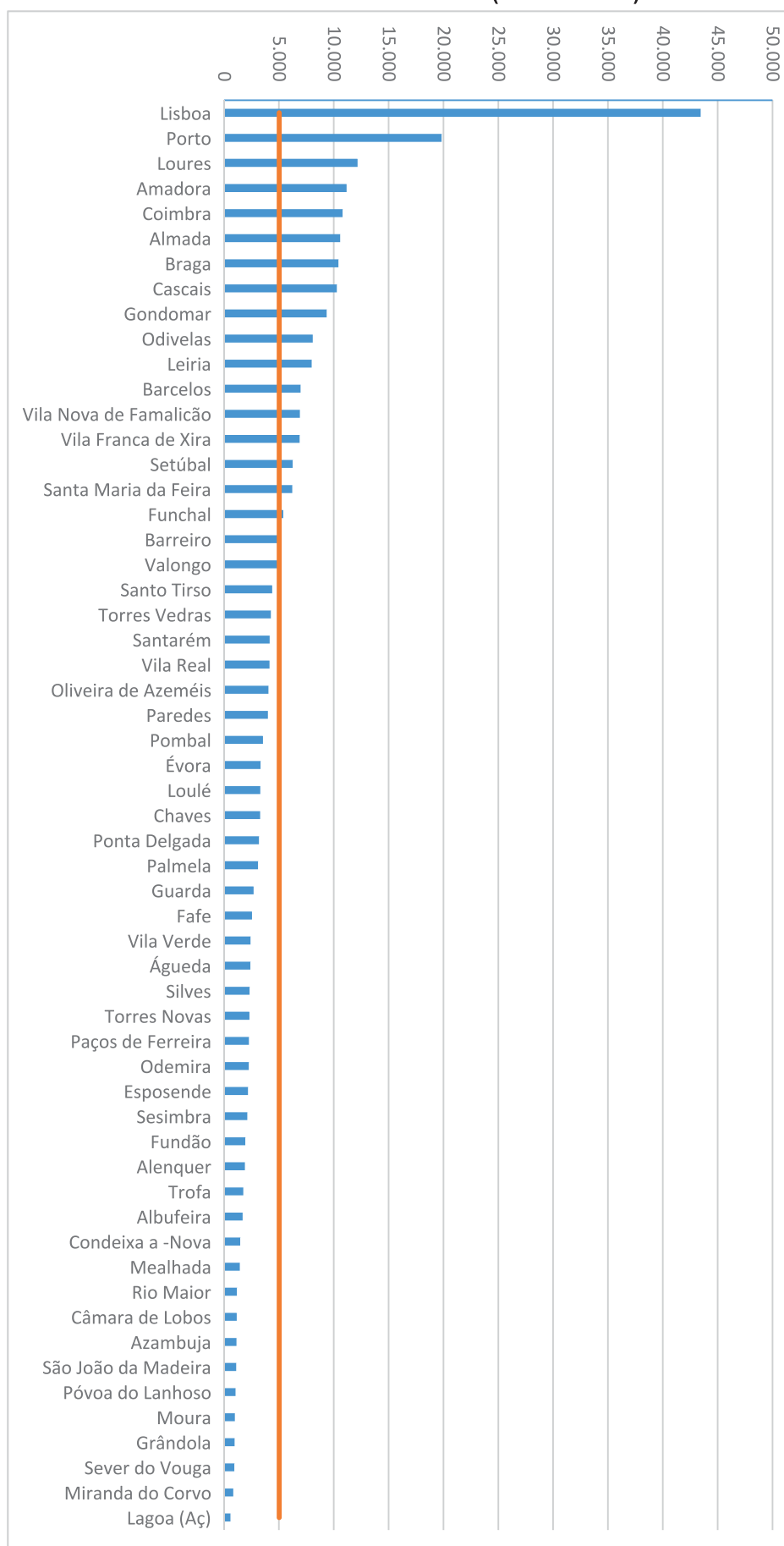
Gráfico 5- Distribuição Populacional das Cidades Educadoras (censos 2011)

Gráfico 6 - Distribuição da população com necessidades especiais das cidades educadoras (censos 2001)



Com a colaboração do grupo de trabalho da Rede Portuguesa das Cidades Educadoras, designado das Cidades Inclusivas, coordenado pelo Município de Almada, foi possível fazer uma caracterização desta realidade com os elementos cedidos para o efeito, a partir de um trabalho de caracterização e levantamento, efetuado ao longo de 2015, na continuidade do Congresso Internacional de Barcelona de Novembro de 2014, verificando-se que, quando foi pedido ao municípios da Rede para indicarem e caracterizarem as suas experiências que consideravam de inclusivas, foi possível concluir:

1. Quinze Municípios da Rede Portuguesa das Cidades Educadoras apresentaram experiências inclusivas;
2. O total das experiências apresentadas foram em número de 38, distribuídas conforme quadro 19;
3. As experiências apresentadas cobriram praticamente todas as categorias da inclusão, nomeadamente inclusão social, inclusão cultural, educação inclusiva, inclusão política, inclusão económica, inclusão digital e inclusão de género;
4. Do total de experiências, quatro centram-se mesmo nas populações com necessidades especiais;
5. A tendência das experiências que foram caracterizadas é a de assumirem uma dimensão de políticas mais globais dos municípios, pois o que se analisa é que, quando se refere que existem políticas inclusivas, elas distribuem-se pelas diferentes categorias, havendo mesmo dois municípios que apresentam experiências em todas as dimensões da inclusão;
6. Verifica-se que em alguns dos casos, as dimensões da inclusão se sobrepõem pela abrangência do projeto, conforme os autores do estudo designam como sendo um “mosaico” de experiências.

Recenseamento de experiências inclusivas, segundo os dados fornecidos pelo estudo do Município de Almada conforme quadro 19:

Quadro 19 - Cidades Educadoras e Inclusivas

Município	Experiência	Dimensão
Albufeira	Crescer em segurança, programa intergeracional, projeto que está no seu início, e que vai centrar-se na educação para a segurança rodoviária.	
Alenquer	Orçamento participativo - centrado na participação social, cívica e política de todos os munícipes na discussão dos problemas e nas prioridades de aplicação dos recursos.	Inclusão política
Almada	<p>A inclusão como direito- inclui três sub-projetos na área da inclusão das pessoas com necessidades especiais: “Projeto Aventur.Arte” que visa a realização de atividades culturais, desportivas e recreativas; “Programa Special Ludus” que visa proporcionar experiências de lazer e lúdico-desportivas a grupos de cidadãos com limitações sensoriais e motoras; “Projeto Dança Gira” que se destina a pessoas com grandes limitações e incapacidades físicas/motoras e com baixa autonomia e centra-se em atividades de grupo com base na psicomotricidade.</p> <p>Arte com responsabilidade - procura promover e disseminar o desenvolvimento de iniciativas artísticas, onde se incluem manifestações de arte urbana dirigidas aos jovens.</p> <p>“Uma palavra um alento” - projeto de voluntariado desenvolvido em parceria com a Associação de Professores do Concelho que visa proporcionar um melhor acompanhamento aos utentes das instituições com grande nível de dependência e isolamento.</p> <p>Almada Poente, uma nova centralidade num bairro crítico - intervenção global levada a cabo num bairro da cidade muito marcado pela exclusão e pelas carências económicas e sociais. Foram desenvolvidos um conjunto de projetos de valorização do espaço público, de construção de novos equipamentos municipais, de trabalho em rede com diferentes instituições de modo a aumentar as respostas sociais e de arte pública com o envolvimento direto das populações.</p>	<p>Inclusão social e necessidades especiais</p> <p>Inclusão cultural</p> <p>Inclusão social</p> <p>Inclusão social e cultural</p>

Município	Experiência	Dimensão
Amadora	Unidades de apoio à inclusão - apoio às crianças e jovens portadores de multideficiência e de perturbações do espectro do autismo	Inclusão educativa e social
Braga	<p>Férias grandes - projeto de ocupações dos tempos livres com preocupações inclusivas para crianças institucionalizadas e portadoras de necessidades especiais.</p> <p>Férias de verão - projeto de oferta de experiências nos planos de água para crianças de grupos carenciados.</p> <p>Férias fantásticas - visa atender às necessidades das famílias em situação de vulnerabilidade social e promover a ocupação saudável de crianças e jovens em parceria com os agrupamentos de escolas.</p> <p>Boccia sénior - focado no objetivo de proporcionar experiências desportivas às pessoas com necessidades especiais.</p> <p>Hidroterapia- projeto centrado no apoio a pessoas com problemas de saúde de nível osteoarticulares.</p> <p>Braga_Ativa- visa proporcionar atividades físicas e de lazer à população em geral nas diferentes freguesias.</p> <p>Mexe-te Braga - visa a promoção das diferentes modalidades desportivas e de incentivo às práticas de desporto informal.</p> <p>Educar para a inclusão motivação e autonomia - projeto centrado nas crianças com necessidades especiais e na organização de momentos de encontro e de lazer.</p>	<p>Inclusão social e necessidades especiais</p> <p>Inclusão social</p> <p>Inclusão social</p> <p>Inclusão social e necessidades especiais</p> <p>Inclusão social</p> <p>Inclusão social</p> <p>Inclusão social</p> <p>Inclusão social e necessidades especiais</p>

Município	Experiência	Dimensão
Coimbra	Croché social - visa a decoração do espaço público e que se recuperem saberes tradicionais que se transmitem às novas gerações.	Inclusão social e cultural
Fundão	Gabinete de ação social - visa a prevenção e apoio a situações de disfunção, exclusão e vulnerabilidade social, destinando a sua atenção a crianças, jovens, pessoas com necessidades especiais e idosos.	Inclusão social necessidades especiais
Lisboa	Lisboa interativa LXI- plataforma digital que disponibiliza informação sobre a cidade de Lisboa, nomeadamente divulgação de informação. A aplicação baseia-se na partilha e cruzamento de dados entre módulos, através da utilização de uma base comum.	Inclusão digital e económica
	Empreendedorismo lowcost - projeto que se destina à população desempregada das freguesias da Ameixoeira e de Santa Clara.	Inclusão social e económica
	“Há arte no bairro” - projeto centrado na arte urbana e visa a realização de peças de arte urbana que vão contribuir para a valorização do território e desenvolver o sentimento de pertença.	Inclusão cultural
	Diversidade na economia e integração local (DELI) - projeto inovador que visa apoiar políticas e estratégias inclusivas orientadas para o tecido empresarial imigrante.	Inclusão social e económica
	Conselhos Locais - estruturas consultivas que visam a implementação e avaliação das políticas municipais nas áreas da juventude, da igualdade e da interculturalidade.	Inclusão política
	Tradução para linguagem gestual das sessões públicas de Câmara - visa democratizar o acesso à informação e promover o processo de participação de todos os cidadãos.	Inclusão social e política
	Outros projectos não discriminados	

Município	Experiência	Dimensão
Loures	“Loures sem rumores” - centrado no acolhimento das comunidades migrantes.	Inclusão social e cultural
Palmela	Plano de promoção de participação infantil e juvenil - centrado no acesso à informação e na participação.	Inclusão digital
	Clique sem idade - projeto de acesso às novas tecnologias.	Inclusão digital
	Fantasiarte - centrado na criatividade, na comunicação e na educação ao longo da vida.	Inclusão cultural
	Serviços educativos do museu - centrados no direito ao acesso ao património local.	Inclusão cultural
Paredes	“Paredes 500 anos do Foral de Baltar 1515” – projeto cujo objetivo pretende estreitar a ligação entre os alunos das escolas através de atividades que visam valorizar o património cultural.	Inclusão cultural
	Capital Jovem da Criatividade - visa a inserção dos jovens no mercado de trabalho com o objetivo de dinamização da economia local e que incluiu a criação de uma incubadora de empresas.	Inclusão económica
Santa Maria da Feira	Assembleia de crianças - participação das crianças acerca dos problemas da sua freguesia.	Inclusão política
	Jovem autarquia - participação dos jovens na resolução dos problemas e nas tomadas de decisão sobre o concelho.	Inclusão política

Fonte: Produção própria

Fica aqui bem patente o que tinha já tinha sido referido, ou seja, a justaposição da cidade inclusiva com a cidade educadora. Neste quadro é muito perceptível o cruzamento, a sobreposição de propósitos entre a cidade educadora e a cidade inclusiva. A educação nas cidades é, sem dúvida, uma forma de as tornar mais inclusivas, é uma forma de responder aos desafios da vida em

comum, de que são lugar privilegiado, pois as cidades são laboratórios vivos de aprendizagem da vida coletiva, lugares de educação permanente, em que múltiplos agentes e entidades põem em prática os seus ideais de educação e de vida económica, cultural, artística e espiritual. Tornar uma cidade em cidade educadora e cidade inclusiva é procurar um lugar melhor para o desenvolvimento humano, nas suas dimensões de vida material e imaterial.

As políticas municipais, como podemos constatar pelos projetos recenseados, procuram desenvolver um modelo de desenvolvimento em que as cidades sejam lugares em que se proporcionam oportunidades de apoio e se possibilita o desenvolvimento pleno dos seus residentes, através do acesso aos transportes, à educação, à recreação, à comunicação, ao emprego e ao acesso aos serviços comunitários, no respeito pelas opções culturais e religiosas de cada grupo da comunidade.

5.2 Apresentação e descrição das unidades de estudo

Uma das operações mais importantes deste estudo é a da seleção das duas unidades de estudo que se vão constituir como estudos de caso. Essa operação como se apresentará no ponto 6.1.5. onde se verificará do potencial inclusivo das cidades através do gráfico 30, que partiu da análise aos inquéritos por questionário que revelaram as perceções que os respondentes têm acerca da sua cidade e dos meios e recursos de apoio e de oportunidade para as pessoas com necessidades especiais. Dessa análise foi possível estabelecer uma lista ordenada das cidades, tendo em conta o maior ou menor potencial de inclusão social quem apresentam, centrando depois uma maior atenção nas quatro cidades que apresentaram com mais forte potencial inclusivo, fazendo a partir daí uma seleção das duas unidades de análise onde se desenvolverá o trabalho de campo.

Para uma mais fácil leitura e para uma comparação de alguns indicadores considerados importantes para a seleção foi construído um quadro de análise relativo a essas quatro cidades que identificaram pelas respetivas letras por

forma a mantermos a confidencialidade dos dados. Neste sentido apresentam-se esses elementos no quadro 20.

Quadro 20 - Indicadores das quatro cidades com maior potencial inclusivo

Município	Região	Potencial Inclusivo	População	População Com Nec. Especiais	Orçamento Despesas Receitas do Município
X	Lisboa	79,4	79,529	4,260	37,445 M€
AF	Norte	71,8	181,829	10,428	72,596 M€
O	Lisboa	65,1	207,187	10,282	130,867 M€
B	Norte	61,6	87,004	3,999	38,781 M€
Município	Taxa de analfabt.	Escolaridade 3º Ciclo	Ensino Superior	Subsidio Deficiência	Poder de Compra
X	5,8%	20,2%	11%	554 Benef.	94%
AF	3,4%	20,3%	19,2%	1132 Benef.	104%
O	2,5%	19,6%	25,4%	817 Benef.	114,8%
B	4,2%	19%	16%	554 Benef.	77%

Fonte: Produção própria com elementos retirados da PORDATA 2014.

Tendo em conta os indicadores recolhidos na PORDATA, conforme quadro 20, pode-se constatar que para seguir as recomendações da abordagem comparada, segundo o que foi referido no ponto 4.1. enquadramento do estudo, não é recomendável quando se tratam de estudos comparativos entre unidades de análise que as mesmas sejam muito discrepantes para se poderem fazer analogias e encontrar semelhanças e diferenças entre si. Nessa conformidade e se se ponderar os indicadores poder-se-á observar analogias entre os pares AF e O, nomeadamente, quanto ao número de população geral (das mais elevadas das cidades envolvidas no estudo) e com necessidades especiais, à dimensão dos orçamentos dos municípios, quanto às taxas de analfabetismo, e à taxa de população com o ensino superior e ainda quanto ao poder de compra das populações ambos acima da média nacional.

O outro par que se assemelha é o par X e B, desde logo pelo número da população, em geral e portadora de necessidades especiais, quanto aos valores dos orçamentos municipais que são aproximados, quanto às taxas de analfabetismo e à escolaridade até ao 3º ciclo do ensino básico, o mesmo acontecendo quanto aos possuidores de habilitações superiores e mesmo quanto às pessoas com deficiência que recebem subsídio de apoio e, finalmente,

quanto aos índices do poder de compra que estão abaixo da média nacional se bem que num dos casos muito ligeiramente e no município B já significativamente mais a baixo.

Face aos elementos disponíveis haveria então que optar por desenvolver o trabalho de campo no primeiro grupo de municípios que se caracterizaram ou no segundo que são cidades que dentro do universo das 57 cidades que serviram de referência a esta pesquisa se poderiam designar como cidades de média dimensão. Nesta conformidade pareceu mais adequado selecionar as cidades que se designaram por X e B, pois como já se viu em termos populacionais são cidades médias que aliás se aproximam da média populacional das 31 cidades do estudo, são, cada uma das cidades, localizadas nas regiões que em termos de cidades pertencentes à AICE se situam nas regiões do país que mais vitalidade apresentam em termos de número de associados nesta rede internacional, por outro lado a dimensão comunitária mais favorável pela proximidade, poderá ser um fator que permita uma mais fácil visibilidade dos problemas, das necessidades, da mobilização das redes existentes e do envolvimento nos processos sociais em curso.

Assim sendo, foram solicitados os devidos acessos aos dois municípios que serviram de unidades de análise no sentido de se poder ter acesso a documentação primária; como relatórios, planos de atividades, projetos socioeducativos e a autorização para desenvolver as entrevistas necessárias aos políticos, aos técnicos/dirigentes e associações locais.

5.2.1. Unidade - Cidade X

Esta cidade¹⁶ está situada perto de Lisboa e é ainda uma economia marcadamente agrícola que se pode observar pela paisagem de vinhedos e pomares, na transição do interior para o litoral. Tem mais de 400 Km² de área e é o maior concelho do distrito de Lisboa, possuindo 20 Km de costa Atlântica o que o vocaciona também para as atividades de turismo e de lazer.

Por ser um território com uma antiga ocupação humana existem muitas estações arqueológicas, povoados romanos, fortes medievais fortes e fortalezas e solares do século XVII e XVIII.

No período compreendido entre 2001 e 2011 o concelho teve um crescimento populacional de 7.215 habitantes totalizando um total de 79.529 residentes. População que se distribui de forma irregular pelas várias freguesias, observando-se uma fixação maior de população nas freguesias mais urbanas. A população idosa mantém-se em crescimento, verificando-se um índice de envelhecimento de 7,1% face ao índice estimado em 2008.

A nível socioeconómico a taxa de inatividade é superior à da população ativa que é de 48,8%, abaixo 3% da percentagem nacional. No que se refere ao desemprego a taxa registada é ligeiramente abaixo do nível nacional, situando-se nos 10,1%, sendo uma taxa ligeiramente superior no sexo feminino e o grupo etário mais atingido é aquele que se situa entre os 20-29 anos que perfaz um total de 27% da totalidade de desempregados. Estes valores vão implicar um sobre-endividamento das famílias e fazem aumentar os riscos de pobreza e exclusão social.

Em termos de educação o concelho apresenta ainda alguma dificuldade pois 20% da população não apresenta nenhum nível de escolaridade, 56,7% possui o ensino básico, 12,7% o ensino secundário e 9,5% o ensino superior. A taxa de analfabetismo, no período censitário a que se fez alusão, apresenta um

¹⁶ Para a caracterização desta unidade de estudo houve necessidade de consultar a PORDATA, o Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Social e da Saúde do Concelho 2014-2015 e o site do Município.

decréscimo de 5%, sendo maiores as prevalências nas freguesias mais interiores do concelho.

De acordo com a metodologia no diagnóstico social os problemas mais candentes diagnosticados são: o desemprego da população, o sobreendividamento das famílias, as dificuldades em manter as funções básicas inerentes à vida familiar, os problemas às pessoas com necessidades especiais de natureza física e mental e as suas dificuldades de inserção social. As fortes desigualdades sociais avaliadas devem-se a causas como: o desemprego, ao decréscimo da atividade económica, ao envelhecimento da população e ao índice de dependência associado à diminuição das prestações sociais ao nível dos encargos das famílias, bem como, aos problemas decorrentes das necessidades especiais e da dependência, fatores que em conjunto contribuem para os riscos sociais e de exclusão.

O documento consultado é bastante completo, pelo que tendo em conta o tema do trabalho, pareceu mais adequado atentar com mais detalhe no eixo consignado às populações com necessidades especiais, como já houve oportunidade de referir, se situa neste concelho num total de 4.260 pessoas, sendo que 554 beneficiam de subvenção financeira por via da sua grande dependência.

No referido eixo estão inscritas um conjunto de propostas que vêm responder a preocupações como sejam: a criação de uma política de integração, o desenvolvimento de ações de sensibilização junto das empresas promovendo a integração laboral, a criação de estímulos à contratação, o desenvolvimento de respostas de proximidade para este grupo populacional, a diversificação das respostas locais existentes, a sensibilização e informação à comunidade sobre esta temática e a melhoria das acessibilidades.

Para algumas das áreas indicadas como preocupações são mesmo indicadas um grupo de medidas para o efeito, tais como: aumento das respostas sociais, nomeadamente ao nível do centro de atividades ocupacionais, desenvolvimento de um plano anual para os problemas da saúde mental, disseminação de serviços de saúde e serviços de apoio pelo território e

desenvolvimento de um manual dos serviços públicos existentes e de uma plataforma *online* para fácil consulta.

São também elencados no *site* do Município um conjunto de projetos e programas que envolvem este grupo populacional. Na área da “Deficiência Visual” desenvolve-se um projeto em parceria com uma das escolas do concelho no sentido de conhecer melhor a população, através da organização de um diagnóstico e um plano de ação que visa estimular uma melhor inclusão social e um maior nível de *empowerment* deste grupo alvo.

“Escola Inclusiva” é outro dos projetos que tem por objetivo desenvolver um diagnóstico das crianças com necessidades especiais mas que estão ainda de fora do sistema de ensino obrigatório. Este diagnóstico é realizado anualmente e visa fazer um levantamento das necessidades e das limitações das crianças de modo a dotar as escolas do concelho dos recursos adequados em termos de tecnologias de apoio, de mobiliário adequado, de espaços físicos e de outros dispositivos incluindo as necessidades de acessibilidades.

“Conversas Revelando a (D)Eficiência” é um programa que procura sensibilizar a população jovem para a problemática das necessidades especiais. São conversas seguidas de pequenos filmes comentados por técnicos especializados que incluem debates que envolvem os próprios jovens com necessidades especiais.

“Acessibilidades em Espaços Culturais e Artísticos” é um projeto em parceria com a Associação Nacional de Arte e Criatividade de e para Pessoas com Deficiência (ANACED) e que visa a maior participação deste grupo da população nas atividades culturais promovidas nos diferentes espaços culturais do Município.

5.2.2. Unidade - Cidade B

O concelho¹⁷ tem uma área de 157 Km² e uma população residente, em 2011, de 88.854 e um total de 18 freguesias, estando integrado na grande área metropolitana do Porto. Segundo vestígios arqueológicos existe ocupação humana deste território há mais de cinco mil anos. Foi local de fixação de famílias nobres e da fundação de vários mosteiros de ordens religiosas e respetivos coutos. Foi constituído Concelho a partir de 1837 e em 1844 foi-lhe concedido o alvará régio por D. Maria II que o elevou à categoria de Vila. Na segunda metade do século XIX o concelho assistia a um processo de desenvolvimento marcado pela melhoria das acessibilidades, dos transportes, das comunicações e da educação. No século XX a indústria do mobiliário teve um significativo desenvolvimento fruto do investimento do capital com proveniência do Brasil e com o mercado estabelecido com esse país de onde provieram também as influências para o trabalho dos marceneiros locais. Fruto desse desenvolvimento e do progresso alcançado é levado à categoria de cidade em junho de 1991.

Tendo em conta os valores censitários de 2011 a população cresceu na ordem dos 3,15% se comparada com o censo de 2001. A estrutura etária aponta para um envelhecimento da população residente, a população até aos 24 anos sofreu um decréscimo de 27% e a população com 65 anos ou mais aumentou na ordem dos 34,5%.

Quanto aos níveis de instrução a maioria dos residentes do concelho tem apenas o 1º ciclo do ensino básico e apenas 5,8% possuem o curso superior. A percentagem de pessoas sem qualquer nível de escolaridade é ligeiramente superior à média nacional. O concelho tem na totalidade 18.637 estudantes, incluindo as crianças que frequentam o ensino pré-escolar. Existem 6 Agrupamentos de Escolas e um total de 53 estabelecimentos de ensino distribuídos pelas várias freguesias.

¹⁷ Para a caracterização desta unidade de estudo houve necessidade de consultar a PORDATA, o Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Social do Concelho aprovado em julho 2014 e o site do Município.

A saída precoce do sistema educativo é relativamente elevada, embora tenha vindo a sofrer um gradual decréscimo na última década, registando ainda 39,9% valor que está acima da média nacional que se situa nos 27%.

Um dos aspetos sociais marcantes do concelho é a exclusão face ao direito ao emprego e essa forma de exclusão, como se sabe, acarreta outras formas de exclusão, sendo que existem à data da aprovação do PDS 8,1% de pessoas beneficiárias do subsídio de desemprego, valor que se situa acima dos valores médios da área metropolitana, sendo que a maioria das pessoas apoiadas são do sexo feminino. A justificação destes valores, para além de fatores extrínsecos ao território, deve-se em grande medida ao considerável decréscimo, nos últimos anos, do número de empresas em laboração, registando-se ao longo do ano de 2012 um total de 86 empresas que entraram em processo de insolvência com maior peso das empresas do sector do mobiliário.

No que se refere à população com necessidades especiais ela tem um peso de 4,6% da população num total de 3.999 pessoas, conforme valores dos censos de 2001. Os grupos etários com maior prevalência registam-se no grupo entre os 20 e os 50 anos que representa 39,2% e no grupo dos 50 aos 74 anos que representa 32,1%. Quanto ao tipo de problemas que apresentam a maior prevalência é da deficiência motora e de problemas indiscriminados seguida da deficiência visual, auditiva e paralisia cerebral.

No que se refere à atividade económica deste grupo populacional verifica-se que 60,3% da população não tem qualquer atividade económica e o principal meio de subsistência de grande parte destas pessoas são as pensões que representam no caso 42,4% de beneficiários.

Em síntese e em termos do diagnóstico social verifica-se que o concelho apresenta várias características que condicionam o seu nível de desenvolvimento como sejam: baixo nível de escolaridade, falta de formação adequada para o mercado de trabalho, desinteresse e desmotivação escolar, baixas qualificações académicas, inserção precoce no mercado de trabalho, elevados índices de desemprego, baixa oferta de emprego, alimento das políticas assistencialistas, exclusão familiar e disfunções familiares, elevados

índices de pobreza, violência doméstica, falta de estruturas sociais de apoio, isolamento e negligência na terceira idade e baixa articulação das estruturas institucionais locais.

Quanto, especificamente, à população com necessidades especiais verificam-se dificuldades de acesso a determinados bens e serviços, desintegração social, baixas expectativas e deteiorização da qualidade de vida.

Para desenvolver uma abordagem a este conjunto de dificuldades diagnosticadas estão previstos um conjunto de Programas de Intervenção Social, a saber: “Ajuda +”, programa que visa o reforço das respostas sociais do concelho; “Banco Local de Voluntariado”, programa que visa estimular o voluntariado local e que se constitui como uma forma de fomentar a oferta e a procura de trabalho voluntário; “Gabinete de Apoio Psicológico”, que visa apoiar do ponto de vista psicológico crianças, jovens e adultos; “Das Palavras aos Atos”, programa que visa desenvolver um conjunto de ações que possam minorar o isolamento das pessoas idosas no concelho; “Mão Solidária”, Lojas sociais que apoio os munícipes que carecem de bens de primeira necessidade e que se distribuem pelas várias zonas do território concelhio; “Projeto Teleassistência”, serviço de proximidade que visa apoiar as populações, sobretudo idosos e pessoas com necessidades especiais, em isolamento e que procura aumentar os seus níveis de segurança e bem-estar; “Sala de Snoezelen” para apoio aos alunos com multideficiência do concelho; organização de eventos e datas comemorativas com o objetivo de promover a sensibilização da comunidade para a problemática; cooperação institucional com o Provedor Metropolitano dos Cidadãos com Deficiência no sentido de defender os direitos das pessoas e famílias em prol da inclusão; “plano de atividades anuais com as seguintes ações: natação e golf, terapias, música, boccia e atividades lúdicas e recreativas; transporte dos alunos com mobilidade reduzida e “Plano de Promoção da Acessibilidade da Rota do Romântico do Vale do Sousa” que abrange os aspetos físicos e da infoacessibilidade que facilitem o acesso ao património como fator de inclusão social.

6. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS DA RECOLHA DE DADOS

6.1. Apresentação dos resultados obtidos através de inquérito por questionário

No ponto relativo à metodologia do trabalho houve já oportunidade de explicar o interesse da utilização da técnica do inquérito por questionário no presente trabalho de pesquisa. O questionário foi um instrumento importante para referenciar essa informação de uma forma mais transversal e, ao mesmo tempo, partindo dessa informação mais genérica, procurar definir as cidades que se apresentavam em melhores condições para levar por diante essas políticas de inclusão.

Nesta base estabeleceram-se os objetivos gerais e específicos, conforme ponto 2 da presente investigação, as principais dimensões temáticas do questionário que se podem sintetizar.

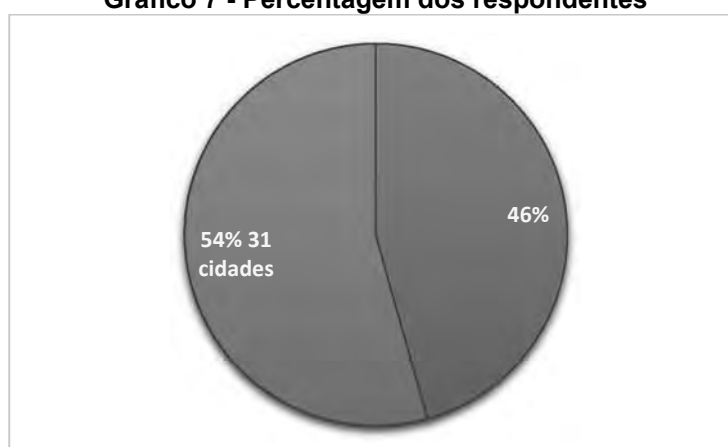
Identificar, em termos de igualdade e direitos, quais os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que as cidades oferecem; fazer o levantamento dos projetos socioeducativos de cada cidade, centrados na população com necessidades especiais e caracterizar a oferta dos municípios na promoção da igualdade e da equidade. Estes objetivos remetem para as seguintes dimensões temáticas: a cidade educadora; projetos socioeducativos e exclusão, projetos sócio educativos e necessidades especiais.

Identificar como fomentam as cidades, em termos de planeamento e de ordenamento do espaço físico; proceder ao levantamento dos esforços que as cidades estão a empreender para a acessibilidade e proceder ao levantamento dos esforços que as cidades estão a empreender no sentido da promoção de serviços comunitários. Estes objetivos remetem para as seguintes dimensões temáticas: construção da cidade inclusiva; situações de exclusão, promoção do desenvolvimento, acessibilidade aos edifícios, aos transportes, aos espaços públicos, convivência social, acesso à informação, educação e formação,

tempos livres, lazer, cultura e desporto, trabalho, participação e cidadania, saúde, serviços sociais, habitação, estudos e investigação.

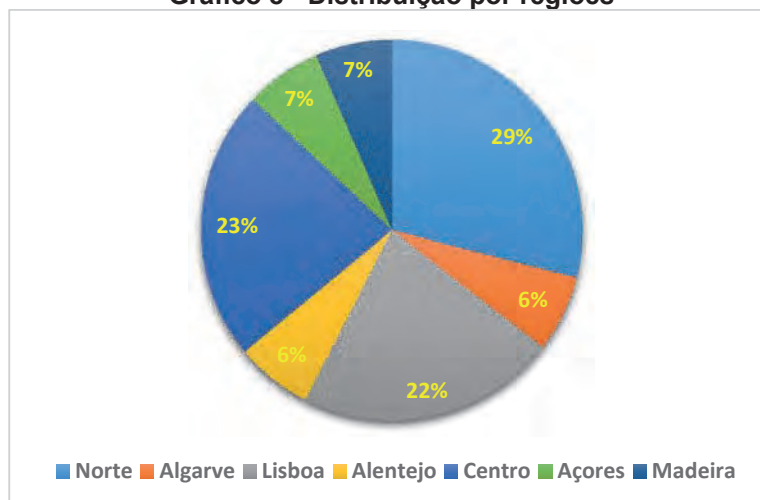
Identificar quais as políticas locais de fomento da coesão social, por forma a incluir socialmente todos; indagar, junto dos dirigentes políticos da cidade, as principais formas de promoção de uma política de equidade e indagar sobre as formas de se concretizarem em medidas e ações as políticas de inclusão. Objetivos que remetem para as seguintes dimensões temáticas: processos de inclusão em curso; políticas e fundamentos e avaliação.

Gráfico 7 - Percentagem dos respondentes



A percentagem dos respondentes é bastante significativa, conforme gráfico 7, pois mais de metade das cidades, 54% responderam e a cobertura territorial também é muito homogénea cobrindo cidades de todas as regiões do país incluindo as regiões autónomas da Madeira e dos Açores. As percentagens expressas nos gráficos 8 traduzem-se em nove cidades da região norte, sete da região centro, sete da região de Lisboa, duas da região do Algarve, duas da região do Alentejo, duas da Região Autónoma dos Açores e duas da Região Autónoma da Madeira.

Gráfico 8 - Distribuição por regiões

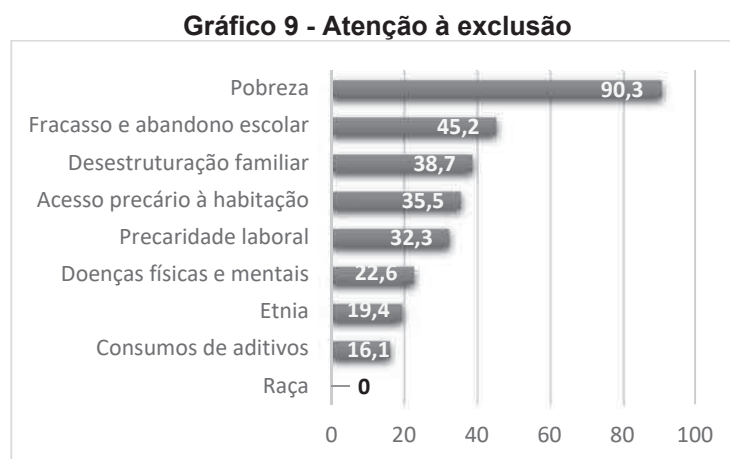


As maiores percentagens de respostas foram obtidas nas regiões do Norte, Centro e Lisboa, conforme gráfico 8, o que corresponde também às zonas do país com mais cidades associadas da AICE.

Na apresentação dos resultados seguir-se-á, grosso modo, a estrutura do questionário que continha um conjunto de perguntas destinadas a caracterizar os recursos e o suporte que as cidades possuíam de apoio às pessoas com necessidades especiais. Com essas respostas foi organizado um índice de inclusão da cidade partindo de uma tabela de pontuações que adiante se apresentará, constituindo desse modo um *ranking* das cidades que permitirá eleger e selecionar as duas unidades de estudo para aprofundamento dos objetivos. Existiam, ainda, um conjunto de perguntas que remetiam para opiniões ou percepções dos respondentes que tiveram um tratamento quantitativo que permitisse valorar essas mesmas opiniões. Finalmente, para aprofundar a análise foi feito um tratamento específico das respostas das quatro cidades com maiores e menores índices de inclusão de forma a compreender melhor que fatores as diferenciam que permitam explicar por que razão são mais ou menos inclusivas. São essas várias componentes da análise dos dados que se apresentam de seguida.

6.1.1. As cidades a educação e a inclusão

Que populações excluídas ou em risco de exclusão têm sido objeto de particular atenção por parte dos municípios foi um dos itens do questionário obtendo-se os níveis de respostas conforme gráfico 9.



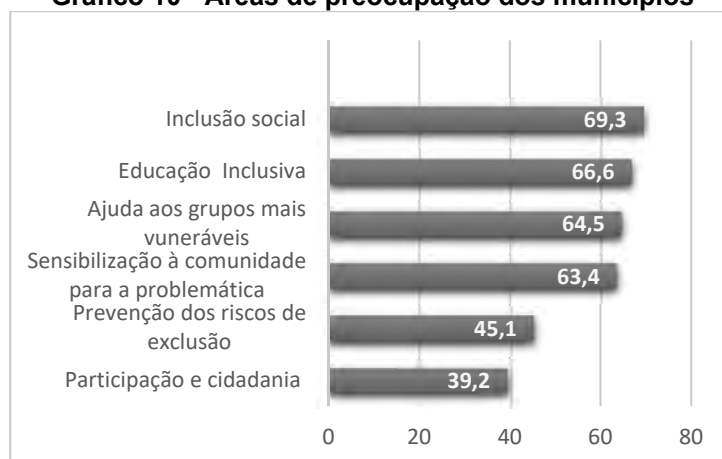
Verifica-se, pelas percentagens obtidas, que a maior preocupação dos governos locais tem sido dirigida para as populações com elevados índices de pobreza que aparece destacada com 90,3% das respostas, seguida do fracasso escolar, a desestruturação familiar, o acesso precário à habitação e a precaridade laboral com valores na casa dos 30%. Depois desse conjunto de preocupações que pelas dificuldades económicas e sociais que se tem vivido em Portugal nos últimos anos e que por isso ganha muita expressão nas causas dos fatores de exclusão, aparece para cerca de quatro dos respondentes as problemáticas da doença física e mental categoria em que se poderiam enquadrar alguns dos casos das pessoas com necessidades especiais. Com valores menos relevantes aparecem as questões étnicas e dos aditivos.

Poder-se-á constatar, perante estes dados, que as cidades têm procurado dar uma atenção mais destacada aos fenómenos que, ultimamente, mais impacto têm tido no bem-estar das famílias relacionadas com o desemprego, a falta de rendimentos e que têm estado a criar condições, que muitas vezes com

a ausência dos apoios sociais mais tradicionais, implicam um maior envolvimento das entidades locais. Constata-se que os problemas sociais emergentes e extensivos se apresentam como mais acuidade e têm focalizado mais a atenção dos municípios, colocando num plano menos destacado outro tipo de grupos populacionais.

Em que aspetos tem incidido a preocupação dos municípios com as pessoas e as famílias mais vulneráveis, nomeadamente desenvolvendo projetos socioeducativos foi outra das perguntas formuladas, verificando-se os seguintes resultados conforme gráfico 10.

Gráfico 10 - Áreas de preocupação dos municípios



A perceção apresentada nas respostas acerca do desenvolvimento de projetos centrados nas famílias e nos indivíduos em risco de exclusão, por parte dos municípios, como se poderá verificar pelo gráfico 10. Enfoca em primeiro lugar em ações que favoreçam a inclusão social com uma percentagem elevada das respostas 69,3%, seguida dos projetos que incidem nos grupo mas vulneráveis, a educação inclusiva e ainda na casa dos 60% os projetos de sensibilização à comunidade e com valores muito inferiores a referência feita a projeto de prevenção dos riscos de exclusão e de participação política e cidadania centrados nos grupos mais vulneráveis.

Se for realizada uma leitura destes resultados, ligando ao gráfico 9 das causas da exclusão, parece um conjunto de respostas coerentes pois as preocupações manifestadas com as principais causas da exclusão, implicam a

mobilização de esforços, a mobilização dos recursos da comunidade para respostas de inovação social, que façam uso do recurso a projetos que procurem a inclusão social, educativa, familiar dos grupos mais vulneráveis. De salientar os valores muito baixos nos aspetos da prevenção e da participação que revelam uma perceção de que são áreas menos trabalhadas no contexto dos projetos levados a cabo pelos municípios.

De modo a conhecer melhor os domínios de implementação de atividades e projetos dos municípios procurou-se indagar, com mais detalhe, que medidas e projetos socioeducativos têm sido desenvolvidos para fomentar a coesão social na cidade, cujas percentagens de repostas se apresentam no gráfico 11.

Gráfico 11 - Projetos socioeducativos e coesão social



Como se pode verificar pelos resultados do gráfico 11 os principais projetos socioeducativos desenvolvidos têm suporte nas redes comunitárias que constituem um forte suporte para os processos educativos e de inovação social, pelo que 74,2% dos municípios respondentes fazem alusão a essa realidade,

logo de seguida o maior peso percentual vai para projetos que visam a criação de novas respostas aos problemas, alargando os recursos já existentes ou criando novos recursos para os novos problemas, daí que a criação de serviços sociais apresente uma percentagem de 67,7% de respostas, ou seja dois terços dos municípios têm tido essa preocupação e ainda projetos centrados na relação da escola com a comunidade e os estilos de vida saudável. Depois na casa dos 40% de respostas centram-se em projetos que visam a igualdade de género, os grupos mais vulneráveis e as experiências intergeracionais, com scores na casa dos 30%, aparecem os projetos socioeducativos centrados na formação ao longo da vida, do abandono escolar e do acesso à habitação. Finalmente com valores entre os 10% e 20% os projetos de voluntariado, de sensibilização para as problemáticas da exclusão, das acessibilidades nas cidades e da formação e qualificação.

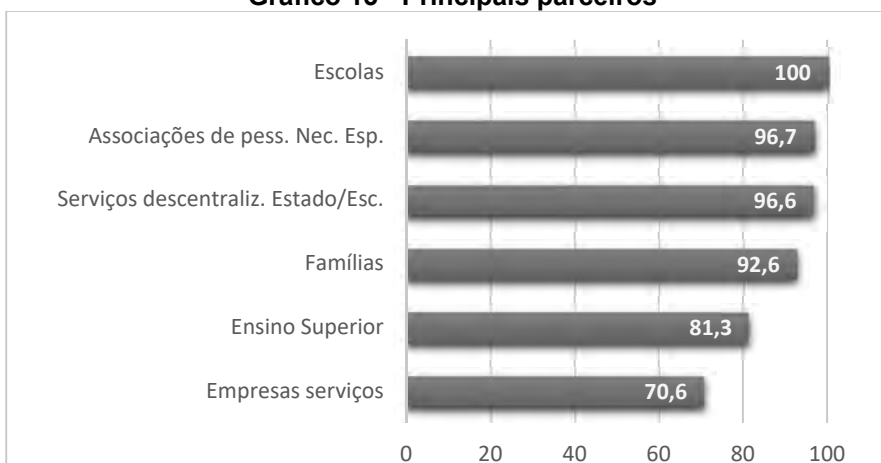
Interpretando estes resultados, poder-se-á dizer que as principais medidas tomadas pelos municípios para desenvolver projetos socioeducativos que fomentem a coesão social se têm centrado no trabalho em rede onde se incluem as escolas, as instituições locais, as associações, os clubes, as empresas, etc, mobilizando estes atores para densificar a malha de respostas e oportunidades para a inclusão e a cidadania. Ao mesmo tempo os municípios têm apostado na criação de novas respostas de proximidade que vão alargando a rede disponível e procurando atender a novos problemas ou melhorando as respostas sociais existentes. Está presente o grande potencial das soluções de proximidade que podem ser construídas na lógica de uma rede comunitária que tem o potencial de identificar os problemas, desenvolver os modelos de resposta e implementar serviços e disponibilizar meios. Verifica-se também que os municípios estão atentos a novos desafios que se têm colocado à qualidade de vida dos cidadãos e à elevação dos valores da solidariedade e da inclusão social ao procurarem desenvolver projetos na área do lazer, do desporto da vida saudável, focam a atenção nos aspetos da saúde, mas também do potencial para o espírito da vida coletiva, da organização social e de cidadania que o desporto pelas suas práticas implica. A atenção à igualdade género, às interações entre as várias gerações, aos grupos vulneráveis, encerra uma preocupação com valores que são muito necessários nas sociedades

contemporâneas que têm por vezes dificuldades desenvolver princípios e práticas de equidade não discriminando aquilo que é diferente e que necessita de diferentes formas de abordagem.

Como áreas em que ainda se revelam tímidas as apostas em projetos socioeducativos temos o voluntariado, a sensibilização e informação, o acesso à habitação, os projetos de acessibilidade e de formação. Verificaram-se aqui valores muito modestos que testemunham as dificuldades de avançar em áreas que implicam níveis de cidadania elevados como o voluntariado ou a formação e a informação, no entanto essas são áreas de trabalho fundamentais para que a mudança social aconteça e para que o conceito de inclusão se aplique em pleno, pois em última análise o que se pretende é alterar as condições do entorno, do meio que rodeia as pessoas com dificuldades para que possam participar na vida coletiva. A isso estão também ligados os aspetos da acessibilidade, da habitação que se relacionam com a dignidade e a independência de vida dos que têm mais limitações.

No gráfico 12, que se apresenta seguidamente, estão tratadas as respostas às perguntas que visavam conhecer, agora de forma mais focalizada nas populações com necessidades especiais, os projetos socioeducativos que se têm levado a efeito centrados nesse grupo da população e ao mesmo tempo saber quem têm sido os principais parceiros locais que se tem implicado nesse domínio.

No que se refere ao gráfico 12, que se reporta aos projetos desenvolvidos, pode observar-se que os maiores índices de respostas vão para projetos que visam a educação inclusiva como um valor de 64,5% das respostas, em sequência as preocupações com a inserção laboral e que deverá estar ligada com os estágios, as visitas de sensibilização, as experiências de empresas de inserção e a interação com a comunidade com 48,4%. Com valores mais reduzidos os projetos centrados nos direitos e na cidadania, o fomento do lazer e do desporto, com e com valores ainda mais reduzidos o acesso às bibliotecas, a prevenção das necessidades especiais e o acesso às artes e à cultura.

Gráfico 12- Projetos e necessidades especiais**Gráfico 13 - Principais parceiros**

O gráfico 13 espelha as respostas, relativas às parcerias, e em consonância com as respostas apresentadas, no gráfico 12 (educação inclusiva), as escolas e agrupamentos escolares, aparecem como parceiros privilegiados, de notar que 100% dos respondentes fizeram este assinalamento. Logo de seguida, com um score também muito próximo da totalidade das trinta e uma cidades respondentes com uma percentagem de 96,7% referem como parceiros as associações de e para pessoas com necessidades especiais o mesmo acontecendo com os serviços descentralizados da administração central que apresenta um resultado de 96,6%, que pode parecer um resultado

interessante numa lógica de gestão multinível, embora não seja esse o caso pois o peso deste valor está relacionada com o assinalamento do ministério da educação, ou seja quando se assinalam as escolas volta a assinalar-se o ministério da educação dado que as escolas são serviços dependentes desse organismo do estado. Os valores restantes são também muito significativos, as famílias, o ensino superior e as empresas de serviços.

Procurando dar um sentido a estes resultados verifica-se que os municípios encontram grande suporte nas escolas e nos agrupamentos que, por si só, são uma rede muito estruturada no território com pressupostos de um trabalho educativo que vai muito para além do currículo académico formal e que faz pontes naturais com a educação não formal e que é, pelos visto, um recurso muito importante nesta abordagem, pois trabalhando a escola numa lógica de educação inclusiva tem obrigatoriamente que aproveitar a comunidade como espaço de ação, encontrando aí outros parceiros e outros recursos que acrescentam massa crítica à ação educativa e social. Logo no valor seguinte os municípios aludem às parcerias com uma percentagem bastante alta de 96,7% com as Associações de e para pessoas com necessidades especiais o que é uma realidade interessante, mobilizando o conhecimento dos problemas, o diagnóstico das necessidades e o exercício da cidadania e dos direitos que a interlocução com essas entidades implica. Cruzando com a pergunta 17 do questionário, acerca do número de associações que existiam nos diferentes concelhos, foi recolhida informação que indica que existem no total das trinta e uma cidades 153 associações (que desenvolvem trabalho na área das necessidades especiais) o que dá uma média de cinco associações por concelho, sendo que o que tem uma maior rede é de catorze e o menor é de uma associação. De salientar também que os três municípios que apresentam maiores níveis de inclusão são também os que registam maior número de associações de e para pessoas com necessidades especiais no seu território, respetivamente nove, dez e catorze.

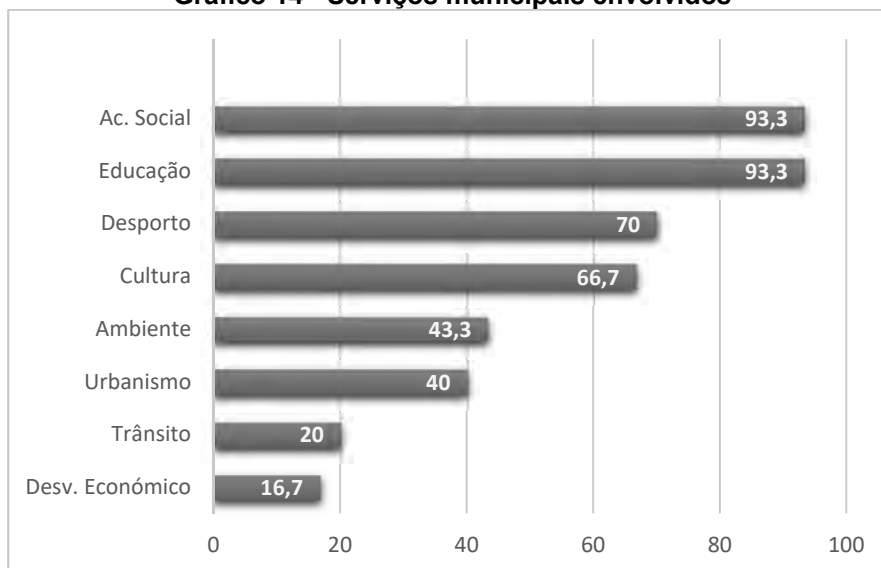
Sobre os valores dos serviços descentralizados da administração central, retirando o ministério da educação pelas razões já referidas, os restantes serviços indicados saúde segurança social e justiça apresentam valores significativos respetivamente 79,3% saúde, 72,4% segurança social e justiça

3,4%, podendo-se depreender que existe algum potencial para um envolvimento dos serviços desconcentrados da administração central em projetos e ações o que pressupõe uma colaboração e cooperação ao nível técnico que eventualmente não terá correspondência ao nível político.

As famílias que em termos sociológicos se podem definir como um conjunto de pessoas que se encontram unidos por laços de parentesco, e segundo a Declaração dos Direitos do Homem, a família é o elemento natural da sociedade e tem direito à proteção da própria sociedade e do Estado, pelo que os valores que os municípios apontam para este nível de parceria implicam que sejam tidas como parceiros privilegiados para se poder construir uma rede comunitária que ajude na implementação dos projetos sócioeducativos, havendo mesmo concelhos em que o número de associações de pais é bem representativo da gradual importância que têm nos territórios.

A implicação do ensino superior e das empresas, sobretudo as de serviços que apresentam valores mais elevados, é bem exemplo da amplitude que os projetos devem ter de modo a promoverem a mudança, pois quanto mais participação e envolvimento for alcançado mais magnitude podem ter os processos, sendo que as universidades podem significar mais mobilização de conhecimento e as empresas são mais-valias pela responsabilidade social que isso implica na construção da coesão social.

Foi, também, perguntado aos responsáveis municipais qual a implicação dos serviços municipais nos projetos e ações dirigidos às pessoas com necessidades especiais. Resultados que estão patentes no gráfico 14.

Gráfico 14 - Serviços municipais envolvidos

Verifica-se que os serviços mais implicados nos projetos socioeducativos são os serviços de ação social e da educação (daí também a explicação para a relação de parceria com as escolas e com as instituições sociais que parece ser um dado indiscutível), ambos com uma indicação de 93.3%, seguidos dos serviços do desporto e da cultura, com valores bastante mais baixos para o ambiente e para os serviços de urbanismo, com valores muito reduzidos são indicados como participantes os serviços do trânsito e do desenvolvimento económico.

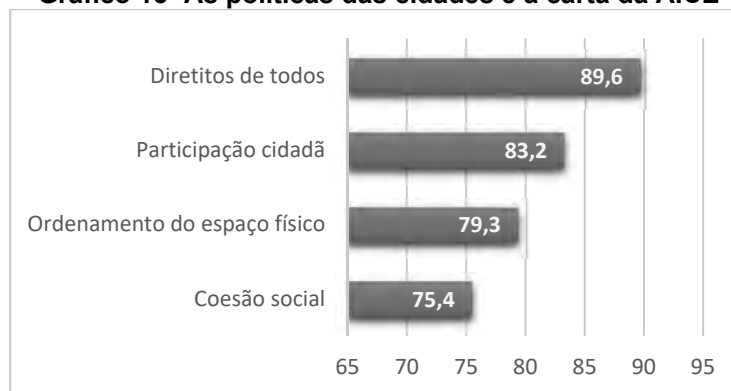
Tratando-se de processos na área social e da educação os valores apresentados são os esperados, ou seja, em quase todas as cidades respondentes esses serviços estão implicados nos projetos e atividades dirigidas às pessoas com necessidades especiais em dois terços das cidades são também envolvidos os serviços de desporto de cultura, o que significa que as áreas do desenvolvimento social estão bastante implicadas tecnicamente na implementação das ações. Os outros serviços têm um envolvimento mais modesto, dado que têm maior importância em domínios do planeamento, da qualificação do território que são áreas estruturantes mas ainda consideradas como de segundo plano na abordagem da inclusão social das pessoas com necessidades especiais. Parece ser insuficiente uma abordagem mais

transversal que envolva o município no seu todo, havendo muitos sinais de uma perspectiva sectorial e temática da questão.

Para fechar o capítulo do questionário que tinha um conjunto de itens que procuravam operacionalizar a dimensão a cidade educadora; projetos sócio educativos e exclusão, projetos sócioeducativos e necessidades especiais, houve necessidade e interesse de verificar até que ponto os princípios 1,8,9 e 16 da Carta das Cidades Educadoras, já apresentados no ponto 3.3.1., são tidos em conta na construção das políticas educativas e inclusivas das cidades.

No gráfico 15 estão representados os resultados que se obtiveram quando se indagaram os responsáveis pela gestão das cidades acerca da importância que atribuem à carta das cidades educadoras que subescreveram quando definem e delineiam as políticas e as medidas que tomam na gestão local, tendo em conta esses princípios.

Gráfico 15- As políticas das cidades e a carta da AICE



Como se pode ler no gráfico 15, uma larga maioria dos municípios auscultados no estudo referem que têm presente os princípios da Carta quando implementam as suas políticas educativas e inclusivas, sendo que o primeiro princípio (n. 1 da Carta) é aquele que mais responsáveis municipais valorizaram na escala, apresentando um score de 89,6%, o direito de igualdade, de liberdade na disponibilização de meios de oportunidades de formação de entretenimento e de desenvolvimento pessoal que as cidades oferecem às populações.

A participação cidadã (princípio 9 da Carta) aparece em segundo lugar, com um valor de 83.2 %, o que encerra as preocupações dos governos locais em oferecerem informações e formação em valores éticos e cívicos e ao mesmo tempo estimular a participação no projeto coletivo, partindo das instituições e organizações civis e sociais o que noutros campos deste questionário se verificou, neste domínio, estar ainda aquém do desejável.

O ordenamento e o espaço físico (princípio 8), segundo a Carta, implica um especial cuidado com as necessidades das pessoas com dependência para que desfrutem da cidade com o máximo de autonomia possível. Estas repostas tiveram menções mais baixas na escala de respostas, totalizando em valores ponderados 79,3%, ou seja, embora seja um princípio que está presente é reconhecido pelos responsáveis autárquicos que não tem tido tanta força nas políticas levadas a efeito, o mesmo acontecendo com o princípio que se refere à exclusão social (princípio 16 da Carta) e aos esforços que se devem empreender para promover na cidade, nos bairros na comunidade a coesão social e que obteve a mais baixa percentagem.

Pelos valores apurados, verifica-se que os responsáveis dizem que levam algumas vezes, muitas vezes ou mesmo sempre, estes princípios em conta, quando se observam os valores apurados de uma forma mais detalhada constata-se que no primeiro princípio não se registaram respostas no nível da escala raramente ou nunca, nas restantes só 2 cidades assinalaram o item raramente e nos dois restantes só uma delas o fez. Isto demonstra essa preocupação.

Como haverá oportunidade de verificar os domínios como a acessibilidade e a participação cidadã são aspetos em que ainda se encontram muitas lacunas na construção da cidade inclusiva, pelo que se pode concluir que embora estes princípios estejam presentes não têm uma ligação imediata ao nível das concretizações, mas constituem-se como referenciais de ação que devem dar perspetivas para os futuros desejáveis e estar presentes na visão prospetiva do desenvolvimento nos vários domínios económicos sociais e culturais.

Em síntese, quando se analisa este bloco de informação recolhida e tratada acerca da cidade educadora; projetos sócioeducativos e exclusão,

projetos sócioeducativos e necessidades especiais, a aplicação dos princípios da Carta das Cidades Educadoras, poder-se-á concluir através do quadro 21 quais as áreas fortes (percentagem alta), fracas (percentagens baixas) e emergentes (percentagens médias).

Quadro 21 - Síntese cidade educadora e inclusiva

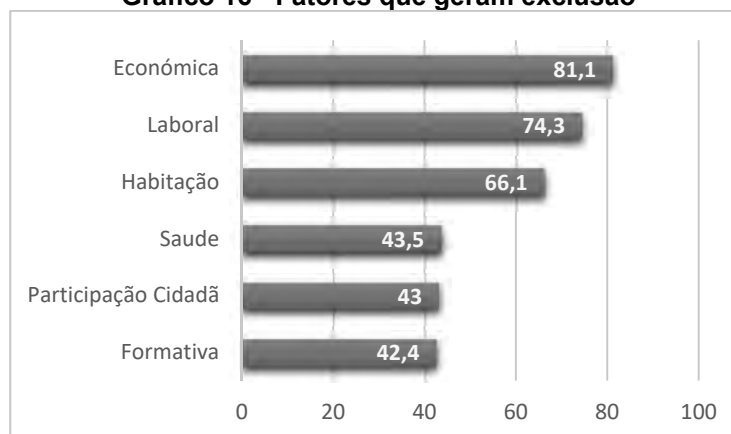
Domínios	Áreas Fortes	Áreas Emergentes	Áreas Fracas
Atenção à exclusão	<ul style="list-style-type: none"> - Pobreza - Fracasso escolar 	<ul style="list-style-type: none"> - Desestruturação familiar - Precaridade laboral 	<ul style="list-style-type: none"> - Doenças físicas e mentais - Etinas - Consumos de aditivos - Raça
Projetos socioeducativos	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho em rede - Criação de serviços sociais - Relação escola comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Igualdade de género - Grupos vulneráveis - Formação ao longo da vida - Abandono e insucesso escolar 	<ul style="list-style-type: none"> - Habitação - Voluntariado - Sensibilização à estigmatização - Cidade mais acessível - Formação
Projetos centrados na população com necessidades especiais	<ul style="list-style-type: none"> - Educação inclusiva - Inserção laboral - Interação com a comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Direitos e cidadania - Tempos livres, lazer e desporto 	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso às bibliotecas - Prevenção das necess. Especiais - Acesso à arte e à cultura
Parcerias	<ul style="list-style-type: none"> - Escolas e agrupamentos - Associações de e para pessoas com necess. especiais - Famílias 	<ul style="list-style-type: none"> - Ensino Superior - Empresas 	
Envolvimento dos serviços municipais	<ul style="list-style-type: none"> - Ação social - Educação 	<ul style="list-style-type: none"> - Desporto - Cultura - Ambiente - Urbanismo 	<ul style="list-style-type: none"> - Trânsito - Desenv. económico
Carta da AICE	<ul style="list-style-type: none"> - Respeito pelos direitos de todos 	<ul style="list-style-type: none"> - Participação cidadã - Ordenamento do espaço físico 	<ul style="list-style-type: none"> - Coesão social

6.1.2. A construção da cidade inclusiva

Como houve oportunidade de constatar no enquadramento teórico a inclusão é um conceito da globalidade, ou seja para se influenciar a inclusão não se pode ter apenas uma abordagem sectorial é também uma questão do exercício dos direitos, neste caso os direitos de viver e usufruir da cidade dos seus meios, dos seus recursos, das suas oportunidades, pelo que quando se fala de inclusão nas cidades das pessoas com necessidades especiais, está a falar-se de um conjunto muito vasto de dimensões, por um lado aquelas mais gerais e que podem ter influência a partir do todo e as mais específicas e que podem ter importância porque procuram responder às especificidades. Assim, neste capítulo estiveram presentes um conjunto muito vasto de itens que se organizaram para operacionalizar as seguintes dimensões temáticas: construção da cidade inclusiva; situações de exclusão, promoção do desenvolvimento, acessibilidade aos edifícios, aos transportes, aos espaços públicos, convivência social, acesso à informação, educação e formação, tempos livres, lazer, cultura e desporto, trabalho, participação e cidadania, saúde, serviços sociais, habitação, estudos e investigação.

Uma das perguntas que foi colocada procurava indagar junto dos respondentes acerca dos fatores que geram mais situações de exclusão no concelho expressas no gráfico 16.

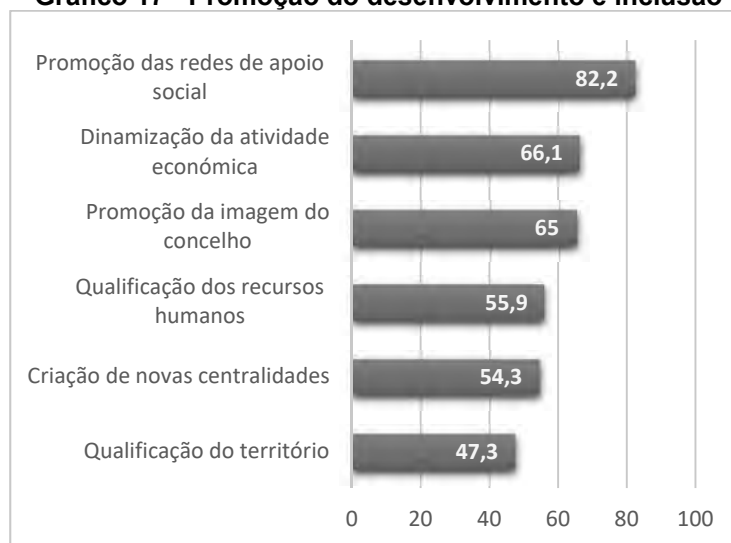
Gráfico 16 - Fatores que geram exclusão



O quadro das respostas obtidas foi o seguinte: as situações da ausência de atividade económica das famílias que foi obtida uma pontuação mais elevada de 81,1%, a ausência da atividade laboral e as carências relacionadas com a precaridade habitacional, foram as categorias mais referidas como causas de exclusão. Com uma pontuação menos significativa as causas relacionadas com a saúde, a marginalização da participação social e da cidadania e a exclusão por falta de formação adequada.

As respostas obtidas estão de acordo com o que foi retratado na literatura quando se refere que as causas de exclusão são múltiplas e complexas, sendo indicada como tendo causas multidimensionais, ou seja, se existem problemas laborais vão existir problemas económicos e se esses existem vão implicar dificuldades em manter a habitação e a saúde e muitas das vezes isso implica com a integração social, a relação com os outros e a própria desqualificação social. Os responsáveis municipais conhecem bem essa realidade pela proximidade que têm com os problemas. Se se fizer o cruzamento com a atenção que davam à exclusão, matéria que está tratada no gráfico 9, existe alguma coerência entre o conhecimento dos fatores de exclusão e os esforços que os municípios empreendem pois mais de 90% dos inquiridos referiu que a pobreza era um dos aspetos que tinha particular atenção, assim como a precaridade laboral, os problemas formativos e a doença. Voltar-se-á a este tópico no ponto 7 da discussão dos resultados mais adiante.

Uma das formas de combater a exclusão social é não só com medidas de remediação mas, principalmente, criando condições para o desenvolvimento e a atratividade do território para que se gerem processos sociais, económicos que fomentem melhores condições de vida para as populações. Daí que, na lógica da construção da cidade inclusiva, houvesse interesse em conhecer as medidas que os municípios estão a levar por diante que promovam o desenvolvimento do território. O gráfico 17 organiza os dados recolhidos sobre esta dimensão.

Gráfico 17 - Promoção do desenvolvimento e inclusão

A promoção das redes de apoios social são apresentadas como componentes importantes da promoção do desenvolvimento com uma pontuação de 82.2%, a dinamização da atividade económica foi indicada como também sendo muito importante no processo de crescimento e de desenvolvimento territorial com uma pontuação de 66,1%, a promoção da imagem do concelho como forma de difusão das qualidades físicas, sociais, culturais, económicas que têm importância na fixação de empresas e na captação do investimento e fator que obteve uma percentagem de 65%, a qualificação dos recursos humanos, a criação de novas centralidades que gerem novos centros urbanos e novas atividades urbanas e finalmente a qualificação do território nos seus mais diversos aspetos arquitetónicos, paisagísticos, urbanísticos, dos espaços públicos obtiveram valores mais moderados.

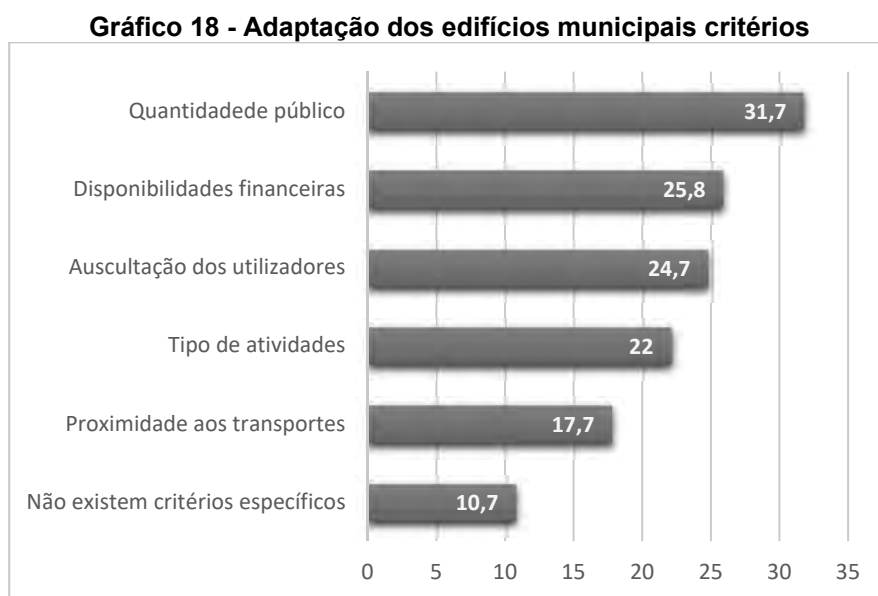
Pode-se reportar como muito significativo que para uma grande maioria dos municípios portugueses não é concebível um processo de desenvolvimento de um território sem ter presente em primeiro lugar as necessidades sociais das populações, com o que isso implica de bem-estar e de qualidade de vida, ou seja, as respostas para os mais variados grupos populacionais devem estar acauteladas, as creches, os serviços de apoio domiciliário, os centros comunitários, as residências para idosos, as respostas para as pessoas com necessidades especiais entre outras respostas. A seguir são indicados outros

aspectos motores do desenvolvimento como a promoção da atividade económica, a imagem do concelho a qualificação dos recursos humanos e do território físico.

Existe, na grande maioria dos gestores das cidades, uma consciência muito evidente de que não existe desenvolvimento do território físico sem cuidar das componentes imateriais e que a relação de uma e de outra dimensão é que pode ser geradora de processos desenvolvimentais sustentáveis.

Outra temática que foi abordada relaciona-se com a acessibilidade pelo peso que esse tema tem na qualidade de vida, na mobilidade, na participação da vida social das pessoas com necessidades especiais. Indagou-se sobre as acessibilidades aos edifícios, a adaptação aos edifícios, espaços públicos e a existência ou não de plano de acessibilidade global. Do tratamento dessas perguntas resultaram os gráficos 18, 19, 20, 21 e 22.

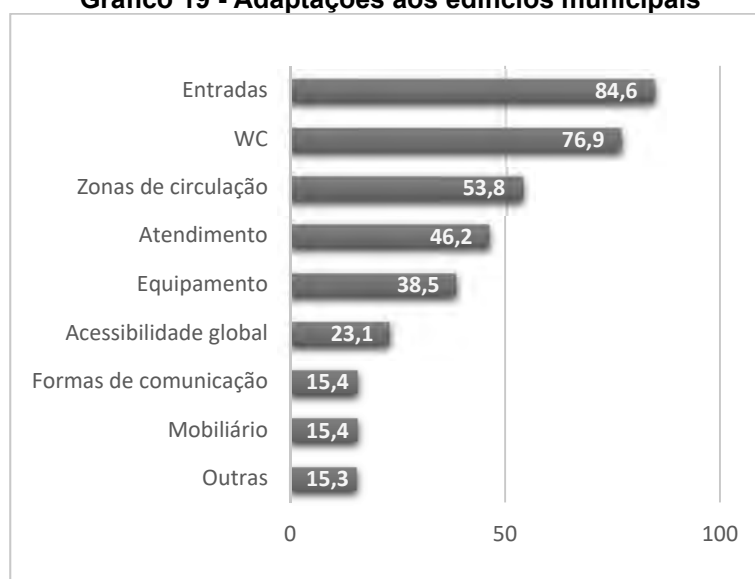
Foi formulada a pergunta sobre quais as prioridades que foram seguidas na adaptação dos edifícios públicos, sendo possível hierarquizar esses critérios conforme gráfico 18.



As percentagens são mais baixas em todas as categorias pois esta pergunta só se aplicava aos municípios que tinham programas de adaptação dos edifícios municipais em curso, verificando-se que um pouco menos de metade

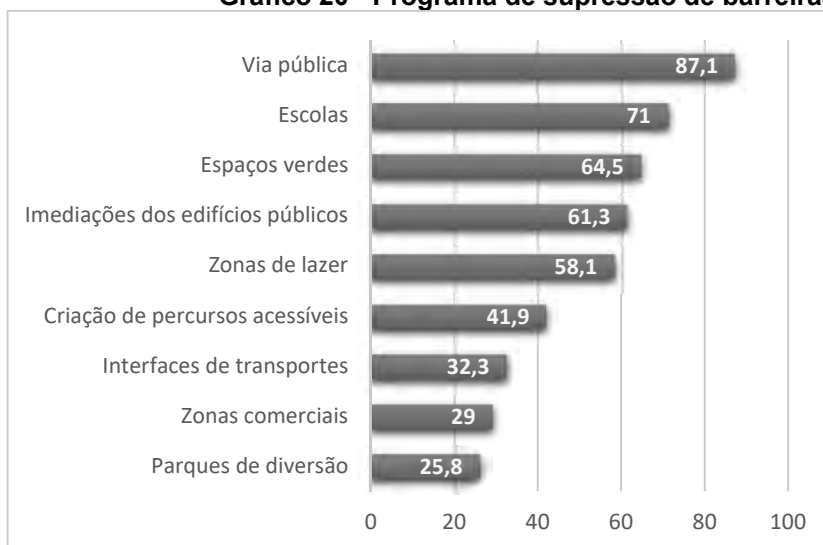
das cidades não tinha este programa em desenvolvimento. Verifica-se que 58% dos municípios não tinham programa de adaptação de edifícios embora 66,7% tivesse realizado um diagnóstico e um levantamento da situação e onze das cidades responderam que 55% dos seus edifícios já seguiam as normas que a legislação consagra. No caso treze Municípios referiram que quando fizeram adaptações aos seus equipamentos e infraestruturas seguiram critérios que abaixo se podem descrever.

Gráfico 19 - Adaptações aos edifícios municipais



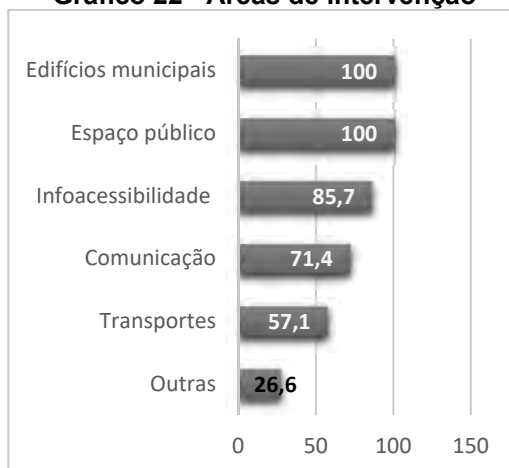
Foram privilegiados os espaços de circulação e de acolhimento com uma pontuação de 84,6% seguida do WC com 76,9%, a adaptação do equipamento foi referida com 38,5% e, só em cerca de 23,1% houve uma visão global e integrada do edifício e do acesso às suas funções sociais em pleno. De notar que os aspetos relacionados com o atendimento, as formas de comunicação alternativa estão ainda muito pouco valorizadas.

No que diz respeito à acessibilidade em espaço público indagou-se acerca do desenvolvimento de programa de supressão de barreiras arquitetónicas se arrumaram no gráfico 20.

Gráfico 20 - Programa de supressão de barreiras

Foram privilegiadas as intervenções em espaços públicos com uma pontuação de 87,1%, as escolas em sequência com uma percentagem de 71%, os espaços verdes, a imediação de edifícios públicos e as zonas de lazer. A lógica dos percursos acessíveis conforme indica a legislação em vigor preconiza tem uma pontuação muito abaixo, o mesmo acontecendo nos interfaces de transportes, as zonas comerciais e de diversão com valores ainda mais restritos. De salientar que só 16% dos respondentes afirmaram existir um orçamento próprio e específico para estas intervenções. Parece ficar patente o grande investimento que ainda será necessário fazer neste domínio que se reveste de uma importância reforçada numa perspetiva de inclusão na vida das cidades e de usufruto dos serviços, bem como do exercício da cidadania nas suas diferentes dimensões.

Formulou-se, ainda, neste tema uma pergunta acerca da existência de um plano de promoção da acessibilidade verificando-se que só 23% dos municípios, cerca de sete cidades, é que desenvolveram esse instrumento de estudo diagnóstico e ensaio de soluções para os problemas da mobilidade, conforme se pode verificar nos gráficos 21 e 22.

Gráfico 21 - Planos de promoção da acessibilidade**Gráfico 22 - Áreas de intervenção**

Como já referido, uma grande maioria dos municípios 77% não dispõe deste Plano que pode ser um bom instrumento para planear as alterações a promover nos vários domínios que hoje se designa por acessibilidade global e que implica um conjunto vasto de acessos. No gráfico 22 poder-se-á verificar que os planos que foram desenvolvidos, alguns deles tiveram essa filosofia, olhando não apenas para os espaços públicos e para os edifícios mas também para a acessibilidade digital, os transportes a comunicação entre outros aspetos.

Esta é uma área muito decisiva da qualidade de vida e do exercício dos direitos a uma vida independente nas cidades, verifica-se que pelos dados recolhidos, que embora se tenha iniciado um caminho no sentido de ajustar as cidades às necessidades de uma mobilidade para todos ainda existem muitas

lacunas. Desde logo 58% das cidades inquiridas não referem programas de adaptação dos seus edifícios e mesmo quando existem processos em curso eles em grande parte preocupam-se apenas com as questões físicas, deixando de fora as questões dos meios e os materiais adaptados e dos processos de atendimento alternativos. Faz todo o sentido ter um espaço acessível para as populações com deficiência visual ou deficiência física, mas quando a pessoa acede aos equipamentos públicos não encontra os meios disponíveis como por exemplo os livros áudio, as impressoras braille ou os *sacanner* adaptados para aceder aos meios informáticos, de outro modo a acessibilidade apenas física mantém os outros níveis de acessibilidade à informação em falta.

O mesmo acontece quanto aos programas de supressão das barreiras arquitetónicas são apenas um conjunto de ações pontuais e sem uma lógica de criar percursos conforme se defende no guia da acessibilidade para todos (Teles, 2014) e na legislação (Decreto/Lei 163 de 2006 de 8 de Agosto) intervindo, por isso nos espaços circundantes sobretudo nas zonas pedonais. Seria muito relevante que os municípios integrassem nestes processos, criando comissões para a acessibilidade em que participassem as associações de e para pessoas com necessidades especiais, desenvolvendo a partir daí planos de ação plurianuais que deveriam ter verbas inscritas nas Grandes Opções do Plano de Atividades Municipais. Outra das modalidades que podem ser encaradas como forma de encontrar soluções integradas é o desenvolvimento de Planos Locais de Promoção da Acessibilidade que é um plano estratégico que, tendo por objetivo a melhoria da acessibilidade no município, desenvolve ações de sensibilização, formação e participação, envolvendo populações, associações e entidades locais de modo a estimular dinâmicas capazes de manter este desígnio cívico de município inclusivo na agenda de trabalho de toda a comunidade. Este programa, de natureza multidisciplinar, aborda o espaço público, equipamentos públicos, transportes, *design*, comunicação e infoacessibilidade através do desenvolvimento de estudos especializados em matéria de acessibilidade, de forma a criar um Plano Estratégico de prioridades de intervenção. Estes planos devem ser processos de participação das entidades das Associações de pessoas com necessidades especiais, dos operadores da cidade, das empresas, das escolas e das organizações locais que

possam contribuir para o processo. Neste caso verifica-se que no universo deste estudo só sete cidades estão a desenvolver estes Planos, sendo eles um bom pretexto para discutir com a comunidade os problemas associados à inclusão social. É possível fazer um quadro síntese destas temáticas no quadro 22.

Quadro 22 - Síntese construção da cidade inclusiva

Domínios	Áreas Fortes	Áreas Emergentes	Áreas Fracas
Causas da exclusão	- Económica - Laboral - Habitação	- Saúde - Participação cidadã - Formativa	
Promoção do desenvolvimento	- Promoção de redes de apoio social - Dinamização da atividade económica - Promoção da imagem do concelho	- Qualificação dos recursos humanos - Criação de novas centralidades	- Qualificação do território
Critérios adaptação dos edifícios municipais	- Quantidade de público que acolhe - Disponibilidade financeira - Auscultação dos utilizadores	- Tipo de atividade - Proximidade aos transportes	- Sem aplicação de critérios
Programa de supressão de barreiras arquitet.	- Via pública - Escolas	- Espaços verdes - Imediação de edifícios públicos - Zonas de lazer	- Interfaces de transporte - Zonas comerciais - Parques de diversão
Planos de promoção da acessibilidade	- 7 cidades possuem planos		- 24 cidades não dispõem de plano

6.1.3. Os recursos e os meios das cidades

Este foi um dos temas mais desenvolvidos no questionário pois, conforme abordado no quadro teórico de enquadramento do estudo, o próprio conceito de necessidades especiais, que se adaptou das necessidades educativas especiais, encerra uma ideia forte, é que os conhecimentos, as habilidades, as aptidões e atitudes sociais dependem em grande parte dos recursos e dos meios que são disponibilizados para facilitar a integração no meio social e para promover a autonomia. Dimensão que foi reforçada com o conceito de “barreiras à aprendizagem e à inclusão” que é um conceito que deve ultrapassar a escola e ser aplicado no contexto mais vasto da comunidade e da sociedade.

Revisitando este quadro teórico a inclusão social envolve um conjunto de valores inclusivos e, ao mesmo tempo, um conjunto de meios que visam ultrapassar as barreiras à participação na vida da comunidade aos seus diversos níveis.

6.1.3.1. Serviços e recursos

Através da pergunta quais os serviços disponíveis no concelho de apoio às populações com necessidades pessoais com uma *checklist* de 26 itens, cujas respostas foram reduzidas e apresentadas com o gráfico 23.

Gráfico 23- Serviços e recursos existentes



O que se pode verificar é o razoável nível de cobertura de serviços e de recursos que as cidades estudadas dispõe para dar oportunidades de apoio e de participação às populações com necessidades especiais, destacando-se, desde logo, que os serviços ou recursos que dependem diretamente das competências municipais aparecem destacados pelas pontuações estatísticas que atingiram, como seja: parques e jardins acessíveis, transportes adaptados, edifícios municipais acessíveis, com valores na casa dos 80%; seguem-se os serviços que dependem dos sistemas educativos ou dos dispositivos sociais existentes, como são exemplos as unidades de multideficiência, as equipas locais de intervenção precoce, os apoios domiciliários e os lares residenciais com valores na casa dos 70%; num terceiro nível são referidos os apoios relacionados com a participação em atividades de natureza coletiva, o desporto, o lazer, a nível de suporte laboral ou educacional a unidade estruturada para as perturbações do autismo, os centros de atividades ocupacionais, os programas de estágio ou os contratos inserção com uma pontuação na casa dos 60%; as escolas especiais, as praias acessíveis, a formação profissional e as atividades culturais aparecem num quarto nível de recursos disponíveis com uma percentagem na ordem dos 50%; num quinto nível com uma pontuação entre os 30% e 40% são referidos os bancos de ajudas técnicas, os programas de acessibilidade, o atendimento social, os centros de recursos para a inclusão, as instâncias de coordenação.

Procurando fazer uma leitura mais global poder-se-á salientar o seguinte:

1) Os sistemas que dependem dos vários dispositivos nacionais estão disseminados pelos vários pontos do território, numa rede muito capilar, nomeadamente os serviços de educação nas escolas e os dispositivos sociais muitos deles contratualizados com IPSS, revelando-se como subsistemas imprescindíveis para o apoio a este grupo de cidadãos;

2) A distribuição dos recursos pelas várias cidades parece seguir uma lógica que acompanha as prevalências das diferentes necessidades especiais, quer isto dizer que quando as incapacidades têm mais baixas frequências baixam também o número de cidades que afirmam ter esses recursos disponíveis, sendo necessário verificar se isso não querará dizer que em certos

centros urbanos mais distantes ou com menor número de população os recursos estão em falta ou não são necessários;

3) Quando se passa para domínios que se relacionam com a participação na vida das comunidades, de integração social verifica-se que aí existem bastantes lacunas como sejam a participação nas atividades coletivas de desporto, de lazer, de cultura;

4) O mesmo acontece quando se analisa mais detalhadamente as áreas laborais, do emprego, ou do emprego protegido em que os valores são bastante modestos pois só um terço das cidades referem ter esses meios disponíveis;

5) Existem exemplos muito animadores com os transportes, devem pesar aqui os transportes escolares, o acesso a edifícios que mesmo assim como já se viu em ponto anterior, que existindo podem melhorar e do acesso a parques e jardins que provam que é possível quando isso se impõe como importante melhorar as respostas existentes;

6) Nesta listagem fica muito patente o grande interesse e a grande urgência de uma articulação, a partir das necessidades locais, da convergência de meios dos vários níveis das administrações públicas, pois não sendo os meios e recursos disponíveis muito abundantes é absolutamente decisivo para se atingir uma maior qualidade de vida uma articulação efetiva de programas e de projetos entre a administração local e central.

Na leitura destes resultados fica em evidência que a abordagem à inclusão social implica uma rede de estruturas e serviços que aponta para respostas a uma problemática complexa e multidimensional que não pode ser tratada com um assunto sectorial mas que exige, antes, uma visão holística envolvendo a sociedade no seu todo e a comunidade local, ou seja para que haja uma resposta inclusiva têm de ser equacionados diversos apoios e recursos que tornam a vida da pessoa no seu todo funcional e com o mesmo nível de direitos das outras pessoas. Como havia a necessidade de discriminar as cidades mais ou menos inclusivas foi necessário detalhar mais algumas das áreas que se referiram no ponto anterior, pois para se chegar a uma lista ordenada das cidades das mais para as menos inclusivas foi utilizado um

sistema de pontuação do conjunto de parâmetros que a seguir se apresentam. Assim, resumir-se-ão as principais conclusões por cada um dos parâmetros e no ponto seguinte apresentar-se-á os critérios e a referida lista ordenada.

6.1.3.2. Transportes

Neste domínio apresentava-se uma *cheklist* que procurava indagar aspetos como existência de paragens ou interfaces de transportes com informação áudio ou braille, a existência de percurso acessíveis entre os transportes e os edifícios, a circulação nos interfaces, a sensibilização aos operadores, a existência de serviços de cedência de bicicletas adaptadas ou de cadeira de rodas e a instalação de ligares reservados na via pública para estacionamento de viaturas de transporte de pessoas com necessidades especiais e, ainda se existia alguma mesa de concertação com os operadores e outras entidades sobre a problemática.

Na maior parte dos parâmetros indicados no quadro 23 as respostas foram no sentido de não existirem essas condições ou de existirem circunstancialmente sem um carácter continuado, apenas uma cidade em todos os parâmetros referiu que esses meios existiam e no que se refere às cadeiras de rodas: 12% das cidades referiram como não existindo e 68% referiam que faziam com carácter sistemático.

Quadro 23 - Oferta ao nível dos transportes

Paragens com sistemas áudio e braille	9% (3 Cidades) existem em alguns lugares	90,3% não existem
Percursos acessíveis juntos aos transportes	79% existem em certos locais 3% existe sempre	25% não existem estes percursos
Circulação nos interfaces	38% existem em alguns interfaces 3% em todos os interfaces	58% circulação acessível não existe
Sensibilização dos operadores	38% pontualmente 6% caracter regular	58% não existe
Alugueres de bicicletas adaptadas	10% existe pontualmente 6% existe sempre	90% não existe
Lugares para viaturas de pessoas com necessidades especiais	83% de forma sistemática ou a pedido	16% não tem este serviço instituído
Disponibilização de cadeiras de rodas	68% este recurso existe.	12% não existem estes recursos

Por uma questão de facilitar a leitura em vez de um comentário isolado quadro a quadro relativos aos recursos far-se-á o comentário mais global num quadro final deste bloco.

6.1.3.3. Convivência social

Neste tema indagava-se acerca da existência de programas de voluntariado que fomentem a participação das pessoas com necessidades especiais, programas de apoio ao associativismo, a realização de intercâmbios e troca de experiências de boas práticas de inclusão social conforme quadro 24.

No que se refere ao fomento do voluntariado 76% das cidades responderam que fazem com carácter regular ou pontual; no apoio ao associativismo que envolve pessoas com necessidades especiais ou as suas famílias os municípios em 83% dos casos referem que esse apoio é feito com carácter regular ou a propósito de projetos pontuais; em 90% das cidades do presente estudo organizam-se com regularidade ou em circunstâncias pontuais encontros de divulgação e troca de experiências de “boas práticas”.

Quadro 24 - Oferta ao nível da convivência social

Programas de voluntariado	35% cidades têm programas de voluntariado com caracter constante	41% das cidades referem que o fazem com caracter pontual
Apoio ao associativismo	22,5% dos municípios fazem-no com caracter regular	61% tem esta prática pontualmente
Divulgação de boas práticas	25 % fazem-no com caracter regular	65% organiza encontros pontuais para este fim

6.1.3.4. Acesso à Informação

Pela sua importância no domínio da inclusão social o tema do acesso à informação foi dos domínios mais desenvolvidos com um conjunto de itens sobre a existência de ações formativas e informativas promovidas pelo município para a sensibilização das populações, a existência de ações internas para os trabalhadores municipais sobre a temática, a produção de documentos acessíveis como audiovisuais, áudio-livros etc, produção de informação acessível sobre os recursos e serviços disponíveis no concelho, difusão da informação nos sites municipais acessível aos diferentes grupos com necessidades especiais, sensibilização aos órgãos de comunicação social locais para utilizarem formas de comunicação acessível, disponibilização de apoios às associações locais de e para pessoas com necessidades especiais para tornarem a informação acessível. As principais pontuações obtidas podem resumir-se no quadro 25.

Quadro 25- Acesso à informação

Ações formativas e informativas promovidas pelo município para a sensibilização das populações	16% caráter permanente	77,7% pontualmente
Ações internas para os trabalhadores municipais	35% não têm esta prática	58% com caráter pontual (6%) com caráter regular.
Produção de documentos acessíveis como audiovisuais, áudio-livros	16% das cidades fazem ações com caráter permanente	35% das cidades referem que não têm esta prática
Informação acessível sobre os recursos e serviços disponíveis no concelho	70% pontualmente 6% regularmente	22% não têm esta prática
Difusão da informação nos sites municipais acessível	41% referem ter esta prática de forma continuada	45% dos municípios referem ter esta prática pontualmente
Sensibilização aos órgãos de comunicação social locais	61% fazem-no com carácter pontual	38% das cidades referem não ter esta prática
Disponibilização de apoios às associações para tornarem a informação acessível	81% das cidades referem que esta é uma prática comum	19% não têm estas práticas instituídas

6.1.3.5. Educação Formação

Foram seis os itens que operacionalizam esta dimensão indagando sobre: a existência de programas formativos em novas tecnologias, a existência de bibliotecas acessíveis em termos de livros DVD e outro material, a existência de estágios nos serviços municipais, acesso a conteúdos acessíveis das ações formativas que o município leva a cabo, ações de formação específicas para as famílias e para as pessoas com necessidades especiais, apoios disponíveis para

ações de informação e formação. Os resultados expressos estão inseridos no quadro 26.

Quadro 26 - Ofertas ao nível da educação e da formação

Programas formativos em novas tecnologias	45% referem que o fazem pontualmente	51% referem que não é prática organizar esta formação
Bibliotecas acessíveis	45% disponibilizam estes serviços de forma permanente	38% disponibilizam estes serviços pontualmente e 16% referem que não têm estes serviços no município
Estágios nos serviços municipais	32% das cidades assinalam que o fazem com carácter regular	65% referem que aceitam programas de estágio de forma pontual
Conteúdos acessíveis das ações formativas que o município	60% referem que o fazem pontualmente	30% assinalam que não têm essa prática
Ações de formação específicas para as famílias e pessoas com necessidades especiais	20% referem que o fazem com carácter pontual	80% referem não ter esta prática
Apoios disponíveis para ações de informação e formação	97% dos municípios atribuem esses apoios em termos financeiros, logístico ou com meios de divulgação	Só 1 cidade (3%) referiu não ter esta prática

6.1.3.6. Tempos livres / Lazer / Cultura / Desporto

Esta dimensão tinha seis itens que abordavam a adaptação dos parques e jardins, a existência de um guia para animadores que ajude a adaptar as atividades às várias necessidades especiais, a promoção de eventos culturais adaptados às pessoas com limitações, apoios às atividades coletivas organizadas pelas organizações das pessoas com necessidades especiais, promoção de eventos e atividades desportivas adaptadas e a existência de trabalho cooperativo.

Como se pode constatar pelo quadro 27 nesta categoria as principais escolhas de resposta recaem em situações que ocorrem com carácter mais pontual do que permanente.

Complementarmente aos dados do quadro 27, no que diz respeito aos apoios que os municípios concedem às atividades coletivas, verifica-se que em

grande maioria o fazem de diversas formas: 100% das cidades disponibilizam espaços, 89% apoios na divulgação, 81% concede apoios logísticos e materiais, e 77% apoios financeiros

Quadro 27- Ofertas ao nível dos tempos livres, lazer, desporto e cultura

Adaptação dos parques e jardins	16% referem que existe em todos os casos	80% refere que existe em certos casos
Guia para animadores	19% referem que existe de forma pontual	83% dizem não existir
Promoção de eventos culturais	12% assinalam que existem com caracter regular	74% referem que existem pontualmente
Apoios às atividades coletivas	19% referem fazê-lo com caracter sistemático	70% dos municípios referem dar estes apoios por vezes
Atividades desportivas	12% referem fazê-lo com caracter regular	64,5% das cidades dizem organizar pontualmente estas atividades
Trabalho cooperativo	13% referem que esse espaço funciona com regularidade.	74% referem que existe um espaço de concertação e organização das atividades quando necessário

6.1.3.7. Estudos e Investigação

Nesta dimensão interessava saber se o trabalho local estava alicerçado em estudos ou trabalhos de investigação desenvolvidos sobre esta matéria e tinha um conjunto de três itens que passamos a apresentar em termos das respostas obtidas no quadro 28.

Quadro 28- Estudos e investigação

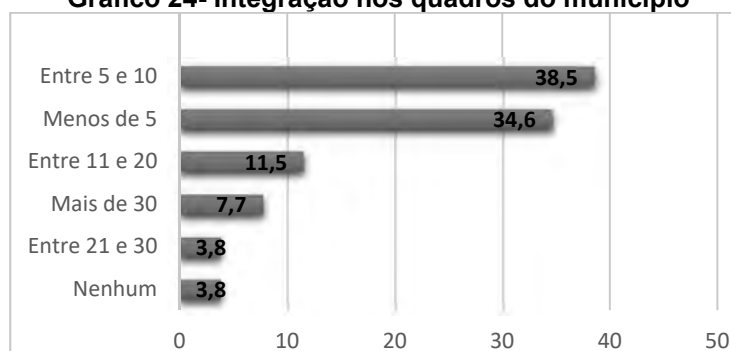
Estudos específicos realizados	42% dizem ter desenvolvido estes estudos	58% referem não ter nenhum estudo sobre a matéria
Protocolos com entidades académicas	16% referem ter estabelecido protocolos	84% assinalam não o ter feito
Abordagem noutros estudos	74% dizem que este parâmetro é abordado noutros estudo	26% indicam que não o têm feito

6.1.3.8. Trabalho

Nesta dimensão estavam integrados seis itens que visavam reunir informação sobre o número de trabalhadores do município com necessidades especiais, a existência de contratos com empresas de inserção, as adaptações laborais promovidas nos diferentes serviços municipais, campanhas locais de fomento da contratação, concursos de pessoal e igualdade de oportunidades, emprego apoiado e emprego protegido, conforme quadro 29.

Sobre o primeiro item pode-se verificar pelos valores do gráfico 24 que 38,5% das cidades integram entre cinco e dez trabalhadores com necessidades especiais nos seus quadros, 34,6% integra menos de cinco trabalhadores, 11,5% entre onze e vinte trabalhadores, mais de trinta em 7,7% das cidades. Verifica-se que com diferentes proporções todos os municípios têm integrado trabalhadores com necessidades especiais sendo que a categoria mais prevalente é uma média entre cinco e dez trabalhadores integrados nos quadros, a classe mais de trinta só se verifica em municípios de maiores dimensões.

Gráfico 24- Integração nos quadros do município



Quadro 29- Ofertas ao nível laboral

Contratos com empresas de inserção	58% dos municípios referem ter esta prática	42% referem não utilizar esses serviços
Adaptações laborais	64,5% dos municípios indicam ter essa prática	35,5% indicam que não têm feito essas adaptações
Fomento da contratação	42% referem que desenvolvem campanhas que promovem a integração laboral no concelho	58% referem não ter essa prática
Emprego apoiado e emprego protegido	53% referem haver no concelho estas ofertas	45% referem não estar disponível esta oferta
Concurso e igualdade de oportunidades	Larga maioria dos municípios dizem cumprir as regras legais de criar condições nos concursos de igualdade face à lei, 94%.	2 municípios não responderam

6.1.3.9. Participação e cidadania

Na dimensão relativa à participação e cidadania, domínio decisivo nos processos de inclusão social, existiam no questionário seis itens, sobre as seguintes matérias: existência de conselho consultivo municipal de pessoas com necessidades especiais, envolvimento destes cidadãos nos processos de participação levados a cabo pelo município, organização de reuniões da Câmara Municipal sobre estas temáticas, existência de fóruns de discussão pública sobre estas temáticas, existência de fóruns *on line*, existência de prémio municipal que distinga as entidades que mais tenham contribuído para a participação deste grupo de cidadãos na vida coletiva. Os resultados obtidos são os que constam do quadro 30.

Quadro 30- Nível de participação e exercício da cidadania

Conselho consultivo municipal	9,7% referem que têm uma instância destas em funcionamento	90,3% das cidades não dispõem deste órgão de participação
Processos de participação	48,35 das cidades desenvolvem processos de participação envolvendo as organizações representativas	51,7% não têm esta prática
Reuniões da Câmara	51,6% das cidades referem que organizam reuniões de Câmara para decidir sobre estes assuntos	48,4 referem que não têm essa prática
Fóruns de discussão pública	6% referem que organizam fóruns temáticos sobre estas matérias	94% das cidades afirmam que não existem estes fóruns
Fóruns on line	6.5% das cidades assinalam que organizam estes eventos digitais	93,5% assinalam que não têm prática de organizar estes eventos

6.1.3.10. Saúde

Nesta dimensão do questionário procurou recolher-se informação sobre seis itens, como sejam: informação sobre os recursos de saúde disponíveis no concelho, fomento dos serviços específicos necessários, disponibilização de serviços de aconselhamento psicológico, existência de unidade de apoio à saúde mental, apoio domiciliário para as grandes incapacidades, edição de guias de recursos em diferentes suportes, conforme quadro 25.

Quadro 31- Ofertas ao nível da saúde

Informação sobre os recursos de saúde	45%, permanente 16% pontualmente	38% assinalam que não existe esta informação disponível
Fomento dos serviços específicos necessários	48% e 29% referem que fazem esses esforços respetivamente de forma intermitente e permanente	22% referem que não desenvolvem ações com o fim de fomentar serviços de saúde mais específicos para as necessidades destas populações
Serviços de aconselhamento psicológico	70% responderam que no território da sua jurisdição existem estes serviços disponíveis	30% assinalaram que estes serviços não estão disponíveis no seu território
Unidade de apoio à saúde mental	69% assinalam a existência destas unidades	31% assinalam que estas unidades não existem no seu território
Apoio domiciliário para as grandes incapacidades	100% assinalam a disponibilidade deste recurso na sua comunidade	
Edição de guias	40% disponibilizam esta compilação de informação em suportes diversos	60% assinalam não disponibilizam este recurso de apoio à informação

6.1.3.11 Serviços sociais

No que diz respeito à recolha de informação acerca dos serviços sociais de suporte, foram organizados cinco itens para recolher informação sobre estes domínios. A descrição dos itens é a seguinte: existência de programas de apoio social, Planos de Desenvolvimento Social e medidas para este grupo populacional, serviços que facilitem a vida independente, instância de coordenação das respostas locais, promoção de “boas práticas” de atendimento social, conforme quadro 32.

Quadro 32- Ofertas de serviços sociais

Programas de apoio social	76,7% referem que existem programas sociais específicos para este grupo populacional	23,3% referem que isso não acontece no seu território
Planos de Desenvolvimento Social (PDS)	70% respondentes referem que nos seus PDS existem medidas específicas para a ação junto das populações com necessidades sociais	30% referem que isso não acontece
Serviços que facilitem a vida independente	94% respondentes assinalam a existência deste recurso	6% referem não possuírem no seu território esses recursos
Instância de coordenação	45% dizem que estas instância funcionam mas sem carácter regular, só 10% das cidades têm esta instância a funcionar regularmente	45% refém que esta instância de coordenação não existe
Promoção de “boas práticas”	77% referem que fazem a socialização das boas práticas inclusivas de forma esporádica 6% com regularidade	16% assinalam não organizar a divulgação destas experiências

6.1.3.12. Habitação

Quanto à última dimensão deste bloco que visava elencar os recursos disponíveis nas várias cidades, do presente estudo, foram objeto de recolha de informação 3 itens sobre os seguintes temas: condições específicas de acesso ao parque residencial dos municípios, existência de residências assistidas,

programas de apoio para acesso à habitação, conforme resultados expressos no quadro 33.

Quadro 33 - Ofertas ao nível da habitação

Condições específicas de acesso ao parque residencial	66,5% têm disponíveis condições específicas de acesso à habitação	34.5% não existem condições específicas I
Residências assistidas	55% existem residências assistidas	45% não dispõem desta solução
Programas de apoio à habitação	55,6% dispõem de programas de apoio para acesso à habitação	44,4% não têm estes dispositivos de intervenção

Em jeito de síntese resumir-se-á no quadro 34 uma leitura mais global a este conjunto de informação sobre serviços e recursos disponíveis nas cidades.

Quadro 34- Síntese serviços e recursos

Domínios	Áreas Fortes	Áreas Emergentes	Áreas Fracas
Recursos gerais	<ul style="list-style-type: none"> - Parques e jardins acessíveis - Transportes adaptados - Equip. municipais acessíveis - Unidades de multideficiência - Apoio domiciliário - Lar residencial - Equipas de interv. precoce 	<ul style="list-style-type: none"> - Orientação e apoio às famílias - Centros de ocupação profissional - Programa de estágio - Atividades de lazer - Desporto adaptado - Contratos de inserção - Unidades de ensino estruturado - Praias acessíveis - Atividades culturais - Escolas especiais - Centros de formação profissional 	<ul style="list-style-type: none"> - Bancos de ajudas técnicas - Programa de acessibilidades - Atendimento social - Centro de recursos para a inclusão - Instâncias de coordenação - Emprego protegido
Transportes	<ul style="list-style-type: none"> - Lugares na via pública reservados a deficientes 	<ul style="list-style-type: none"> - Paragens com sistemas alternativos de comunicação - Percursos acessíveis - Alugueres de cadeira de rodas 	<ul style="list-style-type: none"> - Acessibilidade nos interfaces - Alugueres de bicicletas adaptadas - Sensibilização aos operadores de transportes
Convivência social	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio às associações para eventos 	<ul style="list-style-type: none"> - Programas de voluntariado 	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgação de boas práticas
Acesso à informação	<ul style="list-style-type: none"> - Informação sobre os recursos locais disponíveis - Difusão nos sites municipais seguindo as regras da acessibilidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Ações de sensibilização da comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Produção de documentação acessível - Ações dirigidas aos trabalhadores municipais

	- Disponibilização de apoios associações de e para pessoas com nec. especiais		- Sensibilização dos órgãos da comunicação social
Educação Formação	- Apoios para ações de formação e sensibilização	- Bibliotecas acessíveis - Estágios no município - Conteúdos acessíveis produzidos pelos municípios	- Ações formativas em novas tecnologias - Formação para as famílias
Tempos livres/Desporto/Cultura	- Adaptação de parques e jardins	- Promoção de eventos culturais - Promoção de atividades desportivas	- Guias para animadores - Trabalho local cooperativo
Estudos e investigação	- Abordagem da problemática noutros estudos	- Promoção de estudos e diagnóstico	- Protocolos com entidades académicas
Trabalho	- Cumprimento das regras legais	- Integração nos quadros do município - Contratos com empresas de inserção	- Campanhas de sensibilização dos empresários
Participação e cidadania		- Processos de participação - Reuniões de Câmara temáticas	- Conselhos consultivos - Fóruns on line - Prémio municipal
Saúde	- Informação sobre recursos de saúde	- Esforços para instalação de novos serviços de saúde - Serviços de aconselhamento psicológico - Unidades de saúde mental	- Edição de guias acessíveis
Serviços Sociais	- Programas de apoio social - Planos de desenvolvimento social - Socialização das boas práticas	- Serviços de apoio para uma vida independente - Instâncias de coordenação	
Habitação	- Condições de acesso específicas	- Residências assistidas - Programas de apoio no acesso à habitação	- Permutas de casas

Como se pode verificar pela leitura do quadro 34 as áreas consideradas emergentes, aqueles em que se fazem algumas ações ou iniciativas mas sem carácter regular e permanente e as áreas fracas que se consideraram ser a mais fracas em termos de ações e projetos implicam um conjunto muito determinante de ações que podem favorecer a inclusão, pelo deverão carecer de alguma maior atenção nas políticas públicas levadas a cabo nas diferentes cidades do estudo. De salientar que a categoria da participação é aquela em se observa, ainda, uma grande insuficiência em termos do geral dos respondentes.

6.1.4. As políticas inclusivas das cidades

Este bloco do inquérito tinha por objetivo identificar quais as políticas locais de fomento da coesão social, por forma a incluir socialmente todos, em particular, os cidadãos com necessidades especiais. Indagar, junto dos dirigentes políticos da cidade, as principais formas de promoção de uma política de equidade face às populações com necessidades especiais. Indagar sobre as formas de se concretizarem em medidas e ações as políticas de inclusão preconizadas. Operacionalizando-se os objetivos através de duas dimensões temáticas: processos de inclusão em curso políticas e seus fundamentos e, a segunda dimensão, avaliação global das medidas e ações em curso.

Relativamente aos processos de inclusão em curso foram listados quinze itens, solicitando-se aos respondentes que seleccionassem os seis mais representativos das políticas municipais para o fomento da inclusão social resultando as respostas do gráfico 25.

Gráfico 25 - Medidas de política municipal

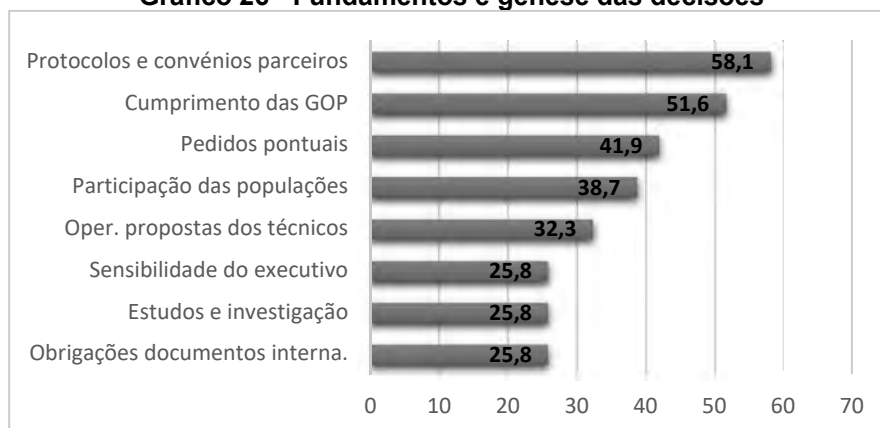
Segundo as respostas dos responsáveis que gerem as cidades, as três medidas de política que mais têm contribuído para a inclusão social da população com necessidades especiais são ao nível da acessibilidade urbana, o acesso à educação e à formação e as medidas de sensibilização e informação à comunidade, sendo que a pontuação de cada um destes itens foi de 64,5%, ou seja 20 das 31 cidades têm apostado nestes domínios para promoverem as suas políticas. Num segundo grupo de políticas, são valorizadas as medidas que favorecem o acesso às infraestruturas municipais, ao desporto, à recreação e ao lazer, ao trabalho e ao emprego, bem como a implementação de serviços de apoio que apresentam pontuações entre os 40% e os 45%, ou seja, entre treze e quinze das trinta e uma cidades referiram esta opção política. Num terceiro grupo de respondentes, com valores na casa dos 20% e 30%, aparecem referidos aspetos de política como o acesso à cultura, o exercício dos direitos fundamentais, o acesso à habitação, a implementação de meios alternativos de comunicação e o acesso ao TIC.

Quando se faz uma leitura transversal dos resultados globais das respostas verifica-se que este gráfico 25 é uma boa síntese das tendências que se foram revelando ao longo do processo de tratamento e redução dos dados.

Procurando interpretar estas pontuações, que revelam as opções políticas do municípios, poder-se-á referir que seguem um padrão que se aproximará das

políticas globais seguidas pelos municípios, nas últimas décadas, iniciando na prática do poder local a resolução das questões físicas mais prementes para depois, num segundo momento, tratarem das questões mais imateriais ao nível dos aspetos básicos do desenvolvimento humano, a educação, a cultura, a formação, a solidariedade, dirigindo a sua atenção para a totalidade da população. Num outro plano, os municípios começaram, gradualmente, a dar atenção a grupos mais específicos, numa lógica de equidade, as crianças, os idosos, as pessoas com necessidades especiais, as mulheres, os sem-abrigo, os desempregados, na medida em que a proximidade aos problemas foi criando condições para essa atenção, sendo que o desafio do presente é desenvolver políticas inclusivas globais com impacto na comunidade e não apenas dirigidas a grupos específicos, envolvendo os interessados em processos de democracia participativa. No sentido do progresso das comunidades, no respeito pela diversidade, pelos direitos de todos, as medidas de política devem dirigir-se em três direções convergentes: para toda a comunidade, explorando a densificação das interações estimulando as redes locais; para os próprios interessados, envolvendo-os nos processos de construção da decisão, desenvolvendo e aprofundando os modelos de governança; e a terceira direção no sentido de implicar outros níveis da administração na construção das soluções e de políticas integradas que se articulem ao nível regulatório, legislativo, financeiro entre outros domínios.

Quanto à génese e aos fundamentos das políticas inclusivas que têm vindo a ser seguidas nas trinta e uma cidades, foi pedido aos respondentes que de um conjunto de oito itens assinalassem as três mais fortes razões que fundamentam as políticas seguidas, resultando a organização e análise das respostas no gráfico 26.

Gráfico 26 - Fundamentos e génese das decisões

Em primeiro lugar, com uma pontuação de 58,1%, é referida como fundamento para as políticas desenvolvidas os protocolos e convênios com parceiros o que pode significar, como aliás tem sido patente ao longo dos resultados apresentados a importância das redes locais existentes e o desenho de políticas locais que resultam da implicação dos atores sociais no terreno.

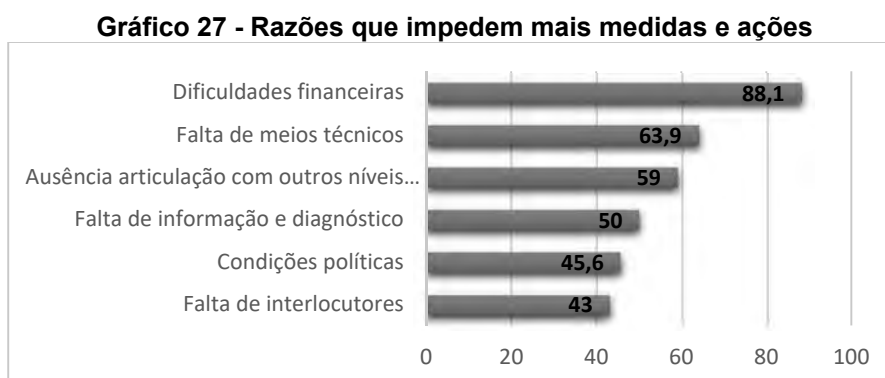
Em segundo lugar, mas com uma pontuação muito menor 41%, dos gestores das cidades referem que outra das razões que estão na génese das políticas que têm prosseguir relacionam-se com os pedidos pontuais o que pode ter duas interpretações complementares ou na ausência de um plano de inclusão mais estruturado, ou apesar disso, a capacidade de atender a situações específicas e imprevistas o que significa flexibilidade na gestão. O ideal seria ter um plano estratégico para a inclusão social mas mesmo assim conseguir atender a especificidades não previstas nos dispositivos existentes.

Em terceiro lugar, com uma pontuação mais modesta, os fundamentos da ação política que se relacionam com os níveis da democracia participativa com uma percentagem de 38% dos respondentes o que também está de acordo com os resultados que se foram levantado nas várias dimensões do inquérito em que as questões da participação estão muito aquém do que seriam o exercício dos direitos e da cidadania, ou seja, embora este modelo de governação tenha uma grande pertinência neste nível da administração, ainda não é utilizado com a plenitude das suas potencialidades

Com um nível aproximado de *score* 32,3%, é referido o contributo dos técnicos nos processos de decisão o que poderá explicar também, um pouco melhor, as decisões com carácter pontual que se comentava antes. Explicando melhor a possibilidade de interpretar este resultado, o que parece estar patente é que não havendo um documento fundamentado tecnicamente que informa as opções políticas o papel dos técnicos fica relativizado e fica maior espaço para decisões casuísticas.

Os três itens restantes, todos eles pontuados com 25,8% revelam que essas dimensões estão num plano modesto na conformação das decisões políticas, a existência de pessoas no executivo com particular sensibilidade para o problema, os documentos internacionais e os estudos e a investigação não são por isso os elementos mais preponderantes nas definições das políticas seguidas. Pelo menos dois desses parâmetros podem explicar-se pela ausência de uma visão estratégica para a abordagem à inclusão em que a investigação e os documentos regulatórios seriam elementos importantes.

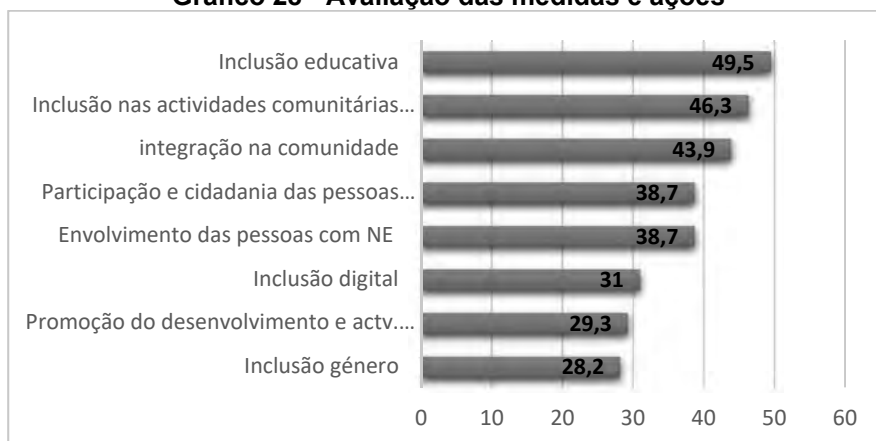
Foi também indagado quais as principais razões que impediam de levar mais longe as medidas e ações já em curso, para tal optou-se por uma pergunta com seis itens e a resposta em escala ordinal de forma a hierarquizar as respostas mais significativas percentualmente. Deste modo os resultados da análise estão contidos no gráfico 27.



Uma maioria significativa dos gestores das cidades alegam, como se pode verificar no gráfico 27, que a falta de meios financeiros, que obteve face aos

outros parâmetros uma pontuação de 88,1%, sendo que 22 cidades atribuíram o maior nível de importância a este fator, seis um nível intermédio e três não valorizaram este aspeto como significativo. A falta de meios técnicos é a segunda razão mais forte invocada, o que em parte pode também ser explicado pelo gráfico 26 quando se refere que as propostas técnicas tinham um peso muito relativo nas decisões das medidas de política. Como se tem vindo a discutir ao longo do trabalho, constata-se a falta de envolvimento de outros níveis da administração que tem aqui um peso significativo para a maioria das cidades, as condições políticas e a falta de interlocutores da sociedade civil, são apontadas como dificuldades de menor grau com pontuações na casa dos 20% pois, verifica-se pela análise global dos dados que, os municípios que aceitaram responder a este questionário, estão a desenvolver ações concretas, com mais ou menos intensidade, com maior ou menor regularidade, para promoverem a inclusão social, aliás fica patente, que sem a implicação dos municípios nesta matéria, a exemplo de outras, as condições de vida das pessoas com necessidades especiais seriam bastante piores.

Para possibilitar um balanço global introduziu-se, no inquérito, uma dimensão que visava obter informação sobre a avaliação às medidas e ações que os municípios têm desenvolvido, esta pergunta tinha oito itens e era respondida através de uma escala de intervalos para facilitar a avaliação. O gráfico 28 representado contempla os resultados obtidos.

Gráfico 28 - Avaliação das medidas e ações

A medida mais valorada na avaliação pelos respondentes 49,5% refere-se aos processos de educação inclusivos que por se desenvolverem nas escolas, com a participação dos alunos, das famílias muitas vezes das comunidades têm uma grande importância como processos educativos e mesmo sociais, pelas aprendizagens que geram, pelo impacto duradouro que podem ter nos processos de mudança e pela expressão coletiva e comunitária que ganham num determinado território.

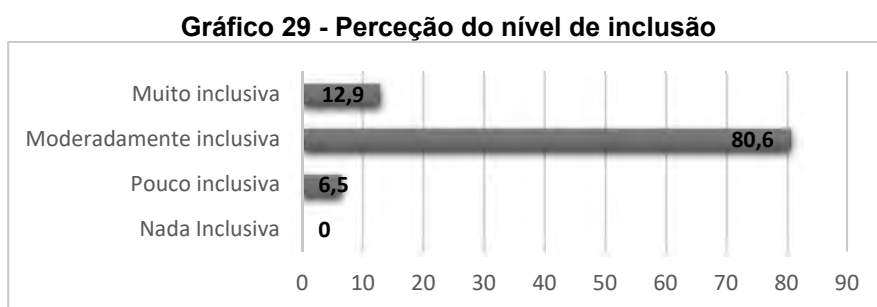
Outra medida considerada por um número muito significativo de responsáveis como relevante é o facto de se promover a inclusão em atividades comunitárias, em grande parte, pelas interações que possibilitam, pelo contacto com os serviços e recursos da comunidade que oferecem, pelas trocas sociais e pela aprendizagem que possibilitam, favorecendo o sentido de pertença e de identidade a um dado território físico e humano.

Conforme se vinha a notar ao longo da informação que se foi tratando, que se tem sistematizado ao longo desta apresentação de resultados, a participação das pessoas e das organizações com necessidades especiais é indicada pela pontuação que obtém, 38,7% como estando ainda muito aquém do que seria desejável, pelo que o campo de atenção a dar a esta área de trabalho nos processos de inclusão deverá merecer maiores esforços.

Como houve oportunidade de analisar no enquadramento teórico deste trabalho, quando se referiu que as mulheres com necessidades especiais sofrem múltiplos processos de exclusão, seria necessário que quando se tratam,

atualmente, as questões do género ao nível da equidade se tivesse uma particular atenção com este grupo populacional que como se verificou tem menos rendimentos, tem menos acesso ao trabalho, apresenta mais fatores de pobreza, pelo que a valoração dada a este item 28,2%, revela bem que na maioria das cidades se pode e deve intensificar as medidas e as ações concretas no âmbito, por exemplo, dos seus planos para a igualdade de género.

Para finalizar o conjunto de perguntas encerrava-se o questionário solicitando aos respondentes que classificassem numa escala de 1 a 4 a sua cidade quanto ao nível de inclusão que oferecia, sendo 1 nada inclusiva, 2 pouco inclusiva, 3 moderadamente inclusiva e 4 muito inclusiva. A síntese do tratamento dessas respostas está plasmada no gráfico 29



Como se pode verificar as respostas foram muito expressivas na medida de tendência central, havendo vinte cidades que se avaliaram no nível moderadamente inclusiva com uma pontuação de 80,6%, na categoria muito inclusiva quatro cidades que representam 12,9% e pouco inclusivas duas cidades que representam 6,5%. Duas das cidades que apresentaram melhores índices de inclusão e duas de que apresentaram mais baixos índices de inclusão estão incluídas respetivamente nos grupos das menos e das mais inclusivas, revelando a consistência das opiniões que foram expressas pelos respondentes.

Estes resultados são muito significativos acerca da perceção que os responsáveis têm do que se está a fazer e do caminho que ainda tem de ser percorrido, pois não se pode descurar que a inclusão é um processo de

mudanças sucessivas e não um fim em si mesmo é um processo de ajustamento das comunidades às necessidades de todas as pessoas.

6.1.5. O potencial Inclusivo das cidades

Como já foi referido no ponto 4 referente à metodologia uma das questões mais relevantes para o presente estudo era hierarquizar as várias cidades do ponto de vista do seu potencial inclusivo, tendo em conta as necessidades das pessoas com necessidades especiais. Respondendo a essa necessidade foi construída uma tabela de pontuação (quadro 35), centrada sobretudo nos recursos disponíveis e recenseados através do inquérito por questionário e da qual resultou o gráfico 30.

Quadro 35 - Pontuação das respostas para aferir potencial inclusivo das cidades

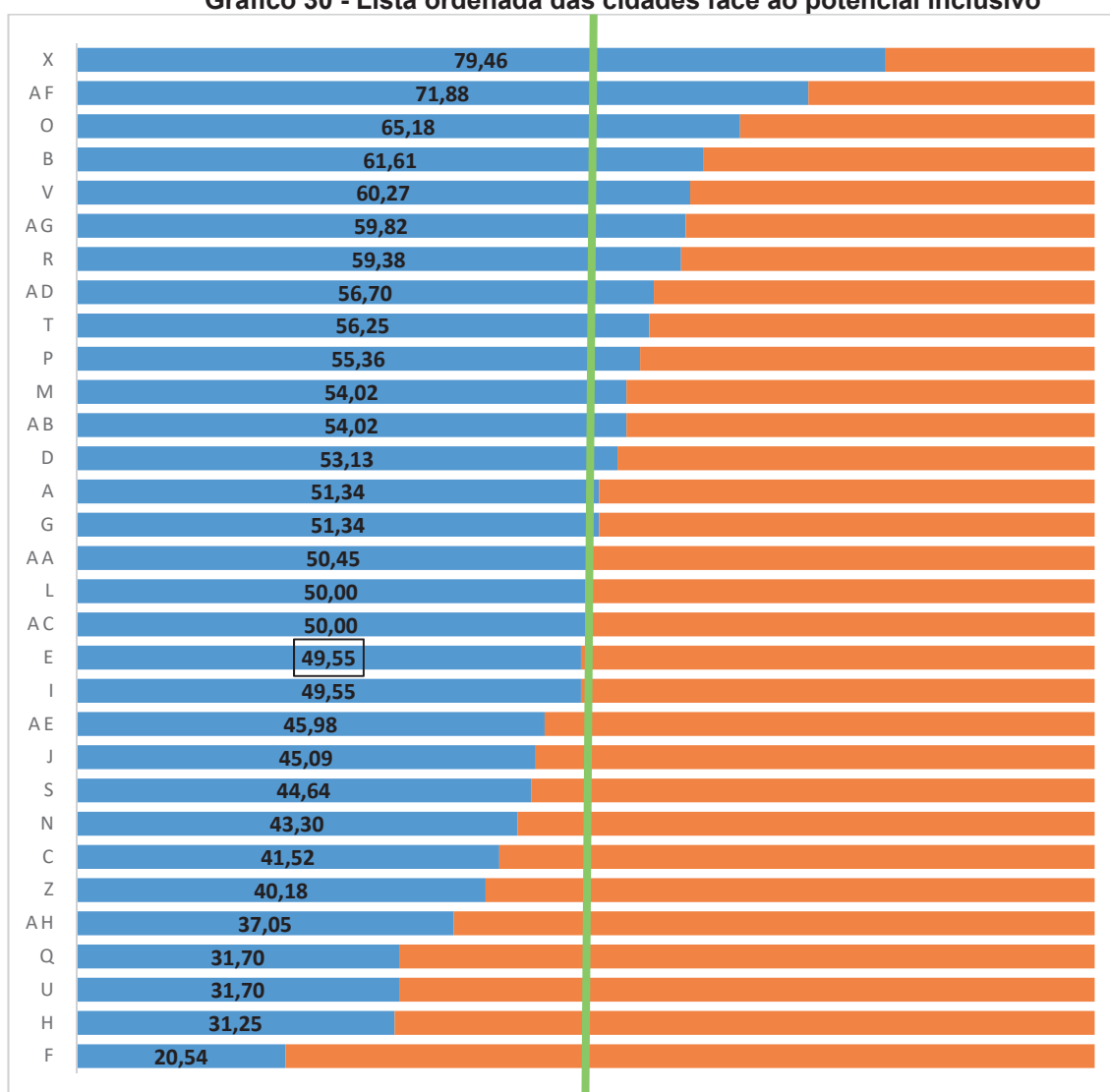
Tipos de perguntas	Dimensões pontuadas	Pontuação	Pontuação possível	Observações
Perguntas de opinião	Particular atenção à população com necessidades especiais	1	1	Quando é uma forte opção assinalada
	Particular atenção aos projetos de inclusão social	1	1	Quando é uma forte opção assinalada
	Projetos sócio educativos valorizam o trabalho em rede e a promoção da cidade acessível	1 1	2	Quando na listagem são assinalados estes aspetos como mais importantes
Perguntas de caracterização	Parcerias	1	35	Cada parceria assinalada
	Serviços existentes	1	25	Cada serviço identificado
	Acessibilidades aos edifícios	1	4	Cada item / Sim
	Plano de Acessibilidade	5	5	Caso exista plano de promoção da acessibilidade
	Barreiras arquitetónicas	1	10	Cada área em identificada
	Transportes	2 / 3	18	2 pontos opção existe algumas vezes, 3 existe sempre
	Convivência social	2 / 3	12	2 pontos opção existe algumas vezes, 3 existe sempre

Tipos de perguntas	Dimensões pontuadas	Pontuação	Pontuação possível	Observações
Perguntas de caracterização	Acesso à informação	2/3	27	2 pontos opção existe algumas vezes, 3 existe sempre
	Educação / Formação	2/3	18	2 pontos opção existe algumas vezes,3 existe sempre
	Tempos livres /desposto/ cultura	2/3	20	2 pontos opção existe algumas vezes, 3 existe sempre
	Estudos / Investigação	1	3	Cada item /Sim
	Trabalho	1 1	10	Cada item /sim Cada intervalo que assinalam o nº de trabalhadores que integram os quadros
	Participação/Cidadania	1	10	Cada Item/ sim
	Saúde	1 2/3	6	Cada item / sim 2 pontos opção existe algumas vezes,3 existe sempre
	Serviços sociais	1 2/3	9	Cada item / sim 2 pontos opção existe algumas vezes,3 existe sempre
	Habitação	1	8	Cada item / sim

Deste modo foi possível construir uma escala ordenada das cidades aplicando os parâmetros definidos, organizando uma arrumação da cidade que obteve maior percentagem de pontos para a que obteve menos, a diferença e a amplitude de valores vai do mais elevado um valor de 79,4% até o mais baixo 20,5% registando-se uma diferença de 59% entre si. A percentagem alcançada por cada cidade foi encontrada entre a pontuação obtida e a diferença para a pontuação máxima em cada um dos parâmetros, ou seja, a cidade que obteve

maior percentagem ainda ficou a 20,6% da pontuação desejável e a que obteve menos pontuação ficou aquém do desejável 79,4%. São sete as cidades que estão num intervalo entre os 80% e os 60%, treze as cidades estão no intervalo entre os 50% e os 60%, seis cidades estão na casa dos 40%, quatro na casa dos 30% e uma na casa dos 20%. A média ponderada alcançada é de 44,6%. Conforme foi referido no gráfico 30 é uma evidência, por esta análise, que os resultados alcançados estão em linha com a perceção dos responsáveis da gestão das cidades.

Gráfico 30 - Lista ordenada das cidades face ao potencial inclusivo



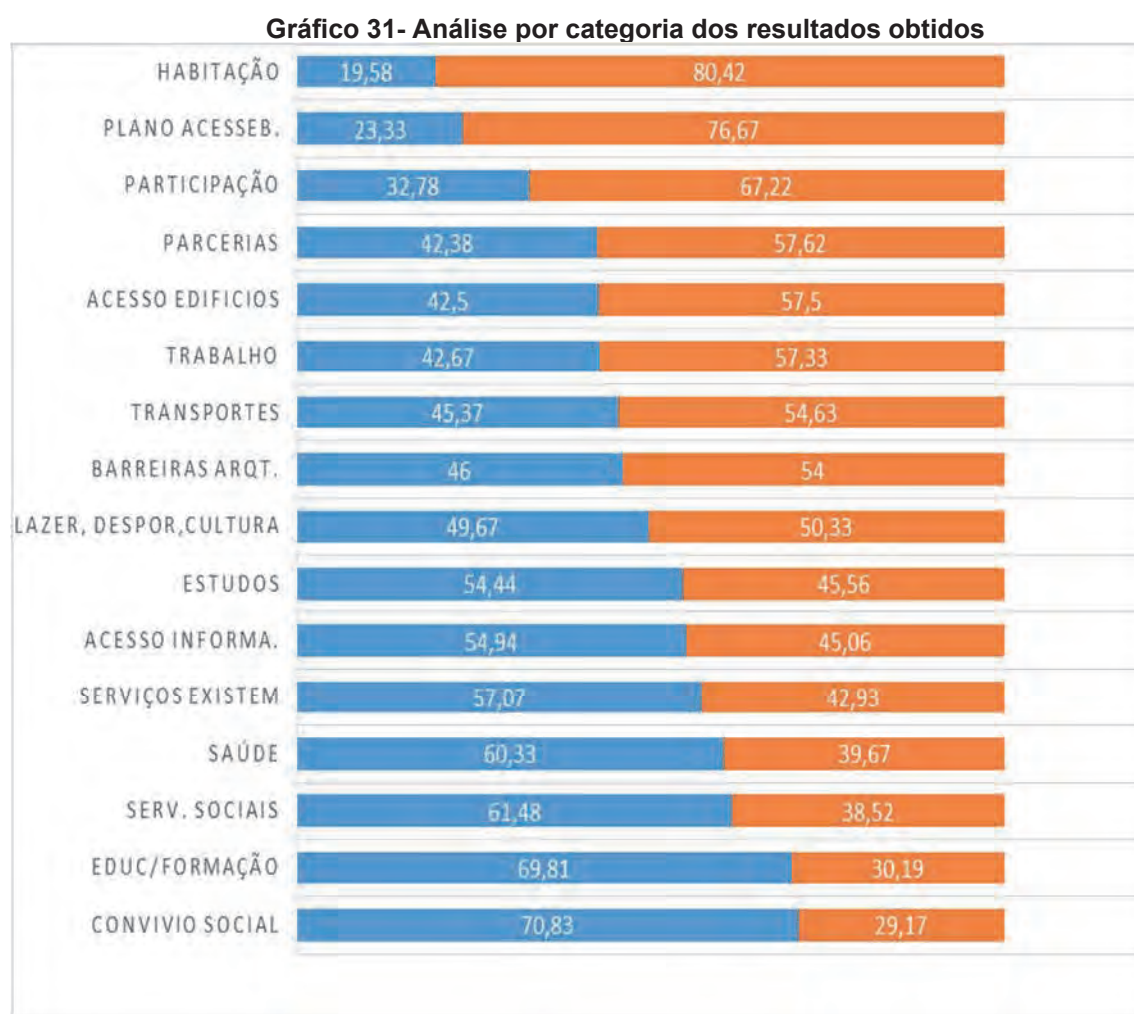
Se for traçado um quadro de análise a partir da média poder-se-á concluir conforme os resultados que vinte e duas cidades, ou melhor os seus gestores, revelam uma perceção moderada de que alguma coisa se está a fazer para influenciar a inclusão e nove têm uma perceção mais contida ou mais cautelosa de que ainda se está muito aquém desse desígnio. Se a partir dos resultados se traçar a moda estatística verifica-se que o valor encontrado é de 50,4% o que significa que se está perante uma distribuição de valores, quase normal, o que pode revelar um certo equilíbrio, uma certa fiabilidade dos resultados alcançados. Mais de 50% das cidades inquiridas reconhecem que estão a fazer esforços para a inclusão, mas só 22% das cidades se situam em *scores* entre os 60% e os 80% dos itens medidos.

Os resultados que se obtiveram demonstram um percurso que os governos locais estão a desenvolver que já deu alguns resultados em algumas cidades, resultados muito animadores, significando que os processos das cidades educadoras e inclusivas têm um forte potencial de desenvolvimento que pode ser alargado e otimizado. As cidades que apresentam *scores* intermédios têm muitas possibilidades de potencializar, os dispositivos já existentes, os projetos, a rede para a inclusão, pois podem considerar-se emergentes pelo conjunto de recursos e pelos processos já iniciados. As cidades que apresentam *scores* mais significativos, se investirem mais nas políticas que empreenderam, se implicarem mais as comunidades, se internacionalizarem mais os processos em curso, se ensaiarem projetos piloto com outros níveis da administração, podem conseguir níveis muito aceitáveis para a qualidade de vida dos cidadãos com necessidades especiais. As cidades que iniciaram um processo e que ainda não conseguem obter resultados muito significativos podem no âmbito da rede territorial portuguesa tirar partido das boas práticas, da troca de experiências e do intercâmbio encontrando modelos, de geometria variável, para intensificarem as políticas de inclusão, para alocarem mais recursos, para liderarem o processo de mudança das suas comunidades.

Da perceção expressa pelas opiniões recolhidas, verifica-se que sete responsáveis expressaram quanto à sua cidade um potencial inclusivo relativamente elevado, catorze expressaram que as suas cidades têm potencial

de inclusão moderado e dez responsáveis expressam opiniões que conduzem à conclusão que o seu potencial inclusivo é ainda baixo.

No gráfico 31 poder-se-á fazer uma análise do comportamento das várias categorias nos índices alcançados.



Quando se produz uma leitura do gráfico 31 pode constatar-se qual o peso de cada uma das categorias nos valores atingidos na percentagem global das cidades, ou seja, a construção do gráfico 31 resultou da comparação da percentagem que as cidades no seu todo obtiveram por cada uma das categorias (faixa a azul) e o máximo que poderiam ter obtido (faixa a vermelho).

Seguindo a tendência geral dos resultados que se têm vindo a apresentar as categorias onde se tem mais progresso são os recursos disponíveis nas cidades para a educação e para a formação e as oportunidades para o convívio social com um valor de 69,8% e 70,8% respetivamente. Os serviços sociais existentes com 61,4%, os serviços de saúde com 60,3%, os serviços em geral com 57%, com o acesso à informação com 58% e os estudos com 54,4%, estão num segundo grupo. A acessibilidade aos edifícios com 42,5%, as barreiras arquitetónicas com 46%, as ofertas de tempos livres, desporto e cultura com 49,6%, transportes com 45,3% e oportunidades laborais 42,6%, estão num terceiro grupo. Num quarto nível estão as categorias relacionadas com o plano de acessibilidades com 23,3% e a habitação com 19,8%.

Assim se se voltar ao modelo de quadro 35, já utilizado, poder-se-ia concluir no quadro 36 quais, em síntese, as áreas fortes, as áreas fracas e muito fracas e as áreas emergentes.

Quadro 36- Análise das áreas fortes e fracas

Áreas Fortes	Áreas Emergentes	Áreas Fracas	Áreas muito fracas
Educação e formação	Serviços sociais	Acessibilidades edifícios	Plano estratégico de promoção da acessibilidade
Convívio social	Serviços gerais	Barreiras arquitetónicas	Habitação
	Serviços de saúde	Transportes	
	Acesso à informação	Tempos livres, desporto, cultura	
	Estudos	Trabalho	

6.1.6. Comparação das cidades mais inclusivas e menos inclusivas

O que se pretende com este nível de análise é procurar distinguir os diferentes fatores que fazem com que as cidades sejam mais ou menos inclusivas, partindo das perceções que os seus gestores expressam. Neste sentido far-se-á uma primeira comparação entre as diferentes categorias de análise que se utilizaram para chegar à lista ordenada que se acabou de apresentar e num segundo momento far-se-á um tratamento autónomo em todos

os itens dos dois grupos de cidades, as mais e as menos inclusivas conforme gráficos 32,33,34,35,36 e 37.

Gráfico 32 - Quatro cidades mais inclusivas, acessos básicos

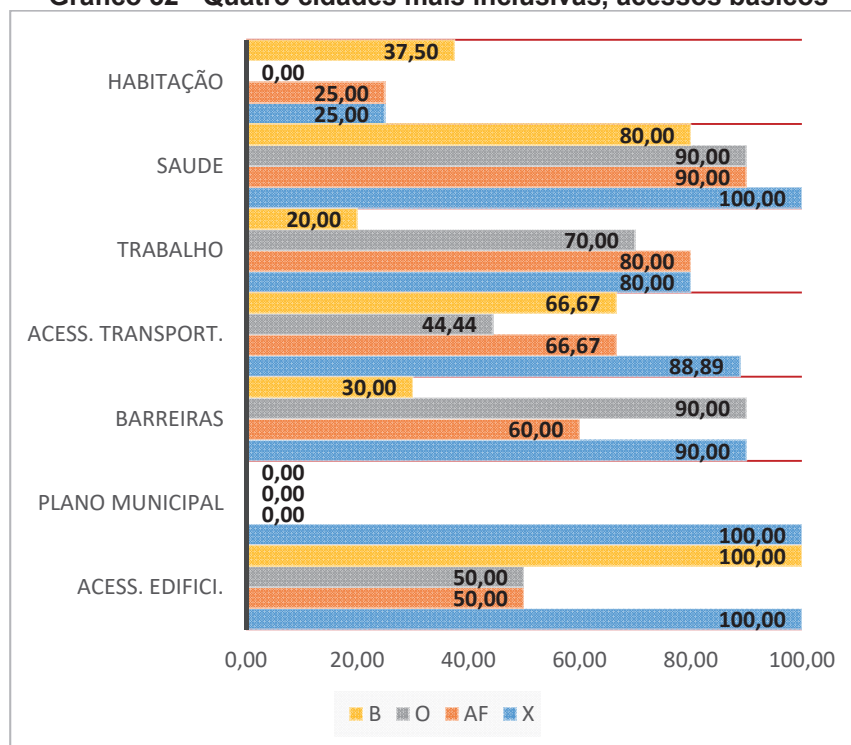


Gráfico 33 - Quatro cidades menos inclusivas, acessos básicos

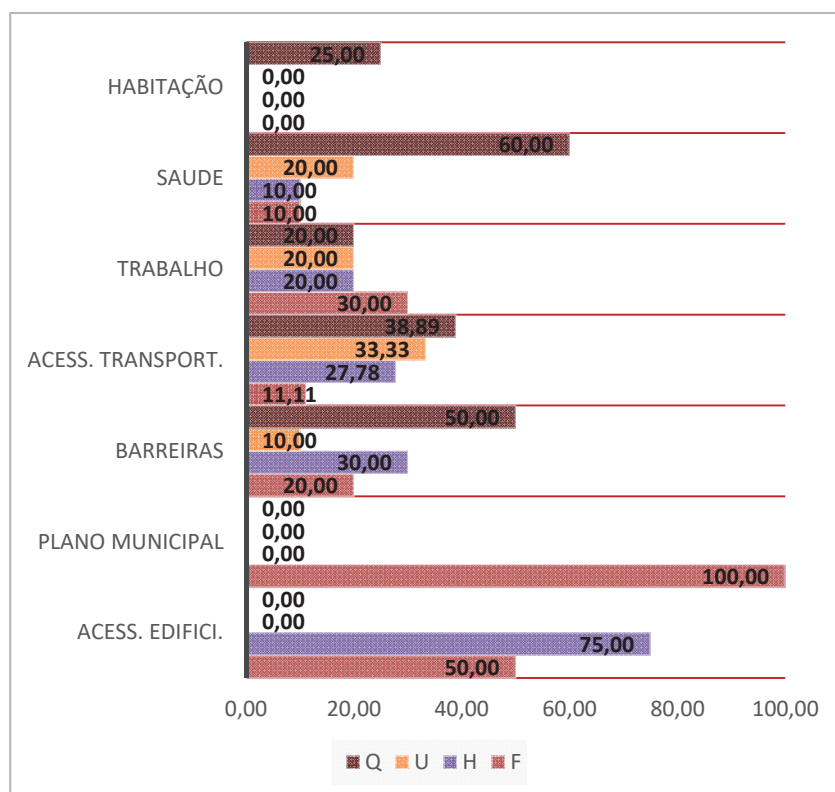


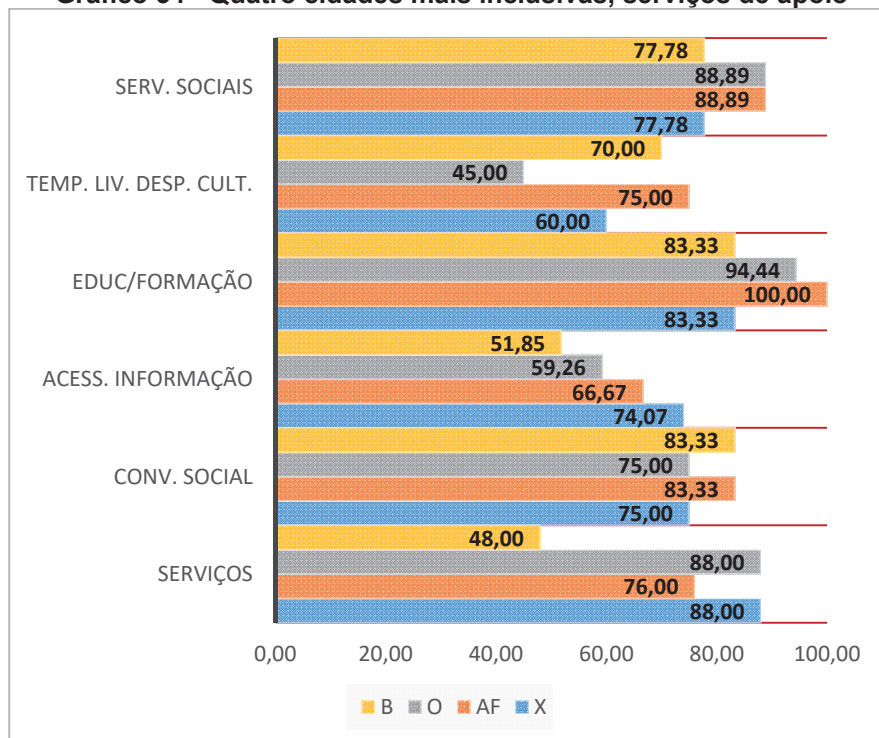
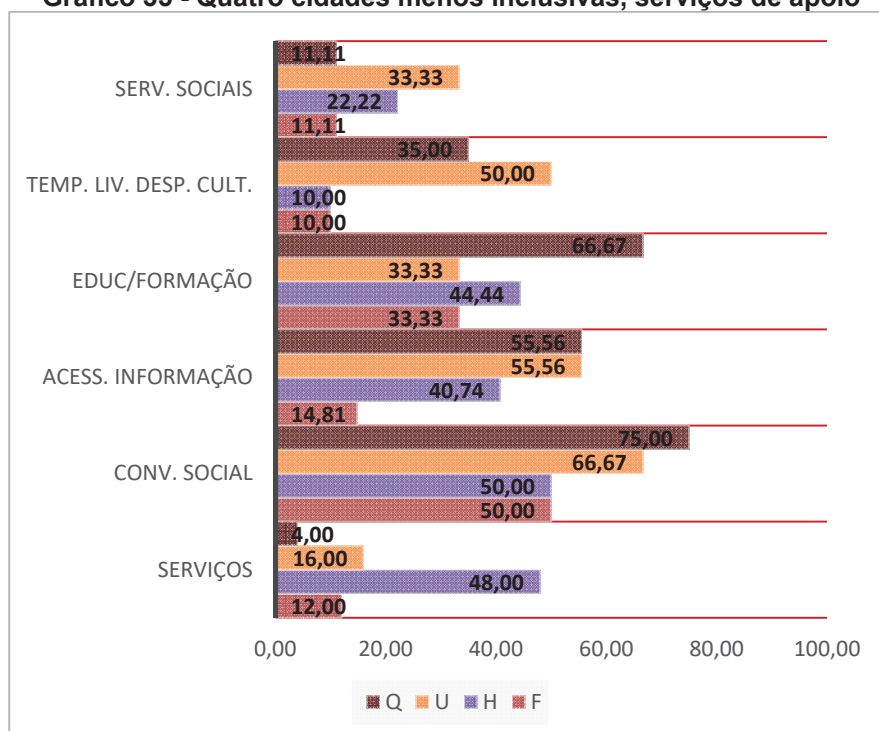
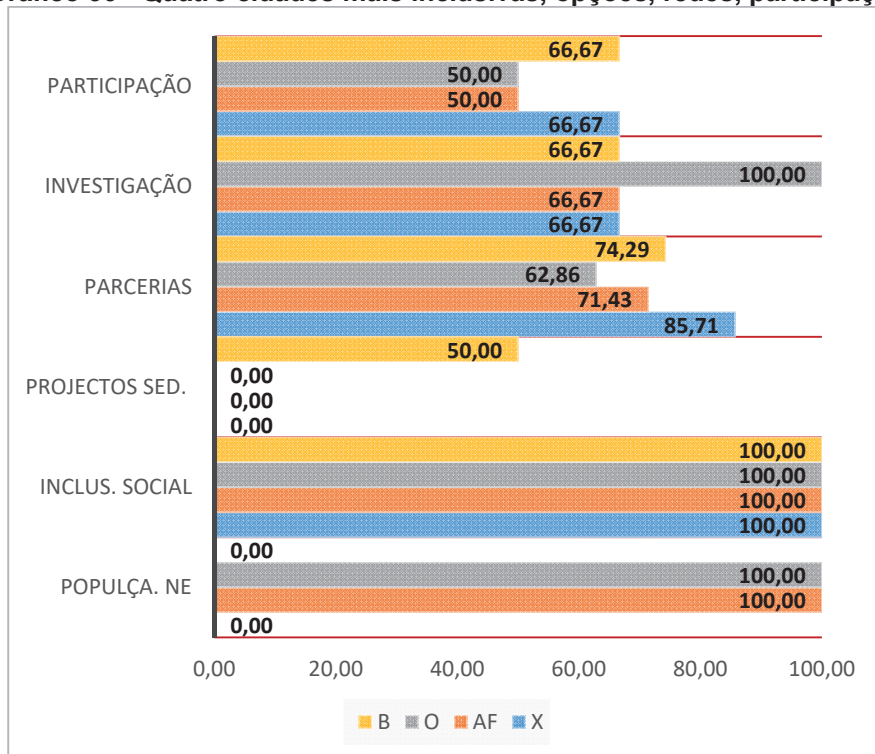
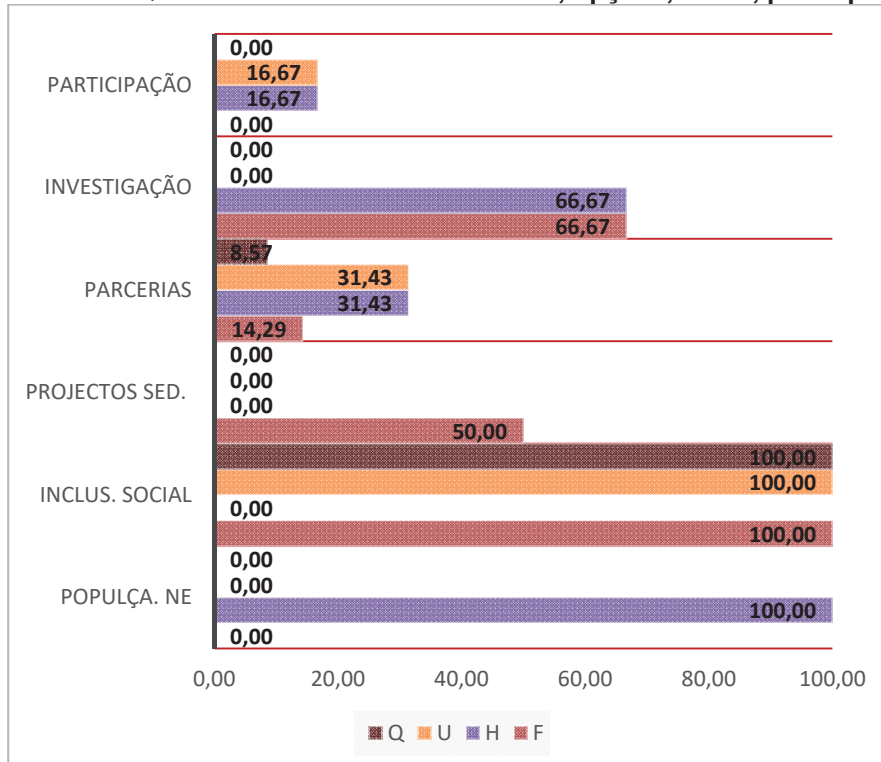
Gráfico 34 - Quatro cidades mais inclusivas, serviços de apoio**Gráfico 35 - Quatro cidades menos inclusivas, serviços de apoio**

Gráfico 36 - Quatro cidades mais inclusivas, opções, redes, participação

Gráfico 37 - Quatro cidades menos inclusivas, opções, redes, participação


Por uma questão de leitura, para se fazer uma comparação parâmetro a parâmetro das quatro cidades com maior pontuação, e das quatro cidades com menor pontuação, foi necessário decompor a análise em três gráficos, por cada um dos grupos de cidades em análise, de modo a haver maior leitura dos resultados. Assim, os diferentes parâmetros foram agrupados em três grandes categorias que se designaram por acessos básicos, onde se agruparam os resultados relativos à habitação, à saúde, ao trabalho, aos transportes e à acessibilidade a edifícios; um segundo grupo que foi designado de serviços de apoio, onde se arrumaram os dados relativos aos serviços sociais, aos tempos livres, desporto e cultura, educação formação, acesso à informação convivência social e serviços de apoio; um terceiro e último grupo que se designou opções, redes e participação, onde se agruparam os dados sobre participação, estudos e investigação, projetos socioeducativos, inclusão social e projetos centrados nas populações com necessidades especiais.

Se se elaborar uma primeira leitura global comparativa, verifica-se com muita evidência que as cidades mais inclusivas têm uma maior percentagem em quase todas as categorias de análise conforme se poderá constatar com a leitura do quadro 37.

Quadro 37- Análise síntese das cidades mais e menos inclusivas

Grupos de análise	Categorias	Cidades + %	Cidades - %	Diferenças %
Acessos básicos	Habitação	21,8	6,2	15,6
	Saúde	90	25	65
	Trabalho	62,5	22,5	40
	Transportes	66,6	27,7	38,9
	Barreiras	67,5	27,5	40
	Plano de acess.	25	25	0
	Acess. edifícios	75	31,2	43,8
Serviços de apoio	Serviços sociais	83,2	19,3	63,9
	Tempos livres/lazer/ desporto/ cultura	34,1	26,2	7,9
	Educ. formação	90,2	44,4	45,8
	Acesso à informação	62,9	41,6	21,3
	Convivência social	79,1	60,4	18,7
	Serviços gerais	75	20	55

Opções, redes e participação	Participação	58,3	8,3	50
	Estudos/investig.	74,9	33,3	41,6
	Parcerias	73,4	21,3	52,1
	Projetos socioeducativos	37,5	37,5	0
	Inclusão social	100	50	50
	População com ness. Especiais	50	50	0

Pode verificar-se, pela leitura do quadro 37, que o total de percentagem das cidades mais inclusivas é quase o dobro das cidades menos inclusivas, sendo que as categorias que mais pesam nessa diferença são os serviços sociais disponíveis, os serviços e apoio em geral, o nível de participação, as parcerias e a opção pela inclusão social. Onde se encontra uma paridade nas pontuações é ao nível do desenvolvimento dos Planos de Promoção da Acessibilidade, os projetos socioeducativos e a opção por privilegiar o enfoque nas populações com necessidades especiais e mesmo ao nível da promoção do acesso aos tempos livres, desporto, lazer e cultura embora aqui com valores muito baixos.

Poder-se-á acrescentar a esta leitura, enquanto dados complementares, que as dimensões das cidades em termos populações é bastante distinta as 4 cidades que obtiveram maior índice de inclusão têm uma média populacional de 139 000 habitantes, muito acima da média populacional do conjunto das cidades educadoras (83 000 habitantes), e as quatro cidades com menores índices de inclusão representam uma média de 50 000 habitantes, ou seja, bastante abaixo da média das cidades educadoras.

Poder-se-á inferir por estes dados os seguintes aspetos:

Em primeiro lugar as perceções que os respondentes apresentam em termos de intenções de construir uma cidade com maiores níveis de equidade, essa vontade é idêntica nos dois grupos, ou seja, a vontade de dar atenção às pessoas com necessidades especiais, a vontade de desenvolver projetos socioeducativos que promovam o trabalho em rede e a acessibilidade e mesmo a concretização dos Planos de Promoção da Acessibilidade para todos.

Poder-se-á concluir que em todas as comunidades em todos os municípios existirá uma vontade política de trabalhar no sentido de uma maior inclusão e por isso em alguns domínios existe uma consonância entre os dois grupos de cidades;

Em segundo lugar onde existem maiores divergências é ao nível dos recursos de proximidade que possam promover os apoios necessários, ao nível das redes de cooperação que se estabelecem no território e ao nível da participação das associações de e para pessoas com necessidades especiais que nestes territórios têm uma presença quantitativa menor. Daqui se poderá depreender que a falta de massa crítica, de recursos e serviços em territórios mais isolados, com menor população e menores meios poderá condicionar a qualidade de vida em geral e das pessoas com necessidades especiais em particular.

Poder-se-á concluir que embora possa haver vontade política para a promoção da inclusão social esse desígnio deve ser acompanhado dos meios, dos recursos, das infraestruturas, das condições materiais que consubstanciem as opções;

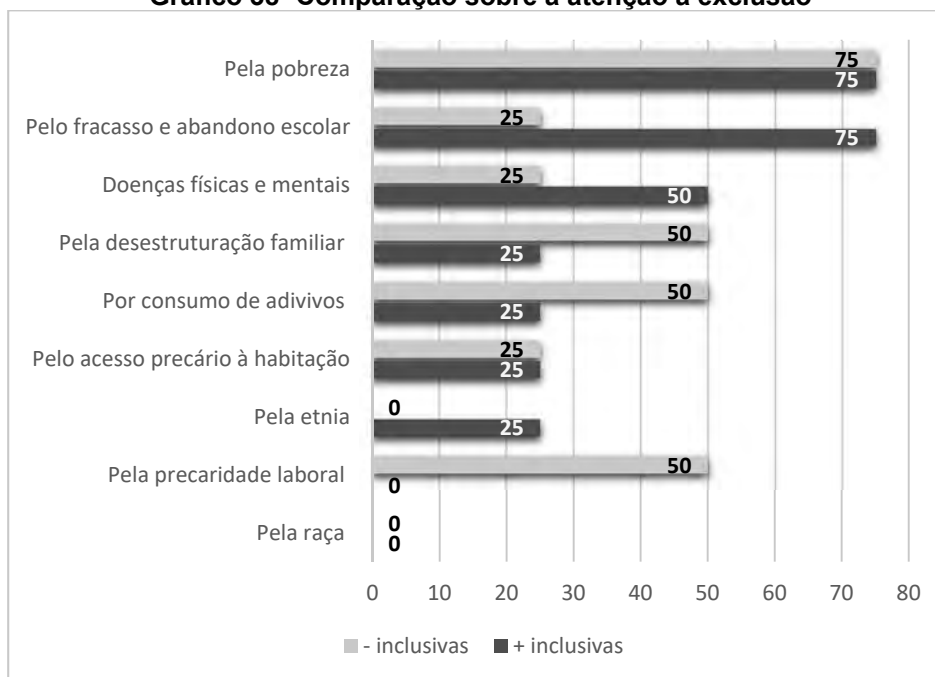
Em terceiro lugar pode dizer-se que existem, ainda, um conjunto de serviços e de meios, que embora estejam disseminados pelo território, dependem mais de opções políticas nacionais do que das realidades locais. Como acontece com as políticas de habitação, da saúde, do emprego, dos transportes que, muitas das vezes, não dependem diretamente dos municípios. Muito se tem falado, na sociedade portuguesa, de mais competências para os municípios para poderem modelar melhor as políticas às necessidades das pessoas, pois o que está aqui em causa é a partilha de responsabilidades dos vários níveis da administração na procura de melhores soluções, no desenvolvimento de políticas que respondam à realidade concreta mas que não percam a sua universalidade e que de algum modo possam compensar a interioridade, o isolamento, o despovoamento e o menor acesso aos recursos.

Prosseguindo com esta análise far-se-á de seguida a comparação das dimensões que se relacionam com as perceções sobre as cidades a educação e a inclusão, a construção da cidade inclusiva e as políticas inclusivas das

idades. Deste modo são trabalhados especificamente os dados das quatro cidades com scores acima dos 60% e as quatro cidades com scores na casa dos 20 % a 30%, por serem os valores mais discriminativos e mais significativos.

No que diz respeito à dimensão da cidade a educação e a inclusão comparamos os valores relativos à atenção que as cidades davam às questões da exclusão, os projetos socioeducativos que mais destacavam na procura de uma maior coesão social e especificamente dirigidos às pessoas com necessidades especiais e, finalmente, qual a perceção que os responsáveis tinham, sobre a aplicação dos princípios da Carta das Cidades Educadoras nas políticas e nas ações levadas a efeito.

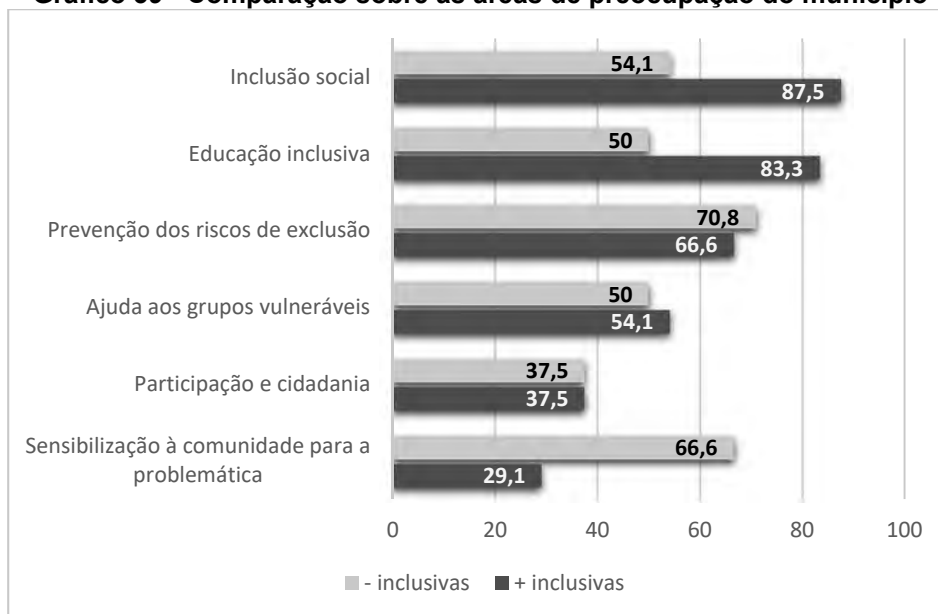
Gráfico 38- Comparação sobre a atenção à exclusão



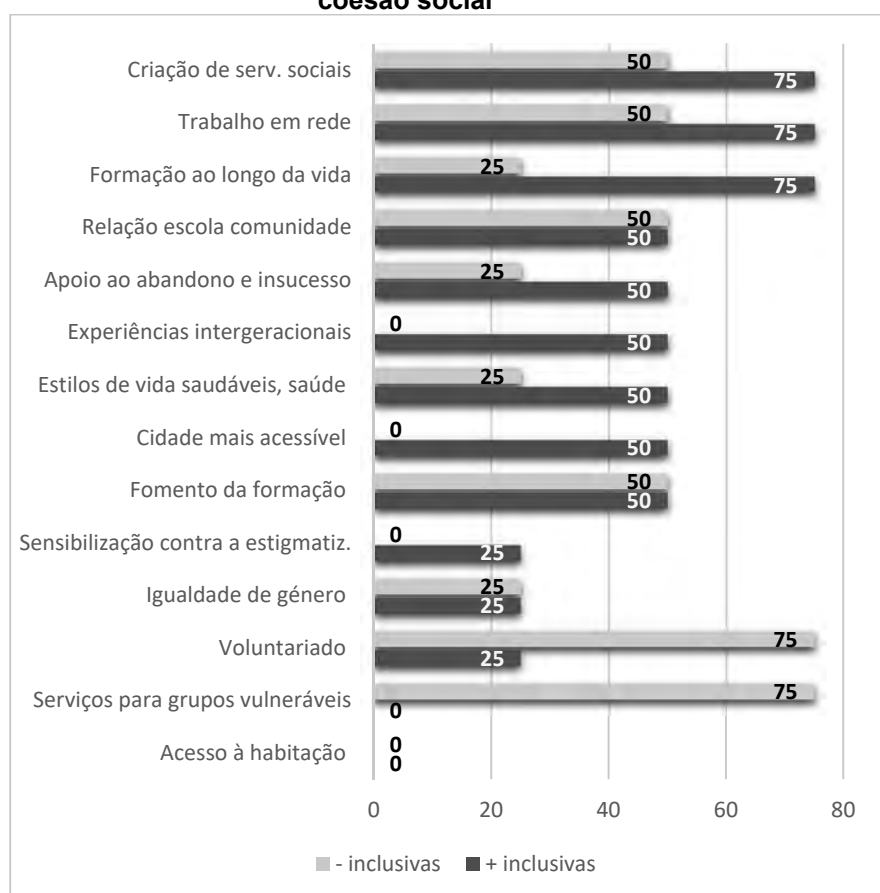
Como se pode verificar, quanto à atenção que os municípios têm dado às populações excluídas, ou em risco de exclusão, observa-se pelos valores do gráfico 38 que as cidades mais inclusivas dão mais atenção aos grupos que apresentam fracasso escolar e pobreza, aliás seguindo a tendência geral das respostas relativas à totalidade das cidades estudadas, conforme se pode observar consultando o gráfico 9. Logo a seguir é valorizado as pessoas que apresentam doenças físicas ou mentais. Quanto às cidades menos inclusivas a

pobreza é também um dos grupos mais valorizados seguidos pelo consumo de aditivos, precaridade laboral e desestruturação familiar. Uma das principais diferenças que encontramos é que a atenção dada aos grupos com problemas físicos e mentais é maior nas cidades com maior potencial inclusivo.

Gráfico 39 - Comparação sobre as áreas de preocupação do município



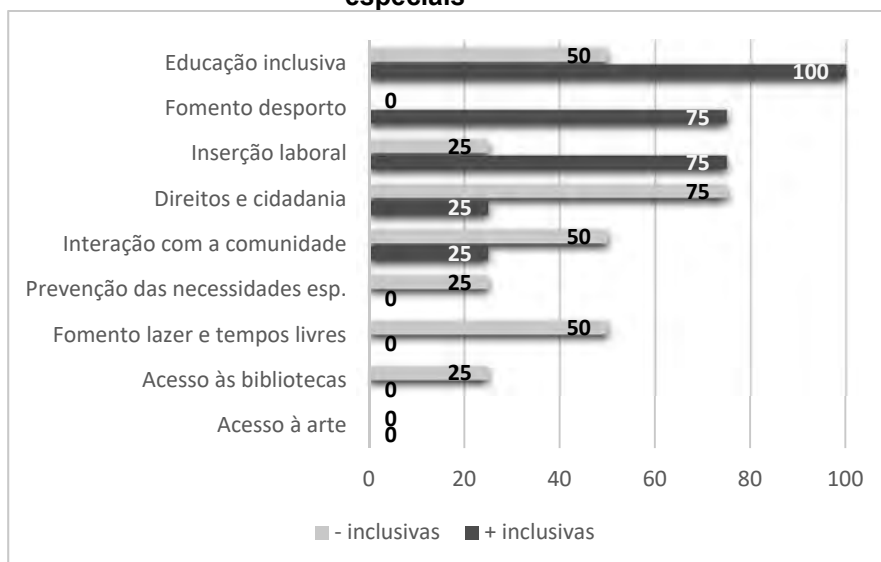
No que diz respeito aos valores comparados quanto às áreas em que os municípios têm desenvolvido projetos socioeducativos centrados nas problemáticas da exclusão, conforme gráfico 39, verifica-se pelos resultados obtidos, que as cidades mais inclusivas têm levado a cabo projetos de inclusão social e de educação inclusiva e as cidades menos inclusivas referem mais os projetos centrados na prevenção dos riscos de exclusão e na sensibilização à comunidade. Ambos os grupos apresentam valores muito fracos quanto ao desenvolvimento de projetos socioeducativos centrados na participação social e política das populações alvo. A principal diferença que se assinala é uma mais forte valorização dos projetos de inclusão social e educativa por parte das cidades com maior potencial de inclusão e valores muito discrepantes quanto aos projetos de sensibilização da comunidade que aparecem quase em dicotomia 66% para as cidades menos inclusivas e 29% para as mais inclusivas.

Gráfico 40 - Comparação dos projetos socioeducativos e medidas de fomento da coesão social

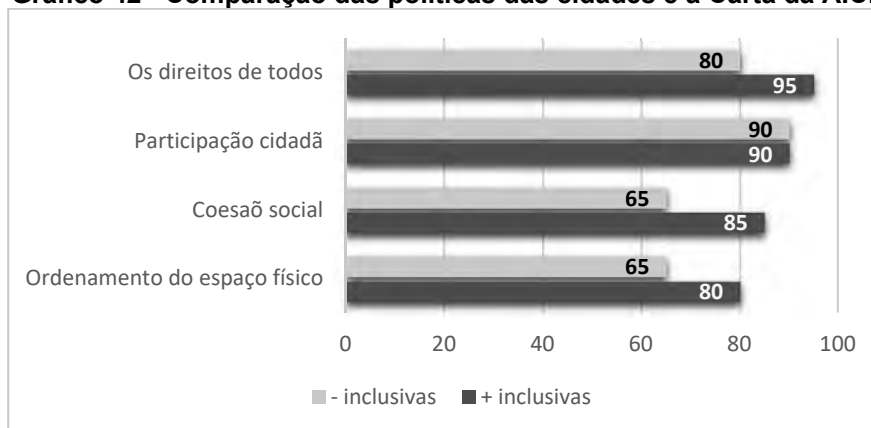
No que se refere à comparação quanto às medidas e projetos socioeducativos que visam fomentar a coesão social, resultados incluídos no gráfico 40, constata-se que as cidades mais inclusivas fazem uma aposta mais concentrada nas opções de resposta que se referem à criação de serviços sociais nas cidades, ao trabalho em rede e na formação ao longo da vida e a promoção da acessibilidade nas cidades. Os respondentes das cidades menos inclusivas dispersam mais as suas respostas pelo conjunto das opções de resposta embora valorizem também significativamente o fomento do voluntariado e a criação de serviços para grupos socialmente mais vulneráveis. Poder-se-á constatar que as cidades fazem opções muito distintas com maior número de escolhas, nas cidades mais inclusivas, com uma aposta na criação de serviços, do trabalho em rede e na formação ao longo da vida e nas cidades menos inclusivas, com opções nos projetos de voluntariado e nos serviços para as populações mais vulneráveis. Existem ainda opções que são semelhantes

aos dois grupos como é o caso no estímulo à relação com a comunidade dos grupos mais vulneráveis e a igualdade de género.

Gráfico 41 - Comparação dos projetos dirigidos às pessoas com necessidades especiais

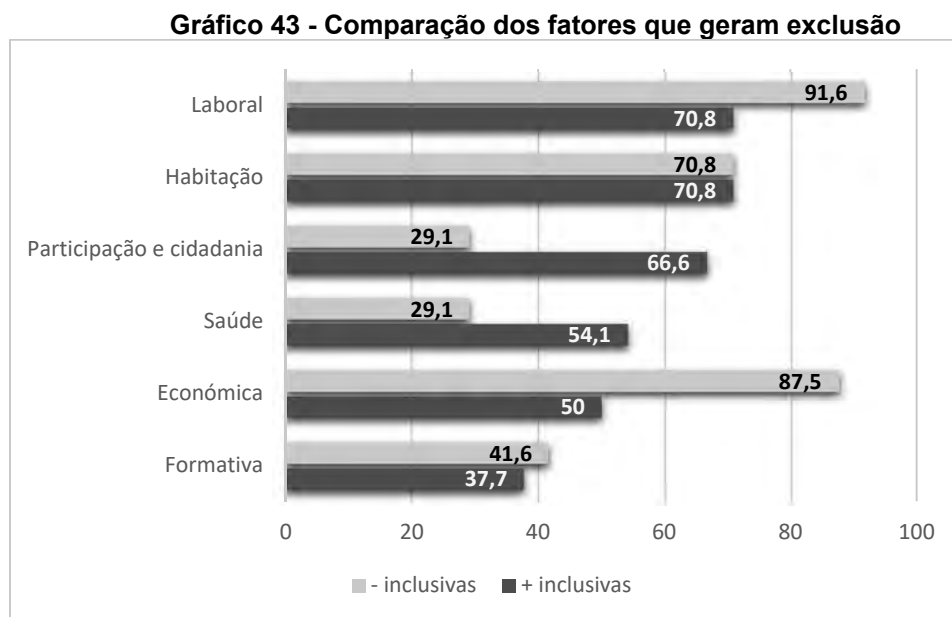


No que se diz respeito aos projetos centrados nas pessoas com necessidades especiais, conforme resultados expressos no gráfico 41, é de salientar, comparando os dois grupos, a aposta das cidades mais inclusivas na educação inclusiva, nas atividades desportivas e na inserção laboral e comunitária, aliás valor em linha com a tendência geral dos resultados quando analisado o total das trinta e uma cidades, conforme se pode verificar no gráfico 6. As cidades menos inclusivas, com opções mais centradas na sensibilização e consciencialização dos direitos das pessoas com necessidades especiais no fomento dos tempos livres, e na interação com a comunidade. Verifica-se que as opções relacionadas com as atividades comunitárias e de tipo mais coletivas como as atividades culturais e artísticas e as atividades desportivas, que só é indicado pelas cidades mais inclusivas são muito pouco valorizadas apesar de se conhecer o seu forte potencial inclusivo.

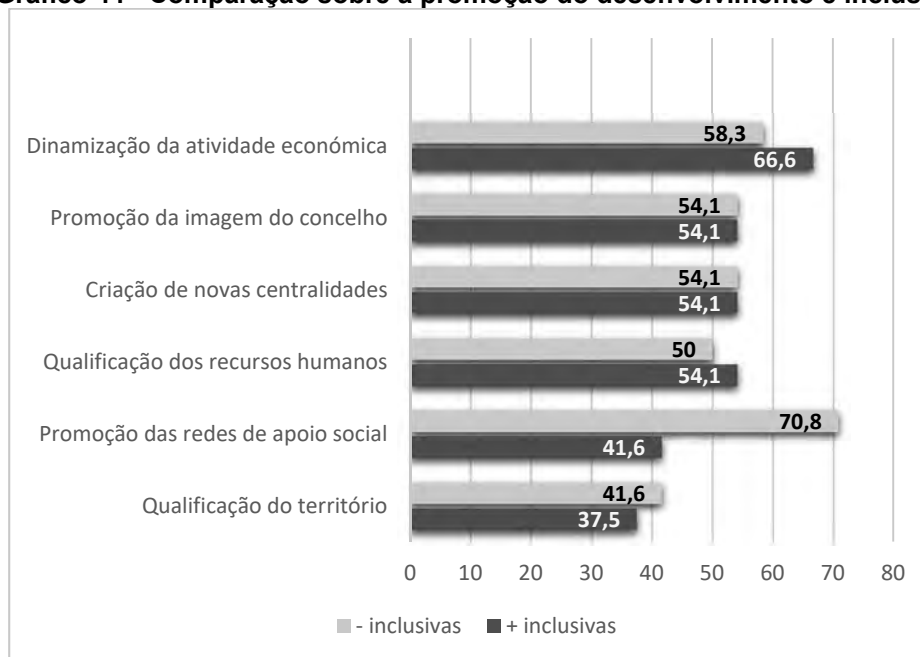
Gráfico 42 - Comparação das políticas das cidades e a Carta da AICE

No que se refere aos princípios inscritos na Carta das Cidades Educadoras como inspiradores das políticas das cidades verifica-se alguma paridade comparando os dois grupos em análise. No caso dos vários princípios estão, segundo a percepção dos respondentes, muito presentes na construção das políticas, embora o grupo das cidades mais inclusivas nas opções de resposta tenha optado mais por respostas de valor mais elevado na escala definida, ou seja dizendo que esses princípios são levados em conta “muitas vezes” ou mesmo “sempre”.

No que se refere à dimensão da construção da cidade inclusiva foi possível comparar a percepção dos respondentes acerca dos fatores que na sua cidade mais contribuem para os processos de exclusão. E o que estão a fazer os municípios para que o fomento dos processos de desenvolvimento possa contribuir para melhores condições para a inclusão, conforme os próximos gráficos 43 e 44.

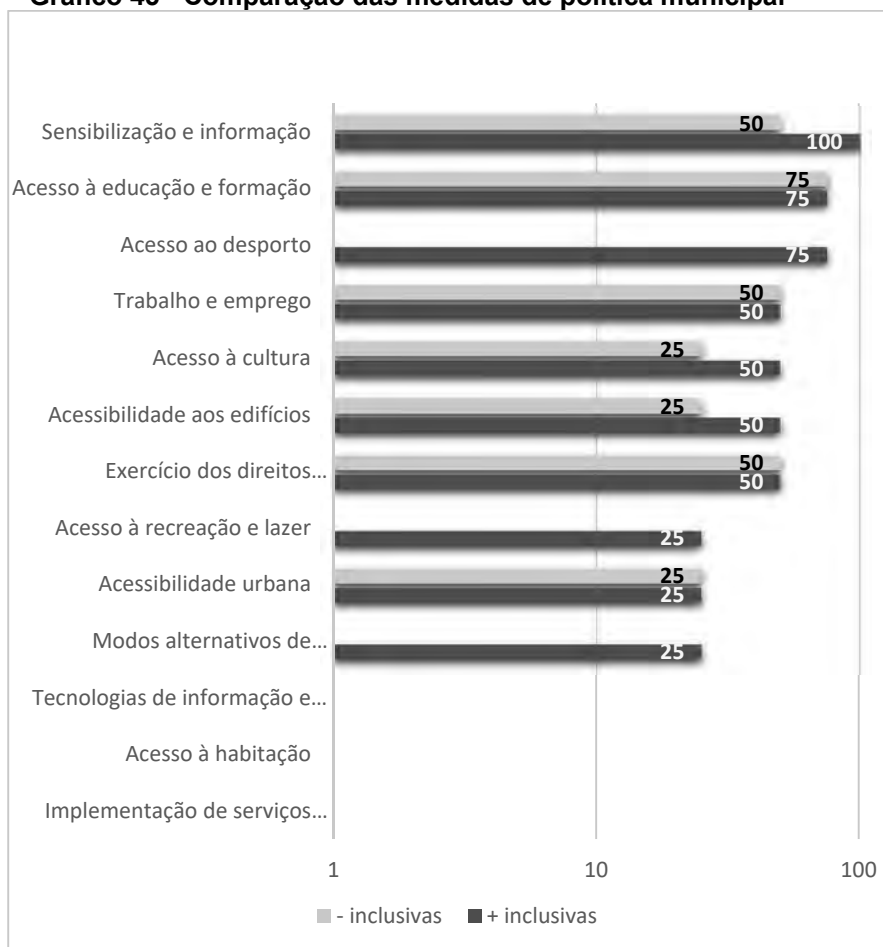


Sobre os fatores que geram exclusão os dois grupos de respondentes, que servem de base para a análise, apresentam perceções relativamente semelhantes, sendo que no caso das cidades mais inclusivas assinalaram de forma mais expressiva os fatores relacionados com os problemas de desemprego, da habitação e da ausência do exercício de participação e de cidadania. Quanto às cidades menos inclusivas valorizaram mais nas suas respostas os problemas laborais e económicos, de salientar, ainda, o baixo valor atribuído às questões da saúde e da participação e cidadania. A diferença maior que se pode destacar é de que as cidades mais inclusivas aludem nas respostas valores significativamente maiores para os problemas de saúde e de participação e cidadania.

Gráfico 44 - Comparação sobre a promoção do desenvolvimento e inclusão

Comparando as respostas que os representantes das cidades mais inclusivas e menos inclusivas deram acerca da perceção que têm sobre o modo como nas respetivas cidades se tem promovido o desenvolvimento e em que medida isso poderá ter efeitos no potencial inclusivo dos territórios. Os valores são muito semelhantes nos dois grupos em análise, conforme gráfico 44, exceto em dois aspetos a aposta na promoção e dinamização da atividade económica em que as cidades mais inclusivas apresentam um valor de 66,6% e a promoção de redes de apoio social com um valor de 70,8% por parte dos respondentes do grupo classificado como das cidades menos inclusivas.

No que se refere à análise da dimensão das políticas inclusivas das cidades foram comparados os valores relativos às medidas de política municipal, gráfico 45, os fundamentos e a génese das decisões tomadas, gráfico 46, o levantamento dos aspetos que impedem a tomada de mais medidas inclusivas, gráfico 47, a avaliação das medidas e ações levadas a efeito, gráfico 48 e a perceção dos respondentes sobre o nível de inclusão das cidades gráfico 49. Quanto as medidas de política municipal poder-se-á comparar os dois grupos de cidades observando os valores do gráfico 45.

Gráfico 45 - Comparação das medidas de política municipal

As cidades mais inclusivas valorizam mais as medidas que têm promovido a inclusão social das populações com necessidades especiais, através da sensibilização e da informação à comunidade em geral sobre esta problemática, com uma percentagem de 100%, o que significa que as quatro cidades apostam neste domínio, o acesso a educação e a formação, logo a seguir, bem como as medidas de fomento do acesso e da participação em atividades desportivas. As cidades menos inclusivas valorizaram as medidas de acesso à educação e à formação e com valores que revelam menor unanimidade de opiniões, o emprego, a acessibilidade a sensibilização e o exercício dos direitos fundamentais. Quer um grupo quer outro aproximam-se muito dos valores médios da totalidade dos respondentes expresso no gráfico 18. No entanto se se verificar com mais detalhe observa-se que as medidas de política nas cidades mais inclusivas é mais ampla em termos do número de medidas indicadas e pelo menos uma das cidades mais inclusivas, 25%, indica que tem desenvolvido

políticas de acesso à recreação e ao lazer, aos modos de comunicação alternativos, ou seja as cidades mais inclusivas conseguem abarcar mais áreas e desenvolver medidas e ações em áreas com forte potencial inclusivo.

No gráfico 46 está tratada a comparação acerca dos fundamentos e da génese das decisões que conduzem as medidas de política.

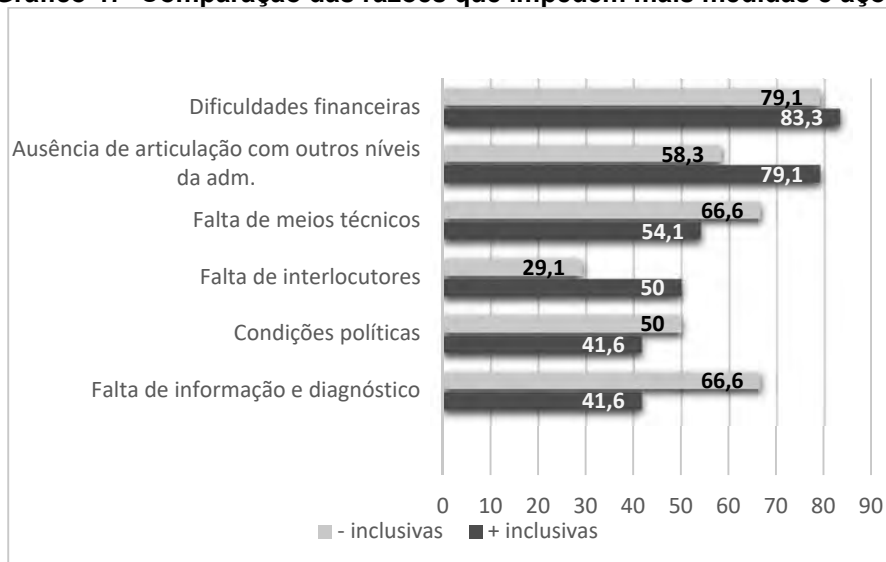
Gráfico 46 - Comparação dos fundamentos e génese das decisões



Salta à vista o maior *score* que em todos os itens as cidades mais inclusivas apresentam, o que significa que sendo esta uma resposta por listagem a concentração nos diferentes itens foi maior. Ao inverso nas cidades inclusivas a dispersão pelos itens da lista foi maior. No caso das cidades mais inclusivas é referido como importante, na génese das decisões, a sensibilidade do executivo para a problemática, a consistência técnica das mesmas e o fundamento em estudos e recolha de informação. Características que se podem referir como específicas pois não seguem a lógica da média geral das respostas, como se pode verificar no gráfico 26 (onde se valorizava mais os protocolos e convénios, as grandes opções plano e os pedidos pontuais). Outro aspeto que deve ser salientado é que apenas uma das cidades, no caso do grupo das mais inclusivas, refere a importância nas decisões da participação das populações que como se pode constatar em vários momentos do tratamento dos dados veio ao de cima como uma área fraca.

No gráfico 47 estão patentes a comparação dos resultados relativos as razões que impedem os municípios de tomar mais medidas e desenvolver mais ações de promoção da inclusão social, que são apontadas como dificuldades com que se depara o poder local para levar por diante os seus desígnios políticos.

Gráfico 47- Comparação das razões que impedem mais medidas e ações



Comparando, agora, as razões que impedem os municípios de alargar as medidas e as ações de forma a promoverem de forma mais consistente a inclusão social pode verificar-se pela leitura do gráfico 47 que as dificuldades financeiras são determinantes nos dois grupos de cidades, a ausência de articulação com outros níveis da administração pública, que tem mais peso nas cidades mais inclusivas, e a falta de meios técnicos que tem mais peso nas cidades menos inclusivas e que no mesmo grupo é secundada pela alusão à falta de um diagnóstico e de informação mais precisa.

Se se comparar estes resultados com a média geral de respostas a este item pode verificar-se que aqui se segue a tendência geral de respostas recolhidas como se pode constatar pela consulta ao gráfico 27.

No gráfico 48 poder-se-á fazer a leitura dos dados tratados relativamente à avaliação que os representantes dos municípios fazem das medidas e ações que têm vindo a tomar.

Como se observa, sendo também uma pergunta que requeria uma resposta ordenada pode verificar-se que as cidades mais inclusivas avaliaram

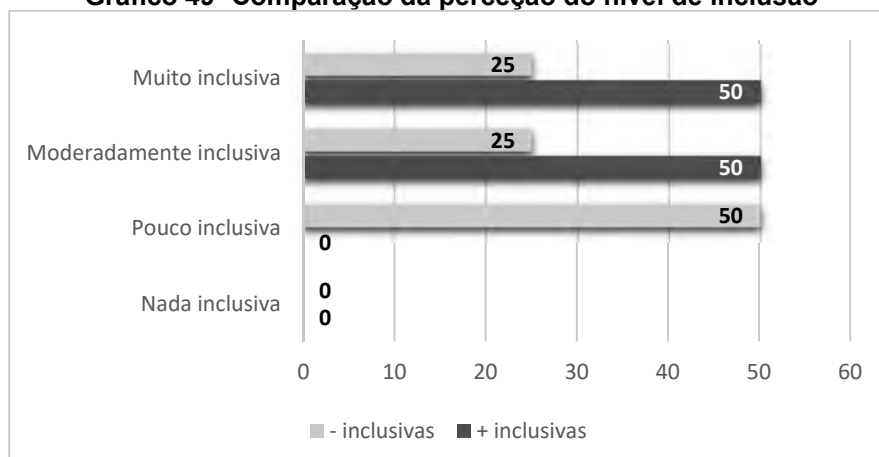
de forma mais positiva as políticas desenvolvidas em quase todas as categorias acontecendo o inverso no caso das cidades menos inclusivas reconhecendo que em muitos domínios as medidas e ações são ainda “muito insuficientes” ou “insuficientes”. Daqui poder-se-á concluir da grande consciência dos responsáveis pela administração das cidades acerca daquilo que ainda está por fazer nos seus territórios e nas suas comunidades.

Gráfico 48 - Comparação da avaliação das medidas e ações



Observando, com mais detalhe, são consideradas ainda insuficientes ou muito insuficientes, quer nas cidades mais inclusivas e menos inclusivas, as medidas dirigidas para a inclusão digital, para a inclusão de género, e para a inclusão educativa, talvez neste último aspeto pelo fato dos municípios terem a consciência do seu limitado âmbito de competências nos domínios da educação formal.

Finalmente, na comparação das respostas dos dois grupos acerca da percepção global que têm sobre a cidade oferecer melhores ou piores oportunidades e condições para a inclusão os respondentes exprimiram as suas opiniões conforme o gráfico 49.

Gráfico 49 -Comparação da percepção do nível de inclusão

Como se pode observar pelos valores expressos, metade das cidades classificadas como menos inclusivas dizem-se pouco inclusivas e metade das cidades classificadas como mais inclusivas autoavaliam-se como muito inclusivas, sendo as únicas que o fazem de entre o conjunto das trinta e uma cidades inquiridas. As restantes duas mais inclusivas avaliam-se como moderadamente inclusivas e as outras duas menos inclusivas, uma autoavalia-se de muito inclusiva e outra como sendo moderadamente inclusiva. Poder-se-á interpretar estes resultados como estando em linha com esperado e demonstrando o grau de responsabilidade que os gestores das cidades colocam na análise da situação, havendo apenas uma cidade que apresenta uma grande discrepância entre a percepção do seu potencial inclusivo com a realidade que foi caracterizando na resposta ao inquérito por questionário.

6.1.7. Síntese final dos dados recolhidos através do inquérito por questionário

6.1.7.1 As cidades a educação e a inclusão

Sobre este grande tema e que estava indexado ao primeiro objetivo desta Tese, em que se procurou conhecer as questões da exclusão e dos projetos socioeducativos que as cidades têm levado a efeito por forma a promover a igualdade de oportunidades e a equidade, bem como, a incorporação que os

municípios fazem dos princípios da Carta das Cidades Educadoras na definição das políticas levadas a efeito. Passar-se-á a fazer essa síntese no quadro 38.

Quadro 38- Síntese sobre as cidades a educação e a inclusão

Atenção à exclusão	<ul style="list-style-type: none"> A maior preocupação dos governos locais é dirigida aos problemas da pobreza, do abandono escolar e das famílias desestruturadas. Só um pequeno grupo de cidades (4) referiu a atenção aos problemas da doença física ou mental.
Áreas de maior preocupação dos municípios	<ul style="list-style-type: none"> As cidades elegeram com principal destaque a importância que dão a todos os projetos que favoreçam a inclusão social, os grupos vulneráveis e a educação inclusiva. De salientar que os aspetos da prevenção dos riscos de exclusão e do estímulo a participação e cidadania são expressos como preocupações menos expressivas.
Projetos socioeducativos e coesão social	<ul style="list-style-type: none"> Verifica-se um grande enfoque da quase totalidade dos municípios no estímulo ao trabalho em rede e ao mesmo tempo na aposta na criação de novas respostas de proximidade que ajudam a alargar a rede comunitária de recursos disponíveis. Apresentam-se ainda como áreas de trabalho de projeto mais modestas o estímulo ao voluntariado, a sensibilização e formação sobre estas problemáticas, as acessibilidades e o acesso à habitação.
Projetos e pessoas com necessidades especiais	<ul style="list-style-type: none"> A educação inclusiva aparece como grande destaque, as experiências de inserção comunitária e laboral e o estímulo à interação com a comunidade. Com muito menos destaque aparecem os domínios relacionados com o exercício dos direitos e da cidadania, a participação em atividades coletivas e com menor destaque a prevenção das necessidades especiais, o acesso à arte e às bibliotecas.
Parcerias externas e internas	<ul style="list-style-type: none"> Para o desenvolvimento dos projetos e ações os municípios encontram grande suporte nas escolas e nos agrupamentos de escolas que se apresentam como uma rede muito capilar e muito estruturada nos territórios e também com as associações locais. Começa a haver experiências de ligação às empresas e às universidades dando maior magnitude aos projetos e incorporando conhecimento. Na dimensão interna os municípios ainda tratam este tema de uma forma muito sectorial, havendo poucos sinais de uma abordagem interna de tipo transversal, envolvendo o conjunto dos serviços municipais.
Carta das Cidades Educadoras	<ul style="list-style-type: none"> A informação que foi recolhida vai no sentido de que os municípios procuram incorporar nas suas políticas os princípios das cidades educadoras relacionados com os direitos de todos a cidade, o ordenamento do território e a acessibilidade, a participação dos cidadãos e a coesão social. O respeito pelos direitos de todos é uma área muito contemplada a participação cidadã e a acessibilidade precisam de maior incremento e a coesão social implicam políticas mais consistentes e globais de luta contra a marginalização e a exclusão.

Fica patente a ligação que se pode estabelecer entre inclusão e cidades educadoras com evidentes preocupações dos municípios com os problemas da exclusão em geral, mas sem um enfoque muito específicos nos problemas das pessoas com necessidades especiais. Fica ainda patente a necessidade de maior estímulo ao exercício da cidadania e de mobilização da comunidade, no seu todo, para os problemas relacionados com a inclusão social o que implicaria uma abordagem mais global e menos sectorializada a esta problemática, mesmo no que se refere aos serviços municipais envolvidos.

6.1.7.2. A construção da cidade inclusiva

Como já houve oportunidade de referir, esta constituía a temática mais desenvolvida do inquérito por questionário e estava indexada ao objetivo de conhecer melhor as questões das acessibilidades e dos meios e dos recursos de suporte disponíveis para a promoção da inclusão nas cidades das pessoas com necessidades especiais, no pressuposto que muito desse processo se consegue alcançar com a disponibilização dos meios necessários de apoio para uma vida o mais independente possível. Far-se-á resumo desta síntese no quadro 39.

Quadro 39 - Síntese sobre a construção da cidade inclusiva

Fatores que geram mais exclusão	<ul style="list-style-type: none"> • Ter a noção de que a exclusão é um fenómeno multifatorial, • Houve coerência entre o conhecimento da realidade e os esforços que empreendem, pelo que dão particular atenção à exclusão por fatores económicos. • Não tão valorizada a exclusão relacionada com: <ul style="list-style-type: none"> • a saúde • a formação • a falta de participação social.
Promoção do desenvolvimento e inclusão	<ul style="list-style-type: none"> • Os gestores das cidades revelam conforme a informação recolhida que não existe desenvolvimento do território físico sem cuidar das componentes do bem-estar humano • Associam a importância do desenvolvimento económico à promoção das redes de apoio social.
Acessibilidades	<ul style="list-style-type: none"> • A acessibilidade é uma área decisiva da qualidade de vida e do exercício dos direitos a uma vida independente. • Verifica-se que os municípios iniciaram um caminho no sentido de melhorar a acessibilidade para todos com os programas de eliminação de barreiras e criação de zonas acessíveis. • Falta alargar os programas de promoção da acessibilidade mais integrados e mais intensivos que englobem para além das questões físicas as dimensões materiais, de equipamentos e as questões digitais.

<p>Serviços e recursos disponíveis</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Os serviços que dependem dos vários dispositivos nacionais estão disseminados pelo território nomeadamente os recursos educativos e das IPSS. • Quando baixa o número de população com necessidades especiais baixam também o conjunto de recursos disponíveis nas cidades. • Necessário verificar se em centros urbanos mais isolados e com menos população existem os recursos necessário ou se pelo contrário esses recursos estão em falta. • Verifica-se que existem bastantes lacunas ao nível das atividades coletivas disponíveis, como sejam, atividades de lazer, de desporto, de tempos livres, de atividades socioculturais. Muito importantes pelo seu forte potencial inclusivo • No acesso à informação existe algum trabalho desenvolvido, nomeadamente de acesso aos sites, informação sobre os recursos locais, mas ainda muito por fazer no que se refere à produção de documentação acessível, modalidades de comunicação alternativa e aumentativa, entre outros domínios. • Soluções muito precárias ao nível da integração laboral, do acesso à habitação, dos transportes (exceto transportes escolares) e da saúde e que exigem forte relação com outros níveis da administração pública.
---	---

Fica patente na construção da cidade inclusiva a preocupação dos municípios com as pessoas que de algum modo sofrem processos de exclusão sendo que essa é uma permissa dos próprios projetos de desenvolvimento local. No que diz respeito às populações com necessidades especiais é visível o muito que ainda está por fazer nos domínios da acessibilidade, entendida como um conceito mais global físico, de comunicação, de tecnologias, etc. Verifica-se que são ainda necessários muitos esforços para maior acesso às atividades coletivas, aos eventos, aos serviços locais que sem uma implicação das autoridades públicas dificilmente podem progredir

6.1.7.3. Síntese sobre as políticas inclusivas das cidades

Este tema do questionário estava indexado ao objetivo de identificar quais as políticas municipais de fomento da coesão social, procurando conhecer as medidas de política, as dificuldades com que os municípios se deparam e os fundamentos que sustentam essas decisões. Síntese que se apresentará no quadro 40.

Quadro 40 - Síntese sobre as políticas inclusivas das cidades

Medidas de política municipal	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvido políticas numa lógica de atenderem às especificidades de grupos populacionais mais vulneráveis: <ul style="list-style-type: none"> crianças idosos pessoas com necessidades especiais sem-abrigo mulheres, desempregados. Parece necessário evoluir para respostas mais integradas e mais globais que possam configurar planos de inclusão que envolvam os interessados e toda a comunidade, aprofundando modelos de governança mais participativos.
Fundamentos e génese das decisões	<ul style="list-style-type: none"> Verifica-se mais uma vez que um dos grandes fundamentos das ações desenvolvidas e das medidas tomadas vai no sentido de responder aos desafios dos atores locais que de uma forma mais pontual ou mais estruturada expressam as suas necessidades. As decisões tomadas com base numa sólida fundamentação técnica e num diagnóstico das necessidades não são ainda mecanismos generalizados. As decisões tomadas com base num processo de democracia participativa é ainda uma modalidade com muito pouca expressão na maior parte das cidades.
Razões que impedem mais medidas e ações	<ul style="list-style-type: none"> A grande maioria das cidades está, apesar das dificuldades e com menos ou maior grau de implicação a procurar levar a cabo ações concretas que melhores as condições de vida das populações com necessidades especiais. Têm sido os municípios, a exemplo de outras áreas da vida local, a garantir de algum modo essa melhoria. As cidades e os seus responsáveis, debatem-se com muitas dificuldades financeiras, insuficiência de meios técnicos e uma notória ausência de políticas integradas com outros níveis da administração pública.
Avaliação das medidas e ações	<ul style="list-style-type: none"> A inclusão educativa e a inclusão nas atividades comunitárias são as áreas avaliadas positivamente com mais destaque é avaliado ainda como insuficiente o envolvimento das pessoas com necessidades especiais nos processos que lhe dizem respeito. Parece ser necessário dar maior atenção à promoção do desenvolvimento como fator de inclusão, à inclusão digital pelo papel que as novas tecnologias podem ter na qualidade de vida das pessoas com limitações. Uma atenção muito maior deve ser dada aos problemas das mulheres com necessidades especiais, nomeadamente nos planos para a igualdade de género pelas múltiplas formas de exclusão a que estão sujeitas.

Percepção acerca do nível de inclusão das cidades	<ul style="list-style-type: none">• A grande maioria das cidades expressa uma percepção de que o nível da sua cidade é moderado, dando a entender que ainda existem muitos fatores a melhorar e a acautelar• Está bem patente pelas respostas de que a inclusão social é um processo que exige tempo, comprometimento com a mudança e mobilização das pessoas, da comunidade e das organizações.
--	---

No que se refere às políticas empreendidas nas cidades no sentido de potencializar a inclusão poder-se-á concluir, pelos dados recolhidos que é necessário evoluir para políticas sociais mais integradas em que os processos de decisão sejam sustentados no conhecimento técnico da realidade e da participação, efetiv, dos próprios interessados, desenvolvendo-se modelos de governança mais abertos e partilhados em termos das decisões. As dificuldades expressas implicam maior concertação dos vários níveis de decisão dos organismos públicos do Estado central e dos Municípios desse modo será possível encarar com abrangência os vários domínios que estão implicados nos processos inclusivos. Os próprios dirigentes políticos e técnicos estão conscientes das necessidades de progredir, revelando uma percepção muito realista acerca do nível de inclusão que os diferentes territórios oferecem.

6.1.7.4. Síntese sobre o potencial inclusivo das cidades

Como já foi referido um dos resultados esperados da análise do questionário era o de se conseguir selecionar as cidades para as unidades de estudo comparativo que neste caso serão duas cidades, dessa análise foi retirada muita informação que se passa a sintetizar no quadro 41.

Quadro 41- Síntese sobre o potencial inclusivo das cidades

Potencial inclusivo das cidades	<ul style="list-style-type: none"> Da percepção expressa pelas opiniões recolhidas verifica-se que 7 responsáveis expressaram quanto à sua cidade um potencial inclusivo relativamente elevado e 14 expressaram que as suas cidades têm potencial de inclusão moderado e 10 responsáveis expressam opiniões que conduzem à conclusão que o seu potencial inclusivo é ainda baixo.
Áreas fortes e fracas nos processos de inclusão	<ul style="list-style-type: none"> O convívio social, a educação e formação parecem ser as áreas que mais contribuem para o potencial inclusivo das cidades. As áreas que estão ainda emergentes, mas onde se desenvolve já algum trabalho significativo, são os serviços sociais disponibilizados e os serviços em geral existentes nos meios urbanos, bem como os estudos e diagnósticos e o acesso à informação. As áreas que carecem ainda de grande incremento são a acessibilidade aos edifícios e aos espaços públicos, os transportes e o maior incremento das atividades comunitárias de carácter coletivo, bem como as áreas de inserção laboral e o acesso à habitação, bem como a necessidade de processos de participação e envolvimento das pessoas com necessidades especiais e das suas organizações representativas.
Comparação das cidades mais e menos inclusivas	<ul style="list-style-type: none"> A vontade e as convicções de construir cidades mais inclusivas são idênticas nos dois grupos, ou seja, existe uma vontade política generalizada, em trabalhar no sentido de uma maior inclusão para todos. Comum a todas as cidades a necessidade de maior definição das políticas nacionais de acesso à habitação, ao emprego à saúde que não sendo domínios habituais das políticas locais carecem de modelação à realidade de cada comunidade tendo em conta carências específicas destas populações. Onde existem maiores divergências é ao nível dos recursos e dos apoios necessários e do funcionamento das redes locais para o suporte às soluções, ou seja, a falta de massa crítica em territórios mais isolados e com menor acesso aos meios condiciona os processos de inclusão, embora sendo essa a tendência geral se encontrem algumas exceções que interessaria estudar mais aprofundadamente.
Fatores distintivos das cidades mais inclusivas	<ul style="list-style-type: none"> As cidades mais inclusivas apresentam as seguintes características: <ul style="list-style-type: none"> - Dão maior atenção aos grupos portadores de problemas físicos ou mentais; - Tem maiores preocupações com a inclusão social e com a inclusão educativa; - Fazem uma aposta na criação de serviços sociais, do trabalho em rede e da formação ao longo da vida; - Dirigem os projetos socioeducativos centrados nas pessoas com necessidades especiais para a educação inclusiva e mais moderadamente para o desporto, e a integração comunitária. - Desenvolvem medidas de política num maior número de áreas de intervenção e em áreas que tem forte potencial de inclusão como por exemplo as atividades comunitárias coletivas; - A sensibilidade dos executivos, os estudos de diagnóstico e a sustentabilidade técnica das propostas são muito valorizadas nos processos de decisão. - Apresentam uma avaliação globalmente mais positiva das medidas e ações que concretizam.

A partir destes elementos é possível verificar que um dos fatores que marca determinantemente o potencial inclusivo das cidades é o conjunto de meios, de recursos, de serviços que existem em cada território. As cidades auscultadas utilizam já um conjunto de estratégias que propiciam maiores níveis de inclusão como sejam: o incentivo à socialização, ao convívio social, à formação e à educação, sendo necessário gradualmente abrir outras frentes de trabalho em áreas mais difíceis como sejam o trabalho, a habitação, ou em áreas de mais fácil abordagem, desde que existam meios, como é o caso das acessibilidades. A vontade política de prosseguir parece ser unânime o que importa é desenvolver processos mais sistemáticos, mais consistentes e continuados no tempo que vão criando condições para que as mudanças implementadas tenham impacto na vida das pessoas.

6.2. Apresentação do trabalho de campo nas unidades de estudo

6.2.1. Apresentação dos dados recolhidos através das entrevistas

Neste ponto da pesquisa vão ser apresentados os resultados das entrevistas realizadas nas duas cidades que foram escolhidas para estudos de caso e que se designam por cidade B e cidade X, por forma a serem mantidos os princípios de confidencialidade e anonimato que foram definidos para o estudo.

Para uma mais fácil leitura e interpretação dos resultados na apresentação de cada uma das entrevistas foram organizados por cada uma das dimensões da entrevista um pequeno diagrama que procura graficamente sintetizar o tratamento dos dados recolhidos, apresentando as dimensões, as categorias e as subcategorias de análise de cada uma das perguntas. Foram colocados em anexo 4 as tabelas que resultaram da análise de conteúdo, com a respetiva transcrição, que ilustra as categorias definidas, bem como, a respetiva operacionalização das categorias para se poder de uma forma mais detalhada verificar os resultados das oito entrevistas realizadas.

6.2.1.1. Cidade B

6.2.1.1.1 Cidade B entrevista à Vereadora com os pelouros da educação e da ação social.

O diagrama que se apresenta na figura 8 esquematiza a informação, que resultou do tratamento da informação, relativa às ações e projetos, que se estão a desenvolver na cidade centrados nas pessoas com necessidades especiais.

Figura 8- Diagrama projetos inclusivo na cidade B



Na análise da informação recolhida emergiram seis categorias que demonstram quais as grandes áreas dos projetos inclusivos em curso na cidade. A categoria “inclusão escolar”, que revela que as preocupações iniciais com a

inclusão estiveram centradas nas escolas e nas condições que estas deveriam ter para acolher todos os alunos com necessidades especiais. A categoria “recursos inovadores” contém a informação que revela uma cidade atenta aos novos problemas e que procura ensaiar soluções inovadoras, conforme as subcategorias, sala de *snozen* que procura responder numa gestão aberta à comunidade aos casos mais graves, ou o projeto que se desenvolve para ajudar as pessoas daltónicas que vai ao detalhe de identificar com os códigos os materiais escolares ou, ainda, o sistema de teleassistência, que habitualmente se utiliza para a população sénior, mas que aqui é também utilizado pelas pessoas com necessidades especiais. Foi selecionada um excerto da entrevista que exemplifica a perceção da entrevistada sobre a subcategoria daltonismo.

“Adesão ao projeto colorADD para daltónicos. A situação é grave. Há no geral um desconhecimento desta situação, existem 10 % de daltónicos na população, sabendo, fizemos um diagnóstico a todos os alunos do ensino básico e secundário, obtivemos um conhecimento real deste conceito e por exemplo ao nível do apoio escolar a Câmara já atribui os lápis com esse código, portanto uma atenção para alguém que tem uma necessidade especial” (Anexo 4.1 linhas 57-63).

A categoria “banco de voluntariado”, é uma informação que se recolheu na entrevista e que revela como nesta cidade se procura mobilizar a sociedade civil para ajudar a responder aos problemas, daí que o banco de voluntariado se constitua como um recurso utilizado pelas instituições para levarem a cabo um conjunto de projetos, incluindo o apoio às pessoas com necessidades especiais.

Na categoria “apoios sociais”, aglutinou-se informação que elenca o conjunto de serviços e recursos sociais que se têm estruturado para resolver os problemas de atendimento a estas populações, nas ajudas técnicas, na adaptação das habitações, na ajuda económica, etc. O programa “ajuda +” é um programa municipal de apoio social e de inclusão transversal com 19 medidas e que serve também de programa de apoio às necessidades especiais numa lógica de utilizar todas as políticas para favorecer a inclusão. Na mesma linha a categoria “recursos comunitários”, contem a informação relativa às iniciativas

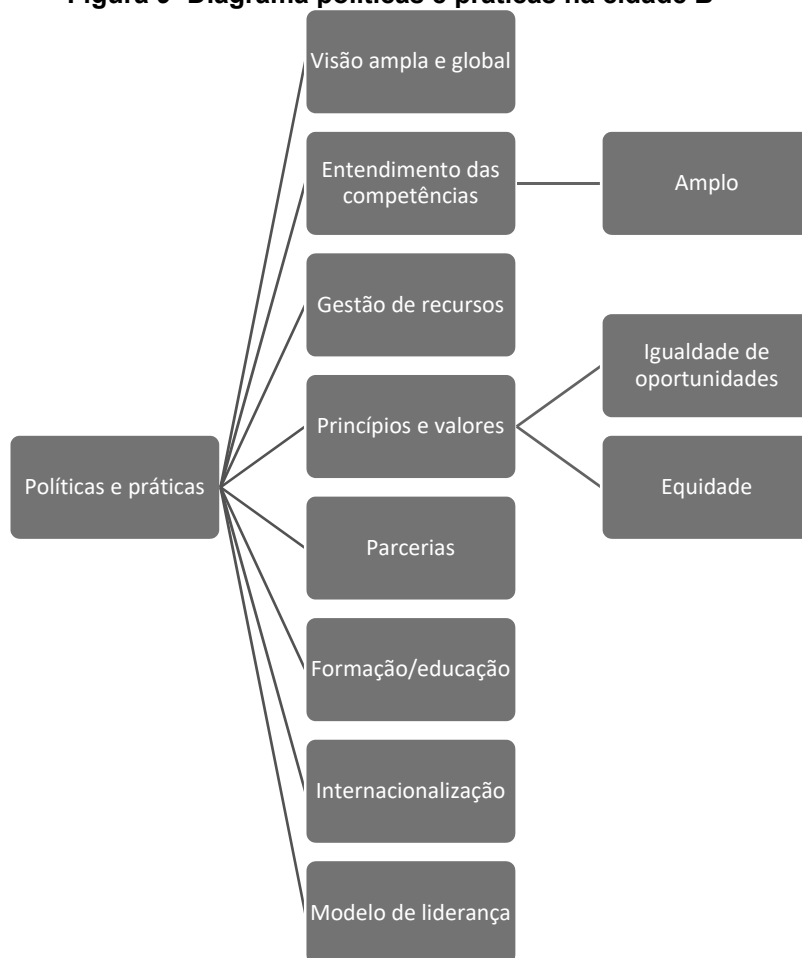
que se tem desenvolvido na cidade. São um conjunto de recursos e infraestruturas, construídas sempre com o apoio municipal, para dar respostas, como sejam: os lares residenciais, os centros ocupacionais, as salas específicas nas escolas, etc.

Ainda dentro desta dimensão a categoria “acessibilidades”, que comporta três subcategorias que resultaram da informação recolhida que valoriza a acessibilidade com um projeto abrangente que implica a área dos edifícios adaptados, através de uma campanha que o município levou a cabo e que envolveu os edifícios públicos e que de momento estão todos adaptados. Os transportes, com a introdução de carrinhas adaptadas que fazem os transportes locais sobretudo para as escolas e o programa de adaptação das habitações que com a ajuda do município tem permitido fazer transformações nas residências das pessoas com necessidades especiais.

Sobre esta matéria transcreve-se uma passagem significativa da entrevista à Vereadora.

“Esta autarquia está muito atenta à inclusão social, implementando-a na reestruturação urbana, nos serviços municipais e fora dos serviços municipais, ao nível das empresas por forma a criar condições a estas pessoas, cadeiras de rodas, rampas de acesso, etc, porém ao nível dos serviços públicos todas as situações estão controladas. Fizemos uma grande campanha e houve uma grande adesão e isso transformou a cidade de modo a criar condições para as pessoas com problemas de mobilidade” (Anexo 4.1, linhas 48-54).

O diagrama da figura 9 reflete o tratamento da informação relativa às políticas e às práticas de governança seguidas pelo município.

Figura 9- Diagrama políticas e práticas na cidade B

Como se pode observar pelo diagrama, a estrutura das políticas e das práticas que as suportam tem um conjunto de várias componentes a que se deve dar atenção, que estão contidas nas oito categorias que serviram para organizar a informação recolhida. Desde logo, a categoria designada por “visão ampla e global”, que implicou no contato com os dados recolhidos, a constatação de que o município tem uma visão muito ampla da inclusão e das necessidades especiais. Por um lado, procura-se nas políticas implementadas ir para além das necessidades básicas alargando ao máximo o âmbito das preocupações de inclusão e, por outro lado, procura-se num conjunto vasto de programas e projetos, muito diversificados, que não são desenhados especificamente para as pessoas com necessidades especiais, sendo abrangentes, de modo a que todos possam ter um espaço de participação. Conforme diz a Vereadora:

“Com os parceiros cumprimos o nosso desígnio de que as pessoas vejam asseguradas as necessidades básicas e uma boa qualidade de vida, pelo que é necessário ir muito para além das necessidades básicas” (Anexo 4.1, linhas 78-81).

“Fazemos sempre um esforço para incluir como é por exemplo o caso dos grupos de teatro em que este ano lançamos esse desafio uns podem subir o pano, outros fazem costura, cada um faz o que estiver ao seu nível mas participa” (Anexo 4.1, linhas 197- 200).

Dando suporte à ideia anterior emerge a categoria “entendimento das competências” na informação recolhida trespassa a ideia e a perceção de que esta política se leva a cabo porque o município tem um entendimento alargado e amplo das suas competências, procurando acima de todo adaptá-las às necessidades que existem na comunidade, o que implica, em muitos casos, ir para além das competências mais formais que se substituem em certos casos por competências reais. Dá-se aqui um exemplo ao nível dos transportes escolares. “Sabemos que ao nível do Ministério da Educação as regras são apertadas, ignoramos algumas regras, temos carrinhas adaptadas para alunos e utentes” (Anexo 4.1, linhas 64-66).

Na mesma lógica “a gestão dos recursos”, outra das categorias de análise, onde a informação recolhida dá conta de um entendimento consentâneo com o quadro geral das políticas, que vai no sentido de, embora havendo regras e limitações, se procurar privilegiar a resolução dos problemas educativos e sociais, pelo que a alocação de recursos segue esses princípios mesmo que isso possa implicar a restrição noutras áreas, conforme refere a transcrição:

“O aumento da crise económica fez aumentar as necessidades e obrigou a aumentar o orçamento nesta área, mesmo quando tínhamos menos recursos, então isso implicou fazer opções e utilizar os mecanismos das alterações orçamentais para colocar os recursos onde mais faziam falta” (Anexo 4.1, linhas 82-85).

A categoria “princípios e valores”, contem a informação sobre os grandes princípios enunciados como desígnios das políticas seguidas, conforme se organizaram nas duas subcategorias, igualdades de oportunidades e equidade. Conforme a interpretação que se pode fazer, bem expressa nas transcrições que se escolheram para ilustrar a ideia, o que se pretende é criar as condições para que todos vejam as suas necessidades satisfeitas, diferenciando as respostas:

“O nosso Presidente costuma dizer que não houve uma revolução mas que se fez uma rutura, houve continuidade política a força política é a mesma, mas as opções foram muito centradas na qualificação e nas necessidades das pessoas” (Anexo 4.1, linhas 95 a 98).

“Quando se fala em necessidades especiais onde existe um problema temos de agir de forma diferenciada” (Anexo 4.1 linhas 150-151).

Numa segunda parte desta dimensão, a primeira trata mais de ideias e princípios orientadores e a segunda mais de formas operacionais de concretizar as políticas, emergiram as categorias: “parcerias”, “formação/educação”, “internacionalização” e “modelo de liderança”.

A primeira categoria “parcerias” revela que o entendimento expresso vai no sentido de que as políticas só se podem aplicar num ambiente de trabalho em rede e de parceria. A segunda categoria “formação e educação” é bem demonstrativa das claras opções políticas no projeto de desenvolvimento destes domínios da vida das comunidades, conforme se passa a transcrever.

“Nos municípios de (...) recebemos os alunos e damos-lhes experiência profissional, muitos vão para o estrangeiro, por exemplo foram à feira de mobiliário de Milão, pagamos as propinas do curso (sejam carenciados ou não) a todos os alunos que se inscreveram, o curso é gratuito” (Anexo 4.1, linhas 109-112).

“Penso que não há nenhum executivo camarário que não tenha estes objetivos e essa como missão. Todos apostam na igualdade de oportunidades e nas ferramentas que lhe dão suporte. Aqui o que temos feito é uma grande aposta nas crianças e nos jovens” (Anexo 4.1, linhas 118-121).

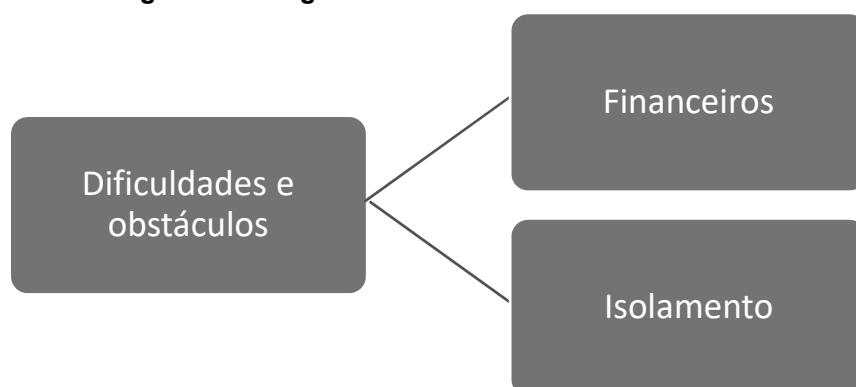
A categoria “internacionalização” resulta da informação recolhida que demonstra a preocupação de partilhar os resultados alcançados e de validar, em confronto com outras experiências, os resultados e as opções tomadas, havendo forte referência à Associação Internacional das Cidades Educadoras como um fórum que se tem utilizado para esse efeito.

Finalmente, neste constructo de categorias que procuram resumir as ideias e linhas fortes das políticas seguidas, surge a categoria “modelo de liderança”, ou seja, pela informação recolhida fica muito evidente que a gestão política dos processos está muito alicerçada na proximidade aos problemas, às instituições, às pessoas. Conforme refere a Vereadora no excerto que pode ajudar a comprovar este entendimento do exercício do cargo:

“Para além dos meus pelouros sou presidente da CPCJ [Comissão de Proteção de Crianças e Jovens] é algo que me fez conhecer melhor o território, as pessoas, situações onde ninguém sonha que existem estas situações, maus tratos, negligência, violência domestica” (Anexo 4.1, linhas 147-150).

O diagrama da figura 10 reflete esquematicamente a informação tratada acerca do tema dificuldades e obstáculos sentidos pela administração local na persecução das suas políticas de inclusão

Figura 10 - Diagrama dificuldades obstáculos na cidade B



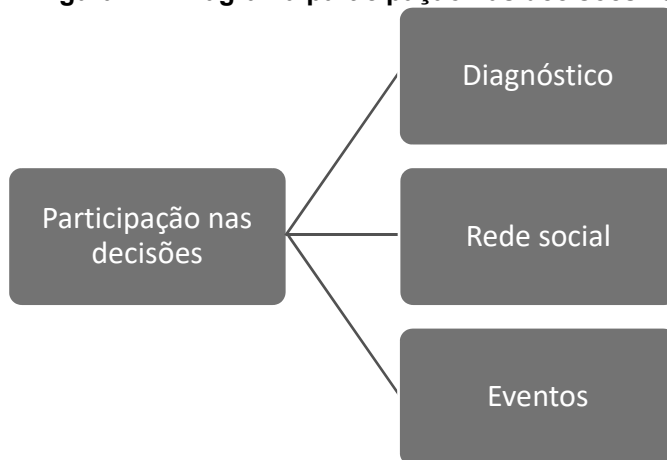
Nesta dimensão da entrevista vão emergir, quando se tratou o conteúdo da informação recolhida, duas categorias que identificam as principais dificuldades sentidas. Por um lado, as “limitações financeiras” que não permitem atender a todas as expectativas e desejos de quem governa a cidade e, por outro, a dispersão territorial do concelho que implica que algumas comunidades, mais rurais, mais longe dos centros urbanos principais sofram de “isolamento” e de dificuldade de acesso aos recursos existentes.

Para exemplificar transcrevem-se as passagens da entrevista que tocam nestas matérias:

“Nenhum município nada em dinheiro mas temos de definir prioridades. A questão financeira é a principal, depois temos 89.000 habitantes num território 150.000 km², mas se considerarmos que temos 4 cidades, o resto são áreas dispersas, o sul do Concelho é caso disso” (Anexo 4.1, linhas 163-166).

“Temos por vezes dificuldades de chegar a todas as pessoas aos que estão mais isolados nas zonas mais rurais” (Anexo 4.1, linhas 168-169).

Outras das dimensões, da entrevista, conforme figura 11, e dos seus objetivos visava conhecer os modelos de governança, ou seja, de que modo as pessoas com necessidades educativas especiais participavam nas decisões que se tomam sobre os aspetos que lhe dizem respeito como cidadãos.

Figura 11 - Diagrama participação nas decisões na cidade B

No tratamento da informação sobre esta dimensão emergiram três categorias. A primeira que se designou “diagnóstico”, veicula a ideia de que sem um bom diagnóstico da população com necessidades especiais, como refere um excerto da entrevista que se transcreve, é muito difícil operacionalizar a participação dos interessados:

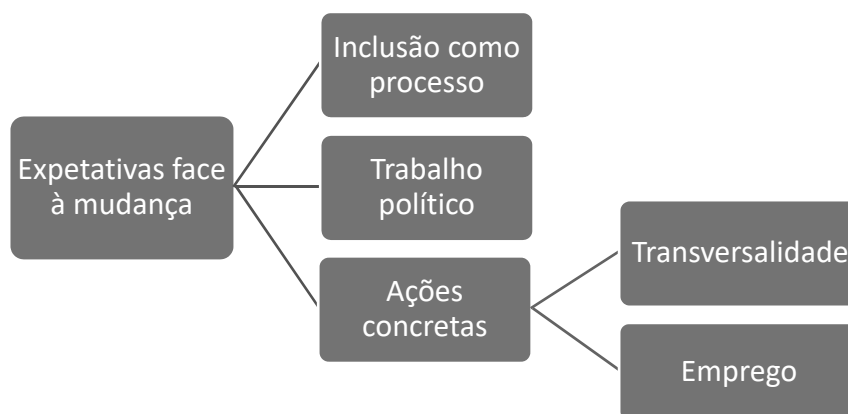
“Este olhar mais atento à deficiência é mais recente que outras, houve contudo um espicaçar, quantas são, onde estão, que necessidades têm. Está a ser feito um diagnóstico na área metropolitana do Porto, poderá ser uma boa ferramenta. Este diagnóstico não está feito e é muito difícil acompanhar o que não se conhece” (Anexo 4.1, linhas 180-184).

A segunda categoria “rede social” veicula a ideia de que uma das formas de participação existente é ao nível da rede social, onde estão representados, o município, as instituições locais, as escolas e a Associação Portuguesa de Deficientes. A categoria “eventos” contém a informação que conforme a perceção da entrevistada, também os eventos, as animações em que participam estes cidadãos são uma forma de participação e de aproximação à sociedade. Transcreve-se um excerto da entrevista que demonstra esse entendimento:

“Agora tivemos uma Mostra Associativa para além disso um desfile associativo, mas durante o dia foram passando animação de grupos ligados à deficiência, portanto incluir todos. Fazer com que as pessoas participem se estão escondidos então não há inclusão” (Anexo 4.1, linhas 186-189).

A última dimensão tratada na entrevista, conforme figura 12, estava relacionada com o levantamento das expectativas acerca do que são as áreas prioritárias que devem ser levadas em conta no prosseguimento do processo de inclusão.

Figura 12 - Diagrama expectativas face à mudança na cidade B



No tratamento da informação recolhida foi possível construir uma grelha de análise em três categorias e duas subcategorias, a saber: “inclusão como processo” que comporta a informação que salienta o fato de ser necessário continuar o caminho de inclusão e de respeito pela diferença alterando em vários domínios a atitude da sociedade. Como se pode verificar pela transcrição de um excerto da entrevista.

“A cidade é muito preocupada e proactiva para a inclusão, porem ainda temos um grande trabalho a fazer, na verdade, mas temos essa preocupação patente em todas as áreas. Em todas as áreas pensamos em todos os níveis de pessoas, focalizando-nos na inclusão” (Anexo 4.1, linhas 192-195).

A segunda categoria “trabalho político” diz respeito à informação produzida, que conforme a interlocutora, apresenta uma opinião muito esclarecida acerca do papel dos políticos na transformação das sociedades, assumindo uma perspectiva muito inclusiva refere:

“Adequar a realidade às necessidades o mundo que se tem de adaptar e não a pessoa que não tem essa possibilidade a fazê-lo” (Anexo 4.1, linhas (Anexo 211-213).

“As próprias famílias escondiam os seus deficientes durante décadas. Isto mudou radicalmente, mas ainda há um “olhar de lado” que é preciso dar normalidade e dar as mesmas oportunidades às pessoas, isso cabe aos políticos” (Anexo 4.1, linhas 209-211).

Uma conceção muito atual que segue a lógica de mudar aquilo que está à volta das pessoas para que possam participar e usufruir dos bens que existem e que devem estar à sua disposição, assumindo-se que a abordagem para essa mudança deve ser uma abordagem eminentemente política.

A terceira categoria, que se designou “ações concretas”, desdobra-se em duas subcategorias que servem de exemplo do que se entende por ações concretas, neste caso transversalidade e emprego. A exemplo do cidadão com necessidades especiais que se ouviu na mesma cidade que dizia que o que interessava, em última análise é que as pessoas tivessem acesso a tudo o que existia para todos, também a Vereadora dá ênfase a esta ideia quando diz que é através da inclusão das pessoas em situações concretas que se concretiza o conceito de inclusão, dando até o exemplo do trabalho feito com os grupos de teatro e os contratos de emprego feitos pelo município, conforme as passagens da entrevista que se transcrevem:

“Fazemos sempre um esforço para incluir como é por exemplo o caso dos grupos de teatro em que este ano lançamos esse desafio uns podem subir o pano, outros fazem costura, cada um faz o que estiver ao seu nível mas participa” (Anexo 4.1, linhas 197- 200).

“Na verdade ainda há um grande caminho a percorrer. Mas o que é preciso fazer é passar da teoria dos direitos à concretização dos mesmos como é o caso dos contratos de inserção e de emprego” (Anexo 4.1, linhas 218-220).

Em síntese, esta entrevista revelou uma interlocutora que tem bem presente qual a missão que as políticas públicas, nomeadamente as locais, podem e devem ter nos processos de mudança das cidades e das comunidades no sentido de se alcançarem os desígnios da inclusão social das pessoas com necessidades especiais.

Para além disso, foi muito significativo observar e constatar o grande envolvimento pessoal, poder-se-á dizer, mesmo, social e afetivo, que esta responsável política coloca na gestão destes processos, pela proximidade e pelo conhecimento detalhado que tem da realidade. É apresentado um entendimento muito clarividente do que se deve fazer na gestão das cidades, como deve ser feito e com quem, na resolução dos problemas e na mobilização de todos os agentes do território para que se possam promover as mudanças que ajudem a melhorar a vida das pessoas em geral.

O projeto político, explícito e implícito, assume com muito empenho a aposta nas pessoas, na sua qualificação, na sua formação e na resposta às suas necessidades, havendo um conjunto vasto de dispositivos que ajudam a concretizar esses objetivos. Dispositivos que se concretizam em programas, em projetos e mesmo em formas de gestão que corporizam esse grande objetivo na gestão da cidade.

Os projetos inclusivos, que foram possíveis de referenciar, demonstram bem a amplitude que se tem dado à construção da cidade inclusiva. As linhas políticas de orientação revelam um conjunto de princípios, de valores, de entendimento das competências municipais, das parcerias estabelecidas e do modelo de liderança utilizado, que são consentâneos com um processo de concretização coerente e alicerçado na realidade.

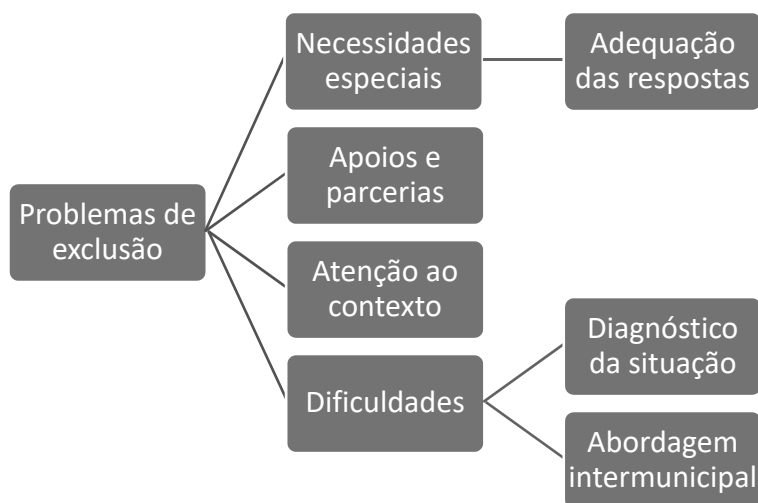
Ficou claro, ao longo da entrevista, qual deve ser o papel dos diferentes atores envolvidos, identificando-se as principais dificuldades sentidas. As formas

de participação dos destinatários em uso, são muito de tipo indireta, contudo são bem claras as expectativas de no futuro próximo se possa dar continuidade aos processos em curso, valorizando muito a inclusão como um processo dinâmico, implicando trabalho político que ajude a promover a mudança e uma visão pragmática de se conciliar um discurso com uma prática, que consubstancie a inclusão como uma forma de melhorar a qualidade de vida das pessoas e das comunidades em geral.

6.2.1.1.2 Cidade B entrevista à técnica municipal que acompanha estas áreas de trabalho.

O diagrama da figura 13 visa sintetizar a informação tratada acerca da percepção que a entrevistada apresentava acerca da atenção que o município, onde é técnica superior, tem dado às problemáticas da exclusão, nomeadamente das pessoas com necessidades especiais.

Figura 13 - Diagrama problemas de exclusão na cidade B



Do tratamento da informação, através da análise de conteúdo, emergiram quatro categorias: “necessidades especiais”, “apoios e parcerias”, “atenção ao contexto” e “dificuldades”. A técnica municipal entrevistada referiu a atenção particular que o município tem dado aos problemas relacionados com as pessoas com necessidades especiais, procurando desenvolver as respostas e as

medidas mais adequadas às necessidades do público-alvo. O suporte principal para levar a cabo esse desígnio tem sido, segundo as palavras da entrevistada, as parcerias com as instituições que estão no terreno: “Sempre em parceria com as instituições que trabalham no terreno que têm a experiência e sabem quais são as necessidades concretas desta população” (Anexo 4.2, linhas 10-12).

Por outro lado, é referido que também tem sido dada uma atenção particular não apenas aos indivíduos com necessidades especiais, mas também às suas famílias, dando uma particular atenção ao contexto próximo que circunda as pessoas.

No que se refere às principais dificuldades, a perceção expressa pela técnica municipal, vai no sentido de valorizar a ausência de um diagnóstico mais detalhado das necessidades, estando a desenvolver-se esforços para ultrapassar essa limitação em termos do município, bem como do conjunto dos municípios da área metropolitana:

“Situando-me mais no presente nós sentimos uma dificuldade muito grande no diagnóstico. Não sabemos por exemplo o número de pessoas com necessidades especiais existentes no concelho. Estamos a tentar avançar com um projeto que nos permita ir para o terreno com voluntários e formadores que nos permitam fazer este levantamento” (Anexo 4.2, linhas 25-29).

“Paralelamente a esta situação surgiu a Unidade Estratégica da Deficiência que na área metropolitana a partir do levantamento de todos os municípios que integram a área metropolitana, nós também fornecemos informação, facultamos os dados que nos foram solicitados” (Anexo 4.2, linhas 35-38).

O diagrama da figura 14 resume a informação tratada sobre a concretização das políticas da cidade através da operacionalização dos vários programas, projetos e ações.

Figura 14 - Diagrama concretização das políticas na cidade B

A pergunta pretendia fazer o levantamento dos projetos e ações que se desenvolvem na cidade para favorecer a inclusão social da população com necessidades especiais e que, por essa via, concretizem as políticas definidas com esse objetivo. Da análise de conteúdo resultaram quatro grandes categorias. A primeira e a segunda categoria que se designaram respetivamente, “globalização da intervenção” e “diversidade dos apoios”, abarcam a informação que demonstra que os projetos e ações levadas a cabo são em vários e diversos domínios, procurando, desse modo, abarcar ao máximo os aspetos que se relacionam com os vários aspetos que se relacionam com a inclusão social, nomeadamente apoios financeiros, ajudas técnicas, adaptações aos espaços físicos, etc. Constatou-se que são medidas globais para a população em geral e não se aplicam especificamente à população com necessidades especiais, significando uma tentativa de desenhar um programa de inclusão social abrangente e transversal.

A categoria “flexibilidade”, abarca a informação relativa à perceção expressa de que apesar de existirem regras nos programas definidos, os mesmos vão sendo ajustados conforme os novos problemas que vão surgindo e a que urge dar resposta. A categoria “gestão de oportunidades”, consagra a informação recolhida de que o município está particularmente atento às

oportunidades que surgem de modo a alargar a sua esfera de intervenção e os recursos disponíveis como refere a técnica entrevistada:

“Este trabalho tem vindo a desenvolver-se ao longo do tempo e sempre que surgem oportunidades procuramos alargar os recursos e criar melhores condições, como foi o caso da criação da sala de snoezelen que foi uma nova resposta implementada, ou o projeto de teleassistência” (Anexo 4.2, linhas 15-18).

O diagrama da figura 15 resume o tratamento da pergunta que procurava indagar como se coordenavam, na gestão interna dos vários serviços municipais, as medidas de políticas transversais.

Figura 15 - Diagrama organização e coordenação na cidade B



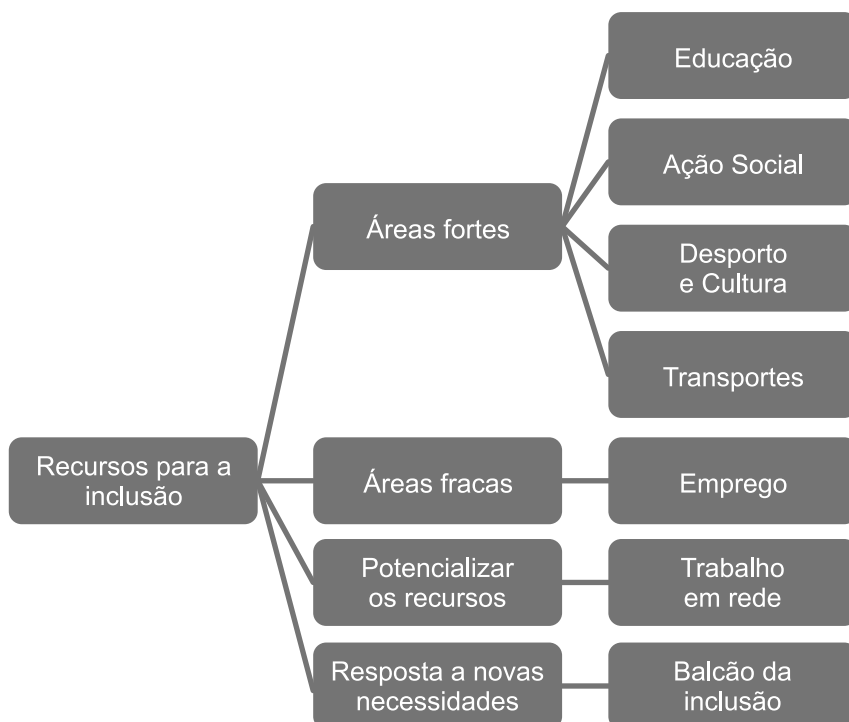
Do tratamento da informação resultaram três categorias que foram designadas de: “articulação dos serviços”, “trabalho cooperativo” e “liderança”. A primeira, diz respeito ao modelo de trabalho que se instituiu internamente e que implica um processo em que os diferentes serviços municipais se envolvem nos vários projetos em cursos, recolhendo os contributos e os conhecimentos específicos de cada um deles. A segunda categoria, demonstra que existe um trabalho cooperativo entre os vários intervenientes institucionais que vai desde o planeamento, ao acompanhamento e à divulgação interna da informação sobre os vários projetos em desenvolvimento.

Finalmente, a categoria “liderança”, que se desdobra em duas subcategorias aglutina a informação que dá ênfase aos processos de liderança que permitem que se desenvolvam os processos organizacionais necessários à implementação dos projetos e segundo a percepção da interlocutora de que a liderança tem uma dimensão vertical e horizontal:

“São os dirigentes, os vereadores, os técnicos, conforme o serviço de onde parte a atividade é que fica com a incumbência de envolver o resto da estrutura que coordena e que passa essa coordenação. Quando trabalhamos com as escolas, com quem trabalhamos muito, e com associações com respostas nesta área, muito embora seja uma ação de determinado serviço temos de envolver sempre os serviços da educação” (Anexo 4.2, linhas 74-79).

O diagrama da figura 16 reflete o tratamento da pergunta que versava sobre a percepção que a entrevistada apresenta acerca dos meios e dos recursos disponíveis na cidade para apoiar a inclusão social das pessoas com necessidades especiais.

Figura 16 - Diagrama recursos para a inclusão na cidade B



No tratamento desta pergunta emergiram quatro grandes categorias: “áreas fortes”, “áreas fracas”, “potencializar os recursos” e “respostas a novas necessidades”. Na categoria “áreas fortes” foram incluídas as áreas de trabalho, que na perceção da entrevistada, têm tido mais destaque na inclusão social das pessoas com necessidades especiais, estruturando-se a informação em quatro subcategorias “a educação” como primeira prioridade do município e a “ação social”, pelo conjunto vasto de apoios que existem na cidade pelo programa “ajuda +”, o desporto e a cultura que como refere a técnica:

“A questão do desporto e da cultura resultado do grupo de trabalho de que falámos aquilo que nós fizemos foi um plano de ação com ações vocacionadas para esta população e a inclusão está muito presente pois muitas são atividades em que eles se possam incluir” (Anexo 4.2, linhas 107-109).

“Ao nível do desporto ainda agora vamos aplicar um programa de natação, vamos dinamizar um encontro de boccia, e sessão de fisioterapia aberta” (Anexos 4.2, linhas 110-112).

“Os transportes” são também uma das subcategorias da categoria “áreas fortes”, pela boa cobertura dos transportes escolares e pelos transportes adaptados oferecidos pelo município.

Na categoria “áreas fracas” emerge a subcategoria emprego, por ser das áreas que necessitam de maior incremento, de modo a que a inclusão social possa ser mais ampla e mais plena embora, como é reconhecido, seja uma das áreas mais difíceis de incrementar.

A categoria “potencializar os recursos” e a subcategoria “trabalho em rede” dizem respeito a uma dos principais recursos identificados nesta cidade e que se relaciona com o fato de haver capacidade de potencializar os meios existentes, pela condição que existe de trabalho em rede dos diferentes parceiros institucionais.

Finalmente, a categoria “respostas a novas necessidades” significa que no tratamento da informação se verificou que existe capacidade para identificar

novos problemas e responder-lhes com novas soluções como é o caso da vontade e dos esforços em curso para implementar o balcão da inclusão, serviço de mediação entre o município e as pessoas com necessidades especiais.

O diagrama representado na figura 17, sintetiza a informação relativa à pergunta que tinha por objetivo fazer o levantamento da avaliação sobre os projetos em curso na cidade e sobre as expectativas de novas áreas a incrementar.

Figura 17 - Diagrama avaliação e expectativas na cidade B



Na categoria “processos sistémicos” expressa-se a percepção de que a avaliação deverá ser um processo sistémico e global que ajuda a monitorizar os processos. A categoria “experiências e necessidades” diz respeito a percepção de que sem uma avaliação adequada as experiências que se desenvolvem podem não ir de encontro às necessidades dos destinatários

A categoria “coletiva” refere-se à informação sobre os processos de avaliação, na linha das anteriores categorias, deve ser um processo que envolva os serviços, os parceiros e as pessoas com necessidades especiais;

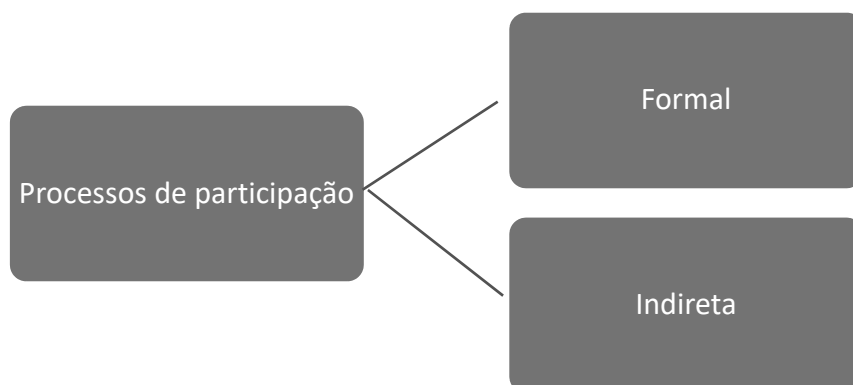
No que se refere à categoria, “reforço de meios”, a informação recolhida demonstra que existem, frequentemente, discrepâncias entre a vontade de realizar e os meios disponíveis para o fazer, bem expresso pela citação seguinte: “Muitas vezes temos muito boas intenções mas não temos os recursos financeiros que permitam levar a cabo essas ações” (Anexo 4.2 linhas 163-164).

Por fim a categoria “aprofundar o processo de inclusão”, que resulta da percepção expressa na entrevista de que é necessário maior envolvimento de toda a sociedade e da forte opção que se tem feito na gestão da cidade, conforme palavras da técnica municipal:

.” É necessário também um maior envolvimento da sociedade, de todos, pois ainda há o estigma e outros fatores que dependem de um envolvimento mais amplo da sociedade e das suas instituições para que se possam obter mais resultados” Anexo 4.2, linhas 192-195).

“Esta cidade, apesar disso, já se distingue do todo. O que sinto é que se tem apostado fortemente no sentido da inclusão, o município, as escolas no sentido de incluir no verdadeiro sentido da palavra” Anexo 4.2, linhas 198-200).

A entrevista incluía ainda uma pergunta sobre os processos de participação das pessoas com necessidades especiais e das associações que os representam de cujo tratamento resultaram duas categorias que se designaram por “formal” e “indireta”, conforme diagrama da figura 18. Quer dizer que os processos de participação utilizados são desenvolvidos por modelos mais formais, como é o exemplo dos questionários ou de forma mais indireta, ou seja, recolhendo as opiniões de técnicos ou outras pessoas que conhecem bem os problemas sentidos pelas pessoas com necessidades especiais conforme expresso no diagrama seguinte.

Figura 18 - Diagrama processos de participação na cidade B

Em síntese, esta entrevista foi muito rica em informação e no processo de recolha de informação. Foi fácil de compreender o grande envolvimento técnico e pessoal nos processos, bem como, um conhecimento aprofundado dos processos em curso da sua origem e dos seus desenvolvimentos, potencialidades e dificuldades.

A técnica superior do município, responsável por esta área de trabalho, apresentou uma visão otimista dos processos de inclusão em curso, valorizou o trabalho desenvolvido na cidade, a persecução que as políticas de inclusão têm tido, nomeadamente, a amplitude e a sua diversidade, a rede de parceiros que fazem parte da rede local e que se constituem como recursos determinantes para a ação. No que se refere à organização e coordenação, a informação recolhida, demonstra que existe uma forte liderança no topo da organização e nos vários níveis hierárquicos, para além de um processo articulado e cooperativo de trabalho interno. Os principais recursos para a inclusão são apresentados em áreas como os transportes, a ação social, o desporto e a cultura e a educação como áreas privilegiadas. O emprego é apresentado como das áreas mais fracas.

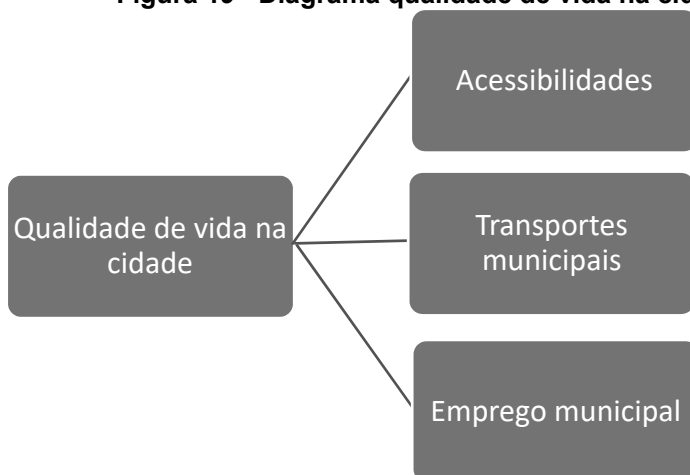
De salientar, a opinião expressa, que reconhece a capacidade de abrir novas frentes de trabalho como é o caso do balcão para a inclusão apresentado como um projeto emergente. Na dimensão, avaliação e expectativas, é de salientar a vontade de incluir nos processos de avaliação as pessoas com necessidades especiais e a necessidade de se alocarem mais meios para reforçar os recursos disponíveis na cidade. Nesta dimensão é expressa a ideia

de que a sociedade se deve envolver mais nos processos inclusivos, realçando, no entanto, a ideia de que a cidade se destaca já nesta área pelo trabalho desenvolvido. No que se refere à dimensão dos processos de participação verifica-se ainda um avanço relativo na plena participação dos interessados pois é reconhecido que o fazem de forma formal e pontual ou por interpostas pessoas.

6.2.1.1.3 Cidade B, entrevista à Senhora Presidente da Associação EM...

O diagrama que se apresenta na figura 19 relaciona-se com a dimensão da perceção que a interlocutora entrevistada apresentou acerca da qualidade de vida que as pessoas com necessidades especiais usufruem na cidade.

Figura 19 - Diagrama qualidade de vida na cidade B



A pergunta tinha como objetivo indagar sobre o nível de inclusão que a cidade oferecia e sobre as condições que possui para satisfazer a qualidade de vida das pessoas com necessidades especiais. Do tratamento da informação recolhida emergiram três categorias: “acessibilidade”, “transportes municipais” e “emprego municipal”. São domínios em que a perceção transmitida vai no sentido de serem áreas em que o município tem apostado a fim de diminuir as desvantagens das pessoas com necessidades especiais. No caso do emprego municipal, acrescenta a entrevistada, que é mesmo um exemplo que outras entidades poderiam seguir.

“Para as questões do emprego a rede local é fundamental para encontrarmos soluções A Câmara tem sido um parceiro fundamental pelo exemplo que tem dado na integração profissional nos seus próprios quadros de jovens adultos com necessidades especiais, tem sido um incentivo no seio da rede social” (Anexo 4.3, linhas 56-60).

No diagrama da figura 20 esquematiza-se a dimensão da avaliação que é feita às políticas locais que tem sido implementadas na gestão da cidade.

Figura 20 - Diagrama políticas locais na cidade B



No tratamento da informação emergiram um conjunto significativo de categorias, o que demonstra, de certo modo, a abrangência das preocupações do município em domínios como “a inclusão social” “a sociabilidade”, “o incremento da mudança”, “a organização multidisciplinar”, “o envolvimento da

comunidade” e os principais “eixos das políticas” que têm orientado a definição das políticas locais.

Detalhando um pouco mais, no que diz respeito “à inclusão social”, a opinião recolhida considera que o município tem desenvolvido um conjunto de ações que conseguiram colocar na agenda política às questões relacionadas com a inclusão:

“Neste momento até acho com a equipa que está aqui no município até julgo que esta cidade é muito inclusiva e era uma coisa que temos que dizer o que está bem e o que está mal, mas efetivamente temos tido constantemente atividade, são lançados acontecimentos para as associações e os jovens participarem em atividades” (Anexo 4.3, linhas 58-62).

No que se refere “à sociabilidade” a informação recolhida valoriza bastante todas as atividades que se desenvolvem na cidade e que têm permitido que os utentes da Associação, que dá apoio às pessoas com necessidades especiais graves e moderadas, as possam aproveitar, fomentando uma maior abertura da instituição à sociedade local, contribuindo, desse modo, para uma maior sensibilização e aproximação à problemática e às pessoas com incapacidades.

Quanto ao “incremento da mudança”, a que estão associadas duas subcategorias, “novos serviços” e “novas atividades”, a opinião recolhida indica que as mudanças que se têm vindo a implementar procuram criar novos serviços e novos recursos comunitários que se colocam ao dispor da população e novas atividades que têm contribuído para alargar o leque dos meios que se disponibilizam para as populações com necessidades especiais.

A amplitude das políticas que se implementam exige uma abordagem multidisciplinar no dizer da entrevistada:

“Existe um grupo de trabalho no âmbito de trabalho e têm trabalhado muito bem e este ano foram propostas atividades a que aderimos de modo a criar novas condições

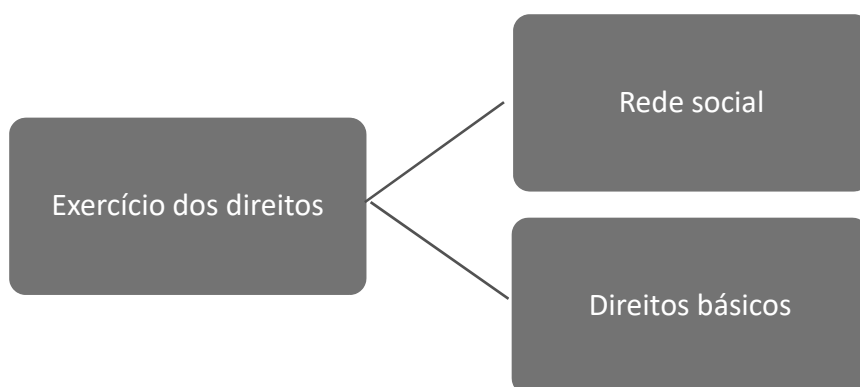
de participação na vida social da instituição também se abrir à comunidade” (Anexo 4.3, linhas 72-75).

As políticas locais levadas a cabo têm implicado uma sensibilização para as problemáticas relacionadas com a inclusão social e isso tem sido feito através do maior envolvimento da comunidade conforme a informação que foi recolhida e que se condensou nessa categoria.

Finalmente, a perceção expressa acerca da implementação de políticas locais nesta cidade, segundo a interlocutora, organizam-se à volta de grandes eixos de intervenção, como sejam: as áreas sociais e da educação, a mobilização dos recursos, e a inovação social. Para ilustrar essas subcategorias transcreve-se a passagem da entrevista mais significativa:

“Sem qualquer dúvida o município tem sido muito atento e tem ido para além das possibilidades valorizando tudo o que são as políticas sociais e da educação áreas onde o trabalho tem sido a todos os títulos muito meritório de grande proximidade e muito consequente porque tem sido possível mudar a vida das pessoas na habitação, no emprego, na acessibilidade, na mobilização dos recursos, a atenção aos novos problemas que nunca ficam para trás” (Anexo 4.3, linhas 104-109).

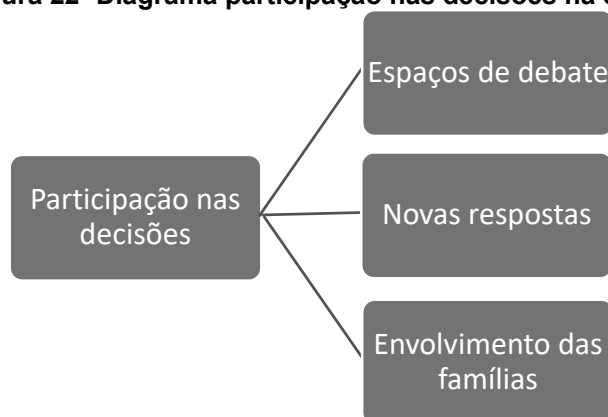
No diagrama da figura 21 foi esquematizada a informação recolhida acerca da opinião recolhida sobre o exercício dos direitos das pessoas com necessidades especiais.

Figura 21 - Diagrama exercício dos direitos na cidade B

A pergunta formulada procurava indagar sobre os direitos de participação nas decisões que são tomadas, por parte das pessoas com necessidades especiais, e o modo como esses direitos são contemplados na gestão da cidade.

Do tratamento da informação recolhida emergiram duas categorias. A primeira “a rede social”, pois é a instância em que as organizações locais expressam as suas opiniões e dão os seus contributos. A segunda “os direitos básicos”, quer dizer, na opinião da auscultada estamos ainda, muitas vezes, ao nível de garantir os direitos mais elementares, como sejam: a proteção, a assistência e as condições dos cuidados às necessidades básicas.

Para complementar essa informação existia uma dimensão mais específica, que versava mais diretamente as questões da participação nas decisões, cujo diagrama está representado na figura 22 e onde se pode verificar que a informação recolhida se organiza em três grandes categorias.

Figura 22- Diagrama participação nas decisões na cidade B

A categoria “espaços de debate”, inclui a informação transmitida de que a própria associação organiza com os seus utentes e suas famílias espaços de debate sobre temas e assuntos que são do interesse geral para os interessados. A categoria “novas respostas”, emergiu pelo fato de haver informação que indica que desses debates e desses encontros surgem propostas para novas ações ou novas atividades que vêm a ter lugar e que são consideradas como é por exemplo o caso da dança:

“Daqui surgiu a proposta de gostarem de ter dança nascendo aí o grupo de dança de modo a satisfazer esta vontade. Temos abertura para falar com os jovens e toda a direção e técnicos está aberta a falar com os jovens que frequentemente fazem as suas reivindicações” (Anexo 4.3, linhas 140-144).

Segundo a informação recolhida este trabalho procurava envolver também as famílias pelo que a última categoria foi designada de envolvimento das famílias

A última dimensão, trabalhada na entrevista, visava fazer um levantamento das expetativas face às mudanças que ainda seriam necessárias levar por diante. Conforme o último diagrama da figura 23 emergiram três grandes preocupações que se constituíram como categorias.

Figura 23 - Diagrama expectativas face à mudança na cidade B



A primeira a preocupação de se manterem as melhores condições de acessibilidade, criando locais de lazer adaptados:

“Olhe uma das coisas que seriam interessantes seria a criação de um parque com equipamento adaptado para as pessoas com necessidades especiais. Um espaço verde com equipamento para que as pessoas com limitações possam usufruir, como já vi no estrangeiro” (Anexo 4.3, linhas 156-159).

Em segundo lugar, manter os laços próximos com o município que permitam alavancar novos investimentos financeiros para que se constituam novas respostas locais conforme refere a entrevistada no excerto da entrevista inserto.

“Neste momento era de continuar o apoio financeiro à instituição para o lar residencial, pois é uma grande preocupação das famílias” (Anexo 4.3, linhas 159-161).

“Também temos de encontrar soluções para as férias dos nossos associados e o desafio era a criação de programas inclusivos para uma parte do mês de agosto, através da utilização dos equipamentos municipais onde se poderia desenvolver atividades comunitárias” (Anexo 4.3, linhas 161-165).

Em síntese, esta entrevista foi rica em produção de informação, pois a Presidente da associação local de apoio às pessoas com necessidades especiais pareceu conhecer muito bem a realidade local, o processo de desenvolvimento da cidade, os seus responsáveis políticos e os critérios de trabalho que utilizam. Demonstrou também ter uma ambição para o desenvolvimento da cidade, no sentido da inclusão, para além de concretizar, o que no seu entender, é o papel que a associação que dirige pode ter nesse processo de desenvolvimento.

A Presidente da associação no que se refere à qualidade de vida valorizou bastante o trabalho desenvolvido que favorece, hoje, a mobilidade das pessoas

com limitações, a importância da existência de transportes municipais para as pessoas com mobilidade reduzida e, ainda, o grande exemplo que o município tem dado no que se refere ao emprego.

Quanto ao desenvolvimento das políticas locais os aspetos valorizados foram amplos, desde o próprio processo de inclusão social, onde destaca o que na cidade se tem feito, a abertura da comunidade às pessoas com necessidades especiais, criando-se momentos e espaços de novas sociabilidades. O incremento que essas políticas têm dado à criação de novos serviços e de novos recursos, o modelo de trabalho local que suporta a implementação das políticas que se têm procurado alicerçar numa organização multidisciplinar de conhecimentos e de organizações; escolas, IPSS, associações, autarquias, etc. Ainda, nesta dimensão, a valorização que as políticas locais tem dado ao envolvimento de todos os atores, sobretudo através da organização de eventos que em torno de datas comemorativas chamam a atenção para os problemas. De salientar, ainda, na percepção da entrevistada, os grandes eixos que as políticas locais têm seguido; o social e a educação, a constante mobilização de recursos e a resposta a novos problemas pela inovação social.

Quanto à dimensão de exercício dos direitos e de participação social verificou-se, pela informação recolhida, que os níveis a que esses direitos são exercidos ainda se situam muito nas respostas a problemas concretos e não tanto pelo pleno exercício da cidadania, embora sejam aspetos valorizados e em que se deram já alguns passos.

Finalmente, quanto à dimensão das expectativas de mudança elas situam-se no alargamento do trabalho já desenvolvido, nomeadamente, nas acessibilidades, na criação de novos recursos e na utilização dos equipamentos da cidade para projetos específicos.

6.2.1.1.4 Cidade B entrevista a cidadão com necessidades especiais

O diagrama da figura 24 expressa esquematicamente a dimensão que se designou de qualidade de vida e que revela a percepção que o interlocutor entrevistado apresentou acerca da qualidade de vida que as pessoas com necessidades especiais usufruem na cidade.

Figura 24- Diagrama qualidade de vida na cidade B



No tratamento da informação desta pergunta vão emergir duas categorias, uma delas muito ligada aos “recursos do quotidiano” e outra, que reflete a “avaliação global” que é feita ao trabalho político que tem sido levado a cabo pelos gestores da cidade.

Na primeira categoria, que se designou “recursos do quotidiano”, foi aglutinada a informação relacionada com os recursos que facilitam a vida quotidiana das pessoas com necessidades especiais que utilizam a cidade, salientando o nosso interlocutor aspetos como: o modo como a cidade no seu todo responde às suas necessidades, as suas condições de trabalho e de

habitação também são adequadas e os transportes respondem na medida em que a sua mobilidade ainda permite alguma locomoção sem cadeira de rodas.

Pela importância das opiniões recolhidas dar-se-ão alguns exemplos do discurso direto:

“A cidade tem vindo a melhorar em alguns pontos, não é, em pontos mínimos que sejam há sempre uma ou outra coisa a melhorar. Penso que de uma maneira geral não tenho dificuldades de aceder aos espaços” (Anexo 4.4, linhas 7-10).

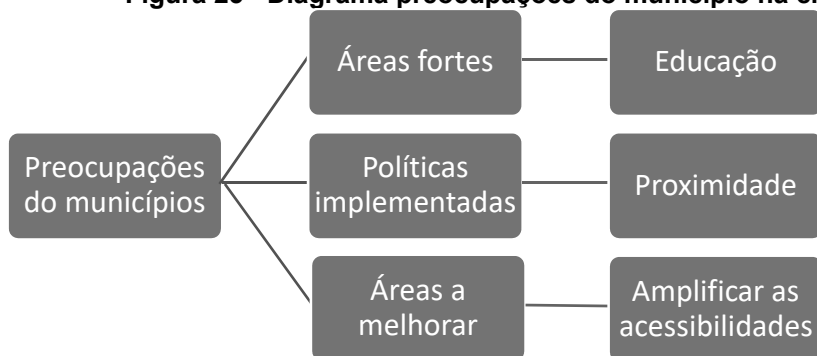
“A minha situação quanto ao trabalho por exemplo tem todas as condições para exercer as minhas funções sem qualquer problema de limitação” (Anexo 4.4, linhas 14-15)

Na segunda categoria inclui-se a avaliação realizada sobre o trabalho global desenvolvido pelos responsáveis no sentido de que todos possam ter igualdade de oportunidades, permitindo uma melhoria substancial da qualidade de vida de uma pessoa com limitações que circula pela cidade. Conforme refere o entrevistado:

“Agora, efetivamente o nosso dia-a-dia, relativamente há uns anos atrás, está mesmo muito bom. Muito diferente. Os nossos responsáveis, os nossos Presidentes trabalharam, efetivamente, nesse sentido de dar uma igualdade de oportunidade para todos na mobilidade, sem dúvida” (Anexo 4.4 linhas 36-40).

O diagrama da figura 25 reflete a informação recolhida sobre a dimensão que se designou de preocupações do município, ou seja, à perceção que o entrevistado tem sobre as políticas desenvolvidas e as ações que as concretizam.

Figura 25 - Diagrama preocupações do município na cidade B



Na análise da informação recolhida nesta pergunta foram construídas três categorias: “áreas fortes”, nesta categoria foram incluídas as áreas consideradas mais fortes, nas preocupações do município face às pessoas com necessidades especiais, sendo dado especial destaque, pelo interlocutor, à área da educação. “Políticas implementadas”, esta categoria refere-se ao modo como é percecionada a maneira como o município procura implementar políticas que vão de encontro aos problemas, sendo indicado pelo entrevistado que isso acontece pela grande proximidade com os problemas e com as populações, daí a subcategoria “proximidade”.

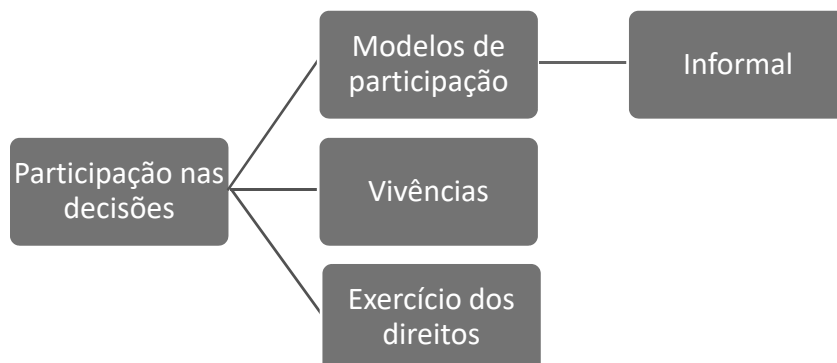
“Os municípios, também com a ajuda dos governos centrais são uma peça fundamental, pois o município acaba por estar mais próximo das pessoas e acompanhar o caso mais de perto. O município tem estado sempre ao lado das pessoas e sempre a tentar, por vários meios, combater as várias barreiras que vão existindo” (Anexo 4.4, linhas 56-60).

Ainda nesta dimensão, preocupações do município, emergiu a categoria “áreas a melhorar”, incluindo-se aqui a informação que expressa a perceção de que ainda está muito por fazer, sobretudo ao nível de outros agentes que também têm relação com a vida na cidade e que não estão ainda tão sensibilizados para o problema como é o caso do comércio, dos bancos, etc., daí a subcategoria amplificar a acessibilidade.

A dimensão participação nas decisões, figura 26, diz respeito a perceção que o entrevistado apresentou acerca do nível de participação que as pessoas

com necessidades especiais têm nas decisões que lhe dizem diretamente respeito.

Figura 26 - Diagrama participação nas decisões na cidade B



Do tratamento da informação foi possível construir três categorias de análise que se passam a descrever. “Modelos de participação”, foi incluída nesta categoria o modo como se operacionaliza a participação das pessoas nos processos, verificando-se, pela percepção expressa, que as coisas a este nível se passam de modo muito informal. “Vivências”, foi incluída nesta categoria a informação relativa à experiência e à vivência que o interlocutor teve no relacionamento com as autoridades locais. Refere-se a este propósito relatando o seu entendimento pessoal:

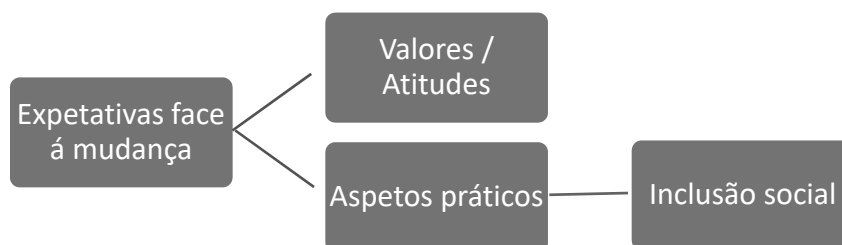
“Eu pessoalmente nunca me dirigi e expus a minha situação mas efetivamente não me parece haver algum problema em falar, aliás eu estar a trabalhar num local que foi totalmente preparado é exemplo da atenção particular” (Anexo 4.4, linhas 92-94).

Quanto à categoria “exercício dos direitos”, foi incluída aqui a informação relativa à avaliação que o interlocutor faz do modo como os seus direitos são ou não respeitados, referindo a esse propósito:

“Sem dúvida, mesmo, porque aqui estamos a ser respeitados como outra pessoa qualquer. Não tenho sentido grandes dificuldades por vezes noto que existem pessoas que dificuldade um bocadinho” (Anexo 4.4, linhas 100-102).

Dando seguimento ao guião, previamente definido, a última dimensão, trabalhada na entrevista visava fazer um levantamento das expectativas face às mudanças que ainda seriam necessárias levar por diante. Conforme o diagrama da figura 27 emergiram duas grandes preocupações que se constituíram como categorias; valores/attitudes e aspetos práticos.

Figura 27 - Diagrama expectativas face à mudança na cidade B



Tendo em conta que o interlocutor com quem se interagiu sente todos os dias os problemas e as limitações materiais e imateriais que as pessoas com necessidades experimentam nas suas vivências quotidianos, as duas categorias que emergiram do tratamento da informação recolhida dão relevo aos aspetos, menos físicos, das “attitudes e dos valores”, que se relacionam com a sociedade e as pessoas em geral que, segundo ele, devem adotar uma postura diferente face às pessoas com limitações ou incapacidades, ou seja, a opinião recolhida expressa o desejo de haver maior respeito pela diferença.

A categoria “aspetos práticos” e a subcategoria “inclusão social” incluem a opinião expressa de o que está em causa é que em todos os domínios as pessoas com necessidades especiais se possam sentir incluídas:

“Olhe devia ser obrigatório, de lei, as pessoas com necessidades especiais participarem em tudo, ou seja, para a incluirmos no nosso mercado de trabalho, na nossa sociedade, pois na maioria das situações as pessoas com estes problemas ficam logo ali de canto” (Anexo 4.4, linhas 126-129).

Em síntese, o entrevistado revelou uma visão muito pragmática e esclarecida do estado da inclusão social na sua cidade. É expressa uma percepção muito positiva do trabalho que está em curso e ficou bem claro que para se ir mais longe é necessário um envolvimento maior das pessoas em geral, da sociedade e de outras entidades públicas e privadas para além do município.

Este cidadão tem uma vida muito integrada, tem emprego, tem habitação própria adaptada. Revelou no decorrer da entrevista que tem consciência que noutros casos a realidade é por vezes distinta, sobretudo quando as limitações são mais graves. Tem uma percepção muito positiva das políticas locais levados por diante e do forte empenho político dos responsáveis pela gestão da cidade, sendo que valorizou as transformações efetuadas na cidade, as possibilidades criadas para que alguns dos cidadãos com necessidades especiais possam exercer uma profissão útil, bem como, as condições que se têm criado quanto à habitação e aos transportes.

Quanto às preocupações das políticas municipais valorizou mais as áreas da educação e as mudanças que aí tem ocorrido, o fato das políticas desenvolvidos serem alcançadas pela proximidade, do município e dos seus responsáveis, às pessoas e aos problemas e ainda a necessidade de que outras entidades se envolvam mais nas políticas locais, nomeadamente, ao nível das acessibilidades ao comércio e aos serviços.

No que se refere à dimensão, participação nas decisões, as respostas foram muito centradas na experiência pessoal, se bem que reconheça pelo conhecimento que tem que não havendo mecanismos formais criados, existem condições de colocar e ver resolvidos os problemas. Em termos do que está ainda por fazer as opiniões expressas vão no sentido de se incrementarem mudanças globais que possam alterar as atitudes e os valores face ao modo como a sociedade vê, ainda, as pessoas com necessidades especiais. Ficou ainda uma opinião muito pragmática, expressando o desejo, de que a inclusão social plena se alcançara quando essas pessoas possam ter acesso às coisas que já existem

6.2.1.2 Cidade X

6.2.1.2.1 Cidade X entrevista à Vereadora com o pelouro da ação social.

O diagrama que se apresenta na figura 28 esquematiza a informação que resultou do tratamento da informação relativa às ações e projetos que se estão a desenvolver na cidade centrados nas pessoas com necessidades especiais.

Figura 28 - Diagrama projetos inclusivos na cidade X



Quando, através da entrevista, se procedeu ao levantamento desta informação a mesma foi organizada à volta de sete categorias principais que refletem ao mesmo tempo o modo como se põe em prática as políticas de gestão da cidade para todos. “Acessibilidade” inclui-se nesta categoria os projetos que visam criar condições de circulação no espaço público, através da concretização faseada de um Plano de Acessibilidade que visa remover as barreiras arquitetónicas, inclui-se ainda as condições de mobilidade através de transporte municipal adaptado e os benefícios que a circulação nas zonas públicas têm para a sociabilização das pessoas com necessidades especiais. Refere a Vereadora acerca das acessibilidades:

“O essencial e desde logo ao nível do espaço público é fundamental criar condições para que todos possam, efetivamente, circular para poder fruir dos espaços. Para isso da parte do município criámos um Plano de Acessibilidades que visa remover as barreiras arquitetónicas e todos aqueles obstáculos que dificultam a vida das pessoas portadoras de determinadas características” (Anexo 4.5, linhas 14-19).

“Planeamento participado”, integra-se nesta categoria uma forma de planeamento arquitetónico do espaço público em que participam as pessoas com mobilidade reduzida. Sobre o planeamento participado refere a entrevistada:

“Uma visão diferente relativamente ao planeamento do desenho e planeamento [participado], mas também a consequência de realizamos ações que visam percorrer o espaço público por parte de diferentes pessoas na perspetiva de uma cadeira de rodas, a este nível temos resultados muito positivos, inclusive mobilizando novos presidentes de juntas e autarcas em reconhecer que através da experiência se percebe melhor a intervenção especial, por vezes alguns milímetros ou centímetros fazem toda a diferença para algumas pessoas que se deslocarem no espaço público” (Anexo 4.5, linhas 26-34).

“Cultura”, esta categoria refere-se aos vários projetos que incidem no acesso á cultura, incluindo a expressão cultural, através da dança inclusiva e

comunitária, através de uma programação dos equipamentos culturais que, por essa via, procuram sensibilizar para as temáticas da diferença e a opção política de criar várias formas de acesso à arte e à criatividade. Sobre o modo como se organiza a programação cultural é afirmado na entrevista:

”Estes eventos culturais como é o caso do teatro cine na sua programação contempla propostas que sensibilizam a questão da diferença, por exemplo o espetáculo da cantora careca realizada por um grupo de pessoas com necessidades especiais são epicentros de propostas que mostram de uma forma positiva o que as pessoas portadoras de deficiência são capazes de fazer e isso é muito importante na programação de novos equipamentos, os quais também estão direcionadas para crianças e jovens portadores de necessidades especiais” (Anexo 4.5, linhas 77-84).

“Educação”, esta categoria contempla a informação recolhida que demonstra a importância que é dada à educação como estratégia fundamental para abordar os projetos inclusivos que têm nas escolas um espaço privilegiado de aplicação, de salientar ainda a informação recolhida que demonstra o trabalho através de projetos inclusivos que se estão a iniciar nos serviços educativos dos vários equipamentos culturais da cidade. A Vereadora dá um exemplo do que se faz ao nível dos serviços educativos:

“Ao nível dos equipamentos culturais desenvolvemos um programa regular sentir-se especial cinema para crianças e famílias de crianças portadoras de necessidades especiais que envolve a biblioteca e o teatro, música, artes performativas de modo a envolver estas famílias no serviço educativo onde também participam famílias de crianças ditas normais” (Anexo 4.5, linhas 73-77).

“Sensibilização / Formação”, esta categoria contempla a referência a projetos do município que visam sensibilizar o corpo técnico da autarquia para os vários aspetos que se prendem com as particularidades do grupo populacional das pessoas com necessidades especiais. Transcreve-se uma

passagem da entrevista que ilustra o pensamento expresso sobre a importância que é dada à sensibilização e a formação:

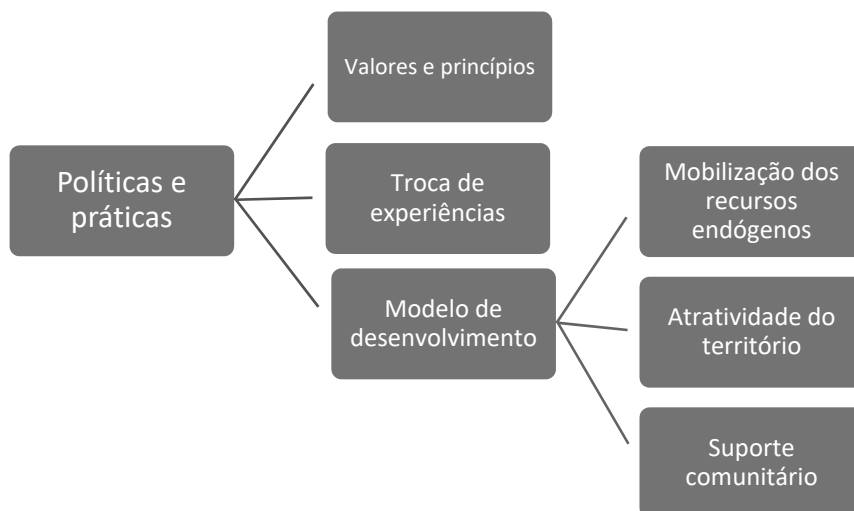
“Em paralelo é feita uma sensibilização para os técnicos do município para que quando apresentam propostas conseguiram olhar na perspectiva dessas pessoas e não apenas com o olhar das pessoas ditas normais, articulamos com a área de serviço social e também com entidades privadas” (Anexo 4.5, linhas 21-24).

A categoria “Serviços específicos”, contempla a alusão a projetos inclusivos inovadores que possibilitaram a instalação de novas respostas específicas dirigidas para a população com necessidades especiais ao nível da informação, como sejam: o balcão para a inclusão e ao nível da deficiência visual um gabinete de apoio e trabalho com este grupo específico de cidadãos. Sobre a criação de serviços específicos, no caso o gabinete da deficiência visual, na cidade, transcreve-se um excerto da entrevista ilustrativo do trabalho levado a cabo.

“Paralelamente temos vindo a desenvolver a criação de estruturas específicas e direcionadas para pessoas que têm problemas físicos, outro exemplo é o gabinete de apoio criado a partir de um trabalho de diagnóstico participativo para conhecer a realidade do cidadão invisual ou com baixa visão. Criamos uma plataforma com pessoas com estas características e que colaboram neste processo, assim como, estabelecemos um protocolo com a ACAPO” (Anexo 4.5, linhas 38-44).

A informação sobre “Parcerias locais” organiza-se de modo que faz menção ao suporte que é dado aos vários projetos em curso pelas organizações locais e nacionais de apoio às pessoas com necessidades especiais, nomeadamente ao nível da cultura. As parcerias tem sido desenvolvidas com instituições locais e com instituições de abrangência nacional.

O diagrama da figura 29 reflete o tratamento da informação relativa às políticas e às práticas de governança que têm sido seguidas pelo município.

Figura 29 - Diagrama políticas e práticas na cidade X

O tratamento da informação recolhida resultou na estruturação de três categorias que se passam a explicar. “Valores e princípios”, onde se incluiu a informação que revela que a prática política e a definição de políticas locais procuram respeitar e acolher as pessoas, cumprem princípios éticos que privilegiam a igualdade de oportunidades e a equidade para todos. “Troca experiências”, as políticas implementadas procuram, segundo a informação contida nesta categoria, ganhar massa crítica com outras experiências de outros países, nomeadamente com o Brasil.

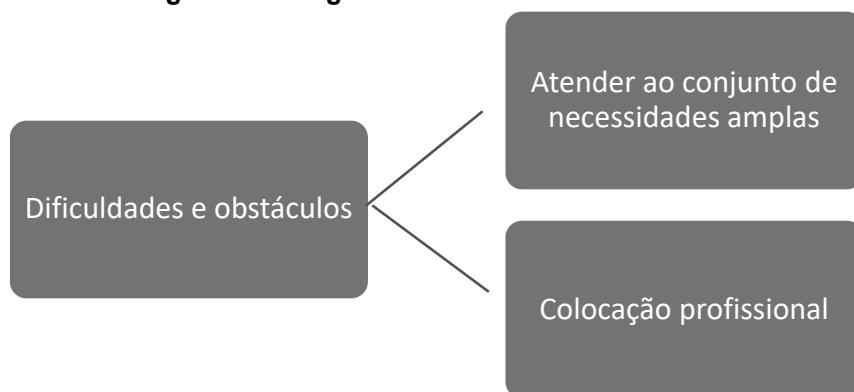
A terceira categoria, que se designou “modelo de desenvolvimento”, diz respeito à percepção expressa de que o que está em causa nas políticas adotadas, é a concretização de um modelo de desenvolvimento local que procura, por todos os meios, mobilizar os recursos endógenos, nomeadamente das organizações sociais, ao mesmo tempo que sendo um território mais aberto à diferença pode ser também mais atrativo para a captação de investimentos e de atividades, como é o caso do turismo adaptado. Finalmente, a ideia expressa de que se está perante um projeto de desenvolvimento que se alicerça muito na comunidade e nos projetos sócio educativos integrados.

Pela relevância, transcreve-se passagem da entrevista que reflete a percepção do que deve ser o desenvolvimento local que mobilize os recursos endógenos e que seja acompanhado por outros níveis do estado.

“Ao nível do município temos vindo a fazer um esforço social muito grande, somos muitos ricos no terceiro setor e também assumimos a responsabilidade social, no sentido de integrar pessoas com estas características a nível das empresas, neste domínio achamos que temos que investir num programa com empresas e há um grande caminho a percorrer, a assumir pelo município, pelas empresas e pelo estado central” (Anexo, 4.5, linhas 127-132).

O diagrama da figura 30 reflete esquematicamente a informação tratada acerca do tema dificuldades e obstáculos sentidos pela administração local na persecução das suas políticas de inclusão.

Figura 30 - Diagrama dificuldades e obstáculos na cidade X



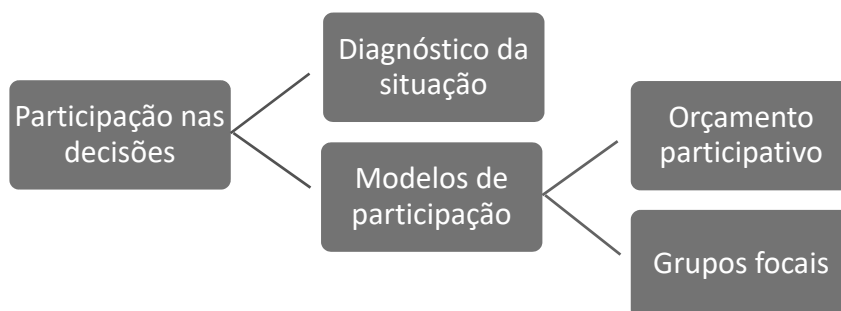
Da análise realizada, acerca das opiniões expressas sobre esta tema, foi possível salientar duas principais categorias que refletem duas ideias fortes. Por um lado, a dificuldade sentida pelo fato de ser necessário atender a um conjunto de necessidades muito amplas e que decorrem dos vários aspetos que ligam a cidade à vida das pessoas com necessidades especiais e por outro lado, a percepção que a Vereadora manifestou, em vários momentos da entrevista, aliás, referindo que a colocação profissional e o emprego são aspetos determinantes

para a inclusão, fazendo até um paralelismo com a importância que nas idades mais baixas tem a escola como agente da inclusão:

“Julgo que há um grande caminho a percorrer na área da integração profissional (...) mas este trabalho tem de ser realizado paulatinamente, construir ao nível dos serviços ativos, por exemplo do terceiro setor” (Anexo 4.5 linhas 205 e 215-216).

Outras das dimensões da entrevista e dos seus objetivos visava conhecer os modelos de governança, diagrama da figura 31, ou seja, de que modo as pessoas com necessidades educativas especiais participavam nas decisões que se tomam sobre os aspetos que lhe dizem respeito como cidadãos.

Figura 31 - Diagrama participação nas decisões na cidade X



No tratamento da informação foi possível compreender que para a responsável política por esta área de trabalho havia dois aspetos fundamentais, que se estruturam como duas categorias, o “diagnóstico da situação” e “os modelos de participação”. A preocupação, relativa à primeira categoria, implica que se saiba onde estão as pessoas, quais são as suas necessidades e o que se poderá fazer para as satisfazer, conforme refere a Vereadora.

“Quando da elaboração dos nossos instrumentos de diagnóstico conhecermos melhor as pessoas portadoras de deficiência e famílias com crianças e jovens portadoras de deficiência” (Anexo 4.5, linhas 151-152).

Sobre a categoria “modelos de participação”, emergiram duas subcategorias mais explicativas, o modelo instituído das opções participativas que tem criado espaços de intervenção e acolhimento de projetos propostos pelas pessoas que sentem os problemas, incluindo aqui as pessoas com necessidades especiais que têm estado ligadas ao gabinete da deficiência visual e a criação de grupos focais, no âmbito do conselho local de ação social, que tem contado com a participação das famílias e da associação local de apoio às pessoas com necessidades especiais.

A última dimensão tratada na entrevista, estava relacionada com o levantamento das expectativas acerca do que são as áreas prioritárias que devem ser levadas em conta no prosseguimento do processo de inclusão conforme figura 32.

Figura 32- Diagrama expectativas face à mudança na cidade X



No tratamento da informação recolhida sobre esta dimensão organizaram-se cinco categorias, correspondentes a cinco áreas de trabalho, consideradas prioritárias no prosseguimento do tratamento dos resultados.

A primeira categoria “educação e formação” desdobra-se em duas subcategorias que detalham mais a informação a “cidade educadora” e a importância da “aprendizagem ao longo da vida”:

“Uma cidade não pode ser uma cidade educadora efetivamente se não tiver uma matriz de princípios de inclusão na sociedade/comunidade que integre a diferença” (Anexo 4.5, linhas 231-233).

“Os grandes desafios que existem remetem para a aprendizagem ao longo da vida dos cidadãos portadores de deficiência especial, têm que ter um curso de aprendizagem de vida, mas também isto é que é um desafio, pois não é só sair da escola e depois fazemos a integração profissional” (Anexo 4.5, linhas 264-267).

Conforme a entrevistada a sua perceção vai no sentido de uma forte ligação da cidade educadora às cidades inclusivas e a necessidade de, em cada ciclo de vida, se encontrarem os suportes para uma vida o mais independente possível.

A segunda categoria “internacionalização” emergiu no tratamento da informação, reflete a perceção da necessidade de se internacionalizarem as experiências e os modelos de intervenção, devendo os municípios integrarem-se nas várias redes internacionais que favoreçam esses processos de partilha e cooperação.

A terceira categoria “acessibilidade universal” respeito à informação produzida que dá ênfase aos aspetos da acessibilidade como uma área de base, que favorece a inclusão nas cidades. Diz a Vereadora: “Se não estão a circular no espaço público [as pessoas com necessidades especiais] então significa que algo está errado e não estamos a criar condições universais para todos” (Anexo 4.5, linhas 36-38).

Retomando um tema já abordado, no início da entrevista, emerge a quarta categoria do “emprego e da transição para a vida ativa”, como sendo também uma das áreas estruturais nos processos de inclusão pelas várias implicações positivas como meio de suporte de vida, quer em termos financeiros, sociais e de integração social, sendo que a entrevistada dá mesmo o exemplo do empenho do município neste domínio.

“A própria Câmara integra pessoas com necessidades especiais, portanto tudo isto se faz como se faz numa sociedade mais inclusiva educadora” (Anexo 4.5, linhas 273-275).

Finalmente, a quinta categoria, “atenção a novas necessidades”, é demonstrativa de que a inclusão, para esta interlocutora muito implicada nos processo de construção da cidade, é um processo permanente e constante que está em permanente dinâmica, implicando a capacidade de levar os problemas e encontrar as melhor soluções a implementar para gradualmente e em vários domínios ir alterando a realidade:

“Tenho consciência do caminho a percorrer. Por exemplo este fim-de-semana nas praias acessíveis introduzimos uma aplicação inovadora para os daltónicos, a aplicação do código ColorADD” (Anexo 4,5, linhas 249-252).

Em síntese, esta entrevista foi muito relevante pelo testemunho dado por um responsável político com um discurso bastante coerente e alicerçado na atualidade dos problemas, com uma visão complexa e de médio e longo prazo dos problemas, colocando no centro do discurso a importância das opções políticas que se tomam como sendo a alavanca principal das transformações que são necessárias levar por diante. Percebeu-se, ainda, no fio condutor da entrevista, que apesar de uma grande convicção pessoal e do grande empenho político, as opções tomadas, as políticas definidas não eram um desígnio de uma

pessoa mas o desenvolvimento de um projeto político assumido com a comunidade.

Logo na primeira dimensão, do levantamento dos projetos inclusivos, constata-se da amplitude e da diversidade dos projetos em curso, pelos novos recursos criados, pelas soluções inovadoras que se foram estruturando na procura de levar tão longe quanto possível a construção da cidade inclusiva. Na mesma continuidade, quando se indaga sobre as políticas e as práticas que lhes dão sustentabilidade, fica claro que o que está em causa é uma opção de desenvolvimento local que procura incorporar a diferença como um valor, como uma mais-valia que se norteia por um conjunto de princípios que procuram através das trocas de experiências com outras realidades alicerçar e fundamentar as práticas.

Na dimensão do levantamento de necessidades e principais obstáculos, ficou claro na entrevista que existe consciência da realidade e ambição de se poder tocar nos diferentes domínios que podem contribuir para a construção de uma cidade para todos. Compreendeu-se que existem limitações de meios materiais, mas também capacidade de se fazerem opções, para além de uma forte vontade de trabalhar em domínios que são determinantes mas difíceis como é o caso da colocação profissional e do emprego.

No que se refere à participação nas decisões ficou patente que se começou um caminho, mas que neste domínio necessita de ser reforçado, através de um melhor conhecimento da realidade das pessoas com necessidades especiais que vivem no concelho e de um aperfeiçoamento dos modelos de participação já instituídos.

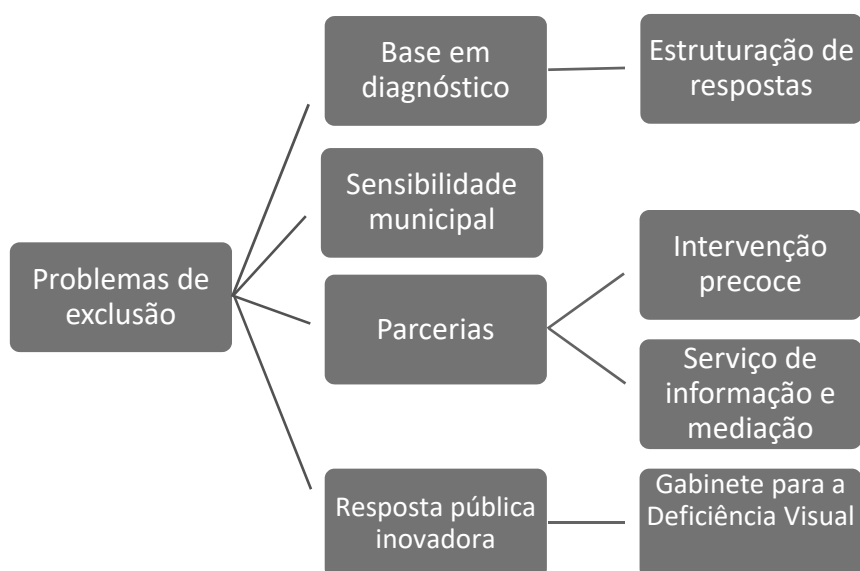
Quanto ao futuro e à dimensão das expectativas de mudança, é muito óbvia a ligação que é feita entre a cidade educadora e a construção da cidade inclusiva, sendo a educação considerada um instrumento privilegiado para se progredir nos processos encetados. A internacionalização, mais uma vez, como forma de através das redes internacionais procurar as boas práticas e a cooperação com outras cidades. Outros três domínios foram considerados importantes no futuro próximo como áreas de trabalho prioritárias: a acessibilidade na cidade, na sua dimensão mais universal, a procura de soluções

para o emprego, pelo suporte que isso pode significar para a qualidade de vida das pessoas e uma constante atenção a novos problemas e a novas soluções, revelando esta responsável política a noção de que estamos perante um processo dinâmico e não um produto acabado.

6.2.1.2.2 Cidade X entrevista à técnica municipal que acompanha estas áreas de trabalho.

Seguindo o plano que estava traçado foi entrevistada a técnica superior do município que acompanha mais de perto estas áreas de trabalho relacionadas com as pessoas com necessidades especiais. O diagrama que se apresenta, figura 33, resume o tratamento da informação relacionada com a dimensão dos problemas de inclusão e mais especificamente a perceção que a entrevistada tem acerca da atenção que o município tem prestado aos problemas da exclusão em particular das pessoas com necessidades especiais.

Figura 33 - Diagrama problemas de exclusão na cidade X



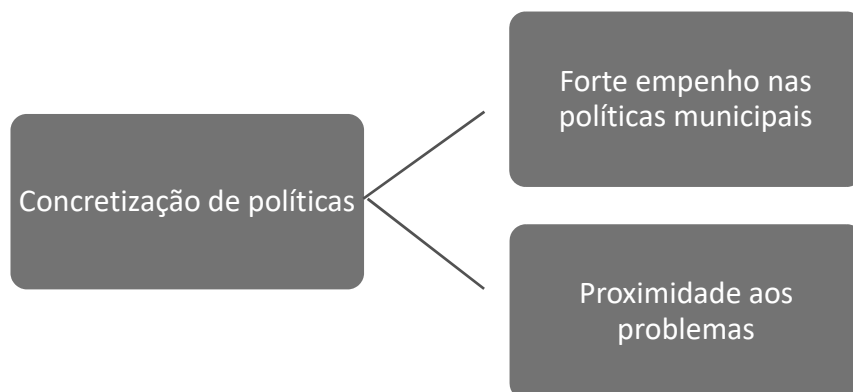
Do tratamento da informação resultaram quatro categorias. A primeira, “base em diagnóstico” aglutina a informação acerca da percepção expressa pela entrevistada de que existe conhecimento dos problemas de exclusão a que ainda não foi possível dar as devidas respostas. A segunda categoria “sensibilidade municipal” reúne a informação que demonstra a sensibilidade que o município tem demonstrado para com os problemas da exclusão:

“O município tem sido sensível a esta temática é parceiro de várias entidades que respondem a estes problemas, como tem tido uma abertura relativamente a estas questões” (Anexo 4.6, linhas 9-11).

A terceira categoria que se denominou de “parcerias”, relaciona-se com a percepção de que, através do estabelecimento de parcerias, o município tem procurado colmatar várias aspetos no sentido da inclusão social, nomeadamente, ao nível da intervenção educativa precoce e da criação do serviço de atendimento e mediação. A quarta categoria, “resposta pública inovadora” expressa a informação que demonstra que na cidade estudada tem sido possível estruturar respostas inovadoras socialmente, de modo a contribuir para a inclusão das pessoas com necessidades especiais, nomeadamente em termos da deficiência visual, criando um gabinete específico para o efeito, conforme referiu a técnica entrevistada:

“Relativamente à deficiência visual foi criado um gabinete de apoio e que partiu de um professor que trabalhava diretamente esta área numa das escolas de referência desta área e que lançou o desafio de conhecermos a população cega e de baixa visão a qual respondemos com um diagnóstico em que se envolveu também a saúde” (Anexo 4.6, linhas 12-16).

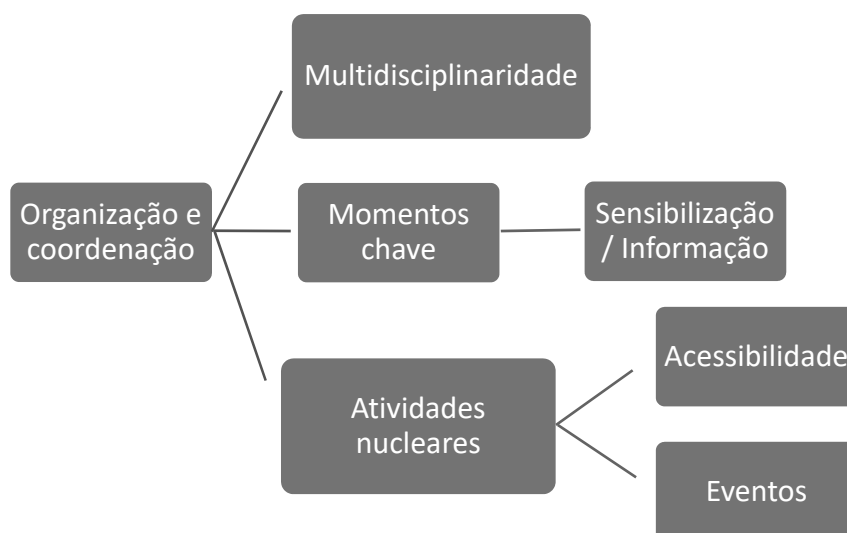
Outro dos objetivos da entrevista era indagar acerca do modo como se concretizam as políticas locais, conforme o diagrama da figura 34 que esquematiza essa dimensão.

Figura 34 - Diagrama concretização de políticas na cidade X

Verifica-se, depois de se proceder ao respetivo tratamento das opiniões, que a concretização das políticas se faz por um forte empenho na concretização de um projeto político que aposta na inclusão e se concretiza também pela proximidade que os decisores políticos têm face aos problemas, mesmo no dizer da técnica municipal que reconhece isto:

“Os cidadãos fazem-nos chegar as suas necessidades, os técnicos fazem chegar aos decisores e os decisores, levam em conta, e aprovam aquilo que é proposto” (Anexo 4.6, linhas 46-48).

Quanto à dimensão organização e coordenação, conforme figura 35, visava conhecer os processos organizacionais utilizados para coordenar os diferentes serviços do município na concretização das políticas definidas e dos projetos operacionais que lhes davam seguimento.

Figura 35 - Diagrama organização e coordenação na cidade X

No tratamento da informação emergiram três categorias que são representativas das opiniões expressas pela entrevistada. Em primeiro lugar, a opinião expressa de que na organização e coordenação dos serviços envolvidos existe uma preocupação de constituir equipas multidisciplinares, que sejam representativas das principais áreas funcionais, e que possam contribuir, por essa via, para um conhecimento mais diversificado e abrangente. Por outro lado, a ideia expressa de que o fato de existirem eventos e acontecimentos públicos facilita a organização dos diferentes serviços que, desse modo, funcionam como momentos chave e simultaneamente funcionam como ações de sensibilização e de informação aos técnicos municipais como teve ocasião de explicar a entrevistada.

“Tentámos nestas ações mais transversais ou generalistas sensibilizar os técnicos para as questões da arquitetura da estética, pois às vezes está muito bonito mas tem que se conciliar com uma boa prática” (Anexo4.6, linhas 66-68).

Quanto à categoria “atividades nucleares”, reúne a informação que aponta para se alcançar uma maior coesão interna dos serviços e dos técnicos, partindo da organização de atividades consideradas nucleares e que segundo os

exemplos dados servem para marcar momentos mais significativos á volta de temas como a acessibilidade ou eventos como sejam os dias internacionais:

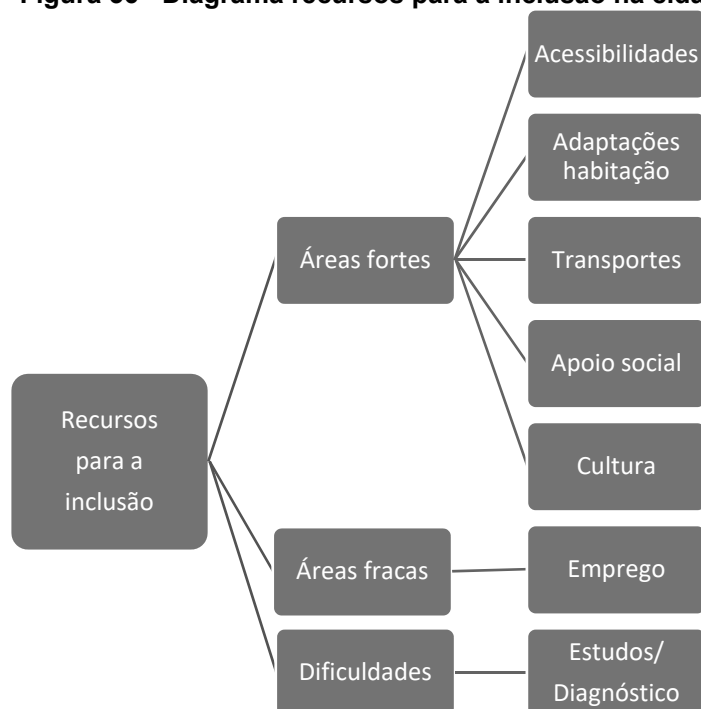
“O que temos tentado é o desenho e a acessibilidade para todos. Se fizermos para todos não precisamos de o fazer especificamente para cada um. Rebaixamentos dos passeios e a identificação das passadeiras que é um projeto a ser desenvolvido e que cruza muito com a pró atividade da cidadania das pessoas que temos trabalhado muito essa questão” (Anexo 4.6, linhas 67-73).

“No Dia Internacional da Deficiência, com a associação AP.. e com utentes do gabinete de apoio à deficiência visual “(Anexo 4.6, linhas 57-58).

O diagrama da figura 36 diz respeito ao objetivo de fazer um levantamento dos principais recursos da cidade que podem favorecer a inclusão das pessoas com necessidades especiais.

Como se pode verificar, essa informação organizou-se em torno de três grandes categorias. “Áreas fortes”, são as áreas, que segundo a técnica superior entrevistada, têm mais peso nos processos inclusivos, como sejam: a acessibilidade no espaço público e nos edifícios, as adaptações nas habitações que é uma forma de apoio prestada pelo município, os transportes municipais que são um recurso colocado à disposição das pessoas com mobilidade reduzida. O apoio social, que consta de vários apoios financeiros atribuídos e a cultura onde se tem procurado criar condições de acesso para todos como refere a técnica entrevistada:

“O nosso trabalho incide não em criar coisas novas mas no fundo as pessoas com necessidades especiais poderem participar, por exemplo no nosso teatro Cine disponibilizamos bilhetes, transportes, para alguns dos eventos nos nossos espaços” (Anexo 4.6, linhas 107-110).

Figura 36 - Diagrama recursos para a inclusão na cidade X

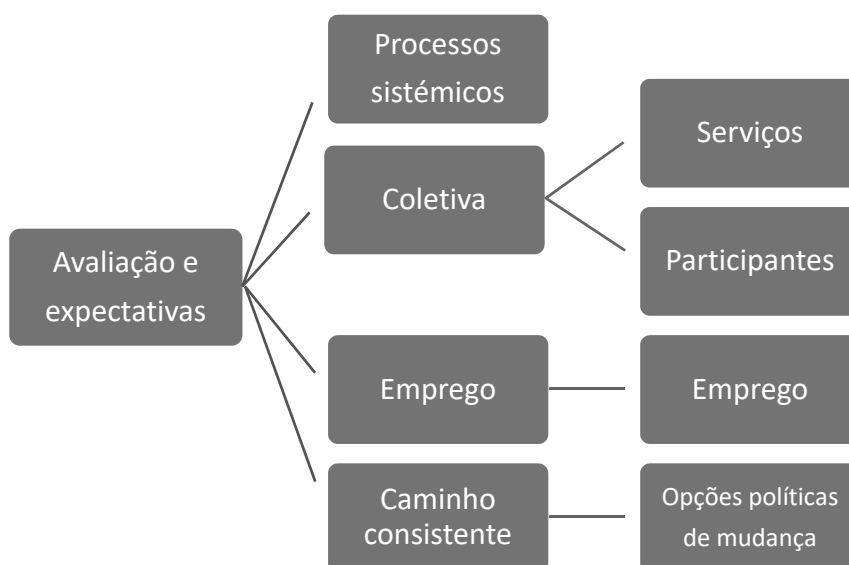
A categoria “áreas fracas” arruma a informação recolhida que dá ênfase ao fato de as áreas do emprego, apesar do município procurar dar o exemplo, sendo um empregador de pessoas com necessidades especiais, são ainda áreas que no entender da entrevistada são difíceis de implementar, pelo quadro geral da sociedade e pelas particularidades desta população:

“Em termos gerais a conjuntura não ajuda em nada. A percentagem de desempregados aumentou muito e claro estas populações mais fragilizadas mais difícil se torna, o município está a tentar com algumas empresas respostas ao nível do centro de emprego” (Anexo 4.6, linhas 117-120).

Finalmente, a categoria “dificuldades”, mais especificamente detalhada pela subcategoria “estudos/diagnóstico”, pois a interlocutora colocou a tónica no fato de no concelho não haver ainda um levantamento rigoroso e efetivo desta problemática o que pode dificultar uma intervenção mais direcionada.

No diagrama da figura 37 é esquematizada a informação em termos de categorias e subcategorias relativa a avaliação que é produzida sobre aquilo que se tem feito e as expetativas quanto ao futuro.

Figura 37 - Diagrama avaliação e expectativas na cidade X

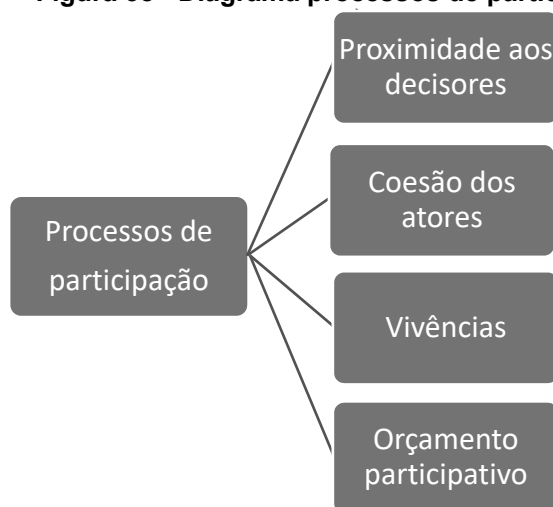


Nesta conformidade, a avaliação que é feita segue um modelo sistémico em que os próprios participantes se envolvem e a partir daí são produzidos *inputs* para outras atividades. É um processo coletivo na medida em que intervêm os próprios serviços municipais e os destinatários, fazendo um balanço global a, técnica entrevistada, enfatiza que é necessário ser mais consistente em novas respostas, nomeadamente na área do emprego, sendo que as expetativas vão no sentido de ser possível continuar um caminho consistente, pois as opções políticas vão no sentido de se promover essa mudança:

“O mais importante que tem tornado isso uma caminho consistente é a vontade política. Se não existisse essa disponibilidade essa vontade em apoiar o que se propõe não conseguíamos. É a vontade política e os técnicos com muita vontade de propor a mudança” (Anexo4.6, linhas 163-167).

Como nas anteriores entrevistas procurou-se sempre, com os diferentes interlocutores, compreender qual é o nível de participação das pessoas com necessidades especiais nos processos de decisão, indagando, desse modo, quais as práticas de governança em uso. Daí a dimensão do diagrama da figura 38 onde se arrumou a informação que nesta entrevista foi recolhida sobre esse domínio importante das políticas seguidas.

Figura 38 - Diagrama processos de participação na cidade X



A informação que houve oportunidade de recolher e tratar organizou-se à volta de quatro categorias. “Proximidade aos decisores”, esta categoria comporta a informação que demonstra que a organização de novas respostas municipais, como sejam: os gabinetes de atendimento e da deficiência visual, criaram maior aproximação entre os decisores políticos, os serviços municipais e as pessoas com necessidades especiais. “Coesão dos atores” esta categoria aglutina a informação que demonstra que o desenvolvimento de um conjunto de projetos e de atividades tem possibilitado uma coesão entre todos os atores envolvidos, decisores, técnicos e população com necessidades especiais:

“Nós ao longo do desenvolvimento do nosso trabalho temos caminhado para uma aproximação entre todos: os técnicos, os decisores, e os cidadãos acima de tudo. Esta participação ativa dos cidadãos com necessidades especiais tem sido não só a mais-valia que os políticos dão às necessidades destas pessoas, porque é diferente o

técnico expor do que eles próprios ouvirem isso diretamente dos interessados (Anexo 4.6. linhas 176-181).

A categoria “vivências”, reúne a informação que demonstra que o fato de as pessoas que decidem, passarem por vivências semelhantes às pessoas com necessidades especiais, torna as decisões mais sensíveis aos problemas sentidos nas vivências do quotidiano:

“Colocámos estes técnicos e decisores também, vereadores, com bengalas brancas, com cadeiras de rodas, canadianas a andar pela cidade num percurso definido para eles perceberem as dificuldades que a população tem nesta área. Fomos ver também algumas das soluções já realizadas [acompanhados por pessoas com necessidades especiais] e muitas delas por falta do pormenor continuam a ter ainda algumas dificuldades” (Anexos 4.6, linhas 59-63).

Finalmente, a categoria “orçamento participativo”, que reúne a informação que expressa a perceção de que o orçamento participativo tem sido um instrumento de discussão e de sensibilização de todos para os problemas que as cidades colocam às pessoas com necessidades especiais e nessa medida tem sido uma ajuda para reunir recursos para minorar esses mesmos problemas. Estão em marchas processos na cidade que derivaram precisamente da concretização do envolvimento das pessoas com necessidades especiais nos processos de discussão e elegibilidade dos projetos.

Em síntese, esta entrevistada revelou uma interlocutora muito identificada com os processos em curso e muito entrosada com o trabalho desenvolvido, pois trabalha nesta área desde o início em que o município decidiu investir mais na construção de uma cidade para todos. Verificou-se ser uma entrevista muito interessante, pois consegue demonstrar como é que se tem posto em prática e no terreno um conjunto de orientações políticas muito claras e muito assumidas no projeto de desenvolvimento da cidade, havendo indicadores de um grande entrosamento entre a componente técnica e a componente política nos processos em curso.

Sobre os temas abordados e as opiniões recolhidas foi possível concluir que no que se relaciona com os problemas de exclusão é reconhecido que se começou a estruturar as primeiras respostas depois de um diagnóstico efetuado no âmbito do conselho local de ação social, existindo uma sensibilidade política e técnica por parte dos gestores das políticas públicas locais que se tem desenvolvido num processo de parceria, aproveitando os recursos disponíveis em termos locais e nacionais para pôr em prática na cidade respostas públicas inovadoras.

Pela opinião recolhida verifica-se que a concretização das políticas inclusivas se tem levado a cabo, por via de um forte empenho por parte dos gestores municipais, conseguindo-se uma grande proximidade dos decisores aos cidadãos que colocam os problemas.

A organização e a coordenação das ações e atividades tem sido conseguida pela convergência das várias áreas funcionais do município e pela diversidade de conhecimentos mobilizados, num trabalho multidisciplinar e multisectorial, que se consolida sobretudo pelos momentos chave que se realizam com os técnicos das diferentes áreas de trabalho que, desse modo, estão mais informados e mais sensibilizados para as questões que estão subjacentes a esta problemática. O mesmo acontece quando se organizam atividades próprias do Plano de Acessibilidades e dos eventos que assinalam dias simbólicos em que se tem procurado sensibilizar o corpo técnico e mesmo os políticos.

Quanto a perceção recolhida acerca dos principais recursos para a inclusão as áreas consideradas mais investidas são: a acessibilidade, a adaptação das habitações, os transportes, o apoio social e a cultura onde existem vários programas e projetos em curso. Como áreas mais difíceis foi indicada a área do emprego como aquela, apesar da sua importância, em que não tem sido possível ir tão longe, bem como as dificuldades apontadas pelo fato de não haver ainda dados de caracterização para este grupo específico.

A avaliação do trabalho realizado e as expectativas quanto ao futuro demonstram que tem havido envolvimento das pessoas com necessidades especiais no processo, talvez ainda em forma restrita. Quanto ao futuro uma das

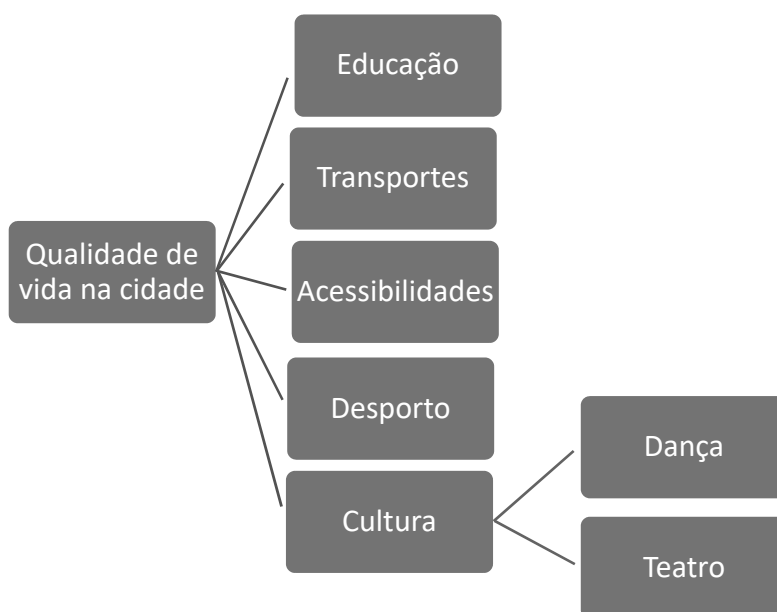
áreas identificadas, como sendo prioritária, é a melhoria das condições de emprego e colocação profissional, ao mesmo tempo que é reafirmado o prosseguimento do caminho consistente que se tem vindo a concretizar, tendo em conta as opções políticas.

No domínio da participação dos cidadãos nos processos em curso a percepção transmitida reconhece a proximidade aos decisores, da coesão entre os atores envolvidos, da concretização de vivências de partilha de experiências que permitem a todos os envolvidos compreenderem melhor o que é viver com limitações de diverso nível numa cidade e, em termos mais práticos, é dado o exemplo do orçamento participativo como uma forma de operacionalizar essa participação, embora parecesse que é ainda uma experiência que está muito no início.

6.2.1.2.3 Cidade X entrevista ao Presidente da Associação AP...

Seguindo o roteiro dos trabalhos de levantamento de informação, através da técnica da entrevista, foi feita nesta cidade uma entrevista a uma das associações que mais trabalho desenvolve com pessoas com necessidades especiais. Os próximos diagramas refletem, esquematicamente, o tratamento da referida entrevista que, numa primeira dimensão, figura 39, procurou indagar sobre a percepção sobre a qualidade de vida que a cidade oferece às pessoas com necessidades especiais.

Figura 39 – Diagrama qualidade de vida na cidade X



No tratamento da informação sobre esta dimensão sobressaíram cinco categorias: “educação”, “transportes”, “acessibilidades”, “desporto” e “cultura”. A percepção do entrevistado vai no sentido de valorizar a educação no processo inclusivo, especialmente pelas transformações que se levaram a cabo no parque escolar, o mesmo no que se refere aos transportes, pois o serviço “porta a porta” que o município assegura trouxe grandes melhorias a qualidade de vida das pessoas com necessidades especiais, sobretudo as que vivem no centro da cidade. Sobre isto refere o Senhor Presidente da associação com quem se interlocutou:

“A nível dos transportes foi feito o “porta a porta” que é muito útil, mas peca só por ser na cidade o ideal era se se estendesse a todo o concelho, mesmo às zonas rurais, foi já uma proposta que fizemos à Câmara para alargar esse transporte” (Anexo 4.7, linhas 12-15).

Sobre as “acessibilidades”, a percepção avançada na entrevista, reconhece a importância do Plano de Acessibilidades que está em curso, pois tem sido um instrumento determinante para dar maior autonomia e independência no usufruto da cidade às pessoas com problemas de mobilidade.

Quanto ao acesso às atividades coletivas, que têm forte impacto nas sociabilidades e no acesso à informação e ao conhecimento, no caso o desporto e a cultura, mais especificamente a dança e o teatro, têm sido apostas do município em termos de disponibilização de espaços e de acesso às atividades:

“Existe um programa nesta área que nós fazemos e organizamos com o apoio da Câmara, por exemplo organizamos um corta mato adaptado com o apoio da Câmara que também envolve as escolas e o grupo de voluntariado para a organização deste evento” (Anexo, 4.7, linhas 26-29).

“Em termos culturais temos uma atividade cultural muito grande e [o município] disponibiliza sempre nestas atividades o transporte e os bilhetes para poderem participar. Temos um grupo de dança inclusiva com o apoio da Câmara um grupo de teatro também” (Anexo, 4.7, linhas 29-32).

O diagrama da figura 40 sintetiza a informação recolhida acerca da perceção que o responsável da associação local apresenta sobre as políticas desenvolvidas e das ações que as concretizam. Como se pode observar pelo esquema a visão expressa é muito completa e rica de informação, implicando, por isso, a construção de um conjunto de categorias e subcategorias que se passam a resumir.

Figura 40 - Diagrama políticas locais na cidade X



A categoria “inclusão social” expressa a percepção de que nas políticas do município tem havido uma preocupação da promoção da inclusão social das pessoas com necessidades especiais.

A categoria “fundamentos das políticas” reflete a opinião acerca de quais são os principais fundamentos das políticas locais, que têm vindo a ser implementadas, sendo notória a percepção de que isso se deve à sensibilidade do executivo para com os problemas da diferença e há continuidade das políticas, uma vez que a força política se encontra desde sempre na gestão da cidade. Releva, no mesmo sentido, a eficácia e eficiência da equipa técnica do município, muito implicada no processo, e ao modelo de desenvolvimento local que se tem implementado que valoriza muito os recursos endógenos. Pela

representatividade desta opinião transcreve-se um excerto da entrevista como exemplo dessa ideia:

“Isto tem a ver com o fato das mentalidades políticas do anterior executivo, havia um Presidente de etnia cigana tinha muita sensibilidade para a diferença e a Vereadora, efetivamente, é uma pessoa que tem muita sensibilidade para estas áreas” (Anexo 4.7, linhas 131-134).

“Em síntese uma grande sensibilidade para o social, uma grande convicção política e aliado a tudo isso a uma boa equipa” (Anexo 4.7, linhas 140-142).

A categoria “acessibilidades”, que pela informação associada, tem sido, segundo o interlocutor, uma das áreas centrais das políticas locais, concretizada na persecução da eliminação das barreiras arquitetónicas e a adequação do espaço público para todos.

“Atividades coletivas”, nesta categoria aglutinou-se a informação que demonstra, segundo o entrevistado, a importância que as atividades coletivas têm tido nas políticas seguidas, nomeadamente ao nível do desporto e da dança inclusiva.

Na categoria “sensibilização/informação” é transmitida a perceção do entrevistado que refere que para além dos aspetos materiais também se tem procurado sensibilizar e informar a comunidade acerca das problemáticas da inclusão das pessoas com necessidades especiais.

A categoria “adaptação da habitação” resulta da informação recolhida que demonstra que as políticas municipais chegam ao nível de ajudar a adaptar as residências das pessoas com limitações de mobilidade.

Na categoria “emprego” foi arrumada a informação que demonstra de que para além das dificuldades o município tem procurado com as suas decisões de integrar nos quadros pessoas com necessidades especiais, estimular outros agentes na promoção do emprego para este grupo populacional:

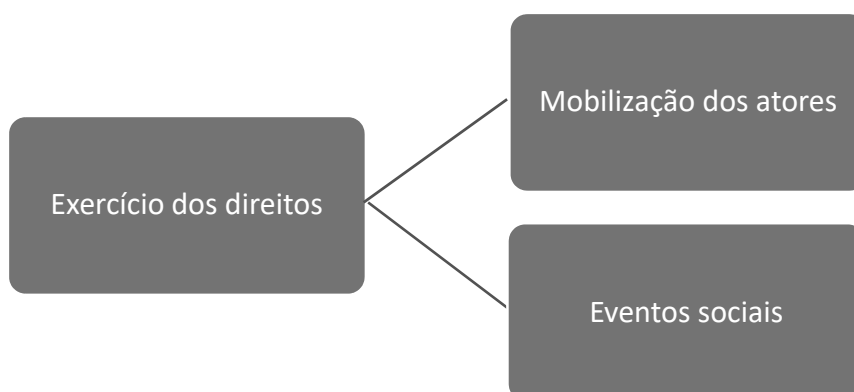
“Sempre houve o cuidado da Câmara em colocar alguns colaboradores com deficiência. Tudo isto contribui para essa sensibilidade e a própria auscultação dos problemas. Tem sido uma mais-valia” (Anexo 4.7, linhas 138-140).

Finalmente, nesta dimensão a categoria “rede local” agrega a informação recolhida que demonstra a importância que a rede de recursos locais tem tido na promoção das políticas inclusivas, nomeadamente em termos do envolvimento dos atores locais IPSS e empresas na resolução dos problemas concretos. Conforme passagem da entrevista faz essa alusão:

“Resolvemos há bem pouco tempo a situação de um adulto com quase 50 anos que nunca tinha saído de casa e nós descobrimos a situação e conseguimos um apoio integrado na casa, na ocupação procurando sempre melhorar a qualidade de vida dessas pessoas, mobilizando as autarquias o estado central e mesmo as empresas locais” (Anexo 4.7, linhas 77-81).

No próximo diagrama da figura 41 é esquematizada a informação recolhida sobre a perceção apresentada sobre o nível de respeito pelo exercício dos direitos das pessoas com necessidades especiais na comunidade.

Figura 41 - Diagrama exercício dos direitos na cidade X



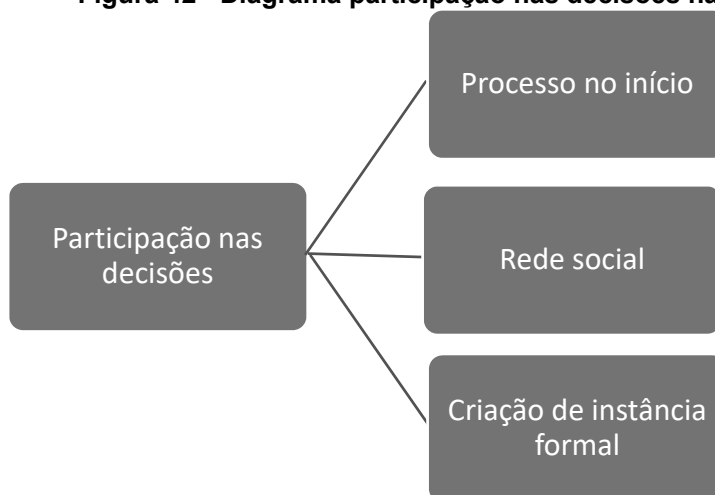
A informação tratada permitiu condensar o material recolhido em duas categorias. A categoria “mobilização dos atores” reflete a informação de que a associação tem procurado mobilizar os vários atores locais para maior respeito pelos direitos das pessoas com necessidades especiais.

A categoria “eventos sociais” reflete a informação de que para se alcançar um maior nível de direitos é necessário haver maior consciencialização dos próprios, das famílias e da sociedade em geral, sendo que se tem procurado através de eventos adequados atingir esse objetivo:

“Fomentamos também um encontro e um convívio anual para que haja um conhecimento e uma troca de impressões. Temos dado alguns passos largos nesse sentido da consciencialização dos direitos e deveres” (Anexo 4.7, linhas 106-108).

No esquema, da figura 42, procura-se refletir a informação sobre o tema da participação das pessoas com necessidades especiais nas dinâmicas da sua comunidade e, mais especificamente, ao nível dos processos de tomada de decisão.

Figura 42 - Diagrama participação nas decisões na cidade X



A primeira categoria revela uma percepção acerca deste tema que indica que o processo de participação nas decisões ainda se encontra numa fase inicial, como diz o entrevistado:

“Neste domínio ainda estamos numa fase embrionária, no início. Uma das questões e uma das ações que temos é a de ouvir as pessoas com esta problemática e que possam também elas possam intervir na sociedade, mostrar as suas ideias, demonstrar e debater” (Anexo 4.7, linhas 113-116).

A segunda categoria remete para a ideia de que uma parte significativa do processo de participação decorre no âmbito da rede social local onde estão representadas as principais organizações e instituições que trabalham nesta área, sendo que, nesse caso, é um tipo de participação indireta que não envolve diretamente as pessoas com necessidades especiais.

A terceira categoria veicula a ideia de se criarem instância mais formais e estruturadas para o efeito, conforme diz o entrevistado, deixando uma proposta concreta:

“Talvez falte um fórum mais formal para se debater, parece uma boa ideia para passarmos de uma dimensão mais informal para um espaço mais formal para discussão de temas, de problemas, de modo a trazer as pessoas à discussão. Era um passo que se deveria dar muito rapidamente” (Anexo 4.7, linhas 124-128).

No que concerne ao domínio expectativas face à mudança, apresenta-se de seguida o diagrama da figura 43 esquemático das principais opiniões expressas e que vão no sentido de refletir sobre os aspetos que no futuro deveriam ser mais considerados no prosseguimento do processo de inclusão na vida da cidade.

Figura 43 - Diagrama expectativa face à mudança na cidade X

As ideias expressas, sobre esta matéria, parecem ser bem claras e encerram a entrevista com um conjunto de preocupações que refletem o tom geral da conversa em que estes temas foram abordados em várias das questões colocadas.

As categorias que se estruturaram revelam uma preocupação com o aprofundamento dos processos e as políticas de inclusão social, o mesmo acontecendo com as questões do emprego em que o desafio deixado vai no sentido de se poder fazer alguma coisa mais. Quanto aos transportes, embora reconhecendo-se que alguma coisa foi feita é necessário, segundo o Presidente da associação, fazer algo mais ao nível dos transportes públicos em geral, dando mesmo o exemplo da própria filha que vem estudar para a capital e tem dificuldades em transportes adaptados.

Quanto à acessibilidade diz o entrevistado, em discurso direto:

“Nós consideramos que deverá haver um envolvimento da parte dos comerciantes para que possam também contribuir para que as pessoas com mobilidade reduzida possam usufruir das lojas de um modo mais acessíveis. Nem todos os edifícios são adaptáveis mas existe um trabalho a fazer” (Anexo 4.7, linhas 20-23).

A proposta apresentada vai no sentido de alargar o âmbito deste projeto no sentido de mais áreas, mais espaços e lugares terem condições de acessibilidade.

Finalmente, sendo mais um dos interlocutores a chamar a atenção para estes aspetos, a necessidade de se reforçarem os recursos financeiros alocados a estes propósitos:

“Ao nível das acessibilidades deverá haver um incremento em termos do orçamento camarário, mais recursos, no sentido de que fazer ainda o que falta. Incrementar esse trabalho na área rural” (Anexo 4.7, linhas 149-151).

Ideia que implica, mais uma vez, com o alargamento da esfera de intervenção e com a expansão das zonas do território a contemplar nos processos de adaptação do espaço físico.

Em síntese, nesta entrevista apresentou-se um interlocutor muito preparado para discutir as matérias em causa e com um conhecimento muito detalhado dos processos em curso na sua cidade, para além disso, esteve sempre subjacente na entrevista uma satisfação com o trabalho em curso mas, ao mesmo tempo, um desejo de se poder levar mais longe os objetivos e as realizações que já existem.

Testemunho desta leitura foi, por exemplo, a opinião muito estruturada acerca da qualidade de vida na cidade com opiniões muito consentâneas com outros interlocutores que se expressaram no mesmo sentido. O mesmo sobre as políticas locais em que foram indicadas um conjunto de áreas muito importantes de intervenção: acessibilidades, emprego, atividades coletivas. Ou a tentativa de

explicar os fundamentos das políticas em curso que segundo o entrevistado se devem a uma opção política muito determinada de respeito pela diferença.

No que diz respeito às dimensões, exercício dos direitos e da participação, é muito claro que o trabalho que nestas áreas se tem desenvolvido é reconhecido mas, ao mesmo tempo, a necessidade de se ir mais longe nesses domínios. Ideia também transmitida acerca das expectativas para futuro em que é apresentada com bastante sentido crítico um conjunto de áreas de trabalho que devem ser reforçadas.

6.2.1.2.4 Cidade X entrevista a cidadão com necessidades especiais

Conforme se procedeu na cidade B, também se entrevistou um cidadão com necessidades especiais, que no caso estava ligado ao núcleo de deficiência visual criado pelo município. A primeira dimensão, trabalhada na entrevista, conforme o guião pré-estabelecido teve relação com a avaliação que era feita acerca da qualidade de vida que é oferecida na cidade às pessoas com necessidades especiais e que está esquematizada no diagrama que se apresenta na figura 44.

Figura 44 - Diagrama qualidade de vida na cidade X



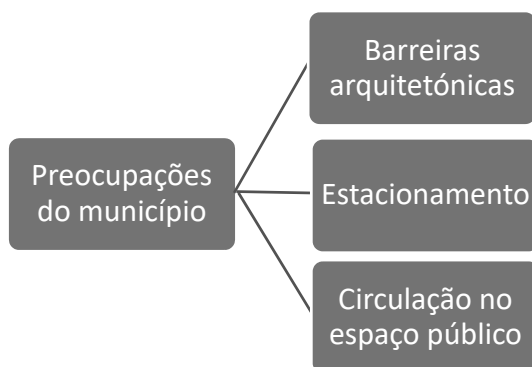
Os dados recolhidos foram reduzidos nas categorias: “recursos do quotidiano”, que se desdobrou nas subcategorias “uso da cidade”, “transporte municipal” e “espaços públicos”. Isto quer dizer, segundo a percepção do entrevistado, um dos fatores que melhorou a qualidade de vida está na facilidade com que as pessoas podem, agora, utilizar os recursos da cidade. Isto deve-se ao fato do uso da cidade ser agora mais facilitado pelas adaptações físicas, os transportes municipais favorecem uma maior mobilidade e circulação no espaço público, estando muito mais facilitada na perspectiva de uma pessoa com deficiência visual:

“A pessoa vai no passeio na direção das passadeiras e pisa-se um determinado piso diferente, uma faixa e isso encaminha a pessoa até à passadeira” (Anexo 4.8, linhas 23-25).

A categoria “avaliação transportes”, vai incidir sobre os transportes públicos que não asseguram as condições adequadas nem em termos de condições materiais nem no que se refere à formação dos operadores.

A leitura que o entrevistado faz acerca das preocupações principais do município estão contidas no diagrama da figura 45.

Figura 45 - Diagrama preocupações do município na cidade



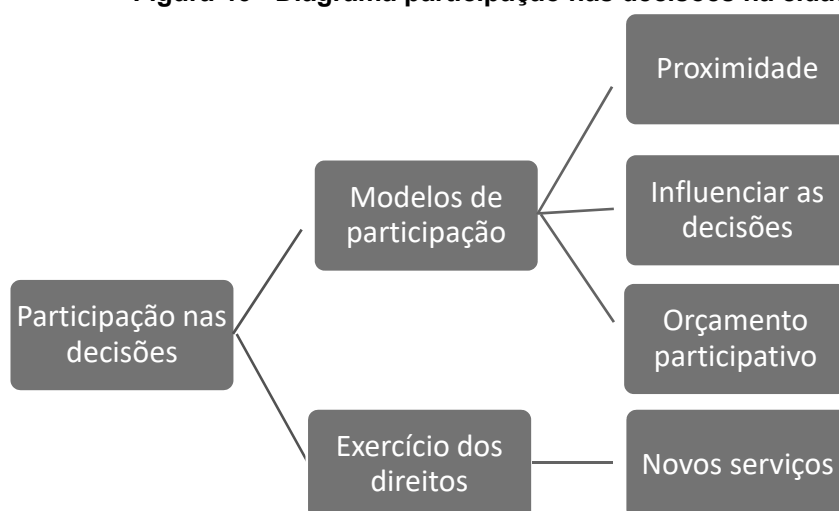
São três as categorias que resultam. Em primeiro lugar, o trabalho feito ao nível da eliminação das “barreiras arquitetónicas” em que é referido que embora haja ainda muito por fazer alguma coisa já foi feita. Depois a questão do “estacionamento”, que veio à conversa em vários momentos da entrevista, pois segundo o entrevistado, a desordem no estacionamento trás muitos impedimentos de circulação na via pública:

“A nível de estacionamento foi bom o que já fizeram, praticamente na cidade já não temos carros em cima dos passeios. Foi uma excelente organização o que fizeram, mas ainda existe ainda um sítio pontual ou outro” (Anexo 4.8, linhas 124-128).

A terceira categoria diz respeito à opinião recolhida que reconhece todo o trabalho empreendido que visa facilitar a “circulação no espaço público”, havendo o reconhecimento da preocupação de desenvolver um conjunto de ações relacionadas com o reposicionamento dos sinais de trânsito, definição de percursos acessíveis e reposicionamento de mobiliário urbano.

Sobre a participação nas decisões os dados recolhidos permitiram traçar o diagrama apresentado na figura 46, síntese em que a informação se resume em torno de duas categorias “modelos de participação” e “exercício dos direitos”.

Figura 46 - Diagrama participação nas decisões na cidade X



Quanto à categoria “modelos de participação”, a mesma operacionaliza-se em três subcategorias; “proximidade”, reconhecendo o entrevistado que existe uma grande proximidade entre os decisores políticos e os cidadãos que sentem o problema, reconhecendo que gradualmente se tem conseguido “influenciar as decisões”. O “orçamento participativo”, é apresentado como um instrumento prático e exemplo de como se podem estruturar os modelos de governança:

“Tenho sentido muito a melhoria do que se está a fazer e tenho feito pressão com o Senhor Presidente e Vereadores e eles estão abertos às ideias com bom agrado. Queríamos as coisas mais rápidas mas lá se vão concretizando. Apresentei o projeto no orçamento participativo para se fazer a identificação das passadeiras para invisuais” (Anexo 4.8, linhas 21-25).

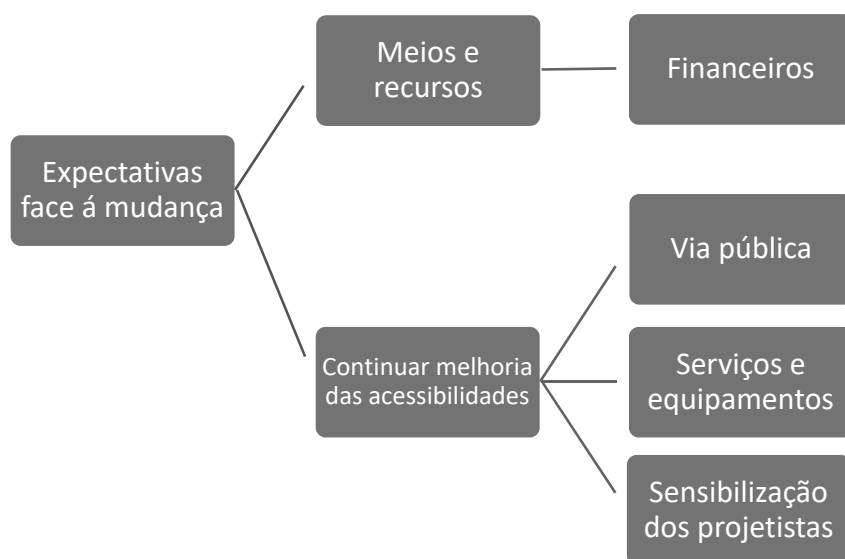
No que se refere à informação contida na categoria, “exercício dos direitos”, a mesma pode especificar-se melhor através da subcategoria, “novos serviços”, pois segundo o entrevistado o facto de gradualmente se virem a instituir novos serviços na cidade isso implica uma melhor forma de exercerem os seus direitos de cidadania, dando como exemplos novos serviços que se instituíram na cidade:

“Eu creio que aqui temos sentido isso. Um dos exemplos foi a criação do “Porta a Porta” é um pequeno exemplo para as pessoas com deficiência e para as pessoas com mobilidade reduzida” (Anexo 4.7, linhas 101-103).

“Quem vai ao mercado municipal também tem um serviço de entregas em casa. É um serviço que a pessoa compra e depois o transporte leva as compras a casa. É a empresa municipal que gere os mercados que assegura isso” (Anexo 4.7, linhas 109- 111).

A última dimensão tratada na entrevista relaciona-se com os dados relativos às expectativas de mudança, que se resume no esquema da figura 47.

Figura 47 - Diagrama expectativas face à mudança na cidade X



As categorias, que resultaram do tratamento de dados, significam que a percepção do entrevistado, sobre o que deveria melhorar para favorecer a mudança em curso, depende dos “meios e dos recursos” a afetar a estas áreas de trabalho, nomeadamente, os recursos financeiros, e o prosseguimento das “melhorias nas acessibilidades” na via pública e aos serviços existentes na

cidade, recomendando um esforço para sensibilizar os projetistas. Na entrevista faz mesmo uma sugestão muito concreta:

“A sugestão é que os projetistas tenham consciência e aceitem as sugestões de quem tem os problemas. Eles não aceitam a opinião de ninguém, são eles e só eles. Como é que se pode projetar degraus todos brancos sem contraste isso ignora as pessoas que não veem ou têm baixa visão” (Anexo 4.8, linhas 143-146).

Em síntese, o interlocutor apresenta uma visão muito privilegiada dos problemas, pois trabalhando de perto com o município observa, comparando as necessidades que, enquanto cidadão, sente com as medidas que se estão a aplicar no sentido de minorar os problemas. O fato de ter participado em várias atividades e projetos favorece um entendimento com um conhecimento de causa muito consistente do “estado da arte”.

A percepção que apresenta sobre a qualidade de vida na cidade é bem o exemplo desse entendimento, muito prático, do que se tem feito e das melhorias que daí têm resultado para a deslocação das pessoas com cegueira ou baixa visão. Apresenta o mesmo entendimento, pragmático, quando se questionou sobre as principais preocupações do município com a população com necessidades especiais, centrando a sua avaliação preferencialmente nos domínios da circulação da via pública e das condições que se têm assegurado na diferenciação de pisos, na arrumação do mobiliário urbano e na ordenação da via pública.

Quanto à participação das pessoas com necessidades especiais a percepção apresentada parte mais de uma experiência pessoal, pois a posição do interlocutor é de muita proximidade aos decisores políticos, não sendo possível aquilatar a sua opinião sobre a abrangência da participação dos cidadãos com necessidades especiais enquanto grupo mais alargado.

A percepção sobre as expetativas de mudança, como já houve oportunidade de verificar, vão no sentido de aprofundar, alargar, dotar de mais

meios o que já se faz do que, propriamente, abrir muito mais frentes de trabalho, ou seja, estamos perante a opção de consolidar do projeto inclusivo em curso.

6.2.2. Síntese final dos dados recolhidos através das entrevistas

Neste ponto do trabalho far-se-á uma síntese final das entrevistas, cidade a cidade, caso a caso, salientando as grandes conclusões que se podem tirar, tendo em conta os objetivos definidos, fazendo um balanço geral das opiniões dos vários interlocutores que tivemos em cada cidade.

Um dos aspetos que se podem realçar, como pano de fundo das entrevistas, é o fato de que estamos perante um conjunto de opiniões, em cada uma das cidades estudadas, que são muito coerentes entre si. Fica-se com a ideia, ouvindo e trabalhando cada uma das entrevistas de *per si* de que as mesmas resultaram, não de entrevistas individuais, mas de uma conversa conjunta em que cada interlocutor foi juntando mais uma opinião aquilo que estava a ser dito. Pode-se daí tirar uma ilação, óbvia, de que existe em cada uma das cidades um trabalho conjunto, uma conjugação de esforços e de objetivos, que conferem uma certa coesão aos pressupostos, as ações e às políticas locais desenvolvidas.

Por outro lado, um dado curioso a registar é que se está perante duas cidades, que embora com *modus operandi* diferentes, apresentam muitas semelhanças no que se refere aos grandes princípios e aos grandes desígnios de desenvolvimento, unindo-as uma forte vontade de construir uma cidade para todos e em que todos encontrem o seu lugar.

É de salientar, numa nota mais pessoal, a grande qualidade dos interlocutores que ajudaram a compreender os fenómenos que se queriam estudar. Pessoas que, independentemente dos seus cargos ou posições sociais, se revelaram muito identificadas com a construção de uma cidade em que as pessoas com necessidades especiais tenham ou possam vir a ter maior qualidade de vida. Pessoas que no exercício dos seus papéis colocam grande entusiasmo e energia nas mudanças que preconizam e em que, cada um ao seu

nível, se tem envolvido como político, como técnico, como dirigente associativo ou como cidadão.

Detalhar-se-ão de seguida as sínteses que se poderão fazer, cidade a cidade, partindo do tratamento e da redução dos dados que houve oportunidade de apresentar no ponto anterior.

6.2.2.1 Cidade B

- **Projetos inclusivos** - Os projetos inclusivos centraram-se num primeiro momento na inclusão escolar, alargando-se gradualmente a diferentes áreas da vida quotidiana. Procuram responder a diferentes necessidades e aos diferentes níveis da população com necessidades especiais, desde a construção de infraestruturas de apoio, passando pelas acessibilidades, as transformações físicas e os transportes, até aos domínios dos eventos, do acesso à cultura, ao desporto, ao emprego e à habitação. De salientar a capacidade de criar dinâmicas novas para responder a problemas novos com o ensaio de projetos piloto inovadores.

- **Políticas e práticas** - As políticas públicas desenvolvidas caracterizam-se por uma visão ampla da intervenção e global no sentido de aplicarem os princípios da inclusão a medidas comuns existentes. Aplica-se um entendimento muito amplo do exercício das competências municipais que vão muito além das competências legalmente definidas.

As linhas de política estabelecida visam, em última análise, alcançar a igualdade de oportunidades e a equidade, sendo a educação, a qualificação, a formação e a resposta às necessidades as grandes estratégias para alcançar esse objetivo.

A gestão de recursos é muito justaposta com as preocupações com as pessoas, verificando-se que se aposta fortemente numa política social em que as necessidades das pessoas está no centro. O envolvimento do município é determinante para a concretização das políticas locais, verificando-se isso com o envolvimento financeiros em projetos e infraestruturas.

Em termos operacionais e práticos estas políticas fazem-se numa grande proximidade às pessoas e aos problemas, utilizando os recursos endógenos e a rede de parceiros locais, utiliza-se uma abordagem multidisciplinar e validam-se, através da participação em organismos internacionais onde se testam as boas práticas.

- Concretização das políticas - A concretização das políticas faz-se utilizando dispositivos mais específicos para responder a situações mais particulares, como é o exemplo da criação de uma sala de Snozelen, ou utilizando dispositivos já existentes para através deles apoiar as pessoas com necessidades especiais como é o caso do programa Ajuda +.

A diversidade dos projetos em curso denota um entendimento de que a inclusão para se concretizar necessita de uma ampla gama de apoios e dispositivos que possam compensar de algum modo as limitações das pessoas.

A flexibilidade com que utilizam os dispositivos, os recursos e os meios disponíveis procura, o mais possível, que todos possam ser objeto de atenção por parte das autoridades locais.

- A organização interna dos serviços - de modo a gerir um conjunto amplo de projetos tem implicado uma articulação entre serviços desde a fase de conceção à fase de concretização, o que tem implicado um trabalho cooperativo e formas de difusão da informação interna.

Existem também processos de liderança vertical e horizontal que envolvem os técnicos, os vereadores, os dirigentes que asseguram a comunicação interna e externa que permita que quem melhor conhece as áreas se responsabilize pela interlocução interna e externa.

Existe também um grupo de trabalho, sobre este tema, na rede social onde são discutidos os problemas e definidas as linhas de atuação a seguir.

- Participação nas decisões - A participação das pessoas com necessidades especiais desenvolve-se nas instâncias da rede social local e nas próprias associações locais que criam momentos de debate e de encontro em que se envolvem também as famílias. Desses encontros nascem muitas vezes

projetos que procuram responder a necessidades expressas. Foi também referido que a proximidade entre os decisores e as pessoas tem facilitado uma forma de participação informal.

São também organizados eventos mais comunitários que procuram constituir-se como mostra de projetos por forma a aproximar a comunidade desta população e criar momentos de sociabilidade e de participação na vida comunitária

Foi referido por vários interlocutores que a falta de um diagnóstico das necessidades deste grupo populacional, que responda a perguntas como: quantos são, onde estão, que dificuldades e necessidades apresentam, dificulta um maior nível de participação.

- Dificuldades e obstáculos - As principais dificuldades identificadas pelos interlocutores relacionam-se em primeiro lugar com as restrições dos meios financeiros que nem sempre permitem ir tão longe quanto desejável, embora tenha ficado patente, que isso não impede de se lutar por o que parece necessário fazer, nomeadamente procurando meios complementares e oportunidades que surjam nesse sentido.

Também pela extensão do território foi identificado o problema do isolamento e da distância das pessoas aos centros urbanos, sobretudo nas zonas rurais o que dificulta também uma intervenção mais de proximidade.

De salientar também a necessidade sentida de abrir mais a outros intervenientes da sociedade o esforço para a inclusão.

- Expectativas de futuro - Alargamento das respostas e dos serviços que a cidade B oferece às populações com necessidades especiais, nomeadamente, a concretização do balcão da inclusão, estruturação de novos programas comunitários. Reforço dos meios para que se possam concretizar mais medidas.

Continuar a aprofundar o trabalho desenvolvido ao nível das acessibilidades alargando a espaços de uso público, bancos, comércio, etc.

Grande preocupação com o emprego, reconhecido como uma área fulcral para a inclusão e que necessita de respostas mais consentâneas com a

realidade, envolvendo outros agentes que possam ajudar o esforço já desenvolvido pelo município.

Mudança de atitudes da sociedade no seu todo de modo a reconhecer os direitos e os deveres das pessoas com necessidades especiais, criando condições para que tenham acesso aos bens públicos, mantendo um forte empenho político neste processo de mudança.

6.2.2.2. Cidade X

- Projetos inclusivos - Uma das apostas em termos de projetos inclusivos desenvolve-se ao nível das acessibilidades quer no espaço público, quer no transporte adaptado, quer aos edifícios públicos e habitações de pessoas com mobilidade reduzida. Tem havido preocupações na eliminação das barreiras arquitetónicas, no ordenamento do estacionamento e na facilitação da circulação no espaço público. O município ensaia uma forma de planeamento que se designou de “planeamento participativo” em que os próprios utilizadores da cidade têm dado a sua opinião e o seu contributo.

As áreas das atividades coletivas, como sejam: o desporto a cultura tem tido um forte incremento no acesso às atividades e aos equipamentos e infraestruturas existentes na cidade.

Outra área de destaque é a educação, com o trabalho muito estreito desenvolvido nas escolas, com a adaptação dos serviços educativos dos equipamentos culturais que oferecem atividades a pessoas nos cidadãos com necessidades especiais, com a aposta na intervenção precoce num trabalho em parceria com as instituições locais.

O emprego tem sido uma área que merece a atenção do município, pois tem vindo a integrar nos seus quadros cidadãos com necessidades especiais.

Processo de formação não formal que envolvem os técnicos e políticos do município em eventos de sensibilização para as problemáticas da vida quotidiana, no usufruto da cidade, por parte das pessoas com necessidades especiais.

Projetos inovadores, que oferecem respostas e serviços a este grupo populacional, como é o caso do serviço de atendimento e de mediação para pessoas com necessidades especiais e o gabinete de apoio à deficiência visual, ou o projeto de apoio a daltónicos, ou, ainda, os serviços de transporte de compras a casa nos mercados municipais.

- Políticas e práticas - As políticas seguidas estão intrinsecamente ligadas ao projeto de desenvolvimento local, mobilizam os recursos endógenos, favorecem a atratividade do concelho e têm suporte na rede comunitária.

As políticas públicas têm valorizado a inclusão social, pela sensibilidade dos agentes políticos face à diferença, pela continuidade do projeto político e pelo suporte numa equipa técnica de qualidade.

O projeto político contém um conjunto de princípios e valores que levam em conta no desenvolvimento do território todos os cidadãos, procurando responder à diversidade própria da pessoa humana.

As políticas locais têm procurado construir um território inclusivo de modo a que todos, independentemente das suas origens, das suas crenças, das suas características, encontrem na cidade condições de bem-estar e felicidade.

- Concretização das políticas - A concretização das políticas têm tido como suporte uma forte coesão social entre as instituições locais e o município, sendo muito referido o trabalho em rede e as parcerias que envolvem entidades nacionais e locais, incluindo empresas.

A troca de experiências com outras realidades e com outros países tem sido uma fonte de ajuda e de inspiração para qualificar os projetos desenvolvidos.

É apresentada uma visão de médio e longo prazo no desenvolvimento dos objetivos.

A dimensão dos estudos e do diagnóstico, ao nível do Plano de Desenvolvimento Social e de trabalhos académicos realizados têm permitido concretizar projetos que se alicerçam no conhecimento dos problemas.

- Organização e coordenação - Ao nível interno o município tem constituído grupos técnicos multidisciplinares que concretizam os projetos, que fundamentam as propostas e que acompanham as instituições locais articulando entre si os esforços empreendidos.

Existem ações internas de sensibilização do corpo técnico e dos decisores políticos de modo a aumentar o nível de conhecimento e de identificação com as áreas de trabalho.

Utilizam-se, também, os eventos comemorativos para promover a sensibilização dos vários agentes envolvidos na transformação da cidade como é o caso dos técnicos de urbanismo e das obras entre outros.

- Participação nas decisões - Por via do trabalho desenvolvido existe uma grande proximidade entre todos os atores que participam na construção da cidade inclusiva, nomeadamente entre as pessoas com necessidades especiais e os agentes políticos e técnicos.

Não existindo instâncias formais de participação tem sido possível, gradualmente, conseguir formular propostas, fundamentá-las tecnicamente e obter a devida decisão.

A Rede Social e o funcionamento dos grupos focais são uma forma de recolha de opiniões e de propostas onde se encontram os atores envolvidos, embora isso não signifique uma participação direta dos interessados.

O orçamento participativo tem sido um instrumento de participação mais direto, embora no início, tendo permitido levar projetos à discussão pública e obter aí condições de se concretizarem.

É reconhecido que é uma área de trabalho que no futuro próximo deve ser aprofundada e alargada.

- Dificuldades e obstáculos - Uma das dificuldades expressas relaciona-se com a amplitude e a transversalidade dos processos inclusivos, pois constata-se que para se alcançar esse desígnio é necessário intervir em domínios muito diversificados quer em domínios materiais quer em domínios atitudinais.

Relacionado com o ponto anterior as exigências financeiros que a intervenção nas áreas acarretam e as limitações orçamentais que os municípios apresentam para responder a um vastíssimo campo de intervenção.

Foi muito transversal a preocupação que os vários intervenientes relacionados com a promoção do emprego e da integração profissional, sendo necessário envolver neste objetivo a sociedade em geral e os vários agentes económicos.

- Expectativas de futuro - Alargar e aprofundar os modelos de participação nas decisões das populações com necessidades especiais., nomeadamente, criando uma instância formal que funcione regularmente.

Aprofundar e levar mais longe os processos de inclusão social que estão em curso.

Alargar a outras zonas do território o Plano de Acessibilidades, incluindo as melhorias do espaço público e o acesso aos transportes.

Sensibilizar o operador de transportes públicos de forma a melhorar e adaptar os meios instalados para que possam ser acessíveis às pessoas com limitações de mobilidade.

Reforçar os meios financeiros que estão alocados a estes projetos por forma a poderem dar suporte a mais ações e projetos.

Continuar a aprofundar os contactos internacionais por forma a poder qualificar a intervenção neste domínio.

Promover os projetos de educação e formação, no âmbito da cidade educadora, que possam contribuir para integrar a diferença.

Procurar incrementar de forma mais consistente a área do emprego e da integração laboral como área determinante para o projeto inclusivo.

Continuar a dar atenção a novas necessidades mantendo a capacidade de entender a inclusão como um processo dinâmico.

Fazendo agora uma leitura por categoria, analisando as perceções dos auscultados em cada uma das cidadeades poder-se-à constatar:

- Projetos inclusivos – São muito amplas as apostas em projetos que concretizem a construção de cidades mais inclusivas, em domínios tão diversos como a acessibilidade, a cultura, o lazer, a habitação e os transportes, procurando alargar gradualmente o leque de áreas de intervenção o que fica bem patente no conjunto de projetos que cada cidade tem em preparação para avançar logo que estejam reunidas as condições, como é o caso do balcão inclusivo ou do diagnóstico local centrado nas populações com necessidades especiais.

- Políticas e práticas- Verifica-se na leitura transversal das perceções dos interlocutores que as políticas e as práticas que lhe dão suporte estão muito ligadas à consciência do conjunto de problemas que se levantam e mesmo à importância que é dada aos grupos mais vulneráveis, desenvolvendo políticas que gerem melhores condições de vida e melhores níveis de equidade. No caso destas cidades este é um desígnio central dos projetos políticos para ambas as cidades.

- Concretização das políticas – Pela leitura mais global dos dados recolhidos observa-se que na operacionalização dos processos de decisão se procura levar em conta os princípios da Carta das Cidades Educadoras, fazendo com que toda a comunidade se envolva nos processos, através de parcerias mais ou menos formalizadas aproveitando os processos para influenciar a mobilização das pessoas, das instituições numa aprendizagem da cidadania que se reflete no processo de construção da cidade que a todos diz respeito. Por outro lado, a validação de alguns dos projetos em curso através da participação em fóruns internacionais no seio da AICE é também uma forma de fomentar a aprendizagem e a troca de experiências que fomentem as boas práticas.

- Organização e coordenação – os processos de coordenação embora em ambas as cidades sejam muito assumidos pelos municípios suportam-se em instâncias locais onde têm lugar o diálogo e a concertação de propostas e meios para levar por diante o conjunto de ações que neste contexto são planeadas, organizadas e avaliadas.

- Participação nas decisões – a participação faz-se de forma indireta se bem que numa das cidades esteja já em marcha um processo de orçamento participativo que tem criando melhores condições para a decisão envolvendo os

próprios interessados. É reconhecido, no entanto, que também neste caso os processos de mobilização para uma maior participação e partilha dos problemas e soluções têm de ser mais aprofundados e estruturados de modo a criar melhores condições do exercício de cidadania para as próprias populações.

- Dificuldades e obstáculos – Existe uma consciência muito clara por parte de todos os que foram auscultados que seriam necessários mais meios para levar mais longe as propostas e os projetos, havendo ao mesmo tempo uma grande determinação de se ir concretizando o que for possível sem perder a ideia de uma ação de médio e longo prazo, mas ao mesmo tempo no curto prazo observa-se um forte ímpeto de transformação da cidade física e imaterial em ordem a melhor qualidade de vida das populações em geral e também em particular com aqueles que necessitam de uma atenção mais específica.

- Expectativas de futuro – Quando se analisam as expectativas fica ainda mais evidente, no caso das cidades que se estudaram, que os seus propósitos quanto ao problema que se tem vindo a abordar ao longo deste trabalho são de um alcance que ultrapassa o curto prazo, pelo que as melhorias e os desígnios a que se propõe vão no sentido de levar mais longe e aprofundar as ações em curso e mesmo alargar a mobilização das sociedades locais para que outros que têm fixado à margem do que é necessário fazer se possam envolver mais nos processos de mudança.

7. SÍNTESE COMPARATIVA E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

7.1. Síntese comparativa

Trata-se, neste ponto do trabalho, de fazer a análise comparativa entre as duas cidades que foram estudadas com mais detalhe, no sentido de responder aos objetivos do trabalho. Partindo do quadro dos objetivos, desenvolver-se-á uma análise que permita: a) identificar, em cada uma das cidades, os meios e as oportunidades que favorecem a inclusão das pessoas com necessidades especiais, caracterizando as ofertas na promoção da igualdade e da equidade e definindo as boas práticas de inclusão social; b) identificar, em cada uma das unidades de estudo, como se tem fomentado o acesso dos cidadãos com necessidades especiais aos bens coletivos, analisando os projetos e as ações em curso com vista ao acesso, aos recursos e aos espaços urbanos; c) identificar, em cada cidade estudada, as políticas públicas levadas a cabo, no sentido de contribuir para a coesão social das comunidades, seguindo os mesmos parâmetros de análise que foram seguidos na análise dos inquéritos por questionário.

Para se concretizar esta análise ampla das cidades unidades de estudo, foram utilizados todos os elementos recolhidos através de questionário, de documentos e das entrevistas.

7.1.1. Meios e oportunidades que favorecem a inclusão

A cidade B integra-se num município muito marcado pela exclusão, sobretudo devido à crise económica e ao desemprego, em que os valores médios estão acima dos da área metropolitana em que se situa. Tem vindo a registar-se, nos últimos anos, um número crescente de empresas que cessaram

a sua atividade laboral, acarretando processos de insolvência, sobretudo no setor do imobiliário.

Está-se numa comunidade muito marcada pelos problemas sociais: baixas qualificações, abandono escolar precoce, exclusão familiar e disfunções familiares, elevados índices de pobreza e carência de estruturas sociais de apoio. Os problemas por via económica e laboral têm muito peso no perfil socioeconómico do concelho, assim como os problemas da qualificação das populações e do sucesso e abandono escolar.

A cidade que se designou por cidade X integra-se num município que nas últimas décadas tem tido um crescimento populacional bastante relevante, pelo nível de centralidade do território, pela proximidade à capital e pela atração que isso tem criado em termos de fixação populacional. Ao contrário da cidade B, o nível de desemprego registado é inferior à taxa nacional e o grupo etário mais atingido é a faixa etária situada entre os 20 e os 29 anos, implicando que este grupo, que procura iniciar uma vida familiar, enfrenta problemas de sobreendividamento que fazem aumentar os riscos de pobreza e exclusão social. Assim, no diagnóstico social do concelho aparecem como fatores de exclusão, mais relevantes, o desemprego da população jovem, as dificuldades em manter funções básicas relacionadas com a vida familiar e o envelhecimento da população. Daí a grande importância dada aos problemas de saúde e aos problemas que decorrem das necessidades desse grupo populacional, que apresenta carências muito específicas e níveis elevados de dependência. De salientar que, quando se questionou sobre estes problemas da exclusão no concelho, ao contrário da cidade B, não foi dada uma tão grande importância aos problemas de exclusão por via dos problemas económicos ou mesmo laborais, valorizando-se mais os problemas da saúde, da cidadania e da participação.

A população com necessidades especiais na Cidade B pesa 4,6 % no cômputo geral da população, segundo os censos de 2011 e a maior prevalência situa-se nos grupos etários dos 20 aos 50 anos e dos 50 aos 74 anos.

As principais preocupações do município X situam-se, como se compreende pelo quadro traçado, na inclusão social, na prevenção dos riscos de exclusão e na ajuda aos grupos mais excluídos, através da criação de

recursos na comunidade, da promoção de programas e projetos de apoio ao abandono e insucesso escolar, no fomento de projetos que favoreçam a relação da escola com o meio e na concertação e mobilização dos parceiros locais para os processos de desenvolvimento.

Neste quadro tem sido desenvolvida uma atenção às populações com necessidades especiais, fomentando projetos que facilitem a interação com a comunidade, que apostam na educação inclusiva e que contribuem para a sensibilização e consciencialização dos seus direitos.

A percentagem de pessoas com necessidades especiais na cidade X é de 3,9%, um grupo que está próximo das quatro mil pessoas e cerca de seiscentas pessoas, deste grupo, recebem uma subvenção por se considerar serem muito dependentes.

As preocupações do município, neste domínio, visam aumentar as respostas sociais, responder aos grupos mais graves, através do aumento das atividades ocupacionais e, ao mesmo tempo, tendo em conta o grupo dos mais idosos, responder aos problemas relacionados com a saúde mental. Mais especificamente para a população com necessidades especiais, o município tem desenvolvido medidas no sentido da inclusão social, da educação inclusiva e de ajuda a grupos mais vulneráveis, através da criação de recursos na comunidade, da formação ao longo da vida, das acessibilidades, da melhoria da habitação. É um município pioneiro na criação de alguns dos recursos que posteriormente se especificam.

Tendo em conta as opções de desenvolvimento e o facto de a cidade estar associada à rede internacional das cidades educadoras, têm sido desenvolvidos projetos nas áreas da inserção laboral, do fomento das práticas comunitárias, do lazer, da cultura e do desporto. Outro grande enfoque situa-se ao nível da educação inclusiva e da educação precoce

A cidade B, levando em conta as suas opções e procurando cumprir os princípios consagrados na Carta das Cidades Educadoras, desenvolve um vasto conjunto de serviços e de recursos que procuram favorecer a qualidade de vida das pessoas com necessidades especiais. São múltiplas as áreas em que se

mobilizam meios para a inclusão, desde logo, ao nível das escolas e da educação inclusiva, ao nível do desporto, da cultura, do lazer, do apoio social, do emprego, da habitação e da acessibilidade, entre outras áreas.

As medidas tomadas têm procurado promover e alargar a rede de apoio local, envolvendo as instituições e as entidades locais, fomentar a acessibilidade e a mobilidade e aportar muito fortemente na qualificação dos recursos humanos, sobretudo, apostando nas faixas etárias das crianças e dos jovens.

A cidade B tem em execução um programa de acessibilidade ao espaço público e aos espaços edificados, tendo levado à prática uma campanha de levantamento e adaptação das barreiras arquitetónicas, aplicando esse programa de acordo com as disponibilidades financeiras e favorecendo as escolas e todos os edifícios municipais que acolhem público - inclui-se, aqui também, um programa de adaptação de habitações próprias e um serviços de transporte adaptado, que serve essencialmente as escolas, mas que faz pontualmente outros apoios.

Está, também, em desenvolvimento um Plano Municipal de Acessibilidade na Cidade X que se tem constituído como um elemento central dos processos de mudança, quer em termos de alteração e transformação do espaço físico, quer em termos das atitudes dos vários agentes em presença, procurando envolver nos processos, os cidadãos com necessidades especiais.

Quando se compara, ao nível dos meios e das oportunidades, o que cada uma das cidades oferece, encontra-se apesar de semelhanças, em termos do número de habitantes e do número de pessoas com necessidades especiais, duas cidades médias de Portugal, ambas com crescimento populacional, mas que se diferenciam ao nível dos problemas do desemprego, da pobreza e do abandono e insucesso escolar, em que a cidade B apresenta mais marcadamente esse perfil.

Os meios e as oportunidades para as pessoas com necessidades especiais parecem ser muito semelhantes. Em ambas as cidades a educação uma preocupação centrada nas condições que as escolas oferecem para a inclusão, o aumento dos recursos disponíveis com o empenho do município, o conjunto

de áreas que são tidas em conta para facilitar o quotidiano; as acessibilidades, os transportes, a habitação o emprego, em que ambos os municípios são entidades empregadoras.

A cidade B, pela amplitude dos problemas sociais que enfrenta, leva alguma dianteira na criação das condições e das oportunidades, pela emergência que os problemas sociais ganham no contexto e pela mobilização da comunidade. A cidade X tem encontrado soluções mais inovadoras e mais estruturadas, algumas delas fundamentadas em estudos e trabalhos académicos, que induzem massa crítica no processo de inclusão. Poder-se-á dizer, em síntese, que um dos processos é mais planeado e estruturado e o outro, tem crescido pela vontade e pelo desígnio de qualificar as pessoas e responder às suas necessidades, por vezes, muito emergentes.

7.1.2. Acesso aos bens coletivos

Na cidade B, é possível elencar o conjunto de serviços que são disponibilizados para as pessoas com necessidades especiais. Foram recenseados serviços de transportes, escolas especiais, unidades de ensino estruturado, unidades de apoio à multideficiência, atividades acessíveis na área do desporto, do lazer e da cultura, realização de estágios profissionais e contratos laborais no município, parques, jardins e equipamentos municipais acessíveis. No decorrer da recolha de informação foi possível sistematizar melhor o nível de acesso aos bens urbanos, organizando-se uma lista completa de todos os projetos inclusivos que são levadas a cabo pelas cidades que estão em análise.

No que diz respeito à cidade X, um primeiro levantamento de serviços e dispositivos disponíveis, realizado através de inquérito, tornou possível elencar um conjunto de recursos muito vastos, existindo no concelho um centro de recursos para a inclusão, formação profissional, equipas locais de intervenção precoce, centro de atividades ocupacionais, lar residencial, transportes adaptados, serviços de apoio domiciliário, escola de educação especial, banco de equipamentos e tecnologia de apoio, oferta de atividades de desporto, lazer e cultura, serviços de orientação para as famílias, apoio social de emergência,

unidade de ensino estruturado, unidade de apoio à multideficiência, contratos de emprego e estágios profissionais na autarquia, programas de promoção da acessibilidade, equipamentos municipais acessíveis, praias e parques acessíveis.

Quadro 42 - Projetos desenvolvidos nas cidades B e X

Áreas de ação	Projetos Cidade B	Projetos Cidade X
Diagnóstico / Educação Inclusiva	Diagnóstico das necessidades especiais	
		Equipa Local de Intervenção (Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância)
	Grupo de Trabalho na área da deficiência	Gabinete de apoio à deficiência visual - GADV
Programas comunitários	Banco local de voluntariado	
	Programa (...) Ajuda +	Porta a Porta
Ações diretas	Sala de Snoezelen	
Mobilidade/ Acessibilidade	Campanha Barreira arquitetónicas	Plano Municipal de Acessibilidades
	Plano de Promoção de Acessibilidade Rota do Romântico	
Trabalho direto com associações	Apoio às associações locais	Trabalho muito direto com Associação local
Adaptação de transportes	Transporte adaptado	Transporte ao mercado municipal
Apoio Social	Conselho local de ação social	Conselho Local de Ação Social
Trabalho direto com famílias e pessoas com deficiência		SIM-PD Serviço de Informação e Mediação para as Pessoa com Deficiência e suas Famílias
Ações de Sensibilização	Projeto Nos trilhos da Inclusão: conhecer para intervir	Conversas Revelando a (D)Eficiência
Ócio/ Cultura / Socialização	Basquetebol adaptado	
	Teatro na comunidade	Dança inclusiva
		Programação cultural dos espaços municipais
Outros Projetos	Teleassistência	

O que se pode constatar, pela leitura do quadro 42, é que ambas as cidades estão bem dotadas de meios e têm procurado, pelas medidas implementadas, criar melhores condições para a vida quotidiana das pessoas com necessidades especiais. Estas são apostas muito visíveis, como a mobilidade e a acessibilidade com a transformação física do território e dos edifícios, incluindo os edifícios de habitação privada, incluindo-se aqui, também, o funcionamento de transportes municipais adaptados - no caso da cidade X destinado a serviços escolares e extraescolares e no caso da cidade B mais centrado no apoio à deslocação para as escolas.

As áreas do apoio social são outra das preocupações de ambas as cidades, procurando o município X, através de dispositivos, mais ou menos estruturados, encontrar formas de ajudar na aquisição de ajudas técnicas, ou no caso do município B, alargar esses apoios às pessoas carenciadas num leque mais vasto, que procura minorar as carências sócio económicas que afetam este grupo social de forma mais intensa.

Os projetos que se recensaram mostram que, para além de se procurar atender aos aspetos muito específicos e particulares deste grupo social, procura-se, também, favorecer os processos de inclusão e de integração social em ambas as cidades. Para isso, os dispositivos utilizados passam pela organização de programas ou projetos que privilegiam a sociabilização, como sejam, a participação nas atividades coletivas, o acesso ao desporto, à cultura, ao teatro e à dança.

É também muito evidenciado, por cada uma das cidades, a preocupação com as faixas etárias mais baixas, as preocupações com a educação inclusiva ao nível da escola e da intervenção precoce. Existe uma consciência muito nítida, por parte dos decisores políticos, do quanto é fundamental o apoio nessas fases do desenvolvimento, daí a aposta nas condições de acolhimento das escolas, dos transportes escolares, das atividades da ligação das escolas ao meio. A cidade B iniciou o seu trabalho nesta área por um forte enfoque na escola, que depois foi evoluindo para outras áreas e a cidade X desenvolve um trabalho de diagnóstico das crianças que vão entrar nas escolas para, partindo dessa informação, desenvolverem todos os mecanismos de adaptação e de

apetrechamento de recursos que possam ser justificados, fazendo um trabalho articulado localmente.

Outra área forte é o desenvolvimento de melhores condições de acessibilidade de múltiplas formas, num caso, a cidade B, através de um programa de eliminação de barreiras arquitetónicas, e noutro caso, a cidade X, através de um plano mais estruturado de valorização da acessibilidade. Ficou muito claro, quer nos questionários quer nas entrevistas, como esta área é central nos processos de inclusão de ambas as cidades. Ou seja, existe a consciência de que a circulação nos espaços públicos é determinante para a socialização e no acesso aos bens coletivos, havendo a expectativa, sobretudo das pessoas com necessidades especiais, que essa frente de trabalho se alargue a outras zonas do concelho, no caso da cidade X, e às zonas do comércio e serviços, no caso da cidade B.

Em ambas as cidades os interlocutores que participaram nas entrevistas destacam, a importância da área do emprego nos processos inclusivos e, ambas as cidades, na sua atividade, assumem-se como entidades empregadoras, havendo consciência de que é necessário levar mais longe os esforços a empreender neste domínio pelo papel que desempenha como impulsionador da inclusão social.

Deve dar-se destaque, nesta análise comparativa, a uma ideia forte que esteve subjacente a toda a recolha de informação e a todos os contactos com os interlocutores que colaboraram neste trabalho, que se relaciona com a percepção de que a promoção da inclusão nas cidades é um processo dinâmico, constante e de permanente atenção às necessidades e oportunidades, de modo a responder a novas situações que se colocam na vida quotidiana das pessoas. Daí que, por exemplo, na cidade B alguns dos programas com carácter de apoio tenham um desenho suficientemente flexível para acomodar situações que não são previsíveis, mas a que se deve dar resposta, ou à adaptação de soluções que, inicialmente, não seriam clássicas como respostas às pessoas com necessidades especiais, como é o caso da teleassistência, mas que se adaptaram para responder a problemas concretos, ou ainda o lançamento de novos projetos em execução ou em perspectiva, como o balcão para a inclusão

ou o apoio aos daltónicos. No caso da cidade X, foram lançados os serviços inovadores, como o gabinete da deficiência visual, ou o projeto de apoio a daltónicos, ou, ainda, o serviço de transportes porta a porta.

No enquadramento teórico, houve oportunidade de se sublinhar a multidimensionalidade do conceito de inclusão e para a complexidade das mudanças que isso implica, dado que se trata de um processo de adaptação da sociedade às diferenças dos indivíduos, de modo a que, apesar disso, possam participar na vida social. Canal (2010) operacionaliza, com detalhe, as áreas em que essas adaptações se devem fazer, que se relembram sinteticamente. Referia o autor, a proteção e bem-estar, o reconhecimento da diferença, a educação, as redes de apoio e a participação.

Está-se, pois, em presença de dois estudos de caso em que esses processos de adaptação se estão a desenvolver, sendo que, a principal diferença entre as cidades, neste domínio, se situa mais ao nível do ritmo de implementação da mudança e dos aspetos que cada uma privilegia, embora, no cômputo geral, se possa verificar uma grande consciência social do seu papel e uma atenção muito ativa às várias necessidades em presença. Como se poderá constatar pelo quadro 43.

Quadro 43 - Comparação dos projetos e serviços existentes nas cidades

Projectos/Serviços	Cidade B	Cidade X
Estudos diagnósticos	*	
Voluntariado	*	
Ajuda social	*	*
Teleassistência	*	
Barreiras arquitectónicas	*	*
Cultura	*	*
Desporto	*	
Parcerias	*	*
Atendimento/Mediação		*
Serviços específicos		*

(* assinala a existência de projetos nessa área)

Uma conclusão que se pode tirar e que confirma a tendência dos dados dos questionários relativos às 31 cidades, que aliás não é surpreendente quando se fala da inclusão das pessoas com necessidades especiais. Confirma o próprio conceito, de que para responder às necessidades são necessários meios especiais, ou seja, quantos mais meios existirem e quantos mais recursos estiverem a dispor das populações com necessidades especiais, mais fácil será a sua inclusão. Aqui, diz-se meios especiais, não porque sejam meios muito específicos ou que se apliquem só a este tipo de pessoas. Especiais, aqui, poderá significar pensados especialmente, tendo em conta as particulares deste grupo populacional mas que, em última análise, poderão criar boas condições de usufruto da cidade para faixas mais abrangentes da população, numa lógica de cidade para todos.

7.1.3 Participação nas decisões

Quando se comparam as abordagens que nas duas cidades se fazem à participação das pessoas com necessidades especiais (quadro 44) verifica-se que numa das cidades se procura um modelo de participação mais informal através das vivências e da proximidade com os agentes políticos e na outra cidade uma preocupação com um diagnóstico que permita conhecer melhor as necessidades e as pessoas e o início de um modelo de participação mais consequente integrado nas opções participativas, que têm permitido avançar já com algumas frentes de trabalho e com algum compromisso com os agentes políticos como houve ocasião de constatar nas entrevistas sobre esta matéria.

Quadro 44- Comparação do nível de participação

Participação nas decisões	Cidade B	Cidade X
Diagnóstico da realidade		*
Orçamento participativo	*	
Grupos focais	*	
Modelo mais informal	*	*
Vivências cotidiano	*	*
Proximidade aos decisores	*	*
Desejo de criação de instância formal		*
Utilização de instrumentos de recolha de opiniões		*

(* assinala características da participação em cada cidade)

Existe, mesmo, na cidade X uma vontade que se auscultou dos vários agentes envolvidos de se avançar mais neste domínio da partilha mais próxima com os destinatários e os decisores. Uma nota que vai de encontro à bibliografia consultada, Milani (2008) e John (2001), pois as próprias pessoas com necessidades especiais que foram auscultadas não parecem sentir esta como uma necessidade de primeiro nível, tendo preocupações mais práticas e de nível de execução.

7.1.4. Principais dificuldades e obstáculos existentes

Se se realizar uma comparação das duas cidades estudo acerca das principais dificuldades e obstáculos encontram-se como é expectável semelhanças e diferenças. As semelhanças são sobretudo ao nível da reclamação de mais meios financeiros para abarcar um conjunto vasto de áreas de intervenção que são necessárias operacionalizar para levar por diante as transformações e mudanças que a cidade inclusiva implica. Nesse domínio é de registar que nos últimos anos a cidade B tem assumido estas áreas de intervenção como áreas prioritárias e tem procurado por todos os meios potencializar os recursos disponíveis, mesmo que isso implique abrandamento de outras áreas do trabalho municipal.

Ambos os responsáveis de ambas as cidades colocaram muita ênfase nos obstáculos que sentem nas áreas da colocação profissional e do emprego das pessoas com necessidades especiais, pois consideram ser uma das áreas mais críticas para que os processos inclusivos tenham sucesso.

A cidade X tem procurado ultrapassar algumas das suas dificuldades estabelecendo com outras entidades de natureza nacional e extramunicipais protocolos de cooperação que permitem mobilizar novos recursos.

Procurar-se-á no quadro 45 sistematizar essa análise comparativa.

Quadro 45 - Comparação das dificuldades e obstáculos

Dificuldades e obstáculos	Cidade B	Cidade X
Financeiras		*
Zonas isoladas / rurais	*	
Empregabilidade	*	
Atender um conjunto muito amplo de necessidades	*	*
Ausência de estudos e diagnóstico	*	*

(* assinala as principais dificuldades sentidas)

Ao nível de alguma diferença entre as cidades estas relacionam-se com as particularidades territoriais de cada uma delas que implica por vezes áreas territoriais muito alargadas, distantes do centro o que obriga a meios de intervenção de natureza mais indireta, que no caso tem implicado o envolvimento dos bombeiros, da polícia municipal, das juntas de freguesia por exemplo.

7.1.5. Expetativas de mudança

A partir das entrevistas foi possível aquilatar do nível de expectativas que os diferentes agentes locais apresentam acerca do prosseguimento das políticas locais para a inclusão e sobre a concretização de medidas e ações que suportam essas políticas que se têm vindo a concretizar, pelo quadro 46 poder-se-á observar o nível dessas percepções.

Quadro 46- Comparação das expectativas de mudança

Expectativas de mudança	Cidade B	Cidade X
Inclusão como processo	*	*
Continuar trabalho político	*	*
Desenvolver ações concretas	*	
Reforço dos meios	*	*
Aprofundar parcerias	*	*
Mais acesibilidade	*	*
Mais programas com recursos da comunidade	*	
A educação e a formação como áreas fortes	*	*
Internacionalização		*
Emprego	*	*
Transportes acessíveis		*

(* assinala as expectativas expressas)

Como se poderá verificar, existe uma grande sobreposição entre ambas as cidades reforçando a ideia que a inclusão é um processo contínuo e que exige envolvimento e direção política, a necessidade de mobilizar mais meios financeiros, materiais e técnicos. O reconhecimento de que sem um trabalho em parceria e em rede não é possível levar por diante a construção da cidade inclusiva, bem como, o reconhecimento do papel que a educação, a cidade educadora e formativa pode ter nesse processo e a importância da internacionalização pelo valor acrescentado que trás às experiências e pela aprendizagem que gera.

7.1.6. Políticas públicas das cidades estudadas

Com referências de análise feita por autores já citados no marco teórico (Oliver e Barnes, 2012, Vardakastanis, 2014 e Garcia e Bautista, 2011) far-se-á a comparação global das duas cidades em estudo, estando em presença de cidades que incorporam, nos seus projetos políticos de desenvolvimento,

perspetivas avançadas de respeito pelos direitos de todos, pela dignidade da pessoa humana e pela diferença.

No que se refere à implementação das políticas e das práticas de operacionalização que lhes estão subjacentes, no caso da cidade B, a visão e o âmbito das políticas implementadas são muito abrangentes e transversais, havendo várias medidas de política que se aplicam aos cidadãos em geral e não apenas ao grupo específico das pessoas com necessidades especiais, desenhando as políticas de forma tão aberta que se possam aplicar a todos.

O entendimento e o uso que das competências municipais na cidade B é muito amplo, ou seja, vai muito para além de uma interpretação *stricto sensu* das competências legalmente definidas. A gestão dos recursos que suporta as políticas é coerente com os princípios que se defendem, ou seja, os meios são geridos conforme as prioridades políticas definidas que, neste caso, se centram especialmente na resposta às necessidades, à qualificação das pessoas e ao apoio aos grupos mais vulneráveis. Está bem presente aquilo a que Pinhal (2004) designa de “não competências”, mas que acentuam a territorialização das políticas, pois respondem a situações concretas e específicas em consonância com o princípio da subsidiariedade, que pretende assegurar uma tomada de decisão tão próxima quanto possível do cidadão, mediante a verificação constante de que a ação a empreender, a nível comunitário, se justifica relativamente às possibilidades oferecidas pelo nível nacional ou regional.

A concretização das políticas faz-se recorrendo a três grandes eixos de orientação. O primeiro com respostas específicas a problemas muito específicos, por vezes de grupos que, na população, têm problemas de baixa prevalência, sendo, contudo, problemas de alta intensidade, quer dizer causadores de graves limitações. O segundo, responder com dispositivos comuns, desenhados a pensar numa gama muito ampla de grupos populacionais que, embora tenham necessidades diferentes, têm, em comum, carências sociais, económicas ou outras que dificultam a sua inclusão. O terceiro eixo, responder mobilizando os recursos endógenos o que implica a gestão de uma rede comunitária de parceiros, desde o voluntariado social, passando pelas instituições, pelas

escolas, pelas coletividades e pelas associações que respondem às necessidades das populações com necessidades especiais.

As medidas de políticas implementadas têm tido preocupações com a sensibilização e a informação à comunidade, o fomento da acessibilidade no espaço público, o acesso aos bens coletivos no caso, a cultura e o desporto.

A dimensão educativa das medidas tomadas é muito valorizada e muitos dos projetos utilizam a educação e a formação como uma estratégia de mudança, os princípios das cidades educadoras estão bastante presentes na conformação das políticas seguidas, nomeadamente no respeito pelos direitos dos cidadãos, no ordenamento do espaço físico, na luta contra a exclusão e na participação dos cidadãos na vida da comunidade.

Na cidade X as opções de política local estão muito ligadas ao projeto de desenvolvimento que serve de base ao trabalho desenvolvido no concelho. As políticas públicas contam com a sensibilidade dos agentes políticos para com a diferença e ganham com a continuidade dessas mesmas políticas, pois a força política é a mesma que governa o município desde as primeiras eleições autárquicas realizadas em Dezembro de 1976.

Pelo conjunto de medidas tomadas, a cidade X tem passado por um processo de transformação, quer em termos materiais quer imateriais, no sentido de que todos possam usufruir dos recursos que a cidade oferece, através da criação de um conjunto de dispositivos em diferentes áreas, como a da cultura, do desporto, do emprego, da habitação, da acessibilidade, da sensibilização, da educação e formação.

A importância da educação, nos domínios já referidos anteriormente, está muito presente na definição das políticas e a participação em redes internacionais, constituindo, neste domínio, instrumentos de validação das políticas, das medidas e das ações. Encontram-se muito presentes, nas duas cidades, as características consideradas como boas práticas, ao nível dos projetos socioeducativos, segundo Marques e Moreira (2009); um forte potencial técnico, pela parceria, pelos processos de cooperação e parceria que geram; um potencial organizativo, pela rentabilização dos recursos e pela inovação das

soluções; um forte potencial político, pela mobilização e participação social que implicam, um potencial de transferibilidade, pelo facto de se poderem desenvolver em vários e distintos territórios e um potencial social pelas condições de equidade que geram, pela coesão social que proporcionam e pela sua ligação aos problemas específicos do território.

A concretização das políticas apresenta uma visão de médio e longo prazo, suportando-se na mobilização dos parceiros locais e nos contributos de trocas internacionais com a realidade de outros países. Os trabalhos académicos, os estudos e o diagnóstico social têm, nesta cidade, um significativo peso nas medidas de política que se foram tomando ao longo do tempo.

As medidas de políticas implementadas na cidade B tem tido preocupações aos níveis do fomento dos direitos fundamentais da sensibilização e da informação, da educação e formação, no acesso à cultura e ao desporto e na acessibilidade ao espaço público e aos edifícios.

Quanto às principais dificuldades e obstáculos que se colocam à concretização das políticas locais, é sistematicamente referido, por todos os interlocutores ouvidos na cidade B, a escassez de meios financeiros como principal dificuldade, embora esse facto não seja suficiente para diminuir a motivação em continuar com o processo de inclusão, na procura do alargamento dos serviços, no prosseguimento da adaptação física da cidade, na procura de novas soluções para o emprego e na luta pela mudança de atitudes da sociedade no seu todo, envolvendo mais atores neste processo. Outras dificuldades apontadas são a falta de um diagnóstico da situação no concelho e a ausência de mais meios técnicos de suporte às atividades.

As dificuldades e os obstáculos que foram possíveis identificar para a Cidade X, situam-se ao nível dos meios financeiros disponibilizados, pois a amplitude das medidas a tomar e das áreas de intervenção a cobrir, revelam-se exigentes desse ponto de vista. Outra matéria a que foi dada relevância foi a falta de articulação com outras instâncias de organismos da administração central e a referência a uma sociedade civil que nem sempre está suficientemente mobilizada para as mudanças a empreender. Apesar das dificuldades, as dinâmicas de mudança são consistentes com propostas muito diversificadas de

alargamento territorial das medidas, de envolvimento de novos atores sociais, de maior valorização das componentes da educação e do emprego.

Nesta análise incluiu-se, ainda, os aspetos que se prendem com a governança, incluiu-se a gestão interna da organização da gestão municipal e o envolvimento e participação dos interessados nos processos de decisão.

No que diz respeito ao primeiro desses aspetos de análise, verifica-se que, na organização interna, existe uma implicação dos vários níveis técnicos e políticos na concretização dos objetivos, suportada no exercício vertical e horizontal da liderança dos processos em curso. Para além disso, existe uma articulação externa com as entidades locais que se desenvolve nos grupos de trabalho do concelho local de ação social e que assegura uma estação mais global da informação e das decisões. De salientar, no caso desta cidade, a eleita com este pelouro assegura diretamente a coordenação do Conselho de Ação Social e da Comissão de Proteção das Crianças e Jovens, o que lhe permite uma grande proximidade aos problemas e uma grande influência na gestão das situações e no envolvimento dos parceiros.

A participação dos interessados nas decisões desenvolve-se mais ao nível da rede social, onde têm assento todas as organizações locais, incluindo a Associação Portuguesa de Deficientes e, segundo os interlocutores, é prejudicada pela falta de um diagnóstico que determine, com rigor, quem são as pessoas com necessidades especiais, quantos são, onde residem, etc.

Quanto aos processos de organização e de participação dos interessados nas decisões, a situação descrita em cidade X é muito semelhante com a da cidade B, embora exista o dispositivo das opções participativas, que têm criado condições para que alguns projetos prossigam e consigam captar meios para a sua concretização. Verifica-se, pelos dados recolhidos, que existe uma boa articulação e coerência entre a informação técnica e a decisão política. A concretização do Plano de Acessibilidades também tem criado condições para uma maior aproximação entre os serviços internos do município e mesmo dos decisores políticos das populações com necessidades especiais, não havendo, no entanto, nenhum dispositivo mais formal de participação dos cidadãos com necessidades especiais nas decisões políticas tomadas.

Em síntese, se se quiser comparar as duas unidades de estudo pode ver-se o resumo no quadro 47.

Quadro 47- Comparação das Unidades de Estudo

Eixos de análise	Cidade B	Cidade X
Características das cidades	<ul style="list-style-type: none"> • Cidade média com 88.854 hab. • Pop. c/ Nec. Especiais 3.999 hab. • Situada na zona Norte 	<ul style="list-style-type: none"> • Cidade média com 79.529 hab. • Pop c/Nec. Especiais 4.260 hab. • Situada na zona Centro
Preocupações com a exclusão/inclusão	<ul style="list-style-type: none"> • Muito marcada pelos problemas da exclusão • Crise económica c/ efeitos marcantes • Desemprego e abandono escolar 	<ul style="list-style-type: none"> • Desemprego jovem • Necessidades básicas da vida familiar • População dependente / envelhecimento
Oportunidades oferecidas	<ul style="list-style-type: none"> • Amplitude e emergência dos problemas sociais e da educação • Soluções amplas que se aplicam a todos • Soluções específicas para grupos sociais determinados • Atenção a novos problemas 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos e diagnóstico social determina as necessidades • Grupos mais vulneráveis • Pioneira em criação de certo tipo de oportunidades/respostas • Atenção a novos problemas
Serviços e recursos para a inclusão	<ul style="list-style-type: none"> • Educação Inclusiva • Apoios sociais • Acessibilidades, Transportes, Habitação • Cultura • Desporto • Sensibilização • Novos serviços 	<ul style="list-style-type: none"> • Educação inclusiva • Educação precoce • Informação/sensibilização • Acessibilidades Transportes, Habitação • Cultura • Desporto • Apoio social • Novos serviços
Políticas públicas	<ul style="list-style-type: none"> • Matriz social • Dimensão geral e transversal das políticas implementadas • Forte empenho político nas áreas da educação e formação, da intervenção social e da inclusão • Enfoque nas crianças e jovens • Exercício das competências legais muito flexível • Igualdade de oportunidades / Equidade • Gestão dos recursos em linha com as opções políticas 	<ul style="list-style-type: none"> • Matriz social • Políticas desenvolvidas com enquadramento técnico • Inclusão assumida no projeto de desenvolvimento • Forte empenho político na mudança e no respeito pela diferença • A educação e a inclusão como áreas prioritárias do projeto político • A acessibilidade como área central das políticas levadas a cabo • Implementação de soluções inovadoras

Eixos de análise	Cidade B	Cidade X
Concretização das políticas	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de dispositivos específicos • Utilização de dispositivos gerais aplicados a grupos diferenciados da população • Mobilização dos recursos endógenos • Suporte na rede de parceiros • Proximidade dos políticos aos problemas • Implicação pessoal dos decisores políticos nos processos 	<ul style="list-style-type: none"> • Visão de médio e longo prazo • Mobilização dos parceiros locais • Suporte nos trabalhos académicos e nos diagnósticos • Atenção às experiências internacionais • Sensibilidade e interesse dos políticos face aos problemas
Processos de Participação	<ul style="list-style-type: none"> • Rede social • Não existem processos de participação direta nas decisões • Participação parcial 	<ul style="list-style-type: none"> • Opções participativas • Rede social • Não existem processos de participação direta • Participação parcial
Projetos socioeducativos	<ul style="list-style-type: none"> • Participação em redes internacionais • Geram processos de parceria e cooperação • Rentabilização dos recursos • Favorecem a inovação • Fomentam a participação social • Ligados ao território • Paralelismo dos processos inclusivos com a educação 	<ul style="list-style-type: none"> • Participação em redes internacionais • Geram processos de parceria e cooperação • Rentabilização dos recursos • Favorecem a inovação • Fomentam a participação social • Ligados ao território • Paralelismo dos processos inclusivos com a educação
Dificuldades obstáculos	<ul style="list-style-type: none"> • Meios financeiros • Ausência de um diagnóstico • Mais meios técnicos • Chegar às zonas mais isoladas 	<ul style="list-style-type: none"> • Meios Financeiros • Amplitude das medidas e das áreas de intervenção • Falta de articulação com outros níveis da administração • Mobilização da sociedade

Na seleção das unidades procurou-se selecionar duas cidades onde partindo-se dos percursos inclusivos de cada uma, poder-se-ia chegar a uma matriz de boas práticas na construção de cidades inclusivas para as pessoas com necessidades especiais. Neste sentido, não é de estranhar quando se faz a análise das cidades, que os resultados sejam semelhantes. Sem haver contradições, contudo encontramos algumas diferenças que são de salientar. Na cidade B o motor dos processos inclusivos advém de uma procura constante de combate aos fatores de exclusão que são muito marcantes nesta comunidade e que desenham a orientação política, enquanto na cidade X, essa orientação para a inclusão parece mais relacionada com a conjugação do conhecimento da

realidade com uma opção determinada de encontrar lugar para a diferença no processo de desenvolvimento.

Uma outra diferença encontrada é na concretização das políticas locais: enquanto na cidade B as políticas inclusivas são de natureza transversal, quer dizer, encontram-se exemplos de políticas para todos, que se aplicam também às pessoas com necessidades especiais, na cidade X as opções situaram-se mais ao nível de responder primeiro aos problemas específicos e só numa segunda fase se estão a globalizar as respostas.

Tratam-se de cidades médias com alguns problemas de exclusão, muito conscientes da necessidade de promover a inclusão dos grupos mais marginalizados, que para o caso desenvolvem políticas com uma matriz fortemente social que se reflete nos projetos, nas medidas e ações que são levadas a cabo e que estão em linha com as recomendações dos autores que estudam as cidades inclusivas. Apoiam-se muito nos recursos endógenos e que desenvolvem processos de liderança que mobilizam a comunidade e que têm conseguido transformar e mudar a realidade, não sem dificuldades, no sentido de criar melhores condições de vida para os cidadãos em geral e em particular para os que, têm necessidades especiais. O motor da mudança, é uma forte e clara opção política de curto, médio e longo prazo, um forte empenho dos atores políticos e de uma forte articulação com os quadros técnicos, na constante procura de novos meios e de melhores soluções. Outra componente que ajuda a fazer de uma cidade, uma cidade inclusiva, é a sua relação com redes internacionais e o desenvolvimento dos projetos socioeducativos que funcionem como estratégia de mobilização para a transformação das realidades.

A terceira diferença é que com o projeto das opções participadas, a cidade X apresenta um modelo de participação dos cidadãos que parece mais avançado que o da cidade B, em que não se encontram mecanismos sistemáticos e estruturados que assegurem um processo de participação nas decisões, em que a governança seja um exercício de partilha do poder onde os próprios visados têm uma palavra a dizer.

Apesar dessas diferenças, que não são de modo a poder-se afirmar que estamos perante modelos muito distintos, antes, os percursos e as opções têm

precedências diferentes, embora os objetivos finais pareçam ir no mesmo sentido, pelo que, a partir das unidades de estudo, podem traçar-se as características das cidades que seguem boas práticas de inclusão.

Contudo, uma das áreas que requer ainda maior empenho e trabalho, técnico e político, das várias partes implicadas, mesmo em ambas as cidades, seja a participação dos interessados nos processos de mudança e na captação de meios acrescidos para o processo de transformação das cidades, num tempo compatível com a expectativa das pessoas e da sociedade. A isso poder-se-á acrescentar a necessidade de envolver a sociedade no seu todo e não apenas os entes públicos, num processo que ganha qualidade quando se aumenta a quantidade das pessoas, das instituições, das empresas e de outras e diversas organizações que compõem a sociedade e, mesmo, de outros níveis de entes político-administrativos, de nível nacional ou regional.

Se se quiser definir o que são boas práticas na construção de processos inclusivos nas cidades poder-se-á sistematizar um conjunto de doze características fundamentais (ver figura 48). Esta análise, resultante do estudo das duas cidades, vem confirmar a tendência dos resultados recolhidos por questionário, concluindo-se que as cidades mais inclusivas, são aquelas em que:

1. Se verifica existirem preocupações com os processos de exclusão e de inclusão em geral e em particular com as pessoas com necessidades especiais;
2. Se faz uma aposta em criar condições no acesso aos meios e recursos da cidade, de modo a que todos os cidadãos os possam utilizar;
3. Existe uma forte aposta no convívio social, criando oportunidades de sociabilização na comunidade e na educação/formação, como áreas centrais nos processos inclusivos;
4. As políticas desenvolvidas tocam num conjunto alargado de áreas de intervenção, desde o acesso aos bens sociais, culturais, desportivos, de lazer, até às infraestruturas básicas como o espaço público, os transportes, a habitação, o emprego, etc.;

5. Se verifica a sensibilidade dos executivos e a forte opção política continuada na promoção das transformações necessárias a empreender na cidade;

6. Existe uma opção dos decisores políticos de exercerem as suas funções num entendimento próprio e autónomo das competências que lhes estão atribuídas legalmente;

7. Se procura ajustar, de forma consequente, os recursos financeiros às opções políticas tomadas;

8. Os estudos existentes, e a sustentabilidade técnica das soluções é valorizada nos processos de decisão;

9. Existem espaços de participação dos destinatários ou seus representantes nas decisões políticas tomadas;

10. As cidades e os seus decisores fazem uma avaliação globalmente positiva acerca dos percursos e dos processos em curso, ou seja, existe convicção e otimismo acerca do processo em curso;

11. Os projetos levados a cabo tenham condições de: gerar processos de parceria e cooperação, de rentabilizar os recursos, favorecer a inovação, de promover a participação social e de estarem intrinsecamente ligados aos problemas do território;

12. O potencial dos processos inclusivos deriva da capacidade de ajustar, de forma constante, os recursos às necessidades das populações;

Figura 48 - Diagrama cidades inclusivas “Boas Práticas”



Fonte: Produção própria

Se se quiser traçar o perfil de uma cidade inclusiva, estas são as principais características que este estudo elencou e que muito provavelmente serão aplicáveis quando se analisarem outras áreas da intervenção social dos municípios, enquanto entidades que têm um peso determinante e, cada vez mais emergente, na qualidade de vida das populações.

7.2. Discussão das linhas de força para a promoção da inclusão social das pessoas com necessidades especiais nas cidades

A discussão final dos resultados num trabalho académico com as características do que ora se apresenta, é um espaço de síntese crítica dos resultados que se recolheram no estudo empírico e, ao mesmo tempo, a oportunidade para ligar o enquadramento teórico aos resultados obtidos, fazendo, nesse contexto, uma reflexão crítica sobre os temas, assumindo o próprio investigador um posicionamento sobre as matérias em análise. Procurando responder à questão de partida e aos objetivos, aglutinar-se-á a análise e a discussão dos resultados em cinco categorias de análise, que se passam a descrever.

7.2.1. A exclusão/inclusão como um processo dinâmico na construção da cidade

Conforme o gráfico 9 e 10 as cidades envolvidas no estudo estão bastante atentas aos fenómenos da exclusão social, pelo modo muito evidente e em configurações muito diversas que apresentam na sociedade portuguesa e, mais especificamente, nas cidades que se constituem como polos de recursos e, simultaneamente, como polos de problemas, sendo que, por via das situações de crise do estado social, os meios e os recursos não são suficientes para colmatar as várias formas de expressão de que se revestem os fenómenos de exclusão. Neste contexto, uma percentagem muito significativa das cidades assinala prioritariamente os problemas da pobreza e do fracasso escolar seguido dos problemas da desestruturação familiar e da precaridade laboral e, por último, as questões das doenças físicas e mentais, os consumos de aditivos e as questões relacionadas com a raça e as etnias.

Verificou-se, no entanto, quando se compararam as cidades mais ou menos inclusivas, ou quando dos dados recolhidos, nas duas unidades de estudo, que aquelas cidades que tinham conseguido ir mais longe nos processos de inclusão, eram as que tinham dado mais atenção aos problemas relacionados

com as doenças físicas e mentais. O que mostra que, muito dos esforços empreendidos, se centram nos problemas sociais que têm uma expressão quantitativa mais eminente, ou que derivam de situações contextuais que agravam e tornam agudos esses problemas. Serão, provavelmente, esses problemas que captam mais recursos e mobilizam mais esforços quando se definem as políticas públicas. Os grupos populacionais que se podem designar de “nichos” acabam por não tomar tanta atenção quando se pergunta quais são os que têm tido particular atenção.

Por outro lado, sabe-se, também, que existem algumas categorias que se sobrepõem, como é o caso das populações com necessidades especiais e a pobreza pois, como houve oportunidade de salientar na bibliografia citada, este grupo sofre de múltiplas formas de exclusão, uma vez que aparecem sempre nos estudos sobre a pobreza com os índices de pobreza mais elevada. Segundo Paugam (2009), quando caracteriza os grupos marginalizados, refere o seu nível de fragilidade, de dependência e num estágio mais grave de rutura, pois, muitas vezes, isso significa que dificilmente retomam os laços com a sociedade.

Constata-se que os municípios têm desenvolvido um conjunto de esforços, mobilizando os recursos locais, fomentando o trabalho em rede, ajudando a criar novas respostas sociais, desenvolvendo soluções de proximidade, apostando na educação inclusiva, ensaiando soluções de inserção laboral, entre outras áreas, evitando com a sua intervenção aquilo que Castel (1997) designou como as pessoas que estão fora dos circuitos vivos das trocas sociais.

Clavel (2004) referia que para afrontar os problemas da exclusão se poderia ter duas abordagens. A primeira, que designou de “Estado terapeuta” em que o papel do Estado seria o de apoiar um problema das pessoas, de ajudar a resolver as suas fragilidades e a minorar as suas dificuldades. A segunda, numa linha mais crítica e menos conservadora, que procura afrontar o problema de duas formas, uma reforçando as estruturas sociais e outra influenciando as atitudes sociais face a esta problemática, implicando uma transformação dos fatores que geram a exclusão. Neste sentido, para este autor o combate à exclusão deverá evoluir nesses dois sentidos, por um lado, melhorando as

condições económicas, sociais e institucionais de apoio e por outro, influenciando uma transformação social, cultural e política que contribua para alterar os modelos e as práticas sociais.

O que se confirma, pelos resultados obtidos, é que o predomínio das abordagens ao problema, por parte dos municípios, ainda se situa em grande medida nesse modelo de remediação dos problemas, mas começam já, embora em menor número, a haver casos em que o modelo de transformação sociocultural é visível. No caso dos municípios considerados com maior potencial inclusivo, nomeadamente, os que serviram para os estudos de caso, verifica-se que as questões da exclusão e os excluídos estão no centro das preocupações, em que, em vez de políticas exclusivamente dirigidas aos grupos específicos, se encontram situações em que essas políticas se integram nas políticas gerais a desenvolver, alterando as práticas gestionárias, de modo a corporizar este novo entendimento.

É neste quadro que faz sentido introduzir o conceito de inclusão, pois este conceito encerra um conjunto de ideias e de pressupostos que implica um outro olhar sobre as questões da exclusão social. A inclusão social tem uma carga de transformação social, do exercício da democracia, da mobilização da sociedade no seu todo, que implica um envolvimento político e um quadro político de atuação que vai muito para além da solução clássica diagnóstico das necessidades e modelos de remediação das mesmas, ou seja, o problema não está confinado a um grupo de excluídos, mas antes, é um problema da sociedade em geral que implica o debate no espaço público, o exercício da democracia participativa, a valorização das diferenças, a criação de uma rede de recursos articulada, mobilizando a sociedade para novas políticas sociais mais transversais e mais globais.

O que está em causa, conforme chama a atenção Sasaki (2003), é um processo bilateral no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam soluções para os problemas na procura de uma equiparação de oportunidades para todos.

No presente estudo verificou-se, com os baixos índices de participação dos próprios interessados, ser um sinal de como, ainda, se está muito no domínio da remediação. O caminho da inclusão, embora se vá fazendo, é ainda pouco

assumido na sua plenitude, de um modo geral. Por exemplo, só 43% das cidades inquiridas referiram que a falta de participação cidadã pode gerar exclusão, 52% das cidades referiram que não existem, de forma sistemática, processos de participação.

Pode-se caracterizar, a partir dos resultados, que apesar de todos os esforços que se estão a desenvolver, apesar de mais de metade das cidades inquiridas apresentarem um score de mais de 50%, quando se tentou medir o seu potencial inclusivo, embora só sete cidades tenham ficado situadas no intervalo entre os 60% e os 80%, o que demonstra a sensibilidade dos municípios portugueses para a inclusão social das pessoas com necessidades especiais e o trabalho que já está no terreno mas, ao mesmo tempo, o muito que falta fazer para se generalizar uma ação constante, consequente e participada de transformar as cidades, para que a qualidade de vida destas pessoas possa ser uma realidade.

Pelos scores obtidos no questionário pode dividir-se os processos de inclusão em três tipos padrão. As cidades que estão ainda num estágio embrionário, estão agora a despertar para o problema mas não têm trabalho no terreno relevante, as cidades que estão num estágio de arranque das ações e das medidas inclusivas, mas que ainda necessitam percorrer todo um caminho de concretização mais consistente e, finalmente, as cidades que estão num estágio de desenvolvimento mais avançado, já arrancaram, têm trabalho no terreno, assumido no seu projeto político e de desenvolvimento, com dispositivos e meios que já as distinguem dos estádios anteriores, e que conseguiram montar um processo de envolvimento ao nível local, das instituições, das entidades, das escolas, das associações de e para as pessoas com necessidades especiais, e entendendo o trabalho feito como um processo em desenvolvimento que carece de continuidade e de mais meios para progredir.

Seria mesmo desejável, aproveitando as boas práticas que já se conseguem identificar, desenhar um programa nacional que envolvesse os vários níveis da administração pública que se propusesse transformar as cidades, através de ações concertadas, de continuidade, acompanhada por grupos de atores ligados ao problema e com linhas de financiamento locais,

nacionais e europeias para pôr em prática uma ideia tão simples, como complexa, como dizia um dos interlocutores das entrevistas, portador de limitações, que finalmente o que basta “é que tenhamos acesso a tudo o que as outras pessoas já têm”.

Voltando ao modelo de Clavel (2004), nesta fase de desenvolvimento em que se encontram as cidades seria desejável que a intervenção se pudesse situar a dois níveis podendo, desse modo, acompanhar um processo que é dinâmico e que terá de ser flexível de modo a corresponder a um vasto leque de necessidades. O primeiro nível corresponderia a tomada de medidas específicas, próprias para responder a necessidades muito particulares dos cidadãos, à criação de recursos muito específicos e especializados. O segundo nível passaria por procurar, ao máximo, entrosar as medidas já existentes de modo a que, alargando o seu âmbito, pudessem, pela sua transversalidade, abarcar um conjunto mais vasto de cidadãos, incluindo os que têm necessidades especiais.

Tirar os problemas da exclusão da alçada dos serviços que tratam, apenas, desse grupo, seria uma primeira medida para abrir mais as políticas sectoriais à multidimensionalidade dos problemas de desenvolvimento. A circulação da informação e do conhecimento das matérias, a organização de estudos locais, a organização de fóruns abertos à comunidade, podem criar muito boas condições para, gradualmente, se ir passando de uma abordagem de remediação para um enfoque de inclusão.

Em última análise, o que está aqui em causa, lembrando os princípios defendidos por Lorenzo (2005), é procurar que as pessoas com necessidades especiais sejam protagonistas nos processos e tenham uma maior visibilidade social. Trabalhar na base da cooperação e da corresponsabilidade das instituições e dos agentes sociais públicos, privados e associativos, colocar estes problemas nas agendas políticas, ensaiar novas estratégias de intervenção, privilegiando áreas chave como a educação e o emprego, procurar a todo o custo levar por diante planos de acessibilidades ao espaço físico e aos bens comuns, não descurar os aspetos da saúde dos apoios sociais, tendo em

conta as necessidades específicas e assegurar, através das redes internacionais, a validação das experiências e das melhores práticas.

7.2.2. Potencial e limitações das cidades inclusivas

Ao longo do trabalho, procurou dar-se nota de qual a importância que as cidades têm hoje para a vida da pessoa humana, esta construção pós-industrial que vive da concentração de meios para responder às múltiplas necessidades. Mais de metade da população vive hoje em ambientes urbanos e a cada hora que passa cerca de 150 mil pessoas deslocam-se para as cidades na procura de mais segurança, mais emprego, mais saúde e melhor habitação. Essa é também a tendência em Portugal em que cerca de 62% da população vive em meio urbano, segundo Carreira da Silva, Aboim e Saraiva (2008), o abandono dos campos não se deu apenas na direção das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, mas também no sentido das cidades médias, o que significa que essas cidades aumentaram o seu tecido urbano nos últimos anos.

Conforme relevam Castells e Borja (1996), as cidades adquirem há umas décadas a esta parte um maior protagonismo nos vários domínios que interferem na vida das pessoas. As cidades respondem a propósitos económicos, políticos e culturais e a problemas candentes como o emprego, a sustentabilidade ambiental, a participação dos cidadãos na vida coletiva

Como refere Park (1967), as civilizações atuais estão agarradas às cidades, é um mundo que o homem criou e onde está condenado a viver com todas as contradições e problemas que a vida coletiva acarreta. Domingues (2015) designa “cidade esponja”, querendo significar uma certa polissemia do conceito de cidade, pois pode significar o melhor e o pior que encontramos na vida contemporânea, aliás, nesse sentido o próprio conceito de cidade inclusiva é bem o exemplo de como as cidades se devem ajustar às necessidades de todos, pois reconhece-se que alguns ficam nas margens.

Florida (2004) e Sassen (2001) sugerem, pelos seus trabalhos de investigação, que a globalização gera fenómenos de desigualdade nas cidades, pois, segundo Sassen, a concentração de capital gera rendimentos elevados a

certos grupos sociais que, por sua vez, contratam pessoas e serviços a preços irrisórios, gerando, dessa maneira, grandes desigualdades de rendimento. Flórida chega a conclusões semelhantes quando constata que cidades que tiveram grandes crescimentos ao nível das tecnologias da informação e ao nível da alta tecnologia inovadora aumentaram a desigualdade de rendimentos entre os habitantes.

As populações com necessidades especiais, pelas razões já anteriormente abordadas, sofrem de vários modos dessas desigualdades. Nos anos de 95 do século passado, na cidade de Barcelona, pela primeira vez se refletiu sobre as cidades e as pessoas com necessidades especiais, reconhecendo, os 14 países e as 367 cidades presentes, que se deveria melhorar a integração social, o acesso à informação, a convivência social, o acesso aos serviços, o apoio à vida diária, o acesso aos edifícios e espaços públicos, aos transportes e a um melhor conhecimento das necessidades, através de estudos e trabalhos de investigação.

Passadas que foram duas décadas, encontram-se muitas lacunas e muitas insuficiências numa perspetiva de uma cidade para todos, em que todos tenham lugar e acesso aos bens coletivos. É indesmentível, como mostra este trabalho de investigação, que a cidade é o lugar privilegiado para ensaiar respostas e soluções que contribuem para a inclusão, espaço onde existe uma maior concentração de recursos, mais massa crítica, maior concentração de pessoas e de problemas e uma rede de suporte no ensaio de soluções.

Tendo em conta os resultados do presente estudo, ficaram demonstradas algumas potencialidades que as cidades comportam, enquanto espaço privilegiado para a inclusão, senão vejam-se alguns dos resultados:

- - Maior concentração dos recursos e dos meios, sendo muito nítido que quanto maior a concentração populacional mais meios e recursos se concentram a favor das populações;
- - A integração das cidades em áreas intermunicipais de certa densidade populacional favorece que alguns dos problemas se possam trabalhar através de projetos intermunicipais;

- - Quanto maiores os aglomerados populacionais maiores os níveis de participação e de parcerias locais;
- - Não se encontram muitas diferenças, conforme o volume dos aglomerados populacionais, quando se tratam de dispositivos de apoio universais, como é o caso das escolas ou das IPSS e dos seus dispositivos de apoio, ou quando se tratam de dispositivos que implicam captação de verbas nacionais ou europeias, como é o caso do programa RAMPA (Planos de Acessibilidades).
- - Quanto mais pequenos os territórios e mais isolados, mais condicionados estão os processos de inclusão.

Para refletir sobre estes resultados poder-se-á recorrer ao conceito de “efeito-cidades” introduzido por Carreira Silva, Aboim e Saraiva (2008), que o utilizaram para explicar a participação cívica, tendo em conta a dimensão dos aglomerados populacionais. Nesse sentido, concluíram que viver numa cidade grande, média ou pequena afeta os direitos e os deveres de cidadania.

Os fatores que interferem são, segundo os autores, a proximidade dos decisores, a densidade populacional que permite contactos mais frequentes com o outro, com o que é “estranho” e, à medida que cresce o aglomerado populacional, aumenta a mobilização cívica, quanto maior os aglomerados, maior a dinâmica associativa.

Para além disso, referem ainda os autores, quanto menores os aglomerados populacionais mais baixos os rendimentos das famílias, menores os recursos escolares. Dois terços dos analfabetos habitam em localidades com menos de 2 mil habitantes, 72% com rendimentos acima dos 2 500€ encontram-se em aglomerados com mais de 10 mil habitantes.

No trabalho de investigação constata-se que as quatro cidades que se revelaram ter menos potencial inclusivo, três delas têm muito baixa densidade populacional. A propósito de outras dimensões da vida da cidade, constata-se que a densidade populacional pode ser um preditor - também no caso da inclusão essa parece ser uma tendência. Repetem-se no caso dos aglomerados urbanos mais pequenos múltiplas formas de exclusão, mais pobreza, mais

isolamento, menos recursos e mais dificuldade de levar por diante processos inclusivos.

Os processos inclusivos a levar a efeito nestes territórios requerem mais esforços, pela natureza do território, por estarem em níveis mais recuados de concretização nos processos de inclusão, pelo que necessitarão de modelos de abordagem distintos e, provavelmente, planos de trabalho que possam ser multimunicipais para ganharem dimensão e robustez na implementação e na captação de meios. Essa possibilidade existe, isso seria, aliás, interessante estudar mais aprofundadamente pois, no presente estudo, aparecem municípios com baixa densidade populacional, embora poucos, apenas 2 que, apesar dessas características, apresentam um potencial mais interessante para a inclusão.

O efeito de cidade implica ainda outra conclusão, que se deve discutir com detalhe: de facto o território e as suas dinâmicas sociais, económicas e políticas têm uma enorme importância nos resultados que se conseguem alcançar. Daí, anteriormente, ter-se acentuado a abordagem política que se deve fazer ao problema, pois as atitudes dos atores, o capital sociocultural existente, as percepções e os valores de uma dada comunidade determinam as suas fragilidades ou potencialidades.

O território pode ter um papel determinante nas dinâmicas de exclusão/inclusão, pois entendido na sua dimensão “local” possui melhores condições para gerir a heterogeneidade humana, tem maior flexibilidade para desenvolver processos únicos para enfrentar os problemas próprios do desenvolvimento humano, pelas suas características podem mais facilmente estimular a cidadania, pelos meios, pelos recursos, pelos serviços disponíveis podendo funcionar como processo compensatório para os indivíduos. No fundo, é sempre este entendimento que está presente na gestão de um dado território, procurar que, pela sua qualidade, possa gerar condições de qualidade de vida para as populações, neste caso, entendidas não como um grupo massificado e homogéneo, mas tendo como potencial a sua heterogeneidade.

Nessa medida, para trabalhar nesta área, os grandes planos e complexos programas muito bem pensados e desenhados se estiverem desligados do

território e das realidades, dos processos sociais e das lideranças locais não funcionam. As ideias e os objetivos devem ser bem claros, estarem consensualizados, derivarem do conhecimento das necessidades e serem desenvolvidos, sempre, numa lógica de participação, agora o modo de os levar à prática deverá depender muito das dinâmicas que, em cada território, se forem construindo, sempre numa tentativa de alargar o processo o mais possível. Não é de todo possível, com o nível de transformações que se têm de empreender num processo de inclusão, deixar de envolver um conjunto muito alargado de instituições, de entidades, além dos próprios cidadãos, pois a não ser assim o processo não tem expressão de mudança ou fica, apenas, nos domínios da mudança física ou das inovações materiais, mas nunca chegará a alcançar o da inovação social ou da mudança de atitudes, mentalidades e comportamentos.

Dir-se-á ser muito difícil, mas este trabalho mostra, sobretudo ao nível dos estudos de caso, duas cidades médias, uma delas relativamente marcada por fatores de exclusão muito elevados, pois chegou a ser a cidade ou o concelho com maior índice de insucesso e abandono escolar, território muito marcado pela crise económica, o outro um concelho, embora próximo de Lisboa, muito marcado pela ruralidade, por uma atividade basicamente agrícola e sem recursos que lhe dessem grande centralidade, sendo hoje, quer um quer outro, concelhos que encontraram percursos interessantes de desenvolvimento: o primeiro é atualmente um exemplo entre os concelhos que apostam na qualificação das pessoas, o segundo com uma gradual centralidade e diversidade socioeconómica, que colocaram nas suas agendas políticas os problemas da inclusão, mobilizando as comunidades, alocando meios, procurando oportunidades, alicerçando as suas opções no conhecimento e na experiência internacional, tendo consciência do que está ainda por fazer. Ter-se-á que ter sempre presente que a alma dos processos inclusivos é a de mudar a sociedade, é a de enriquecer o meio físico e social, de modo a minorar as dificuldades que os indivíduos sentem em participar na vida das comunidades, em serem independentes e cidadãos com os mesmos direitos. As políticas inclusivas das cidades podem fazer toda a diferença na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos em geral e das pessoas com necessidades especiais em particular.

Em termos das notas do investigador, faz-se aqui uma observação mais pessoal, pois foi interessante testemunhar, nas entrevistas que se efetuaram, uma grande coesão dos diferentes interlocutores face aos grandes eixos, aos grandes temas que estavam em causa, testemunhado muito trabalho de proximidade, concertação de ideias e orientação de esforços no mesmo sentido. Daí, poder inferir-se que a pedra de toque dos processos de inclusão poderá estar, como já se referiu, no trabalho político e social que se possa desenvolver na comunidade robustecendo o tecido social. Como refere Seixas (2008), quando reflete sobre os modelos de governação local, dizendo que a governação das cidades se pode orientar mais para a produção de serviços administrativos ou para a valorização do capital social e para a promoção da cidadania, o que implica entender o cidadão como consumidor ou como político, no sentido em que participa e intervém na construção da cidade.

7.2.3. As políticas públicas e as necessidades especiais

Como já foi visto no respetivo item do trabalho, a imagem dominante das pessoas com necessidades especiais, ao longo dos tempos, favoreceu as perceções negativas ou discriminatórias face ao resto da população, sendo que, atualmente, essa imagem esteja a ser questionada, embora ainda se esteja longe em tratar o tema com objetividade e realismo.

Estas influências, segundo Oliver e Barnes (2012) definem, de forma muito determinante, as políticas públicas que se têm desenvolvido face às pessoas com necessidades especiais. Neste sentido, as políticas públicas têm refletido a imagem e a perceção que as sociedades e, ao mesmo tempo, as necessidades especiais e a incapacidade são aquilo que as políticas públicas definem. Os autores, em palavras mais simples, sintetizam dizendo que as necessidades especiais são aquilo que as políticas dizem que elas são.

A partir dos anos 90 do séc. XX, muito pela influência dos novos movimentos sociais de e para as pessoas com necessidades especiais, os Estados e as organizações internacionais começaram a tomar consciência das

várias formas de discriminação, que punham em causa os Direitos Humanos, e foram surgindo as primeiras políticas de discriminação positiva em vários domínios da sociedade sem que, no entanto, se deixasse de desenvolver políticas muito voltadas para responder às necessidades individuais e não tratando estas pessoas como um grupo em desvantagem.

O modelo social das necessidades especiais veio implicar um outro entendimento das políticas públicas, pois demonstrou-se que os problemas não se podiam resolver agindo apenas sobre a pessoa, mas que era necessário intervir nas estruturas sociais, nos ambientes e do seu acesso aos bens comuns.

Gibbs (2004) é muito afirmativo quando refere que todas as medidas de política que favoreçam a capacitação das pessoas com necessidades especiais são determinantes para uma renovada leitura da sua condição social, impondo-se contra a desqualificação e contra a exclusão da vida social.

Esta corrente das políticas públicas implica as próprias pessoas, nas soluções para uma vida em sociedade mais ativa, onde a lógica do Estado Social possa ser organizada, de modo a gerar e a encorajar uma cultura mais empreendedora, que contribua para uma maior justiça e equidade social, através de uma maior participação das pessoas com necessidades especiais, na vida em sociedade, que não se fique pelos apoios financeiros e que abra possibilidades de acesso à educação, ao emprego, aos bens e oportunidades comunitários, desenvolvendo políticas de emancipação. Retomando o raciocínio, estas políticas têm vindo a ser ameaçadas pelas sucessivas crises económico-financeiras que têm implicado fortes cortes nos gastos públicos, com a agravante de que o discurso público tem procurado colocar a responsabilidade nas políticas do Estado Social como sendo a causa e a razão dessas mesmas crises.

O desejável é que as políticas públicas mantenham os suportes sociais de modo a que a conjugação dos vários suportes possa gerar situações em que os indivíduos passem da dependência para soluções em que o sucesso pessoal e a independência de vida sejam alcançados.

O que se evidenciou neste estudo é que muitas das cidades possuem já dispositivos, serviços e recursos que se foram desenvolvendo para resolver

problemas muito importantes como as acessibilidades, os transportes, o acesso aos bens comuns, assumindo o governo local a execução de muitas dessas soluções, procurando tratar o que é diferentes com soluções diferentes, conseguindo, assim, que as pessoas com necessidades especiais tenham a mesma igualdade de oportunidades.

O que está em causa na definição das políticas públicas é que as mesmas não se centrem, apenas, numa perspetiva de remediação de um problema que é individual, mas que, por uma nova compreensão do problema, as mesmas possam ser soluções para que os indivíduos ganhem mais dignidade, possam estar mais próximos, participando nas suas comunidades no respeito pela promoção do desenvolvimento humano. Para além disso, as políticas públicas definem um quadro de políticas que se vertem para planos ou programas, pois envolvem mais do que uma decisão e requerem diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas sobre as quais incidem e revestem-se de um caráter "imperativo". Isto significa que uma das suas características centrais é o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público.

Apesar dos bons exemplos, essa perspetiva tem estado ausente das políticas das cidades. Segundo Michael (2008), como já anteriormente se analisou, a cidade está muito pouco teorizada no que se refere a estudos sobre as pessoas com necessidades especiais, havendo poucos trabalhos de investigação que cruzem a problemática da incapacidade com a vida urbana. Referia o autor que as pessoas com necessidades especiais eram ignoradas nos vários domínios da vida comunitária, referindo-se a esse grupo como as "multidões solitárias", mesmo nas zonas mais comunitárias, que o autor designou por "comunidades vibrantes", as zonas históricas, as comunidades mais próximas onde havia mais trocas e interações, mesmo assim, nesses contextos, as pessoas com necessidades especiais também eram na mesma medida ignoradas. O autor chama a atenção para aspetos como o modelo de construção urbana, quer na dimensão social quer na dimensão urbanística, que facilmente favorece a segregação das pessoas e a ausência de redes de suporte comunitárias.

Mesmo nos espaços mais “vibrantes”, onde se incorporou na construção das cidades, a ideia de diversidade, de multifuncionalidade, de democracia, de criação de espaços e lugares de encontro e coesão social em que, mesmo assim, as pessoas com incapacidades não têm acesso e, como refere o autor, são “estranhos”, não usufruindo dos serviços.

Barnes, Mercer e Shakespeare (2000), explicam que a lógica do capitalismo e a concentração das pessoas nas cidades, por via da industrialização e da massificação do trabalho, implicou alterações profundas que nem sempre foram benéficas para as pessoas com necessidades especiais. A própria mobilidade das populações e o seu desenraizamento conduziu à alteração das identidades das comunidades e a soluções de forte institucionalização e estigmatização das pessoas com necessidades especiais.

O próprio modelo social da deficiência vem pôr a nu que os espaços das cidades não são espaços socialmente adequados, pelas múltiplas barreiras que geram desigualdades e exclusões à plena participação, inibindo as pessoas com necessidades especiais a tirarem todo o partido do envolvimento do seu bairro, dos sistemas instalados, a que nem sempre podem aceder, como é o caso da falta de acesso aos equipamentos comunitários. Para que a cidade possa fazer sentido para todos é necessário criar condições, a vários níveis, para contrariar a ideia de que é um espaço impessoal e pouco humanizado.

A diversidade na vida pública é, para Michael (2008), necessária na vida das cidades, introduzindo uma política que leve em conta as diferenças. A cidade é um espaço para todos, jovens, idosos, homens, mulheres, crianças e pessoas com mais ou menos capacidade, desenvolvendo-se políticas em que estes grupos não fiquem à margem dos processos de construção e de gestão da cidade. Para que essas políticas tenham lugar é necessário que todos possam ter possibilidades de participar, que possa haver condições para que as pessoas possam estar juntas, gerar condições e oportunidades para que o sentido de pertença se constitua como a base do exercício de cidadania, não descurando nunca o facto de que não se podem diluir, no meio dos grupos, as singularidades próprias de cada um.

É necessário promover uma política da diferença e da inclusão na cidade, promovendo a justiça social na cidade e instituindo uma política da diferença que estabeleça meios institucionais e ideológicos que reconheçam e valorizem os diferentes grupos sociais, dando-lhes condições para a sua representação política. As políticas inclusivas desenvolvem-se pelo respeito pela diferença, pela equidade, pela acessibilidade, pela multifuncionalidade das soluções, pela participação dos interessados, evitando ao máximo todas as soluções que possam fazer com que as pessoas se sintam incapacitadas. As escadas rolantes, os elevadores, as plataformas, os transportes adaptados, as rampas, os multibancos rebaixados, as paragens com informação áudio e letras grandes, etc., evitando a todo o custo o que Michael (2008) designa como “cidade incapacitante”.

Uma das maiores necessidades para contrariar este aspeto incapacitante e hostil da cidade passa por privilegiar os espaços públicos e os espaços exteriores. A rua, as praças, os mercados são lugares privilegiados para as trocas, para a socialização, para a consolidação do sentimento de pertença e de coletividade. Uma cidade que privilegia as opções de mobilidade privadas com o automóvel condena o espaço público a funções privadas, descurando a sua potencialidade como lugar de encontro, de interação e de expressão das potencialidades da coletividade. O mesmo se aplica aos espaços com funções sociais como os equipamentos públicos, os equipamentos desportivos e culturais que, como refere Lynch (2005), desempenham um papel único nas cidades pois asseguram uma função importante no ambiente urbano a que o autor chama “nós”, que são espaços de interseção e pontos de polarização, constituindo-se como pontos estratégicos onde as pessoas se movimentam e se cruzam.

As políticas de planeamento e de ordenamento do território, a edificação, a mobilidade, a animação, o lazer, os serviços urbanos, os serviços culturais, educativos, de saúde, bem como as atividades económicas são componentes determinantes para uma política pública integrada, partilhada e discutida com as populações e com os vários grupos que vivem nas cidades e que respondem às diferentes necessidades humanas. No dizer de Muga (2005), isso constitui o principal desafio de qualquer cidade e conduz à construção de uma cidade inclusiva. Aqui foi tratado especificamente as necessidades das pessoas com

necessidades especiais, mas segundo o mesmo autor, se as cidades desenvolverem políticas que respondam às necessidades básicas, que define como sendo: necessidades de interação social, necessidade de segurança nos vários espaços, necessidades de atividades sociais variadas e condições para oportunidades de ação, necessidades que decorrem do bem-estar material e imaterial, então elas poderão ser cidades com forte potencial inclusivo, o que se procura, quando se fala de cidade inclusiva, como uma boa cidade para todos, na aceção de Lynch (2005).

Os resultados do trabalho de investigação deixam patente a necessidade de se progredir mais, pois quando se olha para o universo das cidades estudadas verifica-se, conforme os estádios que se definiram anteriormente (embrionário, de arranque e de desenvolvimento), que só um grupo de cidades, relativamente circunscrito, neste caso 7 de 31 cidades, estavam a desenvolver algum trabalho significativo nos diferentes domínios dessas políticas, embora, em geral, todas as cidades revelem vontade e desejo de concretizar medidas nesse sentido, valorizando três áreas em que as preocupações se têm centrado mais: as acessibilidades urbanas, o acesso à educação e à formação e a sensibilização e informação à comunidade. Numa segunda linha de preocupações estarão o desporto, a cultura, o lazer e, numa terceira linha, o acesso à habitação, à comunicação e às tecnologias da informação.

As cidades que se estudaram mais detalhadamente, por se perfilarem como boas práticas, foram as que revelaram políticas mais abrangentes e as que assumiram, no seu processo de desenvolvimento, a necessidade de criarem melhores condições de vida para todos, em que o seu entendimento das competências vai para além de um entendimento normativo e restrito, tendo práticas de intervenção mais amplas que revelam, seguindo a categorização de Martins (2007), num estudo sobre políticas educativas, uma posição de autonomia, adaptando as regras nacionais à realidade local, ou mesmo de dissociação ou resistência, dissociando-se das políticas nacionais e desenvolvendo políticas de forte potencial inovador.

É interessante refletir sobre o facto de, quando se fez a pergunta acerca das razões que impedem mais medidas, no sentido da inclusão, 46% dos

respondentes referiram que, por vezes, não havia condições políticas para progredir, ou seja, poder-se-á inferir que, em algumas cidades, estas preocupações são de natureza pontual, ou mesmo residual e não são assumidas no projeto político de desenvolvimento, pelo que o potencial de inclusão dessas cidades é muito reduzido, sendo que essas cidades têm, depois, menos meios e menos projetos dirigidos a este grupo populacional.

Trespassou ao longo de todo o trabalho, na percepção do investigador, a ideia de que uma das áreas mais determinantes, para que o paradigma da cidade inclusiva se concretizasse, seria necessária uma relação direta com o empenho político e com as opções políticas que se apresentam como motor dos processos que condicionam, para o bem e para o mal, tudo o resto. O primado das transformações e das mudanças nas cidades é o valor e a força do projeto político e do empenho dos políticos que, depois, implicará um conjunto de ações em cadeia, captação de meios, envolvimento das equipas técnicas, envolvimento dos parceiros e da comunidade, ligações com outros níveis da administração pública, etc. Não se entende esta como uma política isolada, como uma ilha, antes pelo contrário, a sua força deriva de um exercício mais global do poder local que defende um modelo de desenvolvimento territorializado naquilo que Francisco (2007) designa por “projeto território”, que implica a capacidade de obter recursos, partilhar ideias e obter consensos, na procura de uma política integrada para o território que se afirma, socialmente, como um sujeito político.

O mesmo autor arrola um conjunto de argumentos que defendem essa posição, referindo que as novas formas de organização política do Estado fizeram emergir novas relações centro-periferia, havendo lugar ao ajustamento das funções entre o centro e a periferia, dando relevo às configurações específicas em que os atores, as normas e as instituições emergem dos territórios. Os territórios passam a ter um papel forte a desempenhar nos domínios económicos, sociais, culturais e psicológicos, como refere o autor, onde se desenvolvem “os mundos vividos” em que ocorrem as experiências concretas próprias das construções humanas.

Segundo o autor, as pressões das economias competitivas, baseadas na inovação e no conhecimento, conjugadas com o facto de o Estado ter gradual

difficuldade em estabelecer mecanismos de correção das assimetrias territoriais, deram lugar a uma valorização das cidades e das regiões o que, de certo modo, criou condições para uma concorrência interterritorial que introduz fatores de dinamismo nos processos de desenvolvimento. Assim, o paradigma do planeamento centralizado foi dando lugar ao desenvolvimento local, colocando em primeiro plano os recursos endógenos dos territórios e as dinâmicas das redes de atores territoriais que passam a influenciar e determinam o grau de desenvolvimento e progresso.

Tendo em conta as particularidades do tema tratado, uma dimensão do progresso neste domínio, passará por uma gradual assunção do papel dos municípios nas políticas locais de transformação das cidades, desenvolvendo, como se referia atrás, o critério da especificidade das políticas e o critério da transversalidade, de modo a melhorar as áreas consideradas determinantes para a melhoria das condições de vida destas populações: os recursos gerais disponíveis, a acessibilidade e o transporte, o fomento da convivência social, o acesso à informação, a educação e a formação, o acesso aos tempos livres o desporto e a cultura, o acesso ao emprego, à habitação, à saúde, aos serviços sociais, à participação cívica e política.

Como referiam os interlocutores que foram inquiridos ou entrevistados, as dificuldades, para levar políticas tão exigentes por diante, são grandes sob vários pontos de vista: técnico, financeiro, de conhecimentos, etc. Daí, no seguimento da necessidade já referida, em promover um programa nacional de inclusão, de assumir uma política nacional que implique a transferência de algumas competências e o exercício multinível de outras.

Sabe-se, hoje, segundo Veiga e Pinho (2004), citados por Francisco (2007), que são três os principais motivos, pelos quais se deve fomentar as transferências entre os vários níveis da administração: a) aumento da eficiência na afetação dos recursos económicos, dado que os governos locais são mais eficientes na produção de alguns bens e serviços; b) equilíbrio vertical entre as atribuições e os recursos à disposição do Estado, ou seja, como o Estado arrecada o grosso das receitas, é necessário transferir alguma parte das

mesmas para os níveis da administração que estão mais perto das populações e, c) diminuir as desigualdades entre as regiões do país.

Por exemplo, havendo uma autoridade metropolitana de transportes, faz sentido que se estude e implemente, na rede intermodal, as situações de circulação e de acesso aos transportes das pessoas com necessidades especiais; havendo um instituto dedicado às políticas de habitação que tem património e define políticas nesse âmbito, dever-se-á estudar e implementar as melhores formas de acesso à habitação e, mesmo, à adaptação das habitações existentes; também a questão do emprego seguir os mesmos princípios. Naturalmente que os municípios serão entidades interlocutoras privilegiadas neste domínio, para que as políticas de inclusão perpassem nas diferentes políticas nacionais, regionais e locais.

É pertinente lembrar, a propósito das políticas públicas e das necessidades especiais, o que referiram as Vereadoras que foram entrevistadas para este trabalho, a propósito de uma delas dizer que só há verdadeiramente inclusão se as cidades estiverem preparadas para que todas as pessoas possam andar na rua, possam ter visibilidade, possam interagir com os outros e, na mesma linha, numa postura mais pragmática mas muito assertiva, dizia a Vereadora de outra das cidades que, para além dos discursos e das intenções, as políticas avaliam-se pelas coisas concretas que se fazem em prole de um determinado objetivo.

A propósito das políticas públicas as mesmas caracterizam-se pela sua consistência global conforme refere Drake (2001) elas são o contrário de uma abordagem política a conta-gotas, devem, por isso, ser alicerçadas num conjunto de medidas que constam de um programa ou de um plano que reflete uma visão de conjunto em que os objetivos e as ações estão articulados, são sujeitas a uma monitorização rigorosa da sua aplicação e que abrangem as diferentes áreas, que conjugadamente contribuem para a mudança da qualidade de vida das pessoas com necessidades especiais nas cidades.

7.2.4 Governança e a participação: fatores-chave para a inclusão

Conforme já se referiu, a gestão e o modo do exercício do poder é determinante nestes processos de transformação das cidades. Já se referiu, igualmente, a importâncias dos municípios e do poder local na implementação das políticas inclusivas. Interessa, por isso, discutir os resultados a esse nível, pois trata-se de uma área determinante na concretização das políticas.

Se se começar pelos resultados que se obtiveram nos questionários, verifica-se, com nitidez, que esta é definitivamente uma área fraca dos processos de inclusão, pois mais de metade das cidades inquiridas não registam qualquer prática de participação das pessoas com necessidades especiais; cerca de 40% das cidades envolvem associações representativas nos processos e só 10% referem ter instâncias específicas para esse exercício. Quando se fez a comparação entre as cidades mais inclusivas e as menos inclusivas, as discrepâncias que se encontraram, a este nível, foram evidentes, em que 60% das cidades mais inclusivas referiam ter práticas de participação e só 8% no caso das menos inclusivas. Neste sentido, este é um fator que tem peso significativo na determinação do potencial inclusivo das cidades.

Quando se comparou o potencial inclusivo das 31 cidades por categorias de um total de 100%, possível na categoria participação, o score que a totalidade das cidades alcançou, em média, situou-se nos 34%. O que permite compreender bem o muito que nesse domínio ainda está por fazer.

No que diz respeito aos estudos de caso verifica-se que existem algumas práticas de participação, existem expectativas de as melhorar, mas não são práticas generalizadas e formalizadas e, muitas vezes, está-se perante práticas de participação parcial nos processos.

Para se chegar a essa conclusão, utilizaram-se os vários tipos de participação propostos por Guerra (2002), em que classifica a participação em três tipos: plena, parcial e pseudo participação. No primeiro caso existe uma partilha real do poder, no segundo caso há capacidade de influenciar a decisão mas não de a tomar e no terceiro as decisões já foram assumidas previamente, pelo que não existe nem poder de decisão nem de influenciar.

Em contraponto com os resultados obtidos já tínhamos algumas referências do enquadramento teórico que reforçavam o cruzamento entre inclusão e participação, conceitos inseparáveis, pois não existe um sem o outro, conforme ficou demonstrado por Canal (2010), quando define a inclusão social e o papel que os governos locais têm nesse processo, por Anduzia Catijoche Galleno (2008), quando apresentam as vantagens dos modelos participativos ou com Fotopoulos (2008) e Pateman (1992), quando se referem à democracia participativa e à democracia inclusiva.

Para se entender bem e interpretar estes resultados é necessário fazer uma análise dos modelos de governança e das práticas de participação que temos em Portugal

Como já foi abordado no ponto 3.4.2., a propósito das políticas dos governos locais, a autonomia dos poderes locais dá-se a partir dos anos 70 do século XX e tem por base a exigência das autoridades locais na reivindicação da gestão de maiores domínios da vida dos seus territórios, emergindo, a partir daí, a exigência de uma gestão mais descentralizada e o enunciado de que uma excessiva centralização dificulta a governação local. Segundo Faria (2010), o conceito de governança procura responder a essa nova realidade, introduzindo o princípio da participação dos cidadãos na construção das decisões, sendo a administração local muito propensa ao desenvolvimento destes processos de democracia participativa pela proximidade às populações.

Faria (2010) faz alusão a estudos sobre esta matéria constatando que as democracias convivem com taxas muito diminutas de participação. Verifica-se que a maior parte dos cidadãos só muito raramente correspondem aos modelos de participação, sabendo-se que os mais elevados níveis de participação se relacionam com os mais elevados níveis de instrução, pessoas tendencialmente da classe média alta, que residem em meio urbano, vivem há muito tempo nos mesmos lugares, pertencem às maiorias étnicas e estão, ao mesmo tempo, empenhados socialmente em organizações de vários tipos. Está-se longe de que todos tenham o uso da palavra.

Mesmo nos estudos internacionais, centrados na Europa e na América Latina, como refere Milani (2008), a participação é bastante modesta,

acrescentando-se que nos países do sul da Europa, segundo John (2001), mantém-se os modelos de funcionamento clássicos.

Milani (2008) salienta, apesar de tudo, que a participação não é apenas possível de avaliar pelo número de pessoas envolvidas, mas, tanto ou mais importante, com a qualidade da participação. Inglehart (1977), nos anos 70, já tinha categorizado dois níveis de participação: a participação que designa de materialista e a pós-materialista, sendo que a primeira se foca nas questões básicas e da satisfação de necessidades e a segunda se centra em novas preocupações de natureza social, estética, intelectual que condicionam a qualidade de vida em geral.

Rodrigues (1995) define as condições para que se possa falar de um processo de participação. Segundo o autor têm de se suceder quatro fases: primeira fase tem de haver informação sobre as matérias, segunda haver condições de discutir pontos de vista diferentes, terceira refletir sobre as perdas e os ganhos das diferentes opções e, finalmente, face a isso escolher e decidir.

O que está aqui em causa é que as organizações da administração pública, partilhem com as pessoas, com as famílias e as diferentes organizações a soberania e as diferentes competências que lhes estão atribuídas, passando o Estado a exercer uma mediação de animação da rede de parceiros, para melhorar, definir e implementar políticas públicas.

Estes modelos, de todo o modo, como ficou também demonstrado neste estudo, não são de fácil implementação, pois é necessário interpretar o interesse geral e fazê-lo progredir, independentemente dos interesses mais particulares, ou, por vezes, o peso dos interesses particulares não deixam emergir o interesse geral. É frequente, na governação de uma determinada comunidade ou determinado território, existirem muitas discrepâncias, fricções e conflitos que só se podem ultrapassar havendo um quadro bem definido de objetivos e de políticas que sejam consensualizados coletivamente, que se constituam como guias para uma intervenção pública clara, que passa para o espaço público e que se implementa na negociação com todos os interlocutores.

São várias as contradições e obstáculos para se trilhar este caminho, desde logo, como já houve oportunidade de referir, a pouca tradição de modelos abertos, uma história de centralismo, uma administração pública mais disponível para processos administrativos e menos para processos sociais e, ainda, como acrescenta Santos (2003), territórios onde existe um “ausência de projeto”, o que dificulta, em muito, partilhar com outras entidades, com as populações e com as organizações locais, o exercício de um poder que, nestes casos, não tem referências claras e bem definidas.

Se a este quadro pouco favorável, juntarmos as populações com necessidades especiais, os problemas são acrescidos pelos processos de marginalização e exclusão, pelas dificuldades que têm de utilizar os meios comuns para se expressarem e socializarem, por serem um pequeno número face à população em geral, porque pertencem a grupos económica e socialmente desfavorecidos e pelos seus níveis de instrução serem, tendencialmente, menores. Como se constatou, e já foi referido neste estudo, as formas de exclusão pela cidadania e pela participação foram consideradas, pelos inquiridos, de menor importância se comparadas com a exclusão por questões económicas ou laborais.

É óbvio que esta é uma limitação à democracia participativa, que não afeta apenas um grupo específico mas a população em geral, pelo que se exige que nos municípios, para além de um quotidiano de processos reativos, num quadro de funcionamento de medidas sectoriais, se possa optar por uma gestão organizada, a partir de um quadro estratégico claro e agregador, assente num projeto político enraizado na realidade local e numa visão contemporânea do que é o desenvolvimento dos territórios e das comunidades humanas, que se concretize através de políticas e estruturas de suporte de cariz relacional. Para tanto, é necessário saber construir uma rede relacional e institucional com elevados níveis de comunicação e relacionamento que fomente o trabalho conjunto, as parcerias, o associativismo, a cooperação, criando-se na comunidade condições para o desenvolvimento de projetos intersectoriais e interinstitucionais que são ferramentas essenciais para a resolução de problemas complexos, como é o caso do que se tem vindo a estudar.

Neste quadro de funcionamento e de referências faz sentido voltar a recordar o Manifesto para a Vida Independente (2005) já citado e o seu lema “nada sobre nós outros sem nós outros”, pois esta é uma antiga reivindicação dos grupos, das pessoas e das organizações de e para as pessoas com necessidades especiais. A questão é simples, que sejam ouvidas as vozes das pessoas que vivem e sentem os problemas. Em algumas cidades e municípios esse é um caminho iniciado que é necessário fazer progredir, continuar e juntar os demais.

7.2.5 Processos educativos nas cidades como estratégias inclusivas

O padrão que foi seguido neste trabalho foi o de se considerar a educação, na sua mais ampla aceção, que vai muito para além das dimensões formais, incluindo a dimensão informal e não formal de educação, assumindo-se que os processos de mudança não são possíveis sem conhecimento e sem aprendizagem. A educação está, por isso, no espaço da cidadania, tornando-se, ela própria, um fator de exclusão ou de inclusão.

Quando se optou por desenvolver o estudo, selecionando as cidades portuguesas que faziam parte das cidades educadoras, partiu-se do princípio que, se as cidades privilegiavam a educação como uma estratégia para influenciar o desenvolvimento das suas comunidades nos seus mais diversos domínios, isso seria uma vantagem para o desenvolvimento dos processos de inclusão social.

A aceção de educação que está subjacente à investigação é a que se definiu a partir de Gomez, Freitas e Callejas (2007), numa perspetiva da vida comunitária que influencia os processos de socialização, de modo a que as pessoas vão aprendendo, ensinando, partilhando os conhecimentos que facilitam a compreensão, interpretação e a transformação da realidade.

Neste sentido, todos os agentes da comunidade podem ser agentes educativos, na medida em que interagem mutuamente, num dado território e numa dada comunidade, em que a formação das pessoas e a sua influência

sobre a sociedade são um esforço educativo para a promoção do desenvolvimento.

O quadro que se abordou no enquadramento teórico – as cidades educadoras – faz essa ponte entre as estratégias educativas e o desenvolvimento do território. Quando se opta pelo trabalho de projeto, envolvendo os parceiros, definindo objetivos, planeando ações, procurando alterar a realidade, está-se a dar corpo a esse modo de ligar os processos educativos ao território. A construção da cidade educadora resulta da relação ativa da educação formal, não formal e informal e cria vivências e dinâmicas educativas que se produzem no meio urbano, fazendo desse meio um recurso educativo fundamental, com um forte potencial de adaptação que oferece múltiplas respostas para vários problemas.

Foi essa a realidade que este estudo ajudou a constatar, recenseando os projetos desenvolvidos nas cidades com esse objetivo e observando, segundo a categorização de Trilla Brenet (1999), nítidas características que associam algumas das cidades à construção do que se pode definir por uma cidade educadora. Primeira característica, adaptabilidade e dinamismo, que se revela na capacidade que a cidade tem de se adaptar à mudança e às novas necessidades, procurando respostas educativas face às novas realidades sociais, culturais, pobreza, marginalidade, etc. Segunda característica, compensação, que se corporiza pelo aumento dos recursos educativos de uma cidade, funcionando como fator de discriminação positiva face a situações como os problemas económicos, as desigualdades, as necessidades especiais, ou seja, através do enriquecimento do meio procura-se compensar as dificuldades. Refere o autor que, deste modo, os territórios podem desempenhar uma função de equidade no caso das pessoas que, por algum motivo, estão em risco social ou em desenvolvimento. Terceira característica, o espaço público, como espaço privilegiado para as aprendizagens informais, para as trocas, para a sociabilidade, para a convivência. É no espaço público que muito do currículo implícito da cidade se desenvolve em múltiplas atividades que ajudam a transmitir conhecimento, valores, tradições e práticas sociais, que são importantes nos processos de pertença e de inclusão na comunidade.

Esta observação foi mais fácil de constatar nas cidades que serviram de estudo de caso, pela maior aproximação à realidade que se proporcionou, pois nessas duas cidades todos os projetos que visam alterar a qualidade de vida das pessoas com necessidades especiais têm traços de projetos socioeducativos, pois tratam de problemas complexos e visam gerar processos de mudança, de conhecimento e de aprendizagem nos indivíduos. São, por exemplo, todos os projetos de acesso à cultura, à dança, ao teatro, ao desporto, a programação específica dos serviços educativos dos equipamentos municipais, adaptando-a às necessidades especiais dos utentes, são também todas as iniciativas de formação, de sensibilização da comunidade e das famílias, todos os projetos que decorrem da educação inclusiva e educação precoce e que têm relação com o meio envolvente, etc.

Por outro lado, quando se inquiriram os gestores das 31 cidades, encontram-se um conjunto de indicadores que dão informação relevante sobre a importância da educação na construção dos territórios e da cidade inclusiva, senão veja-se:

- - Quando se indagou sobre os projetos socioeducativos que fomentam a coesão nas cidades é referido que os mesmos têm suporte nas redes comunitárias;
- - Desenvolvem-se, quer em domínios da educação, quer da inovação social, na relação da escola com o meio, no estímulo à vida saudável, na igualdade de género, na implementação de serviços para grupos mais vulneráveis, experiências intergeracionais, na formação ao longo da vida e no apoio ao abandono e insucesso escolar;
- - Em domínios com menor expressão, o voluntariado e a sensibilização contra a estigmatização.

Em termos mais específicos, ou seja, o desenvolvimento de projetos socioeducativos centrados nas necessidades especiais, são referidos projetos como: de educação inclusiva, de inserção laboral, de interação com as comunidades - com maior destaque, o de fomento de direitos, cidadania e do lazer, dos tempos livres e do desporto - com menor expressão.

As áreas em que incidem os projetos, segundo os inquiridos está na fronteira da Educação e da Pedagogia Social pois, para além das suas componentes formativas, visam criar condições de igualdade e de equidade, desenvolvendo propostas alternativas às soluções estandardizadas e que favorecem experiências formativas e de ligação com os recursos existentes na comunidade.

O trabalho em parceria é muito valorizado por quase todos os municípios, referindo um forte envolvimento das escolas, das associações locais, dos serviços descentralizados, da administração central e, com menos expressão, o ensino superior e as empresas.

Quando se comparam as cidades mais e menos inclusivas, nas cidades mais inclusivas existe uma aposta determinada em projetos que resultem na criação de novos serviços, que se suportem no trabalho em rede e em proporcionar projetos de formação ao longo da vida. Quanto às pessoas com necessidades especiais nas cidades mais inclusivas é dado maior destaque à educação inclusiva, ao fomento do desporto e à inserção laboral.

Se para interpretar estes resultados, utilizarmos o estudo de Amaro Agudo, Lorenzo Delgado e Sola Martinez (2003), que estudaram 125 cidades espanholas que aderiram à Carta das Cidades Educadoras, no sentido de avaliarem o nível de concretização dos princípios da Cidade Educadora, concluindo que, para concretizar os projetos é necessário que o trabalho por projetos seja uma constante, uma grande coordenação dos recursos locais e uma forte implicação das instituições da cidade, partindo dessas premissas demonstra-se, pelos resultados que se apresentam no presente estudo, que os projetos em curso e o modo como valorizam as parcerias e os recursos endógenos, se aproximam do tipo de projetos que corporizam a ideia de cidade que é educadora.

Também Trilla (1999) definiu um conjunto de políticas educativas locais que podem favorecer o sistema educativo local. Referia o autor, muito inspirado na Carta das Cidades Educadoras, que se deve fazer da cidade um espaço de aprendizagem, dando aos vários domínios de atividade municipal uma intencionalidade educativa, criando condições para que a cidade seja um espaço

de respeito pelas diferenças, combatendo a discriminação, um exercício de governança que estimule a parceria, tendo uma particular atenção aos grupos vulneráveis, fazendo da cidade um espaço para a inclusão e valorizando todas as formas de promoção do conhecimento, de natureza informal e não formal.

É muito significativo que estes princípios estejam presentes nas políticas locais, pois ficou patente no estudo que as políticas das cidades levavam em conta os princípios definidos na Carta das Cidades Educadoras sendo que, neste caso, se questionaram sobre quatro dos princípios que, face à temática, se consideraram mais relevantes. Nesse sentido, os municípios referiram, em primeiro lugar, respeitar os direitos de todos, em segundo lugar, estimular a participação, em terceiro, o ordenamento do território e, em último, a atenção à coesão social.

Aparentemente, parece haver uma discrepância entre os resultados específicos deste item com os resultados globais pois, como já se constatou, em termos de uma cidade para todos, ainda se está a fazer um caminho: em termos de participação é necessário progredir muito, em termos de ordenamento e acessibilidades está-se ainda aquém do desejável e na coesão igualmente. Agora, o que se pode inferir é que as estratégias educativas têm uma grande importância na transformação dos territórios, o que é corroborado por dados que já se foram citando e que as cidades, que subescreveram a Carta das Cidades Educadoras, utilizam como fonte inspiradora para os seus processos de desenvolvimento, como guia num conjunto de princípios que servem para agregar os demais agentes da comunidade.

Caballo y Villar (2001) referia-se ao binómio educação e território com expressão na integração dos projetos sociais, culturais e institucionais que estão presentes nas comunidades locais. Uma das expressões mais conseguida desse binómio é a dos Projetos Educativos de Cidade, que se constituem como instrumentos estratégicos para o desenvolvimento do território, que colocam a educação na agenda da cidade como foco de debate e de atuação transversal, contribui para a transformação social e serve para coordenar os vários agentes e atividades, estimulando a cooperação.

Neste domínio é muito importante que os Projetos Educativos de Cidade possam ser também um instrumento para a inclusão, não devendo, para tal, ser apenas um repositório de projetos, uma lista daquilo que já se faz, mas antes, pelas dinâmicas sociais que gera, na sua construção e monitorização, ser um espaço de diagnóstico das necessidades a que o sistema educativo local deve responder e uma oportunidade de se desenharem novos projetos que respondam aos desafios da inclusão social, em geral, e das pessoas com necessidades especiais em particular.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Um trabalho acadêmico para ser realizado implica um tempo de concepção, um tempo de desenvolvimento, de maturação e, finalmente, de conclusões, pois só é possível chegar a esta fase depois de se fazer todo um percurso que requer conhecer, com rigor, os temas que estão subjacentes à investigação. Reunida a informação teórica e empírica, haverá que tirar consequências, através de uma sistemática e gradual redução dos dados, de modo a que os mesmos possam ser entendíveis e possam contribuir para a reconstrução dos temas tratados, contribuindo, desse modo, para produzir novo conhecimento sobre o objeto de estudo.

Regressando à pergunta de partida, tendo em conta os resultados da investigação, poder-se á dizer que a promoção das políticas inclusivas que fomentem a equidade e o acesso aos recursos por parte das pessoas com necessidades especiais depende, especialmente, das conscientes opções políticas de matriz social que:

1. Respondam aos problemas específicos que as necessidades especiais implicam sobretudo, mobilizando meios especiais e, em simultâneo, numa lógica de transversalidades, tentar que todas as medidas sectoriais possam contribuir para os processo inclusivos, desenhando políticas mais globais, integradas e mais coordenadas, que fomentem a integração social, a convivência social, o acesso aos serviços e recursos coletivos, o acesso aos espaços públicos, às habitações e aos edifícios, à mobilidade e aos transportes, à educação e ao emprego, como sendo áreas fundamentais nos processos inclusivos.

2. A gestão das cidades tenha capacidade de promover um projeto de desenvolvimento para o território que possa contribuir para enriquecer o território, quer em termos de meios físicos, de serviços existentes e recursos sociais, de modo a que as necessidades das populações possam ser satisfeitas, encontrando no território os recursos necessários para satisfazer essas múltiplas

necessidades pensando em todos os cidadãos. Determinantes para a qualidade dos territórios, as políticas de ordenamento, de planeamento, de sustentabilidade ambiental, de mobilidade, de condições para o lazer, cultura, desporto, recursos para a qualificação das pessoas, serviços sociais de suporte, estruturas de saúde e de bem-estar, dinâmicas comunitárias existentes e a fixação das atividades económicas.

3. A política a implementar possa ter em conta a diversidade e a diferença que está patente na vida das comunidades. As cidades são espaços de todos: os jovens, idosos, homens, mulheres, crianças, pessoas com mais ou menos limitações físicas e mentais, pois as políticas inclusivas só se alcançam no respeito pela diferença, pela equidade e pela multifuncionalidade dos territórios.

4- O primado da implementação das políticas públicas esteja na capacidade política de promover as transformações e as mudanças num processo continuado, o que implica um forte envolvimento dos decisores políticos, uma afetação de meios financeiros diretamente proporcional aos objetivos que se querem atingir, uma fundamentação técnica sustentada em equipas técnicas preparadas e motivadas e uma ligação muito direta com a comunidade e os seus agentes e, em especial, as pessoas com necessidades especiais.

5- É necessário ter presente que as políticas só existem se forem traduzidas em objetivos, em projetos concretos, em serviços que se disponibilizam, em recursos da comunidade que, para se concretizarem, necessitam de meios financeiros, técnicos e da mobilização das organizações locais, das instituições, das escolas e das associações, num processo que, quanto mais alargado for, maior impacto terá nas mudanças que se querem alcançar.

6. As políticas inclusivas carecem de modelos de governança que devem privilegiar a participação plena dos próprios interessados, num exercício de partilha do poder com a população, a comunidade, as famílias, as organizações locais e, muito particularmente, as pessoas com necessidades especiais. Os governos locais mostram-se muito bem posicionados pela proximidade e pelo

conhecimento do tecido social, para exercerem a mediação e a negociação com a rede de parceiros.

7- O quadro de referências das Cidades Educadoras é uma referência que alavanca projetos educativos e sociais que promovem a adaptabilidade das cidades, a sua capacidade de compensação pelos recursos socioeducativos disponibilizados e pela importância que têm em investir no espaço público como um espaço de aprendizagem para a cidadania e que, por tudo isto, facilitam a implementação das políticas inclusivas.

8- Os municípios portugueses que estão inseridos na Associação Internacional das Cidades Educadoras são agentes dinâmicos no desenvolvimento dos processos que tornam as cidades mais inclusivas. A implementação das políticas locais, não estando em todas as cidades ao mesmo nível, são um exemplo de como se podem implementar políticas públicas que impulsionam a inclusão das pessoas com necessidades especiais, nomeadamente, favorecendo o acesso a todos os recursos da cidade. Existe a necessidade de generalizar, divulgar e incrementar essas boas práticas.

9- Pela amplitude e complexidade das áreas que estão associadas às transformações que são necessárias promover, estas políticas requerem uma forte concentração de meios, uma visão de curto, médio e longo prazo, pelo que seria desejável o desenvolvimento de políticas nacionais, regionais e locais articuladas que, de forma gradual, mas universal, acelerasse a melhoria da qualidade de vida nas cidades para as populações e, em particular, para as pessoas com necessidades especiais.

10- As políticas inclusivas são mais presentes nas grandes e médias cidades estudadas e de mais difícil implementação em aglomerados populacionais de menor dimensão e com menos recursos disponíveis, mais isoladas e mais distantes dos grandes centros, o que poderá implicar o desenvolvimento de uma política inter ou multimunicipal, que faça aumentar a massa crítica, aproveitando, para o efeito, o modelo das comunidades intermunicipais.

11- Estas políticas são determinantes para que o país possa cumprir com os seus compromissos internacionais, assumidos em organismos como o

Conselho da Europa e as Nações Unidas, onde Portugal subscreveu documentos e onde recebeu recomendações que tardam a ter uma expressão visível no quotidiano do país, das cidades e das comunidades e, mais ainda, tradução na vida das pessoas com necessidades especiais.

12- A implementação destas políticas vai implicar um avanço muito significativo na vida das comunidades e da sociedade em geral, por aquilo que significa de respeito pelos direitos humanos, pelo enriquecimento que traz, em termos do respeito pelas diferenças humanas, pelo reconhecimento das capacidades e do potencial de participação na vida social que as pessoas com necessidades vão alcançar, pelo valor da tolerância que isso implica, pelo exercício de uma vida independente, pelos avanços sociais e civilizacionais que implicará, tendo efeito e contagiando outros progressos.

Ao longo do trabalho foi possível concretizar os objetivos inicialmente traçados, nomeadamente identificar as oportunidades que as cidades oferecem aos cidadãos com necessidades especiais, as áreas em que estão mais desenvolvidas e menos avançadas, identificar com que projetos, com que medidas concretas estão a desenvolver respostas e serviços facilitadores da inclusão social, nomeadamente quando se desenvolveram os estudos de caso nas duas unidades de estudo e, finalmente, identificar o perfil das políticas públicas locais que fomentam os processos inclusivos, sendo mesmo possível identificar um conjunto de princípios subjacentes a “boas práticas”.

Num primeiro momento, investiu-se numa contextualização histórica que ajuda a compreender o estágio em que se encontram as sociedades, quando se refere ao lugar social das pessoas com necessidades especiais. Os padrões das atitudes face às pessoas com necessidades especiais seguem uma tendência histórica, a qual, poderá afirmar-se que evoluiu muito lentamente, partindo de atitudes de alheamento e recusa, passando depois pela assistência e proteção, pela atitude reabilitativa e científica e, nas últimas décadas, pela atitude de integração, emancipação e, mais recentemente, pela atitude social e de participação. Pode-se constatar que existem alguns traços históricos que se devem reter: a marginalização é uma constante, existindo uma relação entre a conceção das necessidades especiais e as atitudes sempre que se alteram os

contextos sociais, existindo, assim, melhores ou piores condições para a sua integração na sociedade. As crises ou os avanços sociais são responsáveis pela oscilação da sociedade, assim como os avanços das ciências do conhecimento e da educação são fatores determinantes para o progresso das sociedades neste domínio.

Pelos trabalhos das organizações internacionais sabe-se que existem ainda muitos obstáculos a remover para se poder desenvolver uma sociedade inclusiva. Referimo-nos às políticas inadequadas, às atitudes e comportamentos negativos, à falta de serviços de apoio adequados, às insuficiências de financiamento, à falta de acessibilidades e aos problemas da mobilidade, aos baixos níveis de participação na vida social e à ausência de estudos e de investigação que permitam melhorar o conhecimento da realidade deste grupo populacional.

Deste quadro emergiu o segundo grande tema do trabalho – a inclusão social – pois só é possível contrapor aos processos de exclusão, que ainda hoje se verificam, os modelos da inclusão social, com políticas que possam contrariar um grupo populacional que está, como houve oportunidade de verificar aprofundadamente, sujeito a múltiplas formas de exclusão e marginalização, como a pobreza, o desemprego, o fracasso escolar, o acesso aos recursos comunitários, o baixo nível de participação e cidadania, as dificuldades de acesso aos recursos sanitários, os problemas relacionados com a acessibilidade e a mobilidade, a habitação, o espaço urbano desadequado, a deterioração das relações pessoais e o isolamento. Este conjunto de fatores coloca em dúvida o pleno exercício dos Direitos Humanos e a construção das Sociedades do Bem-Estar. Com o acréscimo de que muitas destas situações não se devem aos problemas intrínsecos que afetam muitos milhões de pessoas, mas o que mais dá que pensar é que, no caso das pessoas com necessidades especiais, os problemas que enfrentam se devem ao facto dessa característica específica. Ou seja, estão desempregadas, não por que haja falta de emprego, mas pelo facto de serem pessoas com necessidades especiais; a habitação é difícil, não por falta de casas, mas porque as suas particularidades não lhes permitem viver em qualquer habitação. Existe por isso uma dupla marginalização e uma forma múltipla de exclusão.

A inclusão social é um processo que promove estratégias que dão maior protagonismo às pessoas com necessidades especiais, possibilitando terem maior visibilidade na sociedade, obrigando à mobilização da sociedade no seu todo, contribuindo para a inovação social, fomentando a educação, o emprego, a acessibilidade global, mobilizando meios e articulando respostas, sendo, enfim, um estímulo para a produção de conhecimento. É interessante refletir-se que se fizeram já tantos progressos, aos níveis da prevenção das necessidades especiais, da educação e do atendimento precoces, da educação inclusiva e da transição para a vida ativa. Mas a inclusão social só se cumpre se for verificada em todos os níveis da vida em sociedade. Este é um desafio global, na medida em que deverá abranger todos os domínios e deve acontecer em todos os períodos da vida, ou seja, tem uma aplicação horizontal e vertical, pois deve acontecer em todos os âmbitos e ao longo de toda a vida.

O que está em causa é a universalidade dos acessos aos bens públicos, desenvolvendo políticas que, de uma visão confinada e sectorial, possam evoluir para criar condições de compensação das limitações para, de uma forma avançada, se possa exercer uma cidadania plena. Do que se está a falar é de um processo de mudança e transformação permanente, que implica aspetos materiais e imateriais que garantam que as pessoas acedem às oportunidades e aos recursos, de forma a poderem participar plenamente na esfera económica, social, cultural e que beneficiem de um nível de vida e bem-estar idêntico ao das suas comunidades.

Estas transformações só são possíveis se forem globais, na medida em que a vida das pessoas também é um todo. Se pensarmos no quadro de vida pessoal é fácil compreender que é necessário ter instrução para se ter emprego, ter rendimentos para se poder ter casa, ter meios de transporte para se poder deslocar da casa para o emprego, ter boas condições de saúde para ter bem-estar, estar integrado na família e na comunidade onde estão a família e os amigos, constituir a sua própria família e poder usufruir das oportunidade de educação, de recreação, de lazer e formação ao longo da vida para o bem-estar psicológico e o exercício da cidadania. Então, estas são as mesmas necessidades das pessoas com necessidades especiais que, por via das suas singularidades, podem ter necessidades específicas para cada uma destas

componentes. O facto de serem diferentes não quer dizer que fiquem excluídas desta expectativa, destas vivências, destes direitos que quaisquer pessoas têm para a sua vida. O grande desafio é como conseguir isso através de sistemas de suporte que potencializem as capacidades e o máximo de uma vida independente.

Chega então o terceiro grande tema do trabalho: porque não conseguir contribuir para isso através das políticas e das práticas das cidades? Aquilo que se designa por cidades inclusivas. As cidades onde todos possam ter lugar. A cidade é um lugar paradoxal, tem uma grande capacidade de atração das populações, pois desde a industrialização tem-se afirmado pelo seu crescimento, pelos recursos que concentra, pelas redes que gera, pelas atividades económicas que atrai, como um espaço muito procurado para a vida humana. Simultaneamente, poderá ser um lugar de concentração de problemas, de desenraizamento daqueles que vêm de fora, um lugar hostil para os que não encontram respostas para os seus problemas e necessidades básicas, ou ainda, um lugar de grande dicotomia, onde os muito ricos vivem paredes meias com os muito pobres, os arranha-céu estão ladeados de bairros precários. A cidade guetizada, em que uns e outros dos diferentes grupos sociais não se encontram e não comuniquem enquanto vivem, lado a lado, vidas muito diferentes.

Apesar de tudo, é na cidade que as pessoas se concentram e que procuram a expectativa de uma vida melhor. Prevê-se que até 2050 dois terços dos nove mil milhões de habitantes vivam em cidades. Atualmente, já metade da população mundial o faz, pois em cada hora deslocam-se para as cidades cento e cinquenta mil pessoas. Na Europa dois terços da população vivem já em aglomerados urbanos. As fronteiras das grandes cidades são já de difícil limitação, descrevendo-se como áreas metropolitanas, que se vão estendendo num contínuo habitacional que contribui para a desertificação de outras áreas dos territórios. Em Portugal segue-se o mesmo padrão, pois já vivem em centros urbanos 62% da população.

Este crescimento, por vezes, rápido e pouco planeado, acarreta disrupções no desenvolvimento urbano, no ordenamento do território, na falta de infraestruturas e na falta de habitação condigna, mas, apesar de tudo isso, é

consensual que a vida nos aglomerados urbanos tem melhores condições ao nível da educação, dos rendimentos, do emprego, da cidadania, da economia, da saúde, etc.

Esta realidade tem obrigado a novas formas de gestão dos recursos e das oportunidades, sendo que os governos locais têm reivindicado mais meios para exercerem melhor as suas competências e têm mesmo exigido novas competências, de forma a poderem desenvolver políticas mais consentâneas com a realidade e as necessidades das pessoas. Desenvolveram-se conceitos como a subsidiariedade, a descentralização, a proximidade, a participação, o poder local, as finanças locais e o desenvolvimento local, que demonstram a gradual importância que assume hoje a gestão das cidades, enquanto ente político, na sua ligação de governação para com as pessoas para, num registo de maior proximidade, criar melhores e mais adequadas condições para a qualidade de vida.

Neste quadro, pareceu interessante estudar como é que essa realidade local e essas políticas locais tinham expressão, quando se tratava de adaptar as cidades às necessidades das pessoas com necessidades especiais. Mais do que a representação social que se tem da cidade, uma cidade mais ou menos idealizada, o interessante era olhar mais de perto para essa realidade. Olhá-la com a objetividade do investigador, encontrando uma cidade policromada, com tantos problemas como potencialidades, mas onde se encontraram homens e mulheres muito determinados, nas ideias e nas práticas sociais de proximidade, sabendo das dificuldades quando, por vezes, o que há a fazer é muito, mas sem perderem o alento e a vontade de servir a sua comunidade.

Foi a aproximação à realidade das cidades que esteve na origem do trabalho empírico que se levou por diante. Inicialmente, foi lançado um inquérito por questionário às 57 cidades portuguesas que faziam, à data, parte da Rede Portuguesa das Cidades Educadoras, associação internacional a que estão associadas quase meio milhar de cidades de 37 países. As cidades subscritoras comprometem-se com os princípios definidos na Carta Das Cidades Educadoras, que defende a igualdade de direitos dos cidadãos, a atenção aos grupos mais marginalizados, a participação dos cidadãos na construção da

cidade, o ordenamento da cidade, de modo a criar condições para a coesão social, ou seja, defende uma cidade inclusiva. Desse modo, pareceu que este universo seria o mais favorável ao tema, uma vez que já existia uma dinâmica de troca e de cooperação no seio desta rede, que criava condições para o enfoque na educação, como um fator transformador dos territórios e das suas dinâmicas sociais.

Das 57 cidades inquiridas responderam 31, sendo possível tirar um conjunto de conclusões sobre a relação da educação e da inclusão nas cidades, sobre o modo como se estão a construir as cidades inclusivas, sobre quais as principais políticas que se prosseguem e sobre o que faz de uma cidade um lugar mais inclusivo. Estas são as cidades que prestam uma atenção particular aos problemas da exclusão, derivados dos problemas físicos ou mentais, são as que apostam na criação de novos recursos e serviços, que procuraram, através dos projetos socioeducativos, criar condições para um trabalho em rede e para a partilha dos problemas e das soluções, desenvolvem políticas com amplitude, na tentativa de alargar as áreas de intervenção, com uma forte aposta num projeto político que abrange esses objetivos e efetuando uma autoavaliação positiva do caminho que estão a trilhar.

A importância do poder local e do desenvolvimento local são determinantes para que em Portugal se possa falar de cidades inclusivas. Mas, mesmo no universo estudado, verificou-se que, o que está por fazer, é muito mais do que o que já se alcançou. A educação foi a área em que mais se avançou, as atividades que proporcionam as trocas e o convívio social também, a promoção dos serviços e dos apoios sociais, bem como a saúde têm sido uma preocupação de muitos dos municípios, de muitas cidades e mesmo do país, enquanto que em áreas como o emprego, a habitação, a participação cívica, as acessibilidades e os transportes, os avanços são ainda muito ténues.

Referir também, como uma parte muito desafiadora do trabalho a conceção, a organização, a validação, a recolha e o tratamento do questionário que serviu de base a esta auscultação mais extensiva às cidades. A produção deste instrumento poderá ser importante como uma ferramenta de observação

e de aferição do potencial inclusivo das cidades, podendo ser replicada em estudos mais extensivos e utilizando ferramentas estatísticas mais potentes.

No seguimento do processo metodológico foi, então, possível selecionar duas das cidades com resultados do questionário que indicavam sobre o seu maior potencial inclusivo e desenvolver dois estudos de caso, utilizando depois a metodologia comparada, para podermos chegar aquilo que se designou por boas práticas inclusivas. É possível concluir que os processos inclusivos podem ter sucesso quando: se verifica existirem preocupações com os processos de exclusão e de inclusão, em geral e em particular, com as pessoas com necessidades especiais; se faz uma aposta na criação de condições no acesso aos meios e recursos da cidade, de modo a que todos os cidadãos os possam utilizar; se existe uma forte aposta no convívio social, criando oportunidades de sociabilização na comunidade e na educação/formação, como áreas centrais nos processos inclusivos; se as políticas desenvolvidas tocam num conjunto alargado de áreas de intervenção, desde o acesso aos bens sociais, culturais, desportivos de lazer até às infraestruturas básicas, como o espaço público, os transportes, a habitação, o emprego, etc.; se verifica a sensibilidade dos executivos e a forte opção política continuada na promoção das transformações necessárias a empreender na cidade; se existe uma opção dos decisores políticos de exercerem as suas funções num entendimento próprio e autónomo das competências que lhes estão atribuídas legalmente; se procura ajustar, de forma consequente, os recursos financeiros às opções políticas tomadas; se os estudos existentes e a sustentabilidade técnica das soluções é valorizada nos processos de decisão; se existem espaços de participação dos destinatários ou seus representantes nas decisões políticas tomadas; se as cidades e os seus decisores fazem uma avaliação globalmente positiva acerca dos percursos e dos processos em curso, ou seja, existe convicção e otimismo acerca do processo em curso; se os projetos levados a cabo têm condições de gerar processos de parceria e cooperação, de rentabilizar os recursos, favorecer a inovação, de promover a participação social e de estarem intrinsecamente ligados aos problemas do território; se o potencial dos processos inclusivos deriva da capacidade de ajustar, de forma constante, os recursos às necessidades das populações.

Ao fim de três anos de estudo e investigação foi muito interessante cruzar o tema da inclusão com o tema das cidades e constatar o potencial inclusivo das Cidades Educadoras, tema que é muito mais político do que técnico. Está-se num tempo histórico e social de entendimento das condições para a qualidade de vida das pessoas com necessidades especiais, como o tempo do primado das políticas e da mobilização da sociedade, pois é aí, nesse terreno fértil como terreno da mudança, que se podem alcançar ganhos assinaláveis para as civilizações atuais e futuras. Nesse sentido, poder-se-á deixar algumas recomendações que podem ter alguma utilidade para quem, utilizando o poder que tem, possa influenciar a vida das cidades e das suas populações numa senda dos direitos, da solidariedade, da equidade e da inclusão.

A primeira sugestão visa a promoção de um plano nacional para a inclusão, que possa ter uma adesão por parte das cidades portuguesas e que, num conjunto de áreas que se apresentam na figura abaixo, a que se chamou roteiro, na medida em que é apenas uma simplificação do programa, não esquecendo que a inclusão é um conceito holístico necessitando, por isso, que se intervenha de forma sistémica em vários domínios.

Este plano teria, necessariamente, uma aplicação universal, mas com fatores de discriminação que majorasse as cidades em zonas mais deprimidas ou isoladas e que reuniria meios dos fundos europeus, do orçamento de Estado e dos municípios, com a contabilização do autofinanciamento, que pode significar a utilização dos meios endógenos que reforce as parcerias locais e a cooperação entre entidades que se associariam ao plano.

Figura 49 - Roteiro para a inclusão social das pessoas com necessidades especiais





Fonte: Produção própria

A segunda proposta prende-se com a necessidades de encontrar formas de participação mais efetivas das pessoas com necessidades especiais, e que pode passar por encontrar instâncias mais formais ou mais informais, que garantam a recolha de informação sobre as necessidades mais prementes e as sugestões e ideias que os próprios tenham a apresentar, ou mesmo o parecer que possam dar acerca de medidas a implementar. Neste domínio, poder-se-iam instruir grupos consultivos, fóruns de participação regulares e sistemáticos sobre temáticas a lançar, reuniões de Câmara especialmente dedicadas a análise e apresentação de propostas, em tempo antes da ordem do dia, que pudesse ainda influenciar as decisões finais, orçamentos participativos em que se discutam com as populações e se coloquem à discussão propostas concretas, abertura de fóruns *on-line* para discussão de temas ou matérias de interesse comunitário.

Terceira sugestão, através de grupos de trabalho que já existam, ou que se venham a criar, desenvolver uma matriz de análise que cruze os temas da inclusão com os projetos e atividades que os municípios já levam a cabo, de modo a aumentar o âmbito e a cobertura que essas propostas possam ter no desenvolvimento de uma política para a inclusão, mais transversal e integrada aos vários domínios de intervenção do município.

Quarta proposta, no âmbito da Rede Social, que se constitui como uma parceria alargada, que visa o planeamento estratégico da intervenção social local com uma cobertura a todo o território nacional e que desenvolve uma metodologia participada para o desenvolvimento do Diagnóstico e do Plano de Desenvolvimento Social e Planos de Ação, onde venham a criar-se grupos de trabalho específicos para identificar os problemas e as necessidades, mobilizar os recursos e ensaiar e inovar soluções de intervenção para a resolução dos principais problemas nesta área. Este trabalho tem um forte potencial de qualidade pelos princípios que se seguem nesta Rede, a integração de soluções, a articulação de recursos, a participação e a inovação das soluções.

Quinta proposição, na mesma base, no âmbito do desenvolvimento dos Planos Educativos de Cidade, em que possam ser, também, um instrumento para a inclusão, para tal não devem ser apenas um repositório de projetos, uma

lista daquilo que já se faz, mas antes, pelas dinâmicas sociais que geram, na sua construção e monitorização, ser um espaço de diagnóstico das necessidades a que o sistema educativo local deve responder, e uma oportunidade de se desenharem novos projetos que respondam aos desafios da inclusão social, em geral, e das pessoas com necessidades especiais, em particular.

Finalmente, sexta e última proposta, mas não menos relevante, pela importância capital que pode ter, pela sua abrangência e efeitos múltiplos, desenvolver nas cidades Planos de Acessibilidade no seu sentido mais amplo e que abarquem áreas como: espaço público, transportes, edificado, informação, comunicação e design, novas tecnologias da informação e comunicação. Este plano deve estar suportado em três vértices, que são, os decisores políticos, grupo técnico e atores da comunidade, através de um grupo multidisciplinar do município, que possa incluir as diferentes áreas indicadas e ser apoiado por um grupo de atores que mobilize as entidades locais, as pessoas com necessidades especiais e os diferentes operadores que operam no território. Para além do diagnóstico, este trabalho deve comportar um modelo de intervenção aos diferentes níveis e um plano de ação plurianual, cronologicamente organizado e que faça corresponder as ações com os recursos necessários.

Se este conjunto de dispositivos funcionar em simultâneo, os resultados que se podem vir a obter serão, sem dúvida, muito relevantes, pois deve apostar-se na convergência de esforços e na articulação das políticas nacionais e locais, que possam, em conjunto, concorrer para os mesmos objetivos.

Em jeito de comentário às limitações e ao prolongamento do estudo seria interessante no prolongamento deste trabalho selecionar também cidades onde o potencial inclusivo não foi tão evidente, ou pareceu mesmo ausente, desenvolvendo também aí estudos de caso que permitam entender melhor as formas de bloqueio ou as dificuldades que, de certo modo, podem estar a impedir esse progresso, pois nas entrelinhas dos dados recolhidos, ficou a sensação de que o desejo de progredir nesta área era genuína quando os gestores técnicos ou políticos responderam às perguntas formuladas. Por outro lado, seria também pertinente estudar todas as cidades com maior potencial inclusivo no sentido de

consolidar as componentes que parecem ter influência nesse processo de transformação e de mudança.

No que se refere ao questionário, o mesmo poderia ser utilizado numa lógica extensiva (adaptando melhor alguns dos itens que estão mais ajustados às cidades médias e grandes), aprofundando os resultados, cruzando com variáveis como o número de habitantes, as regiões do país, os orçamentos municipais alocados a estas áreas, pois foi possível inferir pelos resultados, aliás como seria de esperar, que os mesmos foram mais favoráveis em cidades médias e grandes do que em cidades mais pequenas e mais isoladas dos grandes centros.

Bom, o muito que está por fazer, e a emergência desta problemática, é suficiente aliciante para não se ficar por aqui. Divulgar o trabalho pode ser um caminho, organizar uma formação sobre as temáticas no âmbito das cidades educadoras poderia ser outra ideia, bem como estruturar unidades curriculares em cursos que digam respeito a estes temas, como por exemplo, os arquitetos, os urbanistas, os engenheiros de transportes, os bibliotecários, os programadores culturais, e outros, pois o que interessa é uma abordagem global e transversal que possa influenciar as transformações que são necessárias levar por diante.

Terminar-se-á esta conclusão com a inspiração do Professor Tolentino de Mendonça (2015), que escreve semanalmente uma crónica num jornal semanário português, a que deu o título “Perseverança”. Começa por dizer que esta palavra parece estar a desaparecer do léxico cultural corrente, mas para muitas gerações ela significou uma prática de vida, uma fidelidade às convicções, mesmo com custos quando se procuram caminhos mais árduos e mais difíceis.

Perseverança é não deixar a meio um caminho, uma obra. Implica uma força, uma insistência, uma vontade de manter firme a orientação de uma ideia, de um desígnio, uma meta que se pretende alcançar. Diz o cronista que os tempos não estão de feição, diz mesmo que as sociedades, as pessoas, cada vez mais, se desencontram da perseverança, não vivemos um tempo para se estabelecerem metas, o estado de incerteza é grande, nem todos estão

dispostos a percorrer caminhos longos e duros, que são, aliás, os caminhos de muitas vidas e das sociedades em geral.

Este trabalho, em si mesmo e pelo significado da sua temática, foi e será um trabalho perseverante. É um estudo que revela uma realidade das nossas cidades que requer muita perseverança, pelas transformações que implica, pelos meios que é necessário reunir, pelas pessoas e organizações que é necessário juntar a esta caminhada, pelo tempo longo que este processo implica, para não dizer um tempo constante, pelas dificuldades e obstáculos que vão ser necessários remover, pelas resistências, pela inércia, porque haverá sempre outras prioridades. Será um percurso árduo, que implica muita tenacidade e vontade de levar por diante, muito estimulante porque tudo o que o que se conseguir alcançar, vai significar que se está a construir uma sociedade melhor, mais justa e mais solidária.

No percurso desta investigação encontrámos pessoas muito perseverantes que estão a prosseguir esse trilho da mudança, desde logo pessoas com necessidades especiais que estão a lutar por uma vida melhor, políticos que exercem as suas funções no poder local e que abraçaram esta, como uma causa pela qual têm dado o seu empenho, entusiasmo e onde têm investido o seu poder de influenciar a vida das pessoas, os técnicos municipais que todos os dias, na sua vida profissional, têm consciência do seu papel determinante nas transformações que são necessárias levar por diante e os dirigentes associativos que dão o seu melhor, num trabalho completamente voluntário para responderem às suas comunidades. E como estes, tantos outros, por esse país fora, que são um bom exemplo de perseverança e que fazem acreditar, com esperança, que se pode prosseguir o tão necessário percurso da inclusão.

Voltando a Tolentino de Mendonça, “A arte da perseverança não é um combate de certos dias ou de certas estações: é, um combate de todas as horas e de todas as etapas do que percorremos. (...) uma tarefa, um desejo, um compromisso, uma palavra, uma amizade, ou um amor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abosi, C., e Ozoji, E. D. (2002). *Educar os Cegos: A abordagem Descritiva*. Ibadan: Spectrum Books.
- Abrams, P. (1982). *Historical Sociology* London: Open Books.
- Aguado Diaz, A. L. (1995). *Historia de las Deficiencias*. Madrid: Fundacion ONCE.
- Aguilera-Jiménez, A. A., e Castillo Seguro, M. G. (2011). *Cine y Violência: Violencia y Discapacidad*. Sevilla: Universidad de Sevilla.
- Ainscow, M. (2003). *Desarrollo de Sistemas Educativos Inclusivos*. Obtido em 7 de Fevereiro de 2015, de [http://sid.usal.es/libros/discapacidad/6565/8-4-2/desarrollo-de-sistemas-educativos-inclusivos-\[ponencia\].aspx](http://sid.usal.es/libros/discapacidad/6565/8-4-2/desarrollo-de-sistemas-educativos-inclusivos-[ponencia].aspx)
- Almeida, R. (2008). *Viver com Diferença...Mas Sem Indiferença*. Aveiro: Universidade de Aveiro Departamento de Ciências da Educação.
- Alves, M., e Azevedo, N. (2010). (Re)pensando a Investigação em Educação. Em M. Alves, e N. Azevedo, *Investigar em Educação Desafios na Construção de Conhecimento e na Formação de Investigadores Num Campo Multi-Referenciado* (pp. 1-27). Óbidos: Mariana Gaio Lima e Nair Azevedo.
- Amaral, A., e Burity, A. (2005). *Inclusão Social Identidade e Diferença*. Recife: ANNBlume.
- Amaro Agudo, A., Lorenzo Delgado, M., e Sola Martinez, T. (2003). Investigación Evaluativa Sobre Las Ciudades Educadoras Españolas. *Revista Española de Pedagogia*, nº 226, 489-510.
- Anduzia, E., Catijoch, M., e Gallego, A. (2008). *Political Participation and Internet. Information*. Communication Society, 6, 860-878.
- Antares Consulting. (2006). *Estudio del Agravio Comparativo Económico de la Personas con Discapacidad de Ciudad de Barcelona*. Barcelona: Ayuntamiento de Barcelona. Instituto Municipal de Personas com Discapacidad.
- Appolinário, F. (2009). *Dicionário de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas.

- Armstrong, J. (24 de Janeiro de 2015). The Application of Social Role Valorization in Supporting People with an Intellectual Disability – An Overview. Obtido de <http://www.socialrolevalorization.com/articles/armstrong/application-of-srv-in-supporting-people-with-an-intellectual-disability.pdf>
- Associação Internacional das Cidades Educadoras. (28 de Setembro de 2014). Obtido de <http://w10.bcn.es/APPS/eduportal/pubPortadaAc.do>
- Associação Internacional de Cidades Educadoras. (s.d.). *Carta das Cidades Educadoras*. Obtido em 23 de Abril de 2014, de http://www.bcn.cat/edcities/aice/estatiques/espanyol/sec_charter.htm
- Atkinson, W. (2007). Beck, Individualization and the Death of Class: A Critique. *British Journal of Sociology*, Vol.58, 349-366.
- Ayuntamiento de Barcelona. (1995). *Declaración La Ciudad e Las Personas con Diminuición*. Obtido em 31 de Março de 2014, de <http://www.bcn.cat/ciutat-disminucio/es/>.
- Ayuntamiento de Miraflores. (s.d.). Miraflores Inclusiva e Accesible. Obtido em 14 de Abril de 2014, de <http://www.miraflores.gob.pe/contenTempl1.asp?idpadre=5788&idcontenido=5789>.
- Azevedo, C., e Azevedo, A. (2008). *Metodologia Científica*. Lisboa: Universidade Católica.
- Badia, M., Orgaz, M. B., Verdugo, M. A., e Martinez, M. (2012). Participación y Barreras Percebidas em el Ocio pos los Jóvenes y Adultos con Discapacidad del Desarrollo. Em M. A. Verdugo, R. C. Bedia, C. J. Rio, M. B. Corbella, e A. L. Diaz, *Aplicación del Paradigma de Calidad de Vida a la Intervención con Personas con Discapacidad Desde Una Perspectiva Integral* (pp. 84-93). Salamanca: INICO- Universidad de Salamanca.
- Baixinho, A. F. (2008). Educação e Autarquias. Lógicas de Acção do Poder Autárquico Face ao Poder Central e aos Micropoderes Locais. Obtido em 21 de Fevereiro de 2014, de *Revista Lusófona de Educação*, 18: http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S164572502011000200006&script=sci_arttext
- Balbo, M., Jordán, R., e Simioni, D. (2003). *La Ciudad Inclusiva*. Santiago do Chile: Nações Unidas.
- Ball, S. (1994). *Political Interviews and the Politics of Interviewing*. Em G. Waldorf, *Researching the Powerful in Education* (pp. 96-115). Londres: UCL Press.

- Bank-Mikkelsen. (1975). *O Principio da Normalização*. Century Magazine, 37, 16-21.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70
- Barnes, C. (1991). *Disabled People in Britain and Discrimination : A case for anti-discrimination legislation*. Obtido em 2015 de Janeiro de 2015, de <http://disability-studies.leeds.ac.uk/files/library/Barnes-disabled-people-and-discrim-ch2.pdf>
- Barnes, C.; Mercer, G. e Shakespeare, T.(2000). *Exploring Disability – Sociological Introduction*. Cambridge: Polity Press.
- Barnes, C. (1996). Las teorias de la Discapacidad y los Origenes de la Opresión de las Personas Discapacitadas en la Sociedad Occidental. Em L. Barton, *Discapacidad y Sociedad* (pp. 59-76). Madrid: Morata.
- Barnes, C. (2000). The Social Model of Disability: A Sociological Phenomenon Ignored by Sociologists? Em T. Shakespeare, *The Disability Reader- Social Science Perspectives* (pp. 65-78). London: Continuum.
- Barnes, C., e Mercer, G. (2004). *Disability Policy and Prattice: Applying the Social Model os Disability*. Leeds: CDS Publication.
- Barnes, M., Newman, J., e Sulllivan, H. (2007). *Power, Partipation and Political Renewal. Case Studies in Public Participation*. Bristol: The Policy Press.
- Barreto, A. (2013). A Liberdade é Urbana. *Revista XXI Ter Opinião*, 2, 63-69.
- Barroso, J. (2005). Les Nouveaux Modes de Régulation des Politiques Educatives en Europe: de la régulations du système à un système de régulations. Em Y. Duterco, *Les Regulations des Politique D'education* (pp. 151-171). Rennes: Press Universitaires de Rennes.
- Beck, U. (2007). Beyond Class and Nation: reframing social inequalities in a globalizing world. *The Bristish Journal of Sociology*, Vol.58, 679-705.
- Bell, J., Lopes, M., e Moraes, A. L. (2008). *Projecto de Pequisa: Guia para Pesquisadores Iniciantes em Educação*. Porto Alegre: Artmed.
- Berger, G. (1992). A Investigação em Educação: modelos socioepistemológicos e inserção institucional. *Revista de Psicologia e de Ciências da Educação*, 3-4, 23-26.

- Bériot, D. (1997). *Mudanças na Empresa - Uma abordagem Sistêmica*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Biesta, G. (2005). Against Learning. Reclaiming a Language for Education in a Time of Learning. *Nordisk Pedagogik*, 25, 54-66.
- Birch, R., e Johnstone, B. K. (1975). *Mainstreaming a New Public Policy in Education*. Presented at the Annual Convention of the America Association of School Administrators. Dallas: Texas.
- Bogdan, R., e Biklen, S. (2004). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.
- Bohigas, O. (2013). *Ciudad, Urbanismo Y Educación*. (Asociación Internacional de Ciudades Educadoras, Entrevistador)
- Bonitatibus, S. (1989). *Educação Comparada: Conceito Evolução e Método*. São Paulo: EPU.
- Booth, T., e Ainscow, M. (2011). *Índex para a Inclusão*. Obtido em 7 de Fevereiro de 2015, de <http://www.lapeade.com.br/publicacoes/documentos/index2012-final%20FOTOS%20BRASIL.pdf>
- Borja, J. (2003). *La Ciudad Conquistada*. Madrid: Alianza.
- Bowe, R., Ball, S., e Gold, A. (1992). *Reforming Education e Changing Schools: case studies in policy sociology*. London: Routledge.
- Bray, M., Adamson, B., e Mason, M. (2010). *Educación Comparada - enfoques e métodos*. Buenos Aires: Granica.
- Brofenbrenner, U. (1986). Ecology of Family as a Context for Human Development: reserh perspectives. *Development Psychology*, 22, 723-742.
- Brugué, Q. (2014). Participación Ciudadana para Construir Ciudadanía y Coehsionar la Sociedad. Em (cord.). X. Bonal, *Ciudad, Inclusión Social y Educación* (pp. 50-57). Barcelona: Associação Internacional das Cidades Educadoras.
- Bulla, L., Mendes, J., e Prates, J. (. (2004). *As Múltiplas Formas de Exclusão Social*. Rio Grande do Sul: Edipucrs.
- Burgdorf, R. (1980). *The Real Rights of Handicapped Persons: Cases, Material, and Text*. Baltimore: Paul H. Brookes Publishing Co.

- Buttimer, J., e Tierney, E. (2005). *Patterns of Leisure Participation Among Adolescents With a Mild Intellectual Disability*. *Journal of Intellectual Disabilities*, 9, 25-42.
- Caballo Vilar, M. (2001). *A Cidade Educadora*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Cabral, M.; Carreira da Silva, F., Saraiva, T.(2008). *Cidade & Cidadania*. Viseu: ICS.
- Caliman, G. (2010). *Pedagogia Social: seu potencial crítico e transformador*. *Revista de Ciências da Educação- UNISAL*, 341-368.
- Caliman, G. (2011). *Pedagogia Social: contribuições para a evolução de um conceito*. Em R. Silva (org.), *Pedagogia Social: contribuições para uma teoria geral da educação social* (pp. 236-259). S. Paulo: Expressão e Arte.
- Callejo, J. (2001). *El Grupo de Discusión: Introducción a una Práctica de Investigación*. Barcelona: Ariel.
- Camões, P. (s.d.). *Análise da Evolução Finanças Locais Portuguesas*. Obtido em 18 de Outubro de 2014, de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4280/1/finan%C3%A7as%20locais%20portuguesas.pdf>
- Canal, R. (2010). *Inclusão Social y Democracia Participativa. De La Discusión Conceptual a la Acción Local*. Obtido em 29 de Novembro de 2013, de http://www.uclg-cisdg.org/sites/default/files/IGOP_inclusion_democracy_EN_20110921.pdf
- Canário, R. (2004). Territórios Educativos e Políticas de Intervenção Prioritária: uma análise crítica. *Revista Perspectiva*, v.22 nº 1, 47-78.
- Canário, R. (Dezembro de 2006). A Escola e a Abordagem Comparada. Novas realidades e novos olhares. *Revista de Ciências da Educação*, Obtido em 11 de abril de 2015, de <http://pt.slideshare.net/nfraga/a-escola-e-a-abordagem-comparada-novas-realidades-e-novos-olhares>
- Capucha, L. (1998). *Pobreza, exclusão social e marginalidade*. Em J. e. Viegas, Portugal que Modernidade? (pp. 209-242). Oeiras: Celta Editora.
- Capul, M., e Lemay, M. (2003). *Da Educação à Intervenção Social*. Porto: Porto Editora.

- Caride, J. (1994). *A educación nos procesos de desenvolvimento comunitário: cara un proxecto de integración escola-comunidade*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Carneiro, R. (2001). *Fundamnetos da Educação e da Aprendizagem - 21 Ensaios para o Século 21*. Vila Nova da Gaia: Fundação manuel Leão.
- Carta de Leipzig Sobre as Cidades Europeias Sustentáveis. (24-25 de Maio de 2007). Obtido em 23 de Abril de 2014, de http://politicadecidades.dgotdu.pt/docs_ref/Documents/Coopera%C3%A7%C3%A3o%20Internacional/Carta%20de%20Leipzig.pdf.
- Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. (2010). Jornal da União Europeia. Obtido em 13 de Dezembro de 2014, de <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2010:083:0389:0403:pt:PDF>
- Carta Mundial do Direito à Cidade. (2006). Obtido em 12 de Fevereiro de 2016, de Fórum Social Mundial Policêntrico de 2006: <http://www.polis.org.br/uploads/709/709.pdf>
- Carta Social Europeia. (1996). Obtido em 30 de Janeiro de 2015, de <http://www.gddc.pt/siii/docs/rar64A-2001.pdf>
- Carvalho, E. J. (2014). Estudos Comparados em Educação: novos enfoques teórico-metodológicos. *Acta Scientiarum. Education*, 36, 129-141.
- Castel, R. (1997). Da Indigência à Exclusão, a Desfiliação:precaridade do trabalho e vulnerabilidade relacional. Em A. Lacetti, *Saúde e Loucura: grupos e colectivos* (pp. 21-48). São Paulo: Hucitec.
- Castel, R. (2010). As Armadilhas da Exclusão. Em M. B. Wanderley, L. Bóguas, e M. C. Yazbek, *Desigualdade e a Questão Social*. São Paulo: EDUC.
- Castells, M. (2001). La Ciudad de La Nueva Economia. *Papeles de Población*, nº 27, 207-221.
- Castells, M. (2005). A sociedade em Rede. Em G. Cardoso, *A Sociedade em Rede em Portugal*. Porto: Campo de Letras.
- Castells, M., e Borja, J. (1996). As Cidades Como Actores Políticos. *Novos Estudos*, nº 45, 152-166.
- Castells, M., e Cardoso, G. (2006). *A Sociedade em Rede -do Conhecimento à Ação Política*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

- CERMI. (2003). *Discapacidad y Exclusion Social en União Europeia*. Tiempo de Cambio, Herramientas para el Cambio. Madrid: Comité Espanhol de Representantes de Personas com Discapacidad.
- CGLU. (Novembro de 2008). Por Um Mundo de Cidades Inclusivas. Obtido em 15 de Outubro de 2014, de http://issuu.com/uclgcglu/docs/inclusive_cities
- CGLU. (2009). Construim les Ciutats Inclusives del Segle XXI. Obtido em 1 de Novembro de 2014, de http://issuu.com/irenefuertescabrera/docs/l libre_cglu_ciudades_inclusiva_s
- CGLU. (2011). Carta -Agenda Mundial de Direitos Humanos na Cidade. Obtido em 15 de Outubro de 2014, de http://issuu.com/cisdpdh/docs/cisdpcarta_agenda_sencera_final
- CGLU. (2012). Carta Europeia de Salvaguarda dos Direitos Humanos na Cidade. Obtido em 15 de Outubro de 2014, de http://issuu.com/uclgcglu/docs/european_charter_human_rights_city?e=5168798/2931154
- Chateau, J. (1956). *Os Grandes Pedagogos*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Chicago, C. O. (s.d.). Mayor's Office for peopel With Disabilites. Obtido em 14 de Abril de 2014, de <http://translate.google.pt/translate?hl=pt-PT&sl=en&u=http://www.cityofchicago.org/city/en/depts/mopd.html&prev=/search%3Fq%3Dcities%2Bof%2Bpeople%2Bwith%2Bdisability%26biw%3D1280%26bih%3D703>
- Cisterna Cabrera, F. (2005). Categorización y Triangulaación como Procesos de Validación del Conocimiento en Investigación Cualitativa. *Theoria*, 1, 61-71.
- Clavel, G. (2004). *A Sociedade da Exclusão - compreendê-la para dela sair*. Porto: Porto Editora.
- Colectivo IOE. (2013). Discapacidad y Dependencia en Espanha: diagnóstico de las personas con diversidad funcional. *Papeles de Relaciones Ecosociales y Cambio Global*, 120, 60-132.
- Colin, B. (2009). El "Derecho a la Ciudad": Modos de Fomentar Ciudades Inclusivas en Ámbito Internacional. Em J. Torné, *Cludad, Urbanismo Y Educación* (pp. 54-57). Barcelona: AICE.

Comissão Europeia. (2010). Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020: Compromisso renovado a favor de uma Europa sem barreiras. Lisboa: Instituto Nacional de Reabilitação.

Comune di Bolzano. (s.d.). Servizio di Consulenza per persone con Disabilità Motoria. Obtido em 14 de Abril de 2014, de http://www.comune.bolzano.it/servizi_context02.jsp?ID_LINK=3501&area=51.

Comunidad Autónoma Castilla - La Mancha. (s.d.). Centro de Atención a Personas con Discapacidad Intelectual Grave, Guadiana de Ciudad Real. Obtido em 12 de Abril de 2014, de <http://www.castillalamancha.es/gobierno/sanidadyasuntossociales/cartasdeservicio/centro-de-atenci%C3%B3n-personas-con-discapacidad-intelectual-grave-guadiana-de-ciudad-real>.

Comunidade Europeia. (2005). Relatório Conjunto sobre a Inclusão Social (2003-2005). Bruxelas. Obtido em 12 Dezembro de 2015, de [https://www.google.pt/?gws_rd=ssl#q=Comunidade+Europeia.+\(2005\).+Relat%C3%B3rio+Conjunto+sobre+a+Inclus%C3%A3o+Social+ \(2003-2005\).+Bruxelas](https://www.google.pt/?gws_rd=ssl#q=Comunidade+Europeia.+(2005).+Relat%C3%B3rio+Conjunto+sobre+a+Inclus%C3%A3o+Social+ (2003-2005).+Bruxelas).

Conselho da Europa. (2006). Plano de Ação do Conselho da Europa 2006-2015. Obtido em 12 Dezembro de 2015, de http://www.coe.int/t/e/social_cohesion/socsp/Easy%20to%20read%20Portugal.pdf

Conselho da Europa. (2006). Recomendação Rec (2006) 5 do Comité de Ministros aos Estados Membros sobre o Plano de Acção do Conselho da Europa para se promover os direitos das pessoas com deficiência/incapacidade e a sua total participação na sociedade: melhorando a sua qualidade de. Obtido em 26 de Janeiro de 2015, de http://www.coe.int/t/e/social_cohesion/socsp/Rec_2006_5%20Portugal.pdf

Conselho Europeu de Nice. (7 a 9 de Dezembro de 2000). Conclusões da Presidência. Obtido em 1 de Novembro de 2014, de http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/00400-r1.%20ann.p0.htm

Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência. (13 de Dezembro de 2006). Gabinete de Documentação e Direito Comparado. Obtido em 1 de Novembro de 2014, de http://direitoshumanos.gddc.pt/3_7/IIIPAG3_7_1.htm

- Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e da Dignidade do Ser Humano face às Aplicações da Biologia e da Medicina. (4 de Abril de 1997). Gabinete de Documentação e Direito Comparado. Obtido em 8 de Fevereiro de 2015, de <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhregionais/convbiologiaNOVO.html>
- Convenção sobre Reabilitação Profissional e Emprego da Pessoas com Deficiência. (1983). CONVENÇÃO N. 159. Obtido em 30 de Janeiro de 2015, de <http://www.areaseq.com/bib/03%20-%20CONVENCOES%20OIT/convencao-159.pdf>
- Coppini, R. (2006). *Los Proyectos Educativos de Ciudad - Gestion Estratégica de Las Políticas Educativas Locales*. Barcelona: CIDEU.
- Corbello, B. C., e Melo, E. A. (2009). *El ocio en las personas con discapacidad intelectual: participación y calidad de vida a través de las actividades de ocio*. Obtido em 10 de Fevereiro de 2015, de <http://riberdis.cedd.net/handle/11181/3849>
- Corrêa, R. L. (1995). *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática.
- Correia, L. (1997). *Alunos com Necessidades Especiais nas Classes Regulares*. Porto: Porto Editora.
- Corsetti, B. (2006). Análise Documental no Contexto da Metodologia Qualitativa: uma abordagem a partir da experiência do programa de pós-graduação em educação da Unisinos. Obtido em 11 de abril de 2015, de http://gephishnop.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/a_anlise_documental_no_contexto_da_pesquis_qualitativa.pdf
- Costa, A. M. (1981). Em M. Silva, e M. I. Tamen, *Sistema de Ensino em Portugal* (pp. 307-354). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Coucil, A. C. (s.d.). *Accesse Adelaide Guide for People Living With Disability*. Obtido em 14 de Abril de 2014, de http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=14&ved=0CJoBEBYwDQ&url=http%3A%2F%2Fwww.adelaidecitycouncil.com%2Fassets%2Fdocuments%2FGUIDE-access-adelaide.pdf&ei=Cuc3U73PPPPT7Aar_ICAAQ&usg=AFQjCNEohiwei4hjwhAyY2zBsrd_iwg2TA.
- Covas, A. (2013). Em Busca da Segunda Ruralidade. *XXI Ter Opinião*, 2, 70-77.
- Cubo Delgado, S., Martim Marín, B., e Ramos Sánchez, J. (2011). *Métodos de Investigación y Análisis de Datos en Ciencias Sociales y de la Salud*. Madrid: Pirámide.

Dahl, R. (2000). *On Democracy*. New Haven: Yale University Press.

Davis, M. (2006). *Planet of Slums*. London: Verso.

Declaração do Congresso Internacional das Cidades Educadoras 2013. (2013). Obtido em 30 de Janeiro de 2014, de Associação Internacional das Cidades Educadoras: <http://www.edcities.org/>

Declaração de Barcelona. (1995). Obtido em 12 de Dezembro de 2015, de La Ciudad y las personas con Disminución: http://aviles.es/documents/12305/35411/20070105091512_Declaraci%C3%B3n+de+Barcelona.pdf/07b2f041-1817-4850-9c1a-66f9566b4aef

Declaração de Lisboa. (31 de Julho de 2015). Obtido de Congresso Equidade e Inclusão na Educação: <http://isec2015lisbon-pt.weebly.com/declaraccedilatildeo-de-lisboa-sobre-equidade-educativa.html>

Declaração de Madrid. (2003). Obtido em 25 de Setembro de 2015, de Portal do Cidadão com Deficiência: <http://www.pcd.pt/biblioteca/ver.php?id=20>

Declaração de Toledo. (21 de Junho de 2010). Obtido em 30 de Setembro de 2014, de http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/docs/relacoes_internacionais/Comun_final_RIM_2010_doc.pdf

Decreto-Lei 100/84. (1984). Obtido em 18 de Outubro de 2014, de Decreto-Lei n.º 100/84 de 29 de Março: <http://w3.ualg.pt/~jmartins/tecnicascomunicacao/actas/DL100-84.03.29.pdf>

Decreto-Lei 123/1997. (22 de Maio de 1997). Apoio à Prática Profissional. Obtido de http://www.oasrn.org/pdf_upload/decretolei_123_97.pdf

Decreto-Lei 115-A. (4 de Maio de 1998). Obtido em 18 de Outubro de 2014, de Diário da República I Série - a n.º 102: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1998/05/102A01/00020015.pdf>

Decreto-Lei 144/2008. (28 de Julho de 2008). Obtido em 18 de Outubro de 2014, de Direção Geral da Administração e do Emprego Público: <http://www.dgap.gov.pt/index.cfm?OBJID=91f17207-d63e-4f78-a525-4e8140f46f49&ID=804>

- Decreto-Lei 163/2006. (8 de Agosto de 2006). Instituto Nacional par a Reabilitação. Obtido em 30 de Janeiro de 2015, de <http://www.inr.pt/content/1/4/decretolei>
- Decreto-Lei 172/91. (10 de Maio de 1991). Obtido em 18 de Outubro de 2014, de Ministério da Educação: http://www.igf.min-financas.pt/Leggeraldocs/DL_172_91.htm
- Decreto-Lei 319/91. (s.d.). Aprova o regime de apoio a alunos com necessidades educativas especiais. (Ministério da Educação, Ed.) Obtido em 12 de Fevereiro de 2016, de <http://ipsys.pt/index.php?lop=conteudo&op=14bfa6bb14875e45bba028a21ed38046&id=df877f3865752637daa540ea9cbc474f>
- Decreto-Lei 7/2003. (15 de Janeiro de 2003). Obtido em 19 de Outubro de 2014, de Câmara Municipal de Bragança: <http://www.cm-braganca.pt/files/1/documentos/20090623135230810889.pdf>
- Decreto-Lei 77/84. (8 de Março de 1984). Obtido em 18 de Outubro de 2014, de Diário da República I Série nº57: <https://dre.pt/application/file/661194>
- Del Pozo, J. (2003). *Les Politiques Municipals en Educació*. Simposio Internacional: La Millora de Les Oportunitats Educatives en la Societat en Transformació. Barcelona.
- Del Pozo, J. (2013). O Conceito de "Cidade Educadora" Hoje. Em *Educação e Vida Urbana: 20 Anos de Cidades Educadoras* (pp. 22-30). Torres Novas: Rede Portuguesa das Cidades Educadoras.
- Delors, J. (1996). Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre *Educação para o Século XXI - Educação Um Tesouro a Descobrir*. Rio Tinto: ASA.
- Denzin, N. (1989). *The Research Act: A Theoretical Introduction to Sociological Methods*. NJ: Prentice Hall.
- Despacho nº 8/SERE/89. (8 de Fevereiro de 1989). Obtido em 18 de Outubro de 2014, de Diário da República 2ª série nº 32, supl: <http://dre.tretas.org/dre/18450/>
- Diaz, A. (2006). Uma Aproximação à Pedagogia - Educação Social. *Revista Lusófona de Educação*, nº7, 91-104.
- Diaz, S., e Ferreira, M. A. (2010). Diversidad Funcional: Sobre lo normal y lo patológico en torno a la condición social de la dis-capacidad. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, 28 (1), 151-172.

- Distrito Federal Cidade do México. (s.d.). Yo Soy...Persona con Discapacidad. Obtido em 12 de Abril de 2014, de <http://www.df.gob.mx/index.php/persona-con-discapacidad>.
- Domingues, A. (2015). Cidade Esponja. *XXI Ter Opinião*, 4, 18-31.
- Drake, R. (2001). Welfare States and Disabled People. Em G. Albrecht, *Handbook of Disability Studies* (pp. 412-426). London: Sage Publications.
- Duarte, R. (2004). Entrevistas em Pesquisas Qualitativas. *Educar*, 24, 213-225.
- Dunn, L. (1968). Special Education for the Mildly Retarded - Is much of it Justified? *Exceptional Children*, 35, 5-24.
- Ebersold, S. (2008). *Adapring Higher Education to the Needs of Disabled Student: Developments Challenges end Projectes*. Volume I Demography. Paris: OECD.
- Eco, U. (1993). *Interpretação e Superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes.
- Egido, I. (2014). Veinte Años de Educación Comparada en España: un repaso a las publicaciones del periodo 1994 - 2014. *Revista Española de Educación Comparada*, 24, pp. 125-151.
- Eraso, A. B., Andreu, X. P., e Fonayet, F. V. (2014). Discapacidad y Pobreza en España en el Periodo 2006-2011. El impacto de las transferências sociales. Sistema: *Revista de Ciências Sociais*, 233-234, 49-62.
- European Union. (2011). Cities Of Tomorrow Challenges, Visions, Wats Forward. European Comission, Directorate General for Regional Policy.
- Fabra, M., e Domènech, M. (2001). *Hablar Y Escuchar*. Barcelona: Paidós.
- Faria, C. (2010). O Poder Local Face aos Desafios do Século XXI: desejos e realidades. *Malha Urbana*, 3, 103-118.
- Faure, E. (1972). *La Educación del Futuro*. Madrid: Alianza/Unesco.
- Fern, E. (2001). *Advanced Focus Group Research*. Califórnia: Thousand Oaks.
- Fernandes, A. S. (s.d.). *Cidade Educativa Novas Perspectivas das Políticas Educativas*. Obtido em 27 de Fevereiro de 2014, de <https://www.google.com/#q=CIDADE+EDUCADORA%3A+NOVAS+PER+SPECTIVAS+DAS+POL%C3%8DTICAS+EDUCATIVAS>

- Ferreira, A. (1999). Percursos da Educação Comparada: evolução e construção da identidade. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 1, 123-138.
- Ferreira, A. (2008). O Sentido da Educação Comparada: Uma compreensão sobre a construção de uma identidade. *Educação*, 31, 124-138.
- Ferreira, F. (2007). O Inquérito por questionário na Construção de Dados Sociológicos. Em A. Santos Silva, e J. Madureira Pinto, *Metodologia Das Ciências Sociais* (pp. 165-196). Porto: Edições Afrontamento.
- Ferreira, P. (2005). Os Desafios na Construção da Cidadania no País da Sujeição: o papel dos futuros operadores do direito junto às classes populares. Obtido em 1 de Novembro de 2014, de Derecho y Cambio Social: <http://www.derechoycambiosocial.com/revista004/cidadania.htm>
- Ferreira, P. (2012). Obtido em 22 de março de 2015, de O Impacto dos Impostos no Orçamento das Câmaras Municipais: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/20630/1/Paulo%20Jorge%20Lopes%20Ferreira.pdf>
- Ferrer Julià, F. (2002). *La Educación Comparada Actual*. Barcelona: Ariel.
- Fiala-Butora, J. (2013). The Obligation to Investigate Ill-Treatment of Persons With Disabilities. Obtido em 25 de Janeiro de 2015, de http://works.bepress.com/janos_fiala-butora/1/
- Fick, U. (2007). *Introducción a la Investigación Cualitativa*. Madrid: Morata.
- Fidel, R. (1992). The Case Study Method. Em J. D. Powell, & J. Glazier, *Qualitative Research in Information Management* (pp. 37-50). Englewood: Libraries Unlimited.
- Figueras, P. (2013). Cidades Educadoras uma Aposta no Futuro. Em *Educação e Vida Urbana: 20 Anos de Cidades Educadoras* (pp. 19-21). Torres Novas: Rede Portuguesa das Cidades Educadoras.
- Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Monitor.
- Flórida, R. (2004). *Cities and the Creative Class*. Nova Iorque Basic Books.
- FOESSA, F. (2008). *VI Informe sobre Exclusion y Desarrollo Social en España 2008*. Madrid: Cáritas Española.
- Fontes, F. (2009). Pessoas com deficiência e políticas sociais em Portugal: da caridade à cidadania social. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 73-93.

- Foro da Vida Independente y Divertad. (2001). Obtido em 30 de Janeiro de 2015, de Foro da Vida Independente: http://www.forovidaindependiente.org/que_es_el_FVID
- Forum Social Mundial. (2004/2005). Carta Mundial pelo Direito à Cidade. Obtido em 15 de Outubro de 2014, de <http://normativos.confea.org.br/downloads/anexo/1108-10.pdf>
- Fotopoulos, T. (2008). Qué es la Democracia Incluyente. *Revista Archipiélo*, 77-78, 160-170.
- Foucault, M. (1978). *História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva.
- Foucault, M. (1992). *Genealogia Del Racismo*. Madrid: La Piqueta.
- Fox, D. F. (1987). *El Proceso de Investigación en Educación*. Pamplona: Universidade de Navarra.
- Francisco, D. (2007). Territórios Chamados Desejos: da largueza de conceitos à contenção das experiências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 77, 165-199.
- Francisco. Papa. (2013). *Evangelii Gaudium*. Vaticano: Tipografia Vaticana.
- Freguesia de Sacavém. (2016). Obtido em 21 de Janeiro de 2016, de <http://www.uf-sacavemepriorvelho.pt/>
- Freire, M. (2010). *A Inclusão Através do Desporto Adaptado: O caso Português do Basquetebol em Cadeira de Rodas*. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.
- Freitas, M. S., e Stevens, A. (30 de Setembro de 2014). Territórios Resilientes e Socialmente inovadores: desafios e paradoxos à transformação e mudança face a disrupções e processos com expressões difusas e diluídas *no tempo*. Obtido Janeiro 2016, de http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP1014_ed.pdf
- Fuentes-Romero, J. J., e Rodríguez Fernández, V. (2009). Una Revisión Bibliográfica de los Estudios Comparativos. Su Evolución y Aplicación a la Ciencia de las Bibliotecas. Obtido em 9 de maio de 2015, de <http://aprendeonlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/RIB/article/viewFile/5071/4431>

- Galeno, C., e Gomes, A. (2005). Emancipação, ruptura e inovação: o "focus group" como instrumento de investigação. *Revista Lusófona de Educação*, 5, 173-184.
- Gallagher, J. (1972). *The Search for the Educational System That Doesn't Exist*. Washington: Council for Exceptional Children.
- Galleno, V. M., e Cabrero, G. R. (2014). Estrategias y Políticas de Inclusão Social Activa. *Sistema*, 29-47.
- Garcia Garrido, J. L. (1991). *Fundamentos de Educación Comparada*. Madrid: Dykinson.
- García, A. H., e Bautista, A. S. (2011). Modelo de Plan de Acción Local Para La Inclusión De Las Personas con Discapacidad 2012-2015. Madrid: Cinca.
- Garcia, C., e Sanchez, A. S. (2001). Clasificaciones de la OMS sobre discapacidad. Obtido em 30 de Janeiro de 2015, de http://www.um.es/discatif/METODOLOGIA/Egea-Sarabia_clasificaciones.pdf
- Garcia, R. L. (2003). *El Futuro de Las Personas con Discapacidad en el Mundo*. Madrid: Fundación Once.
- Gaulejac, V., e Taboada, I. (1994). *La Lutte des Places. Insertion et Désinsertion*. Paris: DDB-EPI.
- Ghiglione, R., e Matalon, B. (2001). *O Inquérito teória e prática*. Oeiras: Celat Editora.
- Gibbons, M., Limoges, C., Nowotny, H., Schwartzman, S., Scott, P., e Trow, M. (1999). *The New Production of Knowledge*. London: Sage.
- Gibbs, D. (2004). Social Model Services. Em Colin Barnes e Geof Mercer. *Disability Policy and Practice: applying the social model*. Disability Press 144-159.
- Glaeser, E. (2011). *The Triumph of The City:How Our Greatest Invention Makes Us Richer, Smarter, Greener, Healthier, and Happier* . London: Macmillan.
- Gleeson, B. (1999). *Geographies of Disability on Equal Terms*. London: Sage
- Godoy, A. (1995). Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, 35, pp. 20-29.

- Godoy, A. (2008). Sociedade Inclusiva - Afinal o que é isto? Obtido em 24 de Janeiro de 2015, de <http://vaigostardesaber.blogspot.pt/2008/06/sociedade-inclusiva-afinal-o-que-isto.html>
- Goffman, E. (1988). *Estigma*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Gomes, E. (2010). Da Europa às Cidade: contributos de novos contextos de educação para a compreensão da microregulação da política. Em M. G. Alves, *Aprendizagem ao Longo da Vida e Políticas Educativas Europeias: tensões e ambiguidades nos discursos e nas práticas de estados, instituições e indivíduos* (pp. 139-175). Caparica: Mariana Gaio Alves.
- Gomez, J., Freitas, O., e Callejas, G. (2007). *Educação e Desenvolvimento Comunitário Local*. Porto: Profedições.
- Gonçalves, C. (s.d). Enquadramento Familiar das Pessoas com Deficiência: uma análise exploratória dos resultados dos censos de 2001. *Revista de Estudos Demográficos* nº 33, 69-94.
- Gonçalves, T. (2010). Investigar em Educação: fundamentos e dimensões da investigação qualitativa. Em M. Alves, e N. Azevedo, *Investigar em Educação. Desafios da Construção de Conhecimento e da Formação de Investigadores num campo Multi- referenciado* (pp. 39-62). Caparica: Edições UIED.
- Guerra, M. (2002). *Os Desafios da Participação. Desenvolver a Democracia na Escola*. Porto: Porto Editora
- Gugel, M. (2008). Artigo preparado para o programa de qualificação da pessoa com deficiência da Microlins. Obtido em 2 de janeiro de 2015, de http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=12&ved=0CFcQFjAL&url=http%3A%2F%2Fjuazeirodonorte.apaebrasil.org.br%2Farquivo.phtml%3Fa%3D11996&ei=SESnVLqQJ4y1UYy8qJgL&usq=AFQjCNFIbZRRvBZOcUHE9oV_mYzKyilLeOA
- Gutiérrez, C. (2005). Ciudadanía y Exclusión Social en las Sociedades del Siglo XXI. Em J. F. Tezanos, *Tendencias en Exclusion Social y Politicas de Solidaridad* (pp. 13-44). Madrid: Editorial Sistema.
- Halls, W. D. (1990). *Comparative Education. Contemporary issues and trends*. Londres/Paris: UNESCO.
- Hamby, S., e Grych, J. (2012). Essential Information About patterns of Victimization Among Children With Disabilities. Obtido em 26 de Janeiro de 2015, de <http://ebn.bmj.com/content/16/2/50.full>

- Harvey, A. (2009). A Liberdade da Cidade. (GEOUSP, Ed.) *Espaço e Tempo*, nº 26, 9-17.
- Harvey, D. (20013). Utopias Dialéticas. Em E. Bosch, *Educação e Vida Urbana: 20 Anos de Cidades Educadoras* (pp. 43-49). Torres Novas: Rede Portuguesa das Cidades Educadoras.
- Hegarty, S., e Pijl, S. J. (1994). Integration And the Teacher. Em W. Meijer, S. Pijl,, & S. Hegarty,, *New Perspectives in Special Education: A Six Country Study of Integration* (pp. 20-45). London: Routledge.
- Herrero, J. (2008). La Inevitable Estigmatização de Las Personas con Discapacidad. Em J. A. Lesdesma, *La Imagem Social de las Personas con Discapacid* (pp. 65-89). Madrid: Cinca.
- Heumann, J. (2003). Prólogo. Em J.V. García Alonso (coord.), *El Movimiento de Vida Independente: experiencias internacionales*. Madrid: Fundación Luis-Vives.
- Hooder, I. (2002). The Interpretation of Documents and Material Culture. Em N. D. Lincoln, *Collecting and Interpreting Qualitative Materials* (pp. 110-129). London: Sage Publications.
- Hunter, B. (2000). Social exclusion, social capital, and indigenous australians: measuring the social costs of unemployment. (C. f. Research, Ed.) *Discussion Paper*, n. 204, 1 41.
- Igreja, M. (2004). A educação para a cidadania nos programas e manuais escolares de história e geografia de de Portugal e História - 2.º e 3.º ciclos do ensino básico : da reforma curricular (1989) à reorganização curricular (2001). Obtido em 10 de Junho de 2014, de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/951>
- Inglehart, R. (1997). *The Silent Revolution. Changing Values and Political Styles among Western Publics*. Princeton: Princeton University Press.
- Instituto Desenvolvimento Social. (2008). *Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social 2008/2010*. Lisboa: Instituto da Segurança Social.
- Instituto Nacional de Estatística. 2012. Censos 2011. Resultados definitivos. Portugal. [em linha]. Lisboa: INE. Obtido em 10 de Fevereiro de 2016 de http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=publicacao_det&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554

Jacobs, J. (1973). *Muerte y Vida de las grandes Ciudades*. Barcelona: Península.

Jiménez Lara, A. (2007). Conceptos y Tipologías de la Discapacidad. Documentos y Normativos de Clasificación Relevantes. Em R. De Lorenzo, e L. Pérez Bueno, *Tratado Sobre Discapacidad*. Madrid: Editorial Thompson Aranzadi.

John, P. (2001). *Local Governance in Western Europe*. London: Sage.

Lynch, K. (2005). *A Boa Forma da Cidade*. Lisboa: Edições 70.

Jiménez, R. (1997). A Escola Para Todos: A Integração Escolar. Em R. B. Jiménez (org.), *Necessidades Educativas Especiais* (pp. 21-51). Lisboa: Dinalivro.

Jörg, T. (2006). Towards a New Learning Science for the Reinvention of Education - A Transdisciplinary Perspective. Obtido em Setembro de 2015, de <http://www.ied.edu.hk/cgi-bin/handle.pl?-2260/1851>

Ketele, J., e Roegiers, X. (1999). *Metodologia de Recolha de Dados*. Lisboa: Instituto Piaget.

Kirk, J., e Miller, M. (1986). *Reliability and Validity in Qualitative Research*. Beverly Hills: Sage.

Kirk, S., Gallagher, J., Coleman, M., e Anastasiow, N. (2012). *Educating Exceptional Children*. USA: Wadsworth.

Kobrin, S. (1997). *The Architecture of Globalization: State Sovereignty in a Globalization and International Business*. New York: University Press.

Kowarick, L. (2003). Sobre a Vulnerabilidade Socioeconómica e Civil - Estados Unidos, França e Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.18, nº 51, 61-85.

Krieger, L. (2003). *Socio-legal Backlash, Reinterpreting Disability Rights*. Michigan: The University of Michigan Press.

Krueger, R., e Casey, M. A. (2009). *Focus Groups: A Practical Guide for Applied Research*. Thousand Oaks California: Sage Publications.

Laclau, E. (2006). Inclusão Exclusão e a Construção de Identidade. Em J. e. Amaral, *Inclusão Social, Identidade e Diferenças* (pp. 21-37). São Paulo: Annablume.

- Ledesma, J. (2008). *La Imagem Social de las Personas con Discapacidad*. Madrid: Cinca.
- Lei 159/99. (14 de Setembro de 1999). Obtido em 18 de Outubro de 2014, de Direção Geral da Administração e do Emprego Público: http://www.dgap.gov.pt/upload/Legis/1999_lei_159_14_09.pdf
- Lei das Autarquias Locais. (1977). Lei nº 79/77 de 25/10/1977. Obtido em 18 de Outubro de 2014, de <http://siddamb.apambiente.pt/publico/documentoPublico.asp?documento=3183&versao=1>
- Lei de Bases do Sistema Educativo. (14 de Outubro de 1986). Obtido em 18 de Outubro de 2014, de Diário da República I Série nº 237: <http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/2A5E978A-0D63-4D4E-9812-46C28BA831BB/1126/L4686.pdf>
- Leitão, F. R. (Abril- Junho de 1980). Algumas Perspectivas Históricas sobre a Educação Especial. *Ludens*, 4, pp. 12-18.
- Lenoir, R. (1974). *Les Exclus*. Paris: Seuil.
- Lesbaupin, I. (2000). *Poder Local x Exclusão Social: a experiência das prefeituras democráticas do Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G., e Boutin, G. (1994). *Investigação Qualitativa Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lima, L. (2004). Do Aprender a Ser à Aquisição de Competências para Competir: adaptação competitividade e performance na sociedade da aprendizagem. *Revista Galega-Portuguesa de Psicoloxia e Educación*, 9 (11), 9-18.
- Lorenzo, R. (2005). Discapacidad, Exclusión Social e Cidadanía. Em J. Tezanos, *Tendencias en Exclusion Social y Políticas de Solidariedad* (pp. 177-198). Madrid: Editora Sistema.
- Magalhães, J. (Maio/Agosto de 2007). A Construção de um Objeto do Conhecimento Histórico do Arquivo ao Texto - a investigação em história das instituições educativas. Obtido em 30 de Novembro de 2015, de <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/5069>
- Maio, I. G., e Gugel, M. A. (2009). Violência Contra a Pessoa Com Deficiência é o Averso dos Direitos Consagrados nas Leis e na Convenção da ONU. Obtido em 24 de Janeiro de 2015, de [http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/41/docs/violencia_contra_a_pessoa_a_com_deficiencia.pdf](http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/41/docs/violencia_contra_a_pessoa_com_deficiencia.pdf)

- Manisfesto Del Foro de La Vida Independiente. (2005). Obtido em 30 de Janeiro de 2015, de [http://bases.cortesaragon.es/bases/NDocumen.nsf/b4e47719711a1d49c12576cd002660cc/2b203a1a08a37ba1c12577d00035b739/\\$FILE/Manif.VidaIndependiente.pdf](http://bases.cortesaragon.es/bases/NDocumen.nsf/b4e47719711a1d49c12576cd002660cc/2b203a1a08a37ba1c12577d00035b739/$FILE/Manif.VidaIndependiente.pdf)
- Marques, A., e Moreira, R. (2009). *Cidades Educadoras: Transferibilidade de Boas Práticas para os Municípios do Eixo Atlântico*. Braga: Universidade do Minho.
- Martin, E. (2007). De Las Ciudades Educadoras a Las Ciudades Inclusivas. *CEE Participación Educativa*, 6, 9-18.
- Martinelli, S. A. (2008). *Inclusão: Lazer e Participação social Sob o Olhar das Pessoas com Deficiência Mental e Suas Famílias*. São Paulo: Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas.
- Martins, B., Fontes, F., Hespanha, P., e Berg, A. (2012). A Emancipação dos Estudos da Deficiência. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 1-19.
- Martins, J. (2007). *O Papel dos Municípios na Construção das Políticas Educativas*. Tese de Doutoramento, Universidade do Porto.
- Matos, M., e Gaspar, T. (2008). Qualidade de Vida em Crinaças e Adolescentes - Projeto Europeu Kidscreen - Relatório Português. (Aventura Social e Saude, Editor) Obtido em 26 de Janeiro de 2015, de <http://www.fmh.utl.pt/aventurasocial/pdf/Qualidade.de.Vida.KIDSCREEN.pdf>
- Mazzotta, M. (1986). *Educação Escolar Comum ou Especial?* São Paulo: Livraria Pioneira.
- McFarlane, L., e McLean, J. (2003). Education and Training for Direct Care Workers. *Social Work Education: The International Journal*, (4) 22, 385-399.
- Melo, E. (2005). *Qualidade de Vida de Crianças com Distrofia Muscular Progressiva Tipo Duchenne*. Fortaleza Brasil: Universidade de Fortaleza.
- Merino, R., e de la Fuente, G. (2007). *Sociologia para la Intervencion Social y Educativa*. Madrid: Editorial Complutense.
- Merino, A. P. (2007). *La Ciudad Educa - aportaciones para una politica educativa local*. Barcelona: Ediciones del Serbal.

- Mesquita, M. (2001). *Educação Especial em Portugal no Último Quarto do Século XX*. Tesis Doctoral, Universidad de Salamanca, Facultad de Educación, Salamanca.
- Michael, J. (2008). Inclusive City: Persons with Disabilities and the Politics of Difference. *Disability Studies Quarterly*, 28 (1). Obtido em 16 de junho de 2016 de <http://dsq-sds.org/article/view/65/65>.
- Milani, C. (2008). O Princípio da Participação Social na Gestão das Políticas Públicas Locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. *Revista de Administração Pública*, 42, pp. 551-579.
- Moll, J. (2008). La ciudad y sus Caminos Educativos: escuela, calle e itinerarios juveniles. Em A. I. *Educadoras, Educación y vida urbana: 20 años de Ciudades Educadoras* (pp. 217-226). Madrid: Santillana.
- Moreno, I. R., e Cazales, Z. N. (2010). Educación Comparada para la Construcción de una Metodología de Investigación. Em M. Navarro Leal, *Educación Comparada: Perspectivas y Casos* (pp. 39-48). México: Sociedade Mexicana de Educação Comparada.
- Morgan, D. (1996). Focus Group. *Annual Review Sociology*, 22, 129-152.
- Morgan, D. (1997). *Focus Group as Qualitative Research*. London: Sage Publications.
- Morgan, D. (1998). *Planning Focus Groups*. Thousand Oaks California: Sage Publications.
- Morissete, D. e Gingras, M. (1993). *Eisigner des Atitudes*. Bruxelles: De Boeck.
- Mucchielli, A. (2009). *Dictionnaire des Méthodes Qualitatives en Sciences Humaines et Sociales*. Paris: Armand Colin.
- Muga, H. (2005). Psicologia da Arquitetura. Canelas: Edições Gailivro.
- Municipalité de Bordeaux. (s.d.). Conseil Ville et Handicap. Obtido em 14 de Abril de 2014, de http://www.bordeaux.fr/pgFicheOrga.psml?_nfpb=true&_pageLabel=pgFicheOrga&classofcontent=organisme&id=870.
- Municipalité de Gatineau. (s.d.). Acessibilité Universelle. Obtido em 14 de Abril de 2014, de http://www.gatineau.ca/portail/default.aspx?p=guichet_municipal/accessibilite_universelle.

- Municipality of Sydney. (s.d.). People With a Disabilities. Obtido em 14 de Abril de 2014, de <http://www.cityofsydney.nsw.gov.au/community/community-support/people-with->
- Município da Amadora. (2016). Obtido em 15 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-amadora.pt/>
- Município da Azambuja. (2016). Obtido em 15 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-azambuja.pt/>
- Município da Guarda. (2016). Obtido em 18 de Janeiro de 2016, de <http://www.mun-guarda.pt/Portal/default.aspx>
- Município da Mealhada. (2016). Obtido em 18 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-mealhada.pt/>
- Município da Trofa. (2016). Obtido em 12 de Janeiro de 2016, de <http://www.mun-trofa.pt/>
- Município de Águeda. (2016). Obtido em 15 de Janeiro de 2016, de <https://www.cm-agueda.pt/>
- Município de Albufeira. (2016). Obtido em 15 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-albufeira.pt/>
- Município de Alenquer. (2016). Obtido em 15 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-alenquer.pt/>
- Município de Almada. (2016). Obtido em 15 de Janeiro de 2016, de <http://www.m-almada.pt/xportal/xmain?xpid=cmav2>
- Município de Barcelos. (2016). Obtido em 15 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-barcelos.pt/>
- Município de Braga. (2016). Obtido em 15 de Janeiro de 2016, de <https://www.cm-braga.pt/>
- Município de Câmara de Lobos. (2016). Obtido em 16 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-camaradelobos.pt/>
- Município de Cascais. (2016). Obtido em 16 de Janeiro de 2016, de <http://www.cascais.pt/>
- Município de Chaves. (2016). Obtido em 16 de Janeiro de 2016, de <http://www.chaves.pt/>

- Município de Coimbra. (2016). Obtido em 16 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-coimbra.pt/>
- Município de Condeixa-a-Nova. (2016). Obtido em 16 de Janeiro de 2016, de <http://cm-condeixa.pt/>
- Município de Esposende. (2016). Obtido em 16 de Janeiro de 2016, de [http://www.cm-esposende.pt/site/#!\[navegador\]conteudos/entrada2008.php](http://www.cm-esposende.pt/site/#![navegador]conteudos/entrada2008.php)
- Município de Évora. (2016). Obtido em 16 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-evora.pt/pt/Paginas/home.aspx>
- Município de Fafe. (2016). Obtido em 16 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-fafe.pt/pt/>
- Município de Gondomar. (2016). Obtido em 15 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-gondomar.pt/>
- Município de Grândola. (2016). Obtido em 18 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-grandola.pt/>
- Município de Lagoa. (2016). Obtido em 15 de Janeiro de 2016, de <http://lagoa-acoresh.pt/site/frontoffice/default.aspx?module=elements/homesitio&codseccao=sq>
- Município de Leiria. (2016). Obtido em 18 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-leiria.pt/>
- Município de Lisboa. (18 de Janeiro de 2016). Obtido em 20156, de <http://www.cm-lisboa.pt/>
- Município de Loulé. (2016). Obtido em 18 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-loule.pt/pt/Default.aspx>
- Município de Loures. (2016). Obtido em 18 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-loures.pt/>
- Município de Miranda do Corvo. (2016). Obtido em 18 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-mirandadocorvo.pt/pt/Default.aspx>
- Município de Moura. (2016). Obtido em 20 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-moura.pt/>
- Município de Odemira. (2016). Obtido em 20 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-odemira.pt/>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Município de Odivelas. (2016). Obtido em 20 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-odivelas.pt/>
- Município de Paços de Ferreira. (2016). Obtido em 20 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-pacosdeferreira.pt/>
- Município de Palmela. (2016). Obtido em 20 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-palmela.pt/>
- Município de Paredes. (2016). Obtido em 21 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-paredes.pt/VSD/Paredes/vPT/Publica/>
- Município de Ponta Delgada. (2016). Obtido em 10 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-pontadelgada.pt/Site/FrontOffice/default.aspx?module=elements/homesitio&codseccao=sq>
- Município de Rio Maior. (2016). Obtido em 21 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-riomaior.pt/>
- Município de Santa Maria da Feira. (2016). Obtido em 21 de Janeiro de 2016, de <https://www.cm-feira.pt/portal/site/cm-feira>
- Município de Santarém. (2016). Obtido em 23 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-santarem.pt/Paginas/Default.aspx>
- Município de Santo Tirso. (2016). Obtido em 23 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-stirso.pt/>
- Município de São João da Madeira. (2016). Obtido em 23 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-sjm.pt/>
- Município de Sesimbra. (2016). Obtido em 23 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-sesimbra.pt/pages/428>
- Município de Setúbal. (2016). Obtido em 23 de Janeiro de 2016, de <http://www.mun-setubal.pt/>
- Município de Sever do Vouga. (2016). Obtido em 19 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-sever.pt/>
- Município de Silves. (2106). Obtido em 14 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-silves.pt/pt/Default.aspx>
- Município de Torres Novas. (2016). Obtido em 13 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-torresnovas.pt/>

- Município de Torres Vedras. (2016). Obtido em 12 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-tvedras.pt/>
- Município de Valongo. (2016). Obtido em 10 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-valongo.pt/>
- Município de Vila Franca de Xira. (2016). Obtido em 13 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-vfxira.pt/>
- Município de Vila Nova da Famalicão. (2016). Obtido em 12 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-vnfamalicao.pt/>
- Município de Vila Real. (2016). Obtido em 14 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-vilareal.pt/>
- Município de Vila Verde. (2016). Obtido em 15 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-vilaverde.pt/>
- Município do Barreiro. (2016). Obtido em 15 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-barreiro.pt/>
- Município do Funchal. (2016). Obtido em 16 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-funchal.pt/>
- Município do Fundão. (2016). Obtido em 16 de Janeiro de 2016, de <https://www.cm-fundao.pt/>
- Município do Pombal. (2016). Obtido em 21 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-pombal.pt/>
- Município do Porto. (2016). Obtido em 21 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-porto.pt/>
- Munyi, C. (2012). Past and Present Perceptions Towards Disability: A Historical Perspective. Obtido em 24 de Janeiro de 2015, de Disability Studies Quarterly: <http://dsq-sds.org/article/view/3197/3068>
- Nações Unidas. (1948). Declaração Universal dos Direitos do Homem. Obtido em 17 de janeiro de 2015, de <http://www.humanrights.com/pt/what-are-human-rights/universal-declaration-of-human-rights/articles-01-10.html>
- Nações Unidas. (22 de Dezembro de 1971). Declaração dos Direitos do Atraso Mental. Obtido em 2 de Fevereiro de 2015, de <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-dos-Portadores-de-Defici%C3%A2ncia/declaracao-de-direitos-do-deficiente-mental.html>

- Nações Unidas. (9 de Dezembro de 1975). Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Obtido em 2 de Fevereiro de 2015, de http://direitoshumanos.gddc.pt/3_7/IIIPAG3_7_3.htm
- Nações Unidas. (2012). Estado das Cidades do Mundo 2011/2012-Unindo o Urbano Dividido. Obtido em 24 de Abril de 2014, de http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100408_cidadesdomundo_portugues.pdf
- Nações Unidas. (2015). Faits et chiffres sur le handicap. Obtido em 17 de janeiro de 2015, de <http://www.un.org/french/disabilities/default.asp?navid=33&pid=833#text>
- Nações Unidas. (s.d.). Guia Online. Obtido em 13 de Outubro de 2013, de http://redeinclusao.web.ua.pt/docstation/com_docstation/19/direitos.pdf
- Nações Unidas. (s.d.). Los derechos y la dignidad de las personas con discapacidad. Obtido em 30 de Janeiro de 2015, de Historia de la discapacidad y las Naciones Unidas - Decenio de las Naciones Unidas para los Impedidos: 1983 - 1992: <http://www.un.org/spanish/disabilities/default.asp?id=576>
- Nações Unidas. (s.d.). World Urbanization Prospects The 2011 Revision. Obtido em 2 de Março de 2014, de http://esa.un.org/unup/pdf/WUP2011_Highlights.pdf
- Nations Unides. (s.d.). Développement et Droits de L'homme pour Tous. Obtido em 24 de janeiro de 2015, de <http://www.un.org/french/disabilities/default.asp?navid=33&pid=833>
- Nóvoa, A. (1994). *História da Educação*. Provas da Agregação, não publicadas. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- Nóvoa, A. (1998). *Histoire & Comparaison* (Essais sur l'Education). Lisbonne: Educa.
- Nóvoa, A. (2002). O Espaço Público da Educação: imagens, narrativas, dilemas. Espaços de Educação Tempos de Formação. Textos da Conferência Internacional. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Nóvoa, A. (2005). *Vers un Comparativisme Critique*. Regards sur l'education. Lisboa: Educa.

- OCDE. (2009). PISA in focus nº17. Obtido em 15 de Dezembro de 2013, de <http://www.oecd.org/pisa/pisaproducts/pisainfocus/PISA%20EM%20FOCO%20Nº17.pdf>
- OCDE. (2014). PISA 2012 Results: What Students Know and Can Do. Paris: OECD.
- OCDE. (28 de Setembro de 2014). Are Large Cities Educational Assets or Liabilities? Obtido de PISA in Focus nº17: [http://www.oecd.org/pisa/pisaproducts/pisainfocus/pisa%20in%20focus%20n17%20\(eng\)%20FINAL.pdf](http://www.oecd.org/pisa/pisaproducts/pisainfocus/pisa%20in%20focus%20n17%20(eng)%20FINAL.pdf)
- Oliveira, C. (1996). *História dos Municípios e do Poder Local*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Oliveira, M. (2007). *Como Fazer Pesquisa Qualitativa*. Petrópolis: Vozes.
- Oliver, M. e Barnes, C. (2012). *The New Politics of Disablement*. New York: Palgrave Macmillan.
- Oliver, M. (1998). Una Sociología de la Discapacidad o Una Sociologia Discapacitada. Em L. Barton, *Discapacidad y Sociedad* (pp. 34-58). Madrid: Morata.
- Olivier, M. (1990). *The Politics of Disablement*. Londres: Macmillan.
- Olivier, M. (1992). Changing the Social Relations of Research Production. *Disability & Society*, 101-114.
- Organização Mundial de Saúde. (2011). Relatório Mundial Sobre a Deficiência. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo.
- Oria Segura, M. (2008). Atención a la Diversidad: de las necesidades educativas especiales a otras necesidades, análisis de estrategias institucionales y filosofía integradora en España e Italia. Em F. Lopez Noguero, *La Educación Como Respuesta a la Diversidad*. Una Perspectiva Comparada (pp. 39-42). Sevilla: Pablo de Olavide.
- Pacheco, A. (. (2006). *Globalização e Educação - desafios para políticas e práticas*. Porto: Porto Editora.
- Palacios, A., e Bariffi, F. (2007). *La Discapacidad Como Una Cuestión de Derechos Humanos*. Madrid: Cinca.

- Park., R. (1967). *On Control and Collective Behavior*. Chicago: Chicago University Press.
- Parra-Dussan, C. (2010). Convención sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad: antecedentes y sus nuevos enfoques. (Pontificia Universidad Javeriana, Ed.) *International Law: Revista Colombiana de Derecho Internacional*, (16), 347-380. Obtido em 1 de Novembro de 2014, de <http://www.redalyc.org/pdf/824/82420041011.pdf>
- Pateman, C. (1992). *Participação e Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Paugam, S. (1996). *L' exclusion: Vétat do Savoir*. Paris: La Découverte.
- Paugam, S. (2006). *A Desqualificação Social: ensaio sobre a nova pobreza*. Porto: Porto Editora.
- Paugam, S. (Décembre de 2009). La Disqualification Social. Essai Sur la Nouvelle Pauvreté. *Politiques Sociales et Familiales*, 98, 111-112.
- Pedro i Garcia.F. (2007). De la Municipalización de la Enseñanza al Gobierno Multinível: evidencias internacionales. Aportaciones para una política educativa local. Barcelona: Ediciones del Serbal.
- Pereda, C., Prada, M., e Actis, W. (2012). *Discapacidades e Inclusión Social*. Barcelona: Obra Social "la Caixa".
- Pereira, J. (2012). Cultura Surda - a bandeira de um povo dentro de outro. Obtido em 1 de Novembro de 2014, de <http://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=20&idart=268>
- Pereira, L. M. (1993). Evolução Histórica da Educação Especial. Em L. M. Pereira, *Integração Escolar* (pp. 5-19). Lisboa: Universidade de Lisboa - Faculdade de Motricidade Humana.
- Pereira, M. (1988). *O Estado e a Sociedade*. Em Obras de Mouzinho da Silveira (Vols. I, Estudos e Manuscritos). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pérez Bueno, L. (2010). *Discapacid, Derecho y Políticas de Inclusión*. Cermi. Madrid: Cinca.
- Pérez Bueno, L. (2013). *El Sector de la Discapacidad: realidad, necesidades y retos futuros*. Madrid: Cinca.

- Pérez Serrano, G. (2010). *Pedagogía Social Educación Social, construcción científica e intervención práctica*. Madrid: Narcea.
- Phillips Jr., J. (1977). *Teoria de Piaget Sobre as Origens do Intelecto*. Lisboa: Soccultura.
- Pina, L. (Abril-Setembro de 2010). Sociedade inclusiva: a face aparente do capitalismo em uma nova fase. (F. e. Educação, Editor) Obtido em 9 de Junho de 2014, de http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=2&ved=0CC4QFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.fae.unicamp.br%2Frevista%2Findex.php%2Ffe%2Farticle%2Fdownload%2F954%2F897&ei=IwiWU4zPN6uY0QXjh4CwDQ&usq=AFQjCNGX7zjTQyZE_R-qRnPq4CmWpzNBeQ
- Pinel, J. S., Colodete, P. R., e Paiva, J. S. (2012). *Pedagogia Social: Definições, Formação, Espaços de Trabalho. Grandes Nomes e Epistemologias. Conhecimento em Destaque*, 2. Obtido em 22 de Novembro de 2014, de http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCCQQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.soufabra.com.br%2Frevista%2Findex.php%2Fcedfabra%2Farticle%2Fdownload%2F11%2F3&ei=9ClxVMYFH8y7aei1gMgO&usq=AFQjCNGx531lapNwxTBtdP8LYr8_uCaczq
- Pinhal, J. (2004). Os Municípios e a Oferta Educativa. Em A. e. Áurea, *História dos Municípios na Educação e na Cultura* (pp. 99-128). Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- Pinhal, J. (2013). Os Municípios ea Provisão Pública de Educação. Em A. N.-M. Costa, *Políticas e Gestão Local da Educação* (pp. 99-128). Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Platt, A. (2004). O Paradigma Inclusivo das Políticas Educacionais e o Paradigma Excludente das Políticas Económicas nos Anos 90: o constructo sócio-conceitual da normalidade/anormalidade (ou adequação social). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- PORDATA. (28 de Setembro de 2014). Fundação Francisco Manuel dos Santos. Obtido em 4 de Março de 2014, de <http://www.pordata.pt/Portugal/Quadro+Resumo/Portugal-4418>.
- Potaka, L., e Cochrane, S. (2004). Developing Bilingual Questionnaires: Experiences from New Zealand in the Development of the 2001 Maori Language Survey. *Journal of Official Statistics*, 20 (2), 289-300.

- Potts, P. (2010). El Lugar de la Experiencia e Investigación en Educación Comparada. Em M. Bray, B. Adamson, & ,. M. Mason, *Educación Comparada - Enfoques e Métodos* (pp. 93-114). Buenos Aires: Granica.
- Poupart, J. (1981). La Metodologie Qualitative en Siences Humaines: une aproche à redécouvrir. *Apprendissage et Socialization*, 4, 41-47.
- Priestley, M. (2001). Disability and the Life Course - global perspectives. (C. U. Press, Ed.) Obtido em 9 de Junho de 2014, de <http://assets.cambridge.org/97805217/93407/sample/9780521793407ws.pdf>
- Proença, C. (2005). *A Exclusão Social em Cabo Verde: uma abordagem preliminar*. ACEP — Associação para a Cooperação entre Povos, 1-73.
- Programa de Acção Mundial para as Pessoas com Deficiência. (1982). Centro de Documentação e Informação do Portador de Deficiência. Nações Unidas. Obtido em 30 de Janeiro de 2015, de <http://www.cedipod.org.br/w6pam.htm>
- Province of Québec. (s.d.). Cadre de référence Pour La Ville de Québec en Matière D'Integration de Personnes Vivant de Situations de Handicap. Obtido em 13 de Abril de 2014, de https://www.google.pt/?gfe_rd=cr&ei=5ABLU6jFHYHD8gen04CAAq#q=d+e+bons+exemples+de+villes+inclusives+pour+les+personnes+handicap%C3%A9es
- Quintana, J. M. (1984). *Pedagogia Social*. Madrid: Dykinson.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Instituto Nacional de Reabilitação, (2006). Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade para os anos de 2006 a 2009. Obtido de http://www.inr.pt/bibliopac/diplomas/rcm_0120_2006.htm
- Raventós Santamaria, F. (1990). *Metodologia Comparativa y Pedagogia Comparativa*. Barcelona: Editorial Boixareu.
- Red Mundial de Ciudades e Gobiernos Locales Unidos. (s.d.). Por un Mundo de Ciudades Inclusivas. Obtido em 23 de Abril de 2014, de <http://www.uclg.org/es/organizacion/sobre-nosotros>
- Rêgo, R. (1986). *História da República*. Lisboa: Círculo de Leitores.

- Relatório Mundial Sobre a Deficiência. (2011). Governo do Estado de São Paulo. Obtido em 30 de Janeiro de 2005, de http://whqlibdoc.who.int/hq/2011/WHO_NMH_VIP_11.01_por.pdf
- Resolução do Parlamento Europeu. (25 de Outubro de 2011). Obtido em 26 de Novembro de 2013, de Jornal Oficial da União Europeia: http://www.igfse.pt/upload/docs/2013/2013_C_131E_02.pdf
- Rodrigo, M. D. e Santo Martin, M. P. (2012). A avaliação das Necessidades Educativas do Aluno. *Educação Inclusiva*, 3, 14-21.
- Rodrigues, D. (2003). *Perspectivas Sobre Inclusão - da educação à sociedade*. Porto: Porto Editora.
- Rodrigues, D. (1991). As Necessidades Educativas Especiais e a Intervenção. Em David Rodrigues (org.), *Métodos e Estratégias em Educação Especial* (pp. 41-57). Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Motricidade Humana.
- Rodrigues, D. (2001). A Educação e a Diferença. Em David Rodrigues (org.), *Educação e Valores - Valores Práticas para uma Educação Inclusiva* (pp. 15-34). Porto: Porto Editora.
- Rodrigues, D. (2001). *Educação e Diferença*. Porto: Porto Editora.
- Rodrigues, D. (2003). *Perspectivas Sobre a Inclusão - da educação à sociedade*. Porto: Porto Editora.
- Rodrigues, E. V., Samagaio, F., Ferreira, H., e Mendes, M. M. (1998). A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal. Obtido em 7 de Junho de 2014, de <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n106/n106a03.pdf>
- Rodrigues, F. (1995). Participação. Reflexões Baseadas na Experiência do Programa de Pobreza III. Lisboa: APSS
- Rodrigues, L. (. (2007). *Percursos de Educação Inclusiva em Portugal - Dez Estudos de Caso*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Fórum de Estudos de Educação Inclusiva.
- Roig, J. (2014). Entrevista ao Secretário General de Ciudades y Gobiernos Locales Unidos (CGLU). Ciudad, Inclusión Social y Educación, 7-9. (Asociación Internacinal de Cidades Educadoras, Entrevistador) Barcelona.

- Rubio, D., Berg-Weger, M., Tebb, S., e Rauch, S. (2003). Objectifying Content Validity: Conducting a Content Validity Study in Social Work Research. *Soc Work Research*, 27 (2), 94-105.
- Ruivo, J. (2001). *Inovação Pedagógica na Formação de Professores: Um Contributo para a análise dos Processos Formativos em Portugal*. Tese de Doutoramento. Salamanca: Universidade de Salamanca.
- Ruivo, J., e Carrega, J. (2011). *Políticas e Políticos da Educação*. Torres Novas: RVJ editores.
- Ruiz, G. (2010). La comparación en la Investigación Educativa. Em M. Leal Navarro, Educación Comparada: *Perspectivas y Casos* (pp. 17-38). México: Sociedade Mexicana de Educação Comparada.
- Safford, P. L., e Safford, E. J. (1995). *A History of Childhood e Disability*. New York: Teachers College Press.
- Saint- Martin, P. (1977). Images du Handicapé Proposées au Grand Public. UNESCO, Paris. Obtido em 2 de janeiro de 2015, de <http://unesdoc.unesco.org/images/0002/000254/025431FB.pdf>
- Sampath, P. G. (2010). Obtido em 13 de Outubro de 2013, de Cidades Inclusivas numa Perspectiva Asiática: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1080:catid=28&Itemid=23
- Sandín Esteban, M. (2003). *Investigación Cualitativa en Educación. Fundamentos y Tradiciones*. Madrid: Mc Graw Hill.
- Santos, B.S. (2003). *Bloqueio em Movimento? Visão – 10 anos especial*.
- Santos, M. (2008). *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edições USP.
- Sassaki, R. (2003). *Inclusão - construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA.
- Sassen, S. (2001). *The Global City*. Princeton. Princeton University.
- Schalock, R., e Verdugo, M. (2003). *Calidad de Vida. Manual Para Profesionales de la Educación, Salud y Servicios Sociales*. Madrid: Alianza Editorial.
- Scheerenberg, R. (1984). *History of Mental Retardation*. Baltimore: Paul H. Brookes Publishing Co.

- Secretariado Nacional Para a Reabilitação e Integração de Pessoas Com Deficiência. (1995). Normas Sobre Igualdade de Oportunidades Para pessoas Com Deficiência. Lisboa: SNR.
- Seixas, J. (2008). Estruturas e Dinâmicas do Capital Sócio cultural de Lisboa. Em M. Cabral, F. Carrreira da Silva e T. Saraiva, *Cidade & Cidadania* (177-210). Viseu:ICS
- Sen, A. (2000). Social Exclusion: Concept, Application, And Scrutiny. Asian Development Bank. Manila: Office of Environment and Social Development.
- Serrano, J. (2005). Percursos e Práticas para uma Escola Inclusiva. Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Criança, Braga. Obtido em 16 de janeiro de 2015, de <http://hdl.handle.net/1822/6981>
- Shaw, I., e Gould, N. (2001). *Qualitativ Research in Social Work*. London: Sage.
- Sheer, J. e Groce, N. (1988). Impairment as a Human Constant: cross cultural and historical perspectives, *Journal of Social Issues*, 44 (1), 23-37.
- Sheppard, M. (2012). *Social Work and Social Exclusion: the idea of practice*. Aldershot: Ashgate.
- Silva, M. (23 de junho de 2009). Da Exclusão à Inclusão: Concepções e Práticas. *Revista Lusófona de Educação*, 13, pp. 135-153.
- Silva, V. A. (2010). *Discursos do Processo de Exclusão e Inclusão na Dança: Estudo de Caso "Dançando com a Diferença"*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana.
- Sirvent, M. (1984). *Educação Comunitária. A Experiência de Espírito Santo*. São Paulo: Brasiliense-IIICA.
- Skilar, C. (2006). A Inclusão que é «Nossa» e a Diferença que é do «Outro». Em David Rodrigues (Org.), *Inclusão e Educação - doze olhares sobre a educação inclusiva* (pp. 15-34). Brasil: Summus Editorial.
- Smith, B., e Neisworth, J. (!975). *The Exceptional Chid*. New York: McGraw Hill.
- Sobreira, C., e Chaves, G. (2012). As Cidades e a Inclusão das Pessoas com Deficiência. *Revista electrónica de Direito do Centro Universitário de Newton Paiva*, 18, 106-111. Obtido em 25 de Setembro de 2015, de http://issuu.com/publicanewton/docs/revista_eletronica_do_curso_de_dir_eito_18/109

- Sorkin, M. (22 de Outubro de 2014). Obtido em 24 de Outubro de 2014, de Ciudades Inclusivas: Retos y Oportunidades Para el Siglo XXI: <http://blogs.iadb.org/ciudadessostenibles/2014/10/22/ciudades-inclusivas/>
- Souza, J., Kantorski, L. P., e Luis, M. (2014). Análise Documental e Observação Participante na Pesquisa em Saúde Mental. *Revista Baiana de Enfermagem*, 25, 221-228.
- Stake, R. (2007). *A Arte da Investigação com Estudos de Caso*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Steward, D., Shamdasani, P., e Rook, D. (2007). *Focus Groups: Theory and Practice*. Thousand Oaks, California: Sage Publications.
- Stoer, S., e Magalhães, A. M. (2001). A Incomensurabilidade da Diferença e o Anti- Antietnocentrismo. Em D. Rodrigues, *Educação e Diferença* (pp. 35-48). Porto: Porto Editora.
- Suárez Ortega, M. (2005). *El Grupo de Discusión: una herramienta para la investigación cualitativa*. Barcelona: Laertes.
- Subban, P., e Sharma, U. (2006). Teachers Perceptions of Inclusive Education in Vitória Australia. *International Journal of Special Education*, 21 (1), 5-13.
- Subirats, J. (. (2004). *Pobresa i Exclusió Social. Una Anàlisi de la Realitat Espanyola i Europea*. Barcelona: Fundació "La Caixa".
- Subirats, J. (2003). Participación y Responsabilidades de la Comunidad en la Educacion. *Revista de Educación*, 330, 217-236.
- Subirats, J. (2006). *Fragilidade Vecinas - Narraciones Biográficas de Exclusão Social Urbana*. Barcelona: Icara editorial.
- Tedesco, J. (Junho de 1995). Editorial. (UNESCO, Ed.) *Revista Perspectivas*, XXV(2), 157-158. Obtido em 1 de Novembro de 2014, de <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001063/106375so.pdf>
- Teixeira, A. (2015). Mais Poder para as Cidades. *XXI Ter Opinião*, 4, 8-11.
- Teles, P. (2014). *A Cidade das (i)mobilidades - manula técnico de acessibilidade e mobilidade para todos*. Porto: MPT.
- Teles, P. (coord). (2007). *Guia de Acessibilidade e Mobilidade para Todos*. Obtido em 28 de Fevereiro de 2016, de <http://www.inr.pt/uploads/docs/acessibilidade/GuiaAcessEmobi.pdf>

- Tolentino de Mendonça, J. (2015). *Que Coisa São as Nuvens*. Paço de Arcos: Impresa Publishing.
- Trilla, J. (1999). *La Ciudad Educadora*. Cuadernos de Pedagogia, nº 278, 44-50.
- Trilla, J. (2006). A Educación Non Formal e a Cidade Educadora. Duas Perspectivas (Unha Analítica e Outra Globalizadora) do Universo da Educación. *Revista Galega do Ensino*, 24, 199-221.
- Tuckman, B. (2002). *Manual de Investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Unesco. (1990). Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Obtido em 24 de Janeiro de 2015, de <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>
- Unesco. (1994). Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais: Acesso e Qualidade. Salamanca. Obtido em 24 de Janeiro de 2015, de <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>
- União Europeia. (22 de Junho de 2010). Declaração de Toledo. Obtido em 3 de Março de 2014, de <http://www.eukn.org/dsresource?objectid=165782>
- União Europeia. (2011). Tornar o Espaço Europeu de Aprendizagem ao Longo da Vida uma Realidade. Comunicação da Comissão. Obtido em 25 de Setembro de 2015, de European Commission: http://ec.europa.eu/policies/index_pt.htm
- UNICEF. (1989). Convenção dos Direitos da Criança. Obtido em 24 de Janeiro de 2015, de https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf
- UNICEF. (1990). Declaração Mundial Sobre a sobrevivência, a Proteção e Desenvolvimento da Criança. Obtido em 24 de Janeiro de 2015, de http://www.mprs.mp.br/infancia/documentos_internacionais/id117.htm
- Vala, J. (2007). A análise de conteúdo. Em A. Santos Silva, e J. Pinto, *Metodologia das Ciências Sociais* (pp. 101-128). Porto: Afrontamento.
- Vardakastanis, Y. (2014). Entrevista ao Presidente del Foro Europeo de las Personas con Discapacidad (EDF). Ciudad, Inclusión Social y Educación, 31-35. (Asociación Internacional de Ciudades Educadoras, Entrevistador) Barcelona: Asociación Internacional de Ciudades Educadoras.

- Vega Gil, L. (2011). *La Educación Comparada e Internacional*. Barcelona: Octaedro.
- Verdugo, A. (2009). *Escala GENCAT: manual de aplicación de la Escala GENCAT de Calidad de Vida*. Barcelona: Institut Català d' Assistència i Serveis Socials.
- Verdugo, M. (2001). *La Concepción de Discapacidad en los Modelos Sociales*. Obtido em 30 de Janeiro de 2015, de <http://www.um.es/discatif/TEORIA/Verdugo-ModelosSoc.pdf>
- Verdugo, M. (7 de Maio de 2004). *Maltrato y violencia de género en personas con discapacidad intelectual. Estrategias de prevención*. Obtido em 24 de Janeiro de 2015, de http://www.achm.cl/file_admin/archivos_munitel/disca/disca34.pdf
- Verdugo, M. A. (2001). *Autodeterminación y Calidad de Vida de las Personas con Discapacidad. Propuestas de Actuación*. Obtido em 9 de Novembro de 2014, de <http://www.ardilladigital.com/DOCUMENTOS/CALIDAD%20DE%20VIDA/CALIDAD%20DE%20VIDA%20Y%20BUENA%20PRACTICA/Autodeterminacion%20y%20calidad%20de%20vida%20en%20las%20personas%20con%20discapacidad%20-%20Verdugo%20-%20articulo.pdf>
- Verdugo, M., Bermejo, B., e Fuertes, J. (1993). *Maltrato Infantil y Minusvalia*. Madrid: Ministerio de Asuntos Sociales, Instituto Nacional de Servicios Sociales.
- Vieira, F. D. e Pereira, M. C. (1996). *Se Houvera Quem Me Ensinara - a educação das pessoas com deficiência mental*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Wacquant, L. (2013). *Los Condenados de la Ciudad*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno.
- Walford, G. (1994). *Researching the Powerful in Education*. Londres: UCL Press.
- Warnock, H. (1978). *Special Education Needs: Report of the Committee of Enquiry into the Education of Handicapped Children and Young People*. London: Her Majesty Stationary Office.
- Wehmeyer, M. L., Kelchner, K., & Richards, S. (1996). Essential Characteristics of Self-Determined Behavior of Individuals with Retardation. *American Journal of Mental Retardation*, (100), 632-642.

- Wixey, S. (2005). *Measuring Aecessibility as Experienced by Different Socially Disadvantaged Groups*. Westminster: University Westminster.
- Wolfenberg, W. (1975). O principio da Normalização em Seviços Humanos. Obtido em 16 de janeiro de 2015, de <http://www.socialrolevalorization.com/training/trainers/wolfensberger/>
- Wolfensberger, W. (2004). Social Role Valorization: A proposed New Term for the Principal of Noirmalization. Em D. Mitchell, *Special Educatinal Needs and Inclusive Education* (pp. 42-50). Wew York: Routledge Falmer.
- Xiberras, M. (1996). *As Teorias da Exclusão*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de Caso. Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman.
- Yin, R. K. (2011). *Qualitative Research From Start to Finish*. New York: The Guilford Press.
- Young, I. (2000). *Inclusion and Democracy*. New York: Oxford University Press.

Impressão:

Tipografia Lobão, Lda.
Tel. 212 559 890 – Almada
www.tipografialobao.pt

ANEXOS

INDICE DOS ANEXOS

ANEXOS.....	661
ANEXO 1- INSTRUMENTO DE VALIDAÇÃO DOS INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIO	663
ANEXO 2- INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO	680
ANEXO 3- GUIÕES DE ENTREVISTAS	709
ANEXO 4 – PROTOCOLOS / TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS	721
Anexo 4.1 Entrevista à Vereadora da cidade B	723
Anexo 4.2. Entrevista á técnica da cidade B	731
Anexo 4.3 Entrevista à Presidente da Associação Ema, cidade B	737
Anexo 4.4 Entrevista ao Sr. B. cidade B	743
Anexo 4.5. Vereadora – Cidade X	748
Anexo 4.6. Entrevista à técnica da cidade X.....	757
Anexo 4.7. Entrevista ao Presidente da Associação AP, cidade X	764
Anexo 4.8 Entrevista ao Sr. L, cidade X	770
ANEXO 5- ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS	775

ANEXO 1- INSTRUMENTO DE VALIDAÇÃO DOS INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIO



Departamento de Ciências da Educação

Tese de Doutoramento de Domingos Manuel da Silva Rasteiro

Orientadores: Professora Doutora Maria Rosa Oria e Professor Doutor João Ruivo

**FASE DE ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS – VALIDAÇÃO DE CONTEÚDOS DO QUESTIONÁRIO:
VALIDAÇÃO DE ESPECIALISTAS**

1. Descrição geral: O presente trabalho de investigação centra-se no problema da inclusão social das pessoas com necessidades especiais nas cidades. Desde os anos noventa que a problemática da inclusão tem sido um tema fundamental nos processos de dignificação social deste grupo específico. A abordagem histórica do tema demonstra que a marginalização tem sido uma constante histórica, revelando, ainda, que tem havido uma evolução de uma perspetiva terapêutica do problema para uma perspetiva educativa e social e que a integração social não depende das capacidades dos indivíduos, mas depende mais do envolvimento e do contexto social. Já há umas décadas que Saint-Martin (1977), num relatório para a Unesco, reconhece que a humanidade tem vindo a evoluir gradualmente face às pessoas com necessidades especiais, afirmando que, de uma abordagem filantrópica e de assistência, se têm vindo a atingir patamares mais elevados de entendimento social da problemática, quando se reconhece que é um problema de direitos humanos, de igualdade de oportunidades e, finalmente, referindo, mesmo, o direito à inclusão, no sentido da sociedade inclusiva se organizar para acolher todas as pessoas, independentemente das suas particularidades, valorizando, como uma mais-valia, a diversidade humana.

O interesse do presente estudo é cruzar a problemática da inclusão social das pessoas com necessidades especiais com a vida nas cidades, tendo em conta que é no espaço da cidade, dos bairros, do espaço público, dos serviços disponíveis e das oportunidades que, atualmente, se oferecem mais condições para o desenvolvimento humano.

No que se refere às pessoas marginalizadas, neste caso pelas suas necessidades especiais, foram reconhecidos os diferentes problemas que enfrentam nas cidades quando, em 1995, na cidade de Barcelona, foi aprovada a Declaração “La Ciudad y las Personas con Disminución”, como culminar do Congresso Europeu que teve a mesma temática. As cidades signatárias, 367 (números de Outubro de 2012) de 14 países da Europa, comprometeram-se a: promover a cidadania das pessoas com necessidades especiais, a respeitar as suas diferenças, a organizar campanhas que favoreçam a integração social, o

acesso à informação e à convivência social, o acesso aos serviços considerados imprescindíveis, criar serviços de apoio à vida diária, adaptar os edifícios e os espaços públicos, favorecer a mobilidade e o transporte, promover estudos e trabalhos de investigação que ajudem no diagnóstico e nas respostas às necessidades e promover planos de ação que concretizem as várias medidas necessárias para adaptar as cidades e as respetivas populações com necessidades específicas. Esta declaração faz apelo ao slogan “Cidades para Todos”.

Ora o desafio que se coloca é o de investigar até que ponto algumas cidades em Portugal, as que subscreveram a Carta das Cidades Educadoras (56), estão a fazer esse percurso de desenvolvimento, considerando as necessidades dos cidadãos com necessidades especiais que estão contempladas na Carta que as Cidades subscuem quando aderem à Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE). Neste quadro é muito perceptível o cruzamento, a sobreposição de propósitos entre a cidade educadora e a cidade inclusiva. A educação nas cidades é, sem dúvida, uma forma de as tornar mais inclusivas, sendo uma forma de responder aos desafios da vida em comum, de que são lugar privilegiado, pois as cidades são laboratórios vivos de aprendizagem da vida coletiva, lugares de educação permanente, em que múltiplos agentes e entidades põem em prática os seus ideais de educação e de vida económica, cultural, artística e espiritual.

Utilizar-se-á o questionário como recurso para a recolha de informação a um grupo alargado de informantes, cinquenta e seis, pois não seria viável utilizar técnicas de interação mais diretas. Embora a natureza do estudo, como já se referiu antes, seja qualitativa, tivemos de introduzir esta forma de recolha de dados, utilizada mais em estudos extensivos, pois pareceu-nos essencial fazer um levantamento de todos os municípios portugueses pertencentes à AICE. Conforme os scores do questionário se identificaram as duas cidades com mais características inclusivas para que seguidamente se possam desenvolver dois estudos de caso. Enviar-se-ão questionários aos responsáveis políticos que, nessas cidades, são responsáveis pela promoção dos princípios da Carta das Cidades Educadoras, procurando indagar a sua opinião acerca do modo e dos processos como se promovem políticas de inclusão social para as pessoas com necessidades especiais, nas cidades de que são gestores públicos.

Como houve dúvidas sobre a extensão do presente questionário fizemos umas aplicações de exemplo para medirmos o tempo de resposta que mediou entre os 20 e os 25 minutos.

2. Título da Investigação:

Percursos de inclusão social em Portugal - dois estudos de caso centrados nas políticas locais para pessoas com necessidades especiais.

Rutas para la inclusión social en Portugal – dos estudos de casos centrados en las políticas locales para las personas con discapacidad.

3.Objetivos:

Quadro dos Objetivos do Estudo

Objetivos gerais	Objetivos específicos
Identificar, em termos de igualdade e direitos, quais os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que as cidades oferecem aos grupos com necessidades especiais	Caracterizar a oferta dos municípios na promoção da igualdade e da equidade dirigida às populações com necessidades especiais
	Fazer o levantamento dos referenciais teóricos que dão suporte ao tema das cidades inclusivas, centradas nas pessoas com necessidades especiais
	Traçar, para cada cidade, um “mapa” da inclusão, fazendo emergir as categorias que podem caracterizar as “boas práticas” que nas comunidades estudadas favorecem a inclusão social
Identificar como fomentam as cidades, em termos de planejamento e de ordenamento do espaço físico, respostas que favoreçam o acesso dos cidadãos com necessidades especiais aos espaços de convívio, de lazer, de equipamentos e serviços comunitários	Descrever, com detalhe, todas as ações que se estão a desenvolver na cidade, centradas na promoção da inclusão das pessoas com necessidades especiais
	Analisar, em profundidade, os projetos socioeducativos de cada cidade, centrados na população com necessidades, de modo a caracterizar o seu potencial inclusivo e as áreas que privilegiam
	Proceder ao levantamento dos esforços que as cidades estão a empreender, no sentido da acessibilidade aos recursos e espaços urbanos
Identificar como são desenvolvidas as políticas locais de fomento da coesão social, por forma a incluir socialmente todos, em particular, os cidadãos com necessidades especiais.	Indagar, junto dos dirigentes políticos das cidades, as principais razões que fundamentam a promoção de uma política de equidade face às populações com necessidades especiais
	Indagar junto dos técnicos e quadros dirigentes do município de que forma se concretizam essas políticas e quais as ações que lhe dão sustentabilidade
	Verificar em que medida essas políticas se concretizam nas Grandes Opções e nos Planos de Atividades Municipais
	Verificar até que ponto os documentos orientadores internacionais estão a ser utilizados como referências de ação para as autoridades locais
	Auscultar as organizações representativas das pessoas com necessidades especiais, de modo a compreender as suas expectativas, os seus níveis de participação e envolvimento

GRELHA SÍNTESE DO QUESTIONÁRIO AOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES ASSOCIADOS À ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Dimensões	Nº de Perguntas
Objetivo 1. Identificar, em termos de igualdade e direitos, quais os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que as cidades oferecem aos grupos com necessidades especiais;	1.1. Fazer o levantamento dos projetos socioeducativos de cada cidade, centrados na população com necessidades, de modo a caracterizar o seu potencial inclusivo e as áreas que privilegiam;	A cidade Educadora / Projetos Sócio Educativo e Exclusão	3- Perguntas 1, 2,3
		A cidade Educadora / Projetos Socio educativos e Necessidades Especiais	2- Pergunta 4, 5,
	1.2. Caracterizar a oferta dos municípios na promoção da igualdade e da equidade dirigidas às populações com necessidades especiais	A cidade Educadora / Caracterização de projetos	3- Perguntas 6,7, 8
Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Dimensões	Nº de Perguntas
Objetivo 2. Identificar como fomentam as cidades, em termos de planeamento e de ordenamento do espaço físico, respostas que favoreçam o acesso dos cidadãos com necessidades especiais aos espaços de convívio, de lazer, de equipamentos e serviços comunitários;	2.1 Proceder ao levantamento dos esforços que as cidades estão a empreender, no sentido da acessibilidade aos recursos e espaços urbanos.	Construção Da Cidade Inclusiva / Situações de Exclusão no Concelho	1 -Perguntas 9
		Construção Da Cidade Inclusiva / Promoção do Desenvolvimento	1-Pergunta 10
		Construção Da Cidade Inclusiva /Acessibilidade / Edifícios	6- Perguntas 11, 12,13,14,15,16
		Construção Da Cidade Inclusiva / Acessibilidade / Espaços Públicos	6- Perguntas 17, 18 19, 20, 21, 22
		Construção Da Cidade Inclusiva /Acessibilidade / Transportes	8- Perguntas 23, 24,25,26,27,28,29,30
	2.2 Proceder ao levantamento dos esforços que as cidades estão a empreender no sentido da promoção de serviços comunitários e de recurso que favoreçam o acesso à cidadania	Construção Da Cidade Inclusiva / Convivência Social	5- Perguntas 31, 32, 33,34, 35

ANEXOS

	e à participação das pessoas com necessidades especiais.	Construção Da Cidade Inclusiva / Acesso à Informação	9- Perguntas 36,37, 38, 39,40,42,41,43,44
		Construção Da Cidade Inclusiva / Educação / Formação	7- Perguntas 45,46,47, 48,49,50,51
		Construção Da Cidade Inclusiva / Tempos Livres / Lazer / Cultura / Desporto	6- Perguntas 52, 53, 54, 55, 56, 57
		Construção Da Cidade Inclusiva / Estudos e Investigação	4- Perguntas 58, 59, 60, 61
		Construção Da Cidade Inclusiva / Trabalho	8- Perguntas 62, 63,64,65,66,67,68,69
		Construção Da Cidade Inclusiva / Participação e Cidadania	4- Perguntas 70, 71, 72, 73
		Construção Da Cidade Inclusiva / Saúde	6- Perguntas 74, 75, 76,77, 78, 79
		Construção Da Cidade Inclusiva / Serviços Sociais	5- Perguntas 81, 82, 83, 84, 85
		Construção Da Cidade Inclusiva / Habitação	4- Perguntas 86,87,88,89

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Dimensões	Nº de Perguntas
Objetivo 3 Identificar quais as políticas locais de fomento da coesão social, por forma a incluir socialmente todos, em particular, os cidadãos com necessidades especiais.	3.1. Indagar, junto dos dirigentes políticos da cidade, as principais formas de promoção de uma política de equidade face às populações com necessidades especiais.	Processos de Inclusão em curso / Políticas	1-Pergunta 90
		Processos de Inclusão em curso / Fundamentos	2-Perguntas 91,92
	3.2 Indagar sobre as formas de se concretizarem em medidas e ações as políticas de inclusão preconizadas	Concretização das Políticas / Participação	1-Pergunta 93
		Concretização das Políticas / Inclusão Social	1-Pergunta 94
		Concretização das Políticas / de Inclusão Política	1-Pergunta 95
		Concretização das Políticas / Inclusão Económica	1-Pergunta 96
		Concretização das Políticas/ Inclusão Digital	1-Pergunta 97
		Concretização das Políticas / Inclusão Género	1-Pergunta 98
		Concretização das Políticas / Inclusão Educativa	1-Pergunta 99
		Concretização das Políticas / Inclusão Cultural, Desportiva e do Lazer	1-Pergunta 100

4. Aspetos a Validar:

Avaliação global do questionário em termos de conteúdo

Sugestões nas dimensões e itens da especialidade

ANEXOS

5. Avaliação global do questionário:

6. Bateria de itens e dimensões para validação

Identificação dos itens e das dimensões						Validação dos especialistas									
Itens	Dimensões	Avaliação da pertinência da associação da dimensão à pergunta e dos itens de 1 a 5 ¹					Avaliação de 1 a 5 do grau de adequação do tipo de respostas solicitadas (escalas, listagens, etc.)					Observações / Sugestões de ajustamento sobre conteúdos, formulação das perguntas e respostas, escalas, etc.			
		1	2	3	4	5	1	2	3	4	5				
1. Quais são os fatores que geram mais situações de exclusão no concelho?	Construção da Cidade Inclusiva / Situações de Exclusão no Concelho														
2. Que medidas têm sido tomadas para promover a inclusão social através do desenvolvimento do território?	A construção da Cidade Inclusiva / Promoção do Desenvolvimento														
3. Existe no município algum regulamento específico sobre as normas de acessibilidade ao edificado (públicos ou privados) para além das	A construção da Cidade Inclusiva / Acessibilidade / Edifícios														

1

1 valoración mínima, 5 valoración máxima

ANEXOS

[illegible]

[illegible]

ANEXOS

[illegible]

[illegible]

ANEXOS

[illegible]

[illegible]

ANEXOS

[illegible]

[illegible]

ANEXOS

ANEXO 2- INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO AOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES, MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS

Este inquérito por questionário centra-se na problemática da inclusão social das pessoas com necessidades especiais (designação que se utiliza aqui em alternativa a pessoas com deficiência) nas cidades. Integra-se num trabalho académico de investigação que se desenvolve no âmbito do Doutoramento em Ciências da Educação a decorrer na Universidade de Extremadura, Espanha.

O universo de aplicação serão os municípios portugueses que estão associados à Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) e o seu sucesso depende muito da colaboração e da qualidade dos dados que se obtiverem pelas respostas às perguntas que se seguem. Pela abrangência do assunto os temas a abordar têm alguma extensão, pelo que se solicita o melhor contributo para que a informação fornecida possa ser o mais completa possível. No âmbito da investigação em curso será garantido o máximo rigor no tratamento da informação, conforme os princípios éticos e deontológicos exigidos e que serão aplicados integralmente.

Como se seguirão outras formas de recolha de informação, em fase subsequente da pesquisa, solicita-se a identificação dos municípios e dos respondentes, assegurando-se o anonimato e o uso estrito da informação obtida, apenas e só, para os fins definidos. Com os melhores agradecimentos pela participação e pela cooperação, pois a informação obtida terá grande importância para o estudo das políticas locais de inclusão social nas cidades educadoras, havendo o compromisso de partilhar os resultados deste trabalho com os municípios.

(Nota. Este questionário deve ser aberto no Google Chrome para uma melhor visualização e preenchimento.)

*Obrigatório

Parte 1. Dados de Caracterização

1. Município *

2. Data de adesão à Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) *

Parte 2. Identificação

20/01/2016

QUESTIONÁRIO AOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES, MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS

3. Nome *

.....

.....

.....

.....

4. Cargo que ocupa *

.....

.....

.....

.....

5. Data de preenchimento do questionário *

Exemplo: 15 de dezembro 2012

Parte 3. A Cidade Educadora

Projetos Socioeducativos e Exclusão

6. Que populações excluídas ou em risco de exclusão têm sido objeto de particular atenção por parte do município?

(Assinale apenas os 3 grupos populacionais que considera terem tido mais atenção)
Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Pela raça
- ☐ Pela etnia
- ☐ Pela pobreza
- ☐ Pela precaridade laboral
- ☐ Pelo fracasso e abandono escolar
- ☐ Por doenças físicas e/ou mentais que causam dependência
- ☐ Pelo acesso precário à habitação e/ou habitação em espaços urbanos degradados
- ☐ Por consumo de aditivos
- ☐ Pela desestruturação familiar

20/01/2016

QUESTIONÁRIO AOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES, MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS

7. Em que aspetos tem incidido a atenção do Município ao preocupar-se com as famílias e pessoas excluídas ou em risco de exclusão, nomeadamente desenvolvendo projetos socioeducativos ? *

(Ordene de 1 a 6 sendo 6 a área a que tem sido dada mais importância e 1 a que tem tido menos importância, por forma a dar uma ordem às hipóteses colocadas sem repetir a atribuição dos algarismos)

Marcar apenas uma oval por linha.

	1	2	3	4	5	6
Prevenção dos riscos de exclusão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sensibilização à comunidade para a problemática	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ajuda aos grupos mais vulneráveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Educação inclusiva	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Inclusão social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participação política e de cidadania	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

8. Que medidas e projetos socioeducativos têm sido desenvolvidos pelo município para fomentar a coesão social na cidade? *

(Assinale as medidas que considera mais relevantes na promoção da coesão social, até ao máximo de 6 possibilidades)

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Criação de serviços sociais necessários aos grupos mais vulneráveis
- ☐ Criação de recursos na comunidade para apoio às situações de carência social
- ☐ Promoção de programas e projetos de apoio ao abandono e insucesso escolar
- ☐ Promoção de programas e projetos de formação ao longo da vida
- ☐ Fomento de programas e projetos que favoreçam a relação da escola com a comunidade
- ☐ Promoção nas comunidades do trabalho em rede, nomeadamente através dos Conselhos Locais de Ação Social
- ☐ Desenvolvimento de projetos que favoreçam as experiências intergeracionais
- ☐ Promoção de uma cidade mais acessível através de planos de intervenção para o efeito
- ☐ Desenvolvimento de planos e ações que fomentem a igualdade de género
- ☐ Fomento de formas de voluntariado cívico e social, através das empresas e das diferentes instituições
- ☐ Promoção da ligação às universidades, aos centros de investigação e aos parques tecnológicos, às escolas e centros de formação, aumentando as oportunidades de formação e aprendizagem
- ☐ Fomento de estilos de vida saudável, em saúde e bem-estar
- ☐ Desenvolvimento de políticas de comunicação assegurando acessibilidade à informação, contribuindo para evitar os estigmas associados a certos grupos de risco
- ☐ Melhoria do acesso à habitação
- ☐ Outras medidas

A Cidade Educadora / Projetos Socioeducativos e Necessidades Especiais

https://docs.google.com/forms/d/1iCc-k2l_6MPvT9zk0ksldYSZsEMCKdfwP3JolcAfUE/edit?c=0&w=1&usp=mail_form_link

3/28

Que projetos têm sido desenvolvidos tendo como preocupação as pessoas com necessidades especiais?

(Conforme as áreas em que existem projetos assinale as 3 áreas que considera mais significativas)

9. Áreas de Desenvolvimento de Projetos *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Inserção laboral e comunitária de pessoas com necessidades especiais
- ☐ Acesso a exposições e à arte em geral
- ☐ Acesso às bibliotecas públicas
- ☐ Fomento da prática desportiva
- ☐ Fomento da prática do lazer e dos tempos livres
- ☐ Fomento da interação entre as pessoas com necessidades especiais e a comunidade
- ☐ Educação inclusiva nos vários níveis de ensino nas escolas
- ☐ Prevenção das necessidades especiais
- ☐ Sensibilização e consciencialização acerca dos direitos das pessoas com necessidades especiais ou outros grupos populacionais sujeitos a alguma forma de exclusão

Quem têm sido os principais parceiros desses projetos?**10. Escolas**

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Particulares
- ☐ Oficiais

11. Ensino Superior

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Institutos Politécnicos
- ☐ Universidades

12. Famílias

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Individualmente
- ☐ Associações de Pais

20/01/2016 QUESTIONÁRIO AOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES, MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS

13. Associações*Marcar tudo o que for aplicável.*

- ☐ De e para pessoas com necessidades especiais
- ☐ De cariz profissional
- ☐ Do Comércio e da Indústria
- ☐ De natureza desportiva
- ☐ De natureza cultural
- ☐ Do movimento associativo popular
- ☐ De natureza ambiental
- ☐ Outras

14. Empresas*Marcar tudo o que for aplicável.*

- ☐ Transportes
- ☐ Tecnologias
- ☐ Serviços
- ☐ Restauração
- ☐ Hotelaria
- ☐ Comércio
- ☐ Indústrias
- ☐ Outras

15. Serviços descentralizados da administração pública*Marcar tudo o que for aplicável.*

- ☐ Saúde
- ☐ Educação
- ☐ Segurança social
- ☐ Justiça

16. Serviços Municipais*Marcar tudo o que for aplicável.*

- ☐ Urbanismo
- ☐ Ambiente
- ☐ Educação
- ☐ Ação Social
- ☐ Cultura
- ☐ Trânsito
- ☐ Desporto
- ☐ Serviços Urbanos
- ☐ Desenvolvimento económico

A cidade educadora / Caracterização**17. Número de associações existentes no concelho de e para pessoas com necessidades especiais ***

(Preencha os espaços com os números disponíveis)

18. Quais os serviços disponíveis, no concelho, de apoio às populações com necessidades especiais? *

(Assinale os serviços existentes)

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Centro de recursos para a inclusão
- ☐ Centros de formação profissional
- ☐ Equipas locais de intervenção precoce
- ☐ Centro de atividades ocupacionais
- ☐ Lar residencial
- ☐ Transporte para pessoas com necessidades especiais
- ☐ Serviços de apoio domiciliário a dependentes
- ☐ Instâncias de cooperação e de coordenação, do tipo conselho local ou grupos concelhios
- ☐ Escolas de educação especial
- ☐ Bancos de equipamentos e tecnologias de apoio
- ☐ Oferta de atividades acessíveis na área do desporto
- ☐ Oferta de atividades acessíveis na área do lazer
- ☐ Oferta de atividades acessíveis na área da cultura
- ☐ Serviços de orientação e apoio às famílias
- ☐ Atendimento social de emergência no município
- ☐ Unidades de ensino estruturado para alunos com perturbações do espectro do autismo
- ☐ Unidades de apoio à multideficiência
- ☐ Centro de emprego protegido
- ☐ Contratos de emprego-inserção ou emprego apoiado com o município
- ☐ Realização de estágios pré-profissionais no município
- ☐ Programas e dispositivos de promoção das acessibilidades
- ☐ Praias acessíveis
- ☐ Parques e jardins acessíveis
- ☐ Equipamentos municipais acessíveis
- ☐ Outros

Em que medida os princípios da Carta das Cidades Educadoras, abaixo indicados, são tidos em conta na

construção das políticas da sua cidade?

(Assinale, nos princípios abaixo, as respostas mais adequadas, sendo 1 "nunca", 2 "raramente", 3 "algumas vezes", 4 "muito" e 5 "sempre")

19. **Princípio A.** Todos os habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece. O direito a uma cidade educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todos os indivíduos à educação. A cidade educadora renova permanentemente o seu compromisso em formar nos aspetos, mais diversos, os seus habitantes ao longo da vida. E para que isto seja possível, deverá ter em conta todos os grupos, com as suas necessidades particulares. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nunca	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Sempre

20. **Princípio B.** O ordenamento do espaço físico urbano deverá estar atento às necessidades de acessibilidade, encontro, relação, jogo e lazer e duma maior aproximação à natureza. A cidade educadora deverá conceder um cuidado especial às necessidades das pessoas com dependência no planeamento urbanístico de equipamentos e serviços, a fim de lhes garantir um enquadramento amável e respeitador das limitações que podem apresentar sem que tenham que renunciar à maior autonomia possível. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nunca	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Sempre

21. **Princípio C.** As cidades deverão estar conscientes dos mecanismos de exclusão e marginalização que as afetam e as modalidades que eles apresentam, assim como desenvolver as políticas de ação afirmativa necessárias. Deverão, em particular, ocupar-se dos recém-chegados, imigrantes ou refugiados, que têm o direito de sentir com toda a liberdade, que a cidade lhes pertence. Deverão consagrar todos os seus esforços no encorajar a coesão social entre os bairros e os seus habitantes, de todas as condições. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nunca	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Sempre

20/01/2016 QUESTIONÁRIO AOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES, MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS

22. **Princípio D. A cidade educadora deverá fomentar a participação cidadã com uma perspetiva crítica e corresponsável. Para esse efeito, o governo local deverá oferecer a informação necessária e promover, na transversalidade, as orientações e as atividades de formação em valores éticos e cívicos. Deverá estimular, ao mesmo tempo, a participação cidadã no projeto coletivo a partir das instituições e organizações civis e sociais, tendo em conta as iniciativas privadas e outros modos de participação espontâneos. ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nunca	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Sempre

Parte 3. Construção da Cidade Inclusiva

Situações de Exclusão no Concelho

23. **Quais são os fatores que geram mais situações de exclusão no concelho? ***

(Ordene de 1 a 6 sendo 6 a área a que tem sido dada mais importância e 1 a que tem tido menos importância, por forma a dar uma ordem às hipóteses colocadas sem repetir a atribuição dos algarismos)

Marcar apenas uma oval por linha.

	1	2	3	4	5	6
Económica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Laboral	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Formativa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Habituação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participação e cidadania	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Saúde	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

A construção da Cidade Inclusiva / Promoção do Desenvolvimento

20/01/2016 QUESTIONÁRIO AOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES, MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS

24. Que medidas têm sido tomadas para promover a inclusão social através do desenvolvimento do território? *

(Ordene de 1 a 6 sendo 6 a área a que tem sido dada mais importância e 1 a que tem tido menos importância, por forma a dar uma ordem às hipóteses colocadas sem repetir a atribuição dos algarismos)

Marcar apenas uma oval por linha.

	1	2	3	4	5	6
Criação de novas centralidades fomentando a acessibilidade, a mobilidade, as comunicações e os serviços básicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qualificação dos recursos humanos através de forte articulação com as escolas, as universidades, os centros de investigação e desenvolvimento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Criação de condições para aumentar a atividade económica com a fixação de novas atividades no concelho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promoção da imagem do concelho, através da qualificação das ofertas culturais, desportivas e lúdicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qualificação do território através de programas de preservação do ambiente e do ordenamento urbanístico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promoção e alargamento das redes de apoio social envolvendo as associações e as instituições locais, em processos que contribuam para a coesão social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

A construção da Cidade Inclusiva / Acessibilidade / Edifícios

25. Existe no município algum regulamento específico sobre as normas de acessibilidade ao edificado (públicos ou privados) para além das leis gerais aplicáveis?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

26. Existe algum levantamento/diagnóstico do número de edifícios municipais que carecem de adaptação?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

20/01/2016 QUESTIONÁRIO AOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES, MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS

27. Existe algum programa de adaptação dos edifícios públicos municipais? **Marcar apenas uma oval.*☐ Sim☐ Não *Passe para a pergunta 32.***28. Esse programa está a ser executado?***(Só responder se assinalou "sim" na pergunta anterior)**Marcar apenas uma oval.*☐ Sim☐ Não**29. Qual a percentagem de edifícios municipais que seguem as normas de acessibilidade em vigor?***(Assinale o intervalo correto)**Marcar apenas uma oval.*☐ <5%☐ 5% a 15%☐ 16% a 20%☐ 21% a 30%☐ 31% a 40%☐ 41% a 50%☐ >50%**30. Quais as prioridades que foram seguidas na adaptação dos edifícios públicos? ****(Ordene de 1 a 6 sendo 6 a área a que tem sido dada mais importância e 1 a que tem tido menos importância, por forma a dar uma ordem às hipóteses colocadas sem repetir a atribuição dos algarismos)**Marcar apenas uma oval por linha.*

	1	2	3	4	5	6
Quantidade de público que frequenta o edifício	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Proximidade aos transportes públicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
De acordo com o tipo de atividades que os edifícios acolhem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conforme as indicações recolhidas junto dos utilizadores com necessidades especiais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conforme as disponibilidades financeiras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não se aplicaram critérios	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

20/01/2016 QUESTIONÁRIO AOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES, MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS

31. Que tipo de adaptações foram desenvolvidas? *

(Assinale as adaptações feitas)

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Entradas
- ☐ Circulação
- ☐ Casas de banho
- ☐ Mobiliário
- ☐ Equipamentos
- ☐ Atendimento
- ☐ Informação em linguagem alternativa
- ☐ Acessibilidade global
- ☐ Outros espaços

A construção da Cidade Inclusiva / Acessibilidade / Espaços Públicos

32. Existe ou está em curso a elaboração de Plano Municipal de Acessibilidade Integral? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim *Passe para a pergunta 33.*
- ☐ Não *Passe para a pergunta 37.*

33. Data de elaboração

Exemplo: 15 de dezembro 2012

34. Data de início de implementação

Exemplo: 15 de dezembro 2012

35. Em que áreas se propõe intervir o município?

(Assinale as respostas adequadas)

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Espaço público
- ☐ Edifício Municipais
- ☐ Transportes
- ☐ Comunicação
- ☐ Infoacessibilidade
- ☐ Outras

20/01/2016 QUESTIONÁRIO AOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES, MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS

36. Percentagem executada do Plano municipal?

(Assinale o intervalo correto)

Marcar apenas uma oval.

- ☐ <5%
- ☐ 5% a 15%
- ☐ 16% a 20%
- ☐ 21% a 30%
- ☐ 31% a 40%
- ☐ 41% a 50%
- ☐ >50%

37. Existe um Plano de Acessibilidades mas que não está em execução plena?

(Assinale a resposta adequada)

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Execução parcial
- ☐ Aguarda implementação

38. Existem programas de supressão das barreiras à acessibilidade em execução? *

(Assinale uma ou várias opções conforme programas em curso)

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Via pública
- ☐ Imediações dos edifícios de utilização pública
- ☐ Interfaces de transportes públicos
- ☐ Acesso às zonas de lazer
- ☐ Acesso aos espaços verdes
- ☐ Acesso aos parques de diversões
- ☐ Acesso às zonas comerciais
- ☐ Acesso e circulação nas escolas
- ☐ Criação de percursos acessíveis aos vários pontos de potencial utilização pública

39. Existe no orçamento municipal uma verba anual destinada ao programa de eliminação das barreiras arquitetónicas? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não existe
- ☐ Sim existe

20/01/2016 QUESTIONÁRIO AOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES, MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS

40. Caso tenha respondido sim indique os valores.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ - 100.000 Euros
- ☐ 100.000€ a 200.000€
- ☐ 201.000€ a 300.000€
- ☐ 301.000€ a 400.000€
- ☐ 401.000€ a 500.000€
- ☐ + 500.000€

A construção da Cidade Inclusiva / Acessibilidade / Transportes

ANEXOS

20/01/2016 QUESTIONÁRIO AOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES, MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS

41. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Não existe (1)	Existe algumas vezes (2)	Existe sempre (3)
Existem nas paragens de transportes públicos ou nos interfaces informação áudio ou braille?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem percursos acessíveis entre os transportes públicos e os equipamentos de utilização pública?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem medidas de acessibilidades que facilitem a circulação nos interfaces de transportes existentes no concelho?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem programas de sensibilização aos operadores de transportes públicos acerca destas necessidades?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem no concelho serviços de cedência ou aluguer de bicicletas adaptadas às várias necessidades especiais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem no concelho serviços de cedência, empréstimo ou aluguer de cadeiras de rodas?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem nos serviços municipais procedimentos para a instalação de lugares reservados nas vias públicas, junto a edifícios de serviço público de lazer, para veículos de pessoas com limitações de mobilidade?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existe no município um conselho municipal para a promoção e monitorização da acessibilidade onde tenham assento: os serviços públicos, as entidades privadas, os agentes sociais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

A Construção da Cidade Inclusiva / Convivência Social

20/01/2016 QUESTIONÁRIO AOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES, MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS

42. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Não existe (1)	Existe algumas vezes (2)	Existe sempre (3)
Existem programas de voluntariado do município que fomentem a participação ativa de pessoas com necessidades especiais em programas de voluntariado?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem programas de voluntariado organizados pela sociedade civil com o objetivo de facilitar a participação das pessoas com necessidades especiais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem programas de apoio ao associativismo com o objetivo de fomentar a participação das pessoas com necessidades especiais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem com regularidade encontros para intercâmbio de experiências de inclusão social das pessoas com necessidades especiais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Construção da Cidade Inclusiva / Acesso à Informação

ANEXOS

20/01/2016 QUESTIONÁRIO AOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES, MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS

43. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Não existe (1)	Existe algumas vezes (2)	Existe sempre (3)
Existe incorporação nas ações informativas/ formativas municipais de temas de sensibilização para a problemática das pessoas com necessidades especiais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem ações de sensibilização periódicas sobre esta temática da inclusão na cidade dirigidas a todos os grupos da população?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem nestes processos, de sensibilização e informação, o envolvimento das pessoas com necessidades especiais e suas associações nas campanhas?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem ações internas, dirigidas aos funcionários municipais, de sensibilização, apoio e adaptação dos postos de trabalho de atendimento público, de modo a uma melhor comunicação com as pessoas com necessidades especiais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existe a produção de documentos acessíveis à informação: folhetos, meios eletrónicos, meios audiovisuais, audio-livros?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem ações de difusão de material informativo acessível sobre recursos, serviços, associações locais...?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existe no site municipal difusão da informação web acessível sobre serviços e atividades municipais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existe alguma sensibilização aos órgãos de comunicação locais no sentido de promoverem formas de comunicação acessível?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Para efeitos de difusão e acessibilidade da informação existem apoios financeiros/ logísticos do município às associações de e para pessoas com necessidades especiais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Construção da Cidade Inclusiva / Educação / Formação

20/01/2016 QUESTIONÁRIO AOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES, MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS

44. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Não existe (1)	Existe algumas vezes (2)	Existe sempre (3)
Existem, no município, programas de formação em novas tecnologias para as pessoas com necessidades especiais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem nas bibliotecas municipais e nos centros de recursos livros, dvd, e outro material acessível para pessoas com deficiência visual?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem programas formativos do município para pessoas com necessidades especiais, nomeadamente realização de estágios?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem formas de tornar acessível às pessoas com necessidades especiais os conteúdos das ações de formação que o município leve a cabo?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem ações de formação, levadas a cabo pelo município ou por si apoiadas, para as famílias das pessoas com necessidades especiais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem ações ou campanhas dirigidas à comunidade educativa que versem sobre as problemáticas da inclusão das pessoas com necessidades especiais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem apoios atribuídos pelo município, no âmbito da educação e formação às escolas e às entidades, com vista ao fomento da educação e formação das pessoas com necessidades especiais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

45. **(Se respondeu à última pergunta da tabela anterior "existe algumas vezes" ou "existe sempre", assinala o tipo de apoios)***Marcar tudo o que for aplicável.*

- ☐ Apoios financeiros
- ☐ Apoios logísticos
- ☐ Apoios materiais
- ☐ Apoios de divulgação
- ☐ Outros apoios

https://docs.google.com/forms/d/1iCc-k2l_6MPvrT9zk0ksldYSZsEMCKdfwP3JolcAfUE/edit?c=0&w=1&usp=mail_form_link

17/28

Construção da Cidade Inclusiva / Tempos Livres, Lazer, Cultura e Desporto

46. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Não existe (1)	Existe algumas vezes (2)	Existe sempre (3)
1. Existem adaptações nos parques e jardins para usufruto de pessoas com necessidades especiais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. Existe, no município, um guia de apoio aos animadores e programadores de atividades desportivas e de lazer para a adaptação de metodologias e de atividades, de modo a que sejam acessíveis a pessoas com necessidades especiais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. Existe promoção de eventos e atividades culturais no concelho adaptados às pessoas com necessidades especiais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. Existem apoios às atividades coletivas, realizadas pelas pessoas com necessidades especiais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5. Existe promoção de eventos e atividades desportivas, de tempos livres e lazer no concelho adaptados às pessoas com necessidades especiais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6. Existem práticas de colaboração e de trabalho cooperativo entre as diferentes administrações públicas e entidades associativas ou privadas, de modo a potenciar o acesso às atividades coletivas?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

47. (Se respondeu à pergunta 4 "existe algumas vezes" ou "existe sempre", assinale o tipo de apoios)

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Cedência de espaços e instalações
- ☐ Apoio na divulgação e difusão das atividades
- ☐ Apoios materiais
- ☐ Apoios financeiros
- ☐ Outros apoios

20/01/2016 QUESTIONÁRIO AOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES, MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS

48. (Se respondeu à pergunta 6 "existe algumas vezes" ou "existe sempre", especifique assinalando as opções abaixo)

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Foi criado um comité de coordenação destas atividades
- ☐ Desenvolve-se um plano de ação partilhado por todas as entidades
- ☐ Apoios ao movimento associativo de modo a fomentarem este tipo de atividades e programas.
- ☐ Apoios aos agrupamentos de escolas de modo a fomentarem este tipo de atividades e programas
- ☐ Existem formas de colaboração pontuais

Construção da Cidade Inclusiva / Estudos e Investigação

49. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Sim	Não
Existe um estudo específico, no concelho, acerca da problemática das pessoas com necessidades especiais (diagnóstico, problemas, prevalência, principais necessidades, recursos, etc)?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem protocolos com algumas entidades técnicas ou científicas que desenvolvam, acompanhem, ou monitorizem o estudo?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Esta problemática das pessoas com necessidades especiais é abordada parcialmente em estudos do município sobre temáticas mais genéricas?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Construção da Cidade Inclusiva / Trabalho

50. Qual o número aproximado de trabalhadores do município que ingressaram por via da política de apoio à integração laboral de pessoas com necessidades especiais?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Nenhum
- ☐ Menos de 5
- ☐ Entre 5 e 10
- ☐ Entre 11 e 20
- ☐ Entre 21 e 30
- ☐ Mais que 30

51. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Sim	Não
Existem contratos entre o município e as empresas de inserção que incluam pessoas com necessidades especiais com dificuldades de inserção laboral para as áreas da jardinagem, limpeza ou outras?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem nos vários serviços municipais adaptações e orientações laborais para pessoas com necessidades especiais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem campanhas de sensibilização promovidas pelo município ou outras entidades, que visem promover o fomento da contratação de pessoas com necessidades especiais junto dos potenciais empregadores?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Nos processos de concursos de pessoal são tomadas medidas que favoreçam a igualdade de oportunidades nos processos de seleção, tendo em conta as especificidades das pessoas com necessidades especiais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem no concelho centro de emprego protegido ou emprego apoiado para as pessoas com necessidades especiais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Construção da Cidade Inclusiva / Participação e Cidadania

52. **Existe no município um Conselho Consultivo Municipal de Pessoas com Necessidades Especiais e das organizações representativas, como instrumento de participação e do exercício de cidadania? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

20/01/2016 QUESTIONÁRIO AOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES, MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS

53. Se respondeu sim, à pergunta anterior, assinale os elementos que fazem parte.*Marcar tudo o que for aplicável.*

- ☐ Presidente da Câmara Municipal
- ☐ Vereadores
- ☐ Dirigentes Municipais
- ☐ Técnicos Municipais
- ☐ Associações de e para pessoas com necessidades especiais
- ☐ Serviços descentralizados da Administração Central
- ☐ Associações empresariais
- ☐ Associações desportivas
- ☐ Associações culturais
- ☐ Diretores de escolas
- ☐ Diretores de Centros de Recursos para a Inclusão
- ☐ Outras entidades

54. Existem nos processos de participação desenvolvidos pelo município envolvimento de pessoas com necessidades especiais ou das suas organizações representativas?*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim
- ☐ Não

55. Existem reuniões públicas de Câmara para aprovação e discussão de medidas com incidência nas populações com necessidades especiais?*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim
- ☐ Não

56. Existem fóruns presenciais de discussão sobre estas problemáticas promovidas pelo município?*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim
- ☐ Não

57. Existem fóruns na web de discussão sobre estas problemáticas promovidas pelo município?*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim
- ☐ Não

20/01/2016 QUESTIONÁRIO AOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES, MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS

58. **Existe algum prêmio municipal destinado a distinguir as entidades que mais tenham contribuído para a participação efetiva das pessoas com necessidades especiais na vida da comunidade?**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

Construção da Cidade Inclusiva / Saúde

59. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Não existe (1)	Existe algumas vezes (2)	Existe sempre (3)
Existe informação sobre os recursos médicos e de assistência que estão disponíveis no município para as pessoas com necessidades especiais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem protocolos conjuntos entre as entidades locais, o município e as associações de pessoas com necessidades especiais, no sentido de fomentar serviços que respondam às necessidades saúde e bem estar destes grupos populacionais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

60. **São disponibilizados, à população com necessidades especiais e famílias, serviços de aconselhamento e apoio psicológico por parte do município, das autarquias ou de ONGs?**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

61. **Existe uma unidade de apoio à saúde mental no concelho?**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

62. **Existem serviços ou programas de apoio domiciliário para pessoas com grandes incapacidades, por parte de instituições locais?**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

20/01/2016 QUESTIONÁRIO AOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES, MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS

63. São editados, em diferentes suportes, guias dos recursos e serviços existentes no concelho para estes grupos populacionais?*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim
☐ Não

Construção da Cidade Inclusiva / Serviços Sociais

64. Existem programas de apoio social, específicos do Município, que abranjam as pessoas com necessidades especiais?*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim
☐ Não

65. Nos diferentes Planos Municipais nas áreas sociais existem medidas de discriminação positiva da população com necessidades especiais?*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim
☐ Não

66. Existem, no concelho, serviços específicos de apoio no domicílio às pessoas com necessidades especiais, que facilitem a vida independente? **Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim
☐ Não

67. (Se respondeu sim à pergunta anterior, assinale o(s) tipo(s) de apoio(s) prestado(s))*Marcar tudo o que for aplicável.*

- ☐ Ajuda no domicílio
☐ Refeições no domicílio
☐ Compras na farmácia
☐ Teleassistência
☐ Lavandaria
☐ Acompanhamento e apoio às famílias
☐ Outros

68. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Não existe (1)	Existe algumas vezes (2)	Existe sempre (3)
Existem, no município, processos regulares de promoção de boas práticas de apoio social às pessoas com necessidades especiais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem instâncias locais de coordenação das medidas sociais a implementar ou de avaliação das medidas em curso?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Construção da Cidade Inclusiva / Habitação

69. **Existem condições específicas de acesso das pessoas com necessidades especiais à habitação social do município?**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

70. **Existem, no município, residências assistidas para pessoas com necessidades especiais?**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

71. **Existem programas municipais de apoio económico, de acesso à habitação, para as pessoas com necessidades especiais?**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

Medidas tomadas pelo município para a adaptação de residências de particulares à acessibilidade das pessoas com necessidades especiais.

20/01/2016 QUESTIONÁRIO AOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES, MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS

72. Medidas **Marcar apenas uma oval por linha.*

	Sim	Não
Aplicação de regulamentos municipais a novas edificações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Criação de apoios financeiros para obras e adaptações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Criação de incentivos para, no âmbito da reabilitação urbana, promover a acessibilidade aos edifícios	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Protocolos e parcerias com associações de e para pessoas com necessidades especiais para a promoção de programas de adaptação das residências particulares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Criação de mecanismos de permuta de habitações no município para pessoas com necessidades de mobilidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Processos de Inclusão em Curso**Políticas****73. Quais têm sido as medidas de política municipal que mais têm contribuído para o fomento da inclusão social das populações com necessidades especiais? ****(Assinale as medidas que considera mais relevantes na promoção da inclusão social, até máximo de 6 possibilidades)**Marcar tudo o que for aplicável.*

- ☐ Medidas que fomentem o exercício de direitos fundamentais
- ☐ Medidas de implementação de serviços de apoio
- ☐ Medidas de sensibilização e de informação à comunidade em geral
- ☐ Medidas de informação às pessoas com necessidades especiais nomeadamente disponibilização de modos alternativos e aumentativos de comunicação
- ☐ Medidas de acesso à educação e à formação
- ☐ Medidas de fomento da acessibilidade urbana ao espaço público
- ☐ Medidas de fomento da acessibilidade aos edifícios públicos
- ☐ Medidas de fomento da acessibilidade à habitação/residência
- ☐ Medidas de fomento da acessibilidade às tecnologias
- ☐ Medidas de acesso e participação na vida cultural
- ☐ Medidas de acesso e participação ao desporto
- ☐ Medidas de acesso e participação à recreação e ao lazer
- ☐ Medidas de acesso ao trabalho e ao emprego

Processos de Inclusão em Curso / Fundamentoshttps://docs.google.com/forms/d/1iCc-k2l_6MPvT9zk0ksldYSZsEMCKdfwP3JolcAfUE/edit?c=0&w=1&usp=mail_form_link

25/28

74. Quais as principais razões que estiveram na génese das decisões que o município tem vindo a tomar? *

(Assinale as 3 principais razões)

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Cumprimento das Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município
- ☐ Obrigações que decorrem de protocolos e convénios entre parceiros locais
- ☐ Obrigações que decorrem de documentos internacionais subscritos pelo município que são tidos em conta no desenvolvimento das políticas locais
- ☐ Cumprimento de ações que derivam da recolha de opiniões junto das comunidades, por via da participação das populações
- ☐ Cumprimento de pedidos pontuais de pessoas ou entidades interessadas na matéria
- ☐ Mobilização das equipas técnicas do município com apresentação de propostas válidas
- ☐ Resultados dos estudos e da investigação sobre a matéria no território
- ☐ Existência no executivo ou na equipa técnica de alguém particularmente sensível a esta problemática

75. Quais as principais razões que têm impedido o Município de tomar mais medidas, no sentido da inclusão das pessoas com necessidades especiais? *

(Ordene de 1 a 6 sendo 6 a área a que tem sido dada mais importância e 1 a que tem tido menos importância, por forma a dar uma ordem às hipóteses colocadas sem repetir a atribuição dos algarismos)

Marcar apenas uma oval por linha.

	1	2	3	4	5	6
Dificuldades que decorrem da falta de meios financeiros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldades que decorrem da falta de meios técnicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldades que decorrem da falta de condições políticas para inscrever as medidas e ações nas Grandes Opções do Plano e Orçamento do município	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldades por falta de interlocutores da sociedade civil	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldades por ausência de articulação com outros níveis da administração pública	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldade por ausência de informação e de diagnóstico sobre a problemática no concelho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Avaliação Global das medidas e ações desenvolvidas pelo Município

20/01/2016 QUESTIONÁRIO AOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES, MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS

76. Avaliação de medidas e ações *

(Assinale, nos quadros abaixo, as respostas mais adequadas, sendo 1 "muito insuficiente", 2 "insuficiente", 3 "razoável", 4 "bom" e 5 "muito bom")

Marcar apenas uma oval por linha.

	1	2	3	4	5
Envolvimento das pessoas com necessidades especiais e das organizações que os representam na definição das políticas e na implementação das medidas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promoção da inclusão social, no sentido de fomentar a integração na comunidade das pessoas com necessidades especiais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promoção da inclusão política, no sentido de fomentar a participação política e o exercício de cidadania das pessoas com necessidades especiais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promoção da inclusão económica, no sentido de favorecer o acesso às atividades económicas das pessoas com necessidades especiais, nomeadamente, através de novas formas de acesso ao mercado de trabalho.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promoção da inclusão digital, no sentido de se aproveitarem, ao máximo, os recursos da sociedade da informação, de forma a favorecer a participação das pessoas com necessidades especiais na vida social.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promoção da inclusão de género, tendo em conta que as mulheres com necessidades especiais são muito penalizadas por múltiplas formas de exclusão.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promoção da inclusão educativa, tendo em conta o seu potencial de inclusão, pela transversalidade dos efeitos que pode gerar na escola, nas famílias e na comunidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promoção da inclusão cultural, desportiva e de lazer, tendo em conta os benefícios que daí podem advir para o sentimento de pertença, para o desenvolvimento de competências sociais e de integração na vida coletiva.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

ANEXOS

20/01/2016 QUESTIONÁRIO AOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES, MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS

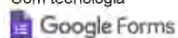
77. **Se tivesse que classificar a sua cidade, tendo em conta o nível de inclusão social, como o faria na seguinte escala: ***

(Sendo 1 "Nada inclusiva", 2 "Pouco inclusiva", 3 "Moderadamente inclusiva" e 4 "Muito inclusiva")

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	
Nada Inclusiva	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito inclusiva

Com tecnologia



ANEXO 3- GUIÕES DE ENTREVISTAS

GUIÃO DE ENTREVISTA AOS POLITICOS

OBJETIVOS	PERGUNTAS PRINCIPAIS	PERGUNTAS SECUNDÁRIAS	OBSERVAÇÕES
1. Indagar sobre as ações que se estão a desenvolver na cidade centradas na inclusão das pessoas com necessidades especiais	- Que projetos e ações destacaria como relevantes para tornar a cidade de que é responsável uma cidade mais inclusiva?	- Quais as áreas em que se tem apostado mais?	Ver se é possível recolher documentação escrita.
	- Como tem sido possível por em prática esses projetos?	- Que parcerias se têm desenvolvido? - Que meios têm sido alocados? - Há alguma ligação ao Plano de Desenvolvimento Social do concelho?	<u>Cidade X</u> PDS publicado no sítio do município tem um eixo dedicado à saúde e deficiência <u>CIDADE B</u> PDS está publicado no sítio do município.
	- Quais as principais mudanças que se têm verificado na qualidade de vida das pessoas com necessidades especiais?	- Dê exemplos concretos se possível? - Barreiras arquitetónicas? - Acesso aos recursos comunitários? - Informação sensibilização? - Educação Formação? - Participação na vida comunitária?	

2. Indagar acerca das principais razões que têm levado a que o município promova uma política de equidade no acesso aos recursos da cidade	- Por que razão(ões) entendeu o município desenvolver esta frente de trabalho?	- Havia algum diagnóstico? - Essa ideia nasceu pelo fato de serem uma cidade educadora? - Considera que o processo que tem sido desenvolvido tem relevância educativa?	
	- Este propósito fez parte do programa eleitoral?	Nos contactos com as populações essa era uma questão colocada?	Ver se é possível ter acesso ao programa eleitoral
3. Indagar sobre as principais dificuldades e obstáculos no prosseguimento das políticas	- No desenvolvimento das políticas e das ações quais os maiores obstáculos e dificuldades?	- São dificuldades de meios técnicos de apoio? - Dificuldades financeiras? - Outras dificuldades?	
	- Como tem sido possível ultrapassar essas dificuldades?		Verificar se existem relatórios escritos
4. Indagar sobre os níveis de participação das pessoas com necessidades especiais na definição das políticas e na implementação das ações	- Na implementação dos processos de definição de políticas e na implementação de ações como se poderá definir o nível de participação das populações a que se destinam?	- De que modo se concretiza essa participação? - Existe algum papel das associações de e para pessoas com necessidades especiais? - Como se poderia incentivar mais essa dimensão nos processos em curso?	B: 10 associações X: no questionário indicaram 90 conferir

ANEXOS

5. Indagar sobre as expectativas para o prosseguimento das políticas inclusivas.	<p>Quando se refere que (B e X) é uma cidade muito inclusiva que aspetos se estão a valorizar?</p> <ul style="list-style-type: none">- Quais as preocupações para o futuro?- O que seriam agora novas prioridades?- Qual a importância da participação nas cidades educadoras pela esta frente de trabalho?-	<p>Quais são os fatores mais determinantes?</p> <p>O que faz com se possa dizer que é uma cidade muito inclusiva, o que faz verdadeiramente ente essa diferença?</p>	
--	---	--	--

GUIÃO DE ENTREVISTA AOS TÉCNICOS (Município B)

OBJETIVOS	PERGUNTAS PRINCIPAIS	PERGUNTAS SECUNDÁRIAS	OBSERVAÇÕES
6. Indagar acerca do modo como se concretizam as políticas municipais para a inclusão.	- Em que medida se poderá dizer que o município tem tido uma atenção particular para os problemas de exclusão?	- Pode dar exemplos concretos dessa atenção do município? - Quais têm sido as áreas mais privilegiadas na abordagem a essa problemática	
7. Indagar sobre o modo como se concretizam as políticas para a inclusão das pessoas com necessidades especiais	- Quais os principais projetos ou ações que se desenvolvem para favorecer a inclusão social das populações mais fragilizadas?	- No questionário referia-se a inserção na comunidade, o fomento das práticas desportivas e a educação inclusiva. Poderá detalhar mais as ações concretas que operacionalizam esses projetos? - Quem têm sido os principais parceiros? - Existe algum envolvimento das pessoas com necessidades especiais ou das associações que as representam a este nível? - Qual tem sido o papel dos parceiros, as empresas, os serviços descentralizados, as escolas, as associações?	Existem referidas no questionário 10 Associações São os grupos indicados no questionário

ANEXOS

<p>8. Indagar como se organizam os serviços municipais para concretizar os projetos e as ações</p>	<p>Qual o nível de coordenação interna?</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quem assegura habitualmente essa coordenação? - Existem diretrizes políticas ou é apenas uma coordenação técnica - O que se poderia melhorar neste domínio organizacional 	<p>É referido no questionário o urbanismo, o ambiente, a educação, a ação social, a cultura, o trânsito, o desporto, os serviços urbanos e o desenvolvimento económico.</p>	
<p>9. Indagar sobre os recursos e os meios que estão disponíveis para apoiar essas políticas e as ações inerentes</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Para levar por diante os projetos quais os principais recursos que estão disponíveis? - Considera que na cidade existem recursos favoráveis à inclusão? 	<ul style="list-style-type: none"> - Técnicos - Financeiros? - Materiais? - Outros? - Educação? - Emprego? - Acessibilidade? - Transportes - Saúde? - Acesso aos tempos livres, desporto e cultura - Habitação - Apoios sociais? 	<p>Sobre as acessibilidades refere no questionário que existe um diagnóstico dos edifícios e um programa de adaptação dos mesmos</p> <p>Existe também um plano de promoção da acessibilidade</p> <p>Existem percursos acessíveis para os transportes e sensibilização aos operadores</p>
	<ul style="list-style-type: none"> - Que serviços ou apoios no seu entender deveriam existir no concelho e não existem? 	<ul style="list-style-type: none"> - Quais os mais prioritários? 	

<p>10. Indagar sobre a avaliação dos projetos em curso</p>	<p>- Sente alguma necessidade de conhecer melhor a realidade?</p>	<p>- Qual o nível do estudo específico a que se refere no questionário?</p>	<p>Faz esta referência na resposta ao questionário</p>
	<p>- Existe alguma forma de avaliação sistemática dos projetos e ações?</p>	<p>- Os destinatários participam nessa avaliação</p>	
	<p>- Que avaliação global faz dos projetos e ações que existem?</p>	<p>- O que se poderia melhorar?</p>	
	<p>- Quando se refere que a sua cidade é muito inclusiva que aspetos se estão a valorizar?</p>	<p>Quais são os fatores mais determinantes?</p> <p>O que faz a diferença na cidade?</p>	<p>Esta é a percepção expressa no questionário</p>

GUIÃO DE ENTREVISTA AOS TÉCNICOS (Município X)

OBJETIVOS	PERGUNTAS PRINCIPAIS	PERGUNTAS SECUNDÁRIAS	OBSERVAÇÕES
11. Indagar acerca do modo como se concretizam as políticas municipais para a inclusão.	- Em que medida se poderá dizer que o município tem tido uma atenção particular para os problemas de exclusão?	- Pode dar exemplos concretos dessa atenção do município? - Quais têm sido as áreas mais privilegiadas na abordagem a essa problemática	
12. Indagar sobre o modo como se concretizam as políticas para a inclusão das pessoas com necessidades especiais	- Quais os principais projetos ou ações que se desenvolvem para favorecer a inclusão social das populações mais fragilizadas?	- No questionário referia-se a inserção laboral e na comunidade, a educação inclusiva e fomento do desporto. Poderá detalhar mais as ações concretas que operacionalizam esses projetos? - Quem têm sido os principais parceiros? - Existe algum envolvimento das pessoas com necessidades especiais ou das associações que as representam a este nível? - Qual tem sido o papel dos parceiros, as empresas, os serviços descentralizados, as escolas, instituto politécnico as associações?	No PDS e sítio do município referem-se os seguintes projetos: -Deficiência visual -Conversas revelando a deficiência -Acessibilidades / Formação/ diagnóstico Existem referidas no questionário 90?? Associações São os grupos indicados no questionário

<p>13. Indagar como se organizam os serviços municipais para concretizar os projetos e as ações</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Qual o nível de coordenação interna? - Quem assegura habitualmente essa coordenação? - Existem diretrizes políticas ou é apenas uma coordenação técnica - O que se poderia melhorar neste domínio organizacional 		<p>É referido no questionário o urbanismo, o ambiente, a educação, a ação social, a cultura, o trânsito, o desporto, os serviços urbanos e o desenvolvimento económico.</p>
<p>14. Indagar sobre os recursos e os meios que estão disponíveis para apoiar essas políticas e as ações inerentes</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Para levar por diante os projetos quais os principais recursos que estão disponíveis? - Considera que na cidade existem recursos favoráveis à inclusão? 	<ul style="list-style-type: none"> - Técnicos - Financeiros? - Materiais? - Outros? - Educação? - Emprego? - Acessibilidade? - Transportes - Saúde? - Acesso aos tempos livres, desporto e cultura - Habitação - Apoios sociais? 	<p>Sobre as acessibilidades refere no questionário que existe um diagnóstico dos edifícios e um programa de adaptação dos mesmos</p> <p>Existe também um plano de promoção da acessibilidade</p> <p>Existem percursos acessíveis para os transportes e sensibilização aos operadores</p>
	<ul style="list-style-type: none"> - Que serviços ou apoios no seu entender deveriam existir no concelho e não existem? 	<ul style="list-style-type: none"> - Quais os mais prioritários? 	

ANEXOS

<p>15. Indagar sobre a avaliação dos projetos em curso</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Sente alguma necessidade de conhecer melhor a realidade? - Existe alguma forma de avaliação sistemática dos projetos e ações? - Que avaliação global faz dos projetos e ações que existem? - Quando se refere que a sua cidade é uma cidade muito inclusiva que aspetos se estão a valorizar? 	<ul style="list-style-type: none"> - Qual o nível do estudo específico a que se refere no questionário? - Os destinatários participam nessa avaliação - O que se poderia melhorar? - Quais são os fatores mais determinantes? - O que faz a diferença na cidade? 	<p>Faz esta referência na resposta ao questionário</p> <p>Esta é a perceção expressa no questionário</p>
--	--	---	--

GUIÃO DA ENTREVISTA ÀS ASSOCIAÇÕES LOCAIS / PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

OBJETIVOS	PERGUNTAS PRINCIPAIS	PERGUNTAS SECUNDÁRIAS	OBSERVAÇÕES
1. Indagar sobre a percepção acerca do nível de inclusão da cidade	- A cidade oferece boas condições para a qualidade de vida das pessoas com necessidades especiais?	Em termos de: - Educação? - Emprego? - Acessibilidade? - Transportes - Saúde? - Acesso aos tempos livres, desporto e cultura - Habitação - Apoios sociais?	
	- Considera que esta cidade é nada inclusiva, pouco inclusiva, modernamente ou muito inclusiva?	- Pode explicar porquê?	Na introdução da pergunta explicar sumariamente o conceito de inclusão social
2. Indagar sobre a avaliação que fazem das políticas desenvolvidas e das ações	- Tem sentido que as políticas desenvolvidas na gestão da cidade têm vindo facilitar os vários aspetos da vida das pessoas com necessidades especiais?	- Quais as políticas que destacaria como mais favoráveis? - Isso deve-se as políticas locais ou nacionais? - Quais as políticas que no sem entender ainda estão aquém do que era necessário?	
	- Destacaria alguma ação ou ações concretas como sendo importantes?	- Pode dar exemplos?	

ANEXOS

3. Indagar sobre o nível de participação nas decisões e no acompanhamento dos processos	- As organizações de e para pessoas com necessidades especiais têm sido ouvidas e envolvidas nas decisões tomadas pelos órgãos municipais?	- Como se procede a essa auscultação? - Em que medida as vossas sugestões opiniões são levadas em conta?	
	- Considera que os direitos como cidadãos estão a ser contemplados?	- O que se poderia fazer mais para que isso acontecesse?	
4. Indagar sobre as expetativas quanto às principais mudanças necessárias	- O que acha que se deveria alterar na cidade para que ela pudesse ser mais “amiga” das pessoas com necessidades especiais?	- Como se poderiam pôr em prática essas sugestões?	

ANEXO 4 – PROTOCOLOS / TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

ANEXOS

Anexo 4.1 Entrevista à Vereadora da Cidade B

1 de julho de 2016

Pergunta (P) - Bom Dia, Sra Vereadora, gostaria que pudesse caracterizar de alguma maneira os projetos que aqui na Cidade B se desenvolvem no sentido de que esta cidade possa ser mais inclusiva para as pessoas com necessidades especiais.

Resposta (R) – Bom dia, nós temos as preocupações com as pessoas no geral, neste sentido quem tem necessidades especiais merece uma atenção mais especial. Durante muito tempo centrou-se muito a atividade no próprio apoio às escolas no sentido de que fossem salvaguardados os direitos e as melhores condições para que nas mesmas escolas as crianças com necessidades educativas especiais pudessem usufruir e houve aqui um trabalho ao longo dos anos, inclusive uma sala *snozelen* que continua aberta a comunidade, mas que esteve muito centrada na escola. Nós hoje trabalhamos com a escola os nossos parceiros fundamentais, mas sabemos que há um antes da escola e um depois da escola que é preciso perceber. A realidade mudou e a nossa filosofia também mudou. Portanto ter em atenção os projetos que não são muitos mas são intensos pois são desenvolvidos por instituições, para além das escolas IPSS's, centros ocupacionais, um lar residencial para pessoas portadoras de deficiência, aberto com o apoio da Câmara ao nível da construção, na sua componente nacional, na sua componente local contamos com o banco de horas do nosso voluntariado. Temos um conjunto de recursos para os projetos das nossas instituições.

Trabalhamos muito na lógica dos projetos que estamos a desenvolver. Penso que todos os municípios têm as chamadas “ajudas técnicas” para as pessoas que precisam de nós, alias os municípios têm substituído a Segurança Social, por que se tivéssemos de dar o número de cadeiras de rodas elétricas, coletes posturais, comparticipação de óculos, próteses auditivas em casos muito excecionais, parte dos apoios sociais que a câmara disponibiliza às pessoas com necessidades especiais.

31 Além disso temos um projeto que realmente está a surgir e que nasceu do
32 nada a não ser a vontade de criar novos apoios para os jovens com
33 deficiência. Apoiamos instituições com projetos relevantes, por exemplo um
34 grupo de pessoas que se constitui como associação nós apoiamos. Também
35 por força da nossa carta educativa (ontem fez 10 anos que aprovamos a Carta
36 Educativa), quer dizer rever a Carta Educativa que passou por 14 Centros
37 Escolares, Com a construção destes Centros houve escolas que ficaram
38 devolutas e estão a ser entregues à sociedade para fins sociais que é isso que
39 se pretende em termos associativos, culturais e sociais.

40 Revertemos estes espaços para associações, como esta mais recente de que
41 estava a falar que tinha nascido do nada , a AIJA, que começa agora a dar os
42 seus frutos. A Câmara apoia nos transportes e na alimentação estes jovens
43 com necessidades especiais e depois a sociedade tem de se mobilizar no
44 sentido de dar o que falta. Nós apoiamos, ajudamos e depois a sociedade tem
45 de se mobilizar para dar o que falta, ou seja, ajudamos mas não é da nossa
46 responsabilidade direta. Nós tentamos implementar este trabalho, nós
47 sentimos e ajudamo-los mas depois são as próprias associações que
48 desenvolvem o seu trabalho.

49 Esta autarquia está muito atenta à inclusão social, implementando-a na
50 reestruturação urbana, nos serviços municipais e fora dos serviços municipais,
51 ao nível das empresas por forma a criar condições a estas pessoas, cadeiras
52 de rodas, rampas de acesso, etc, porém ao nível dos serviços públicos todas
53 as situações estão controladas. Fizemos uma grande campanha e houve uma
54 grande adesão e isso transformou a cidade de modo a criar condições para as
55 pessoas com problemas de mobilidade.

56 Quando falamos em necessidades especiais, isto é muito abrangente, pois
57 temos as necessidades educativas, de formação, situações da visão, é uma
58 necessidade especial, uma outra situação a adesão ao projeto colorADD para
59 daltónicos. A situação é grave. Há no geral um desconhecimento desta
60 situação, existem 10 % de daltónicos na população, sabendo, fizemos um
61 diagnóstico a todos os alunos do ensino básico e secundário, obtivemos um
62 conhecimento real deste conceito e por exemplo ao nível do apoio escolar a

63 Câmara já atribui os lápis com esse código, portanto uma atenção para alguém
64 que tem uma necessidade especial. Portanto temos associações com utentes,
65 em que a camara gere os recursos, sabemos que ao nível do Ministério da
66 Educação as regras são apertadas, ignoramos algumas regras, temos
67 carrinhas adaptadas para alunos e utentes. Nós vamos muito para além disso e
68 temos carrinhas adaptadas só para esse transporte que em casos necessários
69 pode ajudar as instituições e as freguesias.

70 **P – Sra. Vereadora percebe-se claramente que existe uma orientação de**
71 **partilha de recursos autárquicos para estimular o trabalho em rede, como**
72 **avalia o Plano Desenvolvimento Social, a parceria, a rede instalada?**

73 R- É uma condição Sine Qua Non, se não tivermos este espírito de partilha, só
74 temos a ganhar, até porque temos um papel determinante neste domínio. A
75 missão da câmara é assegurar as necessidades básicas, temos um programa
76 (...) ajuda mais, são 19 medidas implementadas, desde o apoio à renda, a
77 medicação, dentário, credito, habitação, etc. Destaca-se na parte da habitação
78 adaptada para pessoas com necessidades especiais, mas quem recorre são os
79 que têm essas condições especiais. Com os parceiros cumprimos o nosso
80 desígnio de que as pessoas vejam asseguradas as necessidades básicas e
81 uma boa qualidade de vida, pelo que é necessário ir muito para além das
82 necessidades básicas.

83 O aumento da crise económica fez aumentar as necessidades e obrigou a
84 aumentar o orçamento nesta área, mesmo quando tínhamos menos recursos,
85 então isso implicou fazer opções e utilizar os mecanismos das alterações
86 orçamentais para colocar os recursos onde mais faziam falta.

87 **P – Tem uma ideia da alocação do orçamento para estas áreas Sra.**
88 **Vereadora?**

89 R – Nós não temos limite, Educação e Ação Social é uma prioridade, só para a
90 Carta Educativa gastámos 150.000.00€. Ação Social tomamos conta de tudo,
91 seja incompetência ou negligência dos pais, nós atuamos em todas as
92 vertentes. Portanto nestas áreas gastámos centenas de milhares de euros, e

93 caso a verba não chegue, fazemos novas cabimentações orçamentais para
94 cobrir estas áreas.

95 **P – Relativamente à época em que se investiu nestas áreas, sobretudo**
96 **nos anos 80 e 90, de 90 para o que mudou com o contributo do**
97 **município?**

98 R – O nosso Presidente costuma dizer que não houve uma revolução mas que
99 se fez uma rutura, houve continuidade política a força política é a mesma mas
100 as opções foram muito centradas na qualificação e nas necessidades das
101 pessoas. O nosso investimento foi nos últimos 10 anos, por exemplo a rede do
102 pré-escolar, o que mudou foi uma rutura que se instalou e que era preciso
103 mudar.

104 A visão e ambição muda de pessoa para pessoas, este executivo teve uma
105 aposta clara na formação e qualificação das pessoas, é algo que não é
106 possível medir impactos e não dão votos. Portanto isto não foi reconhecido
107 pela população.

108 Notamos que as pessoas começam agora a ver que apostarmos nelas,
109 efetivamente é o elevador social para a igualdade de oportunidades. Somos
110 uma zona de mobiliário, cerca de 80% da nossa população depende do
111 mobiliário, a verdade é que temos muitas empresas mas não temos pessoal
112 qualificado, assim tentamos no politécnico do Porto (IPP) um curso superior de
113 madeiras. Nos municípios de (...) recebemos os alunos e damos-lhes
114 experiência profissional, muitos vão para o estrangeiro, por exemplo foram à
115 feira de mobiliário de Milão, pagamos as propinas do curso (sejam carenciados
116 ou não) a todos os alunos que se inscreveram, o curso é gratuito. Portanto é
117 uma aposta clara, na empregabilidade garantida, e um curso a custo zero se
118 forem do concelho. É o exemplo de uma verdadeira aposta na educação,
119 formação e qualificação.

120 **P – As questão da educação, ação social, necessidades especiais faziam**
121 **parte do programa eleitoral ou ao longo do tempo tornou-se emergente?**

122 R – Penso que não há nenhum executivo camarário que não tenham estes
123 objetivos e essa como missão. Todos apostam na igualdade de oportunidades

e nas ferramentas que lhe dão suporte. Aqui o que temos feito é uma grande aposta nas crianças e nos jovens.

P - A própria participação com bastante intensidade na RTPCE tem relação com este trabalho que se tem desenvolvido na Cidade B?

R- Nós entramos em 2007, eu não estava na altura, só entrei em 2009, penso que havia curiosidade e era desafiador desde o 1.º congresso das cidades educadoras, o que apresentamos na Argentina foi o projeto PT Cidade B com Teatro. Este projeto consiste no seguinte: a Câmara paga a um encenador profissional para cada grupo amador por forma a aumentar a qualidade do que fazem. Colocamos um encenador, custeamos o espetáculo, damos formação de luz e som e transporte. A contrapartida é que façam 3 espetáculos no concelho por ano, assim temos 54 espetáculos assegurados por ano. Temos 18 grupos amadores no Concelho

Se cada grupo for para fora do concelho aumentamos o apoio pecuniário. O PT Cidade B Júnior foi o apresentado na Argentina. Neste projeto há responsáveis para fazer o acompanhamento dos alunos, por exemplo de 2009 para trás erámos o 9.º pior território ao nível do AEP, na escala nacional e atualmente estamos nos melhores 30.º dos países. Os acompanhantes têm de se responsabilizar pelos alunos, se faltam, se têm dificuldades, etc.. Foi um projeto entre outros que ajudaram a resolver o problema do abandono escolar precoce, pois há 10 anos estávamos em primeiro lugar do país e hoje estamos entre os 30 concelhos com melhores resultados.

P – Sra. Vereadora qual é a vantagem de ter juntado estas áreas no seu pelouro, a educação, a ação social e a cultura à sua responsabilidade e que importância isso teve para a abordagem às necessidades especiais?

R – O pelouro do Desporto está com o ciclista Cândido Barbosa, no desporto temos uma equipa de basquetebol adaptado, temos a preocupação de criar as condições e o desporto é inclusivo. Para além dos meus pelouros sou presidente da CPCJ é algo que me fez conhecer melhor o território, as pessoas, situações onde ninguém sonha que existem estas situações, maus tratos, negligência, violência domestica. Quando se fala em necessidades

especiais onde existe um problema temos de agir de forma diferenciada. No âmbito da violência domestica temos um apartamento para acolhimento de emergência, temos um projeto teleassistência, de combate à solidão, na verdade é um acompanhamento das pessoas sozinhas com necessidades especiais. Por exemplo frequentar um centro de Dia, acionamos o teleassistência ao nível clinico, fobias, riscos, habitação, um conjunto de dados de imediato se sabe o tipo de cuidados que se deve ter, por exemplo mais de 50% dos casos é para conversar, porque é um serviço personalizado, pago na integra pela Câmara. Podemos também aplicar a teleassistência à violência domestica e acionamos a policia e os bombeiros.

P – Sra. Vereadora, quais as discrepâncias entre o que se quer fazer e as limitações dos municípios, perante as dificuldades e os obstáculos para implementar estas políticas?

R- Nenhum município nada em dinheiro mas temos de definir prioridades. A questão financeira é a principal, depois temos 89.000 habitantes num território 150.000 km2, mas se considerarmos que temos 4 cidades, o resto são áreas dispersas, o sul do Concelho é caso disso. Através das juntas de freguesia e as IPSS's, por vezes é o pároco o nosso elo de ligação, compensada uma forte rede social. Temos por vezes dificuldades de chegar a todas as pessoas aos que estão mais isolados nas zonas mais rurais

Temos a Polícia Municipal no Projeto de Apoio ao Idoso, que consiste na colaboração da polícia municipal mas também uma técnica de serviço social que os acompanha, temos de ir do terreno, pois há muita gente que com esta dispersão podem não ter acesso, daí ser a Câmara fazer essa deslocação, algumas pessoas estavam a viver muito precariamente.

Isolamento falta de acesso às coisas que têm direito. Existe uma solução quando se conhece a situação que muitas das vezes estava escondida .

P- Na implementação destas ações há um fórum com as pessoas com deficiência, ou seja, fazer-se ouvir junto do município? Ou outras formas mais informais de auscultação?

R- Este olhar mais atento à deficiência é mais recente que outras, houve contudo um espicaçar, quantas são, onde estão, que necessidades têm. Está a ser feito um diagnóstico na área metropolitana do Porto, poderá ser uma boa ferramenta. Este diagnóstico não está feito e é muito difícil acompanhar o que não se conhece. Existe um grupo de trabalho da deficiência física e mental, APD, instituições, salas de autismo, sala snozelen, a Segurança Social que vai pensando e projetando, envolvendo todos. Agora tivemos uma Mostra Associativa para além disso um desfile associativo, mas durante o dia foram passando animação de grupos ligados à deficiência, portanto incluir todos. Fazer com que as pessoas participem se estão escondidos então não há inclusão.

P- Quanto respondeu ao meu questionário, a pessoa que respondeu disse que esta cidade era muito inclusiva

R- A cidade é muito preocupada e proactiva para a inclusão, porem ainda temos um grande trabalho a fazer, na verdade, mas temos essa preocupação patente em todas as áreas. Em todas as áreas pensamos em todos os níveis de pessoas, focalizando-nos na inclusão. Pôr as pessoas a participar consoante a sua limitação. Temos essa preocupação que está presente em todas as áreas nas obras de reabilitação, na cultura, no desporto, no apoio social. Fazemos sempre um esforço para inclui como é por exemplo o caso dos grupos de teatro em que este ano lançamos esse desafio uns podem subir o pano, outros fazem costura, cada um faz o que estiver ao seu nível mas participa.

P – Se a Sra. Vereadora tivesse que estabelecer duas prioridades no âmbito das necessidades especiais, escolhia quais?

R – O que é preciso continuar a fazer é olhar para a diferença desde pequenino, eu também sou professora e acho que tem de haver um trabalho na escola e na família, mais incidente. Falta muito para lá chegarmos. Não é ter pena é mesmo reconhecermos os direitos. Temos tido uma grande evolução. As pessoas estavam isoladas como os animais, mas ainda há um olhar o que é diferente ainda não é visto como natural Portanto vê-los como iguais e como

216 diferentes. As próprias famílias escondiam os seus deficientes durante
217 décadas. Isto mudou radicalmente, mas ainda há um “olhar de lado” que é
218 preciso dar normalidade e dar as mesmas oportunidades às pessoas, isso cabe
219 aos políticos. Adequar a realidade às necessidades o mundo que se tem de
220 adaptar e não a pessoa que não tem essa possibilidade a fazê-lo.

221 Esta mensagem para que seja valorizada é necessário entender que as
222 atitudes devem envolver as pessoas. Depois é tentar que a teoria, direitos, se
223 transforme na atitude de arranjar um emprego para um deficiente, recrutar
224 pessoal deficiente para a Câmara, escolas, etc. Na verdade ainda há um
225 grande caminho a percorrer. Mas o que é preciso fazer é passar da teoria dos
226 direitos à concretização dos mesmos como é o caso dos contratos de inserção
227 e de emprego.

Anexo 4.2. Entrevista á técnica da Cidade B

(Dia 1 de julho de 2016)

Pergunta (P.) **Em que medida é que o município tem tido uma atenção particular aos problemas das pessoas excluídas, especificamente as pessoas com necessidades especiais?**

Resposta (R). Este é de fato uma preocupação do nosso município indo de encontro às necessidades da nossa população, sendo certo que os indivíduos com necessidades especiais têm aqui uma particular importância e nós temos tentado adequar as medidas às necessidades deste público-alvo. Aquilo que temos tentado fazer já há uns anos a esta parte é sempre em parceria com as instituições que trabalham no terreno que têm a experiência e sabem quais são as necessidades concretas desta população, de modo a tentar apoiá-las nas resposta que se vão dando aos indivíduos mas também às famílias, pois temos toda uma retaguarda familiar e muitas vezes o que está por trás implica apoiar as famílias nessas situações.

Este trabalho tem vindo a desenvolver-se ao longo do tempo e sempre que surgem oportunidades procuramos alargar os recursos e criar melhores condições, como foi o caso da criação da sala de *snoezelen* que foi uma nova resposta implementada, ou o projeto de teleassistência que apesar de se destinar mais aos idosos foi também alargado às pessoas com deficiência de modo a podermos colmatar as situações de maior fragilidade. Não posso situar no tempo a nossa ação mas o que lhe digo é que a medida que as necessidades aparecem vamos tentando encontrar melhores soluções em conjunto com os nossos parceiros. Temos tentando, por isso, reforçar o trabalho em rede com as instituições que estão no terreno e que têm experiência e vão atuando

Situando-me mais no presente nós sentimos uma dificuldade muito grande no diagnóstico. Não sabemos por exemplo o número de pessoas com necessidades especiais existentes no concelho. Estamos a tentar avançar com um projeto que nos permita ir para o terreno com voluntários e formadores que nos permitam fazer este levantamento. Uma das lacunas que sentimos é saber quantos são, onde estão e quais são as suas necessidades. Existem muitas pessoas com deficiência que necessitam de apoios e não estão a ser acompanhados pelos meios tradicionais e temos de dar essa resposta. Estamos a avançar com este trabalho internamente com esta recolha no âmbito do grupo de trabalho local para a deficiência e outra equipa do CLDS que se juntou a nós e estamos a procurar ir por aí no sentido de podermos

35 recolher esta informação. Paralelamente a esta situação surgiu a Unidade Estratégica
36 da Deficiência que na área metropolitana a partir do levantamento de todos os
37 municípios que integram a área metropolitana, nós também fornecemos informação,
38 facultamos os dados que nos foram solicitados. A partir daqui surgiram uma série de
39 recomendações que vão dar origem a um Plano de Ação da qual o nosso município
40 também fará parte. Uma das recomendações era de fato os municípios criarem grupos
41 de trabalho para a área da deficiência. É curioso que nós aqui já estávamos nesse
42 processo já há dois anos que criamos esse grupo de trabalho.

43 **P. Neste trabalho que se desenvolve aqui na cidade aparece muito**
44 **referenciado um projeto de apoio social bastante abrangente designado cidade**
45 **ajuda. Podia identificar melhor o âmbito e os objetivos? Qual a ligação desse**
46 **projeto às necessidades das pessoas com necessidades especiais?**

47 R. Foi um projeto que nasceu para ajudar a combater a crise económico-social
48 que se instalou desde 2008 e contempla uma série de medidas que visam
49 precisamente face às dificuldades que as famílias e as pessoas isoladas estavam a
50 atravessar. São vinte medidas que o projeto contempla e que vão ao encontro da
51 sobrecarga das famílias, são apoios como: aquisição da medicação, pagamento de
52 rendas de casa, água e luz, aquisição de óculos, banco de livros escolares. Ao nível
53 da habitação de qualidade existem apoios para a adaptação das habitações, neste
54 caso de apoio aos proprietários que não tenham condições para isso. Relativamente
55 às pessoas com necessidades especiais o que acontece é que esse grupo
56 populacional é por si muito carenciado daí que vai usufruir de muito destas medidas e
57 para além disso ainda tem medidas mais específicas para a aquisição de ajudas
58 técnicas, adaptação das habitações. É por isso um programa global que é duplamente
59 inclusivo pois não há qualquer tipo de discriminação aplica-se a todos que num
60 determinado momento tenham carências nas questões básicas. O programa é
61 particularmente desenhado para dentro de um intervalo de flexibilidade poder apoiar
62 um conjunto vasto de situações, pensando também na população específica com
63 necessidades especiais.

64 **P. Como é que numa área tão transversal se tem organizado a**
65 **coordenação interna dos serviços que são necessários mobilizar?**

66 R. Aquilo que nós habitualmente fazemos é que todas as ações que vamos
67 desenvolvendo e todos os projetos que estão em curso, é tudo articulado entre os
68 serviços que de alguma forma tem contributos a dar nesta área. Como exemplo posso

69 dizer-lhe que os projetos e todas as ações nós envolvemos os diferentes serviços,
70 para além das reuniões internas que vamos fazendo para o planeamento das
71 atividades o nosso gabinete de comunicação faz uma difusão da informação por todos
72 os serviços que é feito e tentamos concertar tudo o que vamos executar.

73 **P. Quem é que habitualmente faz essa coordenação, os dirigentes, os**
74 **técnicos, os vereadores?**

75 R. São os dirigentes, os vereadores, os técnicos, conforme o serviço de onde
76 parte a atividade é que fica com a incumbência de envolver o resto da estrutura que
77 coordena e que passa essa coordenação. Por exemplo quando trabalhamos com as
78 escolas, com quem trabalhamos muito, e com associações com respostas nesta área,
79 muito embora seja uma ação de determinado serviço temos de envolver sempre os
80 serviços da educação ou outros que se venham a considerar necessários.

81 **P. Acha que neste trabalho interno haveria alguma coisa a melhorar, do**
82 **ponto de vista organizativo, ou está tudo a funcionar tem correspondido?**

83 R. Claro que há sempre coisas a melhorar. Nós tentamos sempre fazer o nosso
84 melhor e articular o mais possível, todas as atividades e todos os serviços mesmo em
85 termos de avaliação para vermos o que correu bem e o que correu menos bem. Agora
86 não consigo indicar coisas muito concretas. Agora em termos gerais esse é sempre
87 uma meta melhorar o trabalho desenvolvido.

88 **P Considera que a cidade neste momento tem recursos favoráveis à**
89 **inclusão?**

90 R. Esse é um dos grandes problemas que temos, pois temos muitas coisas
91 para fazer e nem sempre os recursos são suficientes. Estamos a candidatar ao
92 Portugal 20/20 algumas ações que queremos fazer de modo a criar melhores
93 condições para as necessidades. Mas sempre avançamos por todos os meios com
94 aquilo que está ao nosso alcance contando com o esforço de todos os parceiros, não
95 sendo por falta de meios que deixamos de avançar como é o caso do projeto com a
96 área metropolitana para o diagnóstico, que já estamos a reunir esforços para avançar,
97 envolvendo os voluntários a quem vamos dar formação para poderem passar um
98 questionário e vamos tentar fazer com esses recursos. Se tivermos financiamento
99 faremos um estudo mais exaustivo, mas estamos a tentar avançar por aí para tentar
100 combater esta lacuna, pois os dados dos sensos são muito insuficientes e não de
101 encontro aquilo que nós precisamos para organizar as respostas face a esse
102 levantamento.

103 **P. Tendo em conta a transversalidade desta área em que é necessário**
104 **trabalhar em vários domínios, a emprego, a habitação, a educação o apoio social**
105 **quais considera as áreas em que aqui na cidade se tem apostado e investido**
106 **mais?**

107 R. A educação colocaria em primeiro lugar sem dúvida alguma, os apoios
108 sociais também como é o caso do programa cidade ajuda +, que é um exemplo claro
109 disso, a questão do desporto e da cultura resultado do grupo de trabalho de que
110 falámos aquilo que nós fizemos foi um plano de ação com ações vocacionadas para
111 esta população e a inclusão está muito presente pois muitas são atividades em que
112 eles se possam incluir. Ao nível do desporto ainda agora vamos aplicar um programa
113 de natação, vamos dinamizar um encontro de *boccia*, sessão de fisioterapia aberta. Ao
114 nível do transporte escolar e o transporte que o município assegura diretamente. O
115 emprego é das áreas que considero mais difíceis é muito complicado, embora
116 tenhamos algum sucesso em algumas situações é uma das áreas onde vamos sentido
117 maior dificuldade. O clube de emprego do município [seleção de pessoas conforme
118 pedidos dos empregadores] que vai tentando dar alguma resposta mas é uma área em
119 que é muito complicado.

120 O trabalho em rede e a união entre todos é um recurso para nós fundamental
121 para encontrarmos soluções integradas com o envolvimento das instituições, as
122 escolas, a segurança social, etc.

123 **P. Apesar de todo o trabalho desenvolvido e da mobilização de todos**
124 **quais são ainda as áreas que estão ainda aquém do desejável e onde se deveria**
125 **apostar mais?**

126 R. Bom! Temos uma ambição, já há algum tempo, de criarmos um serviço de
127 mediação e de informação à pessoa com deficiência pois parece-nos que a existência
128 de um balcão da inclusão que já estão a ser implementados em alguns serviços
129 públicos. Queríamos que este serviço fosse ao encontro das medidas gerais do
130 governo no sentido de implementar estes serviços. Temos trabalhado neste projeto é
131 um serviço que deve estar disponível. Uma resposta mais especializada em que as
132 pessoas saibam que ali vão ter uma resposta mais especializada em que se possam
133 dirigir e obter as informações necessárias e mais imediata para aquela situação, com a
134 disponibilização de um guia de recursos. Muitas vezes uma família que tenha esta
135 necessidade vai ter que se deslocar aos vários serviços para recolher esta informação,
136 vai a um sítio vai a outro...O que queríamos era centralizar essa resposta para que as

137 pessoas se possam deslocar cá e ter aqui uma resposta mais integrada. Na integração
138 dos serviços podemos facilitar a vida às pessoas sem terem de enfrentar essas
139 barreiras. Este balcão inclusivo parece uma boa aposta que vá ao encontro das
140 pessoas. Seria um ponto de interação privilegiada com este grupo da população. Aliás
141 este serviço ainda não existe porque exige a existência de outro tipo de recurso,
142 nomeadamente recursos humanos e materiais. Estamos a reunir essas condições e
143 acho que haver um ponto onde as pessoas se podem deslocar e onde tenham uma
144 resposta integrada seria uma forma muito útil de facilitar a vida a quem mais precisa.

145 **P. Estávamos a falar de avaliação de projetos. Têm alguma forma de**
146 **avaliar de forma sistemática os projetos e ações?**

147 R. O grupo de trabalho foi mesmo criado com esse objetivo, trabalhar
148 isoladamente não resolve. Em termos de resultados o que sinto é que o que melhor
149 resulta são as parcerias. O nosso contributo isoladamente é muito pequeno se
150 tivermos uma noção global das ações e uma a concorrerem para outras termos
151 resultados globais muito melhores. Por exemplo ao nível do CLDS, onde estão
152 previstas uma série de ações destinada a esta população quando se foi para o terreno
153 perceberam que o que tinham pensado não se adequava, não eram essas as
154 necessidades sentidas e portanto sentiram necessidade de se aproximarem do grupo
155 de trabalho onde reside algum conhecimento e uma perceção mais realista das
156 realidades o que faz dos projetos à partida mais adequados e mais fundamentados,
157 pois não nos interesse fazer por fazer mais fazer com sentido indo ao encontro das
158 populações. Pelo que o método de avaliarmos e trabalharmos em grupo permite
159 caminhar todos no mesmo sentido. Um bom planeamento, um realismo quanto aos
160 recursos a utilizar é isso que se tem feito a diferença é ter um plano partilhado em que
161 envolvemos as associações e até também as pessoas com deficiência e que são
162 também envolvidos na avaliação das atividades de que são os principais destinatários.

163 Muitas vezes temos muito boas intenções mas não temos os recursos
164 financeiros que permitam levar a cabo essas ações. Por exemplo durante o mês de
165 maio levámos a cabo uma atividade de convívio das pessoas com necessidades e os
166 animais, neste caso cães. Fizemos estas sessões nas escolas e nas instituições a
167 verdade é que era um trabalho a que queríamos dar continuidade. A verdade é que os
168 recursos não nos permitiram alargar no tempo esta atividade e aumentar a experiência
169 por mais pessoas.

P. Como é que participam nestes processos as próprias pessoas com necessidades especiais?

R. No caso dos mais novos aplicamos sempre questionários de avaliação em que exprimem a sua opinião relativamente às escolas, Com adultos quando têm condições em responder ao questionário também expressam as suas opiniões por essa via.

P. Sente necessidade de que essas pessoas possam participar mais?

R. É difícil. É difícil. Aquilo que tentamos fazer é sempre que reunimos pensamos que os interlocutores conhecem bem as suas necessidades e em certa medida são a sua voz. O nível de participação passa por aí. Através das pessoas que os representam isso acaba por acontecer. É esse o nosso objetivo também.

P. Houve oportunidade de passar nas cidades do estudo um questionário em que se perguntava-“ Se tivesse que classificar a sua cidade, tendo em conta o nível de inclusão social, como o faria na seguinte escala: nada inclusiva, pouco inclusiva, moderadamente inclusiva ou muito inclusiva”. Na sua cidade quem respondeu ao questionário classificou a cidade como muito inclusiva. Se tivesse que responder como o faria?

R. Eu gostava muito de dizer que é muito inclusiva e acho que caminhamos para aí. É um processo muito complexo e muito moroso acredito que estamos no bom caminho, mas ainda há um longo caminho a percorrer. Estamos ainda no 3 a caminhar para o 4. Para o muito inclusivo precisamos ainda de ter mais recursos mais financiamento, fazemos muito com muito pouco, se tivéssemos mais recursos era fundamental. É necessário também um maior envolvimento da sociedade, de todos, pois ainda há o estigma e outros fatores que dependem de um envolvimento mais amplo da sociedade e das suas instituições para que se possam obter mais resultados. Há um longo caminho a percorrer, até posso fazer uma avaliação positiva do trabalho que estamos a desenvolver e estamos a caminhar no sentido correto. O caminho tem de ser feito pela sociedade no seu todo.

Esta cidade, apesar disso, já se distingue do todo. O que sinto é que se tem apostado fortemente no sentido da inclusão, o município, as escolas no sentido de incluir no verdadeiro sentido da palavra.

Anexo 4.3 Entrevista à Presidente da Associação Ema, Cidade B

(Dia 1 de julho 2016)

Pergunta (P). **Antes da pergunta propriamente dita pedia-lhe um breve enquadramento do Trabalho da associação? Qual é a avaliação que faz sobre as ofertas ou as condições que a cidade oferece às pessoas com necessidades especiais, tendo em conta a educação, os transportes, a acessibilidade, a saúde, etc?**

Resposta (R). A associação vai nascer em 1978 a partir de um conjunto de pessoas, onde se incluía o seu fundador Padre Batista, que fizeram um levantamento de um conjunto de jovens portadores de problemas mentais que não tinham resposta, à época, em termos da escola. Neste caso resolveram fundar esta associação que tem dois polos, sendo que um dos polos está mais vocacionados para utentes menos dependentes, no outro estão os casos mais graves e menos independentes.

Temos uma aproximação bastante grande à Câmara Municipal pelo trabalho conjunto que desenvolvemos, como também pela cedência das instalações do polo que está aqui na cidade. O outro polo foi uma cedência de uma congregação religiosa, pois era um antigo colégio que nos foi doado.

Esta associação foi evoluindo, tendo em conta também as políticas educativas que foram seguidas, pois muitos dos utentes voltaram a escola e outros mais velhos encontraram aqui respostas mais adequadas como é o caso do CAO. A nossa resposta é sobretudo quando termina a escola normal e que depois a partir dos 18 anos não existem outras alternativas.

Quanto à pergunta, aquilo que eu entendo, e já moro nesta cidade há bastantes anos, pois não sou daqui natural, já são 30 anos, houve uma evolução ao nível da cidade em acolher ou dar resposta às pessoas com deficiência, obviamente que quando estamos a falar de deficiência motora falamos das acessibilidades que se foram criando e em termos de deficiência mental estamos a pensar em termos das instituições públicas em articularem-

31 se com os provados para darem resposta e acolhimento a este tipo de
32 população.

33 Sobre as acessibilidades é uma cidade que evolui bastantes em termos
34 dos jovens com deficiência motora. Quando foram construídos os passeios,
35 foram rebaixados, introduzidas rampas, cumprido a própria lei. Em termos de
36 transportes, posso falar dos utentes da instituição que utilizam os transportes
37 públicos e esses são os utentes independentes, tem essa possibilidade de
38 utilizar os transportes públicos. Os casos que não são autónomos, ou os
39 transportes não são acessíveis utilizam o transporte da instituição e os casos
40 mais limitados em termos de cadeira de rodas ou de limitações fortes à
41 mobilidade utilizam os transportes cedidos pelo município e faz esse transporte
42 pois a nossa carrinha não temos uma carrinha adaptada. Temos tido total
43 colaboração do município para este aspeto também.

44 **P. Quanto à problemática do emprego para esses jovens já mais**
45 **velhos que soluções e que respostas existem?**

46 R. O nosso conselho, digamos, foi muito atingido pelo desemprego com
47 a crise de 2008, nessa perspetiva, havendo desemprego para quem possui
48 todas as faculdades, em termos de quem tem necessidade de emprego
49 protegido torna-se mais complexo. O que nós temos apostado é nas atividades
50 socialmente úteis, fazendo protocolos com instituições para que os nossos
51 jovens façam estágios nessas instituições em duas modalidades. A modalidade
52 em que o jovem vai dois dias por semana e mas uma vez temos jovens como
53 parceiro, a Câmara, a Misericórdia, no entanto as necessidades são superiores
54 às ofertas que existem. Como temos as atividades ocupacionais, temos
55 atividades que estão nas instituições todo o dia e estão ocupado. Temos ainda
56 outro sistema de emprego protegido que estão a frequentar cursos
57 profissionais e de futuro poderão ficar nas entidades onde vão fazer os
58 estágios. Para as questões do emprego a rede local é fundamental para
59 encontrarmos soluções A Câmara tem sido um parceiro fundamental pelo
60 exemplo que tem dado na integração profissional nos seus próprios quadros de
61 jovens adultos com necessidades especiais, tem sido um incentivo no seio da
62 rede social.

P. Houve oportunidade de passar nas cidades do estudo um questionário em que se perguntava-“ Se tivesse que classificar a sua cidade, tendo em conta o nível de inclusão social, como o faria na seguinte escala: nada inclusiva, pouco inclusiva, moderadamente inclusiva ou muito inclusiva”. Na sua cidade quem respondeu ao questionário classificou a cidade como muito inclusiva. Se a Senhora tivesse que responder como o faria?

R. Neste momento até acho com a equipa que está aqui no município até julgo que esta cidade é muito inclusiva e era uma coisa que temos que dizer o que está bem e o que está mal, mas efetivamente temos tido constantemente atividade, são lançados acontecimentos para as associações e os jovens participarem em atividades. Existe um grupo de trabalho no âmbito de trabalho e têm trabalhado muito bem e este ano foram propostas atividades a que aderimos de modo a criar novas condições de participação na vida social da instituição também se abrir à comunidade. Novas ideias como foi a riso terapia que teve muito acolhimento, o relacionamento com os animais e estão agendadas outras atividades como seja a musicoterapia e a formação dos técnicos. Tem sido muito importante para podermos diversificar as atividades e a instituição fica mais próxima do exterior. Fizemos no dia 3 de dezembro uma grande comemoração do dia internacional da deficiência dedicado à temática da inclusão com a forte participação da comunidade e o forte empenho da Sr.^a Vereadora que é muito empenhada nestas áreas de trabalho.

Outro projeto muito relevante é a sala de *snoezelen* que está disponível para a comunidade e que dá apoio aos caos mais graves, já vamos também incluir no nosso plano de atividades.

P. Gostaria de destacar algumas das políticas que têm sido promovidas aqui e que mais têm favorecido as pessoas com necessidades especiais?

R. Como eu já disse anteriormente, destacaria as atividades que são propostas pelo grupo de trabalho do município e que fazem com os nossos utentes saiam da instituição, que a instituição se abre à sociedade e que a

sociedade se abra a estes temas. Isso acho que é fundamental. Tenho um irmão com deficiência tem 35 anos e no início interrogava-me se havia aqui pessoas com deficiência. Nós levávamo-lo para tudo o lado e desde aí as coisas começaram abrir mais e as pessoas habituaram-se a ver os jovens que faziam a sua sociabilização, talvez para isso tenha também contribuído o fato do meu pai ser uma figura de prestígio e de destaque. Acabámos por ser uma referência demos a nossa contribuição.

P. Acha que esse incremento se deve mais às políticas locais ou às leis e políticas nacionais. Acha que isso se deve mais as preocupações dos autarcas na promoção das políticas locais ou às leis do estado central? Nas transformações a que se referia quem tem contribuído mais as autarquias ou o estado central?

R. Sem qualquer dúvida o município tem sido muito atento e tem ido para além das possibilidades valorizando tudo o que são as políticas sociais e da educação áreas onde o trabalho tem sido a todos os títulos muito meritório de grande proximidade e muito consequente porque tem sido possível mudar a vida das pessoas na habitação, no emprego, na acessibilidade, na mobilização dos recursos, na atenção aos novos problemas que nunca ficam para trás.

P. Houve um tempo em que as associações se dedicaram muito no atendimento direto aos utentes, mas agora com a problemática dos direitos da participação na sociedade. No vosso caso em que medida evoluíram da dimensão da assistência para a dimensão da luta pelos direitos da participação, da sensibilização?

R. Atendendo à relação que existe da associação com o município posso dizer que no âmbito da rede social e nesse contexto levamos as nossas opiniões, os nossos problemas e as nossas opiniões são tidas em conta. Os nossos técnicos estão sempre presentes em qualquer ação para a qual possamos ser convocados e nesse âmbito damos a nossa contribuição. À muita vontade de fazer coisas por vontade do município mas estamos a par das limitações orçamentais que por vezes impedem de levar mais longe as iniciativas. Posso dizer um caso concreto, pois somos os únicos a dar resposta

a esta problemática no concelho, e então temos muitos utentes fora da lista mas aos quais temos de dar resposta e apesar das restrições levamos sempre em conta em primeiro lugar as necessidades dos utentes e por isso nós queremos caminhar para a criação de um lar residencial e a criação de um novo CAO para podermos ter capacidade financeira para podermos evoluir. Neste momento estamos perante uma situação caricata, temos uma multa para pagar por estarmos a dar apoio a casos fora do acordo com a segurança social, e por via disso fomos multados, mas já informámos que não vamos pagar. Isto também é uma luta por direitos dar um atendimento aos casos mais disfuncionais e mais carenciados, ainda estamos a este nível. Aqui ainda temos muitos casos em que nos é exigido a proteção das necessidades básicas dos nossos associados isto sem descurmarmos que esses são os primeiros direitos a que temos de responder.

P. Existe alguma prática de se ouvirem os utentes sobre as suas necessidades e qual o seu nível de participação deles nas tomadas de decisão?

R. Existe. Podemos dizer dos utentes que são mais autónomos e têm mais capacidades nos promovemos uns *workshops* que debatem determinados temas e sobre outros sobre os eventos que eles gostariam de desenvolver. Daqui surgiu a proposta de gostarem de ter dança nascendo aí o grupo de dança de modo a satisfazer esta vontade. Temos abertura para falar com os jovens e toda a direção e técnicos está aberta a falar com os jovens que frequentemente fazem as suas reivindicações, muitas vezes que ouvem em casa, sobre os transportes, as mensalidades. Também ainda há uma tendência de sobrecarregar a instituição que são das famílias. Ainda agora em parceria com uma farmácia e com o apoio da Câmara fizemos um evento para angariação de fundos onde os próprios encarregados de educação se envolveram pois a atividade foi num domingo e as famílias ficaram encarregues de trazer os utentes, nem todos vieram porque os pais nem sempre se mobilizam. Foi também uma ação pedagógica que estimule o envolvimento das famílias e da comunidade.

156 **P. Se se pudesse influenciar, pedir, exigir, alguma coisa que fizesse**
157 **mudar ainda mais o sítio onde vive para que ele fosse um lugar mais**
158 **amigável mais inclusivo para as pessoas com limitações. O que seriam as**
159 **suas principais sugestões?**

160 R. (silêncio) Olhe uma das coisas que seria interessante seria a criação
161 de um parque com equipamento adaptado para as pessoas com necessidades
162 especiais. Um espaço verde com equipamento para que as pessoas com
163 limitações possam usufruir, como já vi no estrangeiro. Neste momento era de
164 continuar o apoio financeiro à instituição para o lar residencial, pois é uma
165 grande preocupação das famílias. Também temos de encontrar soluções para
166 as férias dos nossos associados e o desafio era a criação de programas
167 inclusivos para uma parte do mês de agosto, através da utilização dos
168 equipamentos municipais onde se poderia desenvolver atividades comunitárias
169 que favorecessem a inclusão social.

Anexo 4.4 Entrevista ao Sr. B. Cidade B

(Dia 7 de julho)

Pergunta (P). **O que acha das condições (acessibilidades, transportes habitação apoios sociais) para a vida das pessoas que têm limitações de mobilidade na Cidade B. Como avalia a sua qualidade de vida nessa cidade?**

Resposta.(R). A cidade tem vindo a melhorar em alguns pontos, não é, em pontos mínimos que sejam há sempre uma ou outra coisa a melhorar. Penso que de uma maneira geral não tenho dificuldades de aceder aos espaços que frisou.

P. No seu quotidiano como é que as condições do acesso ao seu trabalho, a circulação da sua cadeira de rodas na sua habitação, como é que esses aspetos são resolvidos?

R. A minha situação quanto ao trabalho por exemplo tem todas as condições para exercer as minhas funções sem qualquer problema de limitação. Na habitação também pois ainda há pouco tempo pus um elevador de escada, ou seja um elevador para cadeira de rodas, digamos que foi uma das condições que era necessário, consegui pôr, está resolvido. Efetivamente, dentro daquilo que me é disponibilizado tento ter a minha maior independência.

P. Sr. B e quanto às questões do transporte?

Eu não sou, como ei-de dizer, não sou cadeirante diariamente, pois só utilizo a cadeira para grandes distâncias. Tenho alguma mobilidade embora reduzida, ou seja, ainda caminho de pé utilizo só a cadeira em situações em que tenha que caminhar em grandes distâncias.

P. Houve oportunidade de passar nas cidades do estudo um questionário em que se perguntava-“ Se tivesse que classificar a sua cidade, tendo em conta o nível de inclusão social, como o faria na seguinte escala: nada inclusiva, pouco inclusiva, moderadamente inclusiva ou muito inclusiva”. Na sua cidade quem respondeu ao

30 **questionário classificou a cidade como muito inclusiva. Se o Sr. tivesse**
31 **que responder como o faria?**

32 R. Bom, responderia exatamente da mesma maneira “muito inclusiva”.
33 Há algumas limitações mas felizmente não são muito notórias, ou seja, houve
34 uma mudança, houve uma preocupação pelas pessoas responsáveis a tentar
35 que dar acessibilidade a todos. Esta é a minha opinião, embora é claro, há
36 sempre um aspeto ou outro que pode ser melhorado. Agora, efetivamente o
37 nosso dia-a-dia, relativamente há uns anos atrás, está mesmo muito bom.
38 Muito diferente. Os nossos responsáveis, os nossos Presidentes trabalharam,
39 efetivamente, nesse sentido de dar uma igualdade de oportunidade para todos
40 na mobilidade, sem dúvida.

41 **P. Quais têm sido as maiores preocupações do município nas**
42 **políticas que levam a cabo na gestão da cidade, tendo em vista a**
43 **facilitação das condições de vida das pessoas que sofrem algum tipo de**
44 **limitação ou de necessidade? Quais seriam as áreas que o Senhor**
45 **destacaria como aquelas em que se tem trabalhado mais, onde se têm**
46 **produzido mais mudanças como estava a referir?**

47 R. Olhe por exemplo na educação. Podemos falar até da escola onde os
48 nossos autarcas têm trabalhado para que todos possam ter direito a uma
49 educação de igual para igual para que não fiquem excluídos. Temos as nossas
50 escolas todas acessíveis foi uma grande mais-valia.

51 **P. Acha que isso se deve mais às políticas locais ou às leis e**
52 **políticas nacionais. Acha que isso se deve mais as preocupações dos**
53 **autarcas na promoção das políticas locais ou às leis do estado central?**
54 **Nas transformações a que se referia quem tem contribuído mais as**
55 **autarquias ou o estado central?**

56 R. A minha opinião é esta- acho que os municípios, também com a ajuda
57 dos governos centrais são uma peça fundamental, pois o município acaba por
58 estar mais próximo das pessoas e acompanhar o caso mais de perto. O
59 município tem estado sempre ao lado das pessoas e sempre a tentar, por
60 vários meios, combater as várias barreiras que vão existindo.

P. Como dizíamos há sempre coisas a melhorar. No seu entender o que ainda era necessário melhorar na sua cidade?

R. Por exemplo podemos falar ainda em coisas básicas o acesso ao multibanco, o acesso às lojas e aos cafés que são lugares de encontro e convívio. Fazia aqui muita falta a sua rampa a condição para um fácil acesso. Isso já está para além da autarquia embora se tente sensibilizar era necessário melhorar essas situações. Eu noto que um estabelecimento, todas as lojas deveriam ser obrigadas a ter acessibilidade. Ainda não podemos dizer que todos os espaços estão adaptados é ainda preciso nessas situações, uma ou outra, pois termos os nossos direitos de escolher o seu café onde quer ir e de circular sem discriminação. No fundo se não tiver a acessibilidade adequada isso é uma forma de discriminação não direta mas não deixa de ser discriminação. Era desejável que isso fossem cada vez mais situações pontuais aí na nossa cidade.

P. Quer destacar alguma situação de um grande incentivo, uma grande transformação que tenha conseguido alterar as condições existentes?

R. Sim. Por exemplo o rebaixamento dos passeios, os lancis. Isso foi um grande esforço da nossa autarquia. Hoje está amplo houve uma preocupação muito determinada nesse sentido. Também as escolas a preocupação foi de garantir uma qualidade igual para todos, cidadãos com mobilidade reduzida, não tenho qualquer dificuldade de me mover aqui na escola onde trabalho.

P. Fale-se muito da participação dos cidadãos nas decisões da administração. Como vê o nível de participação das pessoas com necessidades especiais na sua cidade?

R. A autarquia tem espaços disponibilizados para que as pessoas exponham os seus problemas. As pessoas dirigem-se à autarquia e expõem as situações e as pessoas responsáveis mais ligadas estão empenhadas em ir ao encontro das necessidades apresentadas, neste caso das pessoas com mobilidade reduzida. Existe uma grande proximidade.

P Já teve assim alguma experiência concreta de levar os seus problemas?

R. Eu pessoalmente nunca me dirigi e expus a minha situação mas efetivamente não me parece haver algum problema em falar, aliás eu estar a trabalhar num local que foi totalmente preparado é exemplo da atenção particular que se dá aqui a estas situações sem qualquer constrangimento ou sem qualquer barreira.

P. Considera em termos mais gerais e mais particularmente na sua cidade considera que em relação aos direitos estão a ser levados em contas.

R. Sem dúvida, mesmo, porque aqui estamos a ser respeitados como outra pessoa qualquer. Não tenho sentido grandes dificuldades por vezes noto que existem pessoas que dificuldade um bocadinho. De fato nem todas as pessoas conhecem os problemas, nem por vezes tem sensibilidade para os problemas dos outros. Pode ser por desconhecimento, Devemos tentar que os outros sejam corretos e solidários e quando isso não acontece também devemos saber contornar a situação. As pessoas por vezes não têm conhecimento suficiente para lidar com a diferença. Costumo dizer que a minha diferença está à vista e por vezes as pessoas pensam que somos todos iguais mas na verdade, se virmos bem, todos nós temos limitações, seja ela qual for.

P. Se se pudesse influenciar, pedir, exigir, alguma coisa que fizesse mudar ainda mais o sítio onde vive para que ele fosse um lugar mais amigável mais inclusivo para as pessoas com limitações. O que seriam as suas principais sugestões?

R. Isso passa por, o meu concelho que já o faz, mas gostaria que fizesse mais para que não fôssemos vistos como pessoas com mobilidade reduzida ou até com uma deficiência com um grau mais elevado, mas que todos nós temos direito a viver independentemente de sermos altos baixos, magros ou gordos. Nós somos pessoas como as outras. Gostaria que o nosso país que nos visse como pessoas normais e que os meus colegas tivessem mais oportunidades. Temos todos que lutar pelas coisas, termos de ser capazes, mas que nos deem

122 uma oportunidade. Temos de fazer ver a sociedade que estamos cá e que
123 temos os nossos direitos e os nossos deveres. Temos de ser tratados de igual
124 para igual

125 **P. Que coisas práticas se poderiam fazer para alcançarmos esse**
126 **grande objetivo?**

127 R. Olhe devia ser obrigatório, de lei, as pessoas com necessidades
128 especiais participarem em tudo, ou seja, para a incluirmos no nosso mercado
129 de trabalho, na nossa sociedade, pois na maioria das situações as pessoas
130 com estes problemas ficam logo ali de canto só vai até um certo patamar. O
131 que interessa é abrir todas as oportunidades igualdades para todos. Não
132 facilitarmos, dar oportunidade todos nós estamos à prova temos que passar por
133 todos os requisitos e não ficar só por ali, não devemos a partida ficar à parte.
134 Não falo por mim estou a falar no geral de colegas, eu não sou mais nem
135 menos, o que gostaria de ver era igualdade para todos. Nasci com esta
136 mobilidade reduzida mas não me considero mais ou menos que outra pessoa
137 qualquer.

Anexo 4.5. Vereadora – Cidade X

(Dia 20 junho 2016)

Pergunta (P.) - **Portanto estamos aqui nesta magnífica cidade para entrevistar a senhora vereadora acerca do potencial da Cidade X como cidade inclusiva. Observamos um conjunto de projetos de ações que no fundo se preocupam com a cidade, com as pessoas com necessidades especiais, básicas e do cotidiano no fundo a primeira questão que eu gostaria de colocar à Sra. Vereadora quais as questões que considera mais relevantes e que têm desenvolvido para conseguir alcançar resultados.**

Resposta (R.). Desde logo desenhámos para o território, de resto sufragado, a atenção a todos os cidadãos e as suas características. Quando falamos de políticas de inclusão temos de ter presente o sentimento de incapacidade entre os valores de inclusão que a sociedade promove e as características da diversidade de pessoas que habitam numa área geográfica. O essencial e desde logo ao nível do espaço público é fundamental criar condições para que todos possam efetivamente circular para poder fruir dos espaços. Para isso da parte do município criámos um Plano de Acessibilidades que visa remover as barreiras arquitetónicas e todos aqueles obstáculos que dificultam a vida das pessoas portadoras de determinadas características, inclusivamente contatando com a colaboração de pessoas, elas próprias com este tipo de dificuldades no dia-a-dia. Em paralelo é feita uma sensibilização para os técnicos do município por forma a que quando apresentam propostas consigam olhar na perspetiva dessas pessoas e não apenas *com o olhar das pessoas ditas normais*, articulamos com a área de serviço social e também com entidades privadas Dentro do nosso Plano de Acessibilidades contemplamos o trabalho de sensibilização de todos estes agentes e atores para o facto de terem uma visão diferente relativamente ao planeamento do desenho e planeamento, mas também a consequência de realizamos ações que visam percorrer o espaço público por parte de diferentes pessoas na perspetiva de uma cadeira de rodas, a este nível temos resultados muito positivos, inclusive mobilizando novos presidentes de juntas e autarcas em

reconhecer que através da experiência se percebe melhor a intervenção especial, por vezes alguns milímetros ou centímetros fazem toda a diferença para algumas pessoas que se deslocarem no espaço público. Isto parece-nos essencial para o espaço público, quantas mais pessoas diferentes andam na rua, então o município está a trabalhar em prol da inclusão de pessoas com estas características. Se não estão a circular no espaço público então significa que algo está errado e não estamos a criar condições universais para todos. Paralelamente temos vindo a desenvolver a criação de estruturas específicas e direcionadas para pessoas que têm problemas físicos, outro exemplo é o gabinete de apoio criado a partir de um trabalho de diagnóstico participativo para conhecer a realidade do cidadão invisual ou com baixa visão. Criamos uma plataforma com pessoas com estas características e que colaboram neste processo, assim como, estabelecemos um protocolo com a ACAPO.

P. Sra. Vereadora, este gabinete é municipal?

R. Sim é. Na altura, em 2013 fomos contactados por uma pessoa que estava a fazer um trabalho académico com interesse em estudar esta realidade e a partir desse trabalho académico que se situa numa fase seguinte nós criamos a sua resposta, o diagnóstico. Fazemos treino especializado para a vida diária precisamente por técnicos, temos computadores que são adequados às pessoas com essas características, fazemos formação na área das TIC, desenvolvemos um conjunto de sensibilização para os invisuais e de baixa visão para que possam participar na vida social e cultural da comunidade. No âmbito do nosso programa cultural é desenvolvido no âmbito um programa cultural em que as pessoas possam frequentar instalações museológicas para assistir a concertos de música popular e cultural, por forma a proporcionar-lhes bem-estar social e não apenas uma dimensão existencial, que é importante sem dúvida, mas que de outra forma a intervenção do gabinete de atendimento que faz parte de uma rede nacional, também presta apoio a pessoas ditas *pessoas portadoras de deficiência ou preferencialmente pessoas com necessidades especiais*, temos duas estruturas ancora que atuam nesta área. A dimensão simbólica de deficiência brincando com a palavra deficiência como fundo da eficiência, tais ações também são focalizadas nas escolas que fazem

parte *cardápio* de ações do serviço educativo das escolas e com a AP que colabora nestas ações, portanto é uma instituição de referência trabalhar em parceria connosco. Para além de sensibilizar a comunidade para a sociedade em que vivemos e onde todos encontram o seu lugar, também realizamos o desenvolvimento social de programas e de organizações culturais locais que são introduzidos na realização de experiências a nível da dança inclusiva comunitária e tem sido de fato experiencia bastante extraordinários com resultados incríveis que foram objeto de apresentação bailarinos profissionais portadores de deficiência construíram espetáculos através da partilha entre comunidade e também ao nível dos equipamentos culturais desenvolvemos um programa regular *sentir-se especial* cinema para crianças e famílias de crianças portadoras de necessidades especiais que envolve a biblioteca e o cine- teatro, música, artes performativas de modo a envolver estas famílias no serviço educativo onde também participam famílias de *crianças ditas normais*. Estes eventos culturais como é o caso do teatro cine na sua programação contempla propostas que sensibilizam a questão da diferença, por exemplo o espetáculo da cantora *careca* realizada por um grupo de pessoas com necessidades especiais são epicentros de propostas que mostram de uma forma positiva o que as pessoas portadoras de deficiência são capazes de fazer e isso é muito importante na programação de novos equipamentos, os quais também estão direcionadas para crianças e jovens portadores de necessidades especiais, nós inclusive temos uma parceria com o Brasil produzido por um coletivo de artistas brasileiros e de Cidade X onde se realizam ações dirigidas a crianças e jovens portadores deficiência. No desenho da cidade incluímos sempre as artes plásticas nesta dimensão.

P. – E a ANACED, Associação Nacional de Arte e Criatividade para as Pessoas com Deficiência é uma parceira de sucesso neste processo?

R. Sim, estamos inscritos no sítio do diretório da ANACED, também trabalhamos com a CRINABEL com objetivo a nível cultural de criar música de dança inclusiva como um profundo resultado deste trabalho colaborativo entre docentes, apoiamos em termos logísticos e financeiros porque acreditamos que são muito importantes, mais que palavras e discursos políticos e a retorica

política que começam a perder a sua carga semântica o seu poder transformador então achamos que outras formas de expressão como as artes têm um maior impacto. Outro exemplo, as pessoas ao assistirem, mostram o processo criativo e percebem claramente que é um espetáculo de pessoas com necessidades especiais, elementos de dor e de coração, portanto elas foram os coautores de um processo em que mostraram todas as suas capacidades.

P. Sra. Vereadora como avalia as reais capacidades dessas pessoas, numa lógica terapêutica e não numa lógica cultural quer dizer considerar que estamos a fazer um tratamento e não estamos a fazer um ato cultural e isto tem a uma diferença enorme, pois é uma área relativamente marginal uma vez que as pessoas têm pouca visibilidade como disse. O que é que houve aqui neste grupo de políticos com um programa eleitoral de um partido, segundo eu penso que está aqui há muitos anos. Como é que se transforma como desígnio político a inclusão com todas as consequências?

R. Exatamente. Em termos técnicos de facto existem princípios éticos que decorrem desde o início, associados a um território que nós queremos que seja um território inclusivo. As pessoas especiais que vêm de outra geografia, as pessoas que tenha uma orientação sexual diferente, pessoas que na sua diversidade possam encontrar nos seus territórios bem-estar e felicidade, isto é uma premissa. O potencial do nosso país, que eu acredito, está distante da visão colonialista e escravagista, verdadeiramente eu acredito que em Portugal temos aqui uma grande capacidade de integração do outro porque se nós podemos também retirar vantagens, por exemplo, temos um projeto *braindate* uma oferta turística qualificada e diferenciada trata-se de uma questão ética mas também uma questão de atratividade do território que nós queremos assumir como os instrumentos de planeamento estratégico temos vindo a desenvolver a importância de se pensar numa sociedade com todas as ações que têm vindo a ser implementadas, traduz também a realização de grupos focais na cidade, maior investimento no que diz respeito aos jovens e adultos com necessidades especiais, bem como realizar sessões que emanam desses instrumentos de planeamento, investir em áreas críticas e que eu acho

que o caminho a percorrer é o da integração profissional de jovens e adultos com necessidades especiais. Ao nível do município temos vindo a fazer um esforço social muito grande, somos muitos ricos no terceiro setor e também assumimos a responsabilidade social, no sentido de integrar pessoas com estas características a nível das empresas, neste domínio achamos que temos que investir num programa com empresas e há um grande caminho a percorrer, a assumir pelo município, pelas empresas e pelo estado central, mas para responder com sinceridade à sua pergunta que eu diria que no fundo a esta constelação de fatores existe neste momento um compromisso com o princípio da participação no âmbito orçamento participativo que foi um dos mais votados, criar um espaço para pessoas especiais e portanto esse processo de conscientização tem ganho com isso, as novas dinâmicas de participação gerais no orçamento participativo, os instrumentos de planeamento estratégico e a relação à população eu diria que é um misto entre as razões que tem convertido para a importância que nós conferimos a esta atividade de rede e de cumplicidade.

P. O nível de participação efetiva das pessoas com necessidades especiais neste processo como é que acontece, em que momentos, se existe algum fórum que a câmara constituiu, como falou no fundo como é que chegam até as pessoas que muitas vezes estão ocultas excessivamente do município, que fazem para revitalizar essa participação como é que isso tem acontecido e que resultados têm tido?

R. Ao nível do gabinete apoio temos funcionários que experimentaram este trabalho com esses problemas e necessidades, estão intimamente ligadas a esse projeto, parte ativa desse projeto é a sua participação nas decisões que nós. Depois comecei há pouco quando elaboração dos nossos instrumentos de diagnóstico conhecermos melhor as pessoas portadoras de deficiência e famílias com crianças e jovens portadoras de deficiência. Através do Diagnóstico Social, grupo focal que convida famílias com essas características para participarem com representação da AP.... Quando se chama o presidente da câmara por ter recebido através do projeto nacional quem são os processos que não tem vindo a ser desenvolvidos no âmbito da intervenção temos uma

161 equipa de intervenção precoce e um grupo de pais criado e pela câmara e
162 AP... que regularmente dá apoio ao plano de formação e capacitação que é
163 desenvolvido e também nos fazem chegar as suas preocupações.

164 **P. E depois como é que isso é trabalhado? Vai para o plano plurianual de**
165 **atividades do município?**

166 R. Tudo tem algum filtro que decorre das diversas acessibilidades que
167 estabelecem uma relação direta à área do desenvolvimento social que agrega
168 todas estas preocupações. Também se torna fundamental trabalhar na
169 educação com os atores educativos, onde *vamos beber* alguma informação e
170 qualidade que convergem para o plano integrado que pretendemos
171 desenvolver.

172 **P. Os técnicos municipais dessas áreas juntam-se para discutir, em**
173 **trabalho colaborativo, sistemática ou sectorialmente?**

174 R. Na fase da elaboração é sistemática mas depois é setorial. Quando fizemos
175 o primeiro perfil saúde uma das necessidades foi apontada como a importância
176 de diagnóstico das escolas da rede pública para perceber se estavam
177 capacitadas para receber as crianças com necessidades com NEE que
178 transitavam.

179 **P. E ao nível da mobilidade tem havido algum contato com uma**
180 **transportadora?**

181 R. Sim claro o “porta a porta” também. É importante que se faça transporte de
182 crianças e jovens e adultos com mobilidade reduzida para as escolas na lógica
183 da terapia. Pensei que a relação às terapias que nos têm o solicitado em
184 situações extremas, também querem vir a uma atividade cultural mas nem
185 sempre há transporte ativo mobilizado para trazer as pessoas.

186 **P. O concelho tem zonas rurais, isoladas. Avançando e caminhando para**
187 **o fim desta entrevista todos os vereador têm a mesma opinião, quais as**
188 **maiores dificuldades e obstáculos, que se continuasse a persistir e a**
189 **progredir, não esquecendo que existem aqui dificuldades, por exemplo no**
190 **questionário uma das dificuldades deste grupo é de 80%, as dificuldades**

financeiras as dificuldades relacionadas com a falta de comunicação com outros níveis da administração central de responsabilidades específicas no fundo aqui em Cidade X com este trabalho tão avançado como é que podemos caracterizar estas dificuldades e obstáculos?

R. As maiores dificuldades destas pessoas prendem-se com o seu crescimento profissional. e o seu percurso educativo e formativo. Como grande dificuldade eu acho que deveria existir uma plataforma entre os municípios, o terceiro setor e o estado, por forma a avançar com medidas claras ao nível da integração profissional de cidadãos com incapacidade especiais, as crianças e jovens estão perfeitamente protegidos no curso de integração, não obstante, depois quando terminam a escolaridade, temos problemas muito graves com as pessoas. As dificuldades que nós aqui temos assumido como prioridade pressupõem um grande investimento financeiro que tem de ser feito, tais como remoção de barreiras arquitetónicas, criação de um sistema universal, digamos assim, a nível de ruído do design do planeamento urbano policêntrico um grande investimento dos municípios tem de estar disponível, por exemplo fazer rebaixamento de passeios, colocar sinalética adequada, isto implica milhões. Conseguir resolver todos os problemas de uma só vez não é possível, porém temos de tentar uma mudança de mentalidade nos espaços público e privado para as pessoas poderem aceder aquele espaço. Julgo que há um grande caminho a percorrer na área da integração profissional, quanto ao caráter museológico, da arte contemporânea, etc, é outra coisa importante para estas pessoas com estas características para viverem de forma autónoma. Conseguir fazer com que o cidadão tenha ao seu alcance, dispositivos, desafios, mas tudo isto implica um investimento, embora eu gostasse que os passos positivos fossem para todas as pessoas, mais investimento tecnológico, por exemplo. Embora eu esteja muito satisfeita quando conseguirmos que efetivamente uma taxa de integração profissional de crianças e jovens alunos com necessidades especiais mais elevado eu fico muito satisfeita com o trabalho, mas este trabalho tem de ser realizado paulatinamente, construir ao nível dos serviços ativos, por exemplo do terceiro setor fazemos muitas atividades realmente para todos os públicos que é uma diferenciação que serve a cidade.

P. Qual é a responsabilidade deste caminho, nos passos para nas áreas de deficiência, mas também poderá no fundo ajudar o sistema universal?

R. O município tem de fazer parte das redes internacionais, colocar a mobilidade das acessibilidades é que é uma dimensão específica de regeneração urbana que hoje em dia se são aprovados e financiados têm que ter essa dimensão, a dimensão da universalidade do design inclusivo, verifica-se que começa a existir uma pressão para que o mesmo seja impelido a fazê-lo. Depois, passar o discurso à prática porque o discurso do ponto vista conceptual pode ser adequado mas se não tiver uma abordagem prática não faz sentido. Avaliação do impacto destas ações.

P. Vereadora qual é o cruzamento entre a inclusão e a cidade educadora a partir desta mudança que está acontecer quais são os pontos de convergência reais?

R. Uma cidade não pode ser uma cidade educadora efetivamente se não tiver uma matriz de princípios de inclusão na sociedade/comunidade que integre a diferença. Procedimentos em criar contextos, enquadramentos para normalizar a diferença porque se for normalizada não vemos aquela pessoa como deficiente. Se aquela pessoa faz o seu dia-a-dia dia sem precisar que alguém a tenha que levar ao colo situações constrangedoras. Uma cidade que é uma cidade que integra verdadeiramente a diferença que acontece na cidade educadora tem de veicular estes princípios.

P. Temos a colaboração dos vários serviços a colaborar com esta questão?

R. Na educação temos essa premissa que tem no fundo este este grande objetivo que também é promover a educação e a inclusão das práticas artísticas. De facto é uma vertente que temos cada vez de explorar mais e experimentalmente dar alguns passos nesse sentido,

P. A técnica que preencheu o questionário, na última pergunta, se estivesse a classificar a sua cidade tendo em conta a inclusão social acha que a sua cidade é muita inclusiva, pouco, modernamente ou nada, a

Tânia penso eu que preencheu o questionário disse que é uma cidade muito inclusiva a Vereadora identifica-se com esta resposta?

R. Sim, estou muito satisfeita com essa resposta mas tenho consciência do caminho a percorrer. Por exemplo este fim-de-semana nas praias acessíveis introduzimos uma aplicação inovadora para os daltónicos, a aplicação do código ColorADD.

Para os daltónicos que circulam na rua, as cores, os recipientes do lixo, a reciclagem são desafios que existem, mas o que me preocupa mais são os desafios que ainda existem, temos de dar prioridade a estes eixos, na circulação dos parques e jardins e em diversos lugares da cidade. Fico muito satisfeita por ver pessoas diferentes partilhar espaços públicos, de fato, é um indicador de que estamos a contribuir para uma cidade inclusiva. Se não se vê esse indicador, por exemplo atividades para crianças onde estão pessoas diferentes então é o início que nós somos verdadeiramente inclusivos, porque é através desta convivência e familiaridade que de facto estamos verdadeiramente a criar inclusão e estas pessoas não estão afastadas, o que é uma diferença entre universidade. Não queremos criar grupos monolíticos que não se encontrem.

Os grandes desafios que existem remetem para a aprendizagem ao longo da vida dos cidadãos portadores de deficiência especial, têm que ter um curso de aprendizagem de vida, mas também isto é que é um desafio, pois não é só sair da escola e depois fazemos a integração profissional. Cooperação com as escolas, tentar criar consciência e a pouco e pouco desenvolver um projeto de um concurso de empreendedorismo social em que um dos objetivos e descritores da inclusão são as pessoas com necessidades especiais. Realizamos o jogo do município que é uma réplica do jogo do hemicíclo, utilizamos várias vezes esta temática, por forma a descontaminar inclusivamente programas para estas questões, disseminar e criar consciência. A própria Câmara integra pessoas com necessidades especiais, portanto tudo isto se faz como se faz numa sociedade mais inclusiva educadora

Anexo 4.6. Entrevista à técnica da Cidade X

(Dia 20 de junho 2016)

Pergunta (P.). **Em que medida é que o município tem tido uma atenção particular aos problemas das pessoas excluídas, especificamente as pessoas com necessidades especiais?**

Resposta (R). O nosso município tem uma atenção particular, além dos estudos que vamos fazer dos perfis de saúde e sociais em que os indicadores nos dizem que existem algumas necessidades específicas a colmatar. O município tem sido sensível a esta temática é parceiro de várias entidades que respondem a estes problemas, como tem tido uma abertura relativamente a estas questões.

Relativamente à deficiência visual foi criado um gabinete de apoio e que partiu de um professor que trabalhava diretamente esta área numa das escolas de referência desta área e que lançou o desafio de conhecermos a população cega e de baixa visão a qual respondemos com um diagnóstico em que se envolveu também a saúde, no âmbito do planeamento participativo chamámos as pessoas falámos com elas e definimos um conjunto de problemas a que era necessário dar resposta às suas necessidades. Em 2011/12 fizemos o diagnóstico e em 2013 abrimos este gabinete específico. Funciona em permanência tem cerca de 30 utentes com várias atividades: desde atividades da vida diária, sessões de orientação e mobilidade, formação em tecnologias de informação e comunicação, saídas culturais, encontros de reflexão temáticos.

P. Que outros projetos?

R. Outro projeto, coordenamos o sistema nacional de intervenção precoce, somos parceiros, antes de sair a lei em 2011 nós aqui no concelho já dinamizávamos a equipa numa necessidade que existia no nosso perfil de saúde em que se identificou a necessidade de uma consulta de desenvolvimento, chamámos os parceiros incluindo o hospital, mas não foi possível por constrangimentos financeiros, pois o município não podia assumir

31 financeiramente a contratação de neuro-pediatra. Mas localmente através da
32 parceria tentamos agilizar este trabalho.

33 Quanto a outro tipo de deficiência não temos uma resposta específica,
34 mas também temos um serviço de informação e atendimento, onde fazemos
35 atendimento, encaminhamento e facilitação com os parceiros mediante os
36 problemas que nos vão chegando. É um serviço municipal mas em parceria
37 com o Instituto Nacional de Reabilitação. Trabalhamos muito com a nossa
38 Associação AP... com quem realizamos muitas atividades ao longo do ano
39 conforme o nosso plano de ação no sentido da sensibilização e da formação
40 sobre as temáticas ligadas à deficiência.

41 **P. Sente no seu trabalho que há uma forte orientação política para**
42 **que estas áreas de trabalho progridam?**

43 R. De outro modo não era possível só com esta forte incidência é que
44 nós conseguimos avançar. De outro modo não teria sido possível montar o
45 gabinete mobilizar os recursos, a disponibilidade dos técnicos em estarem
46 presentes nestas parcerias. Tem havido de facto uma forte disponibilidade
47 política para trabalharmos esta área. Os cidadãos fazem-nos chegar as suas
48 necessidades, os técnicos fazem chegar aos decisores e os decisores, levam
49 em conta, e aprovam aquilo que é proposto.

50 **P. Como é que numa área tão transversal se tem organizado a**
51 **coordenação interna dos serviços que são necessários mobilizar?**

52 R. Tem sido um crescimento enorme, ao longo destes anos. Neste
53 momento já trabalhamos com os arquitetos, com os engenheiros, com os
54 geógrafos, com os urbanistas. Tem sido um caminho que temos feito, através
55 das ações de sensibilização. Temos confrontado estes técnicos com as
56 dificuldades que a população sente o que tem feito com que estes técnicos
57 também reflitam mais e se sensibilizem e se confrontem com estas questões.
58 Essencialmente nas acessibilidades, nós no dia Internacional da Deficiência,
59 com a associação AP.. e com utentes do gabinete de apoio à deficiência visual
60 colocámos estes técnicos e decisores também, vereadores, com bengalas
61 brancas, com cadeiras de rodas, canadianas a andar pela cidade num percurso

62 definido para eles perceberem as dificuldades que a população tem nesta área.
63 Fomos ver também algumas das soluções já realizadas e muitas delas por falta
64 do pormenor continuam a ter ainda algumas dificuldades. Falo dos
65 rebaixamentos dos passeios e sentados nas cadeiras de rodas sentiram essa
66 dificuldade.

67 Tentámos nestas ações mais transversais ou generalistas sensibilizar os
68 técnicos para as questões da arquitetura da estética, pois às vezes está muito
69 bonito mas tem que se conciliar com uma boa prática. O que temos tentado é o
70 desenho e a acessibilidade para todos. Se fizermos para todos não precisamos
71 de o fazer especificamente para cada um. Rebaixamentos dos passeios e a
72 identificação das passadeiras que é um projeto a ser desenvolvido e que cruza
73 muito com a pró atividade da cidadania das pessoas que temos trabalhado
74 muito essa questão. Serem cidadãos ativos e pró-ativos participando nas
75 atividades, pois muitas vezes estavam à parte e que um dos exemplos foi o
76 orçamento participativo em que um dos utentes do gabinete apresentou um
77 projeto relacionado com a identificação das passadeiras. Este foi um dos
78 projetos mais votado da mesa e depois apareceu na votação geral, mas não
79 chegou a ser escolhido na ranking final mas o executivo levou a sessão de
80 Câmara e foi colocado no orçamento para estar em execução. Isto para eles é
81 muito bom não estarem à parte, envolvê-los e fazerem parte de uma
82 sociedade.

83 **P- Considera que a cidade neste momento tem recursos favoráveis**
84 **à inclusão?**

85 R. Temos estado a trabalhar ao longo dos anos mas ainda faltam
86 algumas coisas e acabam sempre algumas coisas, nunca temos tudo feito, é
87 um processo. Na acessibilidade já foi feita muita coisa de fato já foi feito, os
88 cidadãos, os munícipes reconhecem isso mas há algumas coisas para fazer.
89 Há pormenores a melhorar conforme os contributos dados. A nível da habitação
90 fizemos um grande caminho pois vamos dando respostas às necessidades de
91 adaptações que nos são apresentadas. Já tivemos apoios financeiros para
92 ajudas técnicas específicas, a esse nível nós vamos dando os apoios sociais.
93 Em termos dos transportes escolares são assumidos na generalidade. Para os

adultos o “Porta a Porta” ainda não existe para todas as freguesias da cidade e um objetivo específico é tentarmos alargar e em termos dos transportes ainda temos que trabalhar mais. Como o município não gere os transportes públicos este é um recurso complementar, uma carrinha de nove lugares com possibilidades para duas cadeiras de rodas e plataforma elevatória. Chama-se “Porta a Porta” porque as pessoas marcam e vai buscar e levar ao seu destino faz um percurso tipo táxi é de facto as pessoas reconhecem a sua importância e a sua mais-valia. Não chega a todas as freguesias, neste momento só cobre as freguesias da cidade S. Pedro, S. João e Mata Cães, já vai alargando às franjas e aos utentes do gabinete temos uma resposta mais direta, pois eles têm muita dificuldade em se deslocar, sobretudo se ainda não fizeram treino de mobilidade e depois nas zonas rurais as paragens são distantes das residências É uma grande mais-valia e pensamos que o alargamento é essencial.

P. E o acesso ao desporto, aos tempos livres, às atividades coletivas, à cultura?

R. O nosso trabalho incide não em criar coisas novas mas no fundo as pessoas com necessidades especiais poderem participar, por exemplo no nosso teatro Cine disponibilizamos bilhetes, transportes, para alguns dos eventos nos nossos espaços. Nem todos tem acesso mas estamos a trabalhar nesse sentido sensibilizar as pessoas e facilitar a sua participação nas deslocções. Somos um território muito disperso e algumas freguesias ficam muito longe da cidade e portanto tentamos facilitar de modo a que as pessoas possam chegar até estes recursos.

P. Ao nível do emprego?

R. Em termos gerais a conjuntura não ajuda em nada. A percentagem de desempregados aumentos muito e claro estas populações mais fragilizadas mais difícil se torna, o município está a tentar com algumas empresas respostas ao nível do centro de emprego. O próprio município é empregador e dessa maneira tenta dar o exemplo no sentido de sensibilizar no sentido de

mostrar que estamos disponíveis e fazer com as empresas e os privados se mobilizem. Temos feito algumas ações de sensibilização e informação junto com o Centro de Emprego no sentido de divulgar os mecanismos junto das empresas no sentido de trazer também alguns testemunhos de casos de sucesso, mas é uma área em que temos muita dificuldade e que no atendimento temos muita gente à procura de ajuda, os pais dos jovens preocupados com a situação dos filhos que ficam em casa, alguns já trabalharam e ficaram algum tempo em estágios e depois vieram embora. É uma área que me preocupa muito é muito difícil.

P. Quais as respostas aqui no concelho para os adultos mais dependentes?

Temos o CAO (centro de atividades ocupacionais) na associação e têm também um lar que tem um projeto de ampliação pois já não corresponde às necessidades.

P. Sente alguma necessidade de conhecer melhor a realidade? Estudo diagnóstico?

R. Na deficiência visual nós fizemos esse estudo esse levantamento no caso para esse grupo específico. Para o restante grupo não temos dados concretos individualizados, isso não temos, mas temos conseguido superar vão-nos chegando informação através das entidades que estão no terreno.

P. Têm alguma forma de avaliar de forma sistemática os projetos e ações?

R. Temos algumas atividades em que passamos um questionário no final das atividades aos próprios destinatários. Fazemos neste caso avaliação direta com os participantes. No gabinete fazemos também uma avaliação final por parte de outras colegas, para não haver nenhum constrangimento e conversam no sentido de dar feed-back.

P. Face a essa avaliação o que acha que se poderia melhorar?

R. (silêncio) Existia um grande constrangimento nos transportes e neste momento isso está ultrapassado, está melhor, conseguimos dar resposta

consequimos melhorar. Depois, talvez na ocupação de alguns dos utentes do gabinete de apoio à deficiência visual, pois gostariam de ter mais ocupação. Estarem nalguma entidade ocupados, de se sentir úteis é isso que eles pedem. Nós já estamos a trabalhar no centro de emprego no sentido de serem integrados em algumas empresas. Nesta parte da ocupação.

P. Houve oportunidade de passar nas cidades do estudo um questionário em que se perguntava-“ Se tivesse que classificar a sua cidade, tendo em conta o nível de inclusão social, como o faria na seguinte escala: nada inclusiva, pouco inclusiva, moderadamente inclusiva ou muito inclusiva”. Na sua cidade quem respondeu ao questionário classificou a cidade como muito inclusiva. Se tivesse que responder como o faria?

R. (silêncio) É assim a nossa cidade pretende ser muito inclusiva, nós temos trabalhado para sermos muito inclusivos e vamos continuar a trabalhar. O mais importante que tem tornado isso uma caminho consistente é a vontade política. Se não existisse essa disponibilidade essa vontade em apoiar o que se propondo não conseguíamos. É a vontade política e os técnicos com muita vontade de propor a mudança.

P. E até que ponto a própria participação das pessoas tem contribuído para isso?

Tem incentivado muito e neste momento com o gabinete eu noto muito isso. O trabalho do gabinete e a proximidade com o poder político, que eles têm, já falaram com o Presidente e os vários vereadores em que os cidadãos com necessidades especiais têm podido colocar as suas preocupações, os seus problemas e as suas necessidades e ouvir o outro lado. O que é que foi feito, o que ainda não foi feito e porque é que não foi feito que possibilidade existe de vir a ser feito. Tem sido muito importante. Nós ao longo do desenvolvimento do nosso trabalho temos caminhado para uma aproximação entre todos: os técnicos, os decisores, e os cidadãos acima de tudo. Esta participação ativa dos cidadãos com necessidades especiais tem sido não só a mais-valia que os políticos dão às necessidades destas pessoas, porque é diferente o técnico expor do que eles próprios ouvirem isso diretamente dos interessados.

186 As nossas atividades tem proporcionado muito esse encontro essa troca
187 com os cidadãos e isso tem sido, pronto... temos trabalhado nesse sentido. Em
188 outubro do ano passado fizemos uma atividade muito significativa “o jantar às
189 cegas”. Todos jantaram de olhos vendados quem representou os políticos foi o
190 atual presidente, na altura vice-presidente, e vivenciou e para os cidadãos com
191 necessidades especiais isto dá-lhes um conforto extra, pois estávamos todos
192 em situação idêntica. Depois no final houve uma conversa entre todos, uma
193 reflexão final. Tem sido muito interessante este processo.

Anexo 4.7. Entrevista ao Presidente da Associação AP, Cidade X

(Dia 7 de julho de 2016)

Pergunta (P). **Qual é a avaliação que faz sobre as ofertas ou as condições que a cidade oferece às pessoas com necessidades especiais, tendo em conta a educação, os transportes, a acessibilidade, a saúde, etc?**

Resposta (R). Tem havido uma grande preocupação com esses aspetos da inclusão, houve a criação de um gabinete que possa responder a estas necessidades, também houve uma cooperação entre a Associação e a Câmara no sentido de haver uma articulação e um aconselhamento de modo a que se possa caminhar para que a cidade seja mais fácil para todas as pessoas com dificuldades. A nível da educação houve uma grande melhoria nos estabelecimentos de ensino, a nível dos transportes foi feito o “porta a porta” que é muito útil, mas peca só por ser na cidade o ideal era se se estendesse a todo o concelho, mesmo às zonas morais, foi já uma proposta que fizemos à Câmara para alargar esse transporte. A nível dos transportes públicos embora existam alguns adaptados para pessoas com problemas de mobilidade, mas efetivamente há muito a fazer nesse campo. A nível das acessibilidades têm sido melhoradas, existe um programa em que nós participamos no sentido de se transformar a cidade através de um Plano de Acessibilidades e nós consideramos que deverá haver um envolvimento da parte dos comerciantes para que possam também contribuir para que as pessoas com mobilidade reduzida possam usufruir das lojas de um modo mais acessíveis. Nem todos os edifícios são adaptáveis mas existe um trabalho a fazer.

P. No que diz respeito aos aspetos da cultura dos tempos livres do desporto?

R. Existe um programa nesta área que nós fazemos e organizamos com o apoio da Câmara, por exemplo organizamos um corta mato adaptado com o apoio da Câmara que também envolve as escolas e o grupo de voluntariado para a organização deste evento. Em termos culturais temos uma atividade cultural muito grande e [o município] disponibiliza sempre nestas atividades o

31 transporte e os bilhetes para poderem participar. Temos um grupo de dança
32 inclusiva com o apoio da Câmara, um grupo de teatro também.

33 **P. Houve oportunidade de passar nas cidades do estudo um questionário**
34 **em que se perguntava-“ Se tivesse que classificar a sua cidade, tendo em**
35 **conta o nível de inclusão social, como o faria na seguinte escala: nada**
36 **inclusiva, pouco inclusiva, moderadamente inclusiva ou muito inclusiva”.**
37 **Na sua cidade quem respondeu ao questionário classificou a cidade**
38 **como muito inclusiva. Se o Sr. tivesse que responder como o faria?**

39 R. Eu não diria nem moderadamente nem muito inclusiva ficava ali no meio,
40 para muito inclusivo ainda temos ali um hiatozinho. Ainda necessitava de algum
41 incremento, reconhecendo que tem havido um grande incremento mas ainda
42 falta alguma coisa.

43 **P. Acha que esse incremento se deve mais às políticas locais ou às leis e**
44 **políticas nacionais. Acha que isso se deve mais as preocupações dos**
45 **autarcas na promoção das políticas locais ou às leis do estado central?**
46 **Nas transformações a que se referia quem tem contribuído mais as**
47 **autarquias ou o estado central?**

48 R. Aqui poderá haver um misto. Mas acho que toda a dinâmica da cidade
49 quanto à inclusão tem a ver com as políticas locais. Enquadradas nas políticas
50 nacionais mas são as associações, é a rede social. É por uma dinâmica local
51 que as coisas funcionam e que aparecem os projetos e as ideias que embora
52 enquadradas nas políticas nacionais é mais vivenciado localmente.

53 **P. Dessas políticas locais gostaria de salientar alguma em particular que**
54 **tenha tido mais visibilidade, alguma área ou áreas mais privilegiada?**

55 R. Olhe dessas áreas a que tem tido mais destaque é a das acessibilidades.
56 Tem sido uma das áreas privilegiadas, por outro lado todos os projetos que se
57 têm desenvolvido com a nossa associação quer a dança inclusiva, quer toda a
58 área cultural e desportiva que são projetos com continuidade, não são feitos só
59 por fazer, há uma maturidade e, cada vez mais, estamos a melhorar esses
60 projetos.

P. Como é que avalia as mudanças que essas políticas têm trazido ao nível das famílias, das pessoas com necessidades especiais, ou seja, em que domínios a vida das pessoas tem melhorado?

R. Tem melhorado muito e nós temos tentado puxado as famílias para que tenham mais informação, sejam mais conhecedoras dos seus direitos, e sabem que têm alguém com quem podem trocar impressões. Fazemos reuniões de pais, na intervenção precoce, para debatermos problemas, para prepararmos, por exemplo a entrada na escola, tudo disso damos conhecimento dos seus direitos. Fazemos conferências e debates para que as pessoas tenham mais conhecimento, mais formação sobre as problemáticas. Existe essa envolvimento e também com a Câmara e as juntas de freguesia também fazemos melhorias nas habitações para que haja uma maior qualidade de vida em termos de acessibilidades. Existe mesmo um programa neste sentido da ação social e que há o apoio das autarquias com apoio técnico, com os materiais e a nossa assistente social faz todo o levantamento das condições de carência. Somos nós depois de detetado o problema que vamos ter com a Câmara ou com as Juntas para ver como conseguimos ajudar a resolver muitas destas situações. Resolvemos há bem pouco tempo a situação de um adulto com quase 50 anos que nunca tinha sido de casa e nós descobrimos a situação e conseguimos um apoio integrado na casa, na ocupação procurando sempre melhorar a qualidade de vida dessas pessoas, mobilizando as autarquias o estado central e mesmo as empresas locais. Empresas que colaboram com a nossa instituição, por exemplo, agora tivemos de pintar a nossa instituição e cada empresa colaborou pintando um dos edifícios. Outras oferecem equipamento desportivo para as nossas atividades. Temos boa colaboração quer a nível local quer a nível nacional. Temos uma parceria muito forte especialmente com o município.

P. Houve um tempo em que estas associações dedicaram muito no atendimento direto aos utentes, mas agora com a problemática dos direitos da participação na sociedade. No vosso caso em que medida evoluíram da dimensão da assistência para a dimensão da luta pelos direitos da participação, da sensibilização?

93 R. Nesta direção, que é recente, essa tem sido uma grande preocupação, no
94 sentido de nos abirmos ao exterior e quando isso acontece, as parcerias, a
95 solução dos problemas, obriga que as pessoas fiquem despertas para esta
96 situação: as famílias, a sociedade em geral e disso não abdicamos. É uma
97 dimensão do nosso trabalho, da Associação e iremos continuar essa dinâmica
98 que temos incutido aos nossos colaboradores de modo a que passeasse esta
99 mensagem

100 Na intervenção precoce chegava a altura da inscrição e os pais inscreviam na
101 escola, mas aí começavam os problemas: ou não havia acessibilidades, ou a
102 criança não podia ser inscrita, ou havia falha de equipamento e então, por
103 experiência própria, verificamos que isto tinha que ser trabalhado antes. Assim
104 em março começamos a trabalhar com as famílias e as escolas esta
105 integração, a entrada dos filhos na escola. A associação ajuda, mas também
106 procura uma responsabilização nos pais acerca dos direitos e que têm que ir
107 junto das escolas para preparar a entrada e se houver dificuldades cá estamos
108 para ajudar. Fomentamos também um encontro e um convívio anual para que
109 haja um conhecimento e uma troca de impressões. Temos dado alguns passos
110 largos nesse sentido da consciencialização dos direitos e deveres. Temos que
111 ir para além dos apoios internos e ir para o exterior e que as entidades oficiais
112 nos apoiem nesses domínios.

113 **P. Ao nível da participação identifica na sua cidade formas de auscultação**
114 **de participação das pessoas com necessidades especiais?**

115 R. Neste domínio ainda estamos numa fase embrionária, no início. Uma das
116 questões e uma das ações que temos é a de ouvir as pessoas com esta
117 problemática e que possam também elas possam intervir na sociedade,
118 mostrar as suas ideias, demonstrar e debater. Na associação estamos no
119 início, talvez na área da deficiência visual talvez isso esteja já mais avançado
120 [existe o núcleo da deficiência visual na câmara] mas da nossa parte estamos
121 empenhados para que isto seja aumentado e passe das intenções ao concreto.

P. Mesmo assim, como é que nesta cidade se passa das necessidades das pessoas para as autoridades locais, ou seja, como é que os próprios destinatários influenciam as decisões que são tomadas?

R. Existem as reuniões periódicas da rede social. Existe uma grande aproximação com a área social. Talvez falte um fórum mais formal para se debater, parece uma boa ideia para passarmos de uma dimensão mais informal para um espaço mais formal para discussão de temas, de problemas, de modo a trazer as pessoas à discussão. Era um passo que se deveria dar muito rapidamente aliás, esta situação já foi abordado e houve alguma recetividade.

P. No seu entender por que razão esta área das necessidades especiais e as políticas subjacentes tem sido uma opção do município?

R. Isto tem a ver com o fato das mentalidades políticas do anterior executivo, havia um Presidente de etnia cigana tinha muita sensibilidade para a diferença e a Vereadora, efetivamente, é uma pessoa que tem muita sensibilidade para estas áreas, depois tem uma boa equipa em que uma das técnicas também tem uma filha com deficiência e portanto são pessoas que sentem os problemas. A cidade ganhou com isso para além de que desde há muito que é sempre a mesma força política o que tem assegurado alguma continuidade das políticas. Sempre houve o cuidado da Câmara em colocar alguns colaboradores com deficiência. Tudo isto contribui para essa sensibilidade e a própria auscultação dos problemas. Tem sido uma mais-valia. Em síntese uma grande sensibilidade para o social, uma grande convicção política e aliado a tudo isso a uma boa equipa.

P. Se se pudesse influenciar, pedir, exigir, alguma coisa que fizesse mudar ainda mais o sítio onde vive para que ele fosse um lugar mais amigável mais inclusivo para as pessoas com limitações. O que seriam as suas principais sugestões?

R. Teria que haver um grande trabalho com as empresas no sentido de receberem colaboradores com necessidades especiais. Ao nível do emprego precisávamos de fazer algo mais. Ao nível das acessibilidades deverá haver um incremento em termos do orçamento camarário, mais recursos, no sentido

153 de que fazer ainda o que falta. Incrementar esse trabalho na área rural, dando
154 alguma melhoria às pessoas que aí vivem. Temos muitos utentes da zona rural,
155 são a grande maioria seria necessário identificar as zonas de maior
156 concentração e em cada ano fazer alguma coisa com as Juntas de Freguesia
157 ao jeito de um orçamento participativo. Também na área do desporto adaptado
158 poderíamos ir mais longe por via do potencial inclusivo dos desportos coletivos,
159 poderíamos envolver os diferentes clubes e associações, para além de ser
160 necessário adaptar os equipamentos desportivos que possibilitem esta área de
161 trabalho

Anexo 4.8 Entrevista ao Sr. L, Cidade X

(Dia 29 junho 2016)

Pergunta (P). **O que acha das condições (acessibilidades, transportes habitação apoios sociais) para a vida das pessoas que têm limitações neste caso visuais na cidade Como avalia a sua qualidade de vida nesta cidade?**

R. No âmbito dos transportes eu acho que as coisas ainda ficam muito aquém. Os motoristas dos transportes ainda não respeitam uma regra básica que os deficientes visuais utilizam que é meter a bengala numa determinada posição para eles pararem e que é a única maneira de eles pararem para podermos perguntar para onde vai o autocarro para tal ou para tal sítio. A pessoa se estiver numa paragem eles não para. Em termos de acessibilidades para as cadeiras de rodas também os transportes não funcionam existem poucos autocarros com plataformas querem ir a Lisboa ou a qualquer lado e não conseguem. Existe entretanto aqui o transporte “porta a porta” sei que tem sido um serviço muito utilizado pelos invisuais e pessoas em cadeiras de rodas que utilizam para ir às compras, irem ao médico é difícil sem esse apoio. A pessoa quer ir ao centro de saúde telefona requisita o “porta a porta” há hora combinada está lá. Em termos de cadeira de rodas tem uma plataforma elevatória e pode assim desloca-se de forma mais autónoma.

P. No que diz respeito à acessibilidade no espaço público?

R. Tenho sentido muito a melhoria do que se está a fazer e tenho feito pressão com o Senhor Presidente e Vereadores e eles estão abertos às ideias com bom agrado. Queríamos as coisas mais rápidas mas lá se vão concretizando. Apresentei o projeto no orçamento participativo para se fazer a identificação das passadeiras para invisuais. A pessoa vai no passeio na direção das passadeiras e pisa-se um determinado piso diferente, uma faixa e isso encaminha a pessoa até à passadeira. Não é para a cidade toda que sabemos que não há dinheiro para tudo, mas se fizerem esta parte central já ficamos muito contentes. É o eixo central da cidade que engloba os bombeiros,

31 o tribunal, o jardim da graça, a praça 25 Abril, a estação dos comboios e o
32 hospital.

33 **P. O que acha que no espaço de uma década se alterou aqui**
34 **significativamente para a melhorar a qualidade de vida das pessoas com**
35 **necessidades especiais?**

36 R. Se calhar tudo o que se tem feito no espaço público, rebaixar os
37 passeios, pois há uns anos atrás não existia nada disso

38 **P. Houve oportunidade de passar nas cidades do estudo um**
39 **questionário em que se perguntava-“ Se tivesse que classificar a sua**
40 **cidade, tendo em conta o nível de inclusão social, como o faria na**
41 **seguinte escala: nada inclusiva, pouco inclusiva, moderadamente**
42 **inclusiva ou muito inclusiva”.** Na sua cidade quem respondeu ao
43 **questionário classificou a cidade como muito inclusiva. Se o Sr. tivesse**
44 **que responder como o faria?**

45 R. Se calhar moderadamente. Ainda há muita coisa a fazer, alguma
46 coisa já foi feito, outras estão a fazer-se mas ainda muitas coisas a fazer.
47 Eliminação dos obstáculos nos passeios. Eliminar os obstáculos muitos não se
48 conseguem eliminar, não se pode eliminar tudo, mas existe uma má utilização
49 dos passeios para colocar pines. Isso não funciona bem, mas se temos vindo a
50 tirar obstáculos como sejam os automóveis estacionados, mas o pines
51 continuam pô-los e não deviam pôr nem um. Os cidadãos deviam ter
52 consciência de não estacionar em cima dos passeios, pois isso vai implicar
53 colocar os pines metálicos ou os blocos em pedra que funcionam com
54 perigosos obstáculos para as pessoas invisuais. Para quem vê pouco não faz
55 contraste a pedra é a branca a calçada é branca e ali há qualquer coisa que
56 não está bem. Os arquitetos também não estão sensíveis, pois em vez de um
57 bloco branco poderiam colocar de outra cor. Tem que haver contraste, se
58 houver contraste forte a pessoa com baixa visão já deteta bem.

59 **P. Se pudesse influenciar as políticas que estão a ser desenvolvidas**
60 **tendo em conta a melhoria da vida das pessoas com necessidades**
61 **especiais. Quais destacaria como as mais necessárias e prioritárias?**

R. Na mobilidade os acessos como já foi falado atrás. Lancis rebaixados, os passeios lisinhos, retirar os obstáculos dos passeios. Se tiver que haver obstáculos retirá-los de perto das paredes pois o cego anda melhor junto a parede e não deve encontrar obstáculos como é o caso das papeleiras que nos causam muitas dificuldades. Já que temos sinalização vertical e dessa não nos podemos livrar que se coloquem esse mobiliário nesse alinhamento. A pessoa que vai no passeio já sabe que junto à parede não está lá nada, já se circula bem

No âmbito dos transportes a política deveria ser transportes acessíveis para toda a gente. Plataformas, autocarros baixinhos.

P. Acha que o que se está a fazer aqui se deve mais às políticas locais ou às leis e políticas nacionais. Acha que isso se deve mais as preocupações dos autarcas na promoção das políticas locais ou às leis do estado central? Nas transformações a que se referia quem tem contribuído mais as autarquias ou o estado central?

R. Sem dúvida as autarquias locais. Porque a autarquia está mais junto ao cidadão e têm mais acesso aos decisores políticos. O cidadão quando sente alguma necessidade é a autarquia que se vai dirigir. Não se vai dirigir ao poder central que não tem resposta. Sou natural de uma localidade que dista daqui sete quilómetros e passa lá a nacional e não faz sentido como os meus problemas atravessar aquela estrada sem sinais luminosos e depois de muitos esforços junto das entidades não metem lá os semáforos.

P. Acha que as organizações e as pessoas com necessidades especiais têm sido ouvidas e têm participado nas decisões tomadas pelos órgãos autárquicos.

R. Não sei bem porque nunca participei. A única coisa em que tenho participado é desde que estou integrado no gabinete de apoio à deficiência visual, temos tido reuniões com vereadores e temos feito evento em que eles têm participado. Com organizações nunca participei. Aqui também lidamos com muitas pessoas com deficiência, neste momento cerca de 25 utentes que

participam periodicamente nos eventos. Temos tido reuniões e expõe os seus problemas que depois fazemos chegar à Vereação.

P. E as vossas sugestões têm sido levadas em conta?

R. Têm em algumas coisas. A pouco e pouco têm sido atendidas, queríamos mais depressa, mas também compreendemos as limitações. Já se alteraram os sinais de trânsito que estavam mal colocados. Fizeram algumas alterações a percursos pela cidade. Rebaixaram os passeios para as cadeiras elétricas. A pouco e pouco temos sido atendidos. Temos feito chegar opiniões e ideias a quem de direito.

P. Tem sentido que nesta comunidade os direitos das pessoas com necessidades especiais têm sido considerados como alguma coisa inalienável?

R. Eu creio que aqui temos sentido isso. Um dos exemplos foi a criação do “Porta a Porta” é um pequeno exemplo para as pessoas com deficiência e para as pessoas com mobilidade reduzida. Começou no centro histórico mas agora tem vindo a alargar a procura conforme os pedidos e a disponibilidade. É uma carrinha e um motorista o que queríamos era para o concelho todo mas quem sabe o projeto pode vir a ser alargado. Pontualmente também faz transportes ao nível do concelho, pelo menos para os utentes do gabinete isso acontece. Tem sido uma grande mais-valia.

Quem vai ao mercado municipal também tem um serviço de entregas em casa. É um serviço que a pessoa compra e depois o transporte leva as compras a casa. É a empresa municipal que gere os mercados que assegura isso. As pessoas com deficiência um idoso as pessoas com mobilidade reduzida não precisam de carregar com as compras. São alguns exemplos do que se tem vindo a fazer para assegurar o direito de acesso e a procura da independência de vida das pessoas com algum tipo de limitações.

P. Se se pudesse influenciar, pedir, exigir, alguma coisa que fizesse mudar ainda mais o sítio onde vive para que ele fosse um lugar mais amigável mais inclusivo para as pessoas com limitações. O que seriam as suas principais sugestões, as principais medidas a tomar?

R. Primeira coisa tem que haver dinheiro era eliminar as escadas que aparecem assim repentinamente nas vias públicas. São escadas que não fazem sentido lá estar. Nos passeios criar uma faixa lisinha para as cadeiras de rodas andarem muito bem. Alterar os passeios onde a calçada já está muito lisa o que faz as pessoas escorregarem e caírem. A eliminação dos obstáculos, uma limpeza dos obstáculos. A nível de estacionamento foi bom o que já fizeram, praticamente na cidade já não temos carros em cima dos passeios. Foi uma excelente organização o que fizeram, mas ainda existe ainda um sítio pontual ou outro. A nível de estacionamento foi bom o que já fizeram, praticamente na cidade já não temos carros em cima dos passeios. Foi uma excelente organização o que fizeram, mas ainda existe ainda um sítio pontual ou outro

P. Às vezes a pessoa até chega aos sítios, bibliotecas, o cinema, os serviços públicos mas depois lá dentro falta a acessibilidade? Aí também seria necessário mudar alguma coisa?

R. Por exemplo na biblioteca os áudio-livros, o leitor autónomo que digitaliza o texto e depois emite em voz, identificação dos pisos nos interiores como é caso dos centros comerciais. Era necessário uma pequena faixa para guiar as pessoas nos corredores, ou no edifício público das Câmara. É uma coisa simples que resolve muito bem estas situações. Basta uma pequena faixa no chão de 10 cm de material diferente para a bengala identificar. A pessoa anda maravilhosamente. Temos as rampas, temos as vias públicas adaptadas mas depois não temos meios, para com independência, nos deslocarmos no interior, ou mesmo usufruir dos serviços e dos bens existentes. Mesmo em caso de incêndio a pessoa que não vê não consegue encontrar a saída para a rua. A sugestão é que os projetistas tenham consciência e aceitem as sugestões de quem tem os problemas. Eles não aceitam a opinião de ninguém, são eles e só eles. Como é que se pode projetar degraus todos brancos sem contraste isso ignora as pessoas que não veem ou têm baixa visão.

ANEXO 5- ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS

Entrevista à Senhora Vereadora da Cidade B

Dimensão projetos inclusivos: Esta dimensão organiza a informação sobre os principais projetos inclusivos que se desenvolvem na cidade.

Operacionalização de categorias:

Inclusão escolar- Inclui-se nesta categoria a informação que demonstra que, num primeiro momento, a atenção para os projetos inclusivos foi centrada na escola;

Recursos inovadores- Nesta categoria está contida a informação que destaca alguns projetos de carácter inovador na resposta às necessidades especiais;

Banco de voluntariado- Nesta categoria está colocada a informação que dá conta de uma forma de mobilizar a sociedade civil para os projetos em curso;

Apoios sociais- Nesta categoria organizou-se a informação que dá conta das múltiplas formas de apoio aos projetos de apoio social e esta população;

Recursos comunitários- Nesta categoria arrumou-se a informação que descreve os vários recursos que a comunidade oferece em termos de infraestruturas a esta população;

Acessibilidades- Nesta categoria arrumou-se a informação recolhida que demonstra as várias dimensões da acessibilidade a que o município tem dado atenção: o espaço público, os transportes e a adaptação das habitações.

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Projetos Inclusivos	Inclusão escolar		“Durante muito tempo centrou-se muito a atividade no próprio apoio às escolas no sentido de que fossem salvaguardados os direitos e as melhores condições para que nas mesmas escolas as crianças com necessidades educativas especiais pudessem usufruir e houve aqui um trabalho ao longo dos anos”.
	Recursos inovadores	Snuzelen	“(…) inclusive uma sala snuzelen que continua aberta a comunidade, mas que esteve muito centrada na escola”.
		Daltonismo	“(…) adesão ao projeto colorADD para daltónicos. A situação é grave. Há no geral um desconhecimento desta situação, existem 10 % de daltónicos na população, sabendo, fizemos um diagnóstico a todos os alunos do ensino básico e secundário, obtivemos um conhecimento real deste conceito e por exemplo ao nível do apoio escolar a Câmara já atribui os lápis com esse código, portanto uma atenção para alguém que tem uma necessidade especial.
		Teleassistência	“(…) temos um projeto telexistência, de combate à solidão, na verdade é um acompanhamento das pessoas sozinhas com necessidades especiais”.
	Banco de voluntariado		“(…) o banco de horas do nosso voluntariado. Temos um conjunto de recursos para os projetos das nossas instituições”.

	Apoios sociais		“Têm as chamadas “ajudas técnicas” para as pessoas que precisam de nós, alias os municípios têm substituído a Segurança Social, por que se tivéssemos de dar o número de cadeiras de rodas elétricas, coletes posturais, comparticipação de óculos, próteses auditivas em casos muito excepcionais, parte dos apoios sociais que a câmara disponibiliza às pessoas com necessidades especiais”.
	Recursos comunitários		“A realidade mudou e a nossa filosofia também mudou Portanto ter em atenção os projetos que não são muitos mas são intensos pois são desenvolvidos por instituições, para além das escolas IPSS's, centros ocupacionais, um lar residencial para pessoas portadoras de deficiência, aberto com o apoio da Câmara ao nível da construção”.
	Acessibilidades	Edifícios	“Esta autarquia está muito atenta à inclusão social, implementando-a na reestruturação urbana, nos serviços municipais e fora dos serviços municipais, ao nível das empresas por forma a criar condições a estas pessoas, cadeiras de rodas, rampas de acesso, etc, porém ao nível dos serviços públicos todas as situações estão controladas. Fizemos uma grande campanha e houve uma grande adesão e isso transformou a cidade de modo a criar condições para as pessoas com problemas de mobilidade”.
		Transportes	“ (...) temos carrinhas adaptadas para alunos e utentes. Nós vamos muito para além disso e temos carrinhas adaptadas só para esse transporte que em casos necessários pode ajudar as instituições e as freguesias”.
		Habitação	“ Destaca-se na parte da habitação adaptada para pessoas com necessidades especiais, mas quem recorre são os que têm essas condições especiais”.

Dimensão políticas e práticas: Esta dimensão relaciona-se com as políticas e as práticas de implementação que têm sido seguidas na governança da cidade.

Operacionalização das categorias:

Visão ampla e global- Nesta categoria está contida a informação que demonstra de que a concepção da política inclusiva é muito ampla afirmando-se como uma ação global abarcando muitas áreas;

Entendimento das competências- A informação que está contida nesta dimensão revela que a gestão da cidade faz-se com um entendimento muito amplo e alargado das competências municipais;

Gestão dos recursos- A informação que diz respeito a esta categoria demonstra que a gestão dos recursos, nomeadamente financeiros, se faz em ordem das prioridades definidas e em algumas situações de forma contingente;

Princípios e valores- Esta categoria e a informação que lhe está associada revela que a política e as práticas seguidas na gestão da cidade seguem determinados princípios e valores como a igualdade de oportunidades e a equidade;

Parcerias- A informação contida nesta categoria revela uma gestão política que procura envolver os parceiros locais nas soluções dos problemas;

Formação e educação- A informação que deu corpo a esta categoria demonstra bem que um dos pilares fundamentais das políticas seguidas visa a formação e a qualificação das pessoas;

Internacionalização- A categoria internacionalização diz respeito à informação recolhida que revela que a política seguida é validada com a participação em fóruns internacionais como é o caso da Associação Internacional das Cidades Educadoras;

Modelo de liderança- Esta categoria organiza a informação que revela o modelo de liderança seguido na gestão política dos

processos que no caso valoriza muito a proximidade às organizações e aos problemas.

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Políticas e práticas	Visão ampla e global		<p>“ Com os parceiros cumprimos o nosso desígnio de que as pessoas vejam asseguradas as necessidades básicas e uma boa qualidade de vida, pelo que é necessário ir muito para além das necessidades básicas”.</p> <p>“ Fazemos sempre um esforço para inclui como é por exemplo o caso dos grupos de teatro em que este ano lançamos esse desafio uns podem subir o pano, outros fazem costura, cada um faz o que estiver ao seu nível mas participa”.</p>
	Entendimento das competências	Amplio	(...) sabemos que ao nível do Ministério da Educação as regras são apertadas, ignoramos algumas regras, temos carrinhas adaptadas para alunos e utentes”.
	Gestão dos recursos		“ O aumento da crise económica fez aumentar as necessidades e obrigou a aumentar o orçamento nesta área, mesmo quando tínhamos menos recursos, então isso implicou fazer opções e utilizar os mecanismos das alterações orçamentais para colocar os recursos onde mais faziam falta”.
	Princípios e valores	Igualdade de oportunidades	“ O nosso Presidente costuma dizer que não houve uma revolução mas que se fez uma rutura, houve continuidade política a força política é a mesma mas as opções foram muito centradas na qualificação e nas necessidades das pessoas”.
		Equidade	“ Quando se fala em necessidades especiais onde existe um problema temos de agir de forma diferenciada”.
	Parcerias		<p>“ É uma condição Sine Qua Non, se não tivermos este espírito de partilha, só temos a ganhar, até porque temos um papel determinante neste domínio”.</p> <p>“ Com os parceiros cumprimos o nosso desígnio de que as pessoas vejam asseguradas as necessidades básicas e uma boa qualidade de vida”,</p>
	Formação e educação		<p>“ Nos municípios de (...) recebemos os alunos e damos-lhes experiência profissional, muitos vão para o estrangeiro, por exemplo foram à feira de mobiliário de Milão, pagamos as propinas do curso (sejam carenciados ou não) a todos os alunos que se inscreveram, o curso é gratuito”.</p> <p>“ Penso que não há nenhum executivo camarário que não tenham estes objetivos e essa como missão. Todos apostam na igualdade de oportunidades e nas ferramentas</p>

			que lhe dão suporte. Aqui o que temos feito é uma grande aposta nas crianças e nos jovens”.
	Internacionalização		“ Nós entramos em 2007, eu não estava na altura, só entrei em 2009, penso que havia curiosidade e era desafiador desde o 1.º congresso das cidades educadoras”.
	Modelo de liderança		“ Para além dos meus pelouros sou presidente da CPCJ é algo que me fez conhecer melhor o território, as pessoas, situações onde ninguém sonha que existem estas situações, maus tratos, negligência, violência domestica”.

Dimensão dificuldades e obstáculos - Esta dimensão diz respeito à informação recolhida sobre a identificação das principais dificuldades e obstáculos à concretização da inclusão social.

Operacionalização de categorias:

Financeiros- Esta categoria diz respeito à informação recolhida e que releva as dificuldades financeiras;

Isolamento- Esta categoria diz respeito à informação que releva as dificuldades em atender aos grupos populacionais nas zonas mais isoladas.

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Dificuldades e obstáculos	Financeiros		“ Nenhum município nada em dinheiro mas temos de definir prioridades. A questão financeira é a principal, depois temos 89.000 habitantes num território 150.000 km2, mas se considerarmos que temos 4 cidades, o resto são áreas dispersas, o sul do Concelho é caso disso”.
	Isolamento		“ Temos por vezes dificuldades de chegar a todas as pessoas aos que estão mais isolados nas zonas mais rurais.”

Dimensão participação nas decisões - Esta dimensão diz respeito ao levantamento de informação sobre os modelos de governança, ou seja, de que modo as pessoas com necessidades educativas especiais participam nas decisões sobre os aspetos que lhe dizem respeito como cidadãos

Operacionalização das categorias:

Diagnóstico- Esta categoria valoriza a informação que se recolheu e que atribui à falta de conhecimento da realidade um maior envolvimento;

Rede social- Esta categoria diz respeito à informação que demonstra que a participação se faz ao nível dos grupos de trabalho da rede social;

Eventos- A informação incluída nesta categoria revela que os eventos organizados na cidade são também uma forma de participação das pessoas com necessidades especiais na vida da comunidade.

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Participação nas decisões	Diagnóstico		“ Este olhar mais atento à deficiência é mais recente que outras, houve contudo um espicaçar, quantas são, onde estão, que necessidades têm. Está a ser feito um diagnóstico na área metropolitana do Porto, poderá ser uma boa ferramenta. Este diagnóstico não está feito e é muito difícil acompanhar o que não se conhece”.
	Rede social		“ Existe um grupo de trabalho da deficiência física e mental, Associação Portuguesa Deficientes, instituições, salas de autismo, sala snozelen, a Segurança Social que vai pensando e projetando, envolvendo todos”.
	Eventos		“ Agora tivemos uma Mostra Associativa para além disso um desfile associativo, mas durante o dia foram passando animação de grupos ligados à deficiência, portanto incluir todos. Fazer com que as pessoas participem se estão escondidos então não há inclusão”.

Dimensão expectativas face à mudança: Esta dimensão relaciona-se com o levantamento das expectativas acerca do que são as áreas prioritárias que devem ser levadas em conta no prosseguimento do processo de inclusão social.

Operacionalização de categorias:

Atitudes face à diferença- Esta categoria e a informação associada facilita a compreensão de que uma dos aspetos mais valorizados no trabalho futuro deverá ser ter a inclusão presente em todas as dimensões da vida social;

Trabalho político- A informação contida nesta categoria demonstra que para se alcançar os ajustamentos necessário para uma

sociedade inclusiva é muito importante o empenho dos políticos nos processos de mudança;

Ações concretas- Esta categoria valoriza a informação contida na entrevista que vai no sentido de se passar de um discurso teórico a práticas sociais, dando-se o exemplo da transversalidade das áreas a envolver e do emprego, pela sua relevância para uma vida independente.

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Expetativas face à mudança	Inclusão como processo		“ A cidade é muito preocupada e proactiva para a inclusão, porem ainda temos um grande trabalho a fazer, na verdade, mas temos essa preocupação patente em todas as áreas. Em todas as áreas pensamos em todos os níveis de pessoas, focalizando-nos na inclusão”.
	Trabalho político		“ Adequar a realidade às necessidades o mundo que se tem de adaptar e não a pessoa que não tem essa possibilidade a fazê-lo”. “ As próprias famílias escondiam os seus deficientes durante décadas. Isto mudou radicalmente, mas ainda há um “olhar de lado” que é preciso dar normalidade e dar as mesmas oportunidades às pessoas, isso cabe aos políticos”.
	Ações concretas	Transversalidade	“ Fazemos sempre um esforço para incluir como é por exemplo o caso dos grupos de teatro em que este ano lançamos esse desafio uns podem subir o pano, outros fazem costura, cada um faz o que estiver ao seu nível mas participa”.
		Emprego	“ Na verdade ainda há um grande caminho a percorrer. Mas o que é preciso fazer é passar da teoria dos direitos à concretização dos mesmos como é o caso dos contratos de inserção e de emprego”.

Entrevista à técnica municipal da cidade B

Dimensão Problemas de exclusão – Esta dimensão diz respeito à percepção que a entrevistada tem acerca da atenção que o município tem prestado aos problemas da exclusão em particular das pessoas com necessidades especiais.

Operacionalização de categorias:

Necessidades especiais- Refere-se à percepção de que tem havido por parte do município uma atenção particular para com a população com necessidades especiais mais concretamente procurando adequar as respostas às necessidades específicas;

Apoio nas parcerias- Esta categoria diz respeito à informação que expressa o fato de se desenvolverem um conjunto de soluções para os problemas muito suportadas nas parcerias locais;

Atenção ao contexto- Esta categoria reúne a informação no sentido de que as respostas desenvolvidas no terreno não se limitam apenas às pessoas com necessidades especiais mas procuram alargar a sua abrangência e o seu contexto às famílias;

Dificuldades- Esta categoria reúne a informação que expressa que apesar de todos os esforços desenvolvidos existem ainda dificuldades de afrontar as questões da exclusão das pessoas com necessidades especiais, pelo que se preconiza a organização de um diagnóstico mais detalhado das situações e que esse diagnóstico, pelos meios que implica, se alargue à área metropolitana, havendo por isso necessidade de uma colaboração intermunicipal que se está a iniciar

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Problemas de exclusão	Necessidades especiais	Adequação das respostas	“(…) uma preocupação do nosso município indo de encontro às necessidades da nossa população, sendo certo que os indivíduos com necessidades especiais têm aqui uma particular importância e nós temos tentado adequar as medidas às necessidades deste público-alvo”.
	Apoio nas parcerias		“(…) sempre em parceria com as instituições que trabalham no terreno que têm a experiência e sabem quais são as necessidades concretas desta população”.
	Atenção ao contexto		“(…) apoiá-las nas resposta que se vão dando aos indivíduos mas também às famílias, pois temos toda uma retaguarda familiar e muitas vezes o que está por trás implica apoiar as famílias nessas situações”.
	Dificuldades	Diagnóstico da situação	“Situando-me mais no presente nós sentimos uma dificuldade muito grande no diagnóstico. Não sabemos por exemplo o número de pessoas com necessidades especiais existentes no concelho. Estamos a tentar avançar com um projeto que nos permita ir para o terreno com voluntários e formadores que nos permitam fazer este levantamento”.
		Abordagem intermunicipal	“Paralelamente a esta situação surgiu a Unidade Estratégica da Deficiência que na área metropolitana a partir do levantamento de todos os municípios que integram a área metropolitana, nós também fornecemos informação, facultamos os dados que nos foram solicitados”.

Dimensão Concretização das políticas – Esta dimensão diz respeito à percepção que a entrevistada expressa sobre o modo como se concretizam as políticas que favorecem à inclusão das pessoas com necessidades especiais na cidade.

Operacionalização das categorias:

Globalização da intervenção- Esta categoria abarca todo um conjunto de medidas que estão disponíveis e que abarcam um vasto campo de necessidades que se relacionam com suportes básicos, bem como com formas de apoio que potencializam a vida independente;

Diversidade de apoios- Esta categoria reúne a informação acerca da diversidade dos apoios significa que mesmo em aspetos de tipo mais duradouro e de transformação dos espaços físicos, por exemplo das habitações, existem

formas de apoio muito utilizado para aumentar a qualidade de vida das pessoas na cidade;

Flexibilidade- Refere-se esta categoria ao facto de mesmo situações atípicas que não estão previstas, desde que fundamentadas, podem ter apoio do município;

Gestão de oportunidades- A percepção expressa é que o desenvolvimento das políticas e das medidas que as operacionalizam têm sido influenciadas pelas oportunidades que vão surgindo e a que as autoridades locais têm estado atentas.

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Concretização das Políticas	Globalização da intervenção		“ (...) contempla uma série de medidas que visam precisamente face às dificuldades que as famílias e as pessoas isoladas estavam a atravessar. São vinte medidas que o projeto contempla e que vão ao encontro da sobrecarga das famílias, são apoios como: aquisição da medicação, pagamento de rendas de casa, água e luz, aquisição de óculos, banco de livros escolares”. “ (...) um programa global que é duplamente inclusivo pois não há qualquer tipo de discriminação aplica-se a todos que num determinado momento tenham carências nas questões básicas”.
	Diversidade de apoios		“Ao nível da habitação de qualidade existem apoios para a adaptação das habitações, neste caso de apoio aos proprietários que não tenham condições para isso”.
	Flexibilidade		“ (...) O programa é particularmente desenhado para dentro de um intervalo de flexibilidade poder apoiar um conjunto vasto de situações, pensando também na população específica com necessidades especiais”.
	Gestão de oportunidades		“Este trabalho tem vindo a desenvolver-se ao longo do tempo e sempre que surgem oportunidades procuramos alargar os recursos e criar melhores condições, como foi o caso da criação da sala de snoezelen que foi uma nova resposta implementada, ou o projeto de teleassistência”.

Dimensão Organização e coordenação- Esta dimensão diz respeito à percepção que a entrevistada expressa sobre o modo como se organizam os serviços municipais para a gestão dos projetos e das ações.

Operacionalização das categorias:

Articulação de serviços- Esta categoria expressa o modelo de trabalho que existe internamente no município e que implica o envolvimento dos vários serviços municipais;

Trabalho cooperativo- Esta categoria reúne a informação que demonstra que a organização do trabalho interno pressupõe um modelo de trabalho cooperativo entre os vários técnicos das diferentes áreas

Liderança- A percepção que se expressa nesta categoria indica que os processos de organização implicam no município uma liderança em todos os níveis e em todos os sentidos: ascendente, descendente e lateral.

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Organização e coordenação	Articulação de serviços		“Aquilo que nós habitualmente fazemos é que todas as ações que vamos desenvolvendo e todos os projetos que estão em curso, é tudo articulado entre os serviços que de alguma forma tem contributos a dar nesta área”.
	Trabalho cooperativo		“Como exemplo posso dizer-lhe que os projetos e todas as ações nós envolvemos os diferentes serviços, para além das reuniões internas que vamos fazendo para o planeamento das atividades o nosso gabinete de comunicação faz uma difusão da informação”.
	Liderança	Vertical	“São os dirigentes, os vereadores, os técnicos, conforme o serviço de onde parte a atividade é que fica com a incumbência de envolver o resto da estrutura que coordena e que passa essa coordenação”.
		Horizontal	“ (...) quando trabalhamos com as escolas, com quem trabalhamos muito, e com associações com respostas nesta área, muito embora seja uma ação de determinado serviço temos de envolver sempre os serviços da educação”.

Dimensão Recursos para a inclusão – Esta dimensão diz respeito à percepção que a entrevistada apresenta acerca dos recursos e meios disponíveis para a concretização dos projetos e das ações para a inclusão.

Operacionalização das categorias:

Áreas fortes- Esta categoria expressa as áreas consideradas mais fortes como recursos inclusivos neste caso a educação, a ação social, o desporto e a cultura e os transportes;

Áreas fracas- Esta categoria diz respeito aos recursos inclusivos que se revelam ainda insuficientes como é o caso aludido do emprego;

Potencializar os recursos- Esta categoria expressa a importância das sinergias que se geram para potencializar e rentabilizar os recursos locais, nomeadamente a importância que o trabalho em rede possibilita na concretização desse objetivo;

Resposta a novas necessidades- Esta categoria expressa as possibilidades que têm existido de alargar os recursos inclusivos na cidade como é o caso da entrada em funcionamento do balcão da inclusão que é um recurso de informação e mediação com as pessoas com necessidades especiais.

ANEXOS

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Recursos para a inclusão	Áreas fortes	Educação	"A educação colocaria em primeiro lugar sem dúvida alguma"
		Ação social	" (...) os apoios sociais também como é o caso do programa cidade ajuda +, que é um exemplo claro disso".
		Desporto e Cultura	" (...) a questão do desporto e da cultura resultado do grupo de trabalho de que falámos aquilo que nós fizemos foi um plano de ação com ações vocacionadas para esta população e a inclusão está muito presente pois muitas são atividades em que eles se possam incluir". "Ao nível do desporto ainda agora vamos aplicar um programa de natação, vamos dinamizar um encontro de boccia, sessão de fisioterapia aberta".
		Transportes	"Ao nível do transporte escolar e o transporte que o município assegura diretamente".
	Áreas fracas	Emprego	"O emprego é das áreas que considero mais difíceis é muito complicado, embora tenhamos algum sucesso em algumas situações é uma das áreas onde vamos sentido maior dificuldade".
	Potencializar os recursos	Trabalho em rede	"O trabalho em rede e a união entre todos é um recurso para nós fundamental para encontrarmos soluções integradas com o envolvimento das instituições, as escolas, a segurança social".
	Respostas a novas necessidades	Balcão da inclusão	"Temos uma ambição, já há algum tempo, de criarmos um serviço de mediação e de informação à pessoa com deficiência pois parece-nos que a existência de um balcão da inclusão que já estão a ser implementados em alguns serviços públicos".

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Avaliação e expectativas	Processos sistêmicos		“Em termos de resultados o que sinto é que o que melhor resulta são as parcerias. O nosso contributo isoladamente é muito pequeno se tivermos uma noção global das ações e uma a concorrerem para outras teremos resultados globais muito melhores”.
	Experiências e necessidades		“Por exemplo ao nível do CLDS, onde estão previstas uma série de ações destinada a esta população quando se foi para o terreno perceberam que o que tinham pensado não se adequava, não eram essas as necessidades sentidas e portanto sentiram necessidade de se aproximarem do grupo de trabalho onde reside algum conhecimento e uma percepção mais realista”.
	Coletiva	Serviços e parceiros	“Pelo que o método de avaliarmos e trabalharmos em grupo permite caminhar todos no mesmo sentido. Um bom planeamento, um realismo quanto aos recursos a utilizar é isso que se tem feito a diferença é ter um plano partilhado em que envolvemos as associações.”
		Pessoas com necessidades especiais	“(…) e até também as pessoas com deficiência e que são também envolvidos na avaliação das atividades”.
	Reforço dos meios		“Muitas vezes temos muito boas intenções mas não temos os recursos financeiros que permitam levar a cabo essas ações”.
	Aprofundar o processo de inclusão	Maior envolvimento da sociedade	“É necessário também um maior envolvimento da sociedade, de todos, pois ainda há o estigma e outros fatores que dependem de um envolvimento mais amplo da sociedade e das suas instituições para que se possam obter mais resultados”.
		Opção determinada	“Esta cidade, apesar disso, já se distingue do todo. O que sinto é que se tem apostado fortemente no sentido da inclusão, o município, as escolas no sentido de incluir no verdadeiro sentido da palavra”.

Dimensão avaliação e expectativas – Esta dimensão diz respeito à avaliação que é feita sobre os projetos em curso e às expectativas sobre novas áreas de intervenção que seriam necessárias.

Operacionalização de categorias:

Processos sistêmicos- esta categoria expressa a percepção de que a avaliação deverá ser um processo sistémico e global que ajuda a monitorizar os processos;

Experiências e necessidades- Esta categoria diz respeito a percepção de que sem uma avaliação adequada as experiências que se desenvolvem podem não ir de encontro às necessidades dos destinatários;

Coletiva- Refere a informação contida nesta categoria de que os processos de avaliação, na linha das anteriores categorias, deve ser um processo coletivo que envolva os serviços, os parceiros e as pessoas com necessidades especiais;

Reforço dos meios- Esta categoria é mais referente às expectativas de virem a ser alargados os meios financeiros que permitam alargar o âmbito das ações;

Aprofundar o processo de inclusão- A percepção do interlocutor vai no sentido de que se devem aprofundar os processos de inclusão na cidade, nomeadamente através de um maior envolvimento da sociedade e das pessoas em geral e que essa aposta será sempre acompanhada pelas opções políticas na gestão da cidade que têm feito uma aposta forte neste domínio.

Dimensão processos de participação - – Esta dimensão diz respeito a percepção que a entrevistada apresenta acerca do nível de participação que as pessoas com necessidades especiais têm nas decisões que lhe dizem respeito.

Operacionalização de categorias:

Formal-Significa esta categoria que a percepção do nosso interlocutor indica que os processos de participação são bastante formais e de algum modo restritos;

Indireta- A informação contida nesta categoria significa que os processos de participação são difíceis de concretizar e que só acontecem

de forma indireta, ou seja, outras pessoas falam e expressam opiniões pelos

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Processos de Participação	Formal		“No caso dos mais novos aplicamos sempre questionários de avaliação em que exprimem a sua opinião relativamente às escolas, Com adultos quando têm condições em responder ao questionário também expressam as suas opiniões por essa via” . .
	Indireta		“É difícil. Aquilo que tentamos fazer é sempre que reunimos pensamos que os interlocutores conhecem bem as suas necessidades e em certa medida são a sua voz. O nível de participação passa por aí. Através das pessoas que os representam isso acaba por acontecer”.

Entrevista ao Sr.^a Presidente da Associação EMA... Cidade B

Dimensão qualidade de vida na cidade- Esta dimensão diz respeito a percepção que os interlocutores têm sobre a qualidade de vida na cidade para as pessoas com necessidades especiais e os níveis de inclusão que são proporcionados.

Operacionalização de categorias:

Acessibilidade- Esta categoria diz respeito á acessibilidade nos espaços públicos e às melhorias introduzidas a esse nível;

Transportes municipais- Refere-se esta categoria à informação reunida e que demonstra que os transportes adaptados que existem por iniciativa do município;

Emprego municipal- Inclui-se nesta categoria a informação que diz respeito aos esforços do município para integrar profissionalmente pessoas com necessidades especiais.

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Qualidade de vida na cidade	Acessibilidades		“Sobre as acessibilidades é uma cidade que evolui bastantes em termos dos jovens com deficiência motora. Quando foram construídos os passeios, foram rebaixados, introduzidas rampas, cumprido a própria lei”.
	Transportes municipais		“Os casos que não são autónomos, ou os transportes não são acessíveis utilizam o transporte da instituição e os casos mais limitados em termos de cadeira de rodas ou de limitações fortes à mobilidade utilizam os transportes cedidos pelo município e faz esse transporte”.
	Emprego municipal		“Para as questões do emprego a rede local é fundamental para encontrarmos soluções A Câmara tem sido um parceiro fundamental pelo exemplo que tem dado na integração profissional nos seus próprios quadros de jovens adultos com necessidades especiais, tem sido um incentivo no seio da rede social”.

Dimensões políticas locais – Esta dimensão diz respeito à perceção que os entrevistados têm sobre das políticas desenvolvidas e das ações que as concretizam.

Operacionalização das categorias:

Inclusão social- Refere-se esta categoria à perceção existente acerca do potencial inclusivo da cidade tendo em conta as pessoas com necessidades especiais;

Sociabilidade- Esta categoria reúne a informação que demonstra que tratando-se de uma associação que lida com pessoas com grau de incapacidade grave e severos valoriza todas as atividades que existem na cidade e que permitem a troca social com outros grupos populacionais;

Incremento da mudança- Esta categoria diz respeito à informação que demonstra que as políticas levadas a cabo possibilitaram um processo de

mudança que se expressa, segundo na implementação de novos serviços à comunidade e novas atividades ao acesso das pessoas com necessidades especiais;

Organização multidisciplinar- Esta categoria reúne a informação que se relaciona com a necessidade de se trabalhar em ambiente de equipa multidisciplinar por forma a abarcar as várias dimensões das políticas a incrementar e dos parceiros a envolver,

Envolvimento da comunidade- Esta categoria aglutina a informação que se refere ao facto de que se tem procurado envolver a comunidade á volta da temática da inclusão à volta de datas comemorativas simbólicas;

Eixos principais das políticas- Nesta categoria de informação o interlocutor procurou-se sintetizar quais têm sido os principais eixos das políticas levadas a cabo pelo município, salientado como muito central as preocupações com a educação e a ação social, com a procura constante dos recursos que são precisos mobilizar para a intervenção e, finalmente, as preocupações com a inovação social de modo a que se encontrem respostas para os novos problemas com que os processos inclusivos se vão deparando.

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Políticas locais	Inclusão social		“Neste momento até acho com a equipa que está aqui no município até julgo que esta cidade é muito inclusiva e era uma coisa que temos que dizer o que está bem e o que está mal, mas efetivamente temos tido constantemente atividade, são lançados acontecimentos para as associações e os jovens participarem em atividades”.
	Sociabilidade		“Como eu já disse anteriormente, destacaria as atividades que são propostas pelo grupo de trabalho do município e que fazem com os nossos utentes saiam da instituição, que a instituição se abre à sociedade e que a sociedade se abra a estes temas”.
	Incremento da mudança	Novos serviços	“Outro projeto muito relevante é a sala de snoezelen que está disponível para a comunidade e que dá apoio aos caos mais graves, já vamos também incluir no nosso plano de atividades”.
		Novas atividades	“Novas ideias como foi a riso terapia que teve muito acolhimento, o relacionamento com os animais e estão agendadas outras atividades como seja a musicoterapia e a formação dos técnicos”.
	Organização multidisciplinar		“Existe um grupo de trabalho no âmbito de trabalho e têm trabalhado muito bem e este ano foram propostas atividades a que aderimos de modo a criar novas condições de participação na vida social da instituição também se abrir à comunidade”.
	Envolvimento da comunidade		“Fizemos no dia 3 de dezembro uma grande comemoração do dia internacional da deficiência dedicado à temática da inclusão com a forte participação da comunidade e o forte empenho da Sr. ^a Vereadora que é muito empenhada nestas áreas de trabalho”.
	Eixos principais das políticas	Social e Educação	“Sem qualquer dúvida o município tem sido muito atento e tem ido para além das possibilidades valorizando tudo o que são as políticas sociais e da educação áreas onde o trabalho tem sido a todos os títulos muito meritório de grande proximidade e muito consequente porque tem sido possível mudar a vida das pessoas na habitação, no emprego, na acessibilidade”.
		Mobilização dos recursos	“(…) na mobilização dos recursos (…)”
		Inovação social	“(…) a atenção aos novos problemas que nunca ficam para trás”.

Dimensão exercício dos direitos – Esta dimensão diz respeito à percepção que os entrevistados apresentam acerca do respeito pelos seus direitos como cidadãos.

Operacionalização de categorias:

Rede social- Esta categoria reúne a informação acerca do modo como a Associação defende os direitos dos utentes com necessidades especiais é referido que isso se faz em sede da rede social;

Direitos básicos- Esta categoria aglutina a informação ao nível dos direitos os seus níveis ainda se encontram muito ligados a direitos muito básicos relacionados com os cuidados de assistência e proteção.

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Exercício dos direitos	Rede social		“Atendendo à relação que existe da associação com o município posso dizer que no âmbito da rede social e nesse contexto levamos as nossas opiniões, os nossos problemas e as nossas opiniões são tidas em conta”.
	Direitos básicos		“Aqui ainda temos muitos casos em que nos é exigido a proteção das necessidades básicas dos nossos associados isto sem descurarmos que esses são os primeiros direitos a que temos de responder”.

Dimensão participação nas decisões – Esta dimensão diz respeito a percepção que os entrevistados apresentam acerca do nível de participação que as pessoas com necessidades especiais têm nas decisões que lhe dizem respeito.

Operacionalização de categorias:

Espaços de debate- Esta categoria reúne a informação que diz respeito ao facto de na Associação existirem formas de ouvir as opiniões dos utentes

Novas respostas- Esta categoria reúne a informação decorrente das práticas de auscultação são estruturadas novas respostas e novos serviços para as pessoas com necessidades especiais

Envolvimento das famílias- Esta categoria aglutina a informação que se refere aos esforços desenvolvidos para envolver as famílias nos processos de trabalho e consequentemente coloca-las a participar mais na vida da instituição e da comunidade.

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Participação nas decisões	Espaços de debate		“Podemos dizer dos utentes que são mais autónomos e têm mais capacidades nos promovemos uns workshops que debatem determinados temas e sobre outros sobre os eventos que eles gostariam de desenvolver”.
	Novas respostas		“Daqui surgiu a proposta de gostarem de ter dança nascendo aí o grupo de dança de modo a satisfazer esta vontade. Temos abertura para falar com os jovens e toda a direção e técnicos está aberta a falar com os jovens que frequentemente fazem as suas reivindicações”.
	Envolvimento das famílias		“(…) onde os próprios encarregados de educação se envolveram pois a atividade foi num domingo e as famílias ficaram encarregues de trazer os utentes, nem todos vieram porque os pais nem sempre se mobilizam. Foi também uma ação pedagógica que estimule o envolvimento das famílias e da comunidade”.

Dimensão expectativas face à mudança – Esta dimensão diz respeito à percepção que os entrevistados apresentam acerca das principais mudanças que no seu entender são ainda necessárias para fazer progredir os processos de inclusão.

Operacionalização de categorias:

Espaços acessíveis- Esta categoria reúne a informação diz respeito à necessidade de se criarem mais espaços de lazer o ar livre adaptados às pessoas com necessidades especiais;

Apoios financeiros- Esta categoria aglutina a informação que exprime as necessidades que a associação tem do apoio financeiro do município para levar por diante novos projetos que qualifiquem e alarguem as respostas disponíveis na cidade;

Programas comunitários- Esta categoria aglutina a informação que se refere à expectativa de que na cidade se consigam estruturar programas comunitários, sobretudo em período de férias, para poder haver algum suporte às famílias e utentes quando a instituição encerra para férias.

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Expectativas face à mudança	Espaços acessíveis		“Olhe uma das coisas que seriam interessantes seria a criação de um parque com equipamento adaptado para as pessoas com necessidades especiais. Um espaço verde com equipamento para que as pessoas com limitações possam usufruir, como já vi no estrangeiro”.
	Apoios financeiros		“Neste momento era de continuar o apoio financeiro à instituição para o lar residencial, pois é uma grande preocupação das famílias”.
	Programas comunitários		“Também temos de encontrar soluções para as férias dos nossos associados e o desafio era a criação de programas inclusivos para uma parte do mês de agosto, através da utilização dos equipamentos municipais onde se poderia desenvolver atividades comunitárias”.

Entrevista ao Senhor B, cidade B

Dimensão qualidade de vida na cidade - Esta dimensão diz respeito a percepção que os interlocutores têm sobre a qualidade de vida na cidade para as pessoas com necessidades especiais e os níveis de inclusão que são proporcionados.

Operacionalização de categorias:

Recursos e cotidiano- Nesta categoria aglutinou-se a informação que diz respeito aos recursos que facilitam a vida quotidiana das pessoas com necessidades especiais que utilizam a cidade, salientando o nosso interlocutor aspetos como: a cidade no seu todo responde às suas necessidades, as suas condições de trabalho e de habitação também são adequadas e os transportes respondem na medida em que a sua mobilidade ainda permite alguma locomoção sem cadeira de rodas;

Avaliação global- Inclui-se nesta categoria a avaliação feita do trabalho global desenvolvido pelos responsáveis no sentido de que todos possam ter igualdade de oportunidades o que tem permitido uma melhoria substancial da qualidade de vida de uma pessoa com limitações que viva na cidade.

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Qualidade de vida na cidade	Recursos e cotidiano	A cidade no seu todo	“A cidade tem vindo a melhorar em alguns pontos, não é, em pontos mínimos que sejam há sempre uma ou outra coisa a melhorar. Penso que de uma maneira geral não tenho dificuldades de aceder aos espaços”
		Trabalho	“A minha situação quanto ao trabalho por exemplo tem todas as condições para exercer as minhas funções sem qualquer problema de limitação”
		Habitação	“Na habitação também pois ainda há pouco tempo pus um elevador de escada, ou seja um elevador para cadeira de rodas, digamos que foi uma das condições que era necessário, consegui pôr, está resolvido”
		Transportes	“ (...) não sou cadeirante diariamente, pois só utilizo a cadeira para grandes distâncias. Tenho alguma mobilidade embora reduzida, ou seja, ainda caminho de pé utilizo só a cadeira em situações em que tenha que caminhar em grandes distâncias”.
	Avaliação global	Empenho político	“Agora, efetivamente o nosso dia-a-dia, relativamente há uns anos atrás, está mesmo muito bom. Muito diferente. Os nossos responsáveis, os nossos Presidentes trabalharam, efetivamente, nesse sentido de dar uma igualdade de oportunidade para todos na mobilidade, sem dúvida”.

Dimensão preocupações do município - Esta dimensão diz respeito à percepção que os entrevistados têm sobre das políticas desenvolvidas e das ações que as concretizam.

Operacionalização de categorias:

Áreas fortes- Nesta categoria foram incluídas as áreas consideradas mais fortes nas preocupações do município face às pessoas com necessidades especiais, sendo dado especial destaque pelo interlocutor à área da educação;

Políticas implementadas- Esta categoria refere-se ao modo como é percecionado a maneira como o município procura implementar políticas que

vão de encontro aos problemas e é indicado que isso acontece pela grande proximidade com os problemas e com as populações,

Áreas a melhorar- Foi incluída nesta categoria a informação que expressa a percepção de que ainda está muito por fazer, sobretudo ao nível de outros agentes que também têm relação com a vida na cidade e que não estão ainda tão sensibilizados para o problema como é o caso do comércio, dos bancos, etc., daí a subcategoria amplificar a acessibilidade.

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Preocupações do município	Áreas fortes	Educação	“Olhe por exemplo na educação. Podemos falar até da escola onde os nossos autarcas têm trabalhado para que todos possam ter direito a uma educação de igual para igual para que não fiquem excluídos. Temos as nossas escolas todas acessíveis foi uma grande mais-valia.
	Políticas implementadas	Proximidade	“(…)os municípios, também com a ajuda dos governos centrais são uma peça fundamental, pois o município acaba por estar mais próximo das pessoas e acompanhar o caso mais de perto. O município tem estado sempre ao lado das pessoas e sempre a tentar, por vários meios, combater as várias barreiras que vão existindo”
	Áreas a melhorar	Amplificar a acessibilidade	“(…)podemos falar ainda em coisas básicas o acesso ao multibanco, o acesso às lojas e aos cafés que são lugares de encontro e convívio. Fazia aqui muita falta a sua rampa a condição para um fácil acesso.”

Dimensão participação nas decisões - – Esta dimensão diz respeito a percepção que os entrevistados apresentam acerca do nível de participação que as pessoas com necessidades especiais têm nas decisões que lhe dizem respeito.

Operacionalização de categorias:

Modelos de participação- Foi incluída nesta categoria o modo como se operacionaliza a participação das pessoas nos processos,

verificando-se pela percepção de que as coisas; se passam de modo muito informal;

Vivências- Foi incluída nesta categoria a informação relativa à experiência e à vivência que o interlocutor teve no relacionamento com as autoridades locais;

Exercício dos direitos- Foi incluída nesta categoria a informação relativa à avaliação que o interlocutor faz do modo como os seus direitos são ou não respeitados.

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Participação nas decisões	Modelos de participação	Informal	“As pessoas dirigem-se à autarquia e expõe as situações e as pessoas responsáveis mais ligadas estão empenhadas em ir ao encontro das necessidades apresentadas”
	Vivências		“Eu pessoalmente nunca me dirigi e expos a minha situação mas efetivamente não me parece haver algum problema em falar, aliás eu estar a trabalhar num local que foi totalmente preparado é exemplo da atenção particular”
	Exercício dos direitos		“Sem dúvida, mesmo, porque aqui estamos a ser respeitados como outra pessoa qualquer. Não tenho sentido grandes dificuldades por vezes noto que existem pessoas que dificuldade um bocadinho”

Dimensão expectativa face à mudança - Dimensão expectativas face à mudança – Esta dimensão diz respeito à percepção que os entrevistados apresentam acerca das principais mudanças que no seu entender são ainda necessárias para fazer progredir os processos de inclusão.

Operacionalização de categorias:

Valores / Atitudes- Nesta categoria foi incluída a informação relativa à expectativa de que a sociedade as pessoas em geral possam adotar uma postura um conjunto de atitudes diferentes face às pessoas com necessidades especiais no sentido de que os direitos e deveres possam verdadeiramente ser exercidos;

Aspetos práticos- Nesta categoria foi enquadrada a informação que testemunha uma certa visão pragmática do que deve ser a inclusão social, ou seja, a inclusão social observa-se pelas coisas práticas e pelo acesso às coisas que já existem.

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Expectativas face à mudança	Valores / Atitudes		“(…) o meu concelho que já o faz, mas gostaria que fizesse mais para que não fôssemos vistos como pessoas com mobilidade reduzida ou até com uma deficiência com um grau mais elevado, mas que todos nós temos direito a viver independentemente de sermos altos baixos, magros ou gordos. Nós somos pessoas como as outras”
	Aspetos práticos	Inclusão social	“Olhe devia ser obrigatório, de lei, as pessoas com necessidades especiais participarem em tudo, ou seja, para a incluirmos no nosso mercado de trabalho, na nossa sociedade, pois na maioria das situações as pessoas com estes problemas ficam logo ali de canto”

Entrevista à Senhora Vereadora da Cidade X

Dimensão projetos inclusivos: Esta dimensão organiza a informação sobre os principais projetos inclusivos que se desenvolvem na cidade.

Operacionalização de categorias:

Acessibilidade- Inclui-se nesta categoria os projetos que visam criar condições de circulação no espaço público, através da concretização faseada de um Plano de Acessibilidade que visa remover as barreiras arquitetónicas, inclui-se ainda as condições de mobilidade através de transporte municipal adaptado e os benefícios que a circulação nas zonas públicas têm para a sociabilização das pessoas com necessidades especiais;

Planeamento participado- Integra-se nesta categoria uma forma de planeamento arquitetónico do espaço público em que participam as pessoas com mobilidade reduzida;

Cultura- Esta categoria refere-se aos vários projetos que incidem no acesso à cultura, incluindo à expressão cultural, através da dança inclusiva e comunitária, através de uma programação dos equipamentos culturais que por essa via procuram sensibilizar para as temáticas da diferença e a opção política de criar várias formas de acesso à arte e à criatividade;

Educação- Nesta categoria inclui-se a informação recolhida que demonstra a importância que é dada à educação como estratégia fundamental para abordar os projetos inclusivos que têm nas escolas um espaço privilegiado de aplicação, inclui-se ainda a informação que demonstra o trabalho através de projetos inclusivos que se está a iniciar nos serviços educativos dos vários equipamentos culturais da cidade.

Sensibilização /Formação- Inclui-se nesta categoria a referência a projeto do município que visa sensibilizar o corpo técnico da autarquia para os vários aspetos que se prendem com as particularidades do grupo populacional das pessoas com necessidades especiais;

Serviços específicos- Esta categoria contempla a alusão a projetos inclusivos inovadores que possibilitaram a instalação de novas respostas específicas dirigidas para a população com necessidades especiais ao nível da informação o balcão para a inclusão e ao nível da deficiência visual um gabinete de apoio e trabalho com este grupo específico de cidadãos;

Parcerias Locais- Faz-se menção nesta categoria ao suporte que é dado aos vários projetos em curso pelas organizações locais e nacionais de apoio às pessoas com necessidades especiais, nomeadamente ao nível da cultura.

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Projetos Inclusivos	Acessibilidade	Espaço público	“O essencial e desde logo ao nível do espaço público é fundamental criar condições para que todos possam efetivamente circular para poder fruir dos espaços. Para isso da parte do município criámos um Plano de Acessibilidades que visa remover as barreiras arquitetónicas e todos aqueles obstáculos que dificultam a vida das pessoas portadoras de determinadas características”
		Transportes	“O porta a porta {transporte adaptado municipal] também. É importante que se faça transporte de crianças e jovens e adultos com mobilidade reduzida para as escolas na lógica da terapia. Pensei que a relação às terapias que nos têm o solicitado em situações extremas, também querem vir a uma atividade cultural mas nem sempre há transporte ativo mobilizado para trazer as pessoas”.
		Espaços de socialização	“Isto parece-nos essencial para o espaço público, quantas mais pessoas diferentes andam na rua, então o município está a trabalhar em prol da inclusão de pessoas com estas características. Se não estão a circular no espaço público então significa que algo está errado e não estamos a criar condições universais para todos.”
	Planeamento participado		“(…) uma visão diferente relativamente ao planeamento do desenho e planeamento, mas também a consequência de realizamos ações que visam percorrer o espaço público por parte de

			diferentes pessoas na perspetiva de uma cadeira de rodas, a este nível temos resultados muito positivos, inclusive mobilizando novos presidentes de juntas e autarcas em reconhecer que através da experiência se percebe melhor a intervenção especial, por vezes alguns milímetros ou centímetros fazem toda a diferença para algumas pessoas que se deslocarem no espaço público”
--	--	--	--

ANEXOS

	Cultura	Dança	“(…) também realizamos o desenvolvimento social de programas e de organizações culturais locais que são introduzidos na realização de experiências a nível da dança inclusiva comunitária e tem sido de fato experiencia bastante extraordinários com resultados incríveis que foram objeto de apresentação bailarinos profissionais portadores de deficiência construíram espetáculos através da partilha entre comunidade”
		Programação cultural	.” Estes eventos culturais como é o caso do teatro cine na sua programação contempla propostas que sensibilizam a questão da diferença, por exemplo o espetáculo da cantora careca realizada por um grupo de pessoas com necessidades especiais são epicentros de propostas que mostram de uma forma positiva o que as pessoas portadoras de deficiência são capazes de fazer e isso é muito importante na programação de novos equipamentos, os quais também estão direcionadas para crianças e jovens portadores de necessidades especiais,”
		Arte e Criatividade	“(…) acreditamos que são muito importantes, mais que palavras e discursos políticos e a retorica política que começam a perder a sua carga semântica o seu poder transformador então achamos que outras formas de expressão como as artes têm um maior impacto”.
	Educação	Escolas	. “A dimensão simbólica de deficiência brincando com a palavra deficiência como fundo da eficiência, tais ações também são focalizadas nas escolas que fazem parte cardápio de ações do serviço educativo das escolas e com a AP...I que colabora nestas ações, portanto é uma instituição de referência trabalhar em parceria connosco”
		Serviços educativos	“(…) ao nível dos equipamentos culturais desenvolvemos um programa regular sentir-se especial cinema para crianças e famílias de crianças portadoras de necessidades especiais que envolve a biblioteca e o teatro cine, música, artes performativas de modo a envolver estas famílias no serviço educativo onde também participam famílias de crianças ditas normais.”

	Sensibilização /Formação		“Em paralelo é feita uma sensibilização para os técnicos do município por forma a que quando apresentam propostas conseguem olhar na perspectiva dessas pessoas e não apenas com o olhar das pessoas ditas normais, articulamos com a área de serviço social e também com entidades privadas”
	Serviços específicos	Gabinete de Atendimento	“(…) a intervenção do gabinete de atendimento que faz parte de uma rede nacional, também presta apoio a pessoas ditas pessoas portadoras de deficiência ou preferencialmente pessoas com necessidades especiais, temos duas estruturas ancora que atuam nesta área”.
		Gabinete Deficiência Visual	“Paralelamente temos vindo a desenvolver a criação de estruturas específicas e direcionadas para pessoas que têm problemas físicos, outro exemplo é o gabinete de apoio criado a partir de um trabalho de diagnóstico participativo para conhecer a realidade do cidadão invisual ou com baixa visão. Criamos uma plataforma com pessoas com estas características e que colaboram neste processo, assim como, estabelecemos um protocolo com a ACAPO.”
	Parcerias Locais		“Sim, estamos inscritos no sítio do diretório da ANACED, também trabalhamos com a CRINABEL com objetivo a nível cultural de criar música de dança inclusiva como um profundo resultado deste trabalho colaborativo entre docentes, apoiamos em termos logísticos e financeiros porque acreditamos que são muito importantes, mais que palavras e discursos políticos e a retorica”

Dimensão políticas e práticas: Esta dimensão relaciona-se com as políticas e as práticas de implementação que têm sido seguidas na governança da cidade.

Operacionalização de categorias:

Valores e Princípios- Esta categoria inclui a informação que revela que a prática política e a definição de políticas locais que procuram respeitar e acolher as pessoas que de algum modo são diferentes cumpre princípios éticos, valores e princípios que privilegiam a igualdade de oportunidades e a equidade para todos;

Troca experiências- As políticas implementadas procuram, segundo a informação contida nesta categoria, ganhar massa crítica

com outras experiências de outros países, nomeadamente com o Brasil;

Modelo de desenvolvimento- A informação contida nesta categoria diz respeito a percepção expressa de que o que está em causa nas políticas adotadas é a concretização de um modelo de desenvolvimento local que procura por todos os meios mobilizar os recursos endógenos, nomeadamente das organizações sociais, ao mesmo tempo que sendo um território mais aberto à diferença pode ser também mais atrativo para a atração de investimentos e de atividades, como é o caso do turismo adaptado e, finalmente, um projeto de desenvolvimento que se alicerça muito na comunidade e nos projetos sócio educativos integrados.

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Políticas e práticas	Valores e Princípios		<p>“Desde logo desenhamos para o território, de resto sufragado, a atenção a todos os cidadãos e as suas características. Quando falamos de políticas de inclusão temos de ter presente o sentimento de incapacidade entre os valores de inclusão que a sociedade promove e as características da diversidade de pessoas que habitam numa área geográfica.”</p> <p>“(…) existem princípios éticos que decorrem desde o início, associados a um território que nós queremos que seja um território inclusivo. As pessoas especiais que vêm de outra geografia, as pessoas que tenha uma orientação sexual diferente, pessoas que na sua diversidade possam encontrar nos seus territórios bem-estar e felicidade, isto é uma premissa”.</p>
	Troca experiências		“(…) inclusive temos uma parceria com o Brasil produzido por um coletivo de artistas brasileiros e da Cidade X onde se realizam ações dirigidas a crianças e jovens portadores deficiência”.
	Modelo de desenvolvimento	Mobilização dos recursos endógenos	“Ao nível do município temos vindo a fazer um esforço social muito grande, somos muitos ricos no terceiro setor e também assumimos a responsabilidade social, no sentido de integrar pessoas com estas características a nível das empresas, neste domínio achamos que temos que investir num programa com empresas e há um grande caminho a percorrer, a assumir pelo município, pelas empresas e pelo estado central”.
		Atratividade do território	“(…) em (...) temos um projeto braindate uma oferta turística qualificada e diferenciada trata-se de uma questão ética mas também uma questão de atratividade do território que nós queremos assumir como os instrumentos de planeamento estratégico”.
		Suporte comunitário	“Também se torna fundamental trabalhar na educação com os atores educativos, onde vamos beber alguma informação e qualidade que convergem para o plano integrado que pretendemos desenvolver”.

Dimensão dificuldades e obstáculos- Esta dimensão diz respeito à informação recolhida sobre a identificação das principais dificuldades e obstáculos à concretização da inclusão social.

Operacionalização de categorias:

Atender ao conjunto de necessidades amplas- Inclui-se nesta categoria a informação que demonstra que as dificuldades

sentidas passam pela necessidade de se atender a um conjunto muito amplo de aspetos que tem de ser levado em conta quando se quer desenvolver um processo que conduza a uma cidade inclusiva;

Colocação profissional – Das maiores dificuldades de todas como é expresso na informação recolhida e indexada a esta categoria prende-se com as problemáticas condições que existem na sociedade para quando acaba o período escolar se passar à vida ativa e à integração profissional.

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Dificuldades e obstáculos	Atender ao conjunto de necessidades amplas		<p>“ As dificuldades que nós aqui temos assumido como prioridade pressupõem um grande investimento financeiro que tem de ser feito, tais como remoção de barreiras arquitetónica, criação de um sistema universal, digamos assim, a nível de ruído do design do planeamento urbano policêntrico um grande investimento dos municípios tem de estar disponível”.</p> <p>“ (...) fazemos muitas atividades realmente para todos os públicos que é uma diferenciação que serve a cidade”.</p>
	Colocação profissional		<p>“Julgo que há um grande caminho a percorrer na área da integração profissional (...) mas este trabalho tem de ser realizado paulatinamente, construir ao nível dos serviços ativos, por exemplo do terceiro setor”.</p>

Dimensão participação nas decisões: Esta dimensão diz respeito ao levantamento de informação sobre os modelos de governança, ou seja, de que modo as pessoas com necessidades educativas especiais participam nas decisões sobre os aspetos que lhe dizem respeito como cidadãos

Operacionalização de categorias:

Diagnóstico da situação- A informação contida nesta categoria revela que a interlocutora associa o facto de as pessoas participarem com a necessidade de se conhecerem quem são, onde estão e o que precisam;

Modelos de participação- Esta categoria aglutina a informação que indica quais as formas os modelos de participação que se têm

vindo a ensaiar na cidade neste caso o orçamento participativo em que as pessoas com necessidades especiais têm participado através do gabinete de apoio à deficiência visual e os grupos focais que são grupos de trabalho que com a Associação local tem mobilizado as famílias das pessoas com necessidades especiais.

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Participação nas decisões	Diagnóstico da situação		“ Depois comecei há pouco quando da elaboração dos nossos instrumentos de diagnóstico conhecermos melhor as pessoas portadoras de deficiência e famílias com crianças e jovens portadoras de deficiência”
	Moledos de participação	Orçamento participativo	“ (...) neste momento um compromisso com o princípio da participação no âmbito orçamento participativo que foi um dos mais votados, criar um espaço para pessoas especiais e portanto esse processo de conscientização tem ganho com isso, as novas dinâmicas de participação gerais”
		Grupos Focais	“Através do Diagnóstico Social, grupo focal que convida famílias com essas características para participarem com representação da APECI. (...) temos uma equipa de intervenção precoce e um grupo de pais criado pela câmara e APCI (...) e também nos fazem chegar as suas preocupações”.

Dimensão expectativas face à mudança: Esta dimensão relaciona-se com o levantamento das expectativas acerca do que são as áreas prioritárias que devem ser levadas em conta no prosseguimento do processo de inclusão social.

Operacionalização de categorias:

Educação/ Formação- Nesta categoria foi enquadrada a informação que se refere à importância que a educação assume na gestão das comunidades inclusivas que ensinam e aprendem numa perspetiva de inclusão conforme a lógica das cidades educadoras, incluindo-se ainda a subcategoria de aprendizagem ao longo da vida pois para as pessoas com necessidades especiais a inclusão tem de ser alcançada ao longo dos vários ciclos de vida a que as cidades e a sociedade devem procurar responder;

Internacionalização- Inclui-se nesta categoria a informação que expressa a vontade de que o desenvolvimento dos processos futuros devem ganhar massa crítica a partir das trocas e das experiências internacionais;

Acessibilidade universal

- Inclui-se nesta categoria a perceção expressa de que o futuro das cidades e a sua matriz inclusiva passa por se alcançar um domínio da acessibilidade universal quer nos aspetos físicos quer nos aspetos imateriais;

Emprego e vida ativa- Esta categoria emergiu pois, segundo a interlocutora é um domínio fundamental para podermos falar de inclusão social e neste caso o próprio município tem procurado ser um exemplo do que se pode fazer;

Atenção a novas necessidades- Esta categoria expressa bem a perceção de expectativas de que a inclusão é um processo

dinâmico, pelo que se deve estar atento a novas necessidades emergentes e daí o gradual alargamento do espectro de intervenção dos projetos inclusivos.

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Expetativas face à mudança	Educação/Formação	Cidade educadora	“Uma cidade não pode ser uma cidade educadora efetivamente se não tiver uma matriz de princípios de inclusão na sociedade/comunidade que integre a diferença”.
		Aprendizagem ao longo da vida	“Os grandes desafios que existem remetem para a aprendizagem ao longo da vida dos cidadãos portadores de deficiência especial, têm que ter um curso de aprendizagem de vida, mas também isto é que é um desafio, pois não é só sair da escola e depois fazemos a integração profissional”.
	Internacionalização	Redes Internacionais	“O município tem de fazer parte das redes internacionais”
	Acessibilidade universal		“(…) colocar a mobilidade das acessibilidades é que é uma dimensão específica de regeneração urbana que hoje em dia se são aprovados e financiados têm que ter essa dimensão, a dimensão da universalidade do design inclusivo, verifica-se que começa a existir uma pressão para que o mesmo seja impelido a fazê-lo. Depois, passar o discurso à prática porque o discurso do ponto vista conceptual pode ser adequado mas se não tiver uma abordagem prática não faz sentido”. “Se não estão a circular no espaço público então significa que algo está errado e não estamos a criar condições universais para todos”.
	Emprego e vida ativa		“A própria Câmara integra pessoas com necessidades especiais, portanto tudo isto se faz como se faz numa sociedade mais inclusiva educadora”.
	Atenção a novas necessidades	Daltónicos	“(…) tenho consciência do caminho a percorrer. Por exemplo este fim-de-semana nas praias acessíveis introduzimos uma aplicação inovadora para os daltónicos, a aplicação do código ColorADD”.

Entrevista à técnica municipal da cidade X

Dimensão Problemas de exclusão – Esta dimensão diz respeito à percepção que a entrevistada tem acerca da atenção que o município tem

prestado aos problemas da exclusão em particular das pessoas com necessidades especiais.

Operacionalização de categorias:

Base em diagnóstico- Esta categoria aglutina a informação acerca da percepção expressa pela entrevistada de que existe conhecimento dos problemas de exclusão a que ainda não foi possível dar as devidas respostas que a partir desse diagnóstico devem ser estruturadas;

Sensibilidade municipal- Esta categoria aglutina a informação que demonstra, segundo a percepção da entrevistada, a sensibilidade que o município tem demonstrado para com os problemas da exclusão;

Parcerias- Esta categoria diz respeito à informação que expressa a percepção de que através do estabelecimento de parcerias o município tem procurado colmatar várias aspetos no sentido da inclusão social, nomeadamente ao nível da intervenção educativa precoce e da criação do serviço de atendimento e mediação;

Resposta pública inovadora- Esta categoria expressa a informação que demonstra que na cidade estudada tem sido possível estruturar respostas inovadoras socialmente de modo a contribuir para a inclusão das pessoas com necessidades especiais, nomeadamente em termos da deficiência visual, criando um gabinete específico para o efeito.

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Problemas de exclusão	Base em diagnóstico	Estruturação de respostas	“O nosso município tem uma atenção particular, além dos estudos que vamos fazer dos perfis de saúde e sociais em que os indicadores nos dizem que existem algumas necessidades específicas a colmatar”.
	Sensibilidade municipal		“O município tem sido sensível a esta temática é parceiro de várias entidades que respondem a estes problemas, como tem tido uma abertura relativamente a estas questões”.
	Parcerias	Intervenção precoce	“Outro projeto, coordenamos o sistema nacional de intervenção precoce, somos parceiros, antes de sair a lei em 2011 nós aqui no concelho já dinamizávamos a equipa numa necessidade que existia no nosso perfil de saúde em que se identificou a necessidade de uma consulta de desenvolvimento, chamámos os parceiros incluindo o hospital (...) localmente através da parceria tentamos agilizar este trabalho”.
		Serviço de informação e mediação	“(…) temos um serviço de informação e atendimento, onde fazemos atendimento, encaminhamento e facilitação com os parceiros mediante os problemas que nos vão chegando. É um serviço municipal mas em parceria com o Instituto Nacional de Reabilitação”.
	Resposta pública inovadora	Gabinete para a Deficiência Visual	“Relativamente à deficiência visual foi criado um gabinete de apoio e que partiu de um professor que trabalhava diretamente esta área numa das escolas de referência desta área e que lançou o desafio de conhecermos a população cega e de baixa visão a qual respondemos com um diagnóstico em que se envolveu também a saúde”.

Dimensão Concretização das políticas – Esta dimensão diz respeito à percepção que a entrevistada expressa sobre o modo como se concretizam as políticas que favorecem à inclusão das pessoas com necessidades especiais na cidade.

Operacionalização das categorias:

Forte empenho nas políticas municipais- Esta categoria diz respeito à informação expressa pela entrevistada no sentido de que o município tem um

forte empenho na promoção das políticas inclusivas o que tem tornado possível a concretização de projetos e novas respostas;

Proximidade aos problemas- Esta categoria diz respeito à informação expressa pela entrevistada de que os decisores políticos tem procurado conhecer a realidade, através da informação que lhes chega diretamente das pessoas ou dos técnicos e decidir em conformidade com as necessidades expressas.

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Concretização das Políticas	Forte empenho nas políticas municipais		“De outro modo não era possível só com esta forte incidência é que nós conseguimos avançar. De outro modo não teria sido possível montar o gabinete mobilizar os recursos, a disponibilidade dos técnicos em estarem presentes nestas parcerias. Tem havido de facto uma forte disponibilidade política para trabalharmos esta área”.
	Proximidade aos problemas		“Os cidadãos fazem-nos chegar as suas necessidades, os técnicos fazem chegar aos decisores e os decisores, levam em conta, e aprovam aquilo que é proposto”.

Dimensão Organização e coordenação- Esta dimensão diz respeito à percepção que a entrevistada expressa sobre o modo como se organizam os serviços municipais para a gestão dos projetos e das ações.

Operacionalização das categorias:

Multidisciplinaridade- Esta categoria integra a informação que demonstra a preocupação com a componente multidisciplinar da abordagem que as questões da inclusão requerem;

Momentos chave- Esta categoria expressa a informação que revela que a coordenação e a organização dos serviços se faz a partir de atividades-chave que implicam colocam as várias equipas em sintonia o que implica uma sensibilização e o fornecimento de informação específica;

Atividades nucleares- Esta categoria aglutina a informação que demonstra que as atividades consideradas nucleares para dar mais coesão interna ao trabalho desenvolvido têm sido as atividades à volta dos projetos de acessibilidades e dos eventos organizados em dias comemorativos.

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Organização e coordenação	Multidisciplinaridade		“Tem sido um crescimento enorme, ao longo destes anos. Neste momento já trabalhamos com os arquitetos, com os engenheiros, com os geógrafos, com os urbanistas. Tem sido um caminho que temos feito, através das ações de sensibilização”.
	Momentos chave	Sensibilização/Informação	“Tentámos nestas ações mais transversais ou generalistas sensibilizar os técnicos para as questões da arquitetura da estética, pois às vezes está muito bonito mas tem que se conciliar com uma boa prática.”
	Atividades nucleares	Acessibilidades	. O que temos tentado é o desenho e a acessibilidade para todos. Se fizermos para todos não precisamos de o fazer especificamente para cada um. Rebaixamentos dos passeios e a identificação das passadeiras que é um projeto a ser desenvolvido e que cruza muito com a pró atividade da cidadania das pessoas que temos trabalhado muito essa questão
		Eventos	“ (...) no Dia Internacional da Deficiência, com a associação AP.. e com utentes do gabinete de apoio à deficiência visual (...)”

Dimensão Recursos para a inclusão – Esta dimensão diz respeito à percepção que a entrevistada apresenta acerca dos recursos e meios disponíveis para a concretização dos projetos e das ações para a inclusão.

Operacionalização das categorias:

Áreas fortes- Esta categoria expressa as áreas consideradas mais fortes como sejam: acessibilidades, adaptação das habitações, transportes municipais, apoios sociais para aquisição de ajudas técnicas e no acesso à cultura;

Áreas fracas- Esta categoria diz respeito aos recursos inclusivos que se revelam ainda insuficientes como é o caso aludido do emprego;

Dificuldades- Esta categoria diz respeito à informação recolhida que traduz a insuficiências de dados de diagnóstico sobre a população com necessidades especiais no concelho.

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Recursos para a inclusão	Áreas Fortes	Acessibilidades	“Na acessibilidade já foi feita muita coisa de fato já foi feito, os cidadãos, os munícipes reconhecem isso mas há algumas coisas para fazer. Há pormenores a melhorar conforme os contributos dados”.
		Adaptação das habitação	“A nível da habitação fizemos um grande caminho pois vamos dando respostas às necessidades de adaptações que nos são apresentadas”.
		Transportes municipais	“Em termos dos transportes escolares são assumidos na generalidade. Para os adultos o “Porta a Porta” ainda não existe para todas as freguesias da cidade e um objetivo específico é tentarmos alargar e em termos dos transportes ainda temos que trabalhar mais”.
		Apoio Social	“(…) apoios financeiros para ajudas técnicas específicas, a esse nível nós vamos dando os apoios sociais”.
		Cultura	“O nosso trabalho incide não em criar coisas novas mas no fundo as pessoas com necessidades especiais poderem participar, por exemplo no nosso teatro Cine disponibilizamos bilhetes, transportes, para alguns dos eventos nos nossos espaços”.
	Áreas fracas	Emprego	“Em termos gerais a conjuntura não ajuda em nada. A percentagem de desempregados aumentos muito e claro estas populações mais fragilizadas mais difícil se torna, o município está a tentar com algumas empresas respostas ao nível do centro de emprego”. “O próprio município é empregador e dessa maneira tenta dar o exemplo no sentido de sensibilizar no sentido de mostrar que estamos disponíveis e fazer com as empresas e os privados se mobilizem”.
	Dificuldades	Estudos/Diagnóstico	“Na deficiência visual nós fizemos esse estudo esse levantamento no caso para esse grupo específico. Para o restante grupo não temos dados concretos individualizados, isso não temos, mas temos conseguido superar vão-nos chegando informação através das entidades que estão no terreno”.

Dimensão avaliação e expectativas – Esta dimensão diz respeito à avaliação que é feita sobre os projetos em curso e às expectativas sobre novas áreas de intervenção que seriam necessárias.

Operacionalização de categorias:

Processos sistêmicos- Esta categoria expressa a percepção de que a avaliação deverá ser um processo sistêmico e global que ajuda a monitorizar os processos;

Coletiva- Refere a informação contida nesta categoria de que os processos de avaliação, na linha das anteriores categorias, deve ser um processo coletivo que envolva os serviços, os parceiros e as pessoas com necessidades especiais;

Novas respostas- Esta categoria expressa a avaliação e ao mesmo tempo a percepção de que é insuficiente a resposta ao nível do emprego e é necessário encontrar soluções de futuro que ajudem a promover a integração laboral destes cidadãos;

Caminho consistente- É uma categoria que resulta da percepção de uma avaliação global de que tudo o que se conseguiu no processo de inclusão se deve em primeiro lugar às opções políticas tomadas no sentido de promoverem a mudança da realidade.

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Avaliação e expectativas	Processos sistêmicos		“Temos algumas atividades em que passamos um questionário no final das atividades aos próprios destinatários”.
	Coletiva	Serviços	“No gabinete fazemos também uma avaliação final por parte de outras colegas, para não haver nenhum constrangimento e conversam no sentido de dar feed-back”.
		Participantes	“Fazemos neste caso avaliação direta com os participantes”.
	Novas respostas	Emprego	“Depois, talvez na ocupação de alguns dos utentes do gabinete de apoio à deficiência visual, pois gostariam de ter mais ocupação. Estarem nalguma entidade ocupados, de se sentir úteis é isso que eles pedem”.
	Caminho consistente	Opções políticas de mudança	“O mais importante que tem tornado isso uma caminho consistente é a vontade política. Se não existisse essa disponibilidade essa vontade em apoiar o que se propõe não conseguíamos. É a vontade política e os técnicos com muita vontade de propor a mudança”..

Dimensão processos de participação - Esta dimensão diz respeito a percepção que a entrevistada apresenta acerca do nível de participação que as pessoas com necessidades especiais têm nas decisões que lhe dizem respeito.

Operacionalização de categorias:

Proximidade aos decisores- Esta categoria comporta a informação que demonstra que a organização de novas respostas municipais como sejam: os gabinetes de atendimento e da deficiência visual criaram maior aproximação entre os decisores políticos, os serviços municipais e as pessoas com necessidades especiais;

Coesão dos atores- Esta categoria aglutina a informação que demonstra que o desenvolvimento de um conjunto de projetos e de atividades tem possibilitado uma coesão entre todos os atores envolvidos, decisores, técnicos e população com necessidades especiais;

Vivências- Esta categoria reúne a informação que demonstra que o fato de as pessoas que decidem passarem por vivências semelhantes às pessoas com necessidades especiais torna as decisões mais sensíveis aos problemas sentidos nas vivências do quotidiano;

Orçamento participativo- Esta categoria reúne a informação que expressa a percepção de que o orçamento participativo tem sido um instrumento de discussão e de sensibilização de todos para os problemas que as cidades colocam às pessoas com necessidades especiais e nessa medida tem ajuda a reunir recursos para minorar esses mesmos problemas.

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Processos de Participação	Proximidade aos decisores		“O trabalho do gabinete e a proximidade com o poder político, que eles têm, já falaram com o Presidente e os vários vereadores em que os cidadãos com necessidades especiais têm podido colocar as suas preocupações, os seus problemas e as suas necessidades e ouvir o outro lado. O que é que foi feito, o que ainda não foi feito e porque é que não foi feito”.
	Coesão dos atores		“Nós ao longo do desenvolvimento do nosso trabalho temos caminhado para uma aproximação entre todos: os técnicos, os decisores, e os cidadãos acima de tudo. Esta participação ativa dos cidadãos com necessidades especiais tem sido não só a mais-valia que os políticos dão às necessidades destas pessoas, porque é diferente o técnico expor do que eles próprios ouvirem isso diretamente dos interessados”.
	Vivências		“ (...) colocámos estes técnicos e decisores também, vereadores, com bengalas brancas, com cadeiras de rodas, canadianas a andar pela cidade num percurso [acompanhados por pessoas com necessidades especiais] definido para eles perceberem as dificuldades que a população tem nesta área. Fomos ver também algumas das soluções já realizadas e muitas delas por falta do pormenor continuam a ter ainda algumas dificuldades”.
	Orçamento participativo		“Serem cidadãos ativos e pró-ativos participando nas atividades, pois muitas vezes estavam à parte e que um dos exemplos foi o orçamento participativo em que um dos utentes do gabinete apresentou um projeto relacionado com a identificação das passadeiras. Este foi um dos projetos mais votado da mesa e depois apareceu na votação geral, mas não chegou a ser escolhido na ranking final mas o executivo levou a sessão de Câmara e foi colocado no orçamento para estar em execução”.

Entrevista ao Sr.º Presidente da AP.... Cidade X

Dimensão qualidade de vida na cidade - Esta dimensão diz respeito a percepção que os interlocutores têm sobre a qualidade de vida na cidade para as pessoas com necessidades especiais e os níveis de inclusão que são proporcionados.

Operacionalização de categorias:

Educação- Esta categoria expressa o valor que a educação teve no processo inclusivo, nomeadamente ao nível das condições dos estabelecimentos de ensino;

Transportes- Esta categoria expressa as melhorias que o transporte municipal trouxe para a qualidade de vida das pessoas com necessidades especiais na cidade;

Acessibilidades- Esta categoria diz respeito a execução do Plano de Acessibilidades que tem sido um instrumento que tem contribuído para a melhoria da circulação no espaço público;

Desporto- Inclui-se nesta categoria a perceção de que as atividades desportivas têm um forte potencial para a inclusão, havendo mesmo eventos com esse objetivo;

Cultura- Idêntica à categoria anterior só que agora na área da cultura, havendo a perceção por parte do entrevistado que se tem favorecido o acesso nomeadamente através das atividades do teatro e da dança.

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Qualidade de vida na cidade	Educação		“A nível da educação houve uma grande melhoria nos estabelecimentos de ensino”.
	Transportes		“ (...) a nível dos transportes foi feito o “porta a porta” que é muito útil, mas peca só por ser na cidade o ideal era se se estendesse a todo o concelho, mesmo às zonas rurais, foi já uma proposta que fizemos à Câmara para alargar esse transporte”.
	Acessibilidades		“A nível das acessibilidades têm sido melhoradas, existe um programa em que nós participamos no sentido de se transformar a cidade através de um Plano de Acessibilidades”.
	Desporto		“Existe um programa nesta área que nós fazemos e organizamos com o apoio da Câmara, por exemplo organizamos um corta mato adaptado com o apoio da Câmara que também envolve as escolas e o grupo de voluntariado para a organização deste evento”.
	Cultura	Dança	“Em termos culturais temos uma atividade cultural muito grande e [o município] disponibiliza sempre nestas atividades o transporte e os bilhetes para poderem participar. Temos um grupo de dança inclusiva com o apoio da Câmara”.
		Teatro	“ (...) um grupo de teatro também”.

Dimensões políticas locais – Esta dimensão diz respeito à perceção que os entrevistados têm sobre das políticas desenvolvidas e das ações que as concretizam.

Operacionalização das categorias:

Inclusão social- Esta categoria expressa a perceção de que nas políticas do município tem havido uma preocupação da promoção da inclusão social das pessoas com necessidades especiais;

Fundamentos das políticas- Esta categoria expressa a opinião acerca de quais são os principais fundamentos das políticas locais que têm vindo a ser implementadas, sendo notória a perceção por parte do entrevistado de que isso

se deve à sensibilidade do executivo para com os problemas da diferença, a continuidade das políticas, uma vez que esta força política se encontra desde sempre na gestão da cidade, à eficácia e eficiência da equipa técnica do município e ao modelo de desenvolvimento local que se tem implementado que valoriza muito os recursos endógenos;

Acessibilidades- Esta categoria tem sido segundo o interlocutor uma das áreas centrais das políticas locais, ou seja a valorização promovidas na eliminação das barreiras arquitetónicas e a adequação do espaço público para todos;

Atividades coletivas- Nesta categoria aglutinou-se a informação que demonstra segundo o entrevistado a importância que as atividades coletivas têm tido nas políticas seguidas, nomeadamente ao nível do desporto e da dança inclusiva;

Sensibilização/Informação- Esta categoria significa, segundo a perceção do entrevistado que para além dos aspetos materiais também se tem procurado sensibilizar e informar a comunidade acerca das problemáticas da inclusão das pessoas com necessidades especiais,

Adaptação da habitação- Esta categoria resulta da informação recolhida que demonstra que as políticas municipais vão ao nível de ajudar a adaptar as residências das pessoas com limitações de mobilidade;

Emprego- Esta é uma categoria onde se arrumou a informação que demonstra de que para além das dificuldades o município tem, procurado com as suas decisões de integrar nos quadros pessoas com necessidades especiais, estimular outros agentes na promoção do emprego para este grupo populacional;

Rede local- esta categoria aglutina a informação recolhida que demonstra a importância que a rede de recursos locais tem tido na promoção das políticas inclusivas, nomeadamente em termos do envolvimento dos atores locais IPSS e empresas na resolução dos problemas concretos.

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Políticas locais	Inclusão social		“Tem havido uma grande preocupação com esses aspetos da inclusão, houve a criação de um gabinete que possa responder a estas necessidades”.
	Fundamentos das políticas	Sensibilidade face à diferença	“Isto tem a ver com o fato das mentalidades políticas do anterior executivo, havia um Presidente de etnia cigana tinha muita sensibilidade para a diferença e a Vereadora, efetivamente, é uma pessoa que tem muita sensibilidade para estas áreas”. “Em síntese uma grande sensibilidade para o social, uma grande convicção política e aliado a tudo isso a uma boa equipa”.
		Continuidade	(...) para além de que desde há muito que é sempre a mesma força política o que tem assegurado alguma continuidade das políticas”.
		Equipa técnica	“ (...) depois tem uma boa equipa em que uma das técnicas também tem uma filha com deficiência e portanto são pessoas que sentem os problemas. A cidade ganhou com isso (...)”.
		Desenvolvimento local	“Mas acho que toda a dinâmica da cidade quanto à inclusão tem a ver com as políticas locais. Enquadradas nas políticas nacionais mas são as associações, é a rede social”.
	Acessibilidades		“Olhe dessas áreas a que tem tido mais destaque é a das acessibilidades. Tem sido uma das áreas privilegiadas.”
	Atividades coletivas	Cultura	“ (...) a dança inclusiva, quer toda a área cultural”.
		Desporto	“ (...) e desportiva que são projetos com continuidade, não são feitos só por fazer, há uma maturidade e, cada vez mais, estamos a melhorar esses projetos”.
	Sensibilização/Informação		“ Fazemos conferências e debates para que as pessoas tenham mais conhecimento, mais formação sobre as problemáticas”.
	Adaptação da habitação		“Existe essa envolvimento e também com a Câmara e as juntas de freguesia também fazemos melhorias nas habitações para que haja uma maior qualidade de vida em termos de acessibilidades”.
	Emprego		“Sempre houve o cuidado da Câmara em colocar alguns colaboradores com deficiência. Tudo isto contribui para essa sensibilidade e a própria auscultação dos problemas. Tem sido uma mais-valia”.
	Rede local	Mobilização dos recursos locais	“Resolvemos há bem pouco tempo a situação de um adulto com quase 50 anos que nunca tinha sido de casa e nós descobrimos a situação e conseguimos um apoio integrado na casa, na ocupação procurando sempre melhorar a qualidade de vida dessas pessoas, mobilizando as autarquias o estado central e mesmo as empresas locais”.
		Empresas locais	“Empresas que colaboram com a nossa instituição, por exemplo, agora tivemos de pintar a nossa instituição e cada empresa colaborou pintando um dos edifícios. Outras oferecem equipamento desportivo para as nossas atividades. Temos boa colaboração quer a nível local quer a nível nacional”.

Dimensões políticas locais – Esta dimensão diz respeito à percepção que os entrevistados apresentam acerca do respeito pelos direitos das pessoas com necessidades especiais como cidadãos.

Operacionalização de categorias:

Mobilização dos atores- Esta categoria reflete a informação de que a associação tem procurado mobilizar os vários atores locais para maior respeito pelos direitos das pessoas com necessidades especiais.

Eventos sociais- Esta categoria reflete a informação de que para se alcançar um maior nível de direitos é necessário haver maior consciencialização dos próprios, das famílias e da sociedade em geral, sendo que se tem procurado através de eventos adequados atingir esse objetivo.

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Exercício dos direitos	Mobilização dos atores		“A associação ajuda, mas também procura uma responsabilização nos pais acerca dos direitos e que têm que ir junto das escolas para preparar a entrada e se houver dificuldades cá estamos para ajudar”.
	Eventos sociais		“Fomentamos também um encontro e um convívio anual para que haja um conhecimento e uma troca de impressões. Temos dado alguns passos largos nesse sentido da consciencialização dos direitos e deveres”.

Dimensão participação nas decisões – Esta dimensão diz respeito a percepção que os entrevistados apresentam acerca do nível de participação que as pessoas com necessidades especiais têm nas decisões que lhe dizem respeito.

Operacionalização de categorias:

Processo no início –Esta categoria reflete a informação recolhida junto do entrevistado que indica que os processos de participação nesta cidade estão ainda numa fase inicial;

Rede social- Esta categoria indica que existe na rede social uma troca de informações dos técnicos que conhecem bem os problemas das pessoas, mas não propriamente dos interessados diretamente;

Criação de instância formal- Reconhece o interlocutor, na informação contida nesta categoria que faz falta uma instância mais formal de participação dos cidadãos incluindo os que têm necessidades especiais;

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Participação nas decisões	Processo no início		“Neste domínio ainda estamos numa fase embrionária, no início. Uma das questões e uma das ações que temos é a de ouvir as pessoas com esta problemática e que possam também elas possam intervir na sociedade, mostrar as suas ideias, demonstrar e debater”.
	Rede social		“Existem as reuniões periódicas da rede social. Existe uma grande aproximação com a área social”.
	Criação de instância formal		“Talvez falte um fórum mais formal para se debater, parece uma boa ideia para passarmos de uma dimensão mais informal para um espaço mais formal para discussão de temas, de problemas, de modo a trazer as pessoas à discussão. Era um passo que se deveria dar muito rapidamente”.

Dimensão expectativas face à mudança – Esta dimensão diz respeito à percepção que os entrevistados apresentam acerca das principais mudanças que no seu entender são ainda necessárias para fazer progredir os processos de inclusão.

Operacionalização de categorias:

Inclusão social- Esta categoria reflete a informação recolhida que indica a necessidade de prosseguir o processo de inclusão social na cidade;

Emprego- Esta categoria reflete a informação recolhida que indica a necessidade de ir mais longe nos resultados de integração laboral;

Desporto-Esta categoria reflete a informação recolhida que indica a necessidade de se alargar as atividades nesta área tendo em conta o potencial inclusivo do desporto adaptado;

Transportes-Esta categoria reflete a informação recolhida que reconhece o muito que ainda há a fazer ao nível dos transportes públicos para que possam ser acessíveis;

Acessibilidades- Esta categoria reflete a informação recolhida de que mais entidades se devem envolver no esforço para tornar a cidade mais acessível, nomeadamente os comerciantes e as suas organizações;

Reforço dos recursos financeiros- Esta categoria reflete a informação de que é necessário alocar mais meios financeiros para progredir nas várias frentes de trabalho que implicam a cidade ser mais inclusiva.

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Expetativas face á mudança	Inclusão social		“Ainda necessitava de algum incremento, reconhecendo que tem havido um grande incremento mas ainda falta alguma coisa”.
	Emprego		“Ao nível do emprego precisávamos de fazer algo mais”.
	Desporto		“Também na área do desporto adaptado poderíamos ir mais longe por via do potencial inclusivo dos desportos coletivos”.
	Transportes		“A nível dos transportes públicos embora existam alguns adaptados para pessoas com problemas de mobilidade, mas efetivamente há muito a fazer nesse campo”.
	Acessibilidades		“(…) nós consideramos que deverá haver um envolvimento da parte dos comerciantes para que possam também contribuir para que as pessoas com mobilidade reduzida possam usufruir das lojas de um modo mais acessíveis. Nem todos os edifícios são adaptáveis mas existe um trabalho a fazer”.
	Reforço dos recursos financeiros		“Ao nível das acessibilidades deverá haver um incremento em termos do orçamento camarário, mais recursos, no sentido de que fazer ainda o que falta. Incrementar esse trabalho na área rural”.

Entrevista ao Senhor. L Cidade X

Dimensão qualidade de vida na cidade - Esta dimensão diz respeito a percepção que os interlocutores têm sobre a qualidade de vida na cidade para as pessoas com necessidades especiais e os níveis de inclusão que são proporcionados.

Operacionalização de categorias:

Recursos e quotidiano- nesta categoria aglutinou-se a informação que diz respeito aos recursos que facilitam a vida quotidiana das pessoas com necessidades especiais que utilizam a cidade, salientando o interlocutor aspetos como: o uso da cidade que pelas transformações físicas oferece agora melhores condições, o transporte municipal introduzido e que facilita uma vida mais

independente e ainda ao nível dos espaços públicos que estão agora mais preparados para as pessoas cegas e com baixa visão.

Avaliação transportes- inclui-se nesta categoria a avaliação feita pelo ao nível ainda muito insuficiente em que funcionam os transportes públicos que não conseguem funcionar e responder às limitações das pessoas cegas e com baixa visão.

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Qualidade de vida na cidade	Recursos e quotidiano	Uso da cidade	“ Se calhar tudo o que se tem feito no espaço público, rebaixar os passeios, pois há uns anos atrás não existia nada disso”.
		Transporte municipal	“Existe entretanto aqui o transporte “porta a porta” sei que tem sido um serviço muito utilizado pelos invisuais e pessoas em cadeiras de rodas que utilizam para ir às compras, irem ao médico é difícil sem esse apoio. A pessoa quer ir ao centro de saúde telefona requisita o “porta a porta” há hora combinada está lá. Em termos de cadeira de rodas tem uma plataforma elevatória e pode assim desloca-se de forma mais autónoma”.
		Circulação no espaço público	“A pessoa vai no passeio na direção das passeadeiras e pisa-se um determinado piso diferente, uma faixa e isso encaminha a pessoa até à passeadeira”.
	Avaliação transportes		“No âmbito dos transportes eu acho que as coisas ainda ficam muito aquém. Os motoristas dos transportes ainda não respeitam uma regra básica que os deficientes visuais utilizam que é meter a bengala numa determinada posição para eles pararem e que é a única maneira de eles pararem para podermos perguntar para onde vai o autocarro para tal ou para tal sítio”. “ Em termos de acessibilidades para as cadeiras de rodas também os transportes não funcionam existem poucos autocarros com plataformas querem ir a Lisboa ou a qualquer lado e não conseguem”.

Dimensão preocupações do município - Esta dimensão diz respeito à perceção que os entrevistados têm sobre das políticas desenvolvidas e das ações que as concretizam.

Operacionalização de categorias:

Barreiras arquitetônicas - Esta categoria contém a informação relativa acerca das preocupações do município e das suas políticas de inclusão pois apesar do trabalho é necessário continuar

Estacionamento – Na mesma lógica da categoria anterior aqui refere-se o que ainda falta fazer ao nível do estacionamento e da libertação da via pública para os peões;

Circulação no espaço público – Nesta categoria é incluída a informação relativa a todo o trabalho já desenvolvido ao nível da circulação na via pública e que revela bem a política seguida pelo município.

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Preocupações do município	Barreiras arquitetônicas		"Ainda há muita coisa a fazer, alguma coisa já foi feito, outras estão a fazer-se mas ainda muitas coisas a fazer. Eliminação dos obstáculos nos passeios"..
	Estacionamento		"A nível de estacionamento foi bom o que já fizeram, praticamente na cidade já não temos carros em cima dos passeios. Foi uma excelente organização o que fizeram, mas ainda existe ainda um sítio pontual ou outro".
	Circulação no espaço público		"Já se alteraram os sinais de trânsito que estavam mal colocados. Fizeram algumas alterações a percursos pela cidade. Rebaixaram os passeios para as cadeiras elétricas".

Dimensão participação nas decisões - Esta dimensão diz respeito a perceção que os entrevistados apresentam acerca do nível de participação que as pessoas com necessidades especiais têm nas decisões que lhe dizem respeito.

Operacionalização de categorias:

Modelos de participação- foi incluída nesta categoria o modo como se operacionaliza a participação das pessoas nos processos, verificando-se pela perceção expressa pelo entrevistado valoriza a

proximidade que a autarquia mantem com os cidadãos, a possibilidade que tem havido de se influenciarem as decisões e o fato de estar em marcha a metodologia do orçamento participativo que tem favorecido a execução de algumas obras a partir da auscultação dos cidadãos com necessidades especiais;

Exercício dos direitos-foi incluída nesta categoria a avaliação que o interlocutor faz do modo como os seus direitos são ou não respeitados, sendo aqui incluídos exemplos de que o respeito por esses direitos tem levado à estruturação de novos serviços.

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Participação nas decisões	Modelos de participação	Proximidade	"Sem dúvida as autarquias locais. Porque a autarquia está mais junto ao cidadão e têm mais acesso aos decisores políticos. O cidadão quando sente alguma necessidade é a autarquia que se vai dirigir. Não se vai dirigir ao poder central que não tem resposta".
		Influenciar as decisões	"Têm em algumas coisas. A pouco e pouco têm sido atendidas, queríamos mais depressa, mas também compreendemos as limitações. Já se alteraram os sinais de trânsito que estavam mal colocados. Fizeram algumas alterações a percursos pela cidade. Rebaixaram os passeios para as cadeiras elétricas. A pouco e pouco temos sido atendidos. Temos feito chegar opiniões e ideias a quem de direito".
		Orçamento participativo	"Tenho sentido muito a melhoria do que se está a fazer e tenho feito pressão com o Senhor Presidente e Vereadores e eles estão abertos às ideias com bom agrado. Queríamos as coisas mais rápidas mas lá se vão concretizando. Apresentei o projeto no orçamento participativo para se fazer a identificação das passeadeiras para invisuais".
	Exercício dos direitos	Novos serviços	"Eu creio que aqui temos sentido isso. Um dos exemplos foi a criação do "Porta a Porta" é um pequeno exemplo para as pessoas com deficiência e para as pessoas com mobilidade reduzida". "Quem vai ao mercado municipal também tem um serviço de entregas em casa. É um serviço que a pessoa compra e depois o transporte leva as compras a casa. É a empresa municipal que gere os mercados que assegura isso".

Dimensão expectativas face à mudança – Esta dimensão diz respeito à percepção que os entrevistados apresentam acerca das principais mudanças que no seu entender são ainda necessárias para fazer progredir os processos de inclusão.

Operacionalização das categorias:

Meios e recursos- Nesta categoria foi integrada a informação que se relaciona com o fato da necessidade expressa de mais meios financeiros para dar continuidade às obras de eliminação das barreiras arquitetónicas;

Continuar a melhoria das acessibilidades- Esta categoria refere-se à informação patente na entrevista que revela a percepção de se dar continuidade ao processo de inclusão na cidade, nomeadamente, dando continuidade nas melhorias na via pública, na necessidade de se criarem melhores condições materiais e imateriais de acessibilidade nos equipamentos públicos municipais e ainda na necessidade de se sensibilizarem os projetistas para que possam integrar na componente de projeto de execução as necessidades de circulação na via pública das pessoas com necessidades especiais.

ANEXOS

DIMENSÕES	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS
Expetativas face á mudança	Meios e recursos	Financeiros	“Primeira coisa tem que haver dinheiro era eliminar as escadas que aparecem assim repentinamente nas vias públicas. São escadas que não fazem sentido lá estar”.
	Continuar melhoria das acessibilidades	Via pública	“Alterar os passeios onde a calçada já está muito lisa o que faz as pessoas escorregarem e caírem. A eliminação dos obstáculos, uma limpeza dos obstáculos”.
		Serviços e equipamentos	“Por exemplo na biblioteca os áudio-livros, o leitor autónomo que digitaliza o texto e depois emite em voz, identificação dos pisos nos interiores como é caso dos centros comerciais. Era necessário uma pequena faixa para guiar as pessoas nos corredores”.
		Sensibilização dos projetistas	“A sugestão é que os projetistas tenham consciência e aceitem as sugestões de quem tem os problemas. Eles não aceitam a opinião de ninguém, são eles e só eles. Como é que se pode projetar degraus todos brancos sem contraste isso ignora as pessoas que não veem ou têm baixa visão”.